UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

O PCB E O PODER

1935 O PODER PELA FORÇA – 1945 O PODER PELO VOTO
(Os Comunistas na Assembléia Legislativa – 1947-1948)

Eduardo José Afonso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador : Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto

São Paulo
2004

DEDICATÓRIA

Para

Suely, Carolina e Renata

a companheira e os frutos da estrada

a

minha Mãe

com quem aprendi a me
encantar com tudo que é novo

SUMÁRIO

Resumo..... 4

Introdução..... 8

PRIMEIRA PARTE
O PCB , A "REVOLUÇÃO" E O ESTADO NOVO

Capítulo I
O PCB EM DOIS TEMPOS.....18

SEGUNDA PARTE
A "REDEMOCRATIZAÇÃO" E O PCB NA LEGALIDADE

Capítulo II
O BRASIL DO PÓS-GUERRA..... 92

Capítulo III
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO..148

Capítulo IV
O PCB NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO.....175

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 243

Abreviaturas e Siglas..... 251

Fontes..... 253

Bibliografia..... 257

Cronologia..... 279

Biografia dos Deputados da Bancada Comunista em SP..... 296

Anexos..... 318

Cadernos de Fotos..... 370

RESUMO

Este trabalho procura descrever a ação do Partido Comunista do Brasil em dois momentos. Em 1935, quando adotou a tática da tomada do poder pela força e em 1945 quando assumiu a participação no poder pelo voto. Interessa nesta segunda etapa examiná-lo em São Paulo, durante o seu terceiro período de legalidade, ou seja, 1945 a 1948, dando ênfase à ação dos comunistas durante este período, tanto na construção de um partido de massas quanto na sua ação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e sua relação com os outros partidos políticos e com a sociedade civil , além daquela com os sindicatos. Estabelecer, também, um panorama do momento histórico , apresentando, dentro deste contexto, a ação da URSS e dos EUA sobre o Brasil - como resultado do início da "Guerra Fria" - e logicamente sobre o PCB e sua conexão com o governo de Dutra e de Adhemar de Barros, em São Paulo. Levanta-se, aqui, também, a conceituação de "redemocratização" e a questão da repressão às liberdades civis e políticas, além da construção, dentro da legalidade, ou seja, através de leis, de uma justificativa para a cassação , primeiro da legalidade do Partido e depois dos mandatos dos deputados e dos vereadores.
Palavras-chave:O PCB em São Paulo 1947-1948.; redemocratização, Comunismo; PCB na constituinte estadual de 1947; Partido Comunista no Legislativo Paulista; os vereadores comunistas em São Paulo de 1947.

ABSTRACT

This work is an analysis of the Brazilian Communist Party's action in two moments. 1935, when tried to take the power using force and 1945 when assumed its participation in the power by vote. In this second moment it is important to examine the Party in São Paulo in its third legally period i.e. from 1945 to 1948. What is focused here is the action of Brazilian Communists looking for the building up of a mass party and their relationship with the other parties in the Legislative Assembly of São Paulo as well as with the civil society and the trade unions. A historical panorama of the "Cold War" period showing the USSR and USA action concerning federal (Dutra's period) and state (Adhemar's period) governments is given.

What is pointed out here is the "redemocratization" concept and the repression of the civil and political freedom. It is important, too, to show the construction of a great justification, based on Laws, to extinguish the legality of the Communist Party as well as the deputies' and councilmen's mandates.
Key words: The PCB in São Paulo 1947-1948.; Redemocratization, Communism; PCB in the State Constituent of 1947; The Communist Party in São Paulo Legislative; the Communist Councilmen in São Paulo in 1947.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este, quando findo, se parece, sempre, com um "iceberg". Tantas são as leituras, tanta é a pesquisa e as entrevistas , tantas foram as pessoas que colaboraram para que se chegasse até aqui, que o que se apresenta agora é o resultado de uma tarefa que começou com duas pessoas e terminou com uma multidão. Gostaria de expressar meu agradecimento a todos.

Em primeiro lugar , a meu orientador, prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Neto , que com paciência, suportou minha ansiedade e deu-me boas indicações de como organizar minhas idéias.

Ao meu amigo, prof. Dr. Marcos Silva, que a todo momento esteve disposto a ajudar-me , direcionando a minha pesquisa e colaborando com idéias interessantes para a consecução deste trabalho. A ele o meu muito obrigado.

À profa. Dra. Maria Helena Rolim Capellato, que atendendo sempre os meus pedidos no departamento de história , auxiliou-me , igualmente, com seus comentários no exame de qualificação.

Ao professor Wilson do Nascimento Barbosa pela sua atenção e colaboração com a definição de meu tema.

Meu agradecimento particular à professora Dra. Ana Maria Martinez Correia, da UNESP, que leu meu projeto de pesquisa e orientou-me no caminho certo. A ela e a todos os funcionários do CEDEM –Centro de Documentação da UNESP, que sempre estiveram dispostos a me atender com cordialidade e atenção.

Ao arquivo do Estado e seus funcionários, sempre solícitos e zelosos com tão rico material de seu acervo. Ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e a todos os seus atendentes, que além de permitirem, sem reservas, o acesso a seu centro de documentação, nos orientaram sobre arquivos correlatos a meu tema. Ao arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP e a igual dedicação de seus funcionários, tão gentis. Ao CPDOC, no Rio de Janeiro, que em atenção a minha solicitação, permitiu minha pesquisa nos arquivos de Getúlio Vargas e de Harry Truman.

Aos funcionários das bibliotecas do departamento de história e da filosofia da FFLCH, pelo atendimento sempre pronto e impecável.

Ao NARA – National Archives and Records Administration – de Washington, pela rapidez e profissionalismo com que atendeu meus pedidos referentes à documentação norte-americana sobre o Brasil. Ao Foreign Office of London , que igualmente, respondeu a minhas solicitações com atenção e respeito.

Agradecimento, também, a Dainis Karepovs do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa, que orientou-me e abriu seus arquivos importantes para meu trabalho, assim como seus funcionários que serviram-me durante minha estada de quatro meses, na leitura e análise dos Anais e Atas da Assembléia Legislativa.

À Márcia Botini, da Fundação Pró-memória de São Caetano do Sul; ao jornalista e escritor Ademir Médici, pelo auxílio na história dos "Candidatos de Prestes" e da ação do PCB no ABC; à diretora da Biblioteca Municipal de São Bernardo, Senhora Maria Conceição Durante Correia, que me auxiliou na pesquisa sobre Armando Mazzo. Ao jornalista Eduardo Correa da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Santo André.

À Rosangela Menezes e Silva, assessora de imprensa da Câmara Municipal de Santos, que muito me auxiliou na pesquisa sobre o deputado Estócel de Morais.

Ao professor Dr. Alexandre Hecker, da UNESP de Assis, que leu meu relatório para exame de qualificação e colaborou, de forma magistral, com suas críticas e sugestões para que pudesse dar continuidade a meu trabalho.

Ao Sr. Robson Oliveira, TV SENAC, pelo empréstimo de documentários especiais, sobre a "Revolução Comunista de 1935".

À maravilhosa amiga Senhora Maria Augusta de Oliveira, esposa de David Capistrano, que muito me auxiliou com seu depoimento e na localização e contato com militantes comunistas do período. À senhora Zuleika Alambert que nos recebeu em sua casa, no Rio de Janeiro, e em rica entrevista nos fez reviver aqueles tempos difíceis dos comunistas na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Agradecimento especial ao Sr. João Sanches Segura e sua esposa Dona Adoração Villar Sanches, que carinhosamente abriram sua casa e por duas ocasiões, deixaram seus afazeres para lembrar sua vida de militância e de luta por um futuro melhor. Entre almoços e cafés da tarde, pude penetrar, como espectador , nesse mundo maravilhoso de homens e mulheres que dedicaram sua vida toda à causa da fraternidade.

Ao Professor Jacob Gorender, pela entrevista e rico depoimento e ao maravilhoso ser humano , Sr. Apolônio de Carvalho e de sua Esposa René, que com sua atenção e delicadeza atenderam-me, nas várias ocasiões em que precisei de sua ajuda.

Aos funcionários pacientes da secretaria de pós-graduação do departamento de Historia da FFLCH, Eliseu, Andréa e Vanessa, que com dedicação atenderam sempre minhas solicitações.

A meus auxiliares, nas transcrições de fitas, Thiago e Thainah Dias Teixeira, que , com seu trabalho permitiram que tivesse mais tempo para continuação de pesquisas e leituras.

À amiga de sempre, Dolores Spinkosky pela assessoria imprescindível na compreensão e versão dos documentos secretos do governo norte americano.

Um agradecimento particular a meu amigo , o historiador João Batista Mascarenhas, que me acompanhou nas andanças pelos arquivos e nas análises de periódicos e fontes documentais.

Agradecimento especial ao CNPq, sem o auxilio do qual, este trabalho não teria sido construído nem concluído.

Finalmente o agradecimento maior. À minha mulher companheira e amiga, Suely e às minhas filhas, que privadas de minha companhia, durante todo o tempo de meu trabalho, estiveram a cada instante dando-me forças para continuar.

INTRODUÇÃO

"Fomos progressivamente descobrindo que a objectividade do conhecimento histórico é um mito, que toda a história é escrita por um homem e que quando esse homem é um bom historiador põe na sua escrita muito de si próprio"
George Duby. O historiador , Hoje,
Lisboa:Teorema,1989

Levantar a história do PCB por si só já é um desafio. Muito se tem escrito sobre este partido - por isso esta tarefa não é fácil -, muito há que se escrever ainda, pois é preciso eliminar sua condição de mito, que em certos aspectos ainda subsiste , adquirida, principalmente, pela clandestinidade[1], e procurar nos meandros dessa mesma clandestinidade caminhos, para perguntas ainda sem resposta.

A sua longa existência e sua influência determinante em muitos períodos da história do Brasil, continua a ser uma fonte de inspiração que nos fornece subsídios para a construção de uma realidade. Realidade esta, escamoteada por anos e anos de "reconstrução" histórica.

Nossa primeira preocupação, ao iniciarmos o estudo do PCB, foi vê-lo, principalmente, no seu quarto período da legalidade[2], engajado no processo de representação política, disputando eleições e elegendo senadores, deputados federais e estaduais e até vereadores, além de prefeitos; disputando, enfim, cargos no legislativo e no executivo.

Como um partido, cuja origem é revolucionária, ou seja, surge para "cumprir seu papel histórico que é levar a classe operária ao socialismo", - como queriam Marx e Lênin, por exemplo - passa a estar engajado neste jogo burguês de representação política? Como esse Partido Revolucionário penetra e aceita o mecanismo das eleições?

---

[1] "Mas a perseguição cria o martírio, e o martírio cria a dedicação, o fanatismo, a lenda". Assis Chateaubriand.

[2] O primeiro foi da sua fundação, março de 1922 a julho de 1922; e o segundo foi o período de janeiro de 1924 a julho do mesmo ano; o terceiro de janeiro a agosto de 1927, e o quarto, o período mais longo, de outubro de 1945 a maio de 1947.CANALE, Dario. Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro. Novos Rumos, ano 1 nº 1, São Paulo:Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira. Janeiro/ Fevereiro/Março,1986.

Responder a essas indagações pressupõe uma análise imparcial do contexto histórico em que esses acontecimentos tiveram palco. O que está aqui em jogo é a análise do que ocorreu[3]. Como diz Gildo Marçal Brandão :

> *"Na verdade, trata-se de avaliar o Partido Comunista não em função de um dever ser, da "Revolução" que ele não quis ou não pôde fazer, mas de examinar o papel que – com maior ou menor consciência – desempenhou no processo real."*[4]

A compreensão destes fatos passa necessariamente pela tentativa de reconstrução de sua trajetória histórica. Desde a sua fundação, a aceitação de seu registro na IC e sua polêmica participação no levante de 1935 - com nítido propósito de tomada do poder - , até, seu envolvimento em campanhas eleitorais e eleições com grande resposta nas urnas, dez anos após.

Como este trabalho não pretende ser uma história exaustiva do PCB, pois não há nem propósito para isto, posto que - como já foi dito - , já se escreveu muito sobre este tema, atenho-me à tentativa de compreensão da ação do PCB, em São Paulo, a partir de sua ação na Assembléia Legislativa do Estado - no seu quarto período de legalidade, - ao mesmo tempo em que procuro estabelecer uma ligação entre estes dois momentos. A tentativa de tomada do poder pela força (insurreição de 1935) e a tentativa de ocupar o poder pelo voto (1945 e 1947).

Percebe-se a lacuna que ainda existe na história do PCB quando , no trabalho de pesquisa , se encontra um rico material ainda não explorado. Apesar de tudo que já foi escrito sobre este Partido, ainda há uma grande falha na retratação do PCB em São Paulo, no período da legalidade e de sua ação, enquanto bancada política, na Assembléia Legislativa Paulista. Este material, portanto, permite-nos buscar novas interpretações sobre alguns fatos históricos. Estamos diante da possibilidade de uma crítica da historiografia.

Apesar das dificuldades empíricas em investigar o PCB em sua relação com o sistema partidário e eleitoral, temos, diante de nós, um trabalho que pretende contribuir

---

[3] Hobsbawn nos coloca diante de uma questão crucial para os historiadores. Segundo ele é necessária a separação entre ficção e fato. "para nós historiadores, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nosso fatos". HOBSBAWN, Eric. ***Sobre História.*** São Paulo: Cia das letras, 1998, pág.18

[4] BRANDÃO, Gildo Marçal Bezerra. ***Partido Comunista..... Op.cit.,*** Pág.11

para clarificar a posição do Partido Comunista em São Paulo e sua relação, tanto com a "redemocratização" do Brasil, no imediato pós-guerra, quanto com relação à sua inserção no sistema político-partidário brasileiro de então.

A metodologia desta pesquisa compõe-se da soma : das fontes documentais, da bibliografia, e toma, como auxílio, entrevistas de militantes e sujeitos que vivenciaram os acontecimentos aqui abordados . Agrega , portanto :

A) documentos do Partido: propostas de campanha política e determinações do Comitê Regional de São Paulo, que são elucidativas do papel desempenhado pelo partido em nosso Estado, naquele período histórico, ou seja, a chamada República Liberal[5] .

B) Anais da Assembléia Legislativa que nos dão subsídios para a percepção dos embates travados entre os comunistas e outros partidos, que dividiam com eles a cena política do pós-guerra, e nos levam a compreender o comportamento do Partido, no período já citado, em termos legislativos: como se organizava a sua bancada na Assembléia, como estavam aparelhados os deputados comunistas, em termos de ação política, dentro da mesma, e como, também, se dava o choque entre os valores defendidos pelos comunistas e aqueles defendidos por partidos burgueses.

C) fontes estrangeiras compostas por relatórios secretos norte americanos e britânicos. A análise desse material nos permite desvendar os mecanismos e a ação adotada, por essas duas nações hegemônicas, com relação ao Brasil do pós-guerra. Percebe-se, com nitidez, quais eram os planos dos norte-americanos e britânicos para com a classe operária brasileira e os partidos de esquerda. Infere-se, portanto, quais eram os rumos traçados por elas para nosso país.

D) periódicos, que nos trazem à luz, não só o tipo de discurso usado, na época, para tratar do assunto comunismo como, também, uma página muito clara da visão que a sociedade brasileira tinha da participação dos comunistas no poder político institucional.

E) entrevistas e as cartas de arquivos, de militantes e figuras de destaque do PCB, também, como material inestimável, na reconstrução de um momento histórico que precisa ser desvendado e que até hoje esteve guardado na memória desses seres viventes.

F) Relatórios, conhecidos como "dossiês" de códigos 30 **B** que indica operários, 30 **D** militantes advindos do tenentismo e relatórios 30 **C e K** que relacionam intelectuais,

---

[5] Valemo-nos, aqui, da divisão estabelecida por Edgard Carone quando trata do período que vai de 1945 a 1964. CARONE, Edgard ***A República Liberal (1945-1964)***. Vol I. Instituições e classes sociais e Vol. II. Evolução Política. São Paulo:DIFEL, 1985.

escritores, professores universitários, jornalistas e profissionais liberais "envolvidos com o comunismo" segundo critérios do DEOPS. Aqui encontramos relatórios, tanto relacionados a indivíduos, que eram simplesmente "suspeitos" de práticas comunistas até deputados e vereadores comunistas, vigiados e controlados de perto, pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.

A base teórico-metodológica nos auxiliará no caminho que devemos seguir , depois de analisadas as fontes e os dados encontrados.

As teses defendidas por (Marx), por exemplo, quando, no 18 do Brumário, aborda a questão do Estado de modelo Bonapartista, e a "existência constitucional da liberdade", nos auxilia na crítica ao "Estado Democrático" fundado com a Constituição de 1946. A discussão iniciada por (Lênin) sobre a possibilidade do jogo duplo do Partido Comunista, ou seja, o legal (engajado no jogo político institucional) e o ilegal (no trabalho de movimentação das massas) nos permite compreender a ação do PCB no período em questão. (Gramsci) quando teoriza a questão do partido e seu programa, versus a realidade que enfrenta em relação ao grupo que ele representa e à instituição legal que está inserido, colabora na construção da realidade em que viveu o partido na legalidade.

Estes três teóricos, portanto, são importantes no trabalho com o tema. O aporte que cada um oferece na construção desta obra estará presente e aparente na consecução dos capítulos. As contribuições de E.P.Thompson e Eric Hobsbawn - na edificação de explicações que enfatizam as formas de participação dos trabalhadores nos processos sociais - também são grandes auxiliares na compreensão do papel do operariado e sua relação com o PCB, tema recorrente neste trabalho.

Com respeito à análise política de sistemas partidários, a base teórica encontrará alicerces nas obras de Olavo Brasil Lima Júnior, *Os Partidos Políticos Brasileiros*, que é um estudo sobre a organização partidária brasileira. No trabalho pioneiro da professora Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil*, cuja proposta de análise do objeto de estudo, O Estado e os Partidos Políticos é, de caráter fundamentalmente teórico-interpretativo, além, é claro, do ensaio de Afonso Arinos de Mello Franco, que nos legou, no calor da hora, a sua reflexão sobre o momento político, em seu trabalho, *História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro, de* 1948.

Acrescente-se, também, ao rol desses teóricos, a contribuição de Gláucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil*, que nos auxilia caracterizando o sistema

político brasileiro como resultado da relação entre bases sócio-econômicas e participação eleitoral, além de outras obras importantes, que fazem parte da estrutura desta dissertação, como os de David Fleicher, *Os partidos políticos no Brasil*, Vamireh Chacon, *História dos Partidos Brasileiros* e de Umberto Cerroni, *A Teoria do Partido Político.*

Com relação a compreensão da história do PCB que envolve o período de 1945 a 1948, apropriei-me de clássicos e trabalhos importantes, como as obras de Edgard Carone, historiador e precursor nos estudos sobre o Brasil republicano, área que apresenta uma extensa obra,[6] algumas das quais destaco para este trabalho, quais sejam: *o PCB* volume 1 e 2, *Classes Sociais e Movimento Operário e O Marxismo no Brasil.* Além de outras contribuições como as de : José Antonio Segatto, Gildo Marçal Bezerra Brandão, Fernando Claudin, João Quartin de Morais, Paulo Sergio Pinheiro, Daniel Aarão Reis Filho, Leôncio Martins Rodrigues, Hélio Silva,[7] dos brasilianistas , Ronald H. Chilcote, Thomas Skidmore, John French e Leslie Bethell[8]. Do trabalho respeitável de Nelson Werneck Sodré, *Contribuição à História do PCB*, e os livros de memórias. como as de Agildo Barata, Gregório Bezerra, Leôncio Bausbaum. Apolônio de Carvalho, Osvaldo Peralva, Moisés Vinhas, Jacob Gorender, João Falcão, Carlos Lacerda, Tito Batini[9], entrevistas com Luis Carlos Prestes[10], entre muitas outras.

A questão da redemocratização do Brasil, no pós-guerra, é um assunto exaustivamente explorado pela historiografia. Existe uma gama imensa de interpretações e

---

[6] Carone não se auto-intitulava marxista, mas era influenciado pelo marxismo, segundo ele, "instrumento fundamental para análise e um grande instrumento de crítica".

[7] José Antonio Segatto, *Breve história do PCB.* São Paulo, Gildo Marçal Bezerra Brandão, *A ilegalidade mata: o partido comunista e o sistema partidário (1945/64) e Partido Comunista, Capitalismo e Democracia* ; Fernando Claudin, *A Crise do movimento comunista*; João Quartin de Morais, *Concepções comunistas do Brasil democrático:esperanças e crispações (1944-1954);* Paulo Sergio Pinheiro, ***Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil - 1922-1935;*** Daniel Aarão Reis Filho, *História do Marxismo no Brasil;* Leôncio Martins Rodrigues, *"O PCB: os dirigentes e a organização.";* Hélio Silva, 1935: A Revolta Vermelha.

[8] Ronald H. Chilcote, *O Partido Comunista Brasileiro;* Thomas Skidmore, *Brasil, de Getúlio a Castelo;* John French, ***"Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, Brazil 1945-1947"*** e ***O ABC dos Operários (1900-1950);*** Leslie Bethell, *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.*

[9] BARATA, Agildo. ***Vida de um revolucionário (Memórias).*** São Paulo. Alfa-Omega. 1978; BEZERRA, Gregório. *Memórias.* Primeira parte :1900-1945 Rio de Janeiro:Civilização brasileira. 1979; BASBAUM, Leôncio. ***.Uma vida em seis tempos (memórias)***, SP:Alfa-Omega,1978; CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar.*Rio de Janeiro:Rocco,1997; PERALVA, Osvaldo. *O Retrato.* Belo Horizonte:Itatiaia,1960; VINHAS, Moises. *O Partidão-A Luta por um partido de massas – 1922-1974.* São Paulo:Hucitec,1982; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas* ***A Esquerda Brasileira: Das Ilusões perdidas à luta armada.*** 3ª ed. São Paulo:Ática. 1987; FALCÃO, João. ***O Partido Comunista que eu Conheci.*** Rio de Janeiro:Civilização Brasileira. 1988; LACERDA, Carlos. *Depoimento.* Rio de Janeiro:NovaFronteira. 1978; BATINI, Tito. ***Memórias de um socialista congênito.*** Campinas:Ed.UNICAMP, 1991.

[10] MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. ***Prestes: Lutas e autocríticas.***Petrópolis:Vozes, 1982.
MORAES, Denis (org.) ***Prestes com a palavra. Uma seleção das principais entrevistas do líder comunista.*** Mato Grosso do Sul:Letra Livre, 1997.

panoramas do período. Algumas com críticas a respeito da validade ou não do processo democrático, como o trabalho de Pedro Estevam do Rocha Pomar[11] e outras que chegam a ser apologias ao mesmo, como o livro de Mauro Renault Leite e Novelli Junior[12].

Invariavelmente, quando se fala da redemocratização, parte-se sempre, da caracterização do Estado Novo, para justificar a validade do modelo de democracia construído depois. Mauro Renault e Novelli Junior, por exemplo, falam em democracia, aceitando o que se construiu após a queda do Estado Novo, como um regime de liberdade e igualdade, esquecem, porém, que apesar da promulgação da Constituição de 1946 – dita democrática - , que permitia o pluripartidarismo e dava aos cidadãos a igualdade, tal direito não se delineava. Se levarmos em conta, por exemplo, que o voto não era permitido a analfabetos, num país em que o analfabetismo beirava a casa de 60%, isto significa dizer que a grande maioria não estava representada.

A discussão desta questão terá como base as obras, já clássicas, de Lourdes Sola "O golpe de 37 e o Estado Novo", que retrata a transformação da ditadura Varguista e mostra Vargas como uma figura política muito bem articulada com o momento histórico, articulador da transformação de um modelo ditatorial de governo para aquele de democracia ; também com um contraponto a essa idéia , o ensaio de Paulo Sergio Pinheiro *" Getúlio Vargas (1883-1954) : Reexame de Alguns Mitos"*, e outras obras que enriquecem a discussão , como as de Paula Beiguelman, *"O Processo Político-Partidário Brasileiro de 1945 ao Plebiscito"*, de Antonio Mendes de Almeida Junior, *"Do declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas"*, Edgard Carone, a Terceira República (1937-1945), O Estado Novo (1937-1945), A Quarta República (1945-1964) e a República Liberal (1945 a 1964), entre outros.

Com relação à conduta eleitoral e identidade política do PCB, em São Paulo, como diz Gildo Marçal Brandão, "não há praticamente quem tenha se debruçado sobre o seu comportamento eleitoral ou, tendo em vista as dificuldades empíricas, sobre suas concepções e modo de agir nesse terreno". Trabalhos relevantes que encontramos neste campo são os de: Aziz Simão, *"o voto operário em São Paulo"*; Francisco Weffort, *"Raízes sociais do populismo em São Paulo;* Bolívar Lamounier, *"Comportamento*

---

[11] POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A Democracia Intolerante. Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950).* Coleção Teses e monografias V.4, São Paulo:Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado. 2002.

[12] LEITE, Mauro Renault e NOVELLI JR (orgs.). *Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade*. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1983.

eleitoral em São Paulo: passado e presente" ; Fernando Henrique Cardoso, *"Partidos e as Eleições em São Paulo"*, obras que encaminham o tema, e que, segundo seus próprios autores, ainda carece muito de exploração . Serão, portanto, rediscutidas nesta dissertação.

Com relação ao Partido Comunista, na Legalidade, em São Paulo, necessária se faz uma interpretação da conjuntura internacional e nacional, com suas principais linhas de forças interferindo no processo político e o lugar do Partido entre elas.

Obras importantes, como as de Leslie Bethell, *Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria,* que insere o Brasil, no contexto internacional, mostrando as influências dos EUA, e a construção de uma justificativa para o controle político da América Latina, no imediato pós-guerra , assim como os recentes trabalhos de Pedro Pomar, *A democracia intolerante,* que faz uma análise da situação política em São Paulo, com relação ao Partido Comunista entre os anos de 1946 a 1950 e aquilo que ele chama de "terrorismo de Estado", regime político que alcunhado de "democracia liberal, negou as garantias individuais, suprimiu as liberdades de organização dos setores populares e eliminou fisicamente seus opositores"[13]. A de Marco Aurélio Santana, *Homens partidos, comunistas e sindicatos no Brasil,*que analisa a atuação do Partido Comunista no movimento sindical, no período de 1945 a 1992. Questão igualmente importante, para se compreender o trabalho político, de base sindical, desempenhado naquele período pelo PC, e que caminhava paralelamente com a atuação dos comunistas na Assembléia Legislativa. Estes trabalhos nos permitem localizar o Partido Comunista e estabelecer sua relação, tanto com as forças externas (URSS e EUA) quanto com as internas durante o período estudado.

A dissertação foi definida de modo a apresentar a história do PCB em dois momentos importantes. 1935, quando o Partido tentou assumir o poder pela força, e 1945, quando assumiu o poder pelo voto. Dentro desta premissa , este trabalho estará dividido em duas partes e quatro capítulos. Na Primeira Parte , o primeiro capítulo, que servirá de base para a compreensão do tema principal. Na Segunda Parte, o desenvolvimento do tema que é inédito : Os Comunistas na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. As Partes e os capítulos, portanto, estarão assim divididos:

---

[13] POMAR, Pedro Estevam da Rocha. ***A Democracia Intolerante. Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950).*** Coleção Teses e monografias V.4, São Paulo:Arquivo do Estado/Imprensa . Oficial do Estado. 2002.pág.9

Primeira Parte , capítulo I , buscamos recuperar a ação da ANL e sua ligação com o PCB, na organização e consecução da insurreição de 1935, de modo a caracterizar a tentativa da tomada do poder pela força, por parte do Partido Comunista. Expusemos as conseqüências do fracasso da "intentona", para o Partido, e mostramos como se deu o controle político do país, a partir deste evento, por parte do governo Vargas.

Procuramos indicar a posição do Partido Comunista em São Paulo durante e após a insurreição. Caracterizamos a posição do PCB com relação ao "golpe do Estado Novo" e a mudança tática adotada por ele na defesa da "União Nacional".

Caracterizamos o Estado Novo em sua organização e dinâmica. Destacamos a habilidade de Vargas no trato com as pressões políticas externas e internas e o lugar PCB nesse contexto.

Buscamos reconstruir os eventos responsáveis pela transformação do regime político e o novo caminho trilhado pelo Brasil a partir da ocorrência da Segunda Guerra Mundial. Colocamos em evidência a posição dos comunistas na luta contra o fascismo e na alteração dos rumos do país naquele momento.

Ainda neste capítulo, em sua parte final, analisamos especificamente o Partido Comunista no novo contexto e sua relação com o movimento operário. Buscamos apresentar evidências de sua ligação com a classe trabalhadora e a organização do Partido rumo à legalidade.

Na Segunda Parte , onde estão os três capítulos básicos desta dissertação, discutimos :

No capítulo II, a questão da transição do regime de ditadura para a democracia, enfatizando a participação popular no processo e a postura adotada pelo PCB nesse momento de transformação.

Procuramos evidenciar os acontecimentos relevantes na construção do modelo democrático brasileiro que se criou a partir de 1945. Destacamos a criação dos Partidos Nacionais, a legalização do Partido Comunista e a realização das eleições. Expusemos o resultado das eleições e o lugar de cada partido no processo democrático. Demonstramos os pontos que caracterizaram o governo Dutra, a idéia de democracia presente e sua ação com relação ao movimento operário e a participação das massas no processo político.

Buscamos reconstruir passo-a-passo, durante o segundo período de eleições, as estaduais e para governador, a tática adotada pelo PCB e sua inserção no processo político-institucional paulista.

No capítulo III apresentamos uma análise da Assembléia Legislativa Paulista, desde a redemocratização, com a estrutura de forças políticas, organizações partidárias e correntes ideológicas presentes entre os representantes.

Destacamos , na caracterização da Primeira Legislatura Estadual do pós-guerra, a luta política que se travou na Assembléia entre o Poder Executivo e o Legislativo, e a posição adotada pelo Partido Comunista diante dos fatos.

Finalmente, completando as idéias dos capítulos anteriores, apresentamos, no capítulo IV, uma análise, que se pretendeu completa, da bancada do PCB na Assembléia, suas principais orientações políticas e ideológicas , a prática das orientações do partido, apresentando eventos relevantes da ação do PCB na Assembléia e fora dela em São Paulo, no período de março de 1947 a 12/01/1948, quando os mandatos foram cassados e os comunistas tiveram que deixar a Casa Legislativa Paulista.

Acompanha ainda este estudo uma Cronologia, que liga a história do Partido Comunista à do Brasil, de 1935 a 1948. Uma seção de anexos documentais importantes e relevantes como suporte do que se discute aqui. A biografia dos deputados comunistas que compuseram a bancada do PCB na Assembléia Legislativa Paulista e um álbum de fotografias, com seleção de momentos importantes envolvendo o Partido no contexto descrito.

PRIMEIRA PARTE

O PCB , A "REVOLUÇÃO" E O ESTADO NOVO

CAPÍTULO I

O PCB EM DOIS TEMPOS

Da insurreição de 1935 à "União Nacional".

> " ...a Revolução de 35, menos do que pelo seu conteúdo bolchevique, ela é satanizada na cultura política brasileira pela ameaça de ruptura. Porque nunca houve nenhuma ruptura na história brasileira, tudo que diga respeito a ruptura é visto com imenso pavor. Não houve em 22, não houve em 89, não houve em 46 e não houve em 64, não houve em 85. Nós sobrevivemos a conciliações"
> **Paulo Sergio Pinheiro** - 1935 – O assalto ao Poder - documentário - TV SESC

A tentativa de tomada do poder pela força (insurreição de 1935) e a tentativa de ocupar o poder pelo voto (1945 e 1947). Aqui estão dois momentos da história do PCB que significativamente nos permitem compreender, as chamadas "mudanças táticas" do Partido Comunista, neste período de dez anos. O termo *mudanças táticas* – jargão criado pelo próprio PCB - pressupõe a idéia de que o Partido teve que se desviar de seu caminho – rumo à revolução - , para poder cumpri-lo mais tarde, ou seja, parece, pelo discurso, que a integridade do Partido nunca foi posta em questão, pois desde a insurreição de 1935 até a sua ligação com o poder institucional em 1945, sua intenção foi sempre a mesma, ou seja, chegar ao poder e fundar um Estado proletário[14]. Pareceria muito simples este raciocínio se não estivéssemos diante de questões mais complexas, que nos evidenciam que , o que os comunistas defendiam , nem sempre representava a realidade do momento que viviam.

---

[14] O Partido estava fundamentado nas teorias cientificas revolucionárias que justificavam sua posição de vanguarda da classe operária. Esta afirmação encontra-se presente em PRESTES, L.C.,"informes de balanço do CC do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil", IN Problemas, Rio de Janeiro, Vitória, dez.1954-fev.1955. nº 64.

Ao iniciarmos este trabalho pela insurreição de 1935 há que se perguntar: Qual foi o papel desempenhado pela ANL no contexto deste movimento? A chamada "Intentona Comunista" foi um plano, somente do PCB, para assumir o poder político no Brasil e implantar a *ditadura do proletariado*? Se foi, isto estaria justificando a validade do discurso do PC. Os fatos, porém, nos mostram que além de fracassado, o movimento, que redundou na revolta de 35, não esteve sempre sob o controle do Partido e não foi, também, um plano estrategicamente organizado pelo Comitê Central. A revolta esteve ligada às contingências de seu tempo, ou seja, foi produto de uma leitura errônea do momento político brasileiro [15].

As Estratégias da Ilusão

A Aliança Nacional Libertadora - movimento surgido no segundo semestre de 1934 - , pode ser caracterizada como uma versão brasileira, das frentes políticas contra a extrema-direita, surgidas na Europa. Lá como aqui - guardadas as devidas proporções -, representavam uma reação, através de alianças populares ou criação dos primeiros partidos-frente nacionais, contra o fascismo que crescia. Ora, no Brasil, os embates ideológicos entre os liberais, socialistas e fascistas, não eram tão intensos a ponto de fazerem surgir, o que se desenvolvia na Europa. A gênese deste movimento, que ganha contornos próximos aos das frentes-populares, deve ser procurado, portanto, no "movimento que, criado pelos remanescentes do tenentismo e obtendo desde cedo o apoio e o dinamismo da ação comunista, constitui-se como frente ampla de liberais e esquerdistas decepcionados com os rumos da Revolução de 30"[16].

Apesar de determinados historiadores - como, por exemplo, a professora Marly de Almeida Gomes Vianna - defenderem a idéia de que não se deve confundir a ANL com o PCB, o simples fato da escolha de Prestes, que nesta época já era membro do Partido, para a presidência de honra da Aliança, indica a ligação da ANL com o Partido Comunista.

---

[15] Prestes, fazendo um balanço dessa fase da vida do Partido, afirmou no Pleno de agosto de 1945 do Comitê Central : "São conhecidas as conseqüências da derrota de 1935 sobre a vida de nosso Partido que, ao fogo dos acontecimentos, se revelou o que de fato era – um pequeno partido, pouco ligado às massas, infiltrado de ideologias estranhas" "a Significação Histórica da Conferência da Mantiqueira" IN **Revista Problemas** , setembro de 1953, nº 49, pág.4

[16] BRANDãO, Gildo M.B., ***Partido Comunista, capitalismo e democracia*** (um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira: 1920-1964). São Paulo, 1992. mimeogr. (tese dout. Dep. Ciência Política, FFLCH. USP). pág. 74

A importância da ANL, no entanto, reside no fato de seu ineditismo em termos políticos, ou seja, a união de várias correntes com o mesmo propósito, o de quebrar aquela estrutura que tinha sido criada, com a revolução de 1930, - vista, em seu início, por muitos como uma revolução libertadora.

Não se pode negar a ligação da ANL com o Partido Comunista. As evidências apontadas abaixo falam por si:

a) o programa da ANL e seu manifesto de lançamento, eram muito próximos das principais teses do PCB, as quais fundamentam sua proposta da revolução agrária e antiimperialista,

b) a estrutura organizativa da Aliança, segue a mesma estrutura do PCB , divisão em células, comitês e secretariados municipais, estaduais e nacional.

c) dos seis principais organizadores da ANL, dois, pelo menos, tinham ligações diretas com o PCB, eram eles: Roberto Henrique Sisson, oficial da Marinha, secretário-geral da ANL e Francisco Mangabeira, que ocupou mais tarde posição importante nos quadros centrais do Partido.

A Aliança, não chegou a ser um órgão do Partido Comunista e procurou conquistar maior base de apoio fazendo valer a natureza reformista e não revolucionária do seu programa. Esta postura adotada pela ANL desagradava a ala tenentista revolucionária que fazia parte do PCB. Este ponto de atrito é especialmente importante para se entender a predominância do PCB na insurreição de 1935, apesar da luta armada estar sendo feita em nome da Aliança. A palavra de ordem era: "Todo poder à ANL".[17]

O ponto de divergência, descrito acima, nos leva a perceber que a insurreição não foi um plano organizado entre o Partido e a Aliança[18] e sim o resultado da preponderância da ala tenentista revolucionária, que dentro do PCB fez valer sua vontade, após o fechamento da ANL.

O discurso de Prestes no dia 5 de julho de 1935, concitando todos à derrubada do governo : "Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional

---

[17] "a revolução era feita sob a bandeira da A.N.L. e sua finalidade estava implícita na palavra de ordem da A.N.L. "todo o poder...A.N.L.! Por Pão,Terra e Liberdade!". BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (Memórias)*. São Paulo. Alfa-Omega. 1978. pág.272

[18] Destacamos, aqui, também, a existência da União Feminina do Brasil, que apesar de ser um órgão independente da Aliança, dava todo o apoio a ela e defendia, além de suas propostas de igualdade entre homens e mulheres, as reivindicações da ANL.

revolucionário.", precipitou o fechamento da ANL, por determinação de Getúlio[19] . As palavras de Prestes claramente representavam a ala insurrecionista do Partido Comunista.

Havia um descompasso entre os grupos que formavam a ANL. As estratégias no combate ao governo Vargas eram diversas. O que indica esse descompasso são as criticas feitas, na ocasião, a Prestes, pelo seu discurso de 5 de julho, além da ausência de Hercolino Cascardo (presidente da ANL) e Reis Perdigão, (secretário do Partido Socialista) que por terem tido contato com o conteúdo do "Manifesto de Prestes", horas antes da última reunião da Aliança, aí não compareceram por não concordarem com seus termos.[20]

Uma das mais significativas criticas veio de seu antigo companheiro da Coluna, o General Miguel Costa, que assim escreve em agosto:

> *"Vem o 5 de julho. Você, naturalmente pouco ou mal informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou o seu manifesto, dando a sua palavra de ordem de "todo o poder à ANL". Brado revolucionário, subversivo, só aconselhado nos momentos que devessem preceder a ação. Grito que, para estar certo, deve ser respondido pela insurreição [...] Veio o decreto do fechamento da ANL e este movimento popular não reagiu nem com duas greves organizadas. Os companheiros do Exército e da Marinha que se encontravam à frente da agitação estão uns presos, outros transferidos para os confins do Judas. As sedes da ANL acham-se fechadas, seus membros têm que se agitar na ilegalidade, com movimentos muito mais lerdos, muito mais difíceis, muito menos eficientes. Acho que a sua palavra, no momento, era indispensável. Mas, se você tivesse, em vez de pregar o assalto ao poder, recomendado a mais viva congregação em torno da Aliança, não se teriam precipitado os acontecimentos. Habituando-se a massa popular a cumprir as palavras de ordem, aos poucos, ela cumpriria a da tomada do poder quando a direção, mais tarde, assim o determinasse. Mas tal ordem só deveria ser dada quando o governo já se encontrasse na impossibilidade material de reagir. O contrário foi como atirar uma criança desarmada contra um elefante"*[21]

Fechada a ANL as esperanças dos comunistas se frustraram. Havia uma irreal expectativa de que, ao iniciar o movimento, eclodissem greves contínuas e de massa e que fossem iniciadas ações armadas no campo. Tal fato não ocorreu. "As greves além de

---

[19] Verificar anexo I, no final do capítulo, onde a partir do discurso de Prestes percebe-se a linha adotada , pela ala representada por Prestes, na Aliança, que neste momento já dominada pelo PCB, propunha a derrubada do governo de Getúlio.

[20] SILVA, Helio. 1935.....op.cit.,pág.186

[21] Citado em Fernando Morais, *Olga. São Paulo:Cia das Letras.1994.16ª ed. pág.86.*

diminuírem em freqüência, continuaram localizadas e com restrito apoio, e como eram dirigidas pelos comunistas tendo em vista a estratégia insurrecional, freqüentemente não atingiam os objetivos dos trabalhadores"[22].

Não há porque apresentar, aqui, detalhes da insurreição de 1935. O que nos interessa é sinalizar os acontecimentos que deram aos comunistas - após o fechamento da ANL -, a liderança do movimento.

Os líderes do PCB, acreditando que poderiam derrubar o governo, puseram em prática a insurreição[23]. Seu fracasso deveu-se à estratégia do Partido , de deflagrá-la sem o apoio e a presença das massas. A sociedade não esteve articulada nem representada e a classe operária, razão da ação do PCB nesta luta armada, não se identificava com o movimento armado e nem via o Partido, naquele momento, como o representante de seus anseios.

O PCB , sem se dar conta de sua falta de visão de contexto, fez o jogo, - que na Alemanha teve que ser montado - do grupo governista. A documentação disponível e a informação de alguns participantes dos acontecimentos - Basbaum afirma que o governo Vargas sabia com antecedência do movimento e deixou-o acontecer - denunciam os fatos. O combate que se seguiu , contra os comunistas e o comunismo , serviu de argumento para a implantação do Estado Novo.[24] Guardadas as devidas proporções, a Intentona Comunista foi nosso "*Incêndio do Reichstag*"[25].

Podemos caracterizar este movimento como uma "quartelada" contra o governo. A insurreição termina em fracasso, não houve mobilização para a tomada do poder. Era apenas o "militarismo conspiratório", que centrou sua ação nos quartéis e não na organização das massas para a insurreição.

---

[22] ROIO, Marcos Del. *A classe Operária na Revolução Burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935.* Série nossa terra. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1990. Pág.298.

[23] Sobre detalhes da insurreição, consultar cronologia, no final do trabalho.

[24] Sobre o fracasso do movimento de 1935, consultar, ROIO, Marcos Del. ***A classe Operária... Op.cit.***., onde há uma análise bem interessante., assim como a interpretação de Gildo Marçal Brandão BRANDÃO, Gildo Marçal Bezerra. ***Partido Comunista, capitalismo...***op.cit. pág. 78/79

[25] Existem várias versões sobre o fato do governo Vargas, ter conhecimento ou não dos planos antes do levante. Basbaum, por exemplo, afirma que "Já a conspiração e a trama do levante eram conhecidas" e que "Por uma provocação conseguida através de um falso telegrama estourou o movimento" BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera da República.* Volume III São Paulo: Alfa- Omega, 1977. pág.79. Levine aponta que "o levante foi puramente militar" e atendeu a necessidade locais, LEVINE, Robert M. *O regime...op.cit.*pág.157/186; Homero Costa, num trabalho de 1995, onde analisa basicamente o primeiro levante, o de Natal, defende igualmente a insurreição como resultado de elementos conjunturais locais e não um plano exclusivo dos comunistas de tomada do poder no Brasil. COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935. Natal – O primeiro Ato da Tragédia.* São Paulo:ensaio/ cooperativa cultural Universitária, UFRN,1995

Concordamos com Paulo Sergio Pinheiro, quando diz que esta experiência revolucionária esteve fora do tempo e de lugar.

> *" A III internacional renuncia a revolução, a quente de verdade, depois de 1919. As tentativas revolucionárias são exceções à regra de uma política, na verdade, não revolucionária. Por isso é que o caso da nossa Revolução Comunista no Brasil, em 35, parece tão chocante, porque ela está fora do "timing" da temporalidade da política da III Internacional. É mais um acidente do que uma decisão estratégica"*[26]

Frustrada a tentativa do PCB em assumir o poder, o que se viu foi uma grande repressão. Os partidos de esquerda e o movimento operário foram os grandes alvos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, criada por ocasião da insurreição, além do Tribunal de Segurança Nacional, órgão responsável pelo julgamento dos envolvidos na Revolta de 1935. Os militares, estavam, também, na pauta da repressão, principalmente aqueles que apresentaram simpatia à ANL. Tratava-se de reestruturar ideologicamente as Forças Armadas e separar as forças militares das vontades populares. Este controle, criado por Getúlio, permitia inclusive que dominasse grupos de elite que faziam oposição ao seu modelo de governo.

Mesmo após o fracasso e a grande repressão que se seguiu, o Partido não acreditava no fim do movimento continuando a conclamar as massas para a resistência e a tomada definitiva do poder. O desenlace destes acontecimentos e a mudança de postura adotada pelo Partido, no futuro, terão em São Paulo, seu palco mais importante.

---

[26] PINHEIRO, Paulo Sergio. Documentário – 1935 um assalto ao Poder - STV

O lugar da ANL e do Partido Comunista em São Paulo após a insurreição armada de 1935.

O Estado de São Paulo ocupou posição respeitável nos episódios que se seguiram. A reconstrução histórica desse período – o pós-insurreição - é importante para que entendamos a postura adotada pelo Partido daí em diante. Como se deu a chamada "virada tática" do PCB? Em que momento e por que houve a mudança de postura do Partido que passou a defender, ao invés de luta armada, a idéia de "União Nacional contra o fascismo" ?

Apesar da não participação de São Paulo no movimento, houve, aqui, uma ação enérgica por parte do governo em prender, não somente os comunistas, como qualquer pessoa que fosse considerada suspeita. Segundo o relatório de Amleto Locatelli, enviado da Internacional Comunista para o levante de 1935 - que esteve em São Paulo para preparar a insurreição - , "nos dez dias seguintes, em uma estrutura partidária que contava com um número de militantes estimado entre trezentos e quatrocentos, houve apenas vinte prisões" [27]. Ainda que, segundo o representante da IC, muitos comunistas não tenham sido presos, a sanha do governo em prender suspeitos e usar a truculência, foi grande.

Podemos dizer que a ação da polícia de Getúlio foi mais dura no Rio de Janeiro, onde um número maior de suspeitos, além dos principais componentes do Comitê Central, foi preso e interrogado.[28] Os comunistas do Rio - como nesse momento a ligação entre o CC e os CR's se interrompia - foram mudando suas perspectivas, apesar da dificuldade em assumir suas próprias responsabilidades.

Após a quase dissolução do centro decisório do partido, os comitês regionais, agora, mais ou menos independentes, começaram a se recompor. Em São Paulo, o Comitê Regional começou a se reorganizar no início do ano de 1936 - chefiado por Hermínio Sacchetta, já que Sebastião Francisco, secretário regional do PCB em São Paulo, havia sido preso -, seguido por vários outros comitês regionais no Brasil.

Ainda que no Rio de Janeiro a ação policial tenha sido grande - fazendo com que seus líderes, os que não foram presos, mudassem de tática -, já no início de 1936 o Comitê-Regional do Rio de Janeiro reunia, também, seu Bureau Político para discutir a

---

[27] Relatório de Amleto Locatelli à IC, citado por WAACK, Willian. *Camaradas*. São Paulo: Cia das Letras,1993, pág.238

[28] Vide anexo II

continuidade do "Movimento Revolucionário". Acreditavam eles que era possível arregimentar as massas rumo a continuação do processo revolucionário, que lutaria contra o "estado de guerra" e as leis de exceção implantadas pelo governo getulista[29].

Enquanto os comunistas se reorganizavam, e mantinham contato com a IC, que os apoiava, o governo de Getúlio construía uma política de repressão, principalmente com a decretação em dezembro de 1935, apoiada pelo Congresso, do "estado de guerra".

Em 21/03/1936, alegando *"recrudescimento das atividades subversivas"*, Getúlio assina novo decreto suspendendo diversas garantias individuais que o estado de sítio havia respeitado, tais como as imunidades parlamentares. Inicia-se, no Brasil, um período de "limpeza". O governo anunciou demissões em massa e o ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, revelou que as estradas de ferro, os bancos e a Companhia Light and Power estavam limpando a casa com a dispensa de empregados. Intelectuais e professores de universidades eram presos sob a alegação de que "os intelectuais eram os instigadores de tudo e que pregavam idéias subversivas". Vargas declarava que "os professores, [por exemplo] tinham sido mais perigosos do que os rebeldes porque usavam suas aulas e escritos para instilarem o comunismo na cabeça não suficientemente amadurecida dos jovens".

Devido a grande ação repressora do governo, em impedir qualquer manifestação ou formação de grupo, que lhe parecesse subversiva, esperava-se que o partido estivesse unido e coeso, na resistência, assim como as esquerdas , porém não foi o que se viu. Dentro do próprio PCB cisões e expulsões ocorreriam até o golpe de 10 de novembro de 1937. Havia, por exemplo, uma certa animosidade, tanto dentro das prisões quanto fora delas. A luta entre comunistas e trotskistas estava na "ordem do dia". O jornal *A Classe Operária* anunciava a expulsão de bancários do PCB e os descrevia como "fracionistas" e ligados ao trotskismo contra-revolucionário.[30]

A ANL , apesar de seu fechamento, continuava a existir clandestinamente , e era organizada como o Partido Comunista, com células, cada uma com secretário e chefes de organização, de propaganda-agitação e de finanças. Este tipo de organização denunciava a presença de comunistas na direção da Aliança.

A postura do PCB, na liderança do movimento, determinava, também, divisões na ANL clandestina. Em São Paulo havia um diretório da ANL, nas prisões – Miguel Costa e

---

[29] Vide anexo II .
[30] Cf. A Classe Operária, São Paulo, 194 - 08/04/1936

Caio Prado Jr. estavam presos no presídio do Paraíso - e um "diretório externo", que emitia uma torrente contínua de manifestos públicos e circulares internas, este mesmo diretório nas mãos dos comunistas não presos.

Destacamos, a partir de outubro de 1936, um movimento de repúdio ao Tribunal de Segurança Nacional, criado pelo decreto de 11 de setembro, por Getúlio, que funcionaria no Rio de Janeiro como órgão da Justiça Militar e que "existiria enquanto durasse o estado de guerra e até que tivesse julgado todos os casos de subversão".

Os presos, no Rio de Janeiro começaram um movimento de boicote ao TSN lançando dois manifestos. Estes nomeavam o Tribunal como "esse supremo escárnio lançado à face da Civilização". Denunciavam-no como sendo pior do que aqueles de Hitler ou os que tinham julgado espiões e traidores durante a I Guerra Mundial. Em São Paulo, por causa deste boicote, ocorreu naquele momento (24 de outubro de 1936) um choque entre o diretório externo da ANL e os membros presos do diretório da ANL que resistiram às instruções do grupo externo, pois não tinham conhecimento do que ocorrera no Rio de Janeiro. O grupo externo fez violentas críticas aos presos políticos de São Paulo e atacou, principalmente, os quatro indivíduos presos da ANL, inclusive o [vice-] presidente estadual, Caio Prado Júnior.

Caio Prado Junior, militante do PCB, concordava, até, com o boicote, somente não aceitava as imposições do chamado diretório "solto" da ANL de São Paulo. O Partido como um todo repudiava a existência desse "tribunal infame", tanto era assim, que Caio Prado e vários companheiros presos assinaram uma "proclamação aos presos do Rio" para manifestarem seu apreço quanto à luta empreendida pelos companheiros cariocas.

A ANL de São Paulo defendia a idéia da continuidade da luta e previa que "dentro de muito pouco tempo" aquelas "chamas esparsas" que crepitavam pelo sertão a fora [*referindo-se aos conflitos de terra que ocorriam no Nordeste e que eram vistos pelos comunistas como uma guerrilha do campesinato*] se transformariam "numa grande fogueira revolucionária".

Em decorrência da independência alcançada por São Paulo, já que era impossível contato com o Rio de Janeiro - Sacchetta, havia enviado um emissário ao Rio para colher ordens do CC, porém este, não encontrou ninguém -, o CR-SP, passou a adotar uma nova tática de organização que se constituía por "um governo que garantisse as liberdades democráticas." Adotou, portanto, uma política de forjar alianças, o que foi aceito pela ANL clandestina. A questão era lutar contra Getúlio e para isto já havia feito contatos

com Armando de Salles Oliveira - que desde dezembro de 1936 já se desincompatibilizara do cargo de governador do Estado de São Paulo para lançar-se à sucessão de Getúlio Vargas. Propondo um acordo, que representava, na ocasião de sua candidatura, oposição ao presidente.

Como o Partido não tinha mais um Secretariado Nacional efetivo, pois todos haviam sido presos, ou fugido para evitar a prisão, Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, no início do ano de 1937, saindo da Bahia dirigiu-se para São Paulo, onde resolveu organizar o Secretariado Nacional[31], contando , para isto, com o apoio do Comitê Regional de São Paulo, chefiado por Hermínio Sacchetta.

Enquanto esteve na Bahia, Bangu já havia decidido o envio para Moscou de Eduardo Ribeiro Xavier, o Abóbora, membro do partido, a fim de enviar um relatório e pedir orientações sobre a política a seguir. Aguardando a volta do emissário, o PCB continuava a tática de enfrentamento ao governo Vargas, defendendo a continuidade do processo revolucionário.

A tática do Partido, porém, vai se modificar, pois mensagens de Moscou solicitavam mudança de estratégia. Os PC's baseados em determinações do VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em 1935, deveriam formar Frentes Populares contra o fascismo, e "todos os operários do mundo deveriam unir-se na defesa da União Soviética, custasse o que custasse".

> *" O sétimo, e último, congresso do Comintern em 1935, em que estavam representados mais de três milhões de comunistas (785 mil em países capitalistas), através de 65 partidos, manifestou-se vigorosamente em favor de uma* ***frente única*** *dos partidos da classe operária e sua ampliação numa* ***Frente Popular*** *para conter o avanço fascista. Em sua principal intervenção, Dimitrov enfatizou que a escolha era, agora, não entre a ditadura do proletariado e a democracia burguesa, mas entre a democracia burguesa e a ditadura burguesa aberta e terrorista, representada pelo fascismo. A nova estratégia do Comintern ajudou a inspirar as Frentes Populares na França e na Espanha. Mobilizou o apoio internacional para a luta da República Espanhola contra o fascismo, como também para as propostas do governo soviético de uma frente de paz entre a URSS e as democracias burguesas ocidentais para fazer face à agressão fascista."*[32]

---

[31] As tentativas de organização de um Secretariado Nacional no nordeste, primeiro em Recife e depois em Salvador, não conseguiram se efetivar.

[32] *DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Editado por Tom Bottomore, na Inglaterra. Jorge Zahar editor: Rio de Janeiro. 2001. pág.198.*

Abóbora não teve muito sucesso em Moscou, porém a Internacional Comunista enviou um emissário que trouxe as seguintes orientações, específicas para o Brasil: "os dirigentes da IC não interferiam em nenhum partido, já que as direções nacionais eram autônomas, as diretivas eram claras no sentido de que a tarefa do PCB não era mais a preparação de uma insurreição armada, mas a luta pela democracia, o retorno do país ao regime constitucional e contra a retroatividade das leis. Para isso era necessário transformar a ANL em uma organização de ***frente única nacional*** com base em um programa comum de luta contra o imperialismo e o governo reacionário de Vargas. Como tarefa imediata era apresentada a diretiva de organizar um bloco eleitoral que " apóie ou apresente uma pessoa para a substituição de Vargas e que seja um democrata que assuma o retorno do país a um regime de liberdades democráticas para o povo e assegure uma verdadeira anistia para os presos políticos"[33]. Moscou estava recomendando, então, que a partir daquele momento o PCB, como estratégia, adotasse uma posição ultradireitista.

A direção nacional do PCB, que se deslocara para São Paulo e contava com a presença de Sacchetta (Paulo), Hílio Manna (Luiz) e Heitor Ferreira Lima (Barreto), membros do CR-SP, encontrava-se dividida, pois Bangu passava a privilegiar a burguesia como força motriz da revolução o que determinava seu apoio a José Américo de Almeida, candidato dos líderes políticos do Nordeste, que faziam oposição à candidatura de Armando de Salles. Isto não era aceito pelo CR-SP que defendia a revolução proletária, ou uma revolução liderada pelos operários. Além do mais, apesar das críticas que continuava a fazer a Armando de Salles, o Comitê Regional de São Paulo ainda o via como o único candidato de oposição a Getúlio Vargas.

A reunião do Secretariado Nacional , marcada para meados 1937, contou com o predomínio de Sacchetta, que conseguiu apoio da maioria dos CR´s para a formação de um comitê central provisório com o intuito de destituir Bangu, acusado por ele de "traidor da classe operária"; Sacchetta comporia um novo CC e seria o novo secretário geral.

A situação, no entanto, modificou-se, pois Bangu conseguiu apoio de representantes do Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e de alguns comitês regionais do Nordeste, além da adesão de um comitê regional paulista provisório que contou com a presença de Sebastião Francisco (que tinha chefiado o CR-SP antes de Sacchetta).

---

[33] KAREPOVS, Dainis. Op.cit. pág.117

Diante destas cisões, ou seja, da existência de dois centros decisórios, o partido corria o risco de se fracionar em muitas partes, perdendo sua unidade[34], o que determinou a intervenção da Internacional Comunista, que apoiou o grupo de Bangu[35]. Em novembro de 1937, o Bureau Político Nacional do PCB, então no Rio, expulsou Sacchetta, Issa Maluf, Heitor Ferreira Lima, Tito Battini, Alberto da Rocha Barros, Hílio Manna de Lacerda e outros, que passaram a aproximar-se do Partido Operário Leninista (POL), agremiação política que seguia as posições de Leon Trotsky no Brasil. Isto determinou que este grupo, liderado por Sacchetta, passasse a ser taxado de trotskista. Em agosto de 1939 Sachetta e seus companheiros fundam o Partido Socialista Revolucionário (Seção Brasileira da IV Internacional).

O Golpe do Estado Novo, o PCB e sua mudança "tática".

No mesmo mês em que o Bureau Político do PCB expulsava Sachetta e seus pares, Getulio Vargas, diante dos acontecimentos que desafiavam a manutenção de seu poder, decretava o Estado Novo.

Após o golpe de 1937, a ação do governo ditatorial será dupla. Ao mesmo tempo em que controla as oligarquias oposicionistas, reprime os movimentos populares.

A oligarquia oposicionista será excluída do poder com a extinção de seus partidos, e o afastamento de seus representantes de cargos públicos. A classe operária passará a ser tutelada a partir dos sindicatos oficiais , da proibição de greves, da manutenção das leis trabalhistas e da criação do salário mínimo, tudo isto reforçado com prisão, tortura e morte de líderes sindicais, não coniventes com o governo, que passarão a ser alvo, também , de Batista Luzardo primeiro e depois Filinto Muller, no Distrito Federal e Luiz Apolônio, em

---

[34] Dentre as "21 condições" para a admissão dos partidos comunistas na IC, parece que nesta data (1937) ainda se destacava, a 12ª que dizia " (...) o Partido Comunista só poderá desempenhar seu papel se estiver organizado de modo mais centralizado possível, se for mantida uma disciplina de ferro quase militar e se seu organismo central estiver munido de amplos poderes, exercer uma autoridade inquestionável e contar com a confiança unânime dos militantes"

[35] O grupo de Bangu, que se tornou hegemônico, passou a caracterizar, o grupo de Sacchetta, como traidor e fracionista, além de acusá-lo de trotskista e, portanto inimigo da classe operária; discurso próprio da ideologia stalinista do período. Mais tarde na revista Problemas nº 49 de setembro de 1953, o Partido faz a critica desse período dizendo: "Em 1936, um grupo de arrivistas, com Bangu à frente, se apossou da direção nacional do Partido, abandonando a sua linha revolucionária de 1935 e passando a seguir uma linha oportunista de reboque à burguesia".

São Paulo [36].

Quanto ao PCB após a insurreição - tomando-se como base a divisão estabelecida por Edgard Carone - , nos encontramos na primeira fase do movimento comunista (1937-1941)[37], que começa com o golpe de Estado, se caracteriza pelo impacto negativo do aumento da repressão (...) a repressão desarticula todo trabalho de organização e propaganda, obrigando os militantes a se abrigarem em novos lugares, sempre de maneira insegura.(...)"[38]

A sua reorganização se dará de forma insipiente e esporádica com a formação de comitês regionais, sendo os mais fortes os de São Paulo e da Bahia, já que o do Rio estava na mira da polícia.

A polícia do Estado Novo adota uma tática fundada na idéia do desmantelamento total das esquerdas e principalmente do Partido Comunista. A repressão passa a ser tão violenta que - desde 1935 e novamente em 1937 - , uma leva de comunistas sai do país e se exila no Uruguai, Argentina e na Europa, principalmente na França. No Brasil grupos tentam se rearticular com dificuldade. Entre dezembro de 1937 e abril de 1938, adotando essa nova tática, a polícia do Estado Novo relaxa a repressão, de modo a permitir a identificação de novos grupos, que passam a ter em seus quadros, agentes infiltrados.

Mesmo dentro destas perspectivas de organização quase impossíveis, ainda havia, aqui e ali algumas chamas que nos permitem levantar informações sobre o caminho percorrido pelo Partido em tão difícil período. O Comitê Regional de São Paulo, no início de maio de 1938, dias antes do "putsch" integralista, mesmo sem contato com o exterior e atendendo, portanto, orientações do VII Congresso da IC, se pronuncia "favorável a uma política de congraçamento e unificação...em torno de um programa, que realmente beneficie o povo e resolva a situação de crise em que se debate o estado"[39].

Esta política de "frente única" e união com as "forças de luta contra o fascismo", adotada pelo PCB, permitiu que o Partido passasse a apoiar Vargas quando da derrota dos integralistas por parte do Governo. Vargas recebeu carta de congratulações de 12 condenados da Ilha Grande. A missiva vinha encabeçada por Agildo Barata que cumprimentava o presidente, congratulando-o. "vimos , pela presente, congratularnos com

---

[36] Respectivamente, chefes de Polícia no Rio , um dos melhores investigadores do DOPS de São Paulo.
[37] Divisão estabelecida por Edgar Carone a partir de sua obra *A Terceira República.*
[38] CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945).* São Paulo/RJ: Difel, 1977.pág.218
[39] "Boletim do CR-SP do PCB – "União de todos os paulistas pela prosperidade e democracia e a paz! Em 02/05/1938. Arquivo Hermínio Sachetta, pasta 33.

a Nação Brasileira, na pessoa de V.Excia., pelo esmagamento da bárbara intentona integralista de 11 de maio"[40]. Prestes, da cadeia, enviando correspondência clandestinamente ao tenente Severo Fournier[41] em Julho de 1938, declarava, também sua intenção em formar uma frente única defendendo a idéia - que no futuro seria a palavra de ordem do Partido - de União Nacional contra o fascismo. Diz ele:

> *" a união de todos os brasileiros é o que reclamam, no dia de hoje, os supremos interesses do Brasil(...) unir em torno de um programa simples e concreto que satisfaça às necessidades mais imediatas de nosso povo. Que todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas opiniões políticas, suas crenças religiosas, suas tendências ideológicas, unam-se para a luta imediata por este programa de salvação nacional(...) Nesta luta, meu amigo, não devemos ver os homens e apoiar até o próprio Getúlio se, amanhã compreender a necessidade nacional de um tal programa(...)E é isto o que queremos e que você, como social-democrata, também não pode deixar de desejar. Será o congraçamento de todos os brasileiros, sem vencedores nem vencidos, para o bem do Brasil.(...) O nosso dever é pregar sem desfalecimentos e com a eloqüência dos convictos a necessidade da* ***União Nacional,*** *(grifo meu), em torno do programa que lhe expus."*[42]

A estratégia da ***União Nacional*** , defendida pelo PCB, indiretamente fortalecia o regime de Vargas, não identificado como fascista, por ter combatido os integralistas.

Apesar da mudança de postura com relação ao governo Vargas, no período de 1939 a 1941, onde se acenava um provável apoio a Getúlio, o Partido sofre seu maior revés. Foi praticamente desmantelado. "Desde maio de 1940, quando quase todo o CC do PCB foi preso pela polícia, e por mais de dois anos, não houve no país, praticamente, movimento comunista organizado. Minado pelo oportunismo e, depois, esfacelado, com os seus dirigentes presos, o Partido atingira o seu momento mais difícil".[43] Como se não bastasse, neste período, confundindo mais ainda o PC, ocorre o chamado "biênio da neutralidade"[44].

---

[40] Carta a Getúlio Vargas, Ilha Grande, 12/05/1938, (GV 38.05.13), 2 páginas. Citado por PRESTES, Anita Leocádia. ***Da Insurreição Armada (1935) à "União Nacional"(1938-1945). A Virada Tática na Política do PCB.*** São Paulo:Paz e Terra,2001. pág.41

[41] Preso por ter comandado o ataque dos integralistas contra Vargas em 11/05/1938.

[42] PRESTES, Luiz Carlos. ***Problemas atuais da democracia.*** Rio de Janeiro:Vitória, 1947. pág. 24 e 25. Cartas ao tenente Severo Fournier

[43] SODRÉ, Nelson Werneck. ***Contribuição à história do PCB.*** São Paulo. Global, 1984. pág.114

[44] Período que vai de agosto de 1939 a junho de 1941, quando a URSS assina com a Alemanha, o famoso , Pacto de Não Agressão.

O pacto teuto-soviético pegou o mundo comunista de surpresa. Assinado em agosto de 1939, mudava a posição que a IC defendera , até aquele momento. Da luta contra o nazi-fascismo, partia-se para a luta contra a guerra imperialista.

Assim refere-se a este pacto Paolo Spriano:

> *"Em 1939, registrado o fim da política das frentes populares, decide-se uma virada de 180 graus em relação às formulações do VII Congresso da Internacional (1935), com a assinatura do pacto de não-agressão germano-soviético. Por quase um biênio sobrevem o ambíguo período da neutralidade soviética, e a Internacional – aquilo que dela resta – mergulha numa custosa justificação, com as devidas omissões, reticências, ou então ênfases, que as exigências da política exterior da URSS requeriam. Exumam-se as palavras de ordem leninianas de 1914-1918 sobre a luta contra uma "guerra imperialista", assimilando-se assim a Segunda Guerra, por natureza, à Primeira, não obstante as variantes* [45]

Stalin tinha suas razões para estabelecer o pacto de não-agressão com aquele país, que até então havia sido grande alvo de ataques por parte da URSS. O acordo assinado em agosto de 1939 - que pegou o mundo comunista desprevenido - , apesar de toda a especulação que ainda se faz sobre ele , relacionava-se à crença de Stálin, de que a "política de apaziguamento", adotada pela Grã-Bretanha e França, somente encontrava resposta, na vontade desses dois países em fortalecer a Alemanha para que esta destruísse o mundo soviético.

Molotov, ministro das relações exteriores da URSS, discursando, diante do Soviete Supremo declara que "certas velhas fórmulas" não tem mais sentido nem curso legítimo: não se devia, por exemplo, falar mais de "potências pacíficas", em relação às democracias ocidentais. Aquelas potências deveriam se chamadas de promotoras da guerra. Acrescentava ainda mais "uma Alemanha forte constitui uma condição essencial, ou melhor, preliminar, para uma paz duradoura". Seu discurso foi referendado, mais tarde, por Dimitrov que afirma ser a Inglaterra , a França e os Estados Unidos, "os três países mais ricos, exercem seu domínio sobre as maiores vias e os maiores mercados do mundo, apoderaram-se das principais fontes de materias primas e mantem mais da metade do gênero humano submetida, sob a máscara da democracia, para poderem mais facilmente enganar as massas. Contra esta hegemonia mundial se lançaram, os Estados capitalistas, que entraram mais tarde na

---

[45] SPRIANO,Paolo. ***"O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947"***, IN HOBSBAWN , Eric J. (org.) *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol.10, 1987. pág. 130

via da expansão colonial. O verdadeiro sentido do conflito é o de guerra imperialista, tal como a Primeira Guerra Mundial"[46]

A IC, passa a adotar, então, uma política de "frente única de massas" em luta contra a social-democracia, contra os "lacaios" 'democratas' e 'radicais' do imperialismo".

Sem dúvida esta nova consigna afetará todos os partidos comunistas do mundo[47]. No Brasil não será diferente. Apesar de algumas críticas iniciais, levadas a cabo pelo grupo que, ainda dentro do CR-SP, fazia oposição a Bangu[48], o PCB responderá favoravelmente às novas orientações da Internacional Comunista. Apresentará, porém, uma posição dúbia, pois, em boletim de propaganda emitido pelo CR. de São Paulo datado de dezembro de 1939, continua a propor a "União Nacional contra o fascismo" e na seção Política Nacional esclarece :

> *"Caracterisamos o Estado Novo desde logo como um governo fascistisante e contra ele, em bloco, procuramos mobilisar todas as focas democráticas do país. Nossa palavra de ordem central passou a ser: "Pela união de todas as forças democráticas contra o Estado Novo fascista e o integralismo alemão"Nessa palavra de ordem concretizamos a nossa linha: luta contra o Estado Novo, em primeiro plano, em bloco, como o fascismo que está no poder e procura consolidar-se e, paralelamente, contra o integralismo, mantendo a massa sempre alerta contra qualquer tentativa de rearticulação e organização de golpes por parte dos camisas verdes"*[49]

No mesmo documento, em outra seção intitulada *"frente–única contra o imperialismo e a guerra"* diz o seguinte:

> *"A guerra que se desenvolve entre a Inglaterra, França e Alemanha, é uma guerra de comerciantes e industriais, de grandes capitalistas, de fabricantes de armas, de salteadores e opressores de nacionalidades[de] milhões de seres humanos. De um lado, o imperialismo franco-britânico, lutando para manter suas colônias e mercados conquistados em guerras de rapina ou com o ouro*

---

[46] O texto integral está nos *Cahiers du bolchévisme, XVII, 2° semestre de 1939/janeiro de 1940.* Citado em SPRIANO, Paolo. " O movimento comunista....op. cit. pág. 149/150

[47] Vide, por exemplo, a repercussão do pacto sobre o Partido Comunista Francês em CLAUDÍN,.Fernando. ***A crise do movimento comunista.*** Vol.2 – O apogeu do stalinismo. São Paulo: Global, 1986.pág.339/342.

[48] " Num estridente e breve manifesto mimeografado, proclamaram seu rompimento com o Comintern, o qual, diziam, traíra a democracia e os trabalhadores do mundo e fazia o jogo dos trotskistas, aliando-se aos nazistas" DULLES, John W. Foster. ***O Comunismo no...*** 1985. op.cit.pág.196

[49] Boletim de Propaganda do CR de São Paulo subord. Ao Comitê Central Provisório do PCB (Secção da I.C.) São Paulo, Dez/1939, 22 páginas datilografadas, ASMOB-CEDEM. Mantive a grafia original.

arrancado das costas dos trabalhadores. De outro, o imperialismo alemão lutando para tirar aos seus concurrentes o "direito" de explorar e oprimir os povos coloniais e semi-coloniais.Os imperialistas jogam seus interesses na guerra como um jogo de Bolsa, não lhes importando que esse jogo custe a vida de milhões de seres humanos e alguns anos de atraso para o progresso da humanidade.

Embora briguem entre si, os imperialistas no fundo estão todos de acordo em fazer a guerra e prolongá-la ainda por bastante tempo. As guerras sempre foram uma "saída" para as crises do capitalismo e sempre fornecem grandes lucros para os fabricantes de armamentos. O imperialismo, que procura arrastar as massas às trincheiras falando muito em Pátria, em civilização, em sentimentos humanos, não tem bandeira, não tem nacionalidade, não tem civilização, nem sentimentos. (...)

As massas populares, principalmente trabalhadores, é que são as únicas vítimas da guerra. Os imperialistas de qualquer jeito se arranjam,o que perdem num lugar ganham noutro e continuam do mesmo modo, preparando novas guerras. O povo tem que fornecer os soldados, tem que trabalhar mais e ganhar menos, é forçado a passar privações, para ser obrigado a lutar contra um outro povo irmão, que é da mesma forma oprimido enganado. Por isso deve se unir contra os imperialistas, contra os fabricantes de guerra. Em vez de dirigir as armas contra os soldados das trincheiras do outro lado, deve dirigi-las contra os seus verdadeiros inimigos, contra os organizadores da guerra.

Nos países coloniais e semi coloniais, os povos devem aproveitar enquanto os imperialismo os brigam, para libertar-se do seu domínio. Esta é nossa tarefa no Brasil. Estamos já dentro da esfera guerreira, por que os imperialismos norte-americano que controla quasi todo o nosso mercado e o governo de Getúlio e, auxiliando imperialismo franco-britânico numa guerra econômica contra a Alemanha, leva o Brasil a participar indiretamente nessa guerra econômica.

(...) a luta pela emancipação nacional está intimamente ligada à luta pela democracia em nosso país. O povo que é oprimido e explorado pelos magnatas imperialistas é o mais interessado em lutar contra êle e por isso precisa de liberdades democráticas. O governo de Getúlio que se apóia no imperialismo extrangeiro para argumentar e garantir a exploração do nosso povo, o Estado Novo reacionário, fascista, procura sufocar qualquer luta pela nossa libertação nacional.. Mas o povo brasileiro unido e reanimado, organizando-se aos poucos, destruirá êsse regime de moralidade e velhacaria, esmagará o fascismo e as garras imperialistas que sufocam o nosso desenvolvimento e a nossa liberdade.

(...) nada de ilusões e de e "torcidas" em favor de qualquer dos blocos imperialistas metidos na guerra. Tanto a Inglaterra e a França como Alemanha são potências imperialistas e portanto contra a "Sua" guerra, sem distinção, tratemos de mobilizar todas as nossas forças."[50]

Fica evidente, pela exposição destas idéias, contidas no boletim do CR-SP, que há uma identificação de propósitos com a IC, porém não se respeita fielmente o que determina Moscou. Parece que, em decorrência da Guerra na Europa - que

[50] idem

dificulta ainda mais a comunicação com a URSS - e pela falta de unidade do PCB - provocada pela repressão - há uma certa independência de ação, entre os quadros que conseguem se articular.

Não é possível desvincular a ação do Partido da opinião pública. Os anseios do PCB são, também, os da maioria dos brasileiros. Diante do conflito europeu, apesar de toda a censura do DIP e da repressão que não cessa, a corrente nacionalista é forte.

Em 1940, o Partido envia representante para o IV Congresso Nacional dos Estudantes e junta seus esforços na construção de uma "frente Única Nacional". Segundo João Cunha, em entrevista a Edgar Carone, esse Congresso "significou naquela oportunidade talvez a maior manifestação do povo brasileiro na sua luta para encontrar uma abertura democrática antifascista"[51]

Em abril deste mesmo ano o Comitê Regional do PCB do Rio de Janeiro lança, como o boletim paulista, um manifesto conclamando todo o povo brasileiro à União Nacional:

União Nacional contra o Imperialismo e a guerra!

União Nacional contra a crise e a miséria!

União Nacional pela Constituição democrática!

Termina o documento determinando a luta, com todas as forças, pela União Nacional. Pedindo a anistia a Prestes e a todos os presos políticos! Exigindo o barateamento do custo de vida e conclamando o combate contra o imperialismo. Defende, também, a neutralidade do Brasil frente ao conflito a pede a Paz e o cumprimento das leis sociais.[52]

O ataque alemão à URSS em 21 de junho de 1941 atingiria, não só o mundo comunista como também o chamado "mundo democrático", capitaneado pelos EUA, Inglaterra e França. O perigo que corriam estes países, diante da invasão da URSS, se esta fosse derrotada, levava o "mundo capitalista" a se solidarizar ao "mundo socialista".

Há também um ingrediente que deve ser levando em conta. Com o ataque alemão à URSS e a resistência encarniçada que se viu, por parte dos soviéticos, o mundo todo passava a ver este país como o salvador da Humanidade. Isto, porém,

---

[51] CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1922-1943).* São Paulo: Difel, 1982. V.1, pág.229

[52] CARONE, Edgar. *O P.C.B.*..... op. cit. pág. 227.

não interessava às potências capitalistas. Segundo Basbaum, " a guerra já havia deixado de ser uma luta entre "trusts" internacionais. Tornara-se numa guerra do povo, uma luta pela liberdade: Hitler e o nazismo deviam ser destruídos. Embora os interesses dos capitalistas ingleses e americanos servissem muito bem à destruição da URSS., uma vacilação nesse momento era arriscar a própria sorte".[53]

Iniciado o ataque alemão - a Operação Barba-ruiva - os comunistas do Brasil, de posse de confirmação da notícia, a maioria da própria cadeia, reviu suas posições quanto aos EUA, Inglaterra e a França. Tanto os comunistas de São Paulo – com destaque a José Maria Crispim que chegou a afirmar que "com a União Soviética na guerra, a revolução mundial tivera início" – quanto àqueles presos em Fernando de Noronha – que chefiados por Gregório Bezerra, passaram a recordar as palavras de Ghioldi, "que afirmara que Stálin fizera o pacto com Hitler em 1939 a fim de ganhar tempo e prepara-se para uma invasão como a que veio a ocorrer em 1941"[54].

Os comunistas de São Paulo, tanto aqueles presos quanto os que estavam em liberdade, se solidarizaram aos estudantes, do Largo de São Francisco, em sua campanha antifascista. Estes defendiam a guerra contra Hitler e apoiavam os planos de Roosevelt para o embate que se seguiria. Monteiro Lobato simpatizante do PCB escrevia um artigo – "que alegrou de fato os presos comunistas de São Paulo"[55] - predizendo o fim do Estado Novo.

Em julho o PCB distribui boletim conclamando a "frente mundial contra o nazismo" e lançando apelo à "União Nacional" e Vargas, recebe carta, em 13 de outubro, de três representantes do Secretariado Nacional do PCB, defendendo a *união nacional democrática* e um governo constitucional democrático. Em novembro, aproveitando-se dos bons ventos que sopravam em direção aos PC´s organiza-se "o "primeiro congresso pleno" da CTAL (Confederación de Trabajadores de América Latina), na cidade do México. Contando com a participação e a influência decisiva dos comunistas, o congresso apelou aos países latino-americanos para que estabelecessem relações diplomáticas com a URSS, declarando que " a guerra contra os regimes totalitários é a guerra dos povos latino-americanos e é uma guerra vital à

---

[53] BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera*..... 1968. op.cit. pág.124.
[54] BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Primeira parte: 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1979. pág. 285
[55] SANTOS, Davino Francisco dos. *A Marcha Vermelha*. São Paulo: Saraiva, 1948, pág.347-348

defesa dos interesses latino americanos".”[56]

Tudo levava a crer que as palavras proféticas de Monteiro Lobato estavam no caminho certo. Com o ataque japonês a Pearl Harbour , no mês de dezembro, os EUA entravam na Segunda Guerra Mundial , o que fazia com que o governo Vargas, pressionado pelos seus mais antigos "aliados" – EUA e Grã-Bretanha - tivesse que rever sua posição com relação ao Eixo e declarasse sua solidariedade aos EUA. Esta ação de Getúlio ganhou simpatia e apoio dos comunistas, e da sociedade brasileira, que a esta altura, já estava organizada em associações e grupos, lutando contra o "perigo nipo-nazi-fascista".

A luta da URSS contra os alemães e sua imagem mundial, fez com que a perseguição aos comunistas e às esquerdas amainasse, o que permitiu - não em São Paulo, nem no Rio, onde os olhos policiais ainda estavam voltados para suas antigas ações - que se realizasse, em 14 de dezembro, em Salvador a Conferência do Nordeste do PCB definindo a política de "União Nacional com todos os segmentos da vida brasileira para a defesa da pátria e combate ao inimigo comum da humanidade, o nazi-fascismo" .

Em 15 de Janeiro de 1942 instalou-se no Rio de Janeiro a III Conferência dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, que propunha uma união de esforços contra as futuras tentativas de ataque nazista sobre a América e o apoio aos EUA no conflito. Em 28 de janeiro Vargas anuncia o rompimento das relações com o Eixo. Uma nova etapa se inicia com grandes mudanças.

Síntese reflexiva

Procurou-se , neste item, demonstrar, através do levantamento de documentação e da contribuição de alguns historiadores, que se dedicaram ao tema – sem que fizéssemos a crítica contundente às suas posições – , desenhar um panorama do antigo Partido Comunista do Brasil , caracterizando-o em dois tempos. A tentativa de assumir o poder pela força – "Intentona Comunista" - e a "mudança de tática", rumo ao poder pelo voto. Tal construção foi , assim concebida, para servir como contraponto, na compreensão melhor do tema principal deste trabalho que é : A experiência Legislativa do PCB na Assembléia Legislativa de São Paulo, 1947-1948.

---

[56] PRESTES, Anita Leocádia. ***Da Insurreição...op.cit .pág.64***

DO GOLPE AO GOLPE

O Estado Novo e o Novo Estado

Duas datas, dois acontecimentos.

Os marcos, aqui delimitados, respeitam aqueles já determinados pela historiografia. São duas datas, 1937 e 1945, dois acontecimentos que a historiografia determinou como sinais que representam transformação. É a partir deles, portanto, que se fará a crítica do conceito de redemocratização do Brasil, após a deposição de Vargas.

O "Plano Cohen", "atirado à face da nação, em uma publicidade cavilosa, chamada nos jornais em 30 de setembro de 1937"[57] e que representou sinal verde para o processo de implantação do Estado Novo, segundo Hélio Silva, foi a maior "farsa, mentira, impostura, fraude, falsidade, felonia, traição, deslealdade, que se equipara em suas intenções pérfidas, de efeitos políticos calculados"[58], que o Brasil já presenciou. Independentemente de tantos ou quantos adjetivos possamos lhe dar , esse Plano - forjado pelos integralistas, e que seria um complô comunista para tomar o poder, com o auxílio de judeus, dai o nome Cohen, muito ao gosto de ideologias totalitárias que rondavam a Europa na época -, caia como uma luva, para que o Brasil repetisse, o que já havia acontecido, na Itália , na Alemanha e em Portugal[59] , ou seja, a implantação de um modelo de Estado autoritário e de exceção.

A 10 de novembro de 1937 tem início, no Brasil, o controle político, tanto de grupos oligárquicos que demonstravam propensão à oposição ao Governo Vargas[60], quanto e principalmente da sociedade civil, especialmente aquela parcela composta pela classe operária, que em decorrência das transformações econômicas ocorridas a partir de 30, aparecia no cenário político brasileiro como uma força que exigia participação, reivindicando seu lugar na construção dos destinos do país.

---

[57] SILVA, Helio. ***A Ameaça Vermelha*** : O Plano Cohen. Porto Alegre:L&PM,1980. pág.9

[58] idem

[59] O termo "Estado Novo" foi emprestado do regime implantado por Salazar em Portugal a partir de 1933.

[60] Forças de oposição eram representadas, entre outras, pelos candidatos à presidência José Américo de Almeida e Armando de Salles Oliveira.

Assim comunica Getúlio, pelo rádio, do seu escritório no Palácio Guanabara, na noite deste dia, a instauração do Estado Novo:

> *(...)" Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração.(...)*
> *(...) Fortalecido pela confiança das Forças Armadas e em resposta aos pedidos dos meus concidadãos, concordei em sacrificar o justo descanso a que tinha direito, com o firme propósito de continuar a servir à nação".*[61]

Duas são as principais correntes que tentam dar conta da compreensão desta fase, na história do Brasil. A primeira, de caráter liberal, que tem como representantes Roberto Simonsen e Benedito Valadares, procura situar o Estado Novo como parêntese ditatorial, provocado por causas conjunturais internas e externas, no processo de democratização das instituições políticas brasileiras, iniciado em 1930 e retomado em 1945. A outra interpretação, cujo representante é Edgard Carone, ao contrário, vê o Estado Novo como resultante do prevalecimento da vertente autoritária contida na própria Revolução de 1930, vertente essa que expressaria uma tendência estrutural nos países de capitalismo retardatário e dependente.

Na construção da argumentação deste trabalho , não podemos aceitar de forma acrítica nenhuma delas.

Se justificarmos a primeira como legítima, estaremos negando o que já foi afirmado , ou seja, que não houve antes do golpe de 37 e nem depois dele, nenhum modelo democrático de governo no Brasil, nem mesmo democratização das instituições. Desde que nosso país conquistou a independência política, sempre esteve sob o controle de aristocratas. Durante o Império e em seguida na República Velha, administraram a nação como sua propriedade , sem dar chances de participação à chamada "sociedade civil", se é que podemos caracterizá-la assim.

Se defender a segunda hipótese, estaremos, também descartando as influências externas, que foram muito importantes para a consecução do *coup de main* de Vargas. O que aconteceu em 10 de novembro de 1937, não pode ser entendido desvinculado de uma dinâmica internacional, portanto não pode ser reflexo exclusivo da revolução de 30. Não

---

[61] O que ele queria dizer é que estavam suspensas as eleições presidenciais e que, portanto, continuaria no poder.

podemos esquecer que, guardadas as proporções, este modelo foi implantado na Alemanha e Itália, paises onde o capitalismo não era retardatário nem dependente.

Não podemos estabelecer uma linha reta de identificação entre o modelo brasileiro do Estado Novo com aqueles europeus da Itália e Alemanha. Há, entre eles, semelhanças e também diferenças, senão vejamos:

> *"Se a matriz ideológica era a mesma, no sentido de que ambos os regimes se fundamentaram a partir de uma visão autoritária de governo e de organização de sociedade, distintas eram as dinâmicas históricas que os engendraram e as práticas políticas adotadas na Europa e no Brasil. O Estado Novo tinha em comum com o fascismo a mesma crítica à democracia parlamentar, à pluralidade de partidos e à representação autônoma de interesses, assim como tinha em comum com ele a mesma valorização do "Estado forte", tutor da sociedade civil. Mas o Estado Novo diferia substancialmente do fascismo europeu no plano das práticas políticas concretas, como,por exemplo, na inexistência de partido único, na ausência de intensa mobilização política de massa e na não-uniformização da elite dirigente. (...) a glorificação da pessoa de Vargas ("pai dos pobres"), mais folclórica do que mítica, só se iniciou três anos e meio depois de instaurada sua ditadura pessoal. Essas diferenças não foram acidentais: elas indicam fenômenos políticos e realidades sociais distintas"*[62]

Tal ponto de vista é compartilhado, por muitos historiadores como Lourdes Sola[63] que além de referendar essa idéia, identifica o Estado Novo como um modelo político autoritário que respondia, através da transformação da economia e da política brasileira, às necessidades de mudanças que o mundo passava.

A "Polaca", como foi apelidada, por ser baseada na Constituição fascista da Polônia de Pilsudzki de 1926, escrita, mesmo antes do golpe, - "desde fins de 1936 o texto da Constituição de 1937 está pronto"[64] - por um dos mais destacados intelectuais da época, Francisco Campos, o "Chico Ciência", dava ares de legalidade ao novo Estado e afirmava em seu prefácio que "atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social perturbadas pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, com o apoio das forças armadas e cedendo às aspirações da opinião nacional", resolve-se decretar a nova Carta[65].

---

[62] MARTINS, Luciano IN ABREU, Alzira Alves de, e tal (coords.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro : pós-1930.Rio de Janeiro: FGV. 2001. pág. 2044

[63] SOLA, Lourdes. *"O Golpe de 37 e o Estado Novo"* IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva. São Paulo:DIFEL. 1969. págs.257-284.

[64] CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945).* Rio de Janeiro/São Paulo:Difel.1977. pág.156

[65] A respeito da Carta Constitucional de 1937 consultar : CARONE, Edgar. O Estado Novo..1977; BRANDI, Paulo. Vargas da vida....1983; SOLA, Lourdes. O Golpe de 37...1969. LEVINE, Robert M. ***O regime de Vargas*****.....1980.**

A Política Interna do Estado Novo

Os mentores deste novo Estado pretendiam "reformar" o Brasil, concentrando os poderes nas mãos do Executivo e negando o modelo liberal. Segundo eles, este modelo, já tinha provado sua ineficiência, na baixa produtividade, falta de disciplina, falta de liderança unificada e orgulho nacional inadequado.

As reformas propostas pela nova Carta determinavam: a manutenção da idéia de federação, porém sem autonomia para os estados e municípios, proibindo bandeiras brasões e hinos pelos estados[66] , extinguindo a influência do Poder Legislativo[67], com a liquidação, como conseqüência, dos partidos políticos, nacionalizando as jazidas minerais e todas as fontes de energia – provavelmente aqui já se cogitava o controle sobre o petróleo – e defendendo as indústrias consideradas de interesse nacional para o desenvolvimento da economia e do poder militar da nação – aqui temos o peso das forças armadas na defesa dessas prerrogativas[68] -.

A Constituição de 37 estabelecia a criação do conselho de economia, organismo corporativo de cúpula - nunca convocado por Vargas - , surgindo em seu lugar, por vontade do presidente os "institutos corporativos" (café, açúcar, etc.); e o controle da "nova classe operária" através de toda uma legislação inspirada na *Carta Del Lavoro* de Mussolini, que incorporava toda a legislação social aprovada depois de 1930, ao mesmo tempo que estabelecia a proibição de greves e *lockouts* , considerados nocivos ao interesse nacional e danosos ao trabalho e ao capital.

Todas estas ações estavam justificadas e encontravam endosso nas palavras que Getúlio proferiu logo após o golpe.

Como lembra Lourdes Sola, Getúlio será o centro político do Estado Novo, principalmente porque, além de personificar o Estado , ele acaba desrespeitando o artigo 187 da própria Constituição que previa um plebiscito legitimador. Além de fazer uso do artigo 177, que autorizava o presidente a aposentar funcionários civis e militares, o que lhe

---

[66] houve o ritual de queima das bandeiras estaduais, após a outorga da Constituição, em 04/12/1937 no "altar da pátria" montado na esplanada do Russell, Rio de Janeiro

[67] "órgão no Brasil, contaminado pelo aventureirismo político e através do qual se mantinham, sem alternativa racional, os defeitos mais graves da sociedade patrimonialista em decomposição"

[68] Não esquecer as palavras do General Góis Monteiro, " um Estado forte com um Exército forte" , que além de identificar o Estado nascente com aqueles europeus, dava seu aval, e não escondia a participação do exército nesse mesmo Estado Novo.

dava o poder de coação, ainda se serviu do artigo 171, argumentando o estado de guerra mundial de 1939 a 1945, como justificativa para o adiamento do referendum. Enfim, Getúlio governaria durante todo o Estado Novo por meio de decretos-leis.

Apesar de tudo, as elites civis receberam a ditadura como um mal menor. Dias após o golpe um grupo de 80 membros do Congresso, já fechado, visitou o palácio do Catete para render sua fidelidade ao "grande defensor da Pátria". Os governadores fiéis a Getúlio, que se adiantaram a reconhecer o golpe como legítimo, permaneceram nos cargos como interventores, apenas Bahia, Pernambuco e Estado do Rio tiveram interventores novos. Na Bahia, o Coronel Francisco Dantas assumiu o posto no lugar de Juraci Magalhães, e seria substituído por Landulfo Alves em breve; em Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti demitiu-se e foi substituído interinamente pelo Coronel Azambuja Vila Nova que cedeu a vaga a Agamenon Magalhães; no Estado do Rio, por problemas de saúde, o Almirante Protógenes Guimarães foi substituído pelo, então, Capitão-Tenente Ernani do Amaral Peixoto, que se tornaria genro de Getúlio. Em São Paulo por questões de disputa pelo controle político do estado, o PRP, apoiou o golpe, porém, exigiu do governo federal a retirada de J.J. Cardoso de Mello Neto, do Partido Democrático. A questão foi resolvida com a troca de Cardoso de Mello Neto por Adhemar de Barros, em abril do ano de 1938.

O Estado Novo e sua política Externa

No plano externo as reações ao golpe de 10 de novembro serão diversas. Como era de se esperar, tanto a Itália quanto a Alemanha, receberam a notícia do golpe com satisfação e simpatia. Há, na realidade, uma identidade de propósitos entre o Brasil e essas nações européias. Goebbels, Ministro da Propaganda Nazista, elogia Getúlio Vargas e a nova Constituição, e alerta para a existência do perigo comunista no Brasil: a "iniciativa realista do Presidente Vargas é perfeitamente compreendida em todos os países onde possa existir o desejo e o interesse da defesa da civilização mundial, sem considerar, nos seus detalhes, as profissões de fé política que a motivam". Na Itália , além do grande empenho em apoiar os últimos acontecimentos no Brasil, contamos também com considerações favoráveis expressadas pelo presidente do Senado que estabelece uma relação de identidade entre o fascismo italiano e seu exemplo no Brasil.

Ao contrário do que afirma Paulo Brandi quando diz que : " a primeira decepção política do Eixo em relação ao Estado Novo foi a recusa do governo brasileiro em aderir ao Pacto Anti-Comintern, apesar da insistência italiana e alemã" , isto não ocorreu, pois o embaixador do Brasil em Roma , em contato com o ministro das relações exteriores e genro do Duce, Galeazzo Ciano, teria felicitado o governo italiano pela assinatura do Pacto Anti-Comintern[69] e dito que esperava que , o Brasil, muito interessado na luta contra o bolchevismo, pudesse aderir ao Pacto. De fato isso não ocorreu, ou seja, a adesão não se concretizou, porém a identidade ideológica que se consegue perceber pela posição, tanto de Göbbles quando do presidente do Senado da Itália, serve de elo de ligação entre o regime brasileiro e aquele fascista e nazista.

Com relação à reação norte-americana a imprensa estadunidense é a maior representante de sua postura. Ela estampa criticas e não esconde sua atitude frente aos acontecimentos. Assim comentava o golpe : "as noticias e os comentários de ontem e de anteontem foram acabrunhadores". Sem dúvida esta era também a opinião de Roosevelt, que combatia a exportação do nazi-fascismo europeu para a América. O presidente dos EUA, no entanto, é cauteloso, ele pressente o avanço nazi-fascista na América, mas adota uma postura democrática na relação com os países latino-americanos[70]. É essa mesma postura que propiciará, logo mais, a política da "boa vizinhança". O golpe só não foi mais rechaçado pelos Estados Unidos porque o embaixador Osvaldo Aranha[71], figura considerada liberal - cuja posição política era a de defesa da aproximação do Brasil com os EUA - , garantiu a Cordell Hull, na ocasião, Secretário de Estado norte-americano, a manutenção das relações amistosas com o Brasil. Sua atitude foi referendada pelos

---

[69] " em novembro de 1937, Ciano firmou, em Berlim, o tratado de adesão da Itália ao pacto anticomintern, que já tinha sido feito entre Alemanha e Japão no fim do ano precedente". VENERUSO, Danilo. *L'Italia fascista (1922-1945)*. Bologna:il Mulino.1981, pág.274

[70] " A ascensão das ditaduras na Europa enfatizaram a necessidade de unidade na América. Isto foi conquistado através de uma série de conferências: 1) a ***Conferencia do Rio de Janeiro*** (1933), condenando guerra de agressão e estipulando aos signatários o não reconhecimento de territórios adquiridos pela força; 2) A ***Conferência de Buenos Aires (1936),*** que foi acompanhado por Roosevelt, reafirmando os compromissos de segurança coletiva e promessas das nações Americanas na consulta conjunta , nas medidas de paz, se a guerra atingisse qualquer delas; 3) A Conferência de Lima (1938) adotava resoluções condenando perseguições raciais ou religiosas e declarando-se contra atividades estrangeiras que permanecessem leais aos seus paises nativos – duas medidas que se dirigiam especificamente à Alemanha nazista." BILLINGTON, Ray A. & RIDGE, Martin. American History after 1865.New Jersey:Littlefield, Adams,1981.pág.197-198

[71] " No dia seguinte ao golpe de 10 de novembro Osvaldo Aranha, em telegrama ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, declarava ser difícil desfazer a má impressão causada pelo golpe(...) junto à imprensa norte-americana. Suas primeiras reações foram contrárias ao novo regime e à nova Constituição, elaborada, segundo suas palavras, "por um anormal".(...) Em 15 de novembro (..) renunciou ao cargo de embaixador (..) no dia 17 Vargas telegrafou à Aranha recusando a renúncia por considerar a sua presença em Washington indispensável." ABREU, Alzira Alves de, e tal (coords.) Dicionário histórico..... 2001. pág. 298.

comentários do próprio embaixador dos EUA no Distrito Federal, Jefferson Caffery embaixador e amigo de Vargas -, que teria garantido a Hull , segundo o próprio presidente brasileiro, que o golpe não estava ligado de maneira nenhuma aos interesses japoneses, italianos ou alemães na América[72].

A consolidação do Regime

A peculiaridade do regime de Vargas, apontada e caracterizada por Sola e referendada por outros autores, como Carone, Brandi , Levine e Skidmore , reside no fato da existência de um jogo político duplo, adotado por Getúlio, que ora colocava o Brasil ao lado dos alemães, ora ao lado dos norte-americanos. Um país dependente como o nosso, não podia se dar ao luxo de desperdiçar todas as oportunidades e aproveitar o momento político internacional.

A consolidação político-administrativa, somente começa a se delinear após a *intentona integralista* de 11/05/1938. Até este acontecimento, porém, a posição de instabilidade em que Vargas ainda vivia, era clara. Isto é facilmente percebido por suas palavras , registradas em seu diário. Reconhece-se que mesmo entre as forças internas que o apoiavam havia uma certa infidelidade. Diz ele:

> *"Realmente, durante mais de três horas em que estive atacado no Guanabara pelos assaltantes e pela própria guarda do palácio, quase sem defesa, foi ele (o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra[73]) único entre os altos funcionários da administração que, com risco da própria vida, procurou salvar-me. Dos outros, os que não fugiram, procuraram primeiro garantir-se a si próprios"*[74].

Segundo sua filha, Alzira Vargas, que esteve presente durante todos os acontecimentos, " Filinto Muller atendeu logo – *a ligação telefônica feita por ela do Palácio Guanabara*[75] - e declarou que assim que fora informado do ataque havia mandado uma tropa de choque da Polícia Especial : já devia ter chegado". Meia hora depois, novo telefonema foi feito porque nenhuma força policial havia chegado. Nesta nova ligação Muller "confirmou o prévio envio de tropas e espantou-se de que não houvesse chegado a

---

[72] O que não deixava de ser verdade, pois o golpe não contou com nenhum auxílio externo, apesar de podermos estabelecer certas semelhanças entre os modelos.
[73] Grifo nosso
[74] VARGAS, Getúlio. ***Diário.*** V.2 (1937-1942). Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995. pág. 131
[75] Grifo nosso

seu destino. Declarou que iria mandar reforços sob o comando do Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias." Enquanto isso, "falei com o Sr. Francisco Campos, Ministro da Justiça, que transmitia, através do telefone, palavras de solidariedade admirativa e passiva." E os militares – com exceção de Dutra, que durante a madrugada chegou a aproximar-se do palácio, à frente de uma dúzia de soldados, mas, colhido em meio ao fogo cruzado e ferido de raspão, retirou-se, aparentemente , em busca de reforços – retardaram o contra-ataque ao Palácio Guanabara"[76].

Comentários de Edgar Carone, justificadores, portanto, da idéia defendida neste trabalho, de que até aquele momento Vargas ainda não era o senhor único da situação, dão conta do quadro político naquela ocasião.

> *" a inércia aparece mais como proposital, pois se Getúlio fosse morto, facilmente seria substituído por um dos grupos da sua entourage, pois o ataque integralista não tem condições de ser vitorioso, ou, se vitorioso, Dutra e Góes Monteiro, e Filinto Müller, mantêm relações cordiais com Plínio Salgado"*[77].

Derrotada a intentona, os perigos que pairavam sobre a cabeça do presidente, começavam a se dissipar. Getúlio, apresentado às massas[78] como vitima, e ao mesmo tempo salvador do Brasil contra o perigo nazista, ganhou força política, propondo mudanças:

> *" em menos de um mês, três decretos-lei colocariam em vigor as medidas repressivas do governo: o de nº 428, de 16 de maio, transformando os julgamentos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) em ritos sumários; o de nº 431, de 18 de maio, instituindo a pena de morte e restabelecendo, em caráter definitivo, o artigo 177 das Disposições Transitórias, relativo à aposentadoria ou reforma de funcionários civis e militares no interesse do serviço público ou do regime; e o de nº 474, de 8 de junho, ampliando a competência do TSN para julgar todos os adversários do governo."*[79]

Fortalecido politicamente, depois da implantação dessas leis e do envio para o exílio de seus desafetos políticos – os líderes da oposição oligárquica : Armando de Salles Oliveira, Julio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e Otávio Mangabeira - restava, agora,

---

[76] PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai. Porto Alegre:Globo, 1960. pág.185-194*

[77] CARONE, Edgar. *O Estado Novo*...1977 op.cit. pág. 270

[78] "Passara a noite em claro.(...) após o almoço(...) passei pelas ruas da cidade, ovacionado pela multidão. O fato teve grande repercussão no interior e exterior. Grande afluência de gente." VARGAS, Getúlio. ***Diário.*** V.2 ..... 1995. op. cit. pág. 131

[79] Nota de rodapé que esclarece posição adotada por Vargas em seu diário. Idem pág.132

por em prática, de forma hábil, o controle sobre as duas principais forças antagônicas de seu governo, representadas, de um lado por Góis Monteiro e Dutra, simpáticos ao regime alemão e do outro Osvaldo Aranha, político do tipo liberal pró Estados Unidos.

Se no plano interno era, até, possível o controle dessas duas forças, no plano externo a situação não estava tão sob controle assim. Tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha procuravam influenciar esses grupos, representados por Aranha e Góis Monteiro, a fim de conseguirem seus intuitos. Vargas teve que contemporizar com ambos, ao mesmo tempo que adotava uma tática de protelamento, em termos de política externa, que "não implicava em adesão definitiva, mas em compromissos parciais"[80].

Por questões históricas e comerciais, nossa aproximação com os EUA, deveria ser maior, mas os tratados com a Alemanha, mesmo na base do *marco compensado*[81] eram interessantes, não só para os germânicos, como também para o governo brasileiro naquele momento.

Diante das evidências cada vez mais fortes da inevitabilidade de um conflito na Europa, os EUA saíram à frente e retomaram uma aproximação, não apenas comercial – que já era grande, pois os EUA eram o nosso maior comprador - como política – na defesa do ideal de democracia, muito ao gosto das camadas médias e burguesas brasileiras - e "amistosa" – Roosevelt estava muito preocupado com a imagem dos EUA na América Latina - com o Brasil.

O Presidente Roosevelt em 10 de janeiro de 1939 fez um convite ao governo Brasileiro, enviando o seguinte telegrama a Vargas: "durante os últimos meses várias questões de grande importância nas quais nossos dois governos são igualmente interessados" *exigem discussão*[82] (...) "e com tal propósito, eu formulo, por intermédio de V.Excia., um convite a seu distinto Ministro das Relações Exteriores, Dr. Osvaldo Aranha, para visitar Washington, como hóspede deste Governo"[83]. O que os Estados Unidos pretendiam, desde o começo, quando aceitaram a ditadura de Vargas é não permitir que o Brasil caísse sob o domínio alemão e italiano.

A aproximação com os Estados Unidos, representada pelo convite e visita de Osvaldo Aranha a Washington, gerou um desconforto entre o presidente Vargas e o grupo representado por Góis Monteiro e Dutra. No dia posterior ao retorno de Osvaldo Aranha ,

---

[80] SOLA, Lourdes. "*O Golpe do Estado Novo....op. cit.pág.274*

[81] Comércio feito à base de troca, trocavam-se, por exemplo , produtos agrícolas brasileiros com armamentos alemães.

[82] Grifo nosso

[83] SILVA, Helio, 1939: *Véspera da Guerra.* Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1972. pág.131

Getúlio, adotando sua tática, discursa no Arsenal de Guerra, afirmando conceitos diferentes daqueles defendidos por Aranha nos EUA. " Nada temos com a organização interna de outros países, como não aceitamos interferências estranhas na nossa organização". A posição adotada por Getulio, naquele momento, criticando a idéia de isolamento da América e, por conseguinte, do Brasil do "perigo fascista", - posição norte-americana defendida em reunião com nosso ministro do exterior - representa a posição do Exército, que o sustentava politicamente, contra aquela linha pró-americana.

O governo alemão, apesar do descontentamento, não escondido, com a decretação, por Vargas, das leis nacionalistas no Brasil, que prejudicavam a liberdade dos alemães - principalmente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul[84] - , ainda manteve relações cordiais com o Brasil. Eles sabiam que a aproximação que os EUA pretendiam, enviando, o General Marshall e solicitando a visita de Góis Monteiro - que se deu em maio de 1939, logo após a volta de Aranha -, estreitava os laços militares entre os dois países.

Já havia sido feito um convite ao governo brasileiro, por parte do governo alemão, em fevereiro de 1939, época em que Osvaldo Aranha partiu para os EUA. É nesta época que oficias da Força Aérea Brasileira[85] são recebidos por Göring na Alemanha e é também neste período que parte para Berlim, numa viagem de estudos, o "jovem Vargas", filho de Getúlio para estudar na Universidade da capital alemã, por 6 meses. É neste período , também, que o governo brasileiro compra material bélico da fábrica Krupp e recebe o convite para que Góis Monteiro fosse assistir as manobras militares na região da Silésia.

Esse jogo duplo ainda vai perdurar por algum tempo. Mesmo quando a guerra tem início em 01 de setembro de 1939 e o Brasil decreta a neutralidade[86], justificando-a a partir da posição adotada na Conferência do Panamá[87] - que estipula o estreitamento dos

---

[84] Leis que proibiam escolas estrangeiras e obrigavam o uso da língua portuguesa em todo o território nacional, além de fechamento dos partidos políticos, inclusive o nazista, no sul do país, e da solicitação, por parte do governo brasileiro, de substituição do Embaixador alemão, Karl Ritter, por outro diplomata "menos ousado".

[85] Termo emprestado de Edgar Carone para designar as forças aéreas que estavam ligadas à Marinha e ao Exército. Sabemos, no entanto, que a FAB somente foi criada em 20 de janeiro de 1941, pelo Decreto-Lei nº 2.961, junto com o Ministério da Aeronáutica ao qual é subordinada.

[86] Verificar *Regras gerais de neutralidade* em CARONE, Edgar, *A terceira República*..op.cit. págs.50-55

[87] " para unir os Americanos e guardá-los contra a ação dos "quinta-coluna" e simpatizantes dos alemães, Roosevelt convocou , para uma reunião, todos os ministros do exterior das repúblicas Americanas, na cidade do Panamá em setembro de 1939. O resultado *A Declaração do Panamá"*, estabelecia um cinturão de proteção de 300 a 1000 milhas e alertavam os beligerantes contra ações navais nesta área". BILLINGTON, Ray A. & RIDGE, Martin. American History....1981 op.cit..pág.203.

laços de solidariedade entre os povos do continente americano[88] - , militares brasileiros continuam a ovacionar as forças nazistas , até por ocasião da derrota da França.

Em 11 de junho de 1940 Getúlio - para descrédito dos norte-americanos - pronuncia discurso inflamado na defesa do Eixo. Diante da força apresentada pelo exército nazista, Vargas , pelo seu discurso, reconhece a Alemanha como a futura vencedora da guerra

> *"...marchamos para um futuro diverso do quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social, ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém , como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma era nova. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis"(...) a ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos inúteis e semeadores de desordem"*[89].

A repercussão do discurso de Vargas é imediata. Internamente apóiam o presidente, Góis Monteiro e Dutra contra a crítica de Osvaldo Aranha, que diz não se demitir para não entregar o Governo ao "jugo exclusivo dos germanófilos". Externamente, enquanto os alemães comemoram o discurso de Vargas - o que representa para eles a manutenção dos acordos comerciais e o afastamento do controle norte-americano - , a Inglaterra e a Argentina condenam as palavras de Getúlio.

A reação maior, no entanto veio dos EUA que através de seu embaixador Jefferson Caffery reagiu e cobrou posição de Osvaldo Aranha . Este procurou pressionar Vargas para que tentasse consertar o que foi mal entendido pelo presidente Roosevelt. Vargas enviou telegrama ao embaixador brasileiro em Washington, como forma de justificativa, e disse ser o discurso de 11 de junho um aviso aos brasileiros, para que estivessem

---

[88] Reforçados pela reunião da Comissão Interamericana de Neutralidade, no Rio de Janeiro em janeiro de 1940

[89] VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil:* VII, no limiar de uma nova era (29 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, págs. 331-335.

preparados para a nova realidade que estava por vir e que não o considerava [o *discurso*] como uma contradição nas relações que o Brasil mantinha, até aquele momento , com os EUA. Terminava o telegrama, no entanto, dizendo que não voltava atrás e nem se retratava de nenhum dos conceitos emitidos.[90]

Getúlio se define

É no ano de 1940 que Vargas inicia a aplicação de seu "plano qüinqüenal", que já tinha sido elaborado em conjunto com o Ministro da Fazenda, Souza Costa. Pretendia Getúlio, aproveitar-se da situação internacional para colocá-lo em prática. De seus planos constavam: a construção de estradas de ferro e de rodagem; a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso; fábricas de aviões e motores brasileiros e é lógico, uma usina de Aço. "Apenas parte desse plano foi levado a cabo, mas a importância, para a vida nacional das inovações efetivas, não foi pequena"[91].

É também, neste ano que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) começou a adotar uma campanha de construção do mito. O trabalho, junto às massas é eficaz, apesar da baixa qualidade do material impresso pelo Departamento. Jornais, revistas e emissoras de Rádio participam, por exemplo, de propaganda destacando as qualidades e o perfil de político impoluto e abnegado que se concretiza na figura de Vargas. "Ele é gaúcho e por isso acostumou-se a enxergar um vasto horizonte pela frente" é destemido e apresenta "coragem, magnanimidade e singeleza" (..) " magnânimo e nobre, não há exemplo de se ter prevalecido, uma vez sequer, de sua autoridade para uma perseguição e a sua brandura é tradicional, mesmo para o adversário que pega em armas contra ele"[92]. O DIP encarregava-se de usar toda a máquina do Estado para construir, nacionalmente, a imagem que precisa ser imposta. É a construção do Estado Nacional que necessitava desses mecanismos e de um ícone. "Getúlio transformou-se na liderança simbólica de todas as realizações do governo e do projeto de "construção nacional". "[93]

---

[90] O telegrama de Getúlio Vargas está em *Arquivo Vargas,* 13.6.1940 . CPDOC. Em seu diário Vargas assim se refere ao discurso : " O discurso que pronunciei teve muita repercussão, produzindo alguma surpresa pelo tom, julgado muito forte e, por outros, tido, insensatamente, como germanófilo" VARGAS, Getúlio. ***Diário.*** V.2 ..... 1995. op. cit.pág. 319

[91] SOLA, Lourdes. "*O Golpe do Estado Novo....op. cit.* pág.*275.*

[92] Em ***O Estado de São Paulo***, por ocasião da comemoração do aniversário de Vargas em 19.04.1940.

[93]BRANDI, Paulo. Vargas da vida....1983. op. cit. pág.142

Um presidente que se confunde com a Nação , um projeto econômico que precisa de apoio e duas nações que disputam a "amizade" do Brasil, esse é o contexto.

Mesmo tentando adquirir autonomia, Vargas ainda será pressionado, tanto por Aranha e Góis Monteiro, quanto pelos EUA e Alemanha. Vagarosamente, a situação se transforma. Tanto os EUA, por sua localização e influência, quanto a Inglaterra, que prende navios brasileiros na Europa[94], farão com que Getúlio - ainda que secretamente - faça mais o jogo desses interesses.

É o discurso proferido pelo presidente em 25 de junho de 1940, onde este reforça a idéia do pan-americanismo e o fortalecimento econômico e militar para o Brasil, que faz disparar, no governo alemão, a cartada final rumo a manutenção , de nossas das relações econômicas , com seu país. Após o discurso, o Reich autoriza seu embaixador, Kurt Prüfer, a oferecer a Vargas um empréstimo de trezentos milhões de marcos e a construção de uma siderúrgica, que seria montada logo após a guerra.

Até aquele momento o governo norte-americano não cedia à idéia da construção de uma usina siderúrgica no Brasil, porém, após a notícia da proposta alemã e de correspondência urgente do embaixador Caffery, ao governo americano, - solicitando rapidez na decisão sob pena de se perder o Brasil para os alemães – Getúlio recebe em setembro de 1940, dos EUA, o empréstimo, via EXIMBANK, de 20 milhões de dólares. Este importe permitiu a fundação da Cia Siderúrgica Nacional e logo em seguida a construção da usina de Volta Redonda (1941).

A própria situação de precariedade de nosso material bélico, mais o empréstimo feito pelos norte-americanos e a possibilidade de termos aqui, fábricas de armamentos e reaparelhamento do exército, fizeram com que as Forças Armadas, representadas pelo "grupo germanófilo", repensassem sua posição. Em outubro de 1940 Góis Monteiro viajou para Washington para organizar a formação de uma comissão militar mista Brasil-EUA.

As pressões norte-americanas continuaram de forma a permitir às autoridades de Washington o domínio do Brasil. Segundo Stanley Hilton, "Os Estados Unidos de Roosevelt, não foram essencialmente diferentes do Reich de Hitler *[no sentido da luta pelo controle do país]* (..) durante a guerra, no entanto, Washington fará um "jogo duplo" com o Rio de Janeiro, continuando seus planos de dominação do Brasil ao mesmo tempo em

---

[94] A Inglaterra retem dois navios brasileiros (Siqueira Campos e Bagé) nos portos de Lisboa que traziam para o Brasil (um em outubro de 1940 e outro em janeiro de 1941) armamentos encomendados desde 1938.

que formula planos para um programa de assistência militar no pós-guerra para a América Latina"[95].

Os EUA não abriam mão de estabelecer com o Brasil um "acordo" militar que permitisse a eles, principalmente a construção de bases militares no litoral Brasileiro (Natal, ilha de Fernando de Noronha). O governo norte-americano temia que se os alemães dominassem todo o norte da África, estariam mais perto da América e principalmente do Brasil. O receio americano era grande. Dos EUA partia uma "advertência do General Amaro Bittencourt, (...) feita ao Presidente da República por intermédio do Sr. Luís Vergara : "Essa parte (a cessão de bases aéreas e navais no Nordeste), é fundamental na nossa cooperação militar. Está prevista de modo definitivo. É tão séria que se nós falharmos, os Estados Unidos irão ao extremo de instalar e utilizar essas bases mesmo pela força"[96]

A advertência da missão militar brasileira em território norte-americano não era infundada. Desde 1939 a O.S.S.[97] , organismo precursor da CIA, já estava na América Latina, e principalmente no Brasil, levantando dados e organizando relatórios secretos que permitiam aos EUA um panorama completo da situação. Estes relatórios apresentavam análises acuradas e considerações que eram baseadas em estudos de geografia, história, características sociais, políticas e econômicas[98].

Em janeiro de 1941, como resultado das transformações ocorridas, principalmente em relação ao grupo de Dutra e Góis Monteiro[99], que passaram a aceitar a "ajuda militar" norte-americana por causa da impossibilidade de se continuar a manter relações comerciais com a Alemanha, Vargas "autoriza secretamente a construção de uma base aérea norte-americana na importante região estratégica do Nordeste, com vistas a uma futura guerra contra a Alemanha na África do Norte, em que o Estado do Rio Grande do Norte deveria ser o "trampolim da vitória" "[100], além disso, o presidente , cria o Ministério da Aeronáutica e escolhe Salgado Filho, amigo de Osvaldo Aranha, para a chefia da pasta, o que agrada sobremaneira os EUA.

---

[95] HILTON, Stanley E., *"Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro "Axis" during the World War II era"* Hispanic American Historical Review Vol.59, nº 2 (May, 1979) : 201-202..

[96] BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera.....* 1968. op.cit. pág.122

[97] Office of Strategic Services.

[98] O.S.S./State Department Intelligence and Research Reports.

[99] Assim Getúlio faz referência, em seu diário, aos encontros e desencontros com seus assessores nessa ocasião : " Há excessos a corrigir e imposições a conter, mas, talvez, só alterando algumas pedras do xadrez". VARGAS, Getúlio. ***Diário.*** V.2 ..... 1995. op.cit. pág. 372

[100] BETHELL, Leslie. Brasil. IN: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian(org.). *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pág.65

Desconfiados, ainda, da fidelidade de Vargas aos acordos firmados, os EUA, continuavam no Brasil , a produzir centenas de relatórios que pretendiam dar a conhecer melhor, aos americanos, as possibilidades em nosso território. Mesmo depois de ter sido efetivado o acordo de 24 de julho de 1941 - regulando as atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Oficiais de Estado-Maior, pelo qual o Brasil comprometia-se a "construir bases aéreas e navais e autorizar o seu uso por outros países do continente, organizar a defesa das nossas costas" com o auxilio dos Estados Unidos - o trabalho de inteligência continuava.

Em relatório secreto de 13 de outubro de 1941, contendo 15 páginas, – *Preliminary report on the elements of insecurity in Brazil* – o governo dos EUA reconhece a importância do Brasil no hemisfério e aponta, ainda, o perigo nazista que "ronda a América". Pelo documento nota-se que o interesse pelo Brasil relacionava-se , não à idéia de proteção de nosso território simplesmente - como nação amiga e americana - e sim ao uso do mesmo para que a nação norte-americana não corresse perigo num futuro enfrentamento com os nazistas. Assim o relatório apresenta esta questão, como outras considerações que justificam as pretensões norte-americanas no Brasil:

> *" O Brasil ocupa uma estratégica, assim como incerta posição, em relação à emergência presente e o desenvolvimento futuro do hemisfério Ocidental.*
> *Geograficamente, o Brasil está de maneira tal situado que se uma potente nação européia, militarmente forte, se estabelecesse em Natal, poderia dominar o mar e as linhas aéreas*[101] *entre os Estados Unidos e a América do Sul assim como avizinhar-se do Caribe. Presentemente o Brasil não pode ameaçar nenhuma força estrangeira no campo militar porque seu Exército e Marinha são inferiores até aos da Argentina. No entanto a Alemanha poderia conseguir estabelecer uma cabeça-de-ponte na África Ocidental e o Brasil desenvolveria uma política pró-Eixo, assim sendo o flanco sul direito dos Estados Unidos estaria seriamente ameaçado.*
> *O Brasil é a maior nação da América Latina e tem a maior população também.* (...) Sua economia é essencialmente colonial . Seus quase intocados recursos naturais e sua posição estratégica fazem do Brasil uma área de exploração desejada pela Alemanha. Hitler já assinalou que a dominação do Brasil seria uma solução para os problemas econômicos da Alemanha. Se a Alemanha se estabelecesse no Brasil ela, provavelmente, dominaria quase toda a América do Sul.
> *A população do Brasil é de 45,000,000 e compõem-se de uma mistura de 3 raças, Brancos, Negros e Índios. O elemento oriental, em comparação ao resto é pequeno.(...) Se a agressão nazista obtiver sucesso, não há dúvida que os brancos ficarão tentados a dominar os outros elementos da população.*

---

[101] As frases grifadas foram mantidas como no relatório original.

O impacto econômico da guerra não tem sido sentido no Brasil, no mesmo nível que tem ocorrido em outros países da América Latina mas seus líderes têm-se aproveitado da situação para conseguir vantagens econômicas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

O Brasil é controlado, no momento, por um ditador que tem professado sua aderência à frente pan-americana, mas tem, de tempos em tempos, pessoalmente ou através de seus porta-vozes, professado grande admiração pelo fascismo. Se os Estados Unidos for envolvido numa Batalha no Atlântico e pressionado pelos eventos no Pacífico e os líderes brasileiros sentirem que a Alemanha está no caminho da vitória, é possível, se não provável, que o governo brasileiro desenvolva uma política pró-Eixo. (...) a orientação ideológica do governo de Vargas está aberta a dúvidas.

As influências de ideologias políticas estrangeiras não podem ser ignoradas. Primeiro Fascismo, então nazismo e por último, falangismo com os seus neo-católicos simpatizantes , tem tido seus agentes no Brasil e inquestionavelmente têm seus seguidores.Os Integralistas, oficialmente dissolvidos em 1937, tem seus quadros clandestinos. O Partido Comunista, de outro lado, nunca teve muita força. No entanto, as massas como força na vida política do País, não devem ser desconsideradas.

Os eventos na Europa estão ocorrendo de forma tão rápida que é necessário considerar que as forças da sociedade que operam no Brasil podem ameaçar a estabilidade do presente governo brasileiro, oficialmente amigo dos Estados Unidos, e forças que podem persuadi-lo a mudar sua atitude oficial"[102].

O relatório se estende abarcando ainda *"Vida política e controles"*, onde se tenta desenhar um panorama político do Brasil a partir de 30 , com grande preocupação em destacar o papel do Exército no suporte ao governo, assim como a posição de Vargas nas relações internacionais, que é considerada por eles "vacilante"; *"Problemas sociais e de trabalho"*, onde traçam um quadro das posições ocupadas por brancos, negros e índios, no Brasil - em termos políticos - , dando especial ênfase ao perigo que as colônias do sul , onde predominam italianos e alemães, possam apresentar à estabilidade do território. Com respeito ao movimento operário, destacam a posição dos sindicatos que se apresentam , segundo eles, atrelados ao Estado e a legislação trabalhista; e por último *"Vida Econômica e Problemas"*, onde discutem as características econômicas e o desenvolvimento dessas forças , além do papel dos Estados Unidos em evitar grandes dificuldades - através de empréstimos e de compra de nossos produtos - , apresentadas pela impossibilidade de comerciar com a Europa, o que, novamente, poderia por em risco a estabilidade do governo brasileiro.

---

[102] O.S.S./ State Department Intelligence and Research Reports - Latin America - 1941-1961 - Brazil - "Reel VI" - *Preliminary report on the elements of insecurity in Brazil -13/10/1941*, págs. 1-3

Como podemos perceber há uma preocupação, por parte dos Estados Unidos, em aprofundar seu conhecimento sobre o Brasil, principalmente, para encontrar subsídios no trato, tanto com as autoridades, quanto com as forças internas que poderiam por em risco os interesses da nação americana, naquele momento, em nosso território.

A política de Roosevelt, no entanto, não era a mesma de seus antecessores, a aproximação deveria ser feita de forma a criar vínculos com os países latino-americanos que pudessem servir de suporte aos interesses norte-americanos no futuro conflito, por isso estava, na ordem do dia, dentro dos planos dos EUA, a "Política de Boa-Vizinhança".

> *"Esse novo posicionamento precisa ser entendido dentro do contexto político internacional. A depressão econômica dos anos 30, a ascensão de Hitler na Alemanha, suas ambições expansionistas, ao lado daquelas de Mussolini na Itália, sinalizavam a possibilidade de um conflito internacional de amplas proporções. Os analistas norte-americanos compreenderam que a América Latina era peça fundamental para o jogo de poder no continente, e, portanto, precisava ser mantida como aliada".*[103]

Como nos assinala Edgar Carone , essa estratégia era coroada pela intensificação, não só das relações econômicas, políticas e militares, como também das culturais, "pela primeira vez na nossa história, vamos ver aparecer, em massa, americanos de prestígio em nossa terra: são os astros de cinema Henry Fonda, Tyrone Power, Anabela, Douglas Fairbanks Júnior, Walt Disney *[que cria o personagem caricato do brasileiro "Zé Carioca"]*, Grace Moore; o jornalista John Gunther, um grupo de jornalistas, grupo de parlamentares, o diretor do *Reader's Digest*, N.Rockefeller, o historiador Lewis Hanke, o prefeito de Los Angeles, para não citar os militares que vêm, em Missão oficial"[104].

O governo americano taticamente praticava o "jogo duplo", aquele da amizade e do interesse. Não podia perder de vista as garantias que pudessem permitir a sua presença aqui. A postura de Vargas continuava a ser, oficialmente, "independente". Em 20 de abril de 41, o presidente brasileiro telegrafou a Hitler cumprimentando-o pelo aniversário. O DIP divulgou oficialmente a resposta do ditador alemão, assim como o telegrama enviado por Getúlio. Segundo Foster Dulles "Getulio sabia que Washington demonstraria maior

---

[103] PRADO, Maria Ligia Coelho. *"Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra"* IN Dossiê 50 anos de Final de Segunda Guerra. Revista USP, junho/julho/agosto de 1995, nº 26. pág.54-55

[104] CARONE, Edgar. *O Estado Novo*...1977 op.cit. pág. 281. . Há que se observar que o Brasil, por seu lado, exportou Carmem Miranda e outras artistas brasileiras como "Eros Volúsia", que dançou , na Casa Branca, no aniversário de Roosevelt e a "embaixatriz do Café", Maria Cândida de Souza Dantas que foi aos EUA, nessa ocasião, em visita de amizade.

interesse pelo Brasil se pairasse no ar alguma dúvida sobre a posição do país"[105] Apesar desta "provocação" , as reuniões da Comissão Mista Brasil-EUA continuavam, principalmente porque os norte americanos desejavam, já naquela ocasião, enviar tropas para o Norte e Nordeste do Brasil. A resistência ainda era grande por parte de Góis Monteiro e Dutra que viam esta pretensão como "violação da soberania do Brasil" .

Em outubro de 1941, respondendo às provocações de Vargas e à resistência dos representantes das Forças Armadas, Washington põe em prática um acordo, baseado em decreto de Roosevelt, assinado em março daquele ano (*Lend and Lease*[106]), para fornecimento de cem milhões de dólares em material bélico e arrendamento de armas, aviões e tanques de guerra, aos países vítimas de agressão. Segundo Leslie Bethell, "O Brasil foi, de fato, o beneficiário de mais de 70% de todo o programa para a América Latina".[107], o que teria representado aproximadamente US$ 366 milhões.

Ao contrário do que afirma Paulo Brandi quando diz que "a hipótese de um ataque Dacar-Natal perdera importância para Washington, assim que a Alemanha desencadeou a ofensiva contra a União Soviética no final de junho de 1941"[108], o estabelecimento de bases no Norte e Nordeste brasileiros não deixou de ser importante para o governo norte-americano. De acordo com os dois relatórios secretos da O.S.S., *The relation of Brazil to the defense of the northeast* datado de 04 de novembro de 1941, e *Report on the Attitude of Brazil toward the establishment of Naval and air Bases by the United States on Brazilian Territory* , datado de 21 de novembro de 1941, havia um interesse não só maior , como urgente , tanto no uso de espaços para as bases , quanto no envio de forças militares que ocupassem, pela primeira vez, um território amigo na América Latina. Preocupavam-se, também, com o reflexo que este estabelecimento pudesse provocar, pondo em risco os planos norte-americanos para o Nordeste brasileiro.

Diz o primeiro relatório:

> *"Em termos de defesa estratégica do hemisfério, o Nordeste do Brasil é a área mais importante que ainda não está sob o controle militar dos Estados Unidos. A necessidade imperativa do estabelecimento das bases militares nessa área trás aos Estados Unidos, pela primeira vez, desde a adoção da "Política da Boa Vizinhança", um problema face a permissão segura para a colocação de força*

---

[105] DULLES, John Foster Getúlio Vargas : biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1974, pág.232.

[106] "O Lend and Lease Act, passado no Congresso, depois de longo debate, permitia aos Estado Unidos emprestar, arrendar ou mesmo transferir a nações não agressoras, material bélico suficiente para sua preservação". BILLINGTON, Ray A. & RIDGE, Martin. American History....1981 op.cit..pág.205.

[107] BETHELL, Leslie. Brasil. IN: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian(org.). *América Latina*.... 1996. op. cit. pág.66

[108] BRANDI, Paulo. Vargas da vida....1983. op. cit. pág.152

armada num território de um estado Latino Americano. Há , neste caso, uma questão delicada (1) ou forçar um envio rápido, e então colocar em risco o espírito de solidariedade ou dar a oportunidade aos Nazistas ou grupos inspirados por eles para produzir mais confusão e inquietação, e (2) não forçar o envio rápido o suficiente para assegurar o controle militar do Nordeste e permitir aos alemães que se adiantem no controle mais ao sul de Gibraltar.

Qualquer que seja a posição do Brasil em face deste problema, três elementos devem ser analisados: I) a fidelidade do atual governo do Brasil; II) a resposta do Brasil às negociações presentes com os Estados Unidos, especialmente com relação à concessão ao qual os Estados Unidos tem solicitado e ainda está solicitando; e III. O efeito da atitude brasileira no front Europeu.

E o segundo , escrito dezessete dias depois, refere-se à análise de reflexos e atitudes do Brasil com relação ao estabelecimento das bases navais e aéreas, pelos Estados Unidos, em território brasileiro.

O governo norte-americano, não podendo deixar de cumprir sua política de não intervenção, referendada, inclusive pelas Conferências do Panamá e Havana[109] e preocupando-se em manter a "política da Boa Vizinhança", pergunta: "Qual é a atitude do Brasil com relação ao estabelecimento de bases aéreas e navais no Nordeste e que fatores podem produzir uma mudança nesta atitude?" .

O relatório é, na realidade, um estudo das possibilidades norte-americanas no controle do Nordeste. E está assim dividido:

I. O ponto de vista do Brasil : faz referência as forças favoráveis aos planos americanos (apoio de Vargas e o papel de Osvaldo Aranha) e as desfavoráveis (o papel do exército e a oposição de Góis Monteiro);

II. A estabilidade do Governo Vargas : discute um provável movimento dos alemães no sul do Brasil e conclui que o governo Vargas é forte o suficiente para controlar a situação, apesar de dizer que o principal perigo à estabilidade do governo Vargas está nos fundos líquidos do Eixo que estão no Brasil e que poderão ser usados para subornar elementos desleais do exército;

III. Possíveis direções de mudança da posição do Brasil. Esta parte final do relatório levanta algumas hipóteses tais como: se houver mudanças na situação atual da Europa o Brasil poderá mudar sua atitude de cooperação com os Estados Unidos; se os alemães forem vitoriosos no Leste, na Rússia e no Mediterrâneo Oriental, o Brasil, mudará

---

[109] Segunda Conferência de Ministros do Exterior em Havana em Julho de 1940, reforçava a idéia de coesão e respeito à independência de cada república americana e ao mesmo tempo união da América contra as ingerências externas.

sua posição em relação à cooperação com os Estados Unidos ou, estas vitórias alemãs, farão com que o receio brasileiro de um ataque nazista estreite os laços de cooperação? ; e por fim: o receio da vitória alemã no norte da África e o papel dos nazistas em Portugal acentuarão o medo brasileiro de uma invasão ou fará com que os brasileiros façam acordos com os alemães esquecendo do apoio aos Estados Unidos?

Analisando o último relatório podemos constatar que os Estados Unidos ainda não estavam certos do apoio brasileiro, pois destacam que:

> *" O presidente Vargas há semanas atrás mostrou crescente desejo de cooperar com os Estados Unidos. Garantiu permissão de uso de certas postos como base para a patrulha aérea do Atlântico Sul. Essa permissão não é, ainda, de conhecimento dos oficiais do exército. Esta questão pode , talvez, relacionar-se com a estabilidade do Governo Vargas"*[110]

É o ataque japonês a Pearl Harbour em 07 de dezembro de 1941, no entanto, que porá termo, tanto à "indefinição" de Vargas quanto ao receio dos norte-americanos de não terem apoio brasileiro. Concretizado o ataque, os Estados Unidos declaram guerra ao Japão e o governo brasileiro, imediatamente , dá sua solidariedade ao governo americano. Está selada a posição do Brasil.

O rompimento das relações com o Eixo, entretanto, somente aconteceria no início de janeiro de 1942, quando na III Conferência dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, não por acaso , realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 daquele mês - e que contou com a presença de Vargas -, o governo norte americano, propõe a todos os representantes a ruptura das relações diplomáticas com os paises do Eixo (Japão, Alemanha e Itália). Para o Brasil não restava outra saída - apesar da insistente negação de Dutra em aceitar a proposta, alertando que o Brasil sofreria retaliações alemãs -, principalmente porque, com os Acordos de Washington, regularizava-se o comércio do café, cacau, tecidos, produtos industriais e minerais com os EUA. O Brasil ganhava fôlego e podia deixar de lado o comércio com a Europa, já que os alemães começavam a sofrer as suas primeiras derrotas. O governo Vargas assinaria, então, no dia 28 de janeiro o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo.

---

[110] *Report on the Attitude of Brazil toward the establishment of Naval and air Bases by the United States on Brazilian Territory*, 21/11/1941, pág.6

Monteiro Lobato tinha razão

Monteiro Lobato simpatizante do PCB previu, em artigo escrito, que enviou aos comunistas, na cadeia, que a entrada dos Estados Unidos na guerra precipitaria a queda do Estado Novo. Suas palavras proféticas estavam a indicar, pelos acontecimentos que se seguiriam ao evento, que as coisas iriam mudar.

Como Dutra também havia previsto, a declaração de rompimento de relações com o Eixo, assinada pelo governo brasileiro, foi prontamente respondida com agressão à nossa frota mercante. O primeiro navio atacado foi o *Taubaté,* metralhado no Mar Mediterrâneo por um avião alemão, logo em seguida os primeiros navios torpedeados por submarinos alemães foram: o *Buarque, Olinda e Cabedelo,* em fevereiro de 1942. No mês de março foram o *Arabutã* e o *Cairú.* A agressão e as manifestações populares de repúdio aos ataques alemães fizeram com que Getúlio pusesse em prática as medidas de defesa, criando o *Conselho de Defesa Nacional* e assinando em 11 de março o decreto-lei sobre *Indenizações por Atos de Agressão,* que vinha assim redigido:

> *"Considerando que atos de guerra são praticados contra o continente americano; considerando que ao passo que o Brasil respeitava, com máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universal, aceitas do Direito Internacional, o navio de guerra brasileiro* ***Taubaté*** *foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;considerando que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por este ato, o Governo alemão até hoje não cumpriu este compromisso; considerando que (...) unidades desarmadas da Marinha Mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas (...); considerando que tais atos constituem uma agressão não provocada (...) decreta [que] os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem, pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas jurídicas ou físicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultam, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão e pela Itália"*[111].

O decreto logo foi posto em prática. Dezesseis navios do Eixo ancorados no litoral brasileiro foram incorporados, além das companhias de aviação Lati (italiana) e Condor (alemã). Foram confiscados , também, bens de súditos nipônicos, italianos e alemães, inclusive depósitos bancários dos imigrantes residentes no Brasil, pessoas físicas ou jurídicas

---

[111] Lex, Legislação Federal, 1942, pp. 114-116. O Estado de São Paulo, 13.3.1942

" Para assegurar o pagamento das indenizações, o governo decretava o confisco de dez a trinta por cento de todos os depósitos bancários superiores a dois contos de réis de que fossem titulares súditos alemães, japoneses e italianos.(...) O arresto seria realizado na seguinte proporção : o imigrante com depósitos e obrigações até vinte mil-réis teria dez por cento de suas economias transferidas para o Banco do Brasil; até cem mil-réis, confisco de vinte por cento; acima de cem mil-réis, trinta por cento"[112]

Seriam exigidos, a partir daquela data salvo-conduto para todo estrangeiro do Eixo que quisesse circular pelo Brasil e criados os "campos de concentração", ou "internamentos" como eram chamados, no interior do Estado de São Paulo, por exemplo, para enviar, principalmente, os japoneses residentes no litoral.

É no mês de abril, quando se comemora o 59º aniversário de Vargas, que o Estado Novo apresenta seus primeiros sinais de declínio. A população já se organizava em associações para solicitar do governo providências no sentido de responder à agressão do Eixo. " A resistência inglesa e russa, o esforço de guerra americano, etc, são seguidos com ansiedade pela população, que todas as noites, comumente, ouve o noticiário da rádio inglesa, a BBC, que informa o que a censura brasileira impede de publicar. A reação é fruto da nossa tradição francesa e inglesa, e é resposta indireta à ditadura e sua identificação com os ideais totalitários"[113]. No final do mês, Vargas recebe no Brasil o almirante norte-americano John Ingram[114], que vem chefiar as operações conjuntas programadas para o Nordeste Brasileiro, a aliança começa a se efetivar.

O governo americano, que não abria mão da "amizade" do Brasil, tudo fazia para manter a aliança, sabia que a posição geopolítica brasileira - num conflito como aquele - era muito importante, também, para a sua "sobrevivência" . A O.S.S. continuava a produzir relatórios e "guias", para servir como subsídios, tanto aos militares , quanto a agentes norte-americanos e aos adidos, culturais e trabalhistas, que estavam ou viriam para o Brasil. O "Short Guide to Brazil"[115], era uma cartilha, muito pormenorizada, que trazia consigo todo o ideário da "Política de Boa Vizinhança" e que nos mostra claramente, mais uma vez, quais eram as intenções dos norte-americanos naquele momento, ou seja, a construção de uma estrutura que já objetivava o papel hegemônico que os EUA pretendiam, na América Latina, para o pós-guerra.

---

[112] MORAIS, Fernando. *Corações Sujos*.São Paulo:Cia das Letras,2000. pág.47-48
[113] CARONE, Edgar. *O Estado Novo*...1977 op.cit. pág. 293
[114] Chefe das Forças Navais Aliadas no Atlântico Sul
[115] Vide Anexo III, na seção "Anexos" , cópia de parte deste "guia", que não é um guia turístico, sua função é outra, orientar as forças norte-americanas em território brasileiro.

Estas duas forças constantes, tanto no trabalho efetivo de pressão norte-americana que acontecia de fora para dentro, quanto naquela da sociedade que começava a driblar as proibições da censura e controle do Estado Novo, faziam deste momento específico a "virada da mesa".

Já no início do mês de maio a FAB punha em prática a missão de patrulhamento de nossas águas territoriais, bombardeando submarinos alemães e contando com a mobilização popular na defesa de nosso território. Os submarinos germânicos respondiam à prontidão do governo brasileiro afundando, neste mês, mais três navios[116] : *o Paraíba, o Comandante Lira e o Gonçalves Dias.* As pressões para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo, eram muito grandes e apareciam em forma de passeatas e concentrações populacionais em todo o Brasil, com ataques a propriedades, principalmente de alemães. No Recife, uma passeata contra a ação dos países do Eixo terminou em destruição. Em Vitória, uma multidão depredou um estabelecimento alemão e a agência da Bayer. Em Florianópolis, foram atacadas residências e os habitantes obrigados a dar vivas ao Brasil. No Rio, o povo reuniu-se em frente ao Palácio da Guanabara, residência oficial do presidente, aos gritos de "guerra" e "vingança", enquanto a UNE ocupava o prédio do Clube Germânia - local que permaneceu sua sede até o regime militar - , na praia do Flamengo, organizando um QG da luta antifascista. Em São Paulo os estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, organizam passeata e conclamavam a população a juntar-se à luta contra o fascismo.

Os acontecimentos do mês de junho e julho precipitariam a declaração de guerra ao Eixo por parte do Brasil, além de evidenciarem a necessidade de reformulação do regime. Durante estes meses, cinco navios brasileiros foram afundados, isto provocou uma revolta muito grande representada por concentrações populacionais em todas as cidades brasileiras. As passeatas novamente ocorreriam em todas as partes.

---

[116] Durante a guerra foram afundados, oficialmente, 36 navios mercantes brasileiros, com o total de mil mortes. Os navios identificados foram os seguintes: **1942** – *Cabedelo(14/02); Buarque(15/2); Olinda (18/2); Arabutã (7/3); Cairu(9/3);Parnaiba(1/5); Comandante Lira (18/5); Gonçalves Dias (24/05); Alegrete(1/6); Paracuri(5/6); Pedrinhas (26/6); Tamandaré(26/7); Piane(28/7); Barbacena (28/7); Baependi (15/8); Araraquara(15/8); Anibal de Mendonça (16/8); Itagiba (17/8); Arará(17/8); Jacira (19/8); Osório (27/9); Lajes (27/9); Antonico (28/9); Porto Alegre(3/11); Apalóide (22/11);* **1943** – *Abrilóide (18/2);Afonso Pena (2/3); Tutóia (30/6); Pelotaslóide (4/7); Bagé (30/7);Itapagé (26/9); Cisne Branco (27/9); Campos (23/10);* **1944** – *Vital de Oliveira (20/07).* "NOSSO SÉCULO" Volume 3 – 1930-1945. São Paulo:Abril,1980, pág.217

A 4 de julho de 1942 a UNE organizou, no Rio de Janeiro , uma passeata[117] que contou com a presença de milhares de pessoas, e que além de comemorar a independência dos EUA, era uma manifestação - com carros alegóricos que representavam críticas ao nipo-nazi-fascismo – contra a ação do Eixo, principalmente , no afundamento de nossos navios.

O chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller - sobejamente identificado como simpático à causa nazi-fascista - tentou proibir a manifestação da UNE - que tinha tido o apoio do interventor do Rio Amaral Peixoto e de Osvaldo Aranha - entrando em atrito com o ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha , que lhe deu voz de prisão. Estes acontecimentos redundaram na demissão de Filinto Muller, Vasco Leitão, Lourival Fontes e Francisco Campos, ou seja, os suportes do Estado Novo. Os sustentáculos daquele modelo começavam a deixar a cena, pelo menos naquele momento.

Estes acontecimentos darão origem a relatório da OSS, datado de 30 de julho de 1942 cujo titulo é : *The new orientation of the brazilian Government.* Neste documento os agentes comentam este acontecimento de 4 de julho.

> *" Recentes eventos podem pressagiar a maior mudança na correlação de forças no Brasil. No dia 4 de Julho ocorreu uma grande demonstração dos estudantes, nas ruas do Rio de Janeiro, com o apoio do Comandante Ernani Amaral Peixoto, chefe do estado do Rio de Janeiro e genro do Presidente Vargas, exigindo combate ao "quinta-columismo" e sincera cooperação no esforço de guerra. Esta foi a primeira demonstração de estudantes, desse tipo, desde que Vargas proclamou o Estado Novo em novembro de 1937, e aconteceu com seu expresso consentimento, contra a vontade da polícia secreta.*
>
> *No dia 12 de Julho, Blas Roca, secretário do Partido Comunista de Cuba, declarou, de Buenos Aires que esteve com Luis Carlos Prestes(...) Esta é a primeira vez, desde 1935, que um comunista consegue visitar o Brasil , abertamente,e que permite-se que qualquer líder entreviste Preste na cadeia. O líder comunista preso declarou à Roca que ele está disposto a esquecer o passado e juntar-se ao movimento nacional com Vargas para extirpar os elementos do Eixo do Brasil.*
>
> *Estas políticas brasileiras tomaram novo rumo no dia 18 de Julho quando Vargas derrubou quatro importantes figuras do governo : Francisco de Silva Campos,(..) Vasco Tristão Leitão da Cunha(..) Filinto Muller(...) e Lourival Fontes(..) estes homens estiveram intimamente ligados ao estabelecimento do golpe de Estado dado por Vargas em novembro de 1937*
>
> *Estes eventos sugerem que o presidente brasileiro está sendo forçado a reorganizar seus caminhos por causa do seu compromisso definitivo com os Estados Unidos. Ele encontra-se numa posição contraditória, em ser a cabeça de um Estado autoritário ao mesmo tempo que depende de subsídios americanos*

---

[117] Essa passeata , pela sua organização , grande participação e conseqüências, denunciaria a crise do regime.

para fazer frente às dificuldades econômicas provocadas pela guerra, e estar cooperando ativamente com as Nações Democráticas.
(...) Significativamente, no dia 14 de Julho o decreto assinado por Vargas garantindo que o exército, a marinha e a força aérea são a base das forças armadas no Brasil e que o presidente é seu comandante em chefe, e que o ministro da aeronáutica é o representante direto do presidente como chefe da força aérea. A Força Aérea sob o comando de Joaquim Pedro Salgado Filho, tornou-se um contra-peso para o exército de Dutra.
Igualmente, o afrouxamento da , até agora, rígida proibição de demonstrações liberais e do inaudita permissão de viagem abertamente pelo Brasil para um conhecido comunista e para visitar Prestes, indica que Vargas pode estar preparado para se livrar do apoio dos elementos pro-Eixo pela conciliação com grupos sufocados por ele em 1935. A Aliança Nacional Libertadora, naquela ocasião, parece ter tido cerca de 1.000.000 de membros."

Como podemos observar pelas palavras deste relatório, o governo norte-americano seguia, bem de perto, todos os passos dados por Vargas e fazia análises, que, no fundo, não estavam tão longe da realidade.

Após os acontecimentos de 4 e 18 de Julho, Getúlio refez o quadro governamental dando mais força política a Osvaldo Aranha que , diante dos últimos acontecimentos[118] – novo ataque alemão a navios brasileiros e resposta dos estudantes em repudio a este ato - ganhou argumentos para por em prática aquilo que já era desejo dos norte-americanos, desde o ataque japonês a Pearl Harbour, a entrada do Brasil no conflito declarando guerra ao Eixo.

Vargas aproveitando-se da grande concentração ocorrida no Rio, dia 18 de agosto, que terminou no Palácio da Guanabara propondo a "União Nacional" contra o fascismo - proposta que unia todas as forças políticas, desde as conservadoras até os comunistas - , e com o intuito de não perder o controle da situação política do país, enviou comunicado a Roosevelt, esclarecendo sua posição. Esta posição materializou-se na ação de Aranha, que estabeleceu a declaração de estado de beligerância com a Alemanha, Itália e ao Japão. No dia 22 de agosto, reunindo o seu novo ministério Getúlio e seus ministros formalizaram legalmente a "situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras".

Novamente em 27 de agosto a OSS, pondo em prática a busca de evidências, que, no entanto eram de conhecimento de todos - a presença de espiões nazistas no sul do país,

---

[118] O novo ataque alemão a navios brasileiros se deu em 15 de agosto . Estas embarcações, que transportavam centenas de passageiros , foram postos a pique no litoral de Sergipe . Os estudantes organizaram , em repudio a este ato, passeatas, a partir de 18 de agosto, no Rio, Recife, São Paulo e em Porto Alegre.

responsáveis pela transmissão de informações sobre os movimentos dos navios, orientando os submarinos alemães - , produz um relatório detalhadíssimo. *An estimate of the situation in South Brazil,* levanta, não só a topografia de toda a região sul, como as prováveis saídas do território brasileiro para os países vizinhos , a organização econômica, a relação de todos os municípios dos três estados e o nome , endereço e telefone de todas as pessoas, com sobrenomes alemães , residentes na região que pudessem estar ligadas, tanto aos agentes nazistas quanto aos "quinta-coluna". Temia-se que o grupo representado, principalmente pela colônia Alemã, pudesse organizar uma resistência aos acordos do Brasil com os Estados Unidos[119].

Finalmente, em 31 de agosto, após o afastamento, por motivo de saúde, de Góis Monteiro, o governo decretou o "estado de guerra em todo o território nacional". Como nos assinala Stanley Hilton, "Washington em meados de 1942 inclui o Brasil na mesma categoria da Grã-Bretanha, e em agosto, quando o Brasil entra na guerra, todo o suprimento de petróleo necessário ao exército brasileiro é liberado pelos EUA (...) Isto representava 'tratamento absolutamente excepcional' ao Brasil "[120].

Para Vargas a decisão de declaração de guerra, também era interessante , pois, "por algum tempo, a existência de inimigos comuns, unificando esforços em termos "nacionais", abafaria processos disruptivos já em curso, que emergiriam sob forma política clara, depois de 1944"[121]. Como o próprio relatório já apontava, Getúlio, agora, na luta contra as ditaduras européias e tendo que apoiar a "frente única contra o nazi-fascismo", acabava provocando mudanças políticas internas significativas, além daquelas econômicas representadas pelo *Lend-Lease* e pela missão Cooke[122], que acelerou o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil.

---

[119] Vide anexo IV na seção "Anexos"

[120] HILTON, Stanley E., *"Brazilian Diplomacy... ....HAHR 1979, Op. cit.* pág.220

[121] SOLA, Lourdes. . *"O Golpe do Estado Novo....op. cit* .pág.*280.*

[122] "A missão técnica chefiada por Morris Cooke, para ajudar a planejar a mobilização econômica no Brasil(..) foi considerada a primeira tentativa de diagnóstico global da economia brasileira e de seus problemas dentro de uma perspectiva de promoção do desenvolvimento do país". BRANDI, Paulo. Vargas da vida....1983. op. cit. pág.161

Da Força Expedicionária Brasileira ao segundo golpe

"e a cobra fumou"

Após a declaração de guerra a mobilização tornou-se ainda maior, a população brasileira juntou seus esforços, na luta contra o nazi-fascismo - e indiretamente, contra a opressão , representada pela ditadura do Estado Novo - , e organizou-se para enfrentar o conflito.

Em todas as cidades punha-se em prática o "exercício de guerra". Era o *blackout* , a coordenação da defesa civil contra eventuais bombardeios aéreos, a formação de grupos técnicos que saiam , por bairros, ensinando como usar mascaras contra gases e o respeito ao "esforço de guerra", cobrado da população trabalhadora, no cumprimento de sua responsabilidade do dia a dia, ou seja, trabalho sem conflito [123] . Os estudantes, por sua vez, defendiam a formação de uma unidade de luta contra o Eixo . O alistamento voluntário[124] era uma realidade, não só como resposta à vontade da população em derrotar os inimigos que nos haviam agredido, como também, em fazer cumprir uma determinação do governo, que já era do conhecimento de todos, desde o início de 1943, a de que o governo brasileiro enviaria um contingente militar para a Europa.

Não podemos concordar com a tese de Frank D. MacCann[125] de que o Brasil foi obrigado a participar da Segunda Guerra Mundial, enviando para a Europa a FEB. Acreditar nesta versão seria simplificar demais os fatos que nos explicam o porquê, do Brasil ter sido o único país, da América Latina, a enviar uma força militar para a Europa[126]. Sem dúvida, o interesse de Roosevelt pelo Brasil era inegável. Não foi a toa que o presidente dos EUA, depois de voltar da Conferência de Casablanca, onde esteve com Churchill, em janeiro de 1943, passou por Natal para, junto com Vargas, inspecionar as bases militares e convidá-lo a participar, como membro, da fundação da Organização das

---

[123] "Os operários lançam Manifesto e aceitam o decreto do aumento das horas de trabalho" CARONE, Edgar. *O Estado Novo*....op.cit 1977. pág. 299

[124] O Partido Comunista orientou seus militantes no sentido de se apresentarem como voluntários, de acordo com "Resolução do Comitê Central do PCB, julho de 1943.

[125] MACCANN Jr. *The Brazilian-American Alliance (1937-1945).* Pinceton:Princeton University Press,1973

[126] Servimos-nos aqui da tese defendida por Gerson Moura, que caracterizou a ação do Estado brasileiro como *autonomia na dependência.* Há em seu trabalho uma clara indicação da complexidade de relações entre dois países diferentes, onde , em determinados momentos históricos, há possibilidade de obtenção de vantagens por parte do mais fraco. MOURA, Gerson. Sucessos e Ilusões:Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas,1991

Nações Unidas. Também não foi por acaso que Vargas além de aceitar o convite, ofereceu o envio de tropas brasileiras para a luta, naquela ocasião, no norte da África.

A participação brasileira no conflito, no entanto, não era bem vista pelos britânicos que não desejavam a presença de brasileiros no front, segundo Stanley E.Hilton:

> " *Um exemplo notável da atitude americana foi o apoio dado por Washington à FEB. Os Estados Unidos, não somente equiparam e transportaram a FEB como enfrentaram a forte objeção dos Britânicos que eram contra a participação do Brasil no campo das operações na Europa. Londres nunca compartilhou com Washington o entusiasmo pelo Brasil e as relações entre Grã-Bretanha e Brasil, nos primeiros estágios da guerra não foram nada cordiais.(...) Mais tarde, na guerra, Londres continuava a desaprovar a idéia do envolvimento do Brasil no teatro de guerra da Europa e mesmo depois de ter-se curvado à pressão norte-americana, Churchill esforçou-se para minimizar o futuro papel do Brasil".*[127]

Todos estes elementos representam peças que como um quebra cabeças, somente farão sentido se unidas. Há , nesse contexto, um jogo de interesses, tanto de Roosevelt, como seria obvio, quando de Getúlio e mesmo de Dutra.

Com relação aos interesses dos Estados Unidos - dentro de uma visão que privilegia a tutela do mundo por Washington - , o Brasil teria papel importante. Não simplesmente como parceiro, mas como elemento primordial, na nova organização geopolítica do planeta no pós-guerra, onde os norte-americanos queriam ser os primeiros[128]. Quanto a Vargas, a sua manutenção no poder passava necessariamente pelo apoio que o governo norte-americano pudesse dar a ele e aos acertos políticos que tivesse que fazer. A Dutra interessava a entrada do Brasil na Guerra, para que o plano de ajuda norte-americana ao exército brasileiro, que não se concretizou da maneira como as autoridades militares esperavam, pudesse continuar em andamento e as Forças Armadas ganhassem energia e projeção no Brasil; tanto é assim que quando a guerra na Europa terminou o Brasil declarou guerra ao Japão, com o intuito de manter - pelo menos as autoridades assim pensavam - a ajuda norte-americana ao exército brasileiro.

A criação da FEB, em agosto de 1943, coloca em evidência as rachaduras de um modelo que não podia mais se sustentar. Segundo Leslie Bethell, em fevereiro daquele

---

[127] HILTON, Stanley E., *"Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro...*. HAHR 1979. op.cit., págs.222-223.

[128] Não esquecer que os vencedores da guerra, já nesse momento, eram os soviéticos que estavam despontando como grande força na Europa e que poderiam rivalizar com as pretensões norte americanas de hegemonia do mundo. As lutas e vitórias na Batalha de Stalingrado davam ao governo de Stalin uma perspectiva significativa no mundo do pós-guerra.

ano, "Barboza Lima Sobrinho, destacado jornalista e político, já sugerira provocativamente que a derrocada alemã em Stalingrado (fevereiro de 1943) selara o destino do Estado Novo. O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, previa na época que após o conflito, Vargas se sentiria "impelido a restaurar algum tipo de processo democrático"[129], posição, também compartilhada, pelo , então, embaixador Britânico, Sir Noel Charles.

O general Dutra, que manifestou desejo de chefiar a FEB, teve que enfrentar duas oposições. A primeira do próprio Vargas que escolheu o General João Batista Mascarenhas de Morais, para esta missão, e a segunda, que evidenciou a manutenção, por parte de Dutra, de suas convicções "Eixistas", caracterizada pelo choque entre ele e o general Manuel Rabelo, presidente da SAA – Sociedade Amigos da América , que teria apontado a existência de elementos simpáticos aos países do Eixo, ainda presentes nas Forças Armadas Brasileiras e que por isso foi combatido pelo ministro da Guerra.

Segundo Carone, "a antiga hegemonia das forças autoritárias, que domina até 1942, deixa de existir e, a partir de então, a reviravolta é a favor das forças democráticas"[130] O crescimento das oposições estava na ordem do dia, três organizações[131] representavam no Brasil, naquele momento, a crítica mais contundente ao modelo ditatorial getuliano. A UNE, que já existia desde 13/08/1937; a Liga de Defesa Nacional - ressurreição de organização Nacional, fundada por Olavo Bilac durante a Primeira Guerra Mundial -, cujo presidente era, nada mais nada menos do que, Osvaldo Aranha, e a SAA – Sociedade Amigos da América. Estes grupos congregavam representantes das forças liberais, oligarco-burguesas, alijadas do poder político pelo Estado Novo, e comunistas, além de várias correntes de esquerda e de direita, que juntas lutavam contra o fascismo, o quinta-colunismo[132] , pelas liberdades democráticas e pela luta efetiva ao lado dos Aliados.

A existência destes órgãos irritava o governo, principalmente aqueles elementos como Dutra, que não aceitavam as transformações. Vargas passou a receber relatórios secretos das ações de todos aqueles que pertenciam à oposição, inclusive dos atos de Osvaldo Aranha. Getúlio estava, na realidade, enfrentando grande problema.

---

[129]BETHELL, Leslie. Brasil. IN: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian(org.). *América Latina*.... 1996. op. cit. pág.67.

[130] CARONE, Edgar. *O Estado Novo*....op.cit 1977. pág. 298

[131] Como os partidos estavam proibidos pela legislação do Estado Novo, estas instituições organizavam-se em espécies de Clubes Sociais.

[132] Termo criado durante a guerra civil espanhola para designar, os que, dentro de Madri, apoiavam as quatro colunas rebeldes, que marchavam contra a cidade. No caso brasileiro o termo liga-se ao grupo de espiões e simpatizantes fascistas que colaboravam com as forças nipo-nazi-fascistas no Brasil.

Como assinala Weffort , o ano em que o Brasil entrou na guerra, "foi também o de abertura do problema da institucionalização política do regime criado com o golpe de Estado de 1937. Naquele ano terminara, segundo os termos da Constituição, o mandato presidencial de Vargas. Além disso, a adesão do país aos aliados na guerra contra o nazismo não poderia deixar de repercutir sobre o quadro político nacional"[133] , "a crise política interna combinou-se com a contradição dominante no plano internacional entre fascismo *versus* democracia"[134].

Getúlio, pressentindo que sem o apoio do exército[135] - que se dividia - , seus dias poderiam estar contados, passou a construir outra base política, o "trabalhismo". No dia primeiro de maio de 1943 , entregou aos operários brasileiros a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho - e tentou estimular a sindicalização em massa, de maneira a compor uma liderança sindical comprometida com seu governo . Desejava garantir o apoio do operariado que já o identificava como "salvador dos pobres", porém, segundo os princípios de unidade , centralização gremial e heteronomia.

A tarefa de Julio Marcondes Filho, Ministro de Trabalho desde 1941, era eficiente e consistia na "manipulação das massas" através de demonstrações públicas, falas especiais na "Hora do Brasil" e comemorações festivas do governo Vargas. A figura de Vargas passaria a ser uma constante na vida nacional e o populismo nascente, desdobraria-se no futuro , em muitas variantes.

Foram as vitórias dos aliados na Europa que propiciaram o aumento da mobilização no Brasil. Lutava-se contra a censura e pelas liberdades democráticas, além da anistia aos presos políticos. Era a luta em que toda a sociedade brasileira se engajava, independentemente de posições políticas.

Vargas, tão acostumado às habilidades políticas, encontrava-se diante de um dilema. Ceder ou manter? O governo, vagarosamente cedia às pressões, porém sem modificar o regime. A guerra era o pretexto para a manutenção do "status quo", que se caracterizava, na verdade, pela proteção dos grupos políticos dominantes. As oposições dividiam-se entre: aqueles que apoiavam a idéia de União Nacional com Vargas, rumo à democracia, porque tinham, "medo" de mudança política em meio a um conflito mundial –

---

[133] WEFFORT, Francisco – *"Origens do sindicalismo populista no Brasil - (A conjuntura do após-Guerra)* – Estudos CEBRAP 4 abril-junho 1973. pág. 72.

[134] WEFFORT,Francisco. Partidos, sindicatos e democracia : algumas questões para a história do período – 1945-1964. citado por BRANDI, Paulo. Vargas da vida....1983. op. cit. pág.169

[135] O presidente Vargas sabia que não podia encontrar apoio nas bases sociais, naquele momento, pois estas, haviam sido sufocadas durante o Estado Novo.

aqui encontramos os estudantes e os comunistas -, e aqueles que defendiam a "União Nacional" sem Vargas – aqui encontramos os comunistas de São Paulo liderados por Caio Prado , assim como os estudantes paulistas, e o grupo oligárquico mineiro liderado por Arthur Bernardes e Antonio Carlos.

O mês de agosto de 43 dispara o processo de contestação que será o início da corrosão do regime. Neste mês reúnem-se os advogados da OAB para comemorar seu centenário e é neste evento que afloram as divergências entre liberais – Sobral Pinto -, que atacavam a ditadura, contra conservadores – Cassiano Ricardo – que defendiam o governo. Desta cisão surge o *Manifesto dos Mineiros,* que aparece em 24 de outubro de 43 e que, apesar de ser um documento que congrega os interesses da aristocracia mineira, é o primeiro instrumento de critica ao Estado Novo e de tentativa de articulação de união com vários grupos oposicionistas à ditadura de Vargas.[136]

Getúlio reagirá prontamente, mandando prender e condenar. A condenação, no entanto, não é equânime. Para os comunistas e os liberais de classe média , ela se dá via Tribunal de Segurança Nacional, com prisão na Ilha Grande e Fernando de Noronha, além de tortura e morte – destacamos, aqui, a prisão em São Paulo de Hélio Mota estudante do Largo de São Francisco, presidente do CA XI de Agosto[137]. - , para as elites é a deportação (Armando de Salles Oliveira) ou o confinamento (Arthur Bernardes é confinado em sua fazenda), ou ainda a demissão de cargos (Afonso Arinos de Mello Franco perdeu o emprego no Banco do Brasil).

Mesmo com a repressão nos calcanhares da oposição, outros manifestos e acontecimentos vitais , que caracterizarão o ocaso da ditadura, se seguirão.

No início de 1944, são feitos os acordos secretos para o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, por pressão dos EUA e das forças internas, que desejam o reconhecimento, pois os soviéticos eram os grandes vencedores da guerra, na luta contra o fascismo. Evidenciam-se, aqui, dois fatores. De um lado o reconhecimento da importância da URSS como aliada, o que interessava aos EUA, naquele momento, já que o Comintern tinha sido dissolvido, e de outro o recuo na luta contra o comunismo, mote que até aquele instante era bandeira do Estado Novo.

---

[136] A integra do documento encontra-se em SILVA, Helio. ***1945:*** *Porque depuseram Vargas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976. págs. 62 -75

[137] A Passeata dos estudantes contra a ditadura foi dissolvida a bala, com dois mortos e 25 feridos e a prisão de Hélio Mota , presidente do CA XI de agosto.

As pressões contra o governo aumentavam. Em junho de 1944 seria a vez de oficiais brasileiros que fariam criticas a Vargas pelas más condições de preparo a que foram submetidos os pracinhas e pela deficiência de material bélico enviado à Europa. Estas críticas colaborarão para desacreditar, ainda mais, o governo. O Exército dava sinais de grande cisão. Góis Monteiro já tinha sido deslocado, para um cargo decorativo em Montevidéu (membro do Comitê de Emergência e Defesa Política das Américas) e por influência americana, além da percepção política, mudou sua posição passando a criticar, também, o Estado Novo[138]. Em agosto do mesmo ano Osvaldo Aranha, impedido de tomar posse como vice-presidente da Sociedade Amigos da América, que foi extinta, pede demissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores e passa a fazer oposição ao governo também.

Em meados de 1944, as articulações políticas de oposição a Vargas farão surgir um grupo denominado *União Democrática Nacional* (UDN), cujo intuito era apresentar um candidato que substituísse Vargas, na perspectiva da derrubada da ditadura. O candidato escolhido por este grupo político foi o Brigadeiro Eduardo Gomes, "tenentista", católico praticante, vencedor da luta contra o comunismo em 1935 e que , além da simpatia dos norte-americanos , representava as oligarquias e a classe média brasileira.

Em fins de 1944, Getulio Vargas e o interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares reuniram-se para, junto a outros interventores do Brasil, aglutinarem forças na constituição de uma agremiação política que fosse a sustentação do governo. Nascia, assim, de cima para baixo, um partido político, o Partido Social Democrático, que teria grande projeção no futuro e que representava oposição à UDN. O partido, propriamente dito, somente apareceria em 17 de julho de 1945, e congregaria as forças das oligarquias rurais, industriais e banqueiros habituados a negociar com o governo. Destacamos, aqui, a presença no PSD do empresário Roberto Simonsen que defendia a posição keynisiana no desenvolvimento econômico nacional.

Em Janeiro de 1945 outra manifestação de oposição se somou às tantas que já haviam ocorrido. Era o I Congresso Brasileiro de Escritores, que reunindo nomes importantes das letras no Brasil, como: Jorge Amaro, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Caio Prado Junior, etc, lançou apelo exigindo "a legalização democrática como

---

[138] Ao voltar ao Brasil, no final de outubro de 1944, e encontrar-se com Vargas lhe relata o seu descontentamento, e dos militares, com a situação política Nacional. Esta ação não é decisiva para se entender a cisão do Exército. Outros fatores colaborarão para a mudança de posição do Exército com relação ao apoio que vinham dando a Vargas até aquele momento.

garantia da completa liberdade de pensamento, de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito e uma existência digna" além de eleições livres e diretas. O Congresso considerou urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios que também pertenciam às Forças Armadas e as Nações Unidas.

Ao manifesto seguiu-se a entrevista, dada por José Américo de Almeida - candidato excluído do pleito eleitoral pelo golpe do Estado Novo - a Carlos Lacerda, para o jornal *Correio da Manhã* em 22 de fevereiro de 1945 em que falava das eleições futuras e do candidato Eduardo Gomes, além de afirmar que cumpria uma vontade sua e do povo brasileiro, que era a liberdade de expressão. Esta entrevista representou o fim da censura, pois o DIP não conseguiu, mais, manter o controle da imprensa a partir deste evento.

Como mostra Carone, "o crescimento dos canais de contestação levava, por sua vez, ao recuo definitivo do governo, que diante da quebra da censura, perdia um dos seus maiores poderes de repressão"[139].

Em fevereiro de 1945 em entrevista ao jornal " O Globo", Virgílio de Mello Franco e Prado Kelly , quebraram mais uma vez a censura, falando sobre o momento político. Ainda em fevereiro, no dia 16, voltando da Conferência de Yalta, o subsecretário de Estado norte-americano, Edward R.Stettinius Jr., em visita ao Brasil, deixa um "recado" de Roosevelt a Vargas, "que o Brasil prepare eleições livres para breve além de reconhecer o mais rápido possível a URSS, pois o Acordo de Yalta previa o veto de participação, para a futura conferência de Paz, de países não democráticos e que não tivessem reconhecido a União Soviética". Segundo MacCann, Stettinius teria dado de presente a Vargas um rádio, como símbolo, "para que o ditador se inteirasse do que estava acontecendo no resto do mundo"[140]

Em decorrência, das pressões internas - representadas por estes manifestos e críticas - e externas, - representadas principalmente pela ação dos EUA -, Getúlio resolve ceder e em 22 de fevereiro de 1945, declara a intenção do governo em realizar eleições. Em 28 de fevereiro é decretada a Lei Constitucional nº 9, conhecida como Ato Adicional à Constituição de 1937, que estipula para noventa dias, a partir daquela data, a realização de eleições diretas para Presidência da República, Governadores de Estado, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas Estaduais.

---

[139] CARONE, Edgar. *O Estado Novo*....op.cit 1977. pág. 318.
[140] MACCANN Jr. *The Brazilian-American Alliance*.... *Op.cit.*,1973. pág.451

Durante todo o ano de 1945 as manifestações e ocorrências, responsáveis pelo fim do regime serão muitas. No mês de março, por exemplo, teremos a Manifestação coletiva dos Professores da Faculdade Nacional de Direito contra a ausência do Estado de Direito , o Manifesto de jornalistas e a declaração de Francisco Campos "rompendo" com o regime, do qual fora um dos artífices,em entrevista feita ao "O Jornal", de 3 de março de 1945. Este conjunto de pressões fará com que Vargas, paulatinamente, atenda às reivindicações da sociedade brasileira. Em Abril, dia 18, Getúlio anistia os presos políticos pelo Decreto-Lei nº 7474. O que se seguiu foi um período - que será curto - , de grande participação popular, com a presença do operariado e do Partido Comunista.

Dada a abertura política, Getúlio , diante do receio de perder o controle - de um lado das massas trabalhadoras , que estavam presentes e começavam a articular um caminho independente, com o apoio do PCB, e de outro das oligarquias oposicionistas que iniciavam a lutar pelo poder, o que significaria a derrubada de Vargas - lança outra cartada, na construção de suas bases , a constituição de um "partido operário", o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro – constituído em 15 de maio . Novamente, caracterizando a ação constante de nossos governantes, desde a independência política do Brasil, ele surge, cima para baixo.

O PTB "nascido dentro do Ministério do Trabalho, teve como finalidade controlar as direções sindicais e as massas sindicalizadas, que se achavam beneficiárias do sistema trabalhista. PSD e PTB eram os dois partidos do varguismo. Um para controlar as massas rurais e os setores mais conservadores e o outro para controlar as massas urbanas sindicalizadas."[141].

Tendo ainda a chave do poder executivo nas mãos e conhecendo muito bem os meandros do poder político, Getúlio tencionava orquestrar a "abertura política" sozinho, mantendo-se, se possível no cargo. A questão, porém, não era tão simples como poderia parecer ao ditador.

Em 25 de maio, pelo Decreto-Lei nº 7582 , extingue-se o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, e é criado em seu lugar o Departamento Nacional de Informações, cujas funções não fazem lembrar a instituição extinta.. Adaptações getulianas aos novos tempos. Apesar de significativo, este, no entanto, não é o decreto mais importante de maio, o do dia 28, Decreto-lei nº 7586 - " Lei Agamenon" é

---

[141] SOLA, Lourdes. "*O Golpe do Estado Novo*....op. cit.pág.282

que sinaliza a mudança. Determinava para 02/12/1945 eleições para Presidente e Congresso Constituinte e para 06/05/1946 – pleitos estaduais.

A corrida eleitoral tinha começado. O general Dutra, que continuava a ser o ministro da Guerra, teve seu nome confirmado, pelo PSD em Convenção Nacional e afastou-se do cargo para disputar as eleições. Para seu lugar Vargas escolheu Góis Monteiro, que contava com apoio das Forças Armadas e da oligarquia e que adotou uma postura de respeito ao processo de "abertura", posição marcada por seu discurso de posse.

Getúlio, pondo em prática seu "jogos das habilidades", tentou aplicar sua tática política jogando em três frentes. Apoiava as forças oligárquicas e ao mesmo tempo as populares, que eram contrárias às candidaturas militares, além de tentar, também, ganhar a simpatia de Góis Monteiro e oficiais ligados a ele. Esperava, com este jogo, aquilo que tinha conseguido até aquele momento, ou seja, gravitar acima de todos. Neste instante , porém, este mecanismo não surtiu muito efeito, o que restou a Vargas foi a aproximação com as massas populares.

A necessidade de aproximação com as massas faz surgir um movimento, que segundo muitos não teve a participação do presidente, mas que era articulado por políticos e sindicalistas ligados ao PTB, Alexandre Marcondes Filho (do Trabalho) e Agamenon Magalhães (justiça), Hugo Borghi (industrial, banqueiro e especulador), cujo slogan era : "Nós queremos Getúlio" e "Constituinte com Getúlio". Era o "Queremismo". Comitês getulistas se multiplicaram por todo o Brasil, e cresceram, principalmente em São Paulo e Rio, onde a massa trabalhadora era maior e os Comunistas apoiavam a idéia. Getúlio contava com as massas populares e o apoio dos Comunistas, que o manteriam no poder. Os Comunistas defendiam, também, a "Constituinte com Getúlio". Esta conjugação de forças era muito perigosa e desagradava demais as classes dominantes que não admitiriam a manutenção de Vargas no poder sustentado por essas forças políticas. Isto "os donos do poder" não podiam permitir.

Além de certo controle interno que as elites já exerciam sobre Vargas e suas pretensões de continuidade, o presidente brasileiro era, também, espionado de perto, pelos norte-americanos.

O envio de Adolf A.Berle Jr., como embaixador dos Estados Unidos para o Brasil, um funcionário experiente, de confiança de Roosevelt e um dos "arquitetos do New Deal", não era um simples ato de troca da representação diplomática. Segundo Stanley Hilton, a estada de Berle Jr no Rio de Janeiro, apesar de curta (Janeiro de 1945 a fevereiro de 1946),

foi a mais controversa ação norte-americana no envio de um diplomata a um país latino Americano[142]. Se Berle foi o responsável pela queda de Vargas ou não, não há evidência que comprove este fato, porém, a simples indicação de uma figura política como esta, - puritano, "pai do New Deal", conselheiro da Casa Branca em assuntos de sistema bancário, transporte, agricultura e educação, além de grande observador das questões econômicas e sociais -, indica algo. Berle tornou-se um grande observador da cena política nacional brasileira e representante dos interesses norte-americanos, apesar de estar um pouco deslocado das determinações da "política de boa-vizinhança". Adotada pelos EUA, desde 1936, na Conferência Interamericana de Buenos Aires, essa política determinava que nenhum país tinha o direito de intervir nos negócios internos de outro.

Além da ação direta de Berle Jr, o governo norte-americano, continuava, secretamente, a levantar informações sobre a nossa situação política . A O.S.S. preparava um relatório *Summary of the political situation in Brazil as of July,1945,* e caracterizava o atual momento (julho de 1945) como "a mais séria crise em muitos anos" vivida pelo Brasil. Esta crise, segundo eles, era provocada pelos desajustes entre a estrutura política e social e o seu desenvolvimento econômico no mundo do pós-guerra[143].

Seus articuladores fizeram um apanhado geral do Estado Novo apontando, em sua última fase, que segundo eles começa em 1944, a rejeição , por parte de Vargas , ao Estado Novo e ao controle ditatorial, destacando, ainda, sua "possível aliança com o movimento operário liderado pelos comunistas".

Na caracterização das forças políticas, (UDN e PSD) além de distinguí-las e apontar a correlação de forças rumo às eleições presidenciais destacaram o perigo de guerra civil , se "elementos mais radicais do grupo de Gomes se juntarem com os direitistas de Dutra para tomar o poder de Vargas antes das eleições num golpe de estado"[144]. Apontaram, no entanto, que qualquer que seja o grupo vencedor nessa intensa luta política, contaria este, com o apoio e a amizade dos Estados Unidos, posto que a declaração de todos os grupos tem sido a de respeitar e se identificar com os interesses

---

[142] HILTON, Stanley E., *"The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945: Diplomatic Intervention, Defense of Democracy or Political Retribution?* Hispanic American Historical Review Vol.67, nº 1 (February, 1987) : 1- 37.

[143] Levar em conta também que a "lei Malaia", decreto assinado em 21 de junho e que criou uma comissão autorizada a desapropriar qualquer organização cujos negócios estivessem sendo conduzidos de maneira lesiva aos interesses nacionais, também conhecida como lei anti-truste, foi motivo de protesto, tanto pela UDN quanto pelo governo norte-americano.

[144]Relatório da OSS - *Summary of the political situation in Brazil as of July,1945,* pág. 5

norte-americanos. " A habilidade de cada grupo em manter efetivamente a cooperação com os Estados Unidos depende do grau de estabilidade que podem dar ao Brasil"[145].

O relatório é de tal forma completo, como panorama da situação política , que na parte final, no Apêndice - "Who's who" - aponta as principais personagens políticas e suas características . Estão ali listados, como "Supporters of the Vargas Machine", Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Agamenon Magalhães, General Mascarenhas de Morais e João Alberto Lins de Barros além dos irmãos Simonsen (Roberto e Wallace) , Valentim Bouças e o Conde Francisco Matarazzo; Como lideres da União Democrática Nacional (UDN) oposição a Vargas, o General Eduardo Gomes (ocorre aí um erro pois Eduardo Gomes era brigadeiro e não general), Octávio Mangabeira e Assis Chateaubriand.

Como podemos observar, até os agentes secretos norte-americanos , tinham uma visão muito realista da situação política brasileira naquele momento. Sabemos hoje, que a guerra civil prevista pelos mesmos, não ocorreria, o golpe de estado, porém, já estava a caminho.

Em 4 de setembro o Embaixador Berle envia uma carta ao, então presidente Truman[146], comunicando-lhe a situação política do Brasil, descrevendo os rumos da "democratização" e acrescentando no final que "se Vargas se mantiver nessa direção, (..) parece para mim a melhor política. Se ele mudar de curso ou fizer alguma coisa violenta, nós poderemos reexaminar nossa posição"[147]. [Parece, aqui, que até havia uma desconfiança , por parte das autoridades norte americanas, da ação de Vargas no sentido da ocorrência de um novo golpe, como aquele dado em 1937] A resposta de Truman à carta de Berle determina cautela , diz o presidente dos EUA a seu embaixador : "Eu penso que será desastroso se interferirmos nos assuntos internos do Brasil neste momento. Parece, para mim, que as coisas estão caminhando de acordo com o esperado. Vargas certamente tem sido nosso amigo".[148]

Berle estava convencido de que Vargas tentaria um golpe de Estado permanecendo no poder alicerçado pelas forças populares e pelo PCB, resolveu, então, manifestar-se favoravelmente à democratização do Brasil. Num discurso a representantes do sindicato dos jornalistas, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, no dia 29 de setembro, declarou que

---

[145] idem

[146] Roosevelt havia falecido em 12 de abril de 1945, sendo substituído pelo seu vice-presidente, Harry S. Truman.

[147] A.Berle, 04 de setembro de 1945. Carta de Berle a Truman- Biblioteca Harry Truman - BHT 45.09.04 - CPDOC

[148] Carta de Harry Truman a Berle em 13 de setembro de 1945. – BHT- 45.09.13 - CPDOC

"qualquer alteração do cronograma eleitoral já estabelecido e a "continuidade da ditadura" no Brasil seriam consideradas "trágicas" pelos Estado Unidos"[149]. O discurso de Berle caiu como uma bomba e além de ter enfraquecido muito o movimento "queremista", fortaleceu as pretensões da UDN, nesse momento, grande opositora de Vargas. As palavras do embaixador americano foram interpretadas por todos como um "recado" dos EUA no sentido da deposição de Getúlio.

Em 1° de outubro Berle escrevia, novamente, uma correspondência secreta a Harry Truman, comunicando-lhe que a situação política previa um complô "queremista" para a tomada do poder em 3 de outubro. Tal ação, dizia ele, já está sendo enfrentada pela organização dos partidos e do exército para evitar uma reação dos "queremistas" rumo a uma revolução armada. Berle comunica ao presidente Truman , também, ter mostrado a Vargas, no dia 28 de setembro, seu discurso para Petrópolis e que este não teria feito objeção, na ocasião.

A despeito de toda a pressão e desconfiança dos norte-americanos que não acreditavam mais em Vargas, este continuava a afirmar que não era candidato a presidente e que "presidiria as eleições dignamente, entregando seu cargo ao presidente eleito".

A 10 de outubro, outra manobra varguista colaborará para a deposição de Getulio, irritando por demais as oposições que passaram a esperar apenas um pretexto para derrubá-lo. Por Decreto-lei as eleições estaduais foram antecipadas para 2 de dezembro – estavam marcadas para maio de 1946 -. Isto tumultuava o processo, pois permitia aos interventores um prazo para promulgar novas constituições estaduais e para se desincompatibilizarem de maneira a poderem se lançar candidatos aos governos estaduais. A UDN tinha certeza que esta manobra faria com que os novos governantes manipulassem as eleições para beneficiar Dutra e este por sua vez, se eleito, teria que governar com, pelo menos 20 governadores "criados" por Vargas. O exército não aceitava esta situação, que segundo os oficiais punha em risco a validade das eleições.

A gota d'água - que levou ao golpe de 29 de outubro - foi a nomeação, por Getúlio, de seu irmão, para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal. "Bejo" , como era apelidado, não era confiável aos olhos das Forças Armadas. A indicação pareceu, a Góis Monteiro, uma articulação de Vargas para afastar os militares de posição estratégica,

---

[149] A. Berle 29 de setembro de 1945 . Citado por BETHELL, Leslie. Brasil. IN: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian(org.). *América Latina....* 1996. op. cit. pág.89.

como era o cargo de chefe de polícia. Na noite daquele dia os militares cercaram o palácio da Guanabara e entregaram a Vargas o ultimato, que assinou sua renúncia formal pouco depois da meia noite.

O poder foi ocupado, por acordo dos militares e proposta udenista, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Linhares ocuparia o cargo até 2 de dezembro quando o entregaria ao presidente eleito.

No dia 30 de outubro de 1945, portanto no dia posterior ao golpe, Berle envia um telegrama, contendo oito páginas ao Secretário de Estado, dando conta de toda a situação e culpando os queremistas pela deposição de Vargas. Seu telegrama termina apontando que :

" Machiavell observou que os Príncipes caem porque eles continuam a usar seus velhos métodos em novas situações, quando as correntes de opinião já tenham mudado. Basicamente esta foi a verdade de Vargas"[150].

Todos os golpes se parecem. Este, como todos no Brasil, foi um golpe conservador. Temos a presença do exército, da elite e das forças externas. Dutra e Góis Monteiro, UDN e PSD e A.Berle. Vargas foi deposto e com ele também as massas populares que o haviam apoiado até aquele momento.

Síntese reflexiva

Na impossibilidade de se continuar a historiar a ação do PCB, sem encaixá-lo no contexto da época, se fez mister, neste item , a descrição do período conhecido como Estado Novo e a deposição de Vargas. Os temas, aqui, discutidos, tais como, influência dos EUA na política interna e externa brasileira , ditadura e redemocratização, novamente serão suportes para a compreensão da ação do PCB no período do pós-guerra e sua atuação na legalidade.

[150] A.Berle em 30 de outubro de 1945 – BHT – 45.10.03- CPDOC. A resposta de Truman veio no dia 9 de novembro parabenizando-o por mantê-lo informado sobre as novidades no Brasil. Vide anexo V, carta de Truman na seção "Anexos" .

O PCB EM NOVA ERA

O PCB, a classe operária, o Estado Novo e o Novo Estado

> "Precisamente porque as massas atrasadas de operários e - mais ainda - de pequenos camponeses estão muito mais imbuídas (...) de preconceitos democrático-burgueses e parlamentaristas, precisamente por isso, *somente* no seio de instituições como os parlamentos burgueses os comunistas podem (e devem) travar uma luta prolongada e tenaz, sem retroceder ante nenhuma dificuldade, para denunciar, desvanecer e superar tais preconceitos."
> LENIN, Vladimir Ilitch. ***O Trabalho do Partido entre as Massas.*** São Paulo:Editora Ciências Humanas.1979.

A Segunda Guerra Mundial, diferentemente da Primeira, modificou substancialmente o quadro político institucional do mundo. Se na Primeira Guerra eram potências capitalistas que se enfrentavam, na Segunda teremos a presença de uma força nova, que até aquele momento, era um entrave às pretensões do mundo burguês, a URSS. A União Soviética, presente na guerra desde 1941 e desempenhando um papel de luta e heroísmo, vivenciado por todos, ganhou projeção mundial. "Suas vitórias militares agora surpreendiam as burguesias dos países democráticos - para não dizer dos países fascistas - fazendo-as mudar de comportamento" e "a dependência das democracias em relação ao auxílio russo para a sua luta contra o fascismo – fizeram com que ficasse estabelecido clima de aproximação entre os conflitantes regimes burgueses e proletários. (...) Entre 1943 e o começo de 1947 parecia que o processo de luta de classe deixava de existir e até os comunistas insistiam na idéia de *coexistência pacífica.*"[151] Esta relação amistosa , que no fundo é aparente, perdurará até o início da *Guerra Fria*, que uma vez definida, marcará a face do planeta até 1991.

É inserido dentro deste quadro de "fraternidade", iniciado com a transformação da Rússia Soviética em aliada, que encontraremos, no Brasil, o PCB. Neste período o Partido

---

[151] CARONE, Edgar. O Movimento Operário no Brasil (1945-1964) volume II. São Paulo:Difel, 1981 pág. VIII

começava um movimento rumo à reorganização, já que até aquele momento tinha sido alvo de perseguições, prisão e morte.

A euforia provocada pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, mais as reações da população brasileira à conseqüente represália, por parte dos alemães, representada pelo afundamento de nossos navios, provocava manifestações várias em todo o território nacional. O PC, apesar da repressão que ainda continuava a existir, participava, com as massas, de grupos organizados – por exemplo, "comissões patrióticas" da Bahia e Liga Acadêmica de Defesa Nacional, em São Paulo - lutando pela "União Nacional contra o fascismo".

O PC começa a se reorganizar, sua reorganização, no entanto, não estará desvinculada de uma dinâmica do movimento comunista internacional. Assim como Vargas era pressionado pelos países capitalistas (democracias e fascistas) e sua ação estava vinculada a este jogo, o PCB, diante de uma força aglutinadora externa, também sofreria influência em sua ação pelas determinações de Moscou.

A postura adotada pelo PCB, nesse período, somente é compreensível quando buscamos referências nas "novas táticas" adotadas pela IC, que segundo Spriano determinaram as regras do jogo:

> *"Com o 21 de junho de 1941, quando os exércitos de Hitler invadem a União Soviética, o movimento comunista se faz defensor de uma unidade mais ampla do que aquela das frentes populares de 1935-1938, torna-se promotor de "frentes nacionais", país por país, que compreendam inclusive as forças mais distantes socialmente. A guerra – diz-se – mudou de natureza; aliás – admite-se – sempre foi outra coisa em relação à Primeira"*[152]

Em julho de 1942 a imprensa internacional publicou - já que o Brasil do Estado Novo ainda mantinha a censura nesta época - uma declaração de Prestes ao líder comunista cubano Blas Roca, que tinha feito uma visita ao "Cavaleiro da Esperança", na cadeia – com a permissão de Osvaldo Aranha - em que este dissera:

> *"Considero meu dever, e dever dos verdadeiros patriotas brasileiros, cessar todas as disputas de caráter interno e unir esforços para acelerar a derrocada das potências do Eixo. A quinta-coluna,é mais forte no Brasil do que no resto da América, mas poderá ser imobilizada se as massas tiverem fé no programa anti-Eixo em execução pelos seus líderes."*[153].

---

[152] SPRIANO.Paolo. "*O movimento comunista entre a guerra..... op. cit.* vol.10, 1987. pág. 130

[153] "I talk to Prestes" (baseado numa carta de Blas Roca).*World News and Views*, 22(30). 25/7/194., Citado por DULLES, John F. *O comunismo no Brasil....1985, op. cit* pág.*232.*

Como podemos observar, as palavras de Prestes, neste momento, são denunciadoras da "nova tática" adotada pela IC , que será a "tática" adotada, também, pelos comunistas no Brasil.

É, portanto, imbuídos deste mister – União Nacional Pela Defesa da Pátria - , que encontraremos os comunistas tentando a sua "ressurreição"[154].

No ano de 1942 , três eram os grupos resistentes, que articulariam a União. O grande problema estava, justamente , nas três posições defendidas, que se mostravam conflitantes - dentro do Partido - , apesar de todas defenderem a "União Nacional".

A primeira, acusada, pelo grupo vencedor de "liqüidacionista", era representada por Fernando de Lacerda, que acabara de chegar de Moscou, via Chile , e que defendia a posição adotada por Earl Browder, secretário-geral do PC dos Estados Unidos, favorável à tese de União Nacional com a dissolução do PC[155]. Segundo Lacerda o que interessava era " cerrar fileiras ao lado do povo e do governo Vargas, para ajudá-los a reforçar a política de participação ativa do Brasil no esmagamento total das hordas eixistas e sua miserável quinta-coluna".

A segunda, composta pela união dos cariocas – chefiados por Maurício Grabóis e Amarílio Vasconcelos, que já dirigiam a Comissão Nacional de Organização Provisório (CNOP) - , e dos baianos, estes últimos, unidos aos primeiros desde o segundo semestre de 1942 - representados por Milton Cayres de Brito, Diógenes de Arruda Câmara e Armênio Guedes - , defendia a "União Nacional" com Vargas na derrota do nazi-fascismo e do quinta-colunismo, sem a dissolução do partido.

A terceira, representada pelo grupo paulista - liderado por Caio Prado Jr. e Heitor Ferreira Lima - , defendia a "União Nacional contra o Fascismo". Segundo este grupo a luta deveria se dar dentro e fora do país, ou seja, contra o inimigo externo – o Eixo - e interno, representado, não só pela quinta-coluna, como também pela ditadura de Vargas.

Das três correntes, a vencedora foi a segunda, já que , a corrente de Lacerda era minoritária e seu conselho para a dissolução do PC, não se realizou; a corrente paulista, por sua vez, muito pouco organizada e menos atuante, restringindo sua luta ao fascismo interno, ficou no campo da estratégia teórica apenas. Assim, coube ao CNOP, que já tinha estabelecido ligação com o grupo da Bahia - que era o mais prestigiado por ser considerado

---

[154] Em fins de 1942 aproveitando-se de certa liberalização do governo Vargas, o PCB voltou a atuar de forma mais organizada lançando revistas, como a *Seiva, Leitura e Continental*, esta última porta voz do CNOP e participando de uma revista de Samuel Wainer de nome *Diretrizes*.

[155] Conhecida nos meios comunistas como "browderismo"

o único grupo idôneo perante os exilados na Argentina e a própria Internacional Comunista ,e se identificava com as premissas de Prestes[156] naquele momento - , a maior atuação e importância.

Grande parte da historiografia do PCB atribui a Diógenes de Arruda Câmara o papel de articulador da ligação efetiva com parte do grupo baiano[157] que, representado por Mario Alves, passou a apoiar a CNOP. Segundo Dulles, a iniciativa de organizar a II Conferência Nacional do PCB, conhecida como *Conferência da Mantiqueira*, foi de Diógenes de Arruda, pois o mesmo havia estado no começo de 1942 em Buenos Aires com João Falcão, e "em 1943 estava pronto para promover a reorganização do PCB na forma da autorização que sentia haver recebido do Bureau Sul-Americano. Com a ajuda de Milton Caíres de Brito e dos líderes da CNOP, preparou uma conferência que dotasse o Partido Comunista do Brasil de uma organização partidária provisória e de diretivas de ação política (inspiradas pelas conversações mantidas em Buenos Aires)"[158].

A Conferência da Mantiqueira realizou-se, clandestinamente, em Barra do Piraí, Vale do Paraíba, Estado do Rio de Janeiro, em 27, 28 e 29 de agosto de 1943 e ficou conhecida assim, por ter ocorrido próximo à Serra da Mantiqueira. Esta Segunda Conferência Nacional do PCB[159], de acordo com Boris Koval, contou, apesar da clandestinidade, com "46 delegados de grupos partidários dos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e do Distrito Federal (...) para debater questões importantíssimas do movimento operário. Na ordem do dia havia três questões:

1) Relatório Político da Comissão Organizadora;

2) Relatório sobre a situação do trabalho;

3) Eleição do Comitê Central."[160].

---

[156] " As divergências foram superadas com o conhecimento de uma carta de Prestes, que defendia a "União Nacional" de um lado e o apoio a defesa da Pátria do outro. Apoio e luta era como ele resumia dialeticamente o processo político brasileiro daquele momento". CARONE, Edgard. O Estado Novo...1977.op.cit. pág.234

[157] Diógenes Arruda negociou a união do da CNOP com o pequeno grupo baiano aglutinado em São Paulo e deixou de lado, por exemplo, o líder baiano, que representava o grupo e estava na Bahia, Giocondo Dias Alves, que era contrário aos planos da CNOP para a reorganização do PCB.

[158] DULLES, John F. *O comunismo no Brasil....1985, op. cit* pág.*250.* Segundo Basbaum, foi ele que aglutinou as forças comunistas dispersas, rumo à reorganização e não foi convidado a participar da Conferência. BASBAUM, Leôncio.*Uma vida em seis tempos (memórias)*, SP: Alfa–Omega, 1978. págs.178-180

[159] A primeira Conferência foi realizada em 1934.

[160] KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967.* São Paulo: Alfa-Omega, 1982. pág. 362

Parece que há um certo exagero de Koval - assim como de Nelson Werneck Sodré, que também cita a mesma cifra -, quanto ao número de delegados presentes. Alguns autores[161] estimam em 14 ao invés de 46, o número de representantes. Não há como ter certeza dos números[162], devido às condições em que foi realizada, ou seja, a clandestinidade. Pouco foi sintetizado em termos escritos e documentais, que historiassem o evento, a não ser as resoluções.

Ao fim da Conferência se aprova, então, uma linha fundada na política de União Nacional contra o fascismo, total apoio ao governo Vargas no esforço de guerra, luta pela anistia, contra a carestia, pelo aprimoramento da Previdência Social, pela normalização institucional e pela legalidade do PCB , além de frisar a necessidade do seu crescimento numérico, da sua transformação em Partido de massas, e do seu enraizamento nas empresas industriais, através da criação de células de empresa; decide-se , ainda, lançar campanha nacional pela abertura da segunda frente na guerra.

Foi formado o novo CC provisório, do PCB e eleito (*in absentia*), Luis Carlos Prestes, que ainda encontrava-se na prisão , sendo substituído pelo operário José Medina, e mais tarde por Álvaro Ventura, ex-deputado classista de 1934. Dele faziam parte, segundo Vinhas, Mario Alves, Arruda Câmara, Maurício Grabóis, Amarílio Vasconcelos, João Amazonas, Pedro Pomar, Ivan Ramos Ribeiro, Álvaro Ventura , Francisco Gomes, Julio César, Sergio Holmos, Lindolfo Hill, Dinarco Reis, José Militão Soares, Armênio Guedes, José Medina Azevedo, Mylton Cayres de Brito, Leiva Otero, Celso Cabral[163].

Segundo o editorial da revista "Problemas", que comemorou o 10° aniversário da Conferência, ela foi um grande marco na vida do Partido, pois teve êxito na tarefa difícil de sua reorganização depois das duras perdas em conseqüência das prisões em massa em 1940. "Este foi um marco histórico também porque começou um novo período na vida do Partido"[164]. Sem dúvida, há aqui, como aponta Berenice Cavalcanti, um ufanismo exagerado, na importância que se deu à Conferência. Havia a necessidade de justificar, de um lado a vitória, como acerto histórico, da CNOP, e de outro o restabelecimento da figura de Prestes como o líder a ser seguido – não esquecer que vivíamos a época de Stálin

---

[161] BETHELL, Leslie. Brasil. IN: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian(org.). *América Latina...* 1996. op. cit. pág.71.

[162] O próprio Prestes em seu depoimento , em comemoração aos dez anos da Conferência, diz terem sido 46 os delegados. Não nos esqueçamos que Prestes não esteve presente porque estava preso. E além do mais, dez anos depois da Conferência, ou seja, no ano de 1953, o Partido tinha adotado uma outra postura o que justificava um certo ufanismo em sua história de lutas.

[163] idem

[164] Revista "Problemas" , 1953 , n° 49, pág.1

e, portanto a influência stalinista de culto à personalidade estava presente. Segundo ela, as tarefas seguintes *à Conferência*, (grifo meu) principalmente as relacionadas com as questões orgânicas, processaram-se de maneira lenta e com resultados pouco significativos.

Tudo indica que as dificuldades de se recompor a máquina partidária resultaram menos da situação de ilegalidade, como muitas vezes se quer fazer supor, e mais de resistências e discordâncias com relação à linha política aprovada. Reavivaram-se antigas dissensões em torno da posição dos comunistas face ao regime de Vargas[165] Uma das dissensões, apontadas acima, foi a do grupo de São Paulo que, em fins de 1943 formou sua própria organização[166], era o chamado "Comitê de Ação", do qual Caio Prado Jr. fazia parte , e que propunha uma "união democrática nacional", ligando as demais forças de esquerda e setores democrático-liberais, na oposição a Vargas [167].

No entanto, muitos deixaram o Comitê e aderiram à CNOP , quando no primeiro semestre de 1944, Prestes, embora defendesse a anistia e a restauração das liberdades individuais, (ainda estava na cadeia) apoiou Vargas incondicionalmente na guerra contra o fascismo. Prestes atacava, tanto o "liqüidacionismo", quanto o sectarismo de esquerda dos que combatiam Getúlio Vargas.

Entre os anos de 1943 e 1944, o Partido acabou delineando a sua visão do processo político do país, que segundo Maurício Vinhas, esteve equivocado porque, mesmo tendo havido um Pleno do Comitê Central - o "Pleno da Vitória" - em 7 de agosto de 1945, que revelava compreensão mais matizada do processo de luta pela democracia, permaneceu puramente formal.

---

[165] CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: Os comunistas e a redemocratização da sociedade Brasileira.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/ PROED. 1986. pág. 99. Sobre a Conferência da Mantiqueira e sua organização consultar : CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro, graal*,1982; SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB,* global,1984; REIS Fº, Daniel Aarão. História do Marxismo V.I, Paz e Terra, 1992; BETHELL, Leslie. Brasil. Paz e Terra, 1996; CARONE,Edgard. O Estado Novo, Difel,1977; CARONE, Edgard. O P.C.B, Vol. I e II, Difel , 1982; CARONE, Edgard, A Terceira República, Difel, 1976; BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, Fulgor, 1968; VINHAS, Moises. *O Partidão,* Hucitec.1982; SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB.* Ciências Humanas, 1981.

[166] Com a dissolução do Comintern em junho de 1943, Stálin propõe a "Coexistência Pacífica", e a possibilidade de certa independência dos PC's para aplicarem em seus países táticas especificas às suas realidades na luta contra o fascismo. Isto permitiu uma certa autonomia dos partidos comunistas naquele momento, dando origem a correntes, as vezes, conflitantes.

[167] Segundo Caio Prado Jr, "Não simpatizei muito com o apoio a Getúlio. É muito fraco em termos de sensibilidade política e achava que Getúlio tinha de ser derrubado antes de mais nada. (..) É difícil dar lições à história e saber o que teria acontecido se tivéssemos agido de forma diferente. Reconheço, no entanto, que minha posição era errada, que meu plano de frente única, não era correto. Essa frente que acabou dando nascimento à UDN. Aliás o nome UDN quem deu fui eu. Não me vanglorio por isso (...). Enfim, minha idéia era fazer um movimento democrático e popular, e me iludi com os "democratas" da UDN". O Estado de São Paulo, 11/06/1978, Política, pág.14.

"Tanto porque em nenhum momento se refere à questão da autonomia sindical nem ilumina o modo pelo qual a luta entre capital e o trabalho se articula no interior de uma política de amplas alianças pela democracia, como porque insiste em não tocar na delicada questão do trágico desfecho do movimento aliancista, desvirtuado pelo golpismo. Nada disso era casual : na verdade, a política de apoio incondicional a Vargas resultará da somatória de uma compreensão enviesada da política de frente popular, da qual só apanha o momento da unidade e minimiza o da luta e de crítica aos aliados, com uma determinada visão do desenvolvimento da sociedade brasileira e do Estado; em ambos os casos, tende-se a reforçar o Estado em detrimento da sociedade civil, amainar os conflitos de classe e elidir a questão da democracia de massas"[168]

Independentemente dos desacertos e das críticas, como as de Vinhas, por exemplo, que serão feitas somente após o período de que se trata, o Partido , aplainadas as arestas, e contando com a "chefia" de Prestes, passou a acompanhar o movimento rumo às liberdades democráticas. O PCB, cuja bandeira de luta se identificava com os anseios populares, crescerá rápido. "Os comunistas começaram a aparecer como os antifascistas mais decididos, abnegados, corajosos, reivindicando a condição de patriotas, e reconhecidos como tal, prontos a qualquer sacrifício em nome dos interesses nacionais. A auréola de acossados e perseguidos, as chagas dos torturados, o sofrimento de Prestes , o martírio de Olga e de tantos outros, tudo isto fazia uma legenda. Em torno dela, a confiança e um verdadeiro fervor."[169] O Partido cresceu , e de cem militantes na ativa em 1942 passou a quase três mil em 1942/43, indo para cinqüenta mil de 1945 e quase duzentos mil no ano seguinte.[170]

Apesar de ilegal até outubro de 1945, o Partido, a partir da Conferência, assumiu a direção do movimento de massas e esteve presente, nos sindicatos, nas manifestações populares, a favor do envio de uma força militar para a Europa (FEB), no combate ao "quinta-colunismo", nas fábricas, organizando células, no apoio à Sociedade Amigos da América e à Liga de Defesa Nacional. Também, ativo, nas intensas campanhas pró-anistia, que começaram em fevereiro e teriam seu ponto alto na Semana Nacional Pró-Anistia, em começo de abril e na luta pela participação popular nos destinos do país.

Desde julho de 1943 um mês antes da Conferência da Mantiqueira, portanto, em "Resolução do Comitê Central Provisório", o Partido já orientara seus militantes no sentido de se apresentarem como voluntários para a guerra na Europa. Com a chegada dos

---

[168] VINHAS, Moises....1982, op. cit. pág.76

[169] RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão.(orgs.) *História do Marxismo no Brasil.* Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas:Unicamp.2002. pág. 71

[170] Números não muito confiáveis, segundo depoimento do prof. Jacob Gorender, pois muitos simpatizantes, apenas preenchiam fichas de adesão sem, no entanto, participarem efetivamente do Partido.

pracinhas ao palco do conflito, destacava-se o PCB na formação de uma célula, já demonstrando sua ação, que só fará crescer dali para diante. Como nos relata Jacob Gorender, que também foi um pracinha da FEB:

> *"O que nos interessa (...) é que a FEB teve uma base comunista. Nunca se falou nisso: é um aspecto da história da FEB abordado pela primeira vez. Essa base comunista incluía soldados e oficiais. Evidentemente, os contatos entre os seus membros eram precários, porque pertencíamos a unidades diferentes e atuávamos no* ***front*** *de 20 quilômetros. Contudo, vez por outra, conforme as circunstâncias, tornavam-se possíveis contatos. Dessa base comunista na FEB saíram duas iniciativas relevantes. Um delas foi a de um manifesto, em princípios de 1945, pelo restabelecimento do regime democrático no Brasil, argumentando que a FEB, que lutava contra o nazi-fascismo na Europa, não podia aceitar um regime antidemocrático em nosso próprio país. O manifesto recebeu a assinatura de cerca de 200 oficiais, o que causou enorme repercussão e, decerto, contribuiu para o desmoronamento do Estado Novo."*[171]

Com a assinatura da anistia a todos os presos políticos, em 18 de abril de 1945, e a saída de Luís Carlos Prestes da cadeia - Caio Prado Jr e Astrojildo Pereira retornam ao PCB - , o Partido ganha grande força política. O comício realizado no Rio de Janeiro, Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, em 23 de maio daquele ano, contou com uma multidão de mais de 100.000 pessoas , o mesmo ocorrendo com o do Pacaembu, em São Paulo, realizado em julho . " O PCB , pela primeira vez na história do Brasil, aparece com sua própria roupagem e como movimento legal de massa.".[172]

Em junho o Partido iniciou a instalação de sedes em todos os Estados do Brasil, e em agosto montou seu Comitê Nacional no Distrito Federal, além disso, neste mesmo mês lançou os nomes dos candidatos a deputados paulistas (Monteiro Lobato, Mário Scott, Jorge Amado, Milton Cayres de Brito, José Maria Crispim, Roque Trevisan, etc.), o que ocorreu em seguida nos outros estados. O PCB mostrava a outros partidos burgueses sua força política.

Prestes além do apoio incondicional a Vargas, pedia a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e não apenas eleições para deputados[173]. Esperava que

---

[171] Entrevista de Jacob Gorender a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau para a Revista Teoria&Debate, nº11, 3ºtrimestre de 1990 IN AZEVEDO, Ricardo de. & MAUÉS, Flamarion.(org.) *Rememória : Entrevistas sobre o Brasil do século XX.* São Paulo:Fundação Perseu Abramo,1997, pág.181

[172] Apesar de sabermos que a legalidade somente virá em outubro de 1945, as palavras de Carone, são esclarecedoras, no que tange a imagem que o PCB passou a ter a partir desse momento. CARONE, Edgard. O Estado Novo...1977 op.cit., pág.245.

[173] A aliança do PCB com Vargas e o apoio do Partido aos "queremistas" – opção que segundo eles não podia ser outra, diante dos partidos existentes – UDN e PSD – que não eram confiáveis, provocou grande

as forças populares pudessem , junto com o Partido, impor esta reivindicação e lutar pela democratização efetiva do país.

O apoio dado pelos comunistas ao movimento "queremista", e criticado, inclusive, por militantes, mais a pujança demonstrada pelo PC, na condução das massas e na sua identificação por elas, reforçarão o esforço da reação, aqui representada, principalmente pela UDN, no sentido de abortar o avanço do movimento operário e da participação das massas no novo regime que substituiria o Estado Novo cambaleante. Era imperativo o controle da situação pelas classes dominantes antes que as garantias democráticas roubassem deles o domínio do Estado. Para a aristocracia, o exército - que não queria perder o controle da situação - e os liberais udenistas, somente restava uma saída: o golpe, que foi desfechado no dia 29 de outubro de 1945. Com ele, apesar da aparente continuidade do jogo democrático, ficaram também, as esperanças da "sociedade civil".

O Movimento Operário no interregno

> "e um fato novo se viu, que a todos admirava
> o que um operário dizia, o outro operário escutava"
> Vinícius de Morais

Impossível historiar a ação do PCB, neste momento, sem inserir o movimento operário neste contexto. Poderíamos dizer que, ao contrário do que afirmam alguns historiadores, defensores do liberalismo, este é o momento da aurora do movimento operário no Brasil. Sem entrar no mérito da tese de Paulo Sergio Pinheiro, sobre o papel da classe operária e das esquerdas na crise dos anos vinte[174], percebemos que as tentativas , do operariado, de despontar como classe ativa[175] no Brasil foram, antes de 45, todas abortadas. Os sindicatos anarquistas, socialistas e depois comunistas, a partir de 1922, foram sufocados pela onda de repressão que se abateu sobre os trabalhadores a partir da grande greve de 1917. A tentativa de organização, tanto da representação política, com

---

discussão no meio acadêmico, representada pelos trabalhos de Weffort, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil; MARTINS, Carlos Estevam & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. *Modus in Rebus : partidos e classes na queda do Estado Novo.*

[174] PINHEIRO, Paulo Sergio. *Política e trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)* Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2ª ed. ,1977.

[175] Aqui não queremos nos referir apenas à pratica política da classe operária, mas a coesão e unidade, não conseguida, devido aos entraves legais e , principalmente, ideológicos, que não permitiram a identificação do grupo de trabalhadores como classe.

o BOC – Bloco Operário e Camponês[176], quanto da formação e manutenção de sindicatos independentes , foram sufocados.

O decreto 19.700 cria , em março de 1931, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e passa a tutelar as organizações operárias. Estas organizações, ou seja, os sindicatos, ganharão uma camisa de força a partir da outorga da Constituição de 1937, que fundada nos artigos 138 e 139 e referendada pelo decreto 1402, estabelece o controle total sobre os sindicatos e seus dirigentes. O ápice do controle da classe operária e dos sindicatos se deu com os decretos que regulamentaram a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho) em maio de 1943.

Se o controle se cristaliza com a CLT, em maio, é nesse mesmo ano que a situação da classe operária começa a mudar. Apesar de toda a repressão e controle de sindicatos, as contingências do momento - a partir da declaração de guerra ao Eixo, e das lutas que irmanaram todos os brasileiros contra o nazi-fascismo - permitirão, ainda que acanhadamente, manifestações. No início, elas eram esporádicas, - greves por melhores salários, que já ocorriam desde 1940 - mas com o relaxamento das barreiras policiais e institucionais, e o aumento da exploração, que a partir de 1944 exigia mais horas de trabalho[177] com os mesmos salários, estas manifestações tornar-se-iam mais intensas.

Nos primeiros meses de 1945, um grande movimento reivindicatório, com greves e organização de base, que demonstraram a força que o operariado adquirira, principalmente com o apoio dos comunistas, eclodiu. A primeira grande paralisação ocorreu em Campinas, a partir de 20 de março de 1945. O movimento atingiu os operários da Companhia Paulista, da E.F. Mogiana , da Empresa Paulista de Transporte, e os funcionários da Companhia Campineira de Tração, Luz e Força.

As manifestações acontecerão com maior intensidade na região sudeste do Brasil, local onde ocorria a maior concentração da classe trabalhadora[178] , que começou, além de greves reivindicatórias, de abril a outubro, a organizar-se independentemente. Surgiu,

---

[176] Em março de 1926, A Classe Operária, órgão oficial do PCB, apresentou a idéia da criação de um amplo bloco operário, que pudesse participar das próximas eleições como organização independente, intérprete dos interesses dos trabalhadores, e que lutasse pela "legislação social" e a "promulgação do código do trabalho". O programa do Bloco sugeria ainda, a revogação das leis reacionárias, a decretação da anistia aos presos políticos e a concessão de voto às mulheres e aos operários estrangeiros. Mais tarde o Bloco Operário tornou-se Bloco Operário-Camponês, sem, no entanto, estabelecer uma ligação do campo com a cidade.

[177] A *Lei de Esforço de Guerra* aumentava de 8 para 10 o número de horas trabalhadas por dia, sem mudança de salários.

[178] Num universo de 14 milhões de assalariados, dentro de uma população de 40 milhões de habitantes, somente na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo havia 1 milhão, dentro de um mundo operário de 2 milhões em todo o Brasil . "Em São Paulo, calculou-se ter havido de 300 a 400 greves em menos de uma semana no mês de maio, envolvendo 150 mil trabalhadores". BETHELL, Leslie. Brasil...1996. op. cit. pág.80

nesse período, a União Trabalhista Democrática, dos Carris Urbanos de São Paulo, a União dos Trabalhadores Intelectuais, dos jornalistas paulistas, o "Comitê Democrático dos Trabalhadores" e o "Movimento Unitário Sindical". Estes grupos, apesar da proibição da autonomia sindical, defendiam a conquista de liberdade para suas instituições, assim como direito de greve.

Em abril de 45, quando Vargas afrouxou o controle sindical, o PCB propôs a criação, junto com líderes não comunistas, do MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores). Era uma proposta, que tinha como intuito a formação de uma Central Única dos Trabalhadores do Brasil, o que já existia, por exemplo, na Argentina – se bem que controlada pelo peronismo – e que aqui no Brasil era proibida[179]. A Comissão Redatora de seu Manifesto foi composta por José Medina Filho, Roberto Morena, Alcy Pinheiro , Manoel Machado Raposo, Jocelyn Santos e Spencer Bittencourt.

O Manifesto Nacional, lançado por ocasião de sua fundação vinha assim redigido:

> *"A classe trabalhadora, que atingiu um alto grau de maturidade política, está chamada, portanto, mais uma vez, a desempenhar, em união com outras classes ou setores progressistas, tarefas de máxima importância para os destinos do mundo : está chamada a cooperar com toda a sua força para vencer a guerra no mais curto prazo e para construir uma paz digna dos sacrifícios que os povos fizeram nas trincheiras nas fábricas e nos campos. Este caminho é o da unidade, gerada no curso da guerra, unidade que afastará todos os perigos de golpe... Nossa Pátria, contribuindo com matérias-primas, com bases militares, com o heroísmo de seus soldados... não desempenhou, ainda, na sua plenitude, o papel histórico que lhe cabe, em vista de não se haver concretizado uma união nacional mais ampla, que agora será alcançada pela pacificação da família brasileira e pelo exercício das liberdade populares (...) antigas divergências ou discórdias que nos separam nos locais de trabalho e nos sindicatos; ou que quebraram a fraternidade entre nossos líderes* [devem desaparecer, (grifo meu)] *(...)*[A classe operária, (grifo meu)] *Precisa estar unida, porque só assim converter-se-á em realidade a cooperação política das classes, sem a qual a nossa Pátria não poderá enfrentar vitoriosamente as gigantescas tarefas da reconstrução nacional no terreno político, social e econômico(...)* [é importante, então, lutar (grifo meu] *imediatamente pela mais completa liberdade sindical, rompendo com as injustificáveis restrições e interferências na vida dos nossos órgãos de classe"*[180]

---

[179] Segundo a interpretação de Weffort "os objetivos centrais do MUT em 1945 eram, em realidade, menos de caráter sindical do que de caráter político" WEFFORT, Francisco – *"Origens do sindicalismo populista no Brasil - (A conjuntura do após-Guerra)* – Estudos CEBRAP 4 abril-junho 1973 pág. 83.

[180] Manifesto do MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores. reproduzido por CARONE, Edgar. *A Terceira República*... 1976, op.cit. pág.532-538.

Como podemos observar, o Manifesto, trás, muito claramente, a influência do PCB, tanto no discurso quanto na idéia de "União Nacional". A presença do Partido no Movimento estará marcada pela sua presidência , que será ocupada por João Amazonas - homem forte do Partido Comunista, neste momento - , e também pela sua tática de ação, que representada pelo MUT instava os trabalhadores " a abjurar de greves e manifestações "irresponsáveis" e *apertar os cintos* com o intuito de garantir uma transição pacífica para a democracia, além de um futuro legal para o PCB."[181]

Ao identificarmos a ação do PCB, junto à classe operária, não queremos afirmar, como Kazumi Munakata[182], por exemplo, que o movimento operário foi tutelado e sufocado pelo Partido Comunista. Defender esta idéia é desconsiderar as contribuições de Hobsbawn, que nos alerta sobre a falsa análise da experiência da classe trabalhadora apenas pela sua prática militante[183], assim como de E.P.Thompson, que enfatiza as formas de participação dos trabalhadores nos processos sociais dos quais são parte integrante[184].

A idéia de ser a vanguarda da classe operária estará presente nos discursos de Prestes e do Partido, isto não quer dizer, porém, que a classe trabalhadora brasileira fosse uma massa amorfa que dela se pudesse fazer o que quisesse, nem que o Partido foi uno o tempo todo, mantendo o controle total sobre o operariado. Segundo Hélio da Costa, o Partido Comunista Brasileiro nesse período, "se feita a confrontação de sua prática com o movimento operário, mostrará que ele dela se separa e com ela se funde ao mesmo tempo. Em outras palavras, o PCB não era um bloco monolítico em que a sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo o tempo. Havia dois PC's na realidade. Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas "apertarem os cintos", buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas, colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido."[185]

Importante salientar, também, dentro desta discussão, que a força alcançada, pelo Partido e pela classe operária, era de tal maneira presente, neste momento, que passou a incomodar as classes dominantes e os poderes externos que atuavam no Brasil. Por

---

[181] BETHELL, Leslie. Brasil....1996. op. cit. pág.81

[182] MUNAKATA, Kazumi. ***Algumas Cenas Brasileiras.*** Dissert. de Mestrado Unicamp, 1982.

[183] HOBSBAWN, Eric. "História operária e ideologia" IN : *Mundos do Trabalho.*Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987. pág.18-19

[184] THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa.* Rio de Janeiro:Paz e Terra.1987

[185] COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra,*São Paulo:Scritta,1995. pág.8

exemplo, os norte-americanos e britânicos. Neste período, tanto a Embaixada dos EUA, quanto a da Grã-Bretanha contavam com *adidos trabalhistas*, que "controlando a situação", em nome de seus governos, apresentavam relatórios mensais, com informações detalhadas, que levantavam desde o número de trabalhadores empregados, sindicatos organizados, leis trabalhistas, número de greves que ocorriam, até a ação do PCB dentro dos sindicatos, fábricas e reuniões. É uma tarefa tão minuciosa, que valeria a pena, uma pesquisa, nos arquivos do Foreign Office de Londres e do NARA – National Archives, Washington, D.C., de forma a avaliar o trabalho específico desses agentes e o resultado prático nos destinos do movimento operário no Brasil.[186]

Deposto o governo Vargas em 29 de outubro, o MUT e o PCB continuaram - ainda que receosos diante da incerteza que a situação apresentava - , em seu caminho rumo à formação de uma central única dos trabalhadores[187]. Lutava-se , também, pela autonomia dos sindicatos assim como pela eliminação da tutela que o Estado exercia sobre o operariado.

De acordo com Chilcote, esta luta não foi fácil, pois com a derrubada de Getúlio, o controle oficial exercido pelo Estado, não deixou de existir. "A organização corporativista permaneceu intacta e o Ministério do Trabalho continuou a controlar os trabalhadores através do imposto sindical e da ameaça de intervenção em seus sindicatos. Depois da criação do PTB, os comunistas preferiram adotar a tática de trabalhar dentro dos sindicatos patrocinados pelo governo a formar uma organização rival. Desta forma o PCB atuaria através do MUT, que em 1946 passou a defender o estabelecimento de uma Confederação Central dos Trabalhadores."[188]

A movimento operário, ainda presente e ativo no início do governo Dutra, sofreria uma violenta limitação de ação pelas leis decretadas. A nova Constituição e os novos decretos legalizariam a negação da existência real da classe operária, que teria de recuar para o lugar, que segundo as elites, nunca deveria ter saído. A experiência adquirida pelos trabalhadores, no entanto, deixou marcas. Marcas que não conseguiriam ser apagadas.

---

[186] Clifford German e Edward J.Rowell eram adidos trabalhistas, no Brasil, no período (1945), respectivamente da Grã-Bretanha e dos EUA. Os arquivos do FO de Londres não estão disponíveis no Brasil, os da NARA, existem na Unicamp, porém não cobrem todas as necessidades e informações que seriam necessárias para uma análise mais apurada da situação mapeadas por estas potências hegemônicas, naquela ocasião.

[187] O MUT promoveu congressos estaduais de trabalhadores, reunindo sindicatos oficiais no Ceará, Bahia, São Paulo e Distrito Federal .

[188] CHILCOTE, Ronald H., *O Partido Comunista Brasileiro* – Conflito e integração: 1922-1972. Rio de janeiro, Graal, 1982. pág. 222

Síntese reflexiva

Completando a primeira parte deste trabalho, antes de adentrarmos no mundo do jogo político partidário, analisamos, neste item especificamente, o Partido Comunista e sua relação com o movimento operário. As evidências, aqui apresentadas nos permitem visualizar , a partir da relação do Partido com a classe trabalhadora, a posição que este ocupará, como representante do operariado, no período da legalidade .

SEGUNDA PARTE

A "REDEMOCRATIZAÇÃO" E O PCB NA LEGALIDADE

CAPITULO II

O BRASIL DO PÓS-GUERRA

> " Assim, desde que o *nome* da liberdade seja respeitado e impedida apenas a sua realização efetiva – de acordo com a lei, naturalmente -, a existência constitucional da liberdade permanece intacta, inviolada, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra sua existência *na vida real.*"
> MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte.* Os Pensadores. São Paulo:Abril, 1978.

A euforia democrática

As características do Brasil, no pós-guerra, indicavam que estávamos diante de um processo democrático em andamento. Partidos políticos, organizações sociais diversas, eleições diretas para a escolha do presidente e de deputados, além da convocação de uma Assembléia Constituinte. Era como se o Brasil estivesse sendo passado a limpo. A população acreditava estar vivendo um processo democrático. O DIP tinha sido extinto, as greves, apesar da legislação que as proibia, estavam presentes, provando a força do operariado. Os meios de comunicação, Rádio e Jornais, podiam expressar suas opiniões e a população saia às ruas para comemorar um tempo novo. O fim da Guerra e o fim da Ditadura. Era a liberdade que se descortinava diante de todos. Era a Democracia.

Os depoimentos colhidos e que dão conta da participação de operários neste período – que se tornarão comunistas mais tarde -, são unânimes, em descrevê-lo como um tempo de abertura e de liberdades democráticas. Assim como vivenciamos o último espetáculo de grande participação popular, que foi o movimento das "Diretas-Já", em 1984, sabemos que a população brasileira, naqueles idos de 1945, sentiu o mesmo que sentíamos naquela ocasião. Era como se durante um lapso de tempo, o poder estivesse com o povo e o destino do país pudesse ser traçado por todos. Tanto aquele momento do pós-guerra, quanto o do fim da ditadura militar, representado pelo Movimento das "Direta-Já" , são representativos e ao mesmo tempo didáticos. Há que se perguntar. Afinal, num

país sem tradição democrática, o que é Democracia? São esses lapsos como o é a felicidade?

A idéia que se faz e que é tema de discussão desta dissertação é que , derrubada a ditadura do Estado Novo, surge um novo tempo de democracia e liberdade. O discurso oficial e celebrativo privilegia esta versão. Defendemos, no entanto, a tese de que o que ocorreu foi apenas a adaptação do Brasil , por parte da classe dominante, às novas realidades mundiais. Naquele momento,as elites, precisavam do "povo" para confirmar suas posições no poder e por isso este foi chamado a cumprir seu papel. A população brasileira, a que chamamos de povo, esteve presente acreditando que o poder político estava sendo divido com ela, porém, nada mudou. Como comenta Evaristo Giovannetti :

> *" O período que se inicia com a campanha contra o Estado Novo e o golpe de 29 de outubro de 1945 e termina com a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro, passando pelas eleições presidenciais, pela eleição e instalação da Assembléia Constituinte e pela promulgação da Constituição de 1946, caracteriza-se menos pelas perspectivas de efetiva democratização que desencadeia do que pela participação das classes subalternas que tolhe, menos pela esperança que suscita do que pela esperança que frustra, menos pela aparência de liberalização e democracia que projeta do que pela essência que esconde e pela permanência de que se nutre"*[189]

O conceito defendido, inclusive por muitos historiadores, de que o fim do Estado Novo e o início do governo do ministro José Linhares, deve coincidir necessariamente com um tempo de transição, referenda a idéia de transformação de uma realidade. Neste caso, realidade de um tempo de exceção para um outro de liberdade. Esta "democracia", paternalisticamente dada ao povo, trás consigo, já, por estas características a denúncia da "farsa da legalidade". O regime que suplantou o Estado Novo apresentou-se, com fachada democrática, porém, "sem alterar a relação Estado-Sociedade e sem romper a herança do autoritarismo"[190]. As forças políticas, que constituíram o novo governo, eram aquelas alijadas do poder por Vargas, que se somaram àqueles remanescentes, mais a força do exército. "Os adversários liberais de Vargas sempre haviam depositado suas esperanças nos militares (...) A mobilização popular jamais foi uma opção para esses membros da "classe política"; acreditavam que somente a uma seleta minoria deveria permitir-se entrar

---

[189] GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946* . São Paulo: Novos Rumos, 1986. pág.9

[190] Idem pág.10

nos herméticos corredores do poder"[191]

Pedro Pomar, vai mais longe ao caracterizar o regime político que passou a vigorar em janeiro e 1946. "Embora inscrito nos marcos da denominada democracia liberal, fundou-se no terrorismo de Estado, na negação das garantias individuais, na banalização da eliminação física de opositores e na supressão da liberdade de organização dos setores populares – especialmente os sindicatos e o PCB"[192]

Em recente trabalho, apresentado no departamento de História da USP, defesa de tese em doutorado, José Eduardo Montechi V. de Oliveira, traça uma imagem do período, ora em questão, apresentando definições do que seria Democracia, tanto pela interpretação filosófica, quanto pela jurídica e política e até as mais atuais, como a de Chomsky, segundo a qual " uma sociedade é democrática na medida em que o povo tem oportunidades significativas de participar da formação das políticas públicas". No entanto, todas são evidências de que o Brasil nunca pode se enquadrar em nenhuma delas.

Iniciado o governo Dutra, as estruturas não foram tocadas. O coronelismo continuou a atuar, a lei continuou a favorecer os empresários, o sistema eleitoral não permitia a representação da maioria dos brasileiros, e as elites permaneciam no poder, com mascaras novas. As palavras de Montechi referendam, portanto, a posição apresentada neste trabalho, quanto à idéia de "redemocratização" do Brasil no período imediatamente posterior à queda do Estado Novo. Para ele o pensamento conservador da República foi instrumento de permanência mais do que mudança:

> *"O pensamento conservador da República adquiriu, ao longo das décadas, várias feições. Utilizou-se da idéia da "flor exótica" para combater o anarquismo; da defesa de princípios eugênicos para defender o embranquecimento da população; da mestiçagem, que valoriza o paternalismo autoritário, para referendar a noção de democracia racial; da hipertrofia do Estado, para garantir a manutenção da ordem; do discurso democrático, embora mantivesse uma clara ojeriza às práticas igualitárias, até mesmo no campo jurídico e político; do chamamento da intervenção dos militares na vida política como forma de evitar a disseminação das "idéias comunistas", além de muitas outras variações"*[193].

---

[191] FRENCH, John D. *O ABC dos Operários (1900 -1950).* São Caetano do Sul:Prefeitura de São Caetano do Sul/Hucitec. 1995. pág.96

[192] POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A Democracia Intolerante. Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950).* Coleção Teses e monografias V.4, São Paulo:Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado. 2002. pág. 9

[193] OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valladares de. *O discurso democrático no pós-guerra: a voz do PCB.* Dissertação de Doutorado apresentada ao Depto de História da FFLCH da USP abril/2003. Tombo 6437N. pág.12

Os mecanismos encontrados pelas elites a fim de que seu discurso encontrasse respaldo na sociedade, remete-nos à questão da burocracia. "É relevante a maneira pela qual a burocracia estende seus tentáculos na sociedade, substituindo seus verdadeiros figurantes e conduzindo todo o processo de "normalização" institucional. A polarização entre burguesia e proletariado acabaria por aproximar burguesia e burocracia com o sentido de impedir que a democratização se fizesse sem salvaguardas."[194]. Como nos sinaliza Raymundo Faoro, admite-se a existência de um aparelhamento político que se sobrepõe à sociedade e às classes, e que "comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira."[195] . Esta burocracia faz surgir um estamento burocrático, que se identifica com a classe a qual é subordinada[196] e que apegada ao poder e ao exercício do controle político fecha a possibilidade de livre organização e participação das chamadas classes subalternas. Neste sentido o que se vê é "a predominância do Estado sobre a Nação e da sociedade política sobre a sociedade civil *que* (grifo meu) não constitui uma exceção de certos períodos, mas sim uma constante"[197] no Brasil. Há, portanto, mais uma evidência e reforço das idéias defendidas neste trabalho, quando se percebe que, com o golpe de 29 de outubro, o poder do estamento burocrático não foi atingido, antes foi maquiado e reforçado, para diante disso, continuar incólume.

Partidos e eleições no novo jogo político do pós-guerra.

"o choque brutal, não de ideologias mas de interesses, vai
se refletir em nossa terra"
Hélio Silva

Durante a República Velha havia muito pouca diferenciação entre as bases de classes dos partidos políticos. As elites, detentoras do poder, estavam presas "a uma visão

---

[194] GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. pág.10
[195] FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato político brasileiro.V.2* Porto Alegre:Globo,1979. pág.737
[196] Segundo Maurício Tragtenberg "isso é revelado pelos aburguesamentos dos altos funcionários que participam dos Conselhos de administração ou das rendas que provêm de suas ações nas empresas." TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia.* Coleção ensaios 9, São Paulo:Ática, 1980.pág.190
[197] GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. pág.11

dos partidos como associações de "notáveis" e o Congresso era visto como arena para a representação de interesses regionais"[198]. Mesmo com a promulgação da Constituição de 1934, esta postura, pouco se modificou - já que Vargas manteve acordos com as elites agrárias -, continuando presente no cenário político brasileiro, o domínio desses grupos regionais.

O golpe que depôs Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, que poderia ter interrompido o controle desses grupos, como nos assinala Gláucio A.D.Soares, foi puramente político, pois não tocou nas estruturas sócio-econômicas mantendo a propriedade dos bens de produção e em particular a da terra, o que evidenciou a conservação do poder oligárquico. O golpe "limitou-se a remover Getúlio Vargas e sua equipe do poder federal e dos governos estaduais, sem se preocupar com uma modificação substancial nas bases latentes do sistema político nos Estados e nos municípios."[199].

Por não ter havido, então, qualquer movimento contestatório de amplas bases sociais, o que propiciaria a formação de partidos políticos identificados a elas, a continuidade de importantes aspectos políticos-institucionais, como já está assinalado, será uma realidade. É sobre estes aspectos, que irão sendo construídos os partidos políticos no Brasil, a partir de 1945, "e o processo de redemocratização nacional será dirigido em grande parte, *também (grifo meu)*, por essa mesma elite política"[200].

Diante da exposição dessas evidências, entendemos, então, porquê Maria do Carmo C. Souza, diz que "o advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior".[201]

Duas, porém, foram as únicas agremiações políticas que fugiram às características partidárias comuns no Brasil de antes do golpe de 45. Uma, apesar de vida efêmera,[202] foi a AIB – Ação Integralista Brasileira , partido fascista que teve sua ação presente , principalmente na década de 30, e a outra, o Partido Comunista do Brasil que fundado em março de 1922, apesar de pouco tempo na legalidade, apresentava caráter e organização

---

[198] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil.* (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Omega.1976. pág.80 .

[199] SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil* (Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República) São Paulo: Difel. 1973.pág.69

[200] SOUZA, Maria do Carmo Campello de.....1976. op.cit. pág.82 .

[201] ibid. pág.105-106 .

[202] Começa em 1932 e se extingue em 1937 . Em 1938, já na ilegalidade, tenta um golpe para derrubada do governo Vargas

nacional - mesmo durante a ditadura do Estado Novo - , e estava presente nas capitais e nas principais cidades.

A nova organização política começa, então, com Getúlio Vargas, que, pressionado pelas forças externas[203] e internas[204], e tencionando manter-se no poder - inicia a "abertura política" em 31 de dezembro de 1944. Vargas instrui, naquela ocasião, Alexandre Marcondes Filho, Ministro da Justiça e do Trabalho, a esboçar, junto com os "mais graduados generais brasileiros", um programa de liberalização política que incluísse eleições, e as promete para breve. Logicamente, como aponta Vamireh Chacon, "fechado militarmente o sistema político, ele só podia abrir através das Forças Armadas, naquele tempo de sociedade civil ainda incipiente"[205]

Em 28 de fevereiro de 1945 , pelo Ato Adicional , Lei Constitucional nº 9 , Vargas modifica vários artigos da Constituição e determina, para o prazo de 90 dias eleições gerais. A Nova Legislação, no entanto, somente aparece em 28 de maio pelo Decreto 7586 - "Lei Agamenon"[206] que determinava para 02/12/1945 eleições para Presidente e Congresso Constituinte e para 06/05/1946 os pleitos estaduais.

O decreto 7586, segundo Afonso Arinos de Mello Franco, tinha sido elaborado por uma comissão de juristas, constituída no mês de março, logo após o decreto constitucional nº 9 e foi apresentado como ante-projeto de lei eleitoral, pela comissão, em fins de Abril, a fim de receber sugestões. Algumas foram aceitas e incorporadas ao texto pelo Ministério da Justiça. " No capítulo dos partidos políticos (artigos 109 a 114) foram aceitas emendas que visavam principalmente evitar a fragmentação partidária, resultado natural da representação proporcional".[207] A formação de partidos somente seria aceita com a comprovação de dez mil aderentes (eleitores) distribuídos entre, pelo menos, cinco estados, nenhum estado com menos de 500 assinaturas . Vale lembrar que a partir de maio de 1946, já durante o governo Dutra, este decretaria o aumento de dez para cinqüenta mil

---

[203] Lembrar que o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, já previa na época que após o conflito, da Segunda Guerra , Vargas se sentiria "impelido a restaurar algum tipo de processo democrático"

[204] A Polaca falava em Plebiscito para a permanência ou não da Constituição e dos Cargos de Chefe da Nação e Interventores e estipulava o prazo de seis anos após o golpe, para o Plebiscito, por isso a partir de 1942, no Brasil já se iniciam os boatos sobre eleições.

[205] CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos brasileiros. Discurso e práxis dos seus programas.* Coleção Temas Brasileiros.Volume 5. Brasília: UNB.1981. pág.143.

[206] Nome dado em referência ao Novo Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, responsável pela organização do Novo Código Eleitoral.

[207] AGAMENON Magalhães, Exposição de Motivos do decreto-lei nº 7586. citado em FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro.* RJ: [s.n.], 1948. pág.80

assinaturas, sem efeito retroativo, ou seja, sem que isso comprometesse os partidos já existentes.

A Lei Agamenon não se apresentava como novidade, pois as bases da regulamentação do alistamento de eleitores e candidatos, assim como o controle do processo eleitoral, eram fundados, nos procedimentos do Código Eleitoral de 1932, que regeu as eleições de maio de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte. O novo Código partia dos mesmos princípios gerais – exceto no que dizia respeito à organização partidária – "mas acrescentava dispositivos que o faziam parecer um instrumento inteiramente distinto", o que indicava a "continuidade do grupo dirigente sob o Estado Novo"[208], no controle do processo de democratização do Brasil.

Como pudemos observar, tanto as normas da nova organização partidária quanto o controle do processo eleitoral, foi obra da ditadura do Estado Novo. Todas estas emendas, que permitiram a adaptação do Brasil às novas realidades, estavam fundadas, ainda, sob o manto da "Polaca". Foi a partir dela, ou pelo menos, em sua presença, que as regras foram dadas.

Estabelecia-se, então, a partir da promulgação da Lei Agamenon o seguinte:

a) criação da Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais) em todo o país;
b) estabelecimento de sufrágio compulsório universal e secreto, restrito a cidadãos alfabetizados, com idade superior a dezoito anos;
c) sanção de duas fórmulas eleitorais : o princípio majoritário para as eleições presidenciais, para governador, senador e prefeito, e o princípio proporcional para a Câmara dos Deputados, Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais;
d) autorização para a criação de partidos nacionais capazes de colher as assinaturas de dez mil eleitores distribuídos em um mínimo de cinco estados da Federação.

[208] SOUZA, Maria do Carmo Campello de.....1976. op.cit. pág.114

A criação dos Partidos Nacionais

Mesmo antes da regulamentação da Lei Agamenon, em decorrência das transformações por que passava o Brasil, já grupos pré-partidários começavam a se organizar, ou vinham se organizando, clandestinamente, desde 1942. Este é o caso, por exemplo, da UDN.

Como assinala Edgar Carone, "a origem da UDN é a mais esdrúxula possível, pois sendo uma agremiação que reúne oposicionistas ao regime, dela fazem parte, no início, comunistas, liberais e elementos das oligarquias tradicionais[209]. O nome, como já foi dito, União Democrática Nacional, teria sido sugestão de Caio Prado Júnior, e o grupo de oposição à Getúlio – *Oposições Coligadas*, fundada pelos comunistas de São Paulo, que naquela época não apoiavam Prestes - teria se instalado em São Paulo. Maria Victória de Mesquita Benevides assinala que a UDN, na época de sua fundação, contava com cinco categorias políticas diferentes :

a) As oligarquias destronadas com a Revolução de 30; (oligárquicos como Arthur Bernardes e Júlio Prestes)
b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37;
(Adhemar de Barros, Flores da Cunha, José Américo, Armando Salles, etc.)
c) Os que participaram dos Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
(Juraci Magalhães , Eduardo Gomes, Osvaldo Aranha)
d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional (Virgílio de Melo Franco, Raul Pilla, Milton Campos, Magalhães Pinto, etc)
e) As esquerdas. (Socialistas, Comunistas dissidentes da Linha do CNOP, e a ED – Esquerda Democrática)

Com o desenrolar dos acontecimentos as esquerdas afastaram-se do grupo – como já foi relatado, o grupo comunista de São Paulo, liderado por Caio Prado Jr., voltou ao PCB meses mais tarde, - os comunistas , assim como os socialistas, deixaram a UDN , pois estavam juntos, apenas por uma questão de tática de luta.

---

[209] CARONE, Edgar. *O Estado Novo...op.cit.* pág.*184*

SBD / FFLCH / USP

A idéia era derrubar a ditadura do Estado Novo o mais urgente possível e isto levava o grupo a apoiar, desde o início a candidatura de Eduardo Gomes, homem que guardava as características ideais de um novo líder da Nação. Tinha alto posto militar, uma legenda de heróis e uma tradição de lutas democráticas, aliada a um "nome limpo" em todos os sentidos. "A candidatura do Brigadeiro, acertada desde fins de 1944 e revelada na imprensa após as entrevistas de José Américo e de Prado Kelly (fevereiro de 1945) passa a dominar o cenário político"[210]

Apesar de ainda não haver eleições, o Brigadeiro Eduardo Gomes a partir de 1 de Abril de 1945 "exonera-se da Diretoria das Rotas Aéreas e inicia seu novo papel (...) luta que seria conhecida como 'campanha do Lenço Branco' – *os meios de comunicação descrevem comícios "monstros" onde a população presente acenava com lenços brancos (grifo meu)* - ou 'campanha da Libertação' "[211]. O Partido é fundado, então, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no dia 07 de abril de 1945, data significativa, para a UDN que queria fazer lembrar a abdicação de D.Pedro I em 07/04/1831, quando após, segundo eles, teria prevalecido o liberalismo no Brasil[212].

A Convenção Nacional da UDN, realizada em agosto de 1945, referenda o nome de Eduardo Gomes como candidato oficial de seu partido à sucessão presidencial. A essa altura, como nos esclarece David V. Fleischer, "muitos dos integrantes originais da "frente" haviam se retirado para organizar seus próprios partidos; p.e., Arthur Bernardes (PR), Astrojildo Pereira (PCB), Ademar de Barros (PSP), Raul Pilla (PL), João Mangabeira (PSB), Hermes Lima e Domingos Velasco (ED)".[213]

A formação dos partidos políticos respeita uma contingência de momento. A criação da UDN e apresentação de candidato à presidência, leva Getúlio e um de seus caciques, o interventor mineiro Benedito Valladares, a organizar, um dia após a fundação oficial da União Democrática Nacional, o PSD, Partido Social Democrático. Como comenta Carone, "as origens de ambos são as mesmas (...) a polarização política se faz, naquele momento, em torno (...) *de (grifo meu)* duas candidaturas e, automaticamente, é preciso organizar partidos para apoiá-los"[214]. Valladares, diante do perigo que representava

---

[210] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965).* Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1981. pág.43

[211] Idem pág. 42

[212] O programa do Partido encontra-se em CARONE, Edgard. A Terceira República...1976, op.cit. págs.426-432

[213] FLEICHER, David V. (org.) *Os Partidos Políticos no Brasil* Volume I. Cadernos da UNB. Brasília: UNB. 1981. pág.49

[214] CARONE, Edgar. *O Estado Novo...op.cit.* pág.*184*

a candidatura de Eduardo Gomes - que daria força às oposições a Vargas - , apresenta, um candidato, também militar, o general Dutra, que no início não tinha apoio de Vargas, mas que representava , para ele, sua continuidade no poder.

A candidatura de Dutra foi lançada em São Paulo, onde Valladares tinha ido buscar apoio, no dia 13 de março de 1945, numa reunião no Palácio dos Campos Elíseos. O PSD começou a ser organizado, sob os auspícios de Vargas, entre os interventores que o reforçaram em seus estados. Benedito Valladares foi o principal articulador desse movimento.

Gláucio A.D. Soares, corrobora , com suas palavras, mais uma vez, a idéia defendida neste trabalho sobre a redemocratização do Brasil neste período. A partir de sua constatação, percebemos que a formação dos partidos nada tem a ver com a mobilização da população ou, mesmo de efervescência política.

> *" o PSD e a UDN, ainda que inexistentes durante a ditadura como partidos políticos formais, dispunham das bases sócio-econômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipais e estadual, sendo a sua formação um problema de articulação entre os líderes estaduais. Em boa parte, o PSD representava o situacionismo da época da ditadura e a UDN a oposição. A UDN, produto da conspiração contra Vargas, já dispunha, inclusive, de uma base organizacional a nível nacional, além de um importante entrosamento com setores das Forças Armadas. Tanto o PSD quanto a UDN ancoravam boa parte do seu poder na dominação sócio-econômica local, seja exclusiva de um dos dois, ou dividida entre eles"*[215]

Hélio Silva acrescenta, também, mais argumentos nesta discussão quando diz:

> *"Assim desenvolve-se o processo político, com características estranhas e acontecimentos insuitados. Primeiro escolhe-se um candidato, e depois forma-se um partido para apresentá-lo. O partido não tem nome de* ***Partido****, porque francamente usa a denominação certa de* ***União****, congregando as correntes em oposição à ditadura. Em torno desta, dispostos a mudar os métodos, a fim de conservar as posições, os donos do poder organizam-se, sob uma sigla onde três letras* ***hurlent de se trouver ensemble*** *: o PSD – Partido Social-Democrático. Porque não era um partido, mas uma situação que se institucionalizava. Não adotava a Social-Democracia, que se ensaiava na Europa, mas pretendia consolidar as clientelas do poder no Centro, nos Estados, nas Prefeituras Municipais".*[216]

---

[215] SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política....* 1973. op. cit. pág.70

[216] SILVA , Helio. *1945 : Por que depuseram Vargas.* Rio de Janeiro:Civilização Brasileira.1976. pág.30-31

Getúlio, diante de novo perigo, representado, agora, pelos partidos de esquerda - o PCB, que já era uma força, a Esquerda Democrática, que se juntara à UDN e apoiava o Brigadeiro Eduardo Gomes, e o Partido Socialista, que lançava seu Manifesto em maio de 1945 - dá sinal de largada para a formação de um partido operário , que contaria com os "queremistas" e os líderes "pelegos" dos sindicatos , e que seria um obstáculo às pretensões, tanto dos comunistas quanto dos socialistas, além de representar empecilho contra as oligarquias oposicionistas que se reagrupavam em trono de Eduardo Gomes. Nascia, assim, o PTB.

Apesar de não dispor da mesma base organizacional partidária com que contava o PSD, por exemplo, o PTB serviu como instrumento de mobilização do voto operário, fundado no "trabalhismo", pois, "a ideologia populista desse partido, *impressa por seus fundadores , Hugo Borghi e Marcondes Filho,* (grifo meu), mantinha e reforçava a tradição inaugurada por Vargas".[217]

Marcondes Filho não escondia a identificação que pretendia estabelecer entre o Partido Trabalhista Inglês, com o PTB, que segundo ele tinha sido a sua fonte inspiradora[218]. "Como embrião do PTB estaria a tentativa de criação de uma associação cultural, a União Cultural Brasileira, inspirada na União Cívico-Radical Argentina"[219]

Segundo Maria Vitória Benevides "ao criar simultaneamente PTB e PSD, os dois partidos que dariam sustentação à política do trabalhismo como a 'harmonia entre capital e trabalho', Getúlio Vargas promovia uma aliança que permaneceria quase invicta por duas décadas. Recuperava, igualmente, o prestígio do getulismo e – mais importante – garantia a continuidade política e administrativa do Estado Novo. Já se tornou lugar comum afirmar que Getúlio criou o PSD com a mão direita e a PTB com a mão esquerda..."[220]

A escolha de Dutra para ser o candidato do PTB à sucessão presidencial prende-se ao fato, principalmente, das pressões exercidas por João Neves da Fontoura que em carta a Vargas - em duas ocasiões (19/11 e 24/11), após o golpe de 29 de outubro , portanto - , teria argumentado : " o problema continua no mesmo pé – temos que escolher entre a vitória do Brigadeiro, que seria a nossa irremediável derrota, e a do General Dutra, sob cujo governo é possível rearticular forças poderosas de impedir o regresso ao velho e

---

[217] SOLA, Lourdes. "*O Golpe do Estado Novo....*op. cit.pág.282

[218] Segundo Edgar Carone " O programa reformista e anti-revolucionário traduz toda a razão de ser da fundação do PTB". CARONE, Edgar. *O Estado Novo...op.cit.* pág.*192*

[219] BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e a Trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo : 1945-1964.* São Paulo:Brasiliense. 1989. pág. 42

[220] idem . pág. 41

emperrado conservantismo que nos foi tão pernicioso no passado (...) a democratização do país, para não se processar num ambiente de revanche, só nos é assegurada com a articulação entre o PSD e o PTB em torno do general Dutra (...) mas para que isso se realize, é indispensável o teu conselho ao PTB. É a tua palavra que os seus componentes aguardam. O Borghi, de viva voz, completará o que omito por amor à brevidade exigida, pela angustia do tempo."[221].

Não podemos esquecer que Vargas era o presidente dos dois Partidos PSD e PTB o que quer dizer que a solução do "problema" estava em suas mãos. Uma semana antes das eleições Getúlio lança um manifesto apoiando Dutra. "...o momento não é de nomes, mas de programas e de princípios (...) O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das idéias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios"[222] Esse acontecimento, que será decisivo para a vitória de Dutra, ficou conhecido como "ele disse".

Apesar do PTB ter aparecido no cenário político brasileiro como um partido "novo", ou "partido dos trabalhadores", supostamente sem ligação com o "esquema oligárquico" e representar uma agremiação política mais à esquerda - por aquilo que foi descrito acima e sabendo-se que a maioria de seus representantes era oriunda das classes média e alta - , percebe-se que ele ainda permanecia ligado às elites governantes, o que fica mais claro ainda quando se procura sua origem.

Dos vários outros partidos, de esquerda, destacamos como relevantes, três[223]: O Socialista, a Esquerda Democrática e o Partido Comunista do Brasil.

A Esquerda Democrática, constituída por intelectuais e profissionais liberais, e que surge em 1945, não se organiza como partido e sim como agrupamento de pessoas que faziam oposição a Vargas e apoiavam a candidatura de Eduardo Gomes. Mesmo não se

---

[221] SILVA , Helio. *1945 : Por que depuseram Vargas...1976. op. cit.* pág. *308-309*

[222] idem pág.318-319

[223] Há uma quarta agremiação política surgida em julho de 1945, é a União Democrática Socialista, de vida efêmera. Considerado um grupo radical de esquerda e formada por uma pequena minoria de esquerda da Frente de Resistência era composto por intelectuais e estudantes. Pedia um regime socialista no Brasil e uma "democracia sem classes" e criticava o PCB por ter abandonado o proletariado e iniciado um acordo com a burguesia. A UDS entrou em colapso depois de dois meses de sua existência. Parte de seus componentes bandeou-se para a ED.

constituindo oficialmente como partido, que conquistará seu registro mais tarde[224], lança seu manifesto declarando que estará convencida de que "a restauração da normalidade econômico-financeira, como a solução dos problemas sociais urgentes, exigirá medidas de tamanha importância que só um governo fortalecido pelo apoio popular será capaz de as pôr em prática, pacificamente". Referendando seu apoio ao brigadeiro afirma que, a "candidatura Eduardo Gomes, ao contrário, nascida de um movimento de opinião nacional, apoiada por forças tradicionalmente opostas à ditadura (...) abre ao país perspectivas da mais sincera restauração democrática"[225].

A ED é considerada uma agremiação política de esquerda porque defende "os ideais do socialismo conjugados com a prática da democracia", além do mais estabelece os princípios da organização de um regime político representativo de origem popular, liberdade de pensamento, liberdade de crenças e de cultos, autonomia sindical e direito de greve. Reivindica, ainda, proteção ao trabalho, salário mínimo justo, salário igual para trabalho igual, ensino gratuito, etc.

Nas eleições para a Constituinte, estabeleceu uma coligação com a UDN, tendo apresentado candidatos sob a sigla UDN-ED. Esta coligação se explica pela identidade de propósitos que os identificava, ou seja, a luta contra a ditadura do Estado Novo e o compromisso eleitoral com Eduardo Gomes. Além do mais, a ED, por questões de cumprimento da "Lei Agamenon", teria que apresentar o mínimo de dez mil assinaturas de eleitores, em pelo menos cinco estados, para conquistar seu registro como partido , o que a levou a estabelecer acordo com a UDN, que lhe cedeu alguns lugares nas chapas de deputados, já que a ED tinha baixa capacidade de mobilização eleitoral e não conseguiria cumprir a determinação da lei eleitoral. Nessas eleições de dezembro de 1945 a ED conseguiu eleger dois deputados, um pelo Distrito Federal (RJ), Hermes Lima e outro por Goiás, Domingos Neto de Velasco.

Em sua segunda Convenção, em junho de 1947, a ED passou a adotar o nome de Partido Socialista Brasileiro e a se organizar, tendo como liderança João Mangabeira.

O Partido Socialista, apesar de ter lançado um Manifesto em maio de 45, reafirmando conceitos de seu Manifesto de 1934, é apenas um agrupamento, naquele instante, não existindo como partido o que somente ocorrerá na segunda Convenção da

---

[224] Em agosto de 1946 reuniu-se a primeira convenção nacional da Esquerda Democrática que se transformou em Partido Político.

[225] *Manifesto da Esquerda Democrática, panfleto.* Citado em CARONE, Edgard. *A Terceira República*..op.cit.1976. págs.436-445.

Esquerda Democrática em 6 de agosto de 1947. Sua presença estará marcada, no entanto, pelo seu Manifesto, colaborando para o aumento das representações de esquerda no Brasil naquele ano de 1945.

Não cabe, aqui, novamente reconstituir toda a história do PCB, o que já vem sendo feito desde a introdução deste trabalho. Partamos, então, do ano de 1945, a fim de examiná-lo , a partir daquele período em diante.

Não se pode deixar de reconhecer, mesmo para aqueles que não vêem os comunistas com bons olhos, que o PCB foi uma força política naquele 1945. O Partido Comunista do Brasil foi a única agremiação, dentre aquelas existentes, com ideologia consistente. Sua ação, desde 1942, organizando "as Comissões de Ajuda", compondo e apoiando a "Liga de Defesa Nacional", a "Sociedade dos Amigos da América", e a UNE, "Comitês Democráticos Populares", etc, desponta como uma instituição de luta pela nacionalidade e "União Nacional". A Justeza da linha política do Partido ligava-o às massas.

A figura de Luís Carlos Prestes, que acabara de sair da Prisão[226], também colaborava para que as massas se identificassem com o Partido. Essa imagem – do Cavaleiro da Esperança - passou a representar o Brasil, principalmente, naquele momento de guerra, onde os heróis cumpriam um papel importante. Como ilustra o momento Daniel Aarão R.Filho :

> *"A 23 de maio de 1945, Luís Carlos Prestes compareceu, pela primeira vez em sua vida de dirigente revolucionário , a um comício no Brasil. (...) O legendário comandante da Grande Marcha guerrilheira, o herói exilado para o qual convergiram, até 1930, as melhores esperanças da opinião democrática brasileira (..), o chefe comunista que no mais fundo dos cárceres do Estado Novo mantivera intacta – a despeito de sua pesada responsabilidade no desastre de 1935 – a auréola de Cavaleiro da Esperança, tornava-se, aos 48 anos de idade, um tribuno de massas."*[227]

O PCB seguindo as diretrizes traçadas pela Conferência da Mantiqueira - que defendia a União Nacional contra o fascismo e o total apoio ao governo Vargas no esforço de guerra -, além de determinações stalinistas - que propunham uma nova tática na luta política dos PC's, representada pela "coexistência pacífica", o que pressupunha até a

---

[226] Verificar descrição dos últimos dias de Prestes na cadeia e o dia de sua saída em MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas* Petrópolis: Vozes, 1982 e DULLES, John W.F. *O Comunismo no Brasil.* Op.cit. págs.266-270.

[227] REIS FILHO, Daniel Aarão et Alii. *História do Marxismo no Brasil.* O Impacto das revoluções. Volume I. RJ: Paz e Terra. 1992. pág. 162

participação no jogo eleitoral -, fecha questão em apoiar a manutenção de Vargas no poder, para que este, diante da abertura que vinha orquestrando, mantivesse o Partido na legalidade. Acreditavam os comunistas que sem Vargas o processo de abertura política pudesse tomar outro rumo.

Não se pretende, aqui, entrar na polêmica iniciada por Weffort, que muito debate já provocou, sobre os papeis decisivos que desempenharam as opções políticas abraçadas pelo PCB naquele momento, e a manutenção da estrutura sindical subordinada ao Estado, no controle do operariado brasileiro. Como comenta Gildo Marçal Brandão: "Na discussão aberta nos anos 70 por Francisco Weffort, Carlos Estevam Martins, Maria Hermínia Tavares de Almeida e muitos outros, sobre a conjuntura do pós-guerra e a conduta daquele partido na redemocratização – polêmica que constitui até hoje o corpo mais consistente de hipóteses sobre o alcance e os limites da democracia regida pela Constituição de 46 -, a questão da *representação* da classe (..) é tematizada seja em função da composição social do partido (exígua base operária, peso da pequena burguesia, policlassismo), seja das concepções e opções políticas que desenvolve ('ilusões democráticas', 'colaboracionismo de classe', síndrome estatista'); jamais , entretanto, em relação a seus aspectos institucionais. Dos anos 70 ao esgotamento da historiografia do populismo, uma quantidade enorme de dissertações, teses e livros sobre a política brasileira pós-anos 30 se encarregou *ad nauseam* os mesmos juízos e argumentos"[228].

Diante das palavras de Brandão, não se pretende reiniciar esta contenda. O que nos interessa, é tentar encontrar subsídios para explicar, o porquê do acordo do PCB com Vargas naquele momento, o que não foi abarcado no capítulo anterior.

Podemos encontrar, na bibliografia do PCB, muita discussão sobre este fato, quase toda, porém, converge para idéias muito próximas. Edgar Carone, por exemplo, nos diz que Prestes resolveu ficar ao lado de Getúlio porque tinha receio de um conflito armado[229], que pusesse em risco o processo democrático de abertura iniciado com Vargas.

É por isso que "no decorrer de setembro e outubro de 1945, os comunistas afirmavam a tese a favor da Constituinte, ser realizada sob o governo de Getúlio Vargas, o que leva automaticamente à idéia da fórmula "Gétúlio + Constituinte", enunciada repetidas vezes. Para Prestes, na véspera da queda de Getúlio, a convocação da Constituinte é 'saída

---

[228] BRANDÃO, Gildo Marçal Bezerra. *A ilegalidade mata: o partido comunista e o sistema partidário (1945/64).* São Paulo: Imprenta, IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 33, p. 23-34, fev. 1997. pág. 27.

[229] Aventava-se a possibilidade de uma guerra civil, citada, inclusive nos relatórios secretos da O.S.S., devido ao jogo de forças que já era presente, entre o grupo pró-Getúlio e o de oposição a Getúlio

mais unitária e pacífica da presente crise política'."[230]. O que Prestes apoiava – refutando todas as críticas que caíram sobre ele , e confirmando a tese de Carone - , não era o ditador Vargas, mas o presidente da "virada antifascista" de 1943 e o da abertura liberalizante de 1945. Acreditava, ele, que "sem o presidente, os comunistas não poderiam continuar agindo abertamente, sem que antes acontecesse a Assembléia Nacional Constituinte que legalizasse o partido. A sua diretriz era a da 'ordem e tranqüilidade'. "[231]

Outra versão interessante sobre esta união, vem de Daniel Aarão Reis Filho, que denuncia o uso do termo "democracia", pela boca de Prestes, para referendar uma posição programática dos comunistas brasileiros. "Nela, *o PCB* (grifo meu) fundamenta a nova visão comunista da revolução brasileira: não mais a do assalto frontal ao poder de Estado e sim a das reformas sociais orientadas pelo interesse convergente do povo e da nação. (...) Anunciavam-se, nesta mudança de visão – e de rumo – ao menos duas concepções essenciais do programa sustentado (..) a saber o caráter "nacional-democrático" da revolução brasileira e o caráter evolutivo do próprio processo revolucionário"[232].

Aarão concorda com a tese de Carone e acrescenta mais alguns dados que não podem deixar de ser levados em conta. Diz ele:

> *" não se pode negar a lucidez à denúncia reiterada de Prestes de que pairava no ar o perigo do "golpe" e da "guerra civil", mais daquele do que desta, como ficaria evidente em outubro do mesmo ano. (..)*
>
> *É notável, neste sentido, a proximidade cronológica entre a fracassada manobra da direita argentina para se livrar de Perón e o bem-sucedido golpe da direita brasileira contra Getúlio. (..) os articuladores do golpe de 9 de outubro na Argentina (grifo meu) foram afastados do governo e Perón emergiu da crise como herói popular. A 29 de outubro, Góes Monteiro e Dutra derrubaram Getúlio. A coincidência das datas não correspondeu a mero acaso.*
>
> *Mesmo porque não foi a única. Houve outra, que não deixa dúvidas sobre a inspiração política que animou os dois golpes. Ambos receberam sinal verde dos embaixadores norte-americanos em Buenos Aires e no Rio de Janeiro"*[233].

Como se pode perceber, para o PCB, em 1945, a preocupação maior era a defesa da questão política e não a econômica. Como já vimos, Prestes defendia a luta pela democracia, dentro de um regime capitalista, pois, segundo ele, "não existiam condições objetivas para uma revolução socialista". Defendia, também, a força de um Parlamento Democrático, com participação de partidos populares, que lutariam e combateriam o

---

[230] CARONE, Edgar. *O Estado Novo...op.cit.* pág.*337*
[231] MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas.....* 1982. op. cit. pág.105
[232] REIS FILHO, Daniel Aarão et Alii. *História do Marxismo no Brasil..*1992. op. cit. pág. 165
[233] idem pág. 167

capital estrangeiro lesivo aos interesses nacionais, defendendo, portanto, um desenvolvimento capitalista capitaneado pela "burguesia nacional progressista".

A reforma agrária era vista, apenas, como uma questão técnica já que naquele momento as "condições não estavam dadas para um trabalho de coletivização da terra". A questão sindical era uma preocupação do partido, dai a criação do MUT. O problema, porém, estava na crença de que era possível reivindicar a liberdade das organizações sindicais, as eleições livres das diretorias, etc, sem, no entanto, combater verdadeiramente o Ministério do Trabalho.

Leôncio Basbaum quando comenta este período e a união do PCB com Vargas é bastante critico. Para ele o Partido Comunista errou profundamente "na decisão de prestar ao governo de Getúlio *apoio incondicional.* "Com Getúlio na paz e na guerra". Essa linha de apoio incondicional se enquadrava, no fundo, dentro da política *abstencionista* , dos liqüidacionistas, pois na prática, os seus seguidores abjuravam a luta de classe e não apresentavam nenhuma perspectiva aos trabalhadores para além de Getúlio"[234]

O Partido Comunista, no entanto, somente conseguiu requerer em 3 de setembro de 1945 o seu registro provisório. Prestes enviou ao Tribunal Superior Eleitoral, uma petição, à qual incluiu , além do programa do partido, o compromisso de respeito aos princípios democráticos e os direitos fundamentais do homem. Este documento foi assinado por todos os seus dirigentes. Para garantir que nenhum argumento pudesse ser usado contra a pretensão de seu registro, juntou-se a reforma dos estatutos de agosto de 1945, já inscritos no registro de títulos.

O Tribunal Superior Eleitoral, pela Resolução nº 213 de 29 de setembro de 1945, publicado no Diário da Justiça de 13 de outubro de 1945, seção II, fundado no parágrafo 1º do artigo 4º de suas Instruções, transformou o julgamento do pedido, em diligência, a fim de que o partido:

1º - incorporasse o programa aos estatutos, sujeitos a novo registro;

2º - esclarecesse os seguintes pontos:

a) Qual o processo pretendido para a divisão e distribuição de terras: confisco ou expropriação?

b) O esmagamento dos remanescentes da reação e do fascismo com o governo de união nacional significaria "a exclusividade de um partido com o poder nas

---

[234] BAUSBAUM, Leôncio. *História*.....V 3 , 1968. op. cit. pág. 128

mãos, a *ditadura do proletariado*", ou uma política de tolerância, à luz da liberdade de imprensa e associação?

c) Como promover a socialização dos meios de produção, com ou sem respeito ao direito de propriedade privada?

d) A expressão comunista, que, em toda parte, compreende os princípios marxistas-leninistas, traduz a inclusão desses no programa do partido?

Atendendo esta série de exigências, o Partido alterou seus estatutos em 12 de outubro de 1945 e os registrou, além de ter feito longos esclarecimentos sobre os pontos indicados, reafirmando seus compromissos democráticos.

Segundo Luis de Carvalho Bicalho, "enquanto o processo se encontrava em estudo, foram apresentados protestos escritos contra o registro do partido. A União Social pelos Direitos do Homem considerava-o antidemocrático, totalitário, colidente com os direitos do homem, contrário à existência dos partidos, dependente de organização internacional, defensor dos princípios do marxismo-leninismo. Telegramas de várias procedências, invocando algumas das tradições cristãs do nosso povo, também reclamaram contra o registro."[235]

O procurador Geral, Dr. Hahnemann Guimarães, entendeu que o partido havia cumprido as exigências e deferiu o pedido. Este foi concretizado pela Resolução nº 285, de 27 de outubro de 1945, referendada pelo voto do relator Professor Sampaio Dória, que depois de examinar o artigo 114 do Decreto-Lei nº 7586, a "Lei Agamenon", combateu os protestos apresentados, confrontou os princípios democráticos e os direitos do homem com o programa do partido, esclareceu e comentou sobre as concepções marxistas de valor, capital e trabalho, mais valia, luta de classes e concluiu que devido à substância diferente apresentada pelo comunismo do Brasil , o "que consagra e exalta os princípios democráticos e os direitos do homem" o Partido merecia ser registrado.

O registro definitivo do Partido, no entanto, somente foi conseguido após a deposição de Vargas, em 10 de novembro de 1945, pela Resolução nº 324, quando este apresentou a lista com mais de 13.000 associados e recebeu um despacho do relator "que advertiu que o processo não mais ensejava o exame *de meritis"* (exame quanto ao mérito).

---

[235] BICALHO, Luiz de Carvalho(org.). *PCB - Processo de Cassação do Registro(1947).*Belo Horizonte: Aldeia Global,1980. pág.3

Enquanto o Partido lutava para conquistar sua legalidade, apesar da desconfiança de um golpe que poderia ser desfechado a qualquer momento, manteve-se fiel à sua idéia de apoio a Getúlio. Segundo Prestes, em entrevista, "Getúlio não resistiu porque não quis. No dia 29 de outubro, quando os tanques marchavam para depô-lo, por ordens do general Góis Monteiro, eu estava com o general Estillac Leal e o coronel Osvino Ferreira Alves. Nós mandamos um recado para ele: 'Resista porque alguns tanques vão virar os canhões contra o Álcio Souto, comandante das tropas. E a massa vai lhe apoiar.' Mas ele preferiu ficar sentado de charuto na mão, esperando ordens para ir para casa".[236]

Após os acontecimentos, Prestes e todo o Comitê Nacional desapareceu, uma vez que acreditaram que sem Getúlio o Partido seria fechado e seus membros presos. Como nos esclarece Basbaum, "passados dois ou três dias de incertezas, reabriu suas portas, continuou, preparando-se agora para a Constituinte... sem Getúlio".[237]

O governo de "transição" de José Linhares

Efetivada a queda de Getúlio, como nos lembra Basbaum, ainda havia no ar uma atmosfera de golpe, já que Vargas tinha sido deposto pelas Forças Armadas, cuja liderança estava a cargo de um elemento que havia sido fiel ao presidente até há pouco. Parecia que todas as conquistas democráticas conseguidas, até aquele momento, seriam apagadas sem cerimônias. Tudo levava a crer que, de posse do poder, Góis Monteiro e Dutra, que tinham demonstrado inegável simpatia ao fascismo, voltariam à carga contra as esquerdas, o movimento operário e principalmente o Partido Comunista. Estas desconfianças, no entanto, eram infundadas, pois os recentes acontecimentos e as forças políticas presentes, tanto internamente – principalmente os liberais da UDN – quando externamente – União dos EUA, Inglaterra e URSS – colaboravam juntas para que as pretensões, se houvessem, da parte dos golpistas, fossem abortadas.

No dia 30 de outubro de 1945, assumiu o poder, por acordo mútuo entre Dutra e Eduardo Gomes, que insistiram em entregar o governo a um representante do Poder

---

[236] MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas*..... 1982. op. cit. pág.109
[237] BAUSBAUM, Leôncio. *História*.....V 3 , 1968. op. cit. pág. 147

Judiciário, até a realização das eleições em 2 de dezembro [238]- , ***José Linhares*** , o ministro do Supremo Tribunal Federal.

A passagem do Estado Novo para o "Novo Estado" se dá sem conflito já que o golpe representou, pelas palavras de Carone, uma luta entre as duas facções das classes dirigentes, onde a vencedora, representada pela UDN, a de Eduardo Gomes, juntou-se , mais tarde com o PSD de Dutra, passando a dividir o poder. Esses grupos unidos representavam "os grupos mais reacionários e anticomunistas, (...) os grupos mais entreguistas e desnacionalizadores, que vão tomar conta do poder e destruir, um a um, grande parte das conquistas econômicas e sociais estruturadas nos 15 anos anteriores. O que se pretende é, novamente, a formulação de governos elitistas, onde a palavra democracia seja privilégio de uma minoria, como no passado".[239]

Temos de reconhecer, nas palavras de Carone, grandes evidências de que seu raciocínio estava correto. Então, vejamos: deposto Vargas, este não perdeu seus direitos políticos, muito pelo contrário, pôde se candidatar e teve a votação mais expressiva em toda a história eleitoral do Brasil, até aquele momento. Os partidos criados por Getúlio, PSD e PTB , foram mantidos. A burocracia estatal, que datava da criação do DASP[240], foi conservada e aprimorada, a UDN disputou eleições com os outros partidos, aceitando o jogo eleitoral criado anteriormente. José Linhares formou um governo provisório, chamado de transição, nomeando seus ministros com o aval de Góis Monteiro e dos dois candidatos às eleições presidenciais. Os ministérios foram distribuídos entre conservadores e pessoas ligadas a políticos udenistas e as interventorias foram ocupadas por membros do poder Judiciário (com algumas exceções – São Paulo e Minas candidatos indicados pelo PSD, sob influência de Dutra).

Podíamos enumerar mais evidências que indicassem o reordenamento político ocorrido, porém, as apresentadas devem ser suficientes para demonstrar que, deposto

---

[238] "Desta maneira, os dois candidatos à Presidência da República afastam as correntes que pretendiam a formação de um triunvirato militar ou a posse do atual Ministro da Guerra, General Góes Monteiro" CARONE, Edgard. *A República Liberal II – evolução política (1945-1964)*. São Paulo:DIFEL. 1985. pág.11. Lembrar que durante o Estado Novo não havia vice-presidente, nem Congresso Nacional (não há presidente da Câmara nem do Senado, que segundo a Constituição de 1891 e 1934, substituiriam o presidente da República) O próximo na escala de sucessão seria o presidente do Supremo Tribunal Federal.

[239] idem pág.349

[240] DASP – Departamento administrativo de Serviço Público, órgão criado no Estado Novo (1938) " cujo intuito era centralizar a reforma administrativa no setor do funcionalismo, segundo critérios burocráticos de recrutamento, de execução e promoção. Tinha poderes para elaborar o orçamento dos órgãos públicos, e o controle contábil da execução orçamentária. Sua importância na vida do País era enorme, dada a multiplicação de novos aparelhos burocráticos." SOLA, Lourdes. "*O Golpe do Estado Novo*....op. cit. pág.270.

Vargas, outro grupo político de elite – caracterizado acima por Carone - assumiu o poder. Como nos mostra Evaristo Giovannetti Neto, " a transição se faz do autoritarismo varguista para um outro tipo de autoritarismo impessoal e ainda mais excludente que inviabiliza a participação popular, desvirtua e enfraquece a representação política e estimula a centralização"[241].

José Linhares passou a governar o Brasil debruçando-se, ainda, sobre a Constituição de 1937, ou seja, sua administração estaria alicerçada no artigo 180 da "Polaca", que permitia a ele governar, como Getúlio, por decretos[242]. O primeiro decreto assinado, foi a revogação da "Lei Malaia" (decreto-lei 7666 antitruste – Lei sobre Impostos sobre Lucros Extraordinários) pelo Decreto-Lei 8.162 de 09/11/1945. Nem podia ser diferente, posto que esta foi uma das razões que acelerou o processo de queda de Getúlio, já que os liberais, liderados pela UDN, com apoio dos EUA, reprovaram veementemente esta lei. Linhares extinguiu, também, quase todas as instituições estadonovistas, como o: Conselho de Economia Popular, O Tribunal de Segurança Nacional, a Juventude Brasileira , etc., e em 01 de novembro de 1945, pelo decreto-lei nº 8.155, revoga o anterior (Decreto-Lei 8.063 de 10 de outubro de 1945) de Vargas que havia antecipado as eleições estaduais para governadores e deputados estaduais para a mesma data da eleição presidencial.

Pela Lei Constitucional nº 13 de 12 de novembro transforma-se o Parlamento, que seria eleito em 02 de dezembro, em Assembléia Nacional Constituinte. Promulgada a Constituição a "Câmara dos Deputados e o Senado Federal passam a funcionar como Poder Legislativo ordinário".[243]

O governo Linhares, nos seus três meses de existência, caracterizou-se pelo nepotismo. Acusado de dar emprego a seus parentes, em entrevista, anos depois, Linhares justificou-se afirmando que tinha dois problemas: a imprensa e os parentes, resolveu , enfim, optar por aquele que lhe desse menos dores de cabeça, ou seja, os parentes, com os quais iria ter que conviver mais tempo. Como lembra José Eduardo Montecchi Valadares de Oliveira, a população brasileira ironizava a situação com os seguintes dizeres : "Os Linhares? São milhares!"[244] Assim foi o governo de transição para a democracia.

---

[241] GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. pág.29

[242] "Esdruxulamente, na luta contra a ditadura continua-se a utilizar de um corpo jurídico e constitucional herdado da própria ditadura". CARONE, Edgard. *A República Liberal II*....1985. op.cit pág.13

[243] Lex, Legislação Federal, 1945, p.565. citado em CARONE, Edgard. idem

[244] OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valladares de. *O discurso democrático*.....2003. Tombo 6437N. op. cit. pág.76

As eleições no "Novo Estado"

Apesar da existência de 12 partidos inscritos para participar do jogo político da "redemocratização", devemos evidenciar, apenas, aqueles que se destacaram. A UDN, o PSD, o PTB e o PCB. Juntos estes partidos dominariam a cena política brasileira dos anos 45 e 47.

Por apresentar tendências udenistas, o governo José Linhares , dava a impressão à UDN que sua vitória já estava garantida nas eleições. Esta impressão, no entanto, não se tornou realidade. A união entre o PSD e o PTB e a presença marcante do PCB frustrarão esta expectativa.

A União Democrática Nacional, após a derrota de Vargas, continuou a "campanha do Lenço Branco". Certo da vitória, o Brigadeiro Eduardo Gomes adotava uma tática de propaganda ainda baseada na defesa dos interesses das elites. Em campanha defendia fazendeiros e a agricultura de exportação e criticava a política de Vargas, "colocando-se como defensor do "produtor rural" (..) apresentava-se como porta-voz de uma maioria magoada que fora desprezada e explorada a partir de 1930 (...). Assumindo uma postura anti-urbana, lamentava o despovoamento das áreas rurais"[245] e a superpopulação dos centros urbanos. Defendendo sua posição de liberal, criticava o nacionalismo de Vargas, que segundo ele, era agressivo e pedia a abertura do Brasil aos produtos industriais estrangeiros mediante baixas tarifas. "Afirmava que "a colaboração do capital estrangeiro" era essencial para o desenvolvimento da indústria e até mesmo das reservas petrolíferas do Brasil"[246].

O "Brigadeiro" defensor que era dos ideais da elite liberal brasileira, não se sentia muito à vontade em ter que considerar a classe operária como uma força política. Sabia, ele, que não poderia competir nem com o controle que Vargas ainda possuía sobre ela, nem com a ação dos comunistas na organização desse grupo. Em algumas ocasiões, em que falou para operários, em Sorocaba , e mesmo em seu discurso de abertura de campanha no Pacaembu, em São Paulo, em 16 de junho de 1945, contou com pouco interesse da parte da classe operária . "O candidato da UDN era recebido pelos operários com antipatia

---

[245] FRENCH, John D. *O ABC dos Operários (1900 - 1950).* São Caetano do Sul:Prefeitura de São Caetano do Sul/Hucitec. 1995. pág.105

[246] idem pág.106.

instintiva"[247]. Maria Victória Benevides, atribui esta antipatia ao boato lançado por Hugo Borghi, do PTB, de que os udenistas não gostavam dos "marmiteiros", apelido usado na época para caracterizar operários. Sabemos, no entanto, que Eduardo Gomes não podia prescindir dos votos desse grupo, mas sabia, também, que não o conquistaria.

Com relação à questão trabalhista, tanto Gomes quanto os udenistas defendiam uma abordagem conservadora. "O mundo idealizado das relações de trabalho de Eduardo Gomes baseava-se na ordem econômica "natural" da teoria capitalista clássica, em que a igualdade formal das duas partes contratantes, empregadores e empregados, não era maculada pelas enormes diferenças de poder existentes na realidade"[248].

As campanhas da UDN, tanto para a presidência quanto para a Constituinte contaram com o apoio financeiro de pessoas e grupos das classes dominantes. Isto dava ao partido a impressão de que a vitória seria fácil, pois, tinha-se o controle dos meios de comunicação (Jornal e Rádio) – ligados ao poder econômico - além do apoio da máquina eleitoral dos coronéis na zona rural .

Apesar da extrema confiança da UDN na vitória, a campanha de Dutra, ao contrário da do Brigadeiro Eduardo Gomes, se apresentava em condições melhores. Tinha garantido o acordo PTB-PSD e podia dispor da máquina estatal, preparada por Vargas. Além de uma rede de funcionários públicos pagos, dos sindicatos atrelados ao Estado, ligados ao PTB, interventorias estatais, órgãos econômicos e Institutos, ainda contava com o apoio político de Getúlio, que foi decisivo para a vitória. Segundo Maria Victória M. Benevides, "Dutra contou com o apoio de pólos opostos: por um lado, os setores da burguesia agrária conservadora e da nova burguesia industrial, que temiam o "esquerdismo" da ala intelectual da UDN; por outro lado, as camadas populares, distantes do elitismo da campanha do Brigadeiro e próximas do candidato do PSD. "[249]

Importante destacar, também, a legislação eleitoral, preparada pelo "Lei Agamenon", que estabelecia a obrigatoriedade da alfabetização para o registro como eleitor. Sabia-se, por exemplo, que na zona rural o número de alfabetizados era muito menor do que o de analfabetos, sendo assim, haveria, "naturalmente" uma limitação do número de eleitores, o que impediria que, nesses tempos de "abertura democrática", a classe latifundiária retomasse seus mecanismos anteriores e reassumisse o poder político.

---

[247] ibidem
[248] idem pág. 107.
[249] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965).* Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1981. pág.57-58.

Além disso, a lei estabelecia, também, um procedimento *ex-officio* de alistamento eleitoral em grupo, ou seja, todos os empregados em empresas públicas, privadas e repartições poderiam ser inscritos, como eleitores, mediante a apresentação de uma lista contendo seus nomes a um juiz eleitoral. Isto concentrava o maior número de eleitores nas zonas urbanas, onde estavam as fábricas e empresas. Os favorecidos eram, portanto, o PTB e o PSD.

O PCB nesse final de 1945 encontrava-se em posição delicada. Havia apoiado o "queremismo" e a campanha "Constituinte com Getúlio", mas não podia contar mais com ele. Lançava-se numa luta política desigual com os outros partidos, já que não possuía uma máquina eleitoral como o PSD e PTB e nem tão pouco o financiamento para suas campanha, como tinha a UDN. Não possuía candidato à sucessão presidencial e taticamente, desaconselhava a indicação de Prestes para o cargo. Como explicar, então, tamanho sucesso alcançado pelos comunistas neste pleito que elegeu presidente e deputados constituintes?

Prestes sabia que não poderia contar com a burguesia, latifundiários, nem a máquina do Estado para a sua campanha. Apostava, porém, na força da classe operária e em sua imagem como "Cavaleiro da Esperança". Na organização do Partido para as eleições, denunciava a renúncia de Getúlio como traição da classe operária, defendia a formação de "comitês democráticos populares", da "União Nacional", além de apoiar o governo Linhares, em prol da luta pacífica pela democracia.

Em duas ocasiões, logo após o golpe que depôs Getúlio, a Tribuna Popular, órgão oficial do PCB no Rio de Janeiro, lançava manifestos que referendavam a tática do partido. Em sua edição de 06/11/1945, denunciando nas entrelinhas seu apoio às diretrizes stalinistas, conclamava o povo à luta contra o fascismo, ainda presente, e propunha "união nacional" pela democracia e pela paz. Pedia a luta por eleições "livres e honestas" e confirmava sua presença nas eleições[250].

> *"(...) O Partido Comunista do Brasil dirige-se assim ao proletariado, a todos os trabalhadores, das cidades e dos campos, homens e mulheres, aos intelectuais, artistas, escritores, cientistas, a todos os democratas e patriotas, operários ou patrões, camponeses ou fazendeiros, civis e militares, e a todos indica mais uma vez, o caminho da União Nacional e repete ainda hoje o seu apelo por ordem e tranqüilidade.(...) Mas a grande força do povo está em sua organização. Que todos homens e mulheres, jovens e velhos,*

[250] Vide anexo I no final deste capítulo.

independentemente de suas classes sociais, ideologias políticas e crenças religiosas, se dêem fraternalmente a mão, se organizem nos locais de trabalho, nas cidades, vilas, bairros e ruas, para debater seus problemas e pacificamente lutar pela solução, pela democracia e pelo progresso do Brasil (...) É organizados que o povo e o proletariado poderão mais facilmente lutar pelas liberdades civis, contra a rearticulação do fascismo e a reorganização integralista, contra a carestia da vida, por medidas concretas contra a inflação e por eleições livres e honestas que lhe permitam elevar aos postos de governo seus verdadeiros e legítimos representantes.

O Partido Comunista prosseguirá em sua luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte (...) e que se realizem as eleições no dia 2 de dezembro e, neste caso, fará questão de participar também da eleição para Presidente da República, devendo dentro de breves dias indicar ao povo o candidato que merece o seu apoio, o homem capaz de inspirar confiança à Nação, democrata provado e na altura de executar no governo um programa mínimo de união nacional.(...)[251]

Em número do dia 10/11/1945, a *Tribuna* publicava texto de seu diretor Pedro Motta Lima, dando conta do apoio que o PCB daria ao novo governo Linhares.

" O Partido Comunista , em seu manifesto sobre a situação nacional considera indispensável o apoio decidido ao novo governo, a fim de que ele conduza o país sem mais retrocessos pelo caminho da democracia, através de ampla e livre campanha eleitoral, de um pleito correto em todas as suas fases e do labor da Assembléia Constituinte.Firme nessa posição, o Partido Comunista aplaude os atos positivos e as manifestações de caráter democrático do Presidente José Linhares, seus ministros e demais colaboradores na Capital da República e nos Estados"[252]

A união dos aliados à URSS durante a guerra, o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, desde 1° de abril de 1945 e o aval do embaixador dos EUA no Brasil, Adolfo Berle Jr - que se fez fotografar com Prestes na sacada da embaixada, no Distrito Federal -, deram aos comunistas nova imagem. Aquela idéia que, tanto a classe média quanto as elites tinham dos comunistas como extremistas, foi nublada.

Organizados em comitês, que agora podiam funcionar dentro da legalidade, os comunistas conseguiram, de cara nova, aumentar muito o número de colaboradores e colocar em prática, uma campanha política organizada e com recursos. Segundo Leôncio Basbaum "dinheiro não faltava. A "campanha de finanças", a primeira de uma série que

---

[251] Citado em CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964).* São Paulo: Difel, 1982. V.2, pág.62-63

[252] LIMA,Pedro Motta. *A Consolidação e o Prestigio do Novo Governo,* Tribuna Popular, 10-11-1945. Citado em CARONE, Edgar. *O P.C.B.....* 1982. V.2, op. cit. pág.63-65.

em breve se tornaria permanente, contínua, levada a efeito nos meses de outubro e novembro, conseguira levantar, praticamente em um mês, a quantia fabulosa, na época, de dez milhões de cruzeiros. Nessa campanha, muitos membros do Partido e simpatizantes chegaram a vender jóias e propriedades – casas e terrenos – para poder ultrapassar as quotas pré-fixadas. Esse êxito alias jamais se repetiria no futuro."[253] A campanha foi tão bem sucedida que havia uma euforia, tanto entre os militantes quanto na cúpula do Partido. Prestes acreditava que os comunistas alcançariam 30 cadeiras de deputados e o candidato apresentado para a disputa presidencial teria um milhão de votos.

Os comunistas levaram um tempo, ainda, para decidir quem lançariam para a disputa presidencial. Como ficou claro, pelo Manifesto lançado pelo CC do PCB de 17 de novembro de 1945: "O Partido do proletariado não pode se aliar a nenhum dos dois candidatos militares, que continuam a lutar pelos votos dos eleitores. A escolha entre Gomes e Dutra não interessa ao povo. Tanto um como outro são reacionários, que não podem assegurar a pacificação e a atmosfera de confiança, que a nação deseja ardentemente"[254].

Todos, fora do Partido, acreditavam que o PCB lançaria Luís Carlos Prestes para a disputa presidencial, porém, esta não era sua estratégia. O Comitê Central era de opinião que o Partido deveria escolher um candidato que não fosse político e muito menos comunista, de modo a referendar sua política de "União Nacional". Prestes e o CC sabiam que ele não tinha chances de vencer naquele momento. Segundo o próprio Prestes, os comunistas tentaram contato com Prestes Maia, engenheiro e ex-prefeito de São Paulo, para ser seu candidato, "era um bom nome: gozava de prestígio junto a Getúlio e, por isso, carrearia os votos do PTB, que era o que estávamos perseguindo. Ele vacilou até a última hora e acabou por não aceitar."[255] Finalmente em 15 de novembro de 1945, Prestes que havia deixado, militantes e a população em suspense , anunciou o nome do candidato, que pelas palavras de Basbaum, era "uma revelação e uma bomba". O anúncio foi feito , aos jornalistas, na sede do Partido, na Rua da Glória, no Rio de Janeiro. O candidato seria Yeddo Fiúza, um ilustre desconhecido, engenheiro de profissão e que tinha sido Prefeito de Petrópolis e ex-diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro, além de ter sido, também, próximo de Vargas.

---

[253] BAUSBAUM, Leôncio. *História*..... V 3 , 1968. op. cit. págs. 174-175
[254] BAUSBAUM, Leôncio. *História*..... V 3 , 1968. op. cit. págs. 171-172
[255] MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas*..... 1982. op. cit. pág.111

Como o Partido Comunista do Brasil somente anunciou seu candidato, quinze dias antes das eleições, tinha um tempo muito curto para fazer campanha. Fretando um avião, Prestes percorreu o Brasil em quinze dias, sendo sempre ovacionado em todos os comícios que comparecia com seu candidato à tira colo. "A vibração nos comícios era igual ou maior ainda que as registradas nos primeiros comícios logo após a anistia, no estádio do Vasco da Gama do Rio de Janeiro e no Pacaembu, em São Paulo. A impressão geral no seio do Partido era a de que o poder estava próximo."[256] Estima-se que os comunistas tenham feito discursos eleitorais para três milhões de ouvintes.

As eleições transcorreram, normalmente, no dia 2 de dezembro, data para a qual haviam sido marcadas. Apesar da simpatia do governo norte-americano por Eduardo Gomes, o apoio de Vargas decidiu as eleições. O General Dutra (aliança PSD-PTB) foi o vencedor do pleito com 3.251.507, o que representava, dentro de um universo de aproximadamente 5 milhões e meio de eleitores[257], 55,39%. Era uma surpresa. Como comenta Basbaum, Dutra, ao contrário de Eduardo Gomes, era uma figura inexpressiva, cuja imagem ainda podia ser identificada com o golpe de 37 e a ditadura do Estado Novo. Mesmo assim foi o grande vencedor. Segundo ele, "duas hipóteses, entre outras, foram aventadas para explicar aquele surpreendente resultado. A primeira se refere à propaganda anti-brigadeirista do político paulista Hugo Borghi (..) *que* (grifo meu) teria atribuído ao Brigadeiro Eduardo Gomes uma afirmação injuriosa aos trabalhadores, aos quais chamara de "marmiteiros". Essa propaganda teria roubado ao candidato da UDN os votos dos operários. Outra causa seria o apoio da Igreja Católica e a recomendação feita de última hora por Getúlio, em declaração pública, no sentido de que seus partidários votassem no General Dutra"[258]

O candidato da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes, obteve dois milhões de votos e em terceiro lugar, para surpresa dos comunistas, apesar das expectativas anteriores, Yeddo Fiúza com quase 600.000 votos, o que representava 10 % dos votos do eleitorado. Para a UDN o resultado representava um fracasso, para os comunistas, uma vitória.

---

[256] BAUSBAUM, Leôncio. *História*.....V 3 , 1968. op. cit. pág. 175

[257] O total de inscritos para as eleições de 1945 foi de 7.473.695 (o que representava apenas 16% da população brasileira de 45.590.000 habitantes. O número de votantes, no entanto, foi de 5.436.255. Dados fornecidos pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Citado em LEITE, Mauro Renault e NOVELLI JR (orgs.). *Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. pág.752.

[258] Idem pág.176

Quadro 1

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 2 DE DEZEMBRO DE 1945 PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Eurico Gaspar Dutra, (aliança PSD-PTB)	**3.251.507**	**55,39%**
Eduardo Gomes (UDN)	**2.039.342**	**34,74%**
Yeddo Fiúza (PCB)	**569.818**	**9,70%**
Mario Rolim Teles (PAN) – Partido Agrário Nacional	**10.001**	**0, 17%.**

Para compor a Assembléia Constituinte foram eleitos 327 Parlamentares. O maior número de cadeiras coube ao PSD, com 177 o que representava 54,30% do total; em segundo lugar vinha a UDN com 87 cadeiras e 26,7%, em terceiro lugar o PTB com 24 assentos e 7,5% e em quarto lugar o PCB com 15 eleitos representando 4,5% do total. As 24 cadeiras restantes foram ocupadas por representantes de outros partidos, como o Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano Democrático (PRD), Partido Popular Sindicalista (PPS), Partido Republicano Progressista (PRP de Adhemar de Barros) , Partido Agrário Nacional (PAN), Partido da Representação Popular (PRP de Plínio Salgado).

Os partidos apoiados por Vargas, (PSD/PTB) ocuparam juntos 201 cadeiras o que representou quase dois terços do total de parlamentares. Sem dúvida isto indicava um triunfo para Getúlio.

Getúlio Vargas foi o candidato que mais se destacou nas eleições Constituintes. Obteve resultados espetaculares. Foi eleito senador por dois Estados (a legislação permitia que um mesmo candidato apresentasse chapas em vários estados): São Paulo (PTB) e Rio Grande do Sul (PSD). Para a Câmara dos deputados foi eleito pelo Rio Grande do Sul , São Paulo , Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná, sempre pelo PTB. Vargas obteve um total de 1.150.000 votos.

Luís Carlos Prestes foi o segundo candidato mais votado, com um total de 220.695 votos. Eleito a senador pelo Distrito Federal com 157.397 ainda contou com votos para a Câmara Federal onde foi eleito pelo Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além de constar como suplente por São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

Pelos resultados apresentados, percebe-se que o PSD foi o grande vencedor dessas eleições. Os mecanismos eleitorais criados ainda durante o Estado Novo, deram ao PSD uma confortável maioria no Senado, no Câmara Federal e, conseqüentemente, na Assembléia Constituinte. Estes mecanismos ou "engenho eleitoral" refere-se ao chamado *mecanismo de sobras.* Segundo Maria do Carmo Campello de Souza : "Na representação proporcional[259], o quociente eleitoral seria determinado pela divisão do número de votos válidos, mais votos em branco, pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria obtida dividindo-se a votação partidária pelo quociente eleitoral. Os lugares não preenchidos por esse critério, seriam dados ao partido que obtivesse a maior número de votos na eleição, em vez de aos candidatos individualmente mais votados, como previa a Código de 1932. Esse sistema de absorção de sobras, é evidente, beneficiaria nacionalmente ao PSD, à UDN em uns poucos Estados, e ao PTB ou ao PC somente no Distrito Federal"[260].

O fato é que através desta manobra, embora o PSD tivesse obtido apenas 42,7% dos votos populares válidos para a Câmara Federal, acabou ficando com 54% das cadeiras; em compensação o PCB, que obtivera 8,6% dos votos para a Câmara, ocupou apenas 5% das cadeiras. A composição partidária, em termos de Assembléia Constituinte, para a Câmara e o Senado ficou assim determinada:

Quadro 2

COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE[261]

	PSD	UDN	PTB	PCB	Outros
%	54,30%	26,65%	7,3%	4,7%	7,3%
Senadores	26	10	2	1	-
Deputados	151	77	22	14	24

[259] Se as eleições presidenciais e para o Senado eram majoritárias, as eleições para a Câmara Federal e os legislativos dos Estados eram proporcionais.

[260] SOUZA, Maria do Carmo Campello de.....1976. op.cit. pág.120 .

[261] Dados das eleições IN Tribunal Superior Eleitoral, *Dados estatísticos. Eleições, federal, estadual e municipal realizadas no Brasil a partir de 1945,* Vol. I, Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

Destacamos, ainda, como explicação para este desequilíbrio eleitoral nas diferentes amplitudes da organização partidária, o fato de que o PSD, a UDN e o PCB eram os únicos três partidos que lançaram candidatos em todos os Estados. O PTB, por exemplo, disputou as eleições em apenas 14 Estados e os outros partidos em menos ainda.

A Constituinte e a Constituição de 1946

O general Eurico Gaspar Dutra foi empossado em 31 de Janeiro de 1946, ainda na vigência da Constituição de 1937, já que a nova Constituição ainda não estava pronta. Vargas tinha sido deposto, a figura do autoritarismo se apagava, porém, mantinham-se as velhas forças aristocráticas que apoiadas na burocracia e no poder militar reafirmavam-se no poder.

Os trabalhos da Constituinte, a terceira da República, tiveram início em 02 de fevereiro de 1946, no Palácio Tiradentes, sob a presidência do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Valdemar Falcão. Esta, no entanto, era uma Constituinte "sui generis", pois nunca no Brasil havíamos tido uma composição política como aquela, ou seja, "as bancadas não mais se situavam por Estados ou partidos regionais, mas por partidos de âmbito nacional (...)" [262]. Além disso, havia a necessidade de uma certa acomodação no Palácio Tiradentes, já que a Assembléia teve que se adaptar à nova realidade, ou seja, à mistura de velhos e novos congressistas, principalmente a presença dos comunistas, o que não havia ocorrido em 1891 nem em 1934.

Acertado o primeiro problema que era a falta de um regimento interno, passou-se para o problema maior que era a inexistência de um projeto constitucional. Vargas tinha sido deposto e por isso não teve tempo de mandar elaborar um projeto. Dutra, por ter sido eleito junto com a Assembléia, também não tinha como apresentá-lo. Segundo Helio Silva, "na falta de um anteprojeto, a Comissão[263] de Constituição da nova Assembléia reuniu-se a 15 de março, - *na 24ª sessão da Constituinte (grifo meu)* - tendo escolhido para seu presidente o Senador Nereu Ramos. Tomou-se por anteprojeto a Constituição de 1934,

---

[262] LEAL, Hamilton, *História das Instituições políticas do Brasil*, citado por SILVA, Hélio. *Porque depuseram*.....op. cit. , pág.325.

[263] A comissão contou com 37 pessoas, eleita com base na representação proporcional de cada partido. Do PSD 19 parlamentares, dez da UDN, 2 do PTB e um de cada partido que obteve vitória nas eleições de 2/12/1945.

distribuindo as diversas tarefas em grupos de trabalho. (...) Foi organizado um texto, conhecido como 'projeto primitivo', que a comissão levou a plenário a 27 de maio" [264].

Quanto à oposição, já havia aproveitado a retomada da tribuna parlamentar, desde fevereiro, para atacar o Estado Novo – como se fora um bode expiatório, já que as estruturas do regime anterior ainda estavam presentes, garantindo o poder dos eleitos [265]-. Segundo Hélio Silva, citando Hamilton Leal, esta foi a fase da Constituinte que correspondeu a "autópsia da ditadura".[266] Em maio, enquanto a comissão discutia o "projeto primitivo", o deputado Euclides Figueiredo, da UDN, entrava com pedido à Assembléia Constituinte, para a formação de uma comissão que examinasse os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. O assunto, no entanto, era tão explosivo, que a comissão chegou a ser boicotada por políticos do PSD e PTB.

Fora da Assembléia os ataques ao Estado Novo também eram presentes. David Nasser, repórter de *O Cruzeiro*, que já vinha denunciando as inúmeras atrocidades da Ditadura de Vargas, publicou o livro *Falta Alguém em Nuremberg (Torturas da Polícia de Filinto Strubling Muller)*, colaborando, ainda mais, para a difamação de Vargas que em breve estaria ocupando sua cadeira na Assembléia Nacional Constituinte.

Getúlio tardou a tomar posse na Constituinte. Provavelmente não queria ter de enfrentar aqueles políticos que faziam críticas a seu governo. De qualquer maneira teve de assumir sua cadeira, por força de lei, em junho. A presença de Vargas acirrou ainda mais os ânimos e as críticas a ditadura do Estado Novo. O debate, segundo Foster Dulles, "foi seguindo de luta corporal. Getúlio, ouvindo as críticas que eram feitas ao seu governo, responsabilizando-o por todos os males do país, desafiou seus acusadores a que o encontrassem fora do edifício, e abandonou o recinto".[267]

O "projeto primitivo" revisto e acrescido de 4.000 emendas, ficou pronto em 8 de agosto e foi publicado , como "projeto revisto" , para que pudesse ir à votação em plenário. A partir de 15 de agosto, aproximadamente, começaram a ser votados os títulos e artigos da Constituição, que finalmente foi promulgada em 18 de setembro de 1946.

Após a promulgação da nova Constituição o Presidente Dutra, em mensagem ao Congresso Nacional declarava: "a Constituição de setembro foi a primeira votada no Brasil sem a mais leve intervenção do Poder Executivo, isto é, sem a apresentação de projeto

---

[264] SILVA, Hélio. *Porque depuseram*.....op. cit. , pág.369-370.
[265] Até que a Constituição estivesse pronta, ainda valia a anterior, ou seja, a "Polaca".
[266] Idem . pág. 327
[267] DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas, biografia política*. Rio de Janeiro:Renes, 1974, pág.300

constitucional, sem a decretação prévia de regimento e sem a presença sequer de Ministros de estado, no recinto das deliberações, com direito a voto, ou sem ele. Em função dele, não atuou o Governo nem direta, nem indiretamente. Trata-se, portanto, de um diploma emanado genuinamente da soberania popular e cujos dispositivos devem ser rigorosa e exemplarmente observados". [268]

O discurso de Dutra dava à nova Constituição ares de legitimidade democrática. Os poderes, segundo ele, estavam separados; um não interferia no outro e a Carta era expressão da vontade popular. Sabemos, no entanto, que esta retórica, de longe, não corresponde à realidade. Em primeiro lugar a Constituinte, no que concerne à composição social, era composta quase que exclusivamente por forças oligarco-burguesas. Segundo, como aponta Giovannetti Neto, "a evolução constitucional brasileira demonstra, de forma inequívoca, que o poder constituinte no Brasil sempre se despojou de qualquer conteúdo revolucionário e que as constituições nacionais não resultaram de assembléias livres e soberanas" e acrescenta "a Assembléia de 1946 não escapa a essa regra. É uma assembléia majoritariamente conservadora, cuja correspondência com a sociedade brasileira é, no mínimo, discutível e que realiza o seu trabalho constitucional sob a pressão de instrumentos inibidores e sérias limitações"[269]. Terceiro, diferentemente do que preconiza Dutra, a Assembléia teve que conviver com a enxurrada de decretos-leis, que legislavam, inclusive, sobre matéria a ser discutida em plenário. "Dutra, desde o início do seu governo até a véspera da promulgação da nova Constituição, baixou 1.457 decretos-leis, sobre os mais variados assuntos".[270] Quarto ponto a ser ressaltado, a união do PSD - que tinha maioria na Casa -, com a UDN (completando 82% das cadeiras do parlamento), deu, de um lado, o tom conservador para a Carta Magna e de outro tolheu a ação de partidos de oposição, que se viram fracos diante de tal monopólio. Estamos falando do PCB.

Apesar das denúncias continuadas dos comunistas, de que a Constituição estava sendo escrita com mãos estrangeiras, nada foi feito para que esta influência externa fosse combatida. "A Assembléia Constituinte, instalada em 1946, elaborou a sua nova Carta Magna do Brasil, sob pressão dos trustes americanos, notadamente a Standard Oil of New Jersey e a International Telephone Telegraph Co., O artigo 5º (nº 12), sobre a concessão dos serviços de telégrafos e de rádio-comunicações, interessava à ITT. Os artigos 151 e

---

[268] Eurico Gaspar Dutra – Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 15.03.1947. citado por SILVA, Hélio. *Porque depuseram*.....op. cit. , pág.368.
[269]GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. pág.63
[270] idem

153, sobre a propriedade do subsolo e o aproveitamento industrial das minas e jazidas, inquietavam a Standard Oil", [271] que enviou um agente Paul Howard Schoppel, que hospedado no hotel Glória, passou a acompanhar os trabalhos da Constituinte.

Há que se ressaltar, ainda, a grande crítica feita pelos comunistas - e não só por eles, como por todos aqueles que defendiam a autonomia do Brasil frente aos EUA -, ao acontecimento deprimente do "beija mão".

Quando da visita do general Eisenhower ao Brasil, em plena Constituinte, Otávio Mangabeira, presidente da UDN, ao recebê-lo, beija-lhe as mãos, num sinal de subserviência ao imperialismo norte-americano. Assim foram suas palavras: "Em nome do país...inclino-me respeitoso diante do general comandante-em-chefe dos exércitos que esmagaram a tirania, beijando, em silêncio, a mão que conduziu à vitória as Forças da Liberdade".

Com relação, ainda, à posição dos comunistas na Constituinte, Basbaum nos relata que o PCB tentou introduzir inovações na nova Constituição, como por exemplo, a limitação dos poderes do presidente, a eleição de juízes pelo povo e a nacionalização dos "trusts" e monopólios. Estas emendas e propostas, no entanto, não foram aprovadas, o que indica, segundo ele, o caráter elitista da Constituição, que não tomou, nem sequer conhecimento do problema da terra no Brasil. Conforme Osni Duarte Pereira "ao tratar da defesa do direito de propriedade, os representantes do clero católico mostraram-se os mais intransigentes. Por iniciativa de monsenhor Arruda Câmara (*tio de Diógenes de Arruda Câmara do PCB -[grifo meu]*) introduziu-se a obrigatoriedade da indenização prévia em dinheiro, nas desapropriações. Nessa oportunidade, Mario Mazagão, deputado pela UDN, manifestou que era contra a reforma agrária, até mesmo por desapropriação 'porque o problema do Brasil é o excesso de terras e pouca gente' "[272]

Com relação ao direito de greve, os comunistas foram seus mais ferrenhos defensores. O projeto constitucional, no entanto, refreou esse direito limitando-o em nome dos "interesses superiores do Estado". O PSD, que tinha maioria na Assembléia, praticamente estrangulou esse direito propondo uma emenda. Segundo Ricardo Maranhão, "quando a Constituinte terminou os seus trabalhos, ficou claro que a força dos partidos conservadores, particularmente o PSD se voltava fortemente para manter a classe operária

---

[271] BANDEIRA, Monis. *Presença dos Estados Unidos no Brasil – Dois Séculos de História, p.310. Citado por* GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. pág.89

[272] PEREIRA, Osni Duarte. *Quem faz as leis no Brasil.* Cadernos do Povo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, p.67 citado em MARANHÃO, Ricardo & Mendes Jr, Antonio. *A Era Vargas.* Brasil História. São Paulo:Brasiliense, 1981. pág.211

sob controle: a nova carta não alterava o caráter corporativo, de inspiração fascista, da legislação sindical herdada do Estado Novo". [273]

Sobre a questão da liberdade e autonomia sindical, encontramos, outra camisa de forças. Ainda segundo Ricardo Maranhão, "naquela conjuntura democrática, era difícil aos defensores da continuidade da tutela do Estado sobre os sindicatos defender abertamente seus pontos de vista. Por isso, tinham que aceitar o princípio da liberdade sindical, expresso no artigo 158 do projeto majoritário: 'É livre a associação profissional ou sindical'. Mas a seguir estabeleciam, referindo-se a essas associações: 'ser-lhe-á regulada por lei a forma de constituição, a representação legal nos contratos coletivos de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público' ". [274] Aí estava o freio que impedia o princípio de associação profissional ou sindical.

De todos os grupos representados na Assembléia, o mais coeso e que, ao mesmo tempo, destoava daquele ambiente conservador, era o dos comunistas. Apesar de não serem legítimos representantes da classe a que se diziam representar[275], ainda assim apostavam na via parlamentar, denunciavam o caráter conservador e a influência dos interesses externos em nossas leis, além de defenderem os interesses do proletariado, na questão das greves, da autonomia sindical e da representatividade dessa classe. Embora pertencessem a um partido minoritário, como denuncia Prestes – "O Partido Comunista é ainda partido minoritário e se esse Partido pudesse dirigir todo o povo, evidentemente a composição desta Assembléia não seria da natureza que ora se apresenta"[276] - , nunca deixaram de marcar presença, enquanto oposição e de lutar na defesa de seu "Programa Mínimo de União Nacional".

Findos os trabalhos e pronta a Constituição, o que se viu foi "a coroação de um regime altamente excludente e elitista que seria reforçado nos anos seguintes pela guerra fria".[277] Apesar de ter sido considerada - a Constituição de 1946 - a mais democrática até então, não podemos, diante do que foi exposto, concordar com essa premissa. Como

---

[273] MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização* (Brasil 1945/1950) São Paulo:Brasiliense.1979. pág.86

[274] MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e* ....1979, op. cit. .pág. 85

[275] "a própria legalização do PCB no pós-guerra revela-se menos um sinal de participação do proletariado no processo político do que um dado na estratégia do poder, mesmo porque, o PCB, na medida que se supõe vanguarda de classe, distancia-se da classe que pretende capitanear e representar, do que resulta uma dupla sujeição do proletariado ao autoritarismo: o autoritarismo do poder e da classe dominante nele encastelada e o autoritarismo dos dirigentes do partido". GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. nota nº40 das pág.31-32.

[276] Anais da Assembléia Constituinte V.1, pp.39 e 40. Citado por ". GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. pág.78

[277] GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. pág.80

observa Raymundo Faoro "realidades novas e emergentes não encontravam expressão no texto constitucional, liberal na essência, mas restrito na perspectiva democrática, inibidor da equação dos conflitos operários e restritivo nas possibilidades de viabilizar reformas de ordem social e econômica".[278]

A conjuntura democrática que até a promulgação da Constituição era um ponto relevante a se destacar, foi apagada, de um lado pelo conservadorismo da Carta Magna que propunha mudanças, mas as limitava, e de outro pelo Governo Dutra e os seus decretos-leis, que baixados durante e após a Constituinte, limitavam, a participação das forças populares e tutelavam o movimento operário.

O Governo Dutra

Quando Dutra recebeu das mãos de José Linhares a faixa presidencial, em 31 de Janeiro de 1946, no discurso de sua posse, falou em "concorrer para a paz da família brasileira, para a melhoria das condições de vida de todos os seus concidadãos e o crescente prestígio de nosso país no sentido das nações civilizadas" e agradeceu "às forças políticas e populares que contribuíram para a vitória da minha candidatura". Adiante, como indica Carone, "levanta promessa que não irá cumprir no futuro" [279] : "preocupado em corresponder à expectativa dos meus compatriotas, comprometendo-me a manter, em tudo quanto de mim depender o sistema democrático que resultar das deliberações da Assembléia Nacional, sem o menor cerceamento das liberdades públicas inseparáveis de um regime de opinião".[280]

Se levarmos em conta o período caracterizado pelas articulações de tipo populista, que vai de 1930 a 1964, podemos abrir uma exceção, quando falamos do Governo Dutra. O controle do movimento operário e o abandono das massas como elemento legitimador do sistema político, dá lugar a um governo que apresenta uma postura conservadora e elitista, representada pela coalizão partidária PSD e UDN.

---

[278] FAORO, Raymundo. *Assembléia Constituinte. A Legitimidade Recuperada.* São Paulo:Brasiliense.1981. págs.17 e 18

[279] CARONE, Edgard. *A República Liberal II*....1985. op.cit pág.17

[280] O discurso de posse de Dutra encontra-se em LEITE, Mauro Renault e NOVELLI JR (orgs.). *Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. pág. 761-764.

Apesar de seu discurso de posse, e até do pseudo-apoio dado aos comunistas, em carta à Átila Soares – amigo de Prestes – em abril de 1945[281], o que veremos, logo a seguir, será um governo que persegue opositores, fecha sindicatos e prende comunistas. Tivemos, por exemplo, mais de 400 intervenções federais em sindicatos entre 1947 a 1950.

Este presidente que gostava de carregar sempre consigo "o livrinho" (como ele mesmo chamava a Constituição de 1946) e dizia ser um defensor ferrenho da Carta Magna e da lei, tinha, como nos relata José Eduardo Montechi, "em sua folha corrida o crime de falsidade ideológica. Os registros oficiais apontam o ano de 1885 como a data oficial de seu nascimento, porém alguns de seus biógrafos mais recentes adotam o ano de 1883. O motivo para a discrepância de datas é que, ao tentar ingressar no exército, a Junta de Saúde o julgou como incapacitado. A alegação foi de que era muito franzino para a idade. A solução foi modificar a certidão de nascimento, para que seu porte físico ficasse mais compatível com a idade".[282]

A Constituição empunhada pelo general justificaria - apesar de seu histórico de vida não referendar muitas simpatias com a democracia, nem com a retidão de princípios na defesa da igualdade entre os homens - que todas as suas ações estariam fundadas em lei e por isso seriam justas, já que provinham da "lei maior".

Seu primeiro ministério representava a concretização dos compromissos políticos estabelecidos com os partidos que o elegeram. O PTB, como ficou afiançado no apoio dado à sua campanha, ganharia o ministério do trabalho, que ficou com Otacílio Negrão de Lima, os outros ministérios, neste primeiro momento, ficariam com o PSD. A UDN ficou de fora , sem nenhuma representação.

Interessante notar que a política econômica adotada por Dutra estava mais voltada aos interesses dos liberais, representados, aqui, pela UDN - e lá fora pelos EUA e Grã-Bretanha - , do que pela política defendida pelo PSD, que propunha um certo controle da economia pelo Estado. A coalizão PTB/PSD não combinava muito com a postura adotada pelo general, principalmente porque o PTB representava a influência de Vargas no governo

---

[281] "Diante de tais fatos a minha posição, presentemente, em face do comunismo, posso manifestar ao ilustre amigo com absoluta franqueza e sinceridade, é a única que julgo lícita a qualquer homem com responsabilidades na vida pública nacional: reconheço-lhe o pleno direito de existência legal." Carta à Átila Soares de 17/04/1945 IN LEITE, Mauro Renault e NOVELLI JR (orgs.). *Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. pág. 694.

[282] VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. pág. 19/20. Citado em OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valladares de. *O discurso democrático*.....2003. Tombo 6437N. op. cit. pág.81.

e defendia uma política nacional de apoio aos trabalhadores contra a política liberal de abertura de nossa economia. Sabemos que Dutra somente foi o vencedor das eleições porque contou com o apoio de Vargas e dos votos do PTB, porém, agora ele já era o presidente e não precisava mais se submeter a esta situação. A participação das massas e a política populista, como já foi dito, não interessava naquele momento. O isolamento do PTB era algo que estava em pauta.

A ala mais radical do PTB, "os queremistas", diante da situação econômica que era representada por inflação, baixos salários e desmonte da política varguista no apóio aos trabalhadores, passou a fazer oposição ao governo e afastou-se do PSD. O Partido Social Democrático ficou mais à vontade para iniciar uma aproximação com a UDN. Em outubro de 1946, Dutra reorganizava os ministérios nomeando alguns políticos da União Democrática Nacional. Para a Educação Clemente Mariani, Relações Exteriores Raul Fernandes e o ministério da Guerra foi entregue ao general Canrobert Pereira da Costa que representava setores militares anti-varguistas. Em decorrência do rompimento da coalizão PSD/PTB e da aproximação entre governo (PSD) com a "oposição cordial" UDN, Vargas retira seu apoio a Dutra em dezembro.

Desde fevereiro de 1946, portanto um mês após a posse de Dutra, a O.S.S. preparava novo documento secreto, de maneira a construir um quadro da situação política brasileira. Interessava monitorar os acontecimentos para que estes não fugissem do controle norte-americano. Datado do dia 20, o relatório "Current US Policy toward Brazil" relaciona tópicos de interesse especial (problemas do desenvolvimento econômico; antagonismos e interesses regionais especiais e relações do Brasil com a Argentina) e trabalhos em andamento (um estudo do movimento operário brasileiro e um "basic handbook on Brazil" apresentando importantes dados sobre a sociedade, economia e aspectos geográficos do Brazil) , além de apresentar, também, um panorama sobre a nova situação brasileira.

Em seis páginas analisa: a posição do Brasil com relação à política inter-americana de intervenção coletiva[283], dizendo que nosso país condenava esta idéia , mas que colaboraria com os Estados Unidos. Em seguida traçava um panorama completíssimo da situação política brasileira, a partir da posse de Dutra, comentando a vitória do candidato do PSD, do apoio que este obteve da Igreja e do exército; interpretando a influência de

---

[283] Esta política estabelecia que qualquer estado americano que ameaçasse a segurança do continente, sofreria uma intervenção multilateral de seus membros americanos.

Vargas e sua união com o PCB; comentando a relação existente entre a promulgação da Constituição e a democracia; avaliando as intenções do movimento operário e o papel de Vargas e dos comunistas e desenhando o jogo de forças dentro do Parlamento Nacional, com a caracterização da UDN, do PSD e a fraca presença política dos comunistas. Por último reexamina a posição das Forças Armadas na política nacional brasileira.

Há uma preocupação, por parte do governo norte-americano, em entender a nova realidade brasileira e estar a par de todos os acontecimentos, sobretudo àqueles que dizem respeito ao movimento operário. O relatório dá resposta às ocorrências presenciadas por ocasião da posse de Dutra, especialmente aquelas relacionadas à questão dos partidos, da influência de Vargas e da presença do movimento operário ativo.

Dutra inicia seu governo tendo de enfrentar um clima geral de protestos e greves. Entre fevereiro e março de 1946, 100.000 operários estiveram em greve[284]. Isso se deu devido a uma série de fatores, alguns que já haviam sido gestados durante o Estado Novo , e outros que se somariam a eles posteriormente. O aumento populacional das cidades, o arrocho salarial, devido ao esforço de guerra, a política do livre cambismo e do *laissez faire*, adotada pelo General - que permitia ao Brasil a queima de suas reservas de dólares e libras esterlinas, nas importações -, que provocava estagnação na indústria nacional, desemprego e aumento da inflação, tudo isto, gerava grande descontentamento, principalmente, das classes menos favorecidas que foram as mais atingidas.

Edgar Carone nos descreve a situação vivida por esta grande parcela da população, no primeiro ano do governo Dutra.

> *"Em fevereiro de 1946 há falta de pão e carne e formam-se fila para a compra do primeiro deles; em seguida, o pão volta a ser tabelado, como no Estado Novo, para evitar que cada padaria cobrasse segundo seu interesse. Com isso, o pão baixa de preço e as padarias acusam os verdadeiros culpados, que são os moinhos de trigo. Enquanto falta pão e carne, os ovos também somem do mercado e começam a ser vendidos no câmbio negro. Os moinhos de trigo, nos meses seguintes, continuam a vender o seu produto acima da tabela e fazem desaparecer o artigo, segundo seus próprios interesses. Esta situação de instabilidade persiste e até cresce, porque nos meses seguintes começam a faltar gêneros alimentícios e produtos industrializados. A especulação com os gêneros provoca constantes*

[284] Segundo o jornal *O Estado de São Paulo* de 21 de fevereiro de 1946, "encontravam-se em greve em São Paulo cerca de 100.000 trabalhadores da indústria, dentre os quais os tecelões, em número de 50.000, e os metalúrgicos entre 15.000 e 20.000; os motoristas e cobradores de empresas de ônibus, além de milhares de outros empregados empenhados na conquista de aumento nos seus salários".

altas dos produtos, que acabam se somando aos aumentos na passagem dos transportes e aos aluguéis das casas. Em agosto de 1946 temos agitação popular, com quebra-quebra, passeatas e outras formas de manifestações, que resultam em medidas repressivas da polícia e até na ameaça de ocupação da Guanabara por forças do Exército"[285]

Esta instabilidade provocava temor, tanto nos empresários, quanto no Estado, que não estava preparado para enfrentar esta situação democraticamente, e também não tinha interesse em modificá-la. Da parte do governo, a resposta veio pronta. Em 15 de março de 1946 Dutra baixa o decreto-lei 9070, lei anti-greve, nova e severa . O MUT foi posto na ilegalidade a partir de abril, seus líderes foram presos e os sindicatos sofreram intervenção, com eliminação de comunistas de seus quadros. Tratava-se de impedir a independência da força de trabalho organizada e eliminar a presença comunista no seio do proletariado. "Nisso tinha o pleno apoio dos empregadores brasileiros, especialmente dos industriais, ávidos por controlar o movimento trabalhista (...) a fim de bloquear com mais eficiência as reivindicações salariais e criar um clima mais favorável ao investimento estrangeiro direto (ou seja, dos Estados Unidos) na indústria brasileira."[286]

Havia um interesse mútuo entre empresários, governo brasileiro, EUA e Grã-Bretanha, na manutenção do *"status quo"*. Tanto é assim que o Estado passou a emitir decretos-leis que cerceavam a movimentação do proletariado - os empresários apoiavam Dutra nessa ação - , e os governos norte-americano e inglês tinham no Brasil os chamados "Adidos Trabalhistas", que eficazmente levantavam todas as informações necessárias para que a situação não saísse de seu controle.

De acordo com os "Monthly Labor Reports", relatórios mensais, enviados pelos adidos a seus países, tivemos, nos primeiros seis meses do ano de 1946, mais de setenta greves de grande porte. "As mais importantes foram: a greve bancária nacional (24 de janeiro-12 de fevereiro); a greve nas minas de carvão de Butiá e Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul, que durou 34 dias (1° de fevereiro-7 de março), a mais longa até então na história brasileira; greves com quase 100% de adesão no setor têxtil e metalúrgico de São Paulo, em meados de fevereiro; uma greve na Estrada de Ferro Leopoldina, em maio; várias suspensões da Light em maio, que ameaçou paralisar os transportes e o fornecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo; e as greves contínuas

---

[285] CARONE, Edgard. *A República Liberal II*....1985. op.cit pág.20
[286] BETHELL, Leslie. Brasil....1996. op. cit. pág.94

dos trabalhadores das docas e estivadores nos portos do Rio de Janeiro e principalmente, Santos (conhecida como Prestesgrado)" .[287]

A O.S.S. sustentando estrategicamente este interesse norte-americano no Brasil, a pedido do Departamento de Estado dos EUA, prepara um relatório confidencial, datado de 24 de Setembro de 1946, sobre a "inflação no Brasil" e declara em seu início, ou seja, na parte A - "Purpose" - que :

> *"Este relatório surge a propósito da ocorrência das rebeliões contra a falta de alimento em São Paulo e em outras partes do Brasil e na possibilidade de que as forças de oposição utilizem-se da situação de dificuldade econômica como uma alavanca contra a estabilidade do governo brasileiro."*

Na parte B – "Findings", ou seja, considerações , acrescenta:

> *"A inflação tem chegado a proporções tais, no Brasil, que alguns observadores acreditam num iminente colapso econômico. O crescente aumento do custo de vida, a falta de gêneros de primeira necessidade e a atividade de contrabandistas do mercado negro, "tubarões"e especuladores, são, pelo menos, basicamente, a causa fundamental das recentes rebeliões*
>
> *As causas da inflação no Brasil são complexas e profundas e estão relacionadas com as condições econômicas do mundo todo, as quais o Governo tem pouco controle. Mas mesmo dentro da área a qual o Governo pode exercer alguma influência, em termos de melhoria da situação, este faz muito pouco".*[288]

Como se pode perceber, por essas palavras, o departamento de Estado dos Estados Unidos, monitorava a situação brasileira de modo a dar sustentação à estabilidade do governo Dutra, ao mesmo tempo em que tentava buscar explicações para as greves e rebeliões que ocorriam, principalmente, desde janeiro de 1946.

Apesar de seu erro de leitura da situação - pois as rebeliões não estavam relacionadas com a ação do câmbio negro, nem tão pouco dos especuladores e sim com a política econômica de Dutra, fundada no *laissez faire* - , este relatório, é, sem dúvida, um documento que comprova a presença norte-americana no Brasil da época. Como nos esclarece Leslie Bethell, "é (..) essencial explorar a complexa interação entre as políticas doméstica e internacional ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando uma nova ordem

---

[287] "Monthly Labor Reports" de Rowell: nº 15 a 19. Citado em BETHELL, Leslie. Brasil....1996. op. cit. pág.93

[288] Intelligence Memorandum , Confidential, "Inflation in Brazil", Department of State , OCL -3444.2, September 24, 1946. Distributed by Office of Intelligence Coordination and Liaison.

política – e econômica – internacional foi criada com base nos efeitos dessa guerra e, quase simultaneamente, quando começou a Guerra Fria. Aqui, o papel desempenhado direta ou indiretamente nos negócios latino-americanos pelos Estados Unidos é de particular relevância."[289].

Fidelidade ao nosso Grande Irmão do Norte

How do you do Dutra ?
How tru you tru Truman ?

A política econômica do governo Dutra em nada correspondia aos anseios da população brasileira. Além de dilapidar o resultado do *superávit* de nossa exportação durante a guerra, comprando supérfluos dos EUA e sucata inglesa no Brasil – as estradas de ferro que pertenciam a companhias inglesas – o governo Dutra ainda vendeu aos Estados Unidos, "abaixo da cotação mundial parte do ouro em reserva no Tesouro Nacional"[290]. Como lembra Milciades M.Mourão, "passamos a ficar engatados aos Estados Unidos. E o novo governo , o eleito em 45, ainda fica em posição mais envergonhada. O sr. Dutra, velho soldado, apologista da disciplina militar em toda a sua latitude toma a nação como um batalhão incorporado ao exército americano, dependendo do toque de debanda de Mark Clark para sair de forma...à nossa política externa desde então, menos do que orientada pela dos Estados Unidos, vem a ser a da própria república americana. (...) Capitulamos na defesa de todos os direitos e todos os princípios já consagrados por longa tradição jurídica e política e, sistematicamente, defendemos os interesses econômicos dos Estados Unidos, de seus *trusts* contra nós mesmos, na suposição de se combater o comunismo..."[291].

Iniciada a "Guerra Fria", com o discurso de Churchill em Fulton, o que se verá daí para frente é , cada vez mais, uma luta pela conquista da hegemonia do mundo entre EUA e URSS. No ocidente, principalmente na América, os Estados Unidos precisava conquistar a simpatia das classes dirigentes - era o caso do Brasil -, e estabelecer com elas um acordo,

[289] BETHELL, Leslie. Brasil....1996. op. cit. pág.19
[290] CARONE, Edgard. *A República Liberal II*.... 1985. op.cit pág.22
[291] MOURÃO, Milciades M. *Dutra (história de um governo)*, Rio de Janeiro, scp, 1955, pp.98-99. Citado por CARONE, Edgard. *A República Liberal II*.... 1985. op.cit pág.23

que as mantivesse no poder , se estas fizessem o jogo do interesse capitalista. O que não era dificil. O discurso maniqueista da luta do Bem contra o Mal, ou seja, capitalismo versus comunismo – que agora substituia o bordão anterior , democracia versus fascismo - caia como uma luva nesse momento e passava a ser, tal qual o discurso usado nas Cruzadas, uma justificativa para as mais horrendas barbaridades contra as populações da América Latina e do resto do mundo "aliado" dos Estados Unidos.

Como sinaliza Edgar Carone, a repressão dos anseios populares se dá de duas formas diferentes. Primeiro desordenadamente, o que presenciaremos, logo no início do governo Dutra - impedindo greves, intervindo em sindicatos e proibindo o MUT- e depois ordenadamente, o que ocorre a partir de 1947, com a perseguição e banimento do Partido Comunista e de seus representantes no Congresso Nacional e nas Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais. Na realidade esta segunda etapa, respondia a uma tendência que já era corrente, por exemplo, no Chile, França, Inglaterra, Itália, etc, paises onde os partidos comunistas haviam sido fechados e seus deputados cassados e banidos da vida publica.[292]

No Brasil, as elites e o exército, que sempre foram contra o comunismo e que durante a guerra tiveram que refrear seus impulsos, devido a presença vitoriosa da URSS na luta contra o fascismo, retomaram sua posição quando os EUA passaram a disputar o mundo com a URSS, no pós guerra.

Dutra apoiado pelas elites e ligado à diplomacia norte-americana, passou a por em pratica um plano de isolamento do Partido Comunista. Todas as greves e os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, que os meios de comunicação caracterizavam como bagunça, eram atribuídos aos comunistas. Eram os comunistas, afinal, os responsáveis pelo desgoverno que levava o Brasil àquela situação. A UDN, o jornal "O Estado de São Paulo", e os Diários Associados de Assis Chateaubriand, foram os principais articuladores de um discurso que incompatibilizava comunismo com democracia.

Praticamente desde o início dos trabalhos da Constituinte, os deputados do PCB estiveram na mira das críticas e ataques por parte de seus pares. Os comunistas acreditavam que respeitando seu programa, sendo coerentes com sua ideologia e defendendo sua postura (ordem *e tranqüilidade*) , que era fundada na crença em que a democracia viera para ficar, seriam inatacáveis. Enganavam-se. Sua pequena experiência

---

[292] Jornal de São Paulo , 5, 8 , 9 , 10 , 11, 12, 13, 14 , 15-10-1947.

parlamentar fazia com que fossem alvo fácil daqueles astutos políticos que, muitas vezes, através de armadilhas, prendiam suas vitimas.

O caso mais conhecido foi a declaração dada por Prestes ao Diário do Comércio e à Tribuna Popular. Comentando o discurso de Winston Churchill, em Fulton - em que este defendia o poder de fogo dos Estados Unidos - , quando os repórteres lhe perguntaram: "Qual a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista que declarasse guerra à União Soviética? ". Sua resposta[293] foi:

> *"Faríamos como o povo da Resistência francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Pétain e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa pátria, contra um governo desses, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional"*[294]

Logo em seguida, no dia 26 de março, em discurso que pronunciou na Assembléia, Prestes leu uma carta que lhe fora enviada por Sérgio Gomes, irmão do brigadeiro Eduardo Gomes, na qual aquele se declarava católico, contrário ao comunismo, mas solidário com Prestes pelas declarações divulgadas através da imprensa sobre a posição por ele assumida diante de uma guerra imperialista contra a URSS. O tema da carta provocou grande polêmica entre os deputados. Tal iniciativa redundou, não no reconhecimento da retidão do Partido em seus princípios, mas provocou tremenda discussão com deturpação da idéia, veiculada, a partir de então, em todos os jornais e que passou a identificar os comunistas como inimigos do Brasil.

PSD e UDN eram os partidos que combatiam de forma mais violenta o PCB. Segundo Giovannetti Neto, " às manifestações sempre recorrentes contra a presença do PCB na cena política brasileira, somam-se alguns passos concretos. João Mendes, um proprietário rural baiano, eleito pela UDN, apresentou uma emenda de nº 1078, que privava da nacionalidade brasileira a todo aquele que atentasse contra a independência, a integridade, a dignidade da Pátria ou a segurança interna da República. (...) Clemente Mariani (UDN-BA), depois de longas considerações sobre a doutrina comunista, o PCB e a independência nacional, salientou a contradição entre esta e os postulados da doutrina

---

[293] Referindo-se à hipótese de que, confiando na eficácia fulminante do terror atômico, o presidente dos EUA, Truman, decidisse desencadear um ataque militar contra a União Soviética .

[294] PRESTES, Luis Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro, Vitória, 1947. págs. 267-68

comunista, defendendo e pedindo a aprovação da seguinte emenda : 'São inalienáveis a soberania, a independência e a liberdade da Nação. Os seus interesses não podem ser subordinados aos de classe, grupo ou partido'. Mariani considerava o 'PC incompatível com a democracia tal como a entendemos e procuramos estabelecer no Brasil' e fazia a defesa das salvaguardas contra a ação do Partido ."[295]

As manifestações populares, que freqüentemente ocorriam em frente à Assembléia Constituinte, e que as vezes eram representadas por vaias e até apedrejamentos de parlamentares, que demonstrassem sua simpatia pela manutenção da Carta de 1937 e apoio aos poderes absolutos de Dutra, eram atribuídos a arruaceiros comunistas.

Ainda segundo Giovannetti Netto, o discurso da maioria dos parlamentares na Constituinte era carregado de prevenção e suspeição contra o PCB e "a bancada comunista tinha de atuar sob fogo cerrado da grande maioria dos parlamentares e da grande imprensa, posicionando-se em meio a toda sorte de provocações, ameaças e tramas urdidas dentro e fora da Assembléia"[296].

Aos ataques contra o Partido, que no início vinham somente dos parlamentares e da grande imprensa, somaram-se aqueles de capangas de políticos e de autoridades policiais. Eram espancamentos, invasões de instalações do Partido e agressões a comícios comunistas, como no caso do comício no largo da Carioca, no Rio de Janeiro, onde o chefe da Polícia, José Pereira Lira[297], dissolveu à bala aquela reunião popular - que comemorava um ano de legalidade do Partido - , com mortes registradas.

Esses atentados contra as imunidades dos parlamentares e ataques contra o Partido não deixavam de ser registrados em plenário na Constituinte e mesmo depois dela em sessões do Parlamento. O que ocorria, porém, é que as autoridades constituídas faziam vistas grossas a essas reclamações. Interessava, como já foi dito, ao governo e as elites, o controle do movimento operário e o banimento do Partido Comunista, que naquele momento alcançava, junto às massas, grande prestígio.

A ação de Pereira Lira, na repressão aos movimentos populares e aos comunistas, que para Carone representa a oficialização da nova forma de ação governamental, não está

---

[295] GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*.... 1986. op.cit. págs.96-97

[296] idem pág. 98

[297] "os comícios, apesar da garantia constitucional, passaram a ser subordinados à chefia da Polícia, que devia dar a necessária licença prévia e designar o local do mesmo". BAUSBAUM, Leôncio. *História*..... V 3 , 1968. op. cit.pág. 187

sozinha, outros artifícios "legais" são somados a ela[298], como por exemplo, a solicitação de cancelamento de registro do PCB.

Em março do ano de 1946 iniciava-se a orquestração de um conjunto de acusações, cerceamentos e limitações "legais" da ação do Partido Comunista que o levaria à extinção e ao cancelamento dos mandatos de seus representantes.

No dia 06 de março em carta dirigida a Getúlio Vargas, que se encontrava em São Borja, Abelardo dos Santos Mata, deputado Constituinte, faz críticas violentas à ação do PCB na Assembléia. Comenta a fraca presença do PTB em contra-posição ao PSD, a UDN e ao PCB e denuncia a possível adesão de ex-petebistas ao PCB, além de descrever a forte atuação de seus 15 parlamentares. Deixa muito claro, segundo suas palavras que "Os comunistas revelaram-se hoje nossos maiores adversários."[299] Não foi por acaso, então, que mais tarde estes políticos pedirão o cancelamento do registro do PCB.

No dia 7 de março em telegrama secreto ao Secretário de Estado dos Estados Unidos um funcionário encarregado de negócios da embaixada norte–americana no Rio , de nome Daniels ,declara ter recolhido em círculos policiais a informação de que um decreto já havia sido preparado, tornando o PCB ilegal :

> " *A polícia política já elaborou uma lista dos mais proeminentes comunistas e seus endereços, e já recebeu instruções para fazer preparativos para prendê-los imediatamente logo após a promulgação do decreto – se ele vier a ser assinado.*"[300]

Em 23 de março, duas denúncias pedindo o cancelamento do registro do PCB são enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral. A primeira pelo magistrado Honorato Himalaia Virgulino, que tinha sido procurador do extinto Tribunal de Segurança Nacional e a segunda por um deputado da ala da direita do PTB, Edmundo Barreto Pinto (PTB-DF). A de Honorato pretendia provar, através de farta documentação – jornais, revistas, fotos, entrevistas e discursos – que o Partido Comunista era uma organização estrangeira, orientada pelo marxismo-leninismo, e que por causa disso os comunistas ficariam ao lado da URSS numa provável guerra contra o Brasil. A de Barreto Pinto afirmava que os

---

[298] Verificar na seção "anexos" o anexo VII. Documento do governo, de janeiro de 1946, que faz considerações sobre o fechamento do PCB ou não. GV. C.1946.01.00/15 – "Deve o PCB ser fechado ou Não?". Fica muito clara, a partir do documento, a tática que veremos aplicada pelo Governo, com relação ao PCB, daí para frente.

[299] GV. C. 1946.03.06 (textual)

[300] Documento 832.00B/ 3-746, National Archives Washington

comunistas somente solicitaram o registro do Partido para exercer "ação nefasta, insuflando a luta de classes, fomentando greves e procurando criar um ambiente de confusão e desordem".

O Procurador Geral, Dr. Temístocles Cavalcanti, depois de ter ouvido o partido concluiu pelo arquivamento das denúncias apresentadas, alegando que "o cancelamento do registro de um partido exige fundamentos seguros e a comprovação de que o partido desvirtua as suas finalidades ou conduz à deformação do sistema democrático."[301] O pedido de arquivamento foi indeferido, o que levou o Dr. Temístocles a transferir o processo ao subprocurador Alceu Barbedo. Em maio tiveram início as sindicâncias. O Partido teve de abrir seus arquivos à justiça que passou a investigá-los.

Seguindo a nova tática de Dutra no garroteamento do Partido Comunista, temos ainda, em abril, o fechamento da "União da Juventude Comunista", sob a alegação de que este órgão do PCB era responsável pelo desvio de nossa juventude dos princípios democráticos, e a partir de maio a perseguição com expurgo e demissão de funcionários públicos acusados de comunistas.

Adiantando-se aos prováveis despachos dos magistrados que pudessem inocentar o Partido Comunista, Dutra lança um novo decreto-lei , era o DL. 9258 de 14/05/1946 , que no seu artigo 26 , permitia o cancelamento de registro do partido que recebesse do estrangeiro orientação política ou contribuição em dinheiro, ou que contrariando o seu programa, praticasse atos ou desenvolvesse atividades colidentes com os princípios democráticos e os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição. O cerco começava a se fechar contra o PCB.

Em setembro o Tribunal Regional Eleitoral, responsável pelas sindicâncias no Distrito Federal, enviava ao TSE seus relatórios, sem, no entanto, poder proceder à confirmação de nenhuma acusação feita pelos reclamantes que haviam solicitado o cancelamento do registro do Partido. Uma questão, no entanto, serviria para a continuação do processo. Era a existência, segundo os peritos, que haviam analisado os documentos do partido, de dois estatutos. Não adiantou a justificativa dos comunistas de que não havia dois estatutos e sim apenas um, que era representado pelo projeto de reforma do primeiro.

O Processo ainda se arrastaria por mais um ano , e mais argumentos seriam somados a ele. Alceu Barbedo destacou que o símbolo do Partido, a foice e o martelo,

---

[301] SILVA, Hélio. *Porque depuseram*.....op. cit. , pág. 384.

representava a divisa do movimento comunista internacional e que o Partido Comunista não era brasileiro porque usava a designação *do Brasil*, o que indicava sua ligação com o estrangeiro.

Houve ainda a provocação do "quebra-quebra", na Guanabara, com o intuito de imputar culpa aos comunistas e iniciar contra eles uma onda de repressão . Às vésperas da votação da Constituição, de acordo com Gregório Bezerra, "a polícia política, para executar seus planos terroristas, mobilizou o que havia de alcagüetes policiais, alguns estudantes secundaristas desorientados e, juntamente com policiais disfarçados de operários, dividiram-se em grupos depredadores e saíram às ruas, a praticar depredações em casas comerciais, previamente escolhidas pela polícia. A farsa foi tão grosseira e tão mal realizada, que logo eles caíram no ridículo. (..) A finalidade era atrair a massa operária e o povo revoltado contra a carestia da vida, contra os tubarões do câmbio negro, para o plano depredatório e fazer do PCB, perante a opinião pública, um bando de terroristas e anarquistas; e dessa forma, desfechar ondas e mais ondas de prisões, contra os militantes comunistas e os elementos mais esclarecidos da classe operária e do povo."[302]

As mudanças estratégicas do PCB rumo às eleições de 1947

Quando a Constituição Federal foi promulgada em 18 de setembro de 1946, as eleições , para a escolha de governadores e deputados estaduais, que deveriam ocorrer no dia 31 de janeiro de 1947, foram antecipadas para o dia 19 de janeiro, já que de acordo com o artigo 11 das disposições transitórias, as eleições para governador e deputados estaduais, deveriam ser realizadas no primeiro domingo após decorridos 120 dias da promulgação da Constituição Federal..

Apesar de todo o fogo cerrado a que estavam submetidos os comunistas, devido a força que ainda representavam [303] e o papel que vinham cumprindo, apoiando , primeiro ,

---

[302] BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Segunda parte: 1946-1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.1979. págs. 16-17

[303] Eram 180.000 militantes, milhares de células em todo o Brasil , oito jornais diários em várias cidades, duas editoras além de vários semanários. Ainda segundo Prestes "Só no Arsenal de Marinha, na Central do Brasil e entre funcionalismo da Prefeitura do Rio, o partido tinha seis mil membros organizados. Sua força era tamanha que, logo após as eleições presidenciais, o Exército ocupou militarmente a cidadezinha paulista de Cosmorama, a 300 quilômetros da capital, para fazer um gigantesco IPM, envolvendo quase toda a população. Motivo : ali, Yedo Fiúza tinha obtido votação superior aos dois candidatos militares juntos."

o governo Linhares e depois, pelo menos em seu início, o governo Dutra; defendendo a idéia de *ordem e tranqüilidade* , - o que de certa forma refreava o movimento operário em suas reivindicações - não acreditavam no fechamento do Partido.

Prestes assim se referia à situação em que viviam os comunistas em julho de 1946, em seu discurso de encerramento da III Conferência Nacional do PCB. " Encerrando os nossos trabalhos com esta sessão solene, era desejo nosso transmitir ao povo da capital da República e, por seu intermédio, a todo o povo do Brasil, as nossas Resoluções. Infelizmente, os comícios estão proibidos em toda a capital da República. Esta é a realidade triste. Os fascistas que cercam o governo, que temem os dias novos, procuram impedir-nos de falar (...). Ainda agora ousam os fascistas levar ao cárcere chefes de famílias que lutam por um pouco mais de salário, ousam levar ao cárcere os estivadores de Santos, que lutam contra o bandido Franco. Isto é passageiro, não pode durar muito. E esses senhores que querem impedir a voz do povo, que proíbem comícios, estão equivocados e não enxergam um palmo adiante do nariz.

O processo democrático não pode ser assim tão facilmente barrado. O povo conquistou a praça e a praça é do povo, como o proclamou o poeta do povo – Castro Alves. E o povo reconquistará a praça, passando por cima dos Imbassaís, Liras, Filintos e todos os seus asseclas.".[304]

Como acrescenta e critica Leôncio Basbaum, "Prestes confiava não somente nas forças do Partido, na realidade inertes e incapazes de agir e pensar por conta própria, como na força moral da Democracia, que, após a derrota do nazismo, parecia haver-se instalado no mundo por toda a eternidade."[305] Mais uma vez, tudo indicava que os comunistas estavam enganados, a democracia que viam, ou queriam, não era aquela que tínhamos.

Refutando a posição de Basbaum, Daniel Aarão Reis Filho, procura esclarecer os fatos, defendendo a idéia de que apesar dos comunistas terem tido dificuldade em analisar as mudanças - e extrair delas as possíveis conseqüências políticas , o que fez com que não abandonassem a proposta de união nacional, nem deixassem de cultivar a imagem de partido comprometido com a ordem e a paz - , mantiveram sua postura combativa.

> *" Por outro lado, não seria razoável afirmar que permaneceram completamente inertes. Com efeito, e respondendo à pressão dos movimentos sociais, muito ativos desde os primeiros meses de 1946, passaram a adotar, é verdade que de*

---

[304] Anais da Assembléia Constituinte. Vol.19. p.155. Citado em GIOVANETTI NETTO. Evaristo. *O PCB*.... 1986. op.cit. pág.100

[305] BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. SP: Alfa-Omega, 1978. pág.201

forma bastante cautelosa, uma atitude mais combativa, embora dentro dos parâmetros da legalidade existente". [306]

A posição de Aarão funda-se na postura adotada pelo Partido a partir da III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946 – cujo objetivo era a elaboração de uma nova linha política - , em que este exprime uma nova inflexão, ao recomendar o recurso a "formas de luta cada vez mais altas vigorosas", dentro da legalidade (...)."[307]

As novas teses adotadas na III Conferência, principalmente aquela que passava a defender as greves como instrumento de combate da fome e da miséria, e "que deveria ser uma saída pacífica para o descontentamento popular e o desarmamento dos reacionários e fascistas que só queriam o caos e a guerra civil", dava o tom para a manutenção do controle que o Partido queria continuar a ter sobre o movimento operário.

Em setembro, após ter ordenado o fechamento do MUT, acreditando que já tinha o controle da classe operária e que controlava também o PCB, Dutra autorizou a realização Primeiro Congresso Nacional do Trabalho. Ocorrido no Rio de Janeiro, no estádio São Januário, do Vasco da Gama, esteve sob a autoridade do então ministro do Trabalho, Otacílio Negrão de Lima. Dos presentes , aproximadamente 1500 delegados – apenas 300 eram membros do PCB – que apoiaram as principais reivindicações do clandestino MUT (fim da intervenção nos sindicatos e controle do Ministério do Trabalho, direito à greve, e fundação de uma Confederação Geral do Trabalho e filiação à CTAL – Confederação dos Trabalhadores da América Latina).

Em sua terceira sessão plenária, em 21 de setembro, quando um grupo dissidente do PTB se retirou, alegando que os comunistas haviam dominado o Congresso, o ministro encerrou os trabalhos. Os delegados restantes, concluíram as tarefas e decidiram criar a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), cujo líder comunista, Roberto Morena, foi indicado seu secretário-geral.

Apesar do não reconhecimento, por parte do governo, da legitimidade da CTB, os comunistas tinham saído vitoriosos deste Congresso e esta identificação com os princípios dos trabalhadores lhes serviu como trunfo, para a campanha política que se avizinhava.

---

[306] RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão.(orgs.) *História do Marxismo no Brasil.* Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas:Unicamp.2002. pág. 74

[307] "Manifesto da Comissão Executiva : teses e resoluções" citado em CARONE, Edgar. ***O P.C.B.***.... 1982. V.2, op. cit. pág. 66-67

As Eleições de 1947 e o jogo partidário em São Paulo

A luta eleitoral começa quando a Constituinte indica as datas para as eleições estaduais. Sabemos que, apesar da existência de pequenos partidos e de coligações, são as siglas tradicionais que dominarão a cena política.

Como as disputas ocorrerão de maneira diferenciada de Estado para Estado, interessa, aqui, tomar o nosso Estado como exemplo, mesmo porque nosso tema relaciona-se mais com o Estado de São Paulo.

Os partidos tradicionais, como já foi assinalado, dominarão a cena política em São Paulo durante as eleições de janeiro de 1947, porém, sua presença será marcada, não pelo reforço das posições já alcançadas ao nível federal e sim pela luta do controle político do Estado.

A estrutura que sustentava o PSD em todo o Brasil, não era suficiente para garantir-lhe o domínio absoluto em São Paulo. Aqui, devido a expressiva votação obtida pelos candidatos comunistas e aqueles que tinham sido indicados por Vargas, a situação se apresentava diferente. O peso eleitoral das massas trabalhadoras era algo que não se podia desprezar. Como comprova Aziz Simão "o ano de 1945 marca a entrada em massa dos operários na disputa eleitoral e o peso de seus votos na decisão dos pleitos".[308] Em São Paulo essa força dividia-se entre o PTB e o PCB. A vitória do PSD somente seria conquistada se, obtendo a maioria dos votos no Estado, elegesse o governador e compusesse, ao mesmo tempo, a maioria na Assembléia. Somente assim o Partido Social Democrático bloquearia os partidos identificados com as forças populares. Isto, no entanto, não ocorreu.

A escolha, por parte do PSD, de um candidato ao governo de São Paulo, contava, inclusive com a participação e apoio de uma ala da UDN, porém , devido à relutância da UDN paulista em apoiar esta idéia de coalizão, o candidato escolhido, pelos pessedistas, foi Mario Tavares, presidente do Banco do Estado de São Paulo e presidente do PSD em nosso Estado.

A UDN apresentou candidato saído, igualmente de seus quadros, desistindo de uma composição partidária. Seu candidato ao governo do Estado foi Antônio de Almeida Prado, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

---

[308] SIMÃO, Aziz. "O voto operário em São Paulo" IN: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte. 1956. pág. 132.

O PTB que já havia experimentado sua força política no Estado, com a identificação de parte do operariado na expressiva votação que obteve, tenta lançar Hugo Borghi - articulador dos "queremistas" e figura de destaque - , como candidato ao governo em São Paulo. Borghi era o candidato ideal, porém, não era o que Vargas queria para o Estado com a maior força operária do Brasil. "O que Vargas temia, sobretudo, era que Borghi, uma vez eleito governador, viesse a se compor com Dutra, retirando São Paulo, definitivamente, do controle getulista"[309]. Getúlio conseguir interpor um recurso, junto ao Tribunal Superior Eleitoral cancelando a inscrição de Borghi pelo PTB, o que ocorreu em princípios de janeiro de 1947, ou seja, muito próximo da eleição. Borghi, entretanto, apoiado por uma ala dissidente do PTB passa a concorrer pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional) .

A maioria dos getulistas do PTB, por orientação de Nelson Fernandes, presidente do PTB paulista, passou a apoiar , mais tarde, a candidatura de Adhemar de Barros.

O fantasma Adhemar.

Sabemos que Adhemar de Barros foi obrigado a deixar a interventoria do Estado de São Paulo, durante o Estado Novo - em 1941 - , por causa de um movimento iniciado pelo PRP (Partido Republicano Paulista) que havia sido marginalizado do poder durante seu governo à frente ao Estado de São Paulo.

Logo após o *manifesto dos mineiros*, Adhemar volta à cena política. Seu reinício será na UDN, porém, de curta presença, pois ele e seu grupo passam a ser marginalizados. Por causa da marginalização, Ademar começa a articular a formação do PRP (Partido Republicano Progressista) em setembro de 45, com o apoio de João Café Filho.

Adhemar procura manter a sigla (PRP), para o Partido Republicano Progressista, com o intuito de envolver os eleitores do PRP que era o partido republicano paulista. Sua performance , entretanto, foi fraca conseguindo eleger apenas dois representantes para a Assembléia Constituinte. O deputado João Café Filho (RN) e Romeu dos Santos Vergal (SP).

Em 1946, o PRP de Adhemar, fundiu-se com dois pequenos partidos paulistas, o PPS (Partido Popular Sindicalista) de Miguel Reale e José Adriano Marrey Júnior e o

---

[309] Depoimento de Ivete Vargas em 14/12/1977. Citado em SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*.Teses 5 política. São Paulo: Global. 1982. pág.53

PAN (Partido Agrário Nacional), chefiado por Mario Rolim Teles, que havia sido candidato, pelo seu partido à presidência da República. Surge, assim o Partido Social Progressista , o PSP, cujo programa defendia o fortalecimento do poder Legislativo em relação ao Executivo, a União do Estado com a iniciativa privada como forma de "realizar a justiça social" , deixando claro sua oposição ao modelo socialista. Adhemar foi escolhido presidente do PSP e lançado como candidato ao governo do Estado para as eleições de 19 de janeiro de 1947.

Segundo Regina Sampaio, "A candidatura adhemarista, até então considerada como um azarão - perspectiva que se refletia até no apelido de "os caras sujas" , aplicado a seus correligionários - só passa a ser considerada como ameaça real quando se esboça a possibilidade de se concretizar aliança com o PCB."[310]

Os comunistas, desde dezembro de 1946 - já na perspectiva de ter seu registro cassado -, no Pleno do CC, lançaram "a palavra de ordem de transformação da organização comunista em partido de massas"[311]. Era uma postura política, pragmática por excelência, que preconizava a " união formal com outros partidos" .

O PCB tentou entrar em entendimento com o PTB de forma a apoiar seu candidato ao governo, caso tivessem garantias dele na manutenção de sua ação no Estado. Essa tentativa foi infrutífera. O PTB paulista era um quebra cabeças. Getúlio além de não apoiar Hugo Borghi em São Paulo, o que enfraquecia o partido aqui, preferia apoiar Adhemar, para ter o apoio adhemarista em 1950 , em sua reeleição. Broghi , por sua vez , disputava o controle dos sindicatos com os comunistas, por isso não aceitava acordos. Além disso, "alguns dirigentes petebistas temiam perder os votos dos católicos"[312], caso os comunistas estivessem junto com o seu partido.

Segundo o Sr. João Sanches Segura[313], secretário estadual do PCB em São Paulo, em 1946 - em entrevista - , declarou que : "quando nós estávamos discutindo quem nós iríamos apoiar, nós conversamos com vários políticos"[314] e acrescentou que somente o voto dos comunistas "não daria para eleger grande coisa, então nós participaríamos nas

---

[310]SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*.Teses 5 política. São Paulo: Global. 1982. pág.53-54.
[311]KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. pág.380
[312] SAMPAIO, Regina. *Adhemar*.... 1982. op. cit. pág.54
[313] Sr. João Sanches Segura, único deputado, homem, vivo da bancada do PCB na Assembléia Legislativa em 1947-48. Foi secretário estadual do PCB em São Paulo e responsável pelas tratativas que redundaram no acordo entre o PCB e o PSP. Vide biografia no final do trabalho. Entrevista realizada em 15/08/2003.
[314] Segundo John French "vinte dias antes das eleições, o PCB estava envolvido em negociações apenas com a UDN e com um pequeno partido, o PSP". FRENCH, John David. ***O ABC dos...*** 1995. op. cit. pág. 197.

legendas deles, contando com eleitores deles, eleitores dos partidos burgueses, para eleger os nossos candidatos do PCB".

Colaborando com mais um dado sobre a questão do apoio ou não de Getúlio a Borghi , o Sr. Sanches Segura, afirma que o PCB, depois de conversar com o candidato do PTB ao governo, ficou a espera do sinal verde de Getúlio, que não foi dado até o último momento. Parece que, mais uma vez, estávamos diante do jogo duplo getulista. Combater Borghi, para não perder o controle do PTB paulista e protelar uma resposta de um provável acordo entre PSP e PCB – já em evidência - em São Paulo, para não permitir que o Partido Comunista tivesse tempo de apresentar sua adesão e angariar votos da chapa do partido apoiado.

O PCB, ainda de acordo com as palavras do senhor Segura, já havia falado com Adhemar, porém o acordo ainda não tinha sido selado.

> *"...então, falamos com o Adhemar de Barros e ele se comprometeu a apoiar a luta em defesa do partido, contra proibição da legalidade do partido".*

Assim, pouco antes de se encerrar o prazo para o registro dos candidatos, o PCB assume compromisso com o PSP. Ao contrário do que afirma Basbaum, de que o acordo oficial continha um opúsculo secreto, onde o PSP comprometia-se a oferecer alguns cargos aos comunistas em algumas Prefeituras e a chefia da polícia, nas palavras de Sr. Sanches Segura, isto não corresponde a verdade.

> *" Nada, nunca ! O partido nunca tocou no assunto de cargos, nem queria que tratasse de cargos, porque não era cargo político. Era uma posição política mas não querendo cargos, não era fisiologismo e não tinha nada disso".*

O acordo oficial dos comunistas com Adhemar exigia que , se eleito, o governador, estabelecesse "compromisso declarando defender a Constituição da República recentemente promulgada, a existência legal dos partidos políticos, inclusive a do PC e empreender (...) a solução imediata do agudo problema da carestia e da inflação"[315] Em 5 de janeiro 1947, em grande comício, no Anhangabaú, o PCB lançou a candidatura de Adhemar de Barros.

Os candidatos às eleições complementares foram escolhidos em comum acordo entre o PSP e o PCB e contaram com indicação deste último, ficando, as chapas, assim organizadas : Para o Senado, Candido Portinari e Euclídes Vieira; para a Câmara

---

[315] Trecho da carta de compromisso, assinada por João Sanches Segura, secretário do comitê estadual do PCB a Adhemar de Barros em 04/01/1947.

Federal : Antonio Roberto Maués, Franklin de Almeida, Moacir de Freitas,Diógenes de Arruda Câmara, Pedro Pomar e Olinto Pinto Mendonça.

Houve uma reação pública muito grande devido à aliança PSP/PCB. O Arcebispo de São Paulo Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e a Liga Eleitoral Católica (LEC), imediatamente divulgaram carta, publicada nos jornais, conclamando aos católicos que não votassem em nenhum candidato do PSP[316]. O Presidente Dutra criticou abertamente "aqueles que deixam suas considerações eleitoreiras levá-los a negociações com quem não tem escrúpulos"; O PSD criticando igualmente o acordo propôs uma luta contra o comunismo no que foi seguido pela UDN. O jornalista Rafael Correa de Oliveira, representando correntes udenistas, lançou manifesto no jornal "O Estado de São Paulo" criticando a aliança e dizendo que o PCB estava repetindo "o ridículo episódio do fantoche Fiúza" e que não podiam entender "o objetivo do Partido Comunista ao adotar a candidatura Ademar de Barros. Não é este – acrescenta – um nome que se imponha ao respeito dos seus concidadãos, nem o seu passado, nem os atos de sua vida pública oferecem garantias de ordem moral e política que possam ser honestamente intocadas".[317]

Apesar das críticas à aliança e de boatos sobre o adiamento das eleições de 19 de janeiro, o processo eleitoral estava em andamento. As eleições ocorreram normalmente no dia marcado e 10 partidos estiveram representados[318].

Os ataques de nada adiantaram, a união PCB/PSP levou Adhemar à vitória no dia 19 de Janeiro de 1947. Baseando-nos no estudo de Aziz Simão podemos afiançar, pela apresentação dos dados do TRE, *(vide quadro 3)* que muito provavelmente, foram os votos dos Comunistas, os responsáveis pela eleição de Adhemar. Esta idéia também é compartilhada por Mario Beni, deputado eleito, pelo PSP naquelas eleições.

> *"Realmente, o P.C. fez 120.000 votos de legenda, substancial na ocasião, garantindo a vitória de Adhemar que derrotara os três outros candidatos, seus opositores, do P.S.D., da U.D.N. e do P.T.B., elegendo-se governador, pela primeira vez, nessa disputa democrática"*[319]

---

[316] Jornal O Dia , 7 e 8 de Janeiro de 1947.

[317] Artigo de Rafael Correa de Oliveira . "Os Comunistas e a Democracia" na seção Momento Político. O Estado de São Paulo 07/12/1946.

[318] (UDN, PTB, PSP, PSD, PTN, PDC, PCB, ED, PR, PRP)

[319] BENI, Mario. *Adhemar*. São Paulo: Grafikor, s/d., pág. 181

Quadro 3
Resultado das Eleições para governador em São Paulo em 19/01/1947 [320].

Candidatos	% zona industrial urbana	% zona rural	Total de votos no Estado	% no Estado
Adhemar de Barros (PSP-PTB-PCB)	48	23	393.637	35,3
Hugo Borghi (PTN-ala PTB)	32	29	340.502	30,5
Mário Tavares (PSD)	13	38	289.575	25,9
Antônio de Almeida Prado (UDN)	6	10	93.169	8,3
Total de votos	535.096	581.787	1.116.883	

Nas eleições complementares para a Câmara Federal e Senado , em São Paulo , tivemos os seguintes resultados :

Quadro 4

Senado – representantes de São Paulo – duas vagas[321]

Euclides Vieira	PSP	301.393	**eleito**
Roberto Simonsen	PSD	291.555	**eleito**
César Vergueiro	PSD	289.858	
Cândido Portinari	PSP (comunista)	287.897	

Quadro 5
Câmara dos Deputados

Diógenes de Arruda Câmara	PSP (comunista)
Pedro Pomar	PSP (comunista)

A eleição de Adhemar deu a ele a possibilidade de retomar o controle político do Estado, já experimentado durante sua interventoria. O PSP, mesmo não apresentando

[320] Fonte : TRE – SP, Boletim Eleitoral, 1 (1947), pág. 81-94.

[321] Tratava-se, na verdade de disputa por apenas uma vaga para o senado já que um senador eleito para a Assembléia Constituinte deveria continuar a ocupar o cargo. Ocorre, porém, que no caso de São Paulo, havia uma vaga aberta pela renúncia de Getúlio Vargas, que, eleito também pelo RS, optou pela representação de seu estado natal.

resultado muito expressivo, 12% das cadeiras da Assembléia Legislativa, representaria, em breve , uma força política considerável no Estado de São Paulo.

Como nos relata Regina Sampaio, " a aliança com os comunistas e a própria divisão dos trabalhistas, da qual foi beneficiário, permitiu que o Partido penetrasse uma área eleitoral operária e adquirisse uma conotação popular que o levaria a se apresentar como partido de oposição às elites conservadoras identificadas com o PSD e, principalmente, com a UDN – os "cartolas", como eram chamados no jargão pessepista – e a disputar com o PTB o eleitorado trabalhista de São Paulo."[322]

Para a Assembléia Legislativa de São Paulo, ocupando suas 75 cadeiras, os resultados apresentados mantiveram, mais ou menos, uma tendência nacional. O PSD obteve maioria, seguida do PTB e em terceiro lugar, divergindo do que ocorria em outros estados, o PCB. O PSP e UDN ficam empatados , elegendo nove representantes cada um, o restante das cadeiras foi dividida entre o PDC,PR, PRP :

Quadro 6

Partidos representados na Assembléia Legislativa

1° Legislatura - 1947-1951 - Estado de São Paulo

Partido Social Democrata	PSD	26 deputados	34,7%
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	14 deputados	18,7%
Partido Comunista do Brasil	PCB	11 deputados	14,7%
Partido Social Progressista	PSP	9 deputados	12,0%
União Democrática Nacional	UDN	9 deputados	12,0%
Partido Republicano	PR	3 deputados	4%
Partido Democrata Cristão	PDC	2 deputados	2%
Partido da Representação Popular	PRP	1 deputado	1,3%

[322] SAMPAIO. Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*.Teses 5 política. São Paulo: Global. 1982. pág.56

CAPITULO III

"determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos"

Antonio Gramsci. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Primeira Legislatura pós 1945.

A ditadura do Estado Novo acabou com o sistema de representação política, fechando as Assembléias Legislativas e proibindo os partidos políticos no Brasil. Em 1938, tentando suprir essa lacuna de poder, surgiram os Departamentos Administrativos estaduais, que passaram, mais tarde a designarem-se Conselhos Administrativos. Seus membros, nomeados pelo Presidente da República, tinham como incumbência, fiscalizar os interventores, confirmar os projetos de decretos-lei a serem baixados por eles, assim como aprovar os de orçamento do Estado e dos Municípios, além de fiscalizar sua execução.

Com o fim do Estado Novo, para que esta estrutura fosse desmontada, urgia a reorganização política dos Estados. Como sabemos essa democracia, dada de presente, construída, de cima para baixo, alicerçando-se num poder central, altamente burocratizado, tentava manter o controle, agora, "democraticamente" sobre os Estados. As transformações processaram-se vagarosamente. Primeiro tivemos a formação dos partidos – poderíamos dizer invenção - que se tornaram oficiais, a manutenção da Constituição da ditadura e a permanência das interventorias, depois as eleições federais e a escolha do presidente, para

finalmente serem autorizadas as eleições estaduais, de forma a que os Estados pudessem voltar à normalidade democrática.

O Estado de São Paulo escapou dos planos tradicionais. O poder político, aqui, não pôde ser tutelado, exclusivamente pelos partidos da elite, como queria Dutra, nem contou com a ajuda de Getúlio. O PSD e a UDN - que era oposição, mas "cordial" -, tiveram que dividir seu pretendido controle sobre o Estado, com o PCB, PTB e uma nova força política que surgia, o PSP de Adhemar.

Findas as eleições em 19 de Janeiro de 1947, vitorioso Adhemar, vitoriosos os comunistas, tratava-se de colocar o Estado na normalidade democrática. A Assembléia Legislativa seria reaberta e o governador eleito tomaria posse em seu recinto, confirmado pelos 75 deputados[323] que passariam a compor este novo cenário político.

A Assembléia Legislativa de São Paulo foi reaberta em novas instalações[324] – no Palácio das Indústrias – no dia 14 de março de 1947. Sob um dia chuvoso, precisamente às 14 horas, perante uma multidão que enchia todo o salão, as galerias e os corredores do Palácio, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Mario Guimarães abriu os trabalhos da Assembléia Constituinte Estadual, marcando o retorno de São Paulo, à vida política constitucional. Formou-se a Mesa provisória - sob convite do desembargador - com a posse do deputado Lincoln Feliciano da Silva (PSD) e Arnaldo Borghi (PTB), os dois mais votados de suas bancadas, que declararam instalado o Congresso Constituinte do Estado de São Paulo.

Em seu discurso de abertura, o Dr. Mario Guimarães, exprimiu, naquele momento, suas preocupações quanto à responsabilidade que cada deputado carregava na devolução, ao Estado, de suas prerrogativas constitucionais e democráticas. Pedia, também, - algo que dificilmente seria praticado pelos representantes do povo que ali estavam -, que fossem apagadas ou diluídas as iniciais que os representavam, PSD, PCB, PTB e que somente ao povo de São Paulo fosse dirigida sua preocupação e respeito. Sintetizando o discurso, muito ao gosto da aristocracia Paulista, lembrou os Bandeirantes e pediu que seus representantes fossem dignos dessas *grandes figuras* brasileiras. Recordou, também, o papel do café na economia nacional e de suas figuras ilustres, Prudente de Morais, Campos Salles, Julio Prestes, Armando de Salles Oliveira, etc, e chamou à responsabilidade todos

---

[323] Vide Anexo I no final deste capítulo.

[324] A primeira sede da Assembléia Legislativa funcionou no antigo Palácio do Governo, no Pátio do Colégio, entre 1835 a 1879. A segunda sede instalada em 1879 e que funcionou no mesmo local até 1937, estava localizada no Largo de São Gonçalo. Desde junho de 1946 a secretaria da Assembléia já estava funcionando, provisoriamente, à rua da Liberdade,32, 8° andar, ultimando os preparativos para o dia 14 de março de 1947.

os deputados, como sucessores desses homens e dessa tradição. Reconheceu a importância do imigrante e da índole de trabalhador do povo paulista.

Terminado o discurso do representante do TRE, deu-se a eleição da Mesa definitiva da Assembléia Constituinte pelos deputados presentes, que ficou assim composta: Presidente - Sr. Valentim Gentil[325] (PSD) com 69 votos; 1° vice-presidente Nelson Fernandes (PTB) com 71 votos; 2° Vice-Presidente - Rubens do Amaral (UDN) com 71 votos; 1° Secretário – Mario Beni (PSP); 2° secretário – Catulo Branco (PCB) com 64 votos; 3° secretário – Bravo Caldeira (PR) com 71 votos e 4° Secretário – Alfredo Farhat (PDC) com 71 votos.

Depois de empossada a Mesa, procedeu-se à leitura do compromisso regimental por parte dos deputados e logo em seguida deu-se a posse ao governador eleito, que se dirigindo ao Palácio dos Campos Elíseos, recebeu, do interventor Macedo Soares, a transmissão do exercício do governo do Estado.

Sem perda de tempo, no dia 18 de março, foi composta a comissão para estudar a matéria do Regimento Interno e apresentar proposta, que ficou pronta no dia 26. Após a apreciação das emendas foi aprovado, em sessão extraordinária, o Regimento Interno da Constituinte. Estava pronto o caminho para o início dos trabalhos.

A compreensão do cenário político da Assembléia Legislativa Paulista, naquele ano de 1947 - o ano da Primeira Legislatura pós-45 -, passa necessariamente, tanto pela análise da situação internacional – incertezas do mundo frente à Guerra Fria -, quanto pela apreciação da situação político-econômica interna - particularmente a do Estado de São Paulo -, no imediato 19 de janeiro. A Câmara Paulista, sem dúvida, seria uma caixa de ressonância dos acontecimentos que a cercavam.

Os embates que se seguirão, assim como as emendas propostas e os projetos-de-lei apresentados, serão reflexos dos acontecimentos que estarão exercendo grande influência sobre os deputados. Influência que será sentida desde a fase da Constituinte até a vigência da Constituição, promulgada a partir de 09/07/1947.

---

[325] Lembrar que a indicação de Valentim Gentil para a presidência da Mesa na Assembléia referia-se, primeiro a condição de representante do Partido majoritário na Casa, depois pelo acordo estabelecido entre Adhemar, o PSP e o PSD. Como afirma Mario Beni "Foi com surpresa que viemos saber (...) a celebração de um acordo entre o PSP e o PSD, para a presidência da mesa da Assembléia iria Valentim Gentil, ex-colega de Adhemar nos tempos anteriores a 1937." BENI, Mario. *Adhemar*...., s/d., op. cit. pág. 194.

A Constituinte Paulista e o jogo dos partidos

Como avaliou Evaristo Giovanetti Netto, referindo-se à Constituinte de 46, "a evolução constitucional brasileira demonstra, de forma inequívoca, que o poder constituinte no Brasil sempre se despojou de qualquer conteúdo revolucionário e que as constituições nacionais não resultaram de assembléias livres e soberanas" e acrescenta "a convocação constituinte (...) tem servido para promover um arranjo institucional conciliador e altamente excludente e para legitimar o que já estava previamente posto e disposto." [326]

A Constituinte Paulista não foge à identificação com a Constituinte Nacional. Também é uma assembléia majoritariamente conservadora – PSD , UDN, PDC , PRP e PR juntos compõem 54% da Assembléia Legislativa – que não representa integralmente a sociedade paulista e seus anseios e, que se despoja de um ideal democrático na medida em que legisla atendendo, nitidamente, interesses de grupos políticos e econômicos. "Temas como a Constituição Provisória tinham por pano de fundo a intervenção em São Paulo; o aumento do imposto territorial tentava questionar o princípio da propriedade privada; (..) a criação das comissões mistas nas repartições públicas visava fortalecer o funcionalismo e incentivar a associação corporativa". [327]

Mesmo usando um discurso que se dizia identificado com as necessidades do povo paulista – A Assembléia Constituinte -, discutiu apenas os grandes temas[328], sem, no entanto, propor resoluções efetivas dos mesmos.

O panorama político paulista, iniciados os trabalhos da Constituinte, passará por muitas transmutações, até que encontre uma definição representada pelo predomínio adhemarista. Os partidos políticos representados na Assembléia, cada um a seu modo, estabelecendo coligações e rompendo-as, propondo projetos ou obstruindo proposições, desenharão o cenário desta nova Casa Legislativa neste período que se abre com tantas perspectivas.

O jogo dos partidos começa antes mesmo de serem instalados os trabalhos da Constituinte. Iniciada a disputa em São Paulo, com a campanha política, o PTB, que tinha como suporte Hugo Borghi, empresário paulista, de grande penetração entre os operários -

---

[326] GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB*....1986. op.cit. pág. 63

[327] LONZAR, Willian e BARTOLI, Valdir Vivente. *A Constituinte Paulista de 1947*, IN: BARTOLI, Valdir Vicente (org.) *Processo Constituinte Paulista*. São Paulo:FUNDAP, 1989.pág.21

[328] Desemprego, inflação, saúde pública, educação, transporte, etc.

principalmente por causa do movimento queremista -, conseguiu encontrar seu lugar na disputa com os comunistas pelo controle do operariado[329]. O mesmo não ocorreu com o PSD e UDN, que lançados à contenda política, não obtiveram alcance, entre as classes trabalhadoras, o que era um risco para o seu controle no Estado.

Como nos descreve Regina Sampaio, "tão logo se configura a vitória de Adhemar de Barros nas urnas, as forças pessedistas do Estado, secundadas pressurosamente pela UDN, encetam intensa movimentação no sentido de impedir sua posse".[330] Vários recursos são enviados, pelos dois partidos, à justiça eleitoral, tentando impugnar a eleição de Adhemar, ou até mesmo sua posse. São apresentados muitos argumentos, desde o velho boato de que Adhemar esteve ligado aos Comunistas em 1935, até que seu partido PSP apresentava irregularidades e por isso deveria ser cassado. Os jornais - principalmente "O Estado de São Paulo" -, colaborando com os denunciantes, publicavam documentos comprobatórios de improbidade administrativa e malversação de verbas durante a interventoria em 1941.

De nada adiantou, no entanto, todo esse alarde. Eleito Adhemar, empossado no cargo, como governador, muito habilmente, cooptou o PSD e o PTB, indicando Novelli Jr. (PSD), genro de Dutra, para a Secretaria da Educação e Cássio Ciampolini, (PTB) da ala anti-borghista[331], para a Secretaria do Trabalho[332]. Era uma maneira de animar os partidos oficiais, e no caso do PSD, evitar a oposição, enquanto agradava ao presidente Dutra. A UDN negava-se a compor com o governador, o que gerou um cisma em sua ala paulista, provocando a formação de uma dissidência que passou a se auto denominar "Ação Popular Renovadora", cujos componentes ingressaram, a partir de junho, no PSP.

Como o fortalecimento do PSP era a principal preocupação do governador, logo que tomou posse, tratou de substituir todos os prefeitos nomeados pela administração anterior por políticos do Partido Social Progressista. Assim Adhemar, que já tinha

---

[329] Há um artigo, na Hispanic American Historical Review, nº 68, 1988, de autoria de John D. French, - "Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, Brazil 1945-47" , em que o autor, além de caracterizar, muito bem o período, ainda apresenta dados muito interessantes sobre a disputa do PTB com o PCB na região do ABC. Vide tabelas onde há a comprovação de que nesta região, o domínio político estará , não nas mãos do PSD ou UDN e sim com o PTB e PCB, com o predomínio deste último entre os operários.

[330] SAMPAIO, Regina. *Adhemar...* 1982. op. cit. pág.57.

[331] Borghi foi expulso do PTB, no início de março de 1947. O partido dividiu-se ao meio. Na Assembléia Legislativa tínhamos o PTB, com 7 deputados, representando a ala anti-borghista, e o PPT – Partido Popular Trabalhista, igualmente com 7 deputados, representado pela ala borghista.

[332] Segundo relatório secreto da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, de março de 1947, referindo-se à aproximação de Adhemar com o PSD dizia : " parece que agora ele (Adhemar) teve sucesso em obter o apoio da maioria dos partidos conservadores.. o que vai proporcionar a ele a dispensa do apoio dado pelo partido comunista... (U.S. Embassy in Rio de Janeiro, Record Group 84, US- NARA)

alcançado força na capital, com o apoio dos comunistas, passava a ganhar terreno no interior e a consolidar seu partido no Estado. Esta pratica levou o PSD a romper com o governador - com o conseqüente afastamento de Novelli Jr. da Secretaria da Educação, que se demitiu – e a formar um *bloco parlamentar*, com a UDN, o PRP e o grupo borghista, de oposição ao governo, dentro da Assembléia Legislativa.

A questão do afastamento dos prefeitos e suas conseqüências – crise com o PSD - são lembradas por Victor Nunes Leal

> *"E depois do pleito estadual, de 19 de janeiro de 1947, conforme foi amplamente noticiado nos jornais, o problema do provimento das prefeituras ocasionou acerbas disputas políticas, não só no cenário estadual, senão também no federal. (...) A demissão em massa de prefeitos, decretada pelo Governador Ademar de Barros, pouco depois de empossado, e a sua recusa em compor-se com o PSD paulista para resolver esse magno problema ocasionaram uma tempestade política que veio refletir na esfera nacional"*[333].

A campanha intervencionista estava na "ordem do dia". PSD e UDN tentaram todos os artificios para interditar o governo de Adhemar de Barros; desde obstruções a seus projetos , nas sessões da Assembléia , acusações de falta de compostura do governador, de perseguições políticas e conchavos secretos com os comunistas, até a apresentação de novas provas que permitiam a possibilidade da solicitação de seu *impeachment* e a conseqüente intervenção federal no Estado de São Paulo. [334].

Como nos conta Mario Beni,

> *"Não obstante a eleição de uma mesa composta harmonicamente, na Assembléia, já instalada como Assembléia Constituinte, começou a manifestar-se, por muitos dos seus deputados, as preliminares de uma oposição. Esta avolumava-se a cada dia e, uma vez promulgada a Constituição, a 9 de julho, atingiu a níveis tais que não permitiam quase que o chefe do executivo pudesse governar. As proposições que Adhemar de Barros encaminhava à Assembléia, eram, na maioria, aprovadas. Isso não impedia que, em paralelo às proposituras, inúmeros projetos de iniciativa dos deputados tornassem exaustivas as ordens do dia, os trabalhos das comissões. Sem contar as emendas que se multiplicavam, às vezes não pertinentes ao assinto e que forçavam o executivo a vetá-las, mutilando o diploma legal, conforme se originava".*[335]

---

[333] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5ª ed., São Paulo:Alfa-Omega.1986. pág.130.

[334] "Em fins de abril, a partir de um pronunciamento do General Flores da Cunha – deputado federal pela UDN – do Rio Grande do Sul – é levantada a questão da possibilidade de ser decretada a intervenção em São Paulo". SAMPAIO, Regina. *Adhemar*.... 1982. op. cit. pág.59

[335] BENI, Mario. *Adhemar*...., s/d., op. cit. págs. 194/195.

Enquanto a luta política se desenrolava, a Assembléia Constituinte, no afã de cumprir seu trabalho, o mais rápido possível, se organizava.

Segundo o artigo 11°, parágrafo 9, da Constituição Federal de 1946, o prazo para a elaboração e promulgação da Constituição Estadual era de quatro meses. Caso não fosse cumprido, o Estado descumpridor, teria que se submeter à Constituição de outro Estado onde a Carta Magna já estivesse pronta. Previa, ainda, o artigo 12°, que, enquanto Estados e Municípios não promulgassem suas constituições e leis orgânicas, estes seriam administrados de acordo com a legislação em vigor, que determinava que os atos do governo fossem submetidos ao Conselho Administrativo de cada Estado. Era a lei da "transição". Isto tolhia a independência do Executivo e Legislativo Estadual, que deveria ser soberano porque eleito pelo povo.

A partir do início de abril, cria-se, então, a Comissão Especial de Constituição, que seria encarregada de elaborar o anteprojeto, analisar as emendas e redigir o texto final. A composição da Comissão respeitava a representação política da Casa. Foram escolhidos 15 membros para os trabalhos, quatro do partido majoritário (PSD), dois de cada bancada média e um de cada representação minoritária. O quadro 7 abaixo nos mostra como ficou organizada a Comissão.

Quadro 7
Comissão Especial de Constituição da Assembléia Legislativa de São Paulo[336]
1ª Legislatura pós 1945

Presidente	Lyncoln Feliciano	PSD
Vice-Presidente	Milton Cayres de Brito	PCB
Relator	Osny Silveira	UDN
Membros	Brasílio Machado	PSD
	Epaminondas Lobo	PSD
	Sebastião Carneiro	PSD

MEMBROS

Brasílio Machado	PSD	Motta Bicudo	PSP
Epaminondas Lobo	PSD	Cunha Lima	PTB
Sebastião Carneiro	PSD	Sylvio Pereira	PPT
Caio Prado Jr.	PCB	Salles Filho	PR
Pereira Lopes	UDN	Alfredo Farhat	PDC
Pinheiro Junior	PSP	Loureiro Júnior	PRP

SUPLENTES

Padre Carvalho	PSD	Nelson Fernandes	PTB
Ulysses Guimarães	PSD	Bravo Caldeira	PR
Clóvis de Oliveira Netto	PCB		

[336] Fonte : LONZAR, Willian e BARTOLI, Valdir Vivente. *A ConstituintePaulista de 1947*, IN: BARTOLI, Valdir Vicente (org.) *Processo Constituinte Paulista*. São Paulo:FUNDAP, 1989.pág.29

A Comissão Especial terminou os seus trabalhos no dia 28 de abril, dia em que encaminhou o anteprojeto de Constituição à Mesa , que foi distribuído ao plenário para o início das discussões e posterior aprovação de emendas.

No dia 30 de abril, quando os deputados preparavam-se para as discussões, o líder da UDN[337], Auro de Moura Andrade[338] apresentava a proposição da Emenda nº 5. Esta Emenda pretendia ser o projeto de uma Constituição Provisória, que poderia ser reformada posteriormente e - que logo seria chamada de "Ato Constitucional" ou apelidada jocosamente de "Polaquinha" – que substituiria o anteprojeto Constitucional, já aprovado e em discussão. Propunha-se o caráter de urgência para a aprovação da emenda e formava-se, na Assembléia um "bloco parlamentar", de modo a conquistar maioria, para aprovação deste "Ato Constitucional". Tudo levava a crer que esta era uma maneira mais eficaz para combater o artigo 11 parágrafo 9 e o artigo 12, da Constituição Federal. Na realidade tratava-se de uma "jogada política".

Ao contrário do que afirma Regina Sampaio, este não era, simplesmente, um artifício que facilitaria o pedido de *impeachment* do Governador pela Assembléia. Tratava-se de um jogo que desse aos partidos de elite (PSD, UDN), o controle da Assembléia, e também, sobre o Governador.

Como comenta Willian Lozar

> *"Analisando posteriormente, verificou-se que o conteúdo do substitutivo repetia boa parte dos dispositivos do projeto da Comissão, mas, notoriamente, excluía os dispositivos problemáticos, já aprovados na Comissão. Além disso, determinados artigos inseridos transformaram o Ato Constitucional no mesmo perigoso instrumento de exceção a que se pretendia pôr fim – agora transferido para as mãos do governador"*[339]

Como se pode perceber , havia uma tentativa de - ao excluir os "dispositivos problemáticos", que se referiam a matéria de interesse popular, tais como: funcionalismo público, ordem econômica e social, assistência social, etc. - apagar da Constituição, as garantias previstas ao trabalhador e às classes menos favorecidas, ou pelo menos, não discuti-las em plenário, já que haviam sido excluídas , de forma a evitar que entrassem na nova Constituição.

---

[337] Esta idéia partia das bancadas da UDN, PSD, PPT , PRP e PDC.

[338] Cf. depoimento do Deputado Auro de Moura Andrade, na 36ª sessão ordinária em 30/04/47. IN Anais da Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo - 1947

[339] LONZAR, Willian e BARTOLI, Valdir Vivente. *A ConstituintePaulista de 1947....* 1989. Op. cit. pág.27.

Os partidos que propuseram o "Ato Constitucional" pretendiam formar um bloco, que ensaiou sua existência na figura do "bloco parlamentar", a fim de limitar o raio de ação dos chamados partidos de esquerda (PTB e PCB). Ao mesmo tempo lançavam o governador numa incerteza institucional, já que essa "Constituição Provisória" passaria sem discussão dos dispositivos - por causa de seu caráter de urgência – o que poderia provocar uma intervenção no Estado.

Interessava, principalmente, sufocar na Assembléia o Partido Comunista, que já vinha sendo combatido, desde a proposição do cancelamento de seu registro e que apresentava uma bancada coesa, combativa, que tinha como costume denunciar os acordos que favoreciam as elites e os interesses externos no Brasil.[340]

Como o "Ato Constitucional" havia sido proposto como substitutivo ao anteprojeto constitucional já aprovado, isto passava, necessariamente, pela reformulação do regimento interno da Assembléia. Protestaram veementente as bancadas do PSP, PTB, PCB, PR o que permitiu a suspensão da votação e a alteração do Regimento Interno, não para dar prosseguimento a aprovação da Emenda, mas para reduzir os prazos, para discussão, preparação e apreciação do texto definitivo da Constituição. O "bloco Parlamentar", diante deste fato, resolveu, então, retirar a proposição da emenda nº 5.

Constituição Estadual Paulista, uma Constituição conservadora.

Apesar das forças políticas estarem se compondo de maneira diferenciada do que ocorria ao nível federal - devido a existência, aqui, do PSP, agremiação adhemarista -, o trabalho dos partidos na Assembléia Constituinte Paulista, seguiu o mesmo caminho daquele trilhado pela sua congênere de 1946. As bancadas de partidos, que defendiam interesses de grupos econômicos e grandes proprietários de terras, ainda representavam o maior peso político. Sem dúvida nossa Constituição apresentaria essa marca.

---

[340] Como por exemplo, os depoimentos de : deputado Armando Mazzo na 47ª sessão ordinária, Volume 2 dos Anais da Assembléia Constituinte, em que faz críticas ao governo Dutra e a insegurança decorrente da sua incapacidade em atender as necessidades dos brasileiros. Eu ainda o depoimento do deputado Milton Cayres de Brito que denuncia o "dumping" das empresas norte-americanas sob os produtos brasileiros, na 60ª sessão ordinária, volume III, de 02/06/1947.

Os trabalhos Constituintes estiveram pautados por grandes discussões e, principalmente, pela presença do PCB, na defesa de determinados princípios que procuravam salvaguardar os interesses da maioria da população paulista.

A discussão e aprovação de alguns dispositivos e emendas, e a rejeição de outros, ao projeto constitucional revelou o jogo político do conservadorismo.

Na questão referente ao Regime Tributário, onde se discutiu qual deveria ser o imposto de maior arrecadação para o Estado – O Imposto de Vendas e Consignações (IVC), que formava cerca de 70% da receita tributária, ou a Imposto Territorial (IT), que representava 3% da arrecadação -, os comunistas, na figura de Caio Prado Jr., defenderam, a efetiva cobrança do IT, de caráter progressivo, argumentando que o IVC, imposto indireto, era uma injustiça tributária - já que recaia sobre os pequenos comerciantes e os consumidores finais e sobrecarregava os centros urbanos e a produção industrial. Apesar desse esforço da bancada do PCB, manteve-se o IVC como o imposto principal, sob a alegação - nas discussões em plenário - de que pesaria pouco individualmente por ser uma alíquota pequena (1%). Preservavam-se, então, os latifúndios e as grandes fortunas da cobrança de impostos. Mais uma vez os grandes proprietários beneficiaram-se.

Na questão das desapropriações de terras, inserida pela Comissão Especial de Constituição no Título VI "Da Ordem Econômica e Social", no artigo 100, previa-se o auxílio do Estado na aquisição de propriedade rural, "aos que quiserem explorá-la por conta própria, como pequenos proprietários ". No parágrafo 1°, onde se prescrevia a efetivação do disposto no artigo, não havia o termo "reforma agrária" nem tão pouco "desapropriação de terras incultas". Este determinava desapropriação de terras preferencialmente nas regiões de maior densidade demográfica, a fim de as lotear, "sempre que os seus proprietários não as explorem em condições que atendam ao interesse coletivo". No item III deste parágrafo previa-se a incidência de imposto territorial rural com o objetivo precípuo de lotear as áreas incultas ou mal aproveitadas, bem como das grandes propriedades.

As maiores críticas ao artigo 100 vieram dos representantes da UDN e do PSD, que o combatiam dizendo "não serem contrários à divisão de terras, mas contrários àqueles que queriam acabar com os fazendeiros e as fazendas"[341]. Depois de grande discussões e embates, o artigo foi aprovado com modificações introduzidas pelas Emendas n° 699, da

[341] Entrevista à Folha da Manhã em 14/06/1947 do Deputado Bento Sampaio Vidal.

UDN, que excluía a vinculação ao critério do "interesse coletivo" e a de nº 710, que simplesmente suprimia o item III do parágrafo 1º.

O dispositivo do anteprojeto da Constituição, em seu artigo 104, do Título VI, "Da Ordem Econômica e Social", previa que, "sempre que possível o Estado e os municípios explorarão por sua conta, entre outros, os seguintes serviços públicos: água, luz, força, gás, telefone, esgotos e transportes ferroviários, aéreos e coletivos urbanos". Em plenário, por meio da Emenda nº 739, votada e aprovada pela maioria de votos – nenhum voto dos comunistas – propôs-se a supressão, pura e simples, do artigo 104. Prevaleceu, aqui, o "ideal" do liberalismo, ou seja, a entregar desses serviços à iniciativa privada, pois o Estado não "dispõe nem de capitais, nem de competência técnica especializada para enfrentar as carências no setor de serviços públicos"[342].

O papel dos comunistas nesta fase da Constituinte também foi relevante. Reservamos, no entanto, a parte final deste capítulo para analisar a posição da bancada e sua influência nestes debates tanto quanto as marcas deixadas na Constituição.

Como Dutra, Adhemar também aprovou projetos de decretos-leis, que feriam a independência da Assembléia Constituinte. O deputado udenista Auro de Moura Andrade, ainda no dia em que discutir-se-ia o texto definitivo da Constituição, denuncia esta ação do governador. O requerimento, com pedido de urgência, enviado por ele à Mesa da Assembléia, no dia 04/07/1947, propunha que se aprovasse voto de veemente protesto contra as atividades do Conselho Administrativo que aprovara projetos de decretos-leis de Adhemar, que desrespeitavam o que a Assembléia já havia decidido[343].

Se a existência dos decretos-leis mostrava que Adhemar ainda governava como interventor[344] , suas denuncias também serviam para a manutenção do clima de intervenção federal em São Paulo , que era a tática empregada, principalmente , pela UDN e pelo PSD, para derrubar o governador.

Os trabalhos Constituintes realizados a partir dos últimos dias de maio e durante todo o mês de junho foram concluídos no dia 04 de julho de 1947[345], quando foi aprovado

---

[342] Conf. palavras do Sr. Sebastião Carneiro (PSD). Anais da Assembléia Constituinte, 55ª sessão ord. Volume. III, 27/05/1947.

[343] Conf. Palavras do Sr. Auro de Moura Andrade (UDN). Anais da Assembléia Constituinte, 85ª sessão ord. Volume IV , 04/07/1947.

[344] Um decreto-lei, denunciado, extinguia o departamento de Serviço Público e o Departamento das Municipalidades, para criar outros no lugar, não previstos na Constituição, e outro decreto-lei, por exemplo, permitia ao governador desviar os fundos de unificação da dívida pública, o que era proibido por disposições legais.

[345] No dia 04/07/1947 concluiu-se , na Assembléia Legislativa, a votação do projeto Constitucional.

o texto definitivo da Constituição. Era um documento com 152 artigos de Disposições Permanentes e 33 de Disposições Transitórias.

Esta Constituição refletia a transformação por que tinha passado a sociedade paulista do pós-guerra. Apesar de todas as barreiras impostas pelos partidos majoritários, que limitavam as conquistas populares - propostas pelos partidos de esquerda - algumas garantias referentes à questões de Saúde, Educação e Assistência Social, permaneceram. Diferentemente do que ocorrera na Constituição Paulista anterior de 1935, era preciso atender as necessidades sociais deste Estado, que se tornara, nos anos 40, o mais desenvolvido da Nação. Manteve-se , entretanto, a tendência política do Brasil: a centralização do poder na figura do Executivo.

A Constituição Paulista seria promulgada com grande festa no palácio das Indústrias[346], Parque D. Pedro II, com a presença de altas autoridades políticas, militares e eclesiásticas, no dia 09 de Julho de 1947. Data importante para a história de São Paulo e que trazia um significado especial, já que, findo o Estado Novo, São Paulo precisava demonstrar, relembrando a "Revolução Constitucionalista", que agora era vitorioso.

O programa organizado para a comemoração da promulgação da Carta Magna de São Paulo, publicado em todos os grandes jornais de São Paulo, era apresentado como um "conjunto de cerimônias cívico e religioso".

Como o programado, as comemorações tiveram início, no dia 09 de Julho, logo pela manhã, com uma missa campal na praça da Sé. Durante a missa uma comissão da Liga das Senhoras Católicas fez a entrega da bandeira paulista à Federação dos Voluntários do Estado de São Paulo. Nesse mesmo ato religioso foi abençoada a bandeira que a mulher paulista ofertaria à Assembléia Legislativa. Houve ainda, pela manhã, às 10h 30 visita aos cemitérios da *Consolação* e *São Paulo*, onde se renderam homenagens a Pedro de Toledo e ao General Marcondes Salgado, heróis da revolução Constitucionalista. Representantes da Assembléia Constituinte estiveram presentes.

Ainda dentro da programação do dia, pela manhã, tivemos a concentração dos alunos e professores da Faculdade de Direito da USP, em frente ao monumento aos estudantes mortos em 1932, e o hasteamento da bandeira Paulista, às 12 horas, em frente à Assembléia Estadual, no Palácio Nove de Julho.

---

[346] Vide fotografia nº 10 na seção caderno de fotos.

Às 15 horas, como estava programado, no palácio "Nove de Julho", iniciou-se sob a presidência de Valentim Gentil, a sessão solene da Assembléia Estadual, convocada para a decretação e promulgação da Carta Magna de São Paulo.

A sala de sessões e as galerias estiveram repletas de convidados - destaque para os convidados especiais: constituintes de 1935, oficiais do Exército, Marinha e da Polícia Militar que haviam combatido ao lado de São Paulo no Movimento Constitucionalista, assim como os membros do M.M.D.C. -, com a presença de representantes de secretários de Estado, de ministros da Justiça, do Trabalho e da Fazenda, além de deputados federais, magistrados e autoridades civis, militares e eclesiásticas,

Aberta a sessão e cumpridas as formalidades regimentais o presidente Valentim Gentil deu a palavra à senhora Conceição Santamaria, deputada pelo PTB e única representante do sexo feminino na Assembléia, até aquele momento. Referendando a data e ilustrando o momento de forma a simbolizar a retomada do poder pelos paulistas, a deputada, após discursar falando sobre a história do Brasil e de São Paulo, leu o poema "Bandeira Paulista", escrito por Guilherme de Almeida durante a revolução de 1932.

Após o discurso o presidente Valentim Gentil autografou os três exemplares da Constituição, destinados aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e logo em seguida procedeu-se à solenidade de assinatura da Constituição por todos os deputados. Poucos minutos antes das 17 horas, o presidente da Assembléia, levantando-se , pediu a todos os presentes que o imitassem , e leu o preâmbulo da Constituição:

> *"O povo paulista, invocando a proteção de Deus, inspirado nos princípios da democracia e pelo ideal de a todos assegurar o bem, estar social e econômico, decreta e promulga, por seus representantes, a Constituição do Estado de São Paulo"*

Segundo os jornais da época, precisamente às 17h e 4 min, o Sr. Valentin Gentil declarou promulgada e decretada a Constituição do Estado de São Paulo[347]. A partir desse momento, os sinos de todas as igrejas da Capital e do Interior repicaram de meia em meia hora, as fábricas fizeram funcionar suas sirenes e o Exército Nacional fez grande revoada de pombos em frente à Assembléia e uma salva de tiros de canhão. O coro orfeônico do Instituto "Caetano de Campos" entoou o hino nacional e as sessões cinematográficas, na capital e no interior foram interrompidas para a execução do hino nacional.

---

[347] Folha da Manhã. 10/07/1947.

Ainda dentro das solenidades às 18 horas, o presidente da Assembléia e todos os deputados foram recebidos, com honras militares, pelo governador, no Palácio dos Campos Elíseos e às 18h 30 teve início no centro da Capital a "Marche-Aux-Flambeaux", com a participação da Força Policial e esportistas. Durante toda a noite , ainda, o Estado esteve em festa, com realizações de inaugurações de Museus, palestras, congressos e a celebração do "Te Deum", na Basílica de São Bento, pelo cardeal Arcebispo de São Paulo D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota.

Toda essa apoteose não esteve reservada apenas para a comemoração dos 15 anos do 9 de julho. Foi muito mais do que isso, representava o resgate do poder político de um Estado que já tinha governado o Brasil. Os tempos, no entanto, eram outros e o poder não seria assumido, pura e simplesmente, pela aristocracia. Agora havia um outro ingrediente que mudava a situação. Era a classe operária e grande parte da população paulista e paulistana que se fazia presente; que até aquele momento havia participado de todo o processo de abertura democrática, e aguardava mudanças reais.

Assim referiam-se os jornais, no dia 10 de julho aos acontecimentos do dia anterior.

> *"As comemorações que assinalaram a promulgação da Carta Magna de São Paulo valem por magnífica afirmação de fé nos destinos da Democracia no Brasil.*
>
> *O entusiasmo com que o nosso povo participou das cerimônias de ontem, todas elas significativas da importância histórica do advento da Constituição, é prova robusta de sua confiança nos ideais democráticos por que lutou em 1932."*[348]

A Assembléia Legislativa de São Paulo - Executivo X Legislativo.

Promulgada a Constituição, os trabalhos ordinários da Assembléia seriam iniciados no dia 11 de julho. A composição e a correlação de forças dentro dessa Casa estaria condicionada ao jogo político entre o Legislativo e o Executivo.

Adhemar soubera aproveitar sua grande chance quando, por ocasião das eleições, explorou o confronto entre o PSD e UDN, no interior do Estado e a rivalidade entre o PTB e o PCB, nas cidades. Agora, pensava ele, era só manter a divisão e saber se aproveitar dela. Estava enganado, os tempos não eram os mesmos de sua interventoria.

---

[348] Idem

Desde o início, por não contarem com o apoio incondicional de Adhemar, os partidos PSD e UDN, uniram-se no ataque ao governador, contando com o apoio de outras agremiações menores como o PRP e o PDC, por exemplo. A Assembléia era o palco dessa peleja. O chefe do executivo paulista sabia que teria de lidar com uma situação nova. Os poderes eram independentes e tinham que se relacionar. Adhemar, no entanto, não era despreparado, conhecia bem os meandros da política e sua formação pessoal era sólida - era um homem inteligente, falava vários idiomas, era médico. Além disso, como já havia tido a experiência anterior – apesar de ter sido em condições diferentes – sabia como lidar com determinadas situações políticas.

Entendendo muito bem a nova dinâmica, que passava necessariamente pelo exercício de convivência entre o Executivo e o Legislativo, o governador, adotou a tática de aproximação com o PSD, sem modificar seus planos. Não interessava dividir o poder com o partido majoritário. Sua estratégia foi a escolha, no início dessa nova experiência como chefe de governo democrático, do deputado federal por São Paulo, na legenda do PSD, Luis Gonzaga Novelli Jr., para a Secretaria da Educação e Saúde. Escolhido Novelli Jr. para a Secretaria, o que se viu, na Assembléia, foi a amenização dos ataques a Adhemar, por parte do PSD. Estava ganha uma batalha. A guerra, ainda não.

Com a demissão de Novelli Jr., em abril de 1947 - devida à questão dos prefeitos do interior -, o PSD, junto com a UDN, voltou aos ataques. Agora não eram apenas os ataques, mas também o pedido de intervenção federal e até de *impeachment* contra ele. Adhemar era um homem ambicioso, sua meta tinha sido o governo do Estado e nada poderia fazê-lo deixar sua conquista. Segundo as palavras de Mario Beni, quando a campanha intervencionista atingia já os jornais e as emissoras de Rádio, o governador respondia: "Querem me depor? É fácil, cinco homens são suficientes : um para atirar e quatro para o transporte do meu corpo"[349].

Este jogo, apelidado de campanha intervencionista, teria seqüência até novembro de 1947, quando o chefe do governo paulista, novamente contemporizando, escolhe para a chapa de vice-governador, outra vez Novelli Jr. .

A UDN, por sua vez , nunca amenizou seus ataques ao governador, muito pelo contrário, quando uma ala da União Democrática Nacional, a "Ala Popular Renovadora" tentou ficar ao lado dele, foi obrigada a deixar o partido e acabou sendo absorvida pelo PSP.

---

[349] BENI, Mario. *Adhemar*...., s/d., op. cit. pág. 200

A inconstância de Adhemar era uma estratégia que tornava o jogo político muito instável em São Paulo, principalmente para os partidos majoritários.

Porém, se por um lado, "Adhemar baseava seu êxito em abster-se de lealdades sólidas, a fim de maximizar sua flexibilidade no livre jogo da política eleitoral"[350] - e assim referia-se aos seus compromissos partidários , "Não esperem que eu esteja coerentemente a seu lado, mas se estou contra vocês hoje, não concluam que não estarei com vocês amanhã " - , por outro, o partido - no caso o PSD - , na medida em que aceitava os cargos das mãos do Governador e mudava sua retórica, estava assinalando uma característica do sistema político-partidário nacional, já identificado por Maria do Carmo Campello de Souza, o "amorfismo", ou "falta de coesão ideológica e programática".

Há que se levar em conta, então, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, neste sentido, tornava-se, naquele momento, apenas o local das disputas políticas. Esta prática de alianças e cisões – da forma como aconteciam em São Paulo neste período - , somente punham à nu a fragilidade do sistema democrático que o Brasil vivia.

Apesar de toda a preocupação dos deputados em defender a democracia e as conquistas alcançadas com a derrubada da ditadura de Vargas - o que é notado nos *Anais* pelos discursos da Assembléia -, percebe-se que o jogo político existia, porém, quem dava as cartas não era o povo, em nome do qual todo o poder deveria ser exercido.

Não podemos esquecer que, se Adhemar adotava este jogo duplo, tal qual Vargas tinha aplicado, no seu caso esta prática não representava uma estratégia que garantiria ao trabalhador, melhores condições de vida, nem, tão pouco, representação política. Se tal fosse, sua aliança com os comunistas, com o PCB, – uma tática política apenas – não teria sido desfeita, já que este partido, naquele 1947, era o maior representante dos trabalhadores paulistas. O que caracterizava o governo de Adhemar era o populismo, diferente, inclusive, daquele getulista.

Vários foram os assuntos que ocuparam, de forma prolongada, as discussões na Assembléia Legislativa de São Paulo[351] . Muitos deles inseriam-se nos planos da oposição, no combate ao governo Adhemar de Barros. A questão do aumento das tarifas de bondes e ônibus, e a repercussão em São Paulo, foi uma delas.

---

[350] FRENCH, John D. *O ABC dos....* 1995. pág.215

[351] Referimo-nos, aqui, somente ao período estudado, ou melhor, os anos de 1947 e 1948, até o mês de Janeiro.

Em 1947, quando a Light transferiu os serviços de bondes para a municipalidade, a companhia criada para explorá-los foi a CMTC , "Companhia Municipal de Transportes Coletivos". Ocorre que as tarifas estavam congeladas há 40 anos e essa parte do patrimônio da Light estava sucateada. Para recuperá-la, os aumentos seriam indispensáveis, segundo a CMTC. Apesar das explicações, e da promessa de Adhemar de que não permitiria o aumento das tarifas, elas foram majoradas. A população que já enfrentava grandes problemas de desemprego, inflação e desabastecimento, reagiu violentamente tombando, depredando e ateando fogo a vários bondes por toda a cidade. A resposta foi imediata. Os meios de comunicação passaram a responsabilizar os comunistas e Adhemar[352] , e as discussões na Assembléia foram acaloradas.

Enquanto a bancada do PSP, representada pelo deputado Lino de Matos, requeria na Assembléia Legislativa, no dia 03 de agosto, através de uma moção[353], um "*voto de louvor* à força pública, pelos serviços prestados nos acontecimentos do último dia 1° " - como forma de transferir a razão dos acontecimentos a "populares desvairados" , evitando criticas mais contundentes ao governador - , os outros partidos presentes , principalmente o PSD e o PCB - que a essa altura já havia passado a identificar Adhemar, como capitulacionista[354], - atacavam o governador, responsabilizando-o pelos acontecimentos e pela violência policial que passou a ser presenciada, a partir daquele fato.

Na sanha de tentar apagar de sua imagem, a sombra dos comunistas e, de refrear as manifestações operárias que vinham ocorrendo desde sua posse, Adhemar aproveitou-se deste fato para perseguir militantes comunistas e operários, que passaram a ser presos de forma mais feroz, a partir do dia 1°, acusados de terem participado do "quebra-quebra", sem, no entanto, muitos deles terem estado no palco dos acontecimentos.

Este fato será discutido, ainda, com freqüência na Assembléia, pois a acusação de responsabilidade civil, que os deputados do PSD, UDN e PCB[355] imputavam a Adhemar, devido aos acontecimentos – que constava na Constituição Estadual , capítulo III, secção III -, colaborava para a interdição do governador e a justificativa para um *impeachment.*

---

[352] Após as demonstrações populares de insatisfação o governador voltou atrás suspendendo o aumento, que somente foi resolvido em novembro.

[353] Cf. Anais da Assembléia Legislativa, 21ª sessão ordinária, Vol. I , 3/08/1947.

[354] Devido sua ação – de Adhemar - contra os comunistas a partir do cancelamento do registro do partido em 07/05/1947.

[355] Há que se destacar que apesar das críticas feitas pelo PCB ao governador do Estado, os comunistas eram contrários à intervenção federal no Estado de São Paulo.

A Assembléia estaria, ainda , as voltas com temas que seriam recorrentes, e que envolviam a luta entre o Executivo e o Legislativo. O combate ao "jogo do bicho"[356], por exemplo, e a responsabilidade do governador na repressão a este tipo de prática de jogos de azar, que já eram ilegais de acordo com a Constituição Estadual. Denunciava-se, em plenário, a conivência do governador com esta prática, em troca, do financiamento de campanhas futuras, ao PSP, por parte dos bicheiros. Era a "Caixinha do Adhemar"[357].

Os debates sobre a violência policial no combate, não só aos comunistas como também aos petebistas , que tiveram sua sede invadida pela polícia, também, fizeram parte do dia a dia da Assembléia. Adhemar, depois de cassado o registro do PCB, ficou mais à vontade para perseguir as oposições, principalmente os comunistas, de modo a mostrar a seus opositores da direita, que não tinha compromisso com os "vermelhos". Pretendia ele, portanto, ficar livre das acusações que eram constantes – de suas ligações secretas com os comunistas[358] – e que, mais uma vez, justificavam a campanha intervencionista.

Nessas lutas políticas, Adhemar não estava sozinho. A bancada governista, apesar de minoritária na Assembléia, cumpria seu papel. Segundo as palavras de Mario Beni, representante do PSP naquela ocasião:

> *"Durante a campanha intervencionista,nós deputados leais a Adhemar lutávamos sem desfalecimento. Cumpre-nos salientar o grande papel que nessa luta tiveram principalmente, entre outros, o então pessepista Lino de Matos e Salomão Jorge, (....)Durante muitos dias e, noites seguidas, os dezenove deputados fieis a Adhemar tiveram de lutar contra os quarenta e cinco signatários do manifesto ao Presidente Dutra e no qual solicitavam a Intervenção Federal, em São Paulo, não a votando, entretanto. Mas diziamos, a Assembléia continuaria. Continuaria e continuou sua luta em franca oposição a Adhemar, agora noutro terreno, dos debates sobre as proposições legislativas que acompanhavam as mensagens procedentes do Executivo."*[359]

Os Anais da Assembléia Legislativa são ricos em detalhes deste jogo que foi constante, durante todo o ano de 1947 – com uma pequena trégua de parte do PSD, a partir de novembro - e metade do ano de 1948. Como o próprio Beni, constata, "no transcurso

---

[356] Cf.Anais da Assembléia Legislativa. Verificar, por exemplo, oração do Sr. Alfredo Farhat, do PDC. 22ª sessão ordinária, Vol. I, 04/08/1947.

[357] Cf. Anais da Assembléia Legislativa. Oração do deputado udenista Juvenal Sayon. 139ª sessão ordinária. Vol. IX , 12/01/1948.

[358] Em dezembro de 1947, foi apresentada uma emenda ao projeto Ivo d'Aquino que previa a cassação do mandato de representantes do Executivo que tivessem suas candidaturas registradas pelo PCB.

[359] BENI, Mario. *Adhemar*...., s/d., op. cit. pág. 203.

desse governo, Adhemar encontrou sérias dificuldades para governar"[360].

Como uma das acusações que alicerçariam o pedido de *impeachment*, era o desvio de dinheiro público, Adhemar, também foi barrado em suas pretensões orçamentárias, quando propôs, por exemplo, o aumento do Imposto sobre Vendas e Consignações. Esta foi uma batalha, que durou dias, com sessões ininterruptas e que esgotou a resistência física dos deputados. A participação dos comunistas foi decisiva neste embate, reservamos a descrição desse fato, no entanto, como já citamos, para o capítulo final, quando historiaremos a presença do PCB na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Aquilo que se chama de primeira fase da campanha intervencionista, será superada por um acordo de Adhemar com Novelli Jr., para as eleições à vice-governança em novembro de 1947.

Segundo a Constituição Paulista, previa-se a eleição do vice-governador para novembro de 1947, pleito que também contaria com candidatos às prefeituras e à vereança, nos municípios do Estado de São Paulo. A questão da escolha dos candidatos gerou grandes crises entre os partidos majoritários, principalmente entre o PSD e o PTB.

As eleições de 9 de novembro revestiam-se de grande importância , devido a posição política representada por São Paulo. "Essas eleições foram encaradas nacionalmente como termômetro para a avaliação do prestígio de Vargas, de Dutra e do governador Adhemar de Barros, avaliação essa fundamental para as primeiras articulações visando à sucessão presidencial" [361].

Os Partidos de oposição, em São Paulo, compuseram alianças, com o intuito de lançar um candidato único à vice-governança. Sua finalidade era abortar as pretensões adhemarista de controle político do Estado, pelo PSP. Adhemar estabeleceu, então, um acordo com o PSD apoiando Luis Gonzaga Novelli Jr., candidato de Dutra - para as eleições[362]. Este acordo, que não contava com a adesão dos líderes do PSD, provocou uma cisão dentro do Partido Social Democrático[363]. A Comissão Executiva Paulista do PSD lançou a candidatura do deputado federal de seu partido, Carlos Cirilo Jr. "O PSD, de onde

---

[360] Idem pág. 204.

[361] ABREU, Alzira Alves de, e tal (coords.) Dicionário histórico..... 2001. op. cit. pág. 4421.

[362] De acordo com os jornais "O sr. Novelli Jr. será apresentado como candidato a vice-governador antes da convenção do PSD" Jornal de São Paulo. 3/10/1947. "Notícias políticas", pág. 3

[363] "Segundo o depoimento de Carvalho Sobrinho (12/07/78), o acordo entre o PSP e PSD previa, inicialmente, o lançamento da candidatura de Cirilo e só posteriormente Adhemar teria acertado com Dutra a indicação de Novelli. Com este ficaram vários próceres pessedistas, sob a liderança de Mário Tavares e Silvio de Campos, enquanto a denominada "ala velha", de Vergueiro de Lorena, César Vergueiro e outros, acompanhou Cirilo Jr." Citado em nota de rodapé (9) por SAMPAIO, Regina. *Adhemar*....1982. op. cit. pág.60.

saem os dois candidatos, cinde-se, com Novelli Jr. levando consigo 41 diretórios municipais, enquanto 208 permanecem no Partido com Cirilo Jr."[364].

O plano de Adhemar, não provocou apenas a cisão do PSD, foi mais longe, pois, como indicavam os jornais, o governador de São Paulo, junto com Hugo Borghi e Novelli Jr. propunha, até, a criação de um partido novo. O Jornal de São Paulo, na sua edição de 25 de outubro de 1947, na seção "Notícias políticas", estampava sua manchete : **"Iniciado um movimento para a criação de novo Partido apoiando o Presidente Dutra"**. De acordo com o Jornal:

> *"Inicia-se nesta capital entre os elementos "novelistas" um movimento para a criação de um novo Partido, de âmbito nacional,de feição centrista, a fim de dar apoio ao presidente da República. Essa nova agremiação tem em vista agrupar as forças políticas, lideradas em São Paulo pelo governador Adhemar de Barros, Hugo Borghi e Novelli Jr.desenvolvendo a política trabalhista combaterá as doutrinas exóticas.*
>
> *Ao que fomos informados, os seus organizadores estudam no momento a estrutura futura do novo Partido, inclusive a parte sindical, o programa doutrinário, e o de assistência social e econômica.*
>
> *Correram ontem rumores de que as relações entre forte ala do P.S.D. e o presidente Dutra se tornam cada vez mais tensas e que o rompimento está iminente."*[365]

A criação do novo partido não se concretizou, permitiu, porém, a Adhemar uma aproximação importante com Dutra. Do outro lado, o PSD, ganhou apoio dos comunistas, de Getúlio Vargas e do PTB, que a essa altura já haviam rompido com Dutra, e que passaram a dar sua adesão ao candidato pessedista Carlos Cirilo Júnior, como forma de combater os interesses do governo federal no Estado.

De acordo com Maria Victória Benevides, "no compromisso firmado entre o PSD e o PTB fica estabelecido que o primeiro daria os recursos financeiros para a campanha do segundo (Cr$ 750.000,00), comprometendo-se o PTB a levar Getúlio Vargas numa excursão pelo Estado, de apoio a Cirillo Jr., Vargas comparece a diversas cidades paulistas, inclusive a capital, pedindo votos para o candidato da chapa (PSD-PTB), tendo como tema central que o voto em Cirillo Jr. seria uma reação contra a política do Governo Federal"[366]

---

[364] BENEVIDES, Maria Victoria . ***O PTB e o Trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo : 1945-1964.*** São Paulo:Brasiliense. 1989. pág. 46

[365] Jornal de São Paulo, 25/10/1947, Noticias políticas, pág.3

[366] BENEVIDES, Maria Victoria . ***O PTB e o.....*** 1989. op. cit. pág. 46

A UDN , que sempre esteve na oposição, não querendo compor nem com o PSD nem com Novelli Jr. , lançou a candidatura de Plínio Barreto, para vice-governador de São Paulo, ganhando o apoio do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Três, portanto, eram os candidatos à vice-governança do Estado. Luís Novelli Jr., pela coligação "União Popular Democrática" (PSP, PR, PTN, PDC e FTP ala renovadora do PSD), formado pelo "Movimento Democrático Renovador" ; Carlos Cirilo Júnior, pela coligação (PSD/PTB e apoio dos comunistas[367]) e Plínio Barreto, pela UDN (com apoio do PSB).

A campanha política da oposição foi realizada com muita dificuldade na capital e no interior. Na Assembléia os deputados pessedistas e comunistas, especialmente, denunciavam as práticas de Adhemar no interior, quanto à repressão a comícios e panfletagem feita pelos seus partidos. O Sr. Lincoln Feliciano, deputado do PSD, da tribuna, solicitou "o afastamento dos atuais prefeitos e substituição por elementos estranhos das correntes políticas a fim de possibilitar um pleito livre e honesto nas próximas eleições" e, lembrou, "que o governador até agora não tomou nenhuma providencia a esse respeito", denunciou então, "diversas arbitrariedades praticadas pelo delegado de policia de Cubatão, que prende diariamente de 30 a 40 trabalhadores da via Anchieta, afirmando que tais prisões tem finalidades puramente política, pois tais operários só recobram a liberdade mediante solicitação de elementos do PSP"[368].

Na capital, no comício de apresentação da candidatura de Cirilo Jr., graves acontecimentos foram registrados, sem, no entanto ser provada a participação do governador nos mesmos. Na Assembléia deputados comunistas, pessedistas, petebistas e até udenistas, denunciaram o episódio tentando ligá-lo ao que já se vivenciava no interior do Estado.

Os jornais do dia posterior davam como manchete: "**14 pessoas ficaram feridas no comício de ontem. Interrompido o "meeting" quando falava o deputado comunista elogiando seu partido,**"[369] e descreviam o comício. Realizado no Vale do Anhangabaú, no dia 04/11/1947 às 20h10, o "meeting", teve a participação de Vargas, que deu o seu apoio ao candidato e recebeu muitos aplausos da população presente, e de Luís Carlos

---

[367] Já que oficialmente o partido não podia mais emprestar sua legenda pois já estava na ilegalidade

[368] Cf. Anais da Assembléia Legislativa. Oração do deputado pessedista Lincoln Feliciano. 80ª sessão ordinária, Vol. V, 17/10/1947.

[369] Conf. Jornal de São Paulo, 05/11/1947, pág. 12.

Prestes, que ladeado por líderes do PSD justificou a adesão dos comunistas à campanha de Cirilo Jr., e que também foi grandemente ovacionado pela multidão que preenchia o Vale.

O tumulto teve início, ainda segundo o jornal , quando o deputado federal, pelo PCB , Arruda Câmara, depois de ter feito comentários sobre a coligação partidária em torno do nome de Cirilo Júnior, passou a tecer elogios ao comunismo e a atacar os governos Federal e Estadual. Ocorreu, então, naquele momento, em meio à multidão, exatamente na direção do palanque oficial, um pequeno tumulto de origem ignorada. O pânico estabeleceu-se imediatamente, o povo rompendo os cordões de isolamento lançou-se desordenadamente em direção do local onde se encontravam os convidados. Ouviram-se tiros e uma bomba estourou no fundo do palanque, provocando gritos e correrias. A transmissão radiofônica foi interrompida, o palanque foi evacuado, os ânimos se exaltaram. Com calma e perícia - nas palavras do repórter do jornal - a polícia conseguiu, estabelecer a ordem e quinze minutos depois o povo começou abandonar o parque em perfeita ordem enquanto os policiais permaneciam atentos e vigilantes, dissolvendo os grupos e aconselhando o povo a retirar-se com calma.

O saldo dessa refrega não foi muito significativo, devido ao número de presentes no Anhangabaú – 14 feridos apenas -, porém os acontecimentos demonstravam semelhança ao que já tinha sido visto em campanhas do interior. A prática adhemarista, de provocar confusão nos comícios, não era nova, já havia sido adotada por Mussolini na Itália, para derrotar os partidos de esquerda.

As eleições transcorreram, segundo os meios de comunicação, "com pouca animação" e 30% de abstenções. Desde as primeiras horas da segunda feira a incerteza era a tônica das conversas. Variavam os prognósticos sobre o resultado das eleições, nada se podendo assegurar sobre as possibilidades de um ou outro candidato. A razão estava no fato de se ignorarem os resultados que Getúlio tivesse podido obter com sua "excursão pelo Estado" e as novas composições políticas deixavam dúvidas quanto à anuência ou não dos eleitores a "esse novos estados de coisas".

Na segunda feira, dia 10 de novembro, às 13 horas, foi aberta a primeira urna da capital, sob os olhares curiosos de personalidades de todos os círculos paulistas, representantes partidários e candidatos. Instalaram-se ao mesmo tempo, muitas mesas apuradoras e o trabalho prosseguiu, delineando-se, já à noite, a vitória de Luis Novelli Jr.

O triunfo do candidato de Adhemar levou o PSD a acusar o PTB de não cumprimento do acordo – que deveria ser secreto – e a revelar o compromisso financeiro

entre os dois partidos. Essa "lavagem de roupa suja" provocou acusações mutuas e denúncias de corrupção contra membros do PTB paulista e da Comissão Executiva Nacional. Segundo Maria Victória Benevides, para Dutra , "a vitória de Novelli Jr. significaria um reforço de sua posição sobre os partidos que o apoiavam no plano federal. Para o governador Adhemar de Barros, significava consolidar sua posição em São Paulo, ameaçada pelas acusações de haver se beneficiado de votos comunistas em janeiro de 1947. Além disso, buscava os recursos federais."[370]

O quadro 8, abaixo, revela os números das eleições para a vice-governança do Estado de São Paulo. Pelo que se pode perceber, Novelli Jr. foi eleito com os votos do interior, que representaram 52,39% de todos os votos daquela região. Na capital, devido a coesão das forças políticas o PSP perdeu para Cirillo Jr.

A conclusão a que podemos chegar é que as nomeações dos Prefeitos no interior, feitas por Adhemar, logo após sua posse em março de 47, mais a repressão às campanhas da oposição, ocorridas aí, por parte de "agentes" do governador, permitiram o crescimento do partido nessa região. Após o pleito de 9 de novembro o PSP tinha obtido grande vitória, elegeu sozinho 27% dos prefeitos no Estado de São Paulo, além de ter feito o vice-governador.

Quadro 8

Resultados Finais para vice-governador[371]

	Interior	Capital	Total
Carlos Cirillo Jr.	240.052	166.441	406.493
Luiz Novelli Jr.	419.594	128.133	547.727
Plínio Barreto	107.473	70.328	177.801
Votos em branco	25.907	17.626	43.533
Votos nulos	7.788	7.582	15.370
TOTAL	800.814	390.110	1.190.924

Vitorioso nas eleições Adhemar acreditava que a campanha intervencionista teria fim. Não foi o que ocorreu. A campanha - a despeito da crença do governador - ganhou mais força com a união da UDN , PTB e a ala pessedista perdedora. "Com Novelli Jr. na vice-governança, as forças pessedistas vislumbram a oportunidade de recuperar o controle

[370] BENEVIDES, Maria Victoria . ***O PTB e o.....*** 1989. op. cit. pág. 46
[371] Fonte : Boletim do TRE de São Paulo em 25/11/1947.

do Estado e com esse objetivo aproximam-se da UDN e do PTB (...) tentando obter o afastamento de Adhemar do governo de São Paulo[372].

O deputado pessedista Lincoln Feliciano, na sessão Legislativa do dia 05 de dezembro de 1947, falou durante o espaço de tempo reservado ao expediente e tratou da questão relativa ao *impeachment* justificando longamente um projeto de lei que regulamentava e definia os crimes de responsabilidade do chefe do poder executivo estadual. Segundo suas palavras

> " *O* ***impeachment*** *é, principalmente, uma medida destinada a impedir que uma pessoa investida de funções políticas continue a exercê-las.Ele decorre de uma previsão dos espíritos cautelosos. Não se pode, com efeito, deixar-se de prever a existência de um chefe de governo que cometa falhas graves, que atente contra a Constituição e a existência do regime, o livre exercício dos poderes,dos direitos individuais e sociais, contra a segurança da pátria e a probidade administrativa. Não é possível que ele, comportando-se dessa maneira,não seja chamado à responsabilidade.* " [373]

Como se vê a oposição agia chamando à responsabilidade da lei sobre os acontecimentos que rondavam o governo de Adhemar.

A união de Adhemar com Novelli Jr., no entanto, durará pouco. As pressões eram constantes. O governador continuava a ser criticado pelo acordo feito com os comunistas, principalmente depois das eleições de 9 de novembro, quando estes apresentaram grande vitória, nos municípios operários (Santo André) e na capital de São Paulo, fazendo maioria na Câmara Municipal.

A razão do rompimento de Novelli Jr., com o governador, ocorrido no início do ano de 1948[374], prende-se ao fato de Adhemar, não só continuar a ser acusado de conluio com os comunistas, como também se ter incompatibilizado com a política econômica Federal[375], além de seu desentendimento com Hugo Borghi devido a organização, por este, do Congresso Rural.

---

[372] SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros*..... 1982. op. cit. pág.60

[373] Cf. Anais da Assembléia Legislativa . 115ª ordinária. V. VIII, 05/12/1947.

[374] Quando finalmente ocorre o rompimento de Novelli Jr. com Adhemar, os comunistas já não estavam mais na Assembléia, pois os mandatos dos deputados do PCB tinham sido cassados em 12/01/1948.

[375] "Quanto à administração de Adhemar, a principal acusação referia-se ao caráter inflacionário de sua política financeira, que estaria causando sérios prejuízos à economia do Estado e contrariando frontalmente as diretrizes adotadas pelo Governo Federal" SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros*.....1982. op. cit. pág.61.

O Congresso Rural, proposta de Borghi , tinha sido aceito pelo governador, que passou a vê-lo como uma forma de conquistar o campesinato paulista para sua causa e o conseqüente fortalecimento de seu partido no Estado[376]. A UDN, fazendo coro com as associações das classes produtoras, principalmente da Federação das Associações Rurais de São Paulo e da Sociedade Rural Brasileira, lançou um manifesto, fazendo-o publicar nos jornais. O "Manifesto à Nação", denunciava o Congresso como manobra dos comunistas e apontava-o como subversivo.

Adhemar resolve, diante das pressões, adiar o Congresso e em princípios de março, já resolvido a não mais convocá-lo, afasta do cargo de Secretário da Agricultura Hugo Borghi. Novelli Jr., que já havia encampado as críticas a esse projeto, rompe com Adhemar em março de 1948 [377].

Com o afastamento de Novelli Jr., as duas alas do PSD juntam-se novamente e com o apoio da UDN, parte do PTB[378] e de alguns partidos menores como o PR e PRP desencadeiam violenta campanha solicitando o *impeachment* do governador.

Como aponta Regina Sampaio :

> *"os ataques vêm de todos os lados.Na Câmara Federal e Assembléia Legislativa, as ligações do chefe pessepista com os comunistas são fartamente exploradas, ao mesmo tempo em que são feitas várias denúncias a respeito das irregularidades na administração estadual. Adhemar é acusado de corrupção e as acusações vão desde a cobrança de propinas para a concessão de obras públicas a empresas particulares, até o envolvimento no câmbio negro de gêneros alimentícios e na exploração do jogo do bicho. Sua própria sanidade mental chega a ser contestada, em requerimento enviado por um deputado udenista de São Paulo ao Ministro da Justiça"*[379]

---

[376] "Durante a administração de Adhemar foram realmente implementadas algumas medidas em benefício do pequeno agricultor. Através da Secretaria da Agricultura, eram mantidos postos de assistência técnica, cujos serviços incluíam o aluguel de tratores e a distribuição de adubos e fertilizantes para as cooperativas. Além disso, foram criados armazéns do governo para a estocagem dos produtos, diminuindo, assim, a interferência dos grandes distribuidores. (Depoimento de Mario Beni a Anete Maria Alves Onça e outros). Citado em SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros*.....1982. op. cit. pág.60

[377] Novelli Jr. somente deixou o cargo de vice-governador em meados de 1950 e elegeu-se deputado federal em outubro do mesmo ano, sendo empossado em fevereiro de 1951.

[378] "Como sempre o PTB se divide: uma ala associa-se ao bloco PSD-UDN-PR-PRP, favorável à intervenção, enquanto a outra – liderada por Wladimir Toledo Piza – é francamente contrária. Os que se opunham À intervenção visavam, ao reforçarem os laços com Adhemar, diminuir o domínio do Executivo federal sobre os partidos paulistas e, assim, enfraquecer as chances de o PSD chegar ao governo do Estado" BENEVIDES, Maria Victoria . ***O PTB e o*****.....** 1989. op. cit. pág. 47.

[379] LEITE, Aureliano. *Páginas de uma longa vida.* São Paulo: Editora Martins.1966. citado em SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros*.....1982. op. cit. pág.63.

No mês de abril o governo Federal recebe ofício assinado pelos líderes da PSD, UDN, PTB e PR solicitando *impeachment* de Adhemar, acusando-o de haver coagido o Legislativo por ocasião da eleição da nova Mesa. Dutra, responde a este ofício alegando que esta questão deveria ser resolvida pelo Legislativo que tinha competência exclusiva para isso.

No mesmo mês Dutra recebe mais uma denúncia, subscrita por deputados federais e estaduais de São Paulo, que se baseando no número 1 do artigo 7 da Constituição Federal – artigo que previa a intervenção nos casos em que estivesse ameaçada a integridade nacional – pediam a intervenção no Estado alegando descontrole da situação financeira do Estado de São Paulo. Este "manifesto-denúncia" é encaminhado pelo presidente Dutra ao Ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita, que dá parece contrário à intervenção.

O presidente Dutra, que era pessoalmente contra a intervenção, respondendo às pressões dos políticos, envia, seu Ministro da Guerra, o General Canrobert Pereira da Costa a São Paulo para encontrar-se com Adhemar. O entendimento de Adhemar com Canrobert definiu, finalmente o apoio do Executivo Federal ao governador de São Paulo. "Segundo foi então aventado, o General seria portador de um ultimato: caso as atividades comunistas não fossem contidas, a intervenção seria efetivada. Quando o Ministro chega a São Paulo, entretanto, Adhemar já determinara providências repressivas esvaziando, assim, os argumentos oposicionistas capazes de sensibilizar o setor militar." [380]

Derrotada a ala intervencionista Adhemar conseguiu recuperar sua força política. A crise gerada dentro do PTB com a expulsão de Borghi e a desarticulação do PCB, com a cassação dos mandatos de seus deputados, além da repressão exercida sobre seus militantes, abriu espaço para a política clientelista e assistencialista do governador do Estado. Adhemar conseguiu, então, aproximar-se do PTB e do PSD, entregando as principais Secretarias (Fazenda, Justiça e Trabalho) de seu governo a "ala velha" do Partido Social Democrático , de forma a dividi-lo mais uma vez. A crise gerada por este acordo dentro do PSD fez com que um grupo – o "grupo dos nove" se bandeasse para o PSP, fortalecendo-o mais ainda no Estado.

Apesar das dificuldades que Adhemar continuou a enfrentar na Assembléia, por parte da pequena oposição, às vésperas das eleições de 1950, ele contava com grande força no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, significativa projeção nacional.

---

[380] Cf. ALVES FILHO, F.R. – 1954 e o artigo "PSP – Bolso Cheio e Manga Arregaçada", publicado no jornal Comício de 31/7/1952. Citado em SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros*.....1982. op. cit. pág.65.

Quanto à Assembléia, dotada de valores individuais com qualidades inequívocas de inteligência e conhecimentos nos mais variados campos da ciência humana, era, apesar da oposição, nas palavras de Mario Beni , "reconhecida e admirada em algumas ocasiões pelo próprio Adhemar"[381].

[381] BENI, Mario. *Adhemar*...., s/d., op. cit. pág. 203

CAPITULO IV

"Amanhã onze cadeiras vazias marcarão a ausência de dez homens e uma mulher. Marcarão a ausência da bancada comunista. Essas onze cadeiras vazias representarão o protesto de todos aqueles que foram às urnas e que viram o seu voto anulado pela prepotência de um judiciário a serviço da classe dominante. Aquelas onze cadeiras vazias, em sua mudez, representarão o protesto dos trabalhadores de São Paulo , que foram esbulhados, que viram a sua escolha das urnas, de um momento para o outro, escamoteada como por passe de mágica."

Último discurso dos comunistas na Assembléia Legislativa de São Paulo em 12/01/1948, proferido pelo ferroviário, Celestino dos Santos.

O PCB NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

O PCB, a legalidade e a luta contra o imperialismo norte-americano.

O PCB desde o seu III Congresso, realizado em julho de 1946, adotara uma postura que representava uma adaptação aos novos tempos. Os comunistas sabiam que não estavam mais naqueles idos de 1945, quando diante da vitória dos aliados – com a URSS como um deles - sobre o fascismo, eram ainda vistos com "bons olhos" até pelas elites. Quando apoiavam Getúlio e depois do golpe continuaram a apoiar José Linhares e a pedir "calma" ao meio operário. Quando, em nome da "União Nacional" impediram as greves aconselhando "ordem e tranqüilidade".

Temerosos diante dos acontecimentos, que já prenunciavam a cassação do registro de seu partido e apostando, ainda, que os pedidos de cassação não fossem atendidos, acreditavam, ingenuamente, que o movimento que cerceava a liberdade do partido, vinha

apenas da ala fascista ainda encastelada no governo. Confiavam, como disse Basbaum, na "força moral da Democracia". Esta crença levou-os a determinar uma nova linha política que propunha como recurso as "formas de luta cada vez mais altas e vigorosas", desde que dentro da legalidade.

Fortalecidos, no entanto, pelo resultado obtido nas eleições de 1945, pela fundação do MUT, pelo I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, e a posição conquistada no Congresso Nacional do Trabalho – com a fundação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), mesmo não reconhecida -, os comunistas passaram a preparar-se, "pela via pacifica e dentro da legalidade", para as eleições estaduais, que garantiriam sua permanência no sistema político-partidário brasileiro.

Havia muita cautela na movimentação comunista, pois desde março 1946 até o início de 1947 a linguagem da "Guerra Fria" já impregnava o discurso político nos países da América Latina sob a influência dos EUA. "Tais governos passaram a tratar problemas particulares de cada nação, relativos a grupos de sua classe operária específica, ou de particulares oposições "de esquerda", como questões atinentes à grande disputa hegemônica mundial"[382]. A linguagem ideológica da "Guerra Fria" colaboraria para referendar um conjunto de pressões que já vinham sendo feitas desde março de 1946 contra o movimento operário e o PCB.

A cautela, no entanto, não era apenas preocupação dos comunistas. O governo norte-americano, muito interessado em varrer do Ocidente a presença incômoda dos Partidos Comunistas, também agia cautelosamente, como demonstra o telegrama confidencial enviado pelo embaixador Willian D. Pawley ao secretário de Estado dos EUA em 03/01/1947.

> *"Enquanto jantava na casa de um amigo, na noite passada, o assunto, Comunismo no Brasil foi trazido à tona e minuciosamente discutido pelo General Alcio Souto, do Gabinete Militar de Dutra, e pelo chefe de policia do Rio. O General Souto informou-me que o governo brasileiro aguarda para logo a ilegalidade do Partido Comunista no Brasil e que já compilou evidências suficientes para que o Congresso decrete uma lei declarando o partido ilegal. Ambos, General Souto e o chefe de policia, acham que a opinião publica acatará essa lei.*

---

[382] MARANHÃO, Ricardo e MENDES JR., Antonio. *A Era Vargas*. Brasil História. São Paulo: Brasiliense, 1981. pág.221

Eu os adverti quanto à ações precipitadas que poderão levar o Partido Comunista ao submundo e tornar mártires aqueles perseguidos pela polícia. Os oficiais assinalaram que não há possibilidade de comparações entre o movimento comunista no Brasil onde analfabetismo, pobreza e luta política fornece base fértil para a propaganda, com as atividades comunistas nos EUA com seu alto padrão de vida e padrão educacional e governo democrático estável.

.....

Esses oficiais passaram algum tempo nos EUA e parecem ser pró-americanos. Eles questionaram, no entanto, a omissão e a prudência dos EUA em exercer força maior contra o movimento comunista no mundo, que tem repudiado a maior parte de seus compromissos e estão escravizando grande parte do planeta. Eles apontaram que, na sua opinião, os EUA e a Grã-Bretanha sozinhos têem força suficiente para fazer frente a esse problema mundial." [383]

Como se pode verificar, o governo norte-americano não queria ter mais aquele aliado de ontem, em seus calcanhares. Agora, depois de cumprido o papel de eliminação do perigo fascista, em que os comunistas do mundo inteiro estiveram engajados, tratava-se, de eliminar os "vermelhos" da área de influência norte-americana. Tudo, porém, com calma e colaboração de seus sempre aliados "capitalistas", nos paises dependentes.

O Partido deveria ser eliminado do cenário político brasileiro, de maneira precisa e com cautela. Havia o medo de que, se a ação fosse tomada de forma abrupta, e o PCB fosse jogado no submundo com seus militantes perseguido pela repressão policial - sem respaldo da lei a da opinião pública - , pudesse se transformar numa força de resistência aos interesses norte-americanos no Brasil.

As palavras de Leslie Bethell são esclarecedoras, mostram-nos que naquele momento, ou seja, inícios de 1947, os interesses dos EUA, na América Latina, vinham em primeiro lugar. Como ele mesmo descreve, "as democracias podiam ser ainda preferíveis à ditaduras, teoricamente, mas se estas se revelassem mais eficientes na luta contra o comunismo (e mais amistosas para com as empresas norte-americanas) poderiam ser preferíveis às democracias". Continuando, acrescenta, "os governos democráticos da América Latina viviam agora à sombra da potência norte-americana, cada vez mais vigilante e motivada. Se se deixassem "penetrar" pelos comunistas – e na atmosfera da Guerra Fria a evidência disso podia ser a mera introdução a reformas sociais necessárias e de longo alcance, ou mesmo a aceitação de sindicatos fortes e independentes e de movimentos políticos populares de esquerda -, seriam considerados uma ameaça aos

[383] Telegrama confidencial - Documento 832.00 B/1-347. National Archives . Washington

interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos : podiam, portanto ser solapados ou mesmo derrubados."[384]

Diante dessas pressões, tanto internas[385] quanto externas, o PCB vai mudando de tática, de forma a garantir sua continuidade no jogo partidário, da legalidade. Como nos sinaliza Marco Aurélio Santana, em decorrência "do aumento das fortes ameaças da reação, o partido teria silenciado a respeito de seus objetivos revolucionários e caído insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras"[386]

Sabemos que a penetração maior do Partido Comunista do Brasil se dava entre as classes trabalhadoras. Era lá que o PCB deveria estar e era dessa força que ele se alimentava, apesar de afirmar o contrário, ou seja, que – segundo a teoria – era ele a vanguarda, era ele que deveria conduzir o movimento operário.

É principalmente nos centros operários que veremos o Partido, envolvido desde 1945, quando da obtenção de sua legalidade, na conquista de mais adeptos e na disputa, com os "ministeriais"[387], pela direção dos sindicatos , organização dos congressos sindicais e intensificação das campanhas de sindicalização.

Nos apropriando da divisão feita por Marco Aurélio Santana, destacamos três momentos importantes, na fase da legalidade do PCB, que são esclarecedoras de suas táticas.

O primeiro é aquele em que o Partido, apoiando Getúlio e o queremismo, pede aos operários que evitem as greves e "apertem os cintos", de forma a colaborar com a luta contra o fascismo e a "União Nacional".

O segundo, a partir de 1946, no início do governo Dutra, quando por ocasião daquela explosão de greves, o PCB passou a classificá-las como *justas e de agitação*. "Havia o desafio de provar a viabilidade de constituir-se como um partido da ordem, livre do estigma comunista-revolucionário, uma vez que era visto como se estivesse sempre na iminência de tomar de assalto o poder e quebrar as regras do jogo democrático, como propagandeavam seus adversários e inimigos. Esse quadro traduzia as freqüentes situações de embaraço dos dirigentes sindicais comunistas à frente de greves, pois tinham por

---

[384] BETHELL, Leslie. Brasil....1996. op. cit. pág.53

[385] Não esquecer que o pedido de cancelamento do registro do Partido Comunista já havia sido solicitado, ao TSE, por Honório Himalaia Virgulino e Edmundo Barreto Pinto desde 23/03/1946.

[386] SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil.*Rio de Janeiro:UNIRIO/BOITEMPO, 2001. pág. 69

[387] Termo usado para designar dirigentes de sindicatos ligados ao Estado.

princípio a orientação de evitá-las ou somente em último caso poder apoiá-las[388].

O terceiro momento, segundo Santana, teve início nos primeiros meses de 1947, quando o Partido elegeu a luta contra o imperialismo norte-americano, como uma das prioridades do movimento sindical. No Pleno do Comitê Nacional do Partido Comunista, realizado em fevereiro de 1947, Prestes assim declarava:

> *"Qual o reflexo da ofensiva imperialista sobre a democracia no Brasil? O imperialismo norte-americano é hoje em dia o pior inimigo de nossa democracia interna, de nossa ordem constitucional. É justamente porque o Partido Comunista defende a democracia e a Constituição, é o maior alvo dos agentes desse imperialismo. São os imperialistas, os que tem interesse em jogar na ilegalidade o nosso partido. Todas as provocações do ano passado contra a democracia brasileira e contra a existência legal do nosso partido foram obra dos agentes desse capital"* [389]

O PCB adotou uma postura de luta em defesa da indústria nacional, que segundo seus dirigentes, estaria sob constante ameaça dos trustes norte-americanos, e , ao mesmo tempo, de combate aos "restos feudais" que atrasavam o Brasil..

Esta intransigência na defesa de um capitalismo nacional permeará toda a ação dos comunistas daqui para frente. Tanto as campanhas eleitorais nos Estados, quanto a atitude apresentada pelos deputados eleitos pelo Partido, nas Assembléias Legislativas, apresentará esta tônica. Para o Partido a "revolução brasileira" deveria estar orientada para a solução desses problemas e apresentar um caráter "Democrático-Popular, de cunho Antiimperialista e Agrária Antifeudal"[390]

A formação dos quadros do PCB em São Paulo e a disputa com o PTB

A campanha política do PCB rumo à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo ganhou sustentação baseando-se em dois pilares. O primeiro, o resultado das eleições federais, que como já foi dito, trouxe para os comunistas grandes vitórias em termos de reconhecimento popular, e o segundo a presença do PCB em áreas de grande

---

[388] SANTANA, Marco Aurélio. ***Homens Partidos***.....2001. op. cit. pág. 71.
[389] Jornal "Hoje", 27/02/1947. Citado em SANTANA, Marco Aurélio. ***Homens Partidos***.....2001. op. cit. pág. 83.
[390] CARONE, Edgard. O PCB, v.2....1982. op.cit...pág. 128

concentração operária em São Paulo e sua ação na organização das massas de onde deveriam sair, também, os representantes para a Casa Legislativa Paulista.

Segundo Armando Mazzo, deputado estadual eleito pelo PCB, a escolha dos representantes que comporiam os quadros do Partido, na região, não foi muito democrática, pois, em seu início houve um certo choque entre este e o movimento operário, que independentemente da condução ou não do Partido Comunista, já existia.

A composição dos quadros que formariam os comitês municipais, estaduais e até os comitês nacionais, formados a partir de 1945 - de onde deveriam sair os representantes para a Assembléia Legislativa - , era determinada pelos dirigentes do Partido que desde a Conferência da Mantiqueira eram Maurício Grabóis, Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas e Carlos Marighella. O alvo, para compor os quadros, era o sindicato e a fábrica.

Ainda de acordo com Mazzo, em seu livro de memórias, a seleção dos camaradas sempre era feita de cima para baixo, "em flagrante desrespeito às normas democráticas que regem os partidos comunistas" , mas como ele mesmo ressalta, "era a época do Stalinismo".[391] A escolha de elementos para compor o Comitê Municipal de Santo André[392], por exemplo, logo após o fim da Segunda Guerra, foi feita pelo representante do Comitê Central , Diógenes Arruda, apresentado, na ocasião, como secretário geral , e que em reunião , simplesmente "leu uma lista de nomes, os quais, a partir daquela data, seriam os dirigentes do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil em Santo André, quase todos diretores ou funcionários dos Sindicatos e da Cooperativa"[393]

Podemos perceber que no início houve um certo estranhamento entre as partes. De um lado o PCB, que como reza a teoria, não discutia a idéia de que o Partido era a vanguarda do movimento operário, e de outro, os operários, que já tinham tido experiência, nas fábricas e nos sindicatos – mesmo pelegos – de resistência e luta, principalmente naquele pós-guerra, quando organizaram centenas de greves por melhores condições de vida.

Como lembra Mazzo, "os comunistas anistiados, vindos das ilhas onde estavam presos, traziam na cabeça muitas idéias concebidas no confinamento dos cárceres. Eram idéias honestas, cheias de bons propósitos. Porém, eram idéias fora da realidade. Na

---

[391] MAZZO, Armando. ***Memórias de um militante político e sindical no ABC***. PMSBC,1991. pág. 103

[392] O município de Santo André , na ocasião, englobava, também, São Bernardo e São Caetano, não havia autonomia destes últimos.

[393] MAZZO, Armando. ***Memórias de.....***PMSBC, 1991. op. cit. pág.104

verdade, libertos, os anistiados pretenderam ser professores no trato das lutas sindicais e operárias. Basicamente entendiam que, a partir dos sindicatos, deveria ser estruturado o Partido Comunista. Com estes objetivos, os anistiados simplesmente ignoraram o que já estava feito".[394]

Quase sempre, no entanto, a organização dos quadros do Partido era feita levando-se em conta a ação de indivíduos que se destacavam na luta por melhores condições para os trabalhadores ou mesmo, no período de guerra, na luta contra o fascismo. Segundo depoimento da Sra. Zuleika Alambert, a organização do Partido começou com a Segunda Guerra e a escolha de seu nome para a chapa de deputada estadual, reside no fato de seu destaque na luta, primeiro pelo envio dos pracinhas à Itália e pela anistia aos presos políticos, e depois pelo seu trabalho no porto de Santos no "boicote dos navios espanhóis".

Assim ela narra sua entrada no Partido :

> *Evidentemente que as pessoas do partido que estavam trabalhando , estavam de olho em mim. Eu na época não tinha nem 18 anos completos. Estavam de olho em mim, sabe aquele trabalho de recrutar e tal. Aí quando a guerra termina, vêem aquelas festividades aquela coisa toda para receber os pracinhas. Quando aquele trabalho vai se realizando, vamos dizer aquele trabalho de retorno e vai se iniciar outra fase, que é fase da democratização do país, para acabar com as seqüelas de guerra. Aí ela veio e me convidou... e para entrar no Partido que estava ainda saindo devagarzinho para a legalidade. E me recrutou até de uma maneira que todo jovem aventureiro, eu era também né, - "Você precisa entrar para que o Partido , eu tive umas amigas que morreram no presídio Maria Zélia , dando com a cabeça nas grades , ficaram loucas..." mas menino, fui recrutada na base do terror né. Mas eu não só aderi, porque eu achei uma coisa interessante, aquela coisa, assim, para jovem né... como filiei minha família inteira, meu pai quase matou. Foi uma briga. Então entrei desta maneira. Depois, assim que entrei, claro, eu na época me destacava das outras mulheres porque nem tinha quase mulher, tinha aquelas pioneiras que começaram antes como a Patrícia Galvão, aquele pessoal. Ai eu peguei... Começaram a me assediar para trabalha para eles e tudo... eu fui me engajando, devagarinho.... Mas na época da democratização, e eu entrei no partido em fins de 46..."* [395]

Um dado importante, neste contexto, e que dá conta, também, da organização dos quadros do PCB, naquele período do pós-guerra, é o fato da existência da Lei de Segurança Nacional. Durante a ditadura de Vargas, presos políticos eram enviados para a cadeia – operários que haviam feito greve e comunistas, trotskistas, anarquistas, etc - e lá eram misturados indiscriminadamente.

---

[394] idem

[395] Depoimento de Zuleika Alambert colhido em 20/03/2003, na cidade do Rio de Janeiro.

A união, num mesmo espaço, de militantes comunistas, que estavam na ilegalidade, e operários presos por haverem participado e liderado greves, colaborava para o contato - que antes da guerra era muito precário, pois o PCB era clandestino e sua ação era limitadíssima – e a aproximação de comunistas e operários. Este é o caso, por exemplo, do Sr. João Sanches Segura – tecelão , deputado estadual eleito pelo PCB - que liderou uma greve em Votorantim e foi preso em 1941, como muitos, na Penitenciária da Tiradentes. Lá, segundo ele, teve os primeiros contatos com os comunistas. Lá conheceu líderes como José Maria Crispim, e outros. Saído da penitenciária, depois de 18 meses de reclusão, engajou-se na luta pela reconstrução do Partido em São Paulo.

Este trabalho de cooptação e composição de quadros, independentemente das críticas de militantes, ou não - o caso de Armando Mazzo -, nos dá uma visão sobre a forma como o Partido se preparou para a legalidade. O caso do Estado de São Paulo não é diferente de outros Estados. Destacamos, porém, a presença marcante do PCB, em São Paulo, devido ao grande desenvolvimento industrial que se fez sentir a partir da década de 40. A classe operária, aqui, era mais numerosa o explica a presença forte do Partido em nosso Estado.

Organizados os quadros, na legalidade, formadas as células comunistas e assumidos alguns sindicatos, o PCB, que se destacou por ser um partido urbano, passou a disputar, nas zonas industriais o espaço com o PTB. No entanto, o Partido Trabalhista Brasileiro apesar do peso do getulismo que carregava, "iria decair consistentemente no decorrer dos dois anos seguintes – *do pós-guerra (grifo meu)* – em comparação com o PCB" [396] .

Segundo John French e Maria Victória Benevides, apesar da inovação na escolha de seus temas e do uso criativo do rádio, por exemplo, o partido getulista ainda fundamentava sua ação nas velhas técnicas do clientelismo burocrático. No caso da região do ABC, como nos mostra French, "as correntes tradicionais de clientelismo rompiam-se no nível local, onde o PTB tinha que se ligar aos operários. Apesar do ostensivo estímulo oficial, apenas os operários têxteis de Santo André possuíam uma liderança vigorosamente petebista com Henrique Poleto – enquanto o sindicato local de maior importância, o dos metalúrgicos, era um bastião do Partido Comunista."[397].

Por ser um partido criado, de cima para baixo e contar com funcionários do Ministério do Trabalho, em seus quadros de direção, que não eram operários, o PTB, apesar de "ter na figura de Getúlio grande repercussão junto à massa operária no seu

---

[396] FRENCH. John D. *O ABC dos*.... 1995. pág.131
[397] idem

conjunto"[398], era fraco nas bases, o que comprometia seu trabalho de penetração no meio operário.

Aproveitando-se da fraqueza do Partido Trabalhista Brasileiro e contando com um número de operários, muito maior em seus quadros, o Partido Comunista que sempre fora hierarquizado e disciplinado, conquistou rapidamente o espaço não preenchido pelo seu concorrente.

O Partido Comunista, ao contrário do PTB, sabia como articular a atividade eleitoral e política com o sindicalismo. Como nos mostra Ricardo Maranhão, "problemas como o eleitoral eram apenas parte dos que se apresentavam ao que pretendia ser um "partido de novo tipo".(...) "O trabalho decisivo era obviamente o que se fazia nas fábricas e sindicatos, centro mais importante do trabalho de massas segundo todas as declarações dos dirigentes."[399].

Os Comitês Democráticos Progressistas (CDPs), propostos por Prestes desde maio de 1945, também desempenharam um papel preponderante na luta pela conquista de espaço por parte dos comunistas. Todo o trabalho realizado pelo PCB carreou simpatias e identificação de propósitos entre estes e a massa trabalhadora, principalmente porque os Comitês não eram órgãos partidários e deles qualquer um podia fazer parte. Eles proporcionavam, pela primeira vez, aos trabalhadores a experiência de política democrática.

A campanha política e as eleições

As estratégias adotadas pelo Partido – que lhe permitiram uma segunda grande vitória nas eleições estaduais - eram sustentadas pelo número de militantes, de cerca de 180 a 200 mil em todo o Brasil[400], de acordo com Basbaum e Prestes; pela presença do Partido nas regiões urbano-industriais, nos sindicatos, nas grandes células, como aquela da Nitroquímica, em São Miguel Paulista, que chegou a ter mil componentes num universo de 6000 empregados, assim como pela existência da atividade de imprensa, com seus oito

[398] MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e....* 1979. op. cit. pág.80
[399] idem pág.76
[400] Estimava-se, na época, em 60.000 o número de militantes no Estado de São Paulo.

jornais diários em todo o Brasil[401].

Aproveitando-se, portanto, desse contingente e dessas condições, apesar das pressões e cerceamentos que o Partido vivia, e usando da palavra de ordem – luta contra o imperialismo norte-americano e defesa da indústria nacional - que foi o grande tema das campanhas do PCB, o partido lançou-se à disputa eleitoral.

A campanha política que elegeu os candidatos a deputados estaduais, ao contrário do que ocorreu com a de 1945, seria menos rica, do ponto de vista monetário e mais difícil, do ponto de vista da liberdade para a panfletagem e os comícios. Apesar disto, os comunistas tinham um ingrediente que os outros partidos não tinham. Era a disciplina, a abnegação e a crença na construção de um mundo novo e melhor para os menos favorecidos, o que os impulsionava para a realização de seus intuitos, mesmo, com repressão à comícios e violência policial.

Segundo Dona Adoração Villar Segura, militante do PCB e esposa do Sr. João Sanches Segura :

> *"A campanha era feita com auxilio de simpatizantes e as arrecadações podiam ser efetuadas com bingos, quermesses, bailes e rifas. Tudo valia para arrecadar fundos para a campanha estadual."*

A panfletagem e a propaganda eram feitas, como nos conta dona Adoração:

> *"eles lá.... era mão de obra que pagavam , para distribuir, que nem fica até hoje, distribuindo volante.* (refere-se aos partidos PSD,UDN,PTB,PDC,PRP,PR, etc) *E o Partido não, iam os membros do Partido por ideologia. Então eles pegavam e discutiam, era isso, isso, isso... Por isso que tem tanto voto. Eles iam lá nas portas de fábrica.Tinha as reivindicações daquela fábrica, porque, nas fábricas tinha...chamava-se célula, naquele tempo, então eles sabiam das reivindicações e passavam para o Partido e o Partido fazia um material de acordo com as reivindicações, do bairro, da fábrica. E os elementos conhecidos iam lá fazer esses comícios, nas portas das fábricas. Era um trabalho organizado assim, então era fácil por isso. E no interior era a mesma coisa"*

A escolha dos representantes do PCB, para a disputa das eleições Estaduais, ainda segundo Dona Adoração, era assim decidida:

---

[401] O jornal *Hoje*, órgão representante dos comunistas em São Paulo, cumpriu um papel muito importante nas eleições estaduais de janeiro de 1947. Não só como veículo de propaganda dos candidatos, como também de informação sobre as manobras do governo para cercear a liberdade dos comunistas.

"O partido quando organizou campanha eleitoral, foi escolhido na conferência, quem seriam os candidatos. Aí, porque que o partido conseguiu eleger tantos deputados. Eles fizeram um plano de distribuição, cada um onde era mais conhecido, cada um no meio, cada um de acordo com as suas turmas. Por exemplo, ele (refere-se ao Sr. João Sanches Segura), *onde ele voltou, ele não era candidato preferencial do Partido lá"*[402].

O senhor Sanches Segura, acrescenta:

"Eu fui estadual (...), mas eu era preferencial em Sorocaba. E tinha cidades também no interior, que o partido queria eleger determinados candidatos, então colocava (...), fulano de tal é candidato aqui. Vamos arranjar votos para ele, e tal e coisa. Então o Partido trabalhava, também, para o candidato deles lá e também para aquele preferencial do partido que o partido queria que arrumasse uns votos para ele, que era estadual"[403]

Como também narra Armando Mazzo, em suas memórias :

"os comunistas realizavam comícios relâmpagos (nome esse devido à sua pouca duração). Os comícios eram nas praças, nas portas de fábricas ou nos bairros, alguns com poucas pessoas e outros com regular número. O importante é que dentro da planificação podia-se contar às centenas esses comícios".(..) Éramos bem recebidos em Santo André, São Bernardo, São Caetano, Utinga, Mauá e Ribeirão Pires. Ao visitarmos os cultos religiosos, afirmávamos sempre que respeitávamos todas as crenças e religiões, porque nossa tarefa era de lutar pelo bem estar do povo. No final do discurso convidávamos a todos para que se unissem para reivindicar melhorias às suas famílias e, principalmente, aos filhos. Visitamos cultos protestantes, terreiros de macumba, igrejas católicas e até circos" [404]

O senhor Sanches Segura do mesmo modo, se lembra desse particular das campanhas políticas do partido:

"Então, nós fazíamos essas visitas na porta de fábricas, no Jaffet e todas aquelas fábricas, porque o Ipiranga era muito rico em fábricas, que agora não me lembro... então fazíamos essas visitas nas fábricas nas portas das fábricas, às vezes nós entrávamos escondidos, com cuidado, na manjedoura das fábricas. Quem era danada para entrar em manjedoura assim era Maria, a Maria Salas,ela era danada para entrar....

---

[402] Entrevista com Sr. João Sanches Segura e dona Adoração Sanches Segura em 15/08/2003 em São Paulo.
[403] idem
[404] MAZZO, Armando. ***Memórias de*****.....**PMSBC, 1991. op. cit. pág.111

Já em Sorocaba, "reduto" do senhor Segura, a campanha era feita fundada em estratagemas montados pelos dirigentes. Além dos comícios na praça da cidade e nas portas de fábricas, aproveitava-se tudo. Ele conta que chegou a fazer comícios no trem. A cada estação, parava e falava rapidamente a todos, conclamando-os a votarem nos comunistas. Eram os comícios relâmpagos.

A igualmente eleita Zuleika Alambert, lembra de sua campanha em Santos.

"Santos era uma cidade operária, bem operária, e tanto que desempenhou o grande papel na história toda, era o Porto, era ali. Eu vim mais para o Estadual, por causa do peso de Santos, mas ele tinha uma composição operária, muito grande (...)

O problema era o seguinte...A gente não tinha... é tudo diferente da campanha hoje, não tem... a gente não tinha dinheiro , o partido não dava dinheiro nenhum. No meu caso foram as ... mas naquele tempo, na minha época , tinha no Cais, um tipo de trabalhadora, que eram as catadoras de café, porque não tinham... os trabalhos que eles fazem hoje, com gruas e tudo, era no muque. Então, caia café, furava os sacos e essas chamavam-se as catadeiras de café, elas cantavam café para eles, e em geral , essas mulheres viviam na beira do cais então eram semi-prostitutas, mas não interessava, elas faziam o papel delas, que ganhavam o dinheiro delas e tudo, e eu não sei porque ela se engraçaram, também comigo , e formaram, um comitê das catadeiras de café, eu tenho documentado, porque a minha vida eu documentei depois. Aí, então, veio a minha campanha eleitoral e elas fizeram o seguinte, elas cortavam lençóis velhos, lençóis de casa, cortavam as bandeiras penduravam, Votem em Zuleika e tal, e penduravam nos morros.

Eu ia de casa em casa, no morro, no morro do bairro chinês, aqueles morros todos, ali quando você entra na cidade Santos. Eu subia aquele morro com uma pancarta embaixo do braço, chegava lá e espetava. Hoje dona fulana vem falar aqui, entrava toda aquela mulherada, traziam bolo, chá, eu falava, era um negócio na raça, sabe? E você distribuía santinhos, elas punham a mesinha na rua para pegar a assinatura, olha era uma coisa, (...) claro que o partido ajudou, no seguinte sentido, fez grandes comícios.

Quando teve um que foi, Santos a Carlos Marighela, digamos assim, ele foi apoiar minha candidatura e então foi um comício, uma coisa maravilhosa, a cidade tava cheia. A praça. A praça da República, e aí eu me lembro, é uma imagem que me ocorre. Quando era lá pelas dez e meia da noite falando e tal, falei não sei o que, aí eu escuto aquela voz, como se viesse do Cais: ***muito bem companheira****! Eram elas, que estavam ali* (refere-se às catadeiras de café)*, era uma coisa fantástica. E eles pesavam muito na vida, ali né?*

Então eu vivia mais essa contingência de Santos, porque era santistas e depois aquilo tudo era regional.E aí a gente começa a viajar perde todas as bases...

Mas eu fiz, eu corri todo o... o litoral, aquela parte toda, viajando com ele. Com um revólver na cinta, e lá ia, com eles, cinco ou seis daqueles negões do Norte, um era o flor da praia, o outro era o Baciô barriga cortada , eu me lembro deles, eram todos homens de briga lá do nordeste. Então quando

a gente entrava na cidade do interior, como em Marília, eu fiz toda alta paulista, chegava lá, eles entravam na farmácia e diziam: hoje fulana vai falar aqui.
Eles entravam, levavam o microfone punham lá, e era na raça, eu falava, falava, falava.... e....e.... um dia o padre se meteu lá e quis acabar com meu comício e aí eles pegaram e disseram , não, não vai acabar não, ela vai falar e eu falava, e eu sempre escorada por eles. Claro que eles tomavam tanta conta de mim que quando chegava já na cidade eu dizia se não arranjarem água para tomar banho eu não vou falar. Coitados, eles furavam as latas de água e faziam, aquelas coisinhas para tomar banho, olha era incrível como eles me tratavam..... "[405]

As campanhas política do Partido não somente eram mal vistas, pelas autoridades eclesiásticas, como também pelas policiais nas cidades do interior. Armando Mazzo, quando em campanha, foi preso na porta da Pirelli, pelo delegado de polícia e em outra ocasião, como nos conta : "sofri prisão violenta na sede do Partido, à avenida Industrial. Estava só na sede. Fui arrastado por dois tiras e outros dois me espancavam com cassetetes. Da delegacia de Santo André fui enviado para o DOPS, na capital. Fui interrogado pelo delegado, Pedro de Oliveira Sobrinho. Entre outras coisas disse que era espírita e admirava a bravura dos comunistas, porém achava errado o que queriam. Perguntou-me se eu era candidato a deputado. Respondi-lhe que era e estava certo de ser eleito agora."[406]

Se comparada às campanhas de outros partidos, a do PCB - para as eleições Estaduais -, apesar de toda a força de desafio apresentada por seus militantes, foi mais difícil. Embora na legalidade, as autoridades policiais continuavam a ver o PCB como uma nódoa na disputa pelas vagas da Assembléia.

Como comenta Hélio Costa "o Partido Comunista é tratado como partido proscrito. A publicidade da identidade comunista é recebida como um ato criminoso pelos agentes da repressão. As alterações no cenário político brasileiro não pareceu ganhar qualquer relevância para os responsáveis pela manutenção da ordem, nem tão pouco as diligências policiais mudaram de fisionomia."[407] Por decreto federal , por exemplo, os comícios somente poderiam ser realizados com autorização da polícia, o que limitava muito a ação dos comunistas, pois geralmente seus pedidos, ou eram negados ou autorizados, mas revogados no dia em que os "meetings" deveriam acontecer. O PCB, devido a situação que

---

[405] Entrevista realizada com Senhora Zuleika Alambert em 20/06/2003 no Rio de Janeiro.
[406] MAZZO, Armando. ***Memórias de.....*** PMSBC.1991. op. cit. pág.111
[407] COSTA, Hélio da . ***Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra,*** São Paulo:Scritta.1995. ***págs. 81***

já vivia, fez frente à reação, principalmente, como narra Zuleika, no interior de São Paulo.

Diante dos fatos apresentados, podemos concluir que, apesar da penetração comunista ser menor no campo, se seus comícios e propaganda não tivessem sofrido tal repressão e impedimento, provavelmente, o PCB tivesse amealhado mais votos no interior e suplantado o PTB, passando para o segundo lugar , no compito geral dos partidos mais votados para a Assembléia Legislativa.

O desempenho eleitoral do Partido, como se sabe, está relacionado à sua ligação com o movimento operário, o que nos leva a inferir que os deputados eleitos pelo PCB, nas eleições de janeiro de 1947, devem ser reconhecidos como representantes da classe operária. Mesmo dividindo votos com o PTB, o Partido teve a preferência da maioria dos proletários que os escolheram para seus representantes na Assembléia Legislativa de São Paulo. O trabalho de Aziz Simão[408] nos confirma essa premissa, provando que nas regiões de concentração operária, sua votação foi maior do que a do seu "concorrente", o PTB.

Com relação ao poder Executivo, o PCB não apresentou candidato, como já é sabido. O Partido não se achava forte o suficiente para indicar um candidato próprio. Os comunistas já haviam modificado sua postura política, como foi visto , desde dezembro de 1946 no Pleno do CC. Era uma atitude que indicava a "união formal com outros partidos". Foi por isto que o Partido Comunista não incluiu um representante ao governo do Estado na lista preliminar de candidatos, que preencheu no dia 19 de outubro de 1946, no TRE de São Paulo, e não apoiou nenhum pretendente ao cargo até duas semanas antes das eleições de Janeiro de 1947.

Seguindo as orientações do Pleno de dezembro de 1946, o Partido chegou a entabular conversações com os candidatos da UDN, Almeida Prado, e PTB, Hugo Borghi , sem, no entanto, efetivar qualquer aliança.

A decisão, como nos explica Zuleika Alambert, foi do Partido. A escolha de Adhemar foi feita "naquela composição que a gente fazia... como Lula fez agora com o PL. Nós não tínhamos condição para ter um candidato próprio. De jeito nenhum...."[409].

O Sr. Sanches Segura, secretário Estadual do Partido, acrescenta e esclarece :

> *"Bem, eu não apoiei o Adhemar de Barros, foi o Partido. Eu acompanhei a coisa, como bom comunista, fiel ao Partido. Eu segui a orientação do Partido e apoiei o Adhemar de Barros, mas apoiar, apoiar é*

---

[408] SIMÃO, Aziz. "O voto operário em São Paulo" IN: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte. 1956.

[409] Entrevista com Senhora Zulcika Alembert realizada em 20/06/2003 no Rio de Janeiro.

muito pouco. Eu trabalhei na campanha do Adhemar de Barros...(..) fiz comícios, vários comícios, pró Adhemar de Barros. E não é que eu considere o Adhemar de Barros um homem 100% , pelo contrário, eu acho que como político ele deixou muito a desejar na sua atuação(..). Podia ter feito muita coisa boa , muito mais do que fez , mas vamos deixar por aí. O Adhemar de Barros não é uma figura que aqui no Brasil se possa dizer que é um... foi um mal como político, ele foi a média do que foram os políticos no Brasil . Políticos burgueses bem entendido, porque dos políticos da classe operária só tenho que elogiar ou me queixar da polícia.(..)

Mas quando o partido apóia algum político, tem sempre uma razão política para dar esse apoio. (...) a direção do Partido conversava. Sempre colocava o problema vital para o partido na ocasião, que era a luta em defesa da legalidade do partido. E como político, o Adhemar também, entrou na conversa com o partido. E que conversa que o partido teve com Adhemar de Barros? Teve com Adhemar de Barros a conversa dizendo que o partido, o que não queria era pejo ou defeito, não havia nada condenado em apoiar o Adhemar de Barros, dependendo da posição em que o Adhemar de Barros tomasse, na eleição que ele queria participa. E foi assim que ele em conversa com a direção do partido se comprometeu, se eleito, travar a batalha em defesa da legalidade, contra a suspensão do partido, pela legalidade do partido, contra aqueles que lutam pelo fechamento do partido."[410]

O jornal *O Estado de São Paulo* publica na seção "O Momento político", do dia 05/01/1947, sem muito destaque, notícia sobre o Comício do Partido Comunista, realizado na noite do dia 04/01/1947, na vale do Anhangabaú, onde foi apresentou o nome do candidato dos comunistas a governador. Apesar de comentar que o nome do pretendente ao cargo de governador, foi mantido em sigilo durante muito tempo, e que finalmente o Partido Comunista havia escolhido o candidato do PSP, não faz mais nenhum referência a Adhemar e nem dá seu nome.

O jornal *Hoje*, órgão representante do Partido Comunista em São Paulo, em sua edição de 20/02/1947- portanto após a vitória da coligação PSP/PTB/PCB - , publica o comunicado, comentando as resoluções do Pleno do Comitê Municipal de São Paulo do PCB, que assim justifica a escolha de Adhemar, sua crença na democracia e as perspectivas para as eleições municipais :

"A vitória eleitoral sobre a oligarquia, a parte mais reacionária do alto clero dirigida pela L.E.C. e a demagogia trabalhista de Getúlio, mostrou mais uma vez a justeza da nossa linha política e elevou o processo de União Nacional a uma fase superior, como também mostrou o quanto foi positiva a aliança formal entre o nosso Partido e o PSP, abrindo as possibilidades para a formação de um governo de confiança popular, com a colaboração de todas

[410] Entrevista com Sr. João Sanches Segura realizada em 15/08/2003 em São Paulo

as forças democráticas, que queiram realmente enfrentar e resolver os angustiantes problemas da carestia, transporte, habitação, escolas, hospitais, creches, etc.. O Pleno chama a atenção de todo o Partido na Capital para o fato de sermos majoritários, e tendo por isso decidido a vitória do Sr. Adhemar de Barros, criando condições as mais favoráveis para através da mobilização das mais amplas camadas populares, conquistarmos uma Constituição democrática e progressista. Assim como a vitória nas próximas eleições municipais"[411].

Realizadas as eleições de 19 de janeiro de 1947, Adhemar é eleito. Muito se tem especulado sobre a participação dos comunistas na vitória de Adhemarista. Como vimos, mesmo o órgão do Partido, em São Paulo, – jornal Hoje - defende esta idéia naquele momento. Apesar da dificuldade empírica de se confirmar essa premissa, devemos defendê-la como provável, já que a diferença entre Adhemar e o segundo colocado, que foi Hugo Borghi, foi apenas de 53.135 votos.

Levando-se em conta que o número de militantes do Partido só no Estado de São Paulo era de aproximadamente 60.000 membros e que, segundo Aziz Simão, "nas eleições para os Executivos federal e estadual, em 1945 e 1947, o eleitorado operário votou nos candidatos indicados pelos chefes do PTB e do PCB"[412], tudo leva a crer, a partir dessas evidências, que sem o apoio dos comunistas Adhemar corria o risco de não ser eleito, já que naquela ocasião, a penetração de seu partido no interior era muito fraca[413]. Adhemar ganhou as eleições com os votos da cidade e das regiões onde predominava o operariado.

Nas eleições de 1947, o PCB, mostrava sua pujança política. Ficou em terceiro lugar na Assembléia Legislativa de São Paulo, elegendo 11 representantes[414], e no Brasil inteiro sagrou 46 deputados em quinze dos vinte e um Estados.

Dos onze representantes que assumiram as cadeiras da Assembléia, em março de 1947, sete eram operários (Armando Mazzo, Clóvis de Oliveira Neto, Estócel de Morais, João Sanches Segura, Lourival Costa Villar, Mautílio Muraro e Roque Trevisan) e quatro intelectuais (Caio Prado Jr., Catulo Branco, João Taibo Cadórniga, Milton Cayres de Brito)[415].

---

[411] Jornal *Hoje de 20/02/1947.*

[412] SIMÃO, Aziz. O voto operário em.....1956. op. cit. pág.138

[413] Esta idéia também já foi defendida por Helio Costa, Pedro Estevam da Rocha Pomar , Leslie Bethell e até por Mario Beni, deputado pelo PSP eleito em 1947, por exemplo.

[414] Vide quadro 6 pág.171

[415] vide biografia dos deputados comunistas, que assumiram cadeiras na Assembléia Legislativa de São Paulo, no final deste trabalho.

A vitória dos Comunistas e a Assembléia Constituinte Estadual.

Eleitos os deputados para a Assembléia Estadual, sua diplomação, junto com a do governador, se deu no dia 10 de março, no Palácio da Justiça. A solenidade que teve início às 14 horas somente terminou às 17:30, com a diplomação final do governador. Após essas solenidades tiveram início "as festividades populares", como frisava o jornal Hoje. Os comunistas organizaram, junto com o PSP, a "Marcha da Vitória", que culminaria no vale do Anhangabaú para o Comício dos eleitos.[416]

O jornal *Hoje* porta voz dos sentimentos dos comunistas, deixa transparecer as expectativas que cercavam, não só os comunistas como todos naquele momento.

> *"Numa demonstração eloqüente de júbilo pela volta do Estado de São Paulo ao regime democrático, por motivo da diplomação do Governador e dos Representantes do Povo, será realizada uma marcha popular, a "Marcha da Vitória", uma das maiores demonstrações democráticas do nosso povo que homenageando o governador eleito pelo seu voto, homenageia também o advento de uma nova era de democracia entre nós, depois dos nefandos dias do Estado Novo. O Povo e o seu governo confraternizarão nas ruas agora, sem a necessidade de Polícias Especiais, de aparato bélico que sempre cerceou as conhecidas manifestações de "apreço" realizadas no período negro da ditadura."*[417]

A importância do fato era inegável, o fim do Estado Novo abria grandes perspectivas e esperanças, não só para os deputados eleitos como também para a população que acreditava estar vivendo um novo momento, sem repressão e de liberdades democráticas.

Para os comunistas esta etapa era especialmente importante, pois, reforçava a crença de que as instituições democráticas eram sólidas e inabaláveis. Neste dia (10/03/1947), no mesmo jornal, o PCB faz publicar o "Manifesto do Partido Comunista do Brasil ao povo de São Paulo". Este documento emitido pelo Comitê Estadual do PCB, e datado do dia anterior, registra as expectativas do partido frente os rumos que Estado tomaria dali para frente.

O manifesto dirige-se a todo o povo de São Paulo e reforça seu voto de confiança naquele que eles chamam de "mais populoso e dinâmico" Estado do Brasil. Reitera sua posição de fidelidade à democracia e de emancipação nacional, defendendo as posições

---

[416] Vide fotografia número 5.

[417] Jornal Hoje edição número 415 , Ano II, de 10 /03/1947

que foram responsáveis pela sua eleição. A defesa da "Linha Justa", o desenvolvimento de um capitalismo nacional com a "burguesia progressista", uma contínua luta contra o fascismo e o imperialismo e a promessa de realização do Programa Mínimo[418] com que se apresentaram ao eleitor.

O documento conclama os operários, camponeses, intelectuais, jovens, e a todos os elementos democratas e progressistas para se organizarem e se unirem em torno da Assembléia Constituinte Estadual e do dr. Adhemar de Barros, a fim de consolidar a legalidade democrática de São Paulo, base da autonomia estadual e garantia do regime constitucional do Brasil. E termina saudando a Constituinte Estadual, "para cuja tarefa histórica de elaborar uma Constituição democrática volta-se o povo cheio de confiança e entusiasmo" e o novo governador de São Paulo, "de quem o povo espera um governo de acordo com os seus anseios de progresso, de cultura, de ordem e de democracia".

O Partido Comunista, naquele momento, demonstrava uma grande crença no regime democrático e na possibilidade de unir o discurso da democracia representativa à democracia de base.

Assumidos os seus postos, no dia 14 de Março de 1947, composta a Mesa e iniciados os trabalhos da Assembléia Constituinte, o Partido teria que vivenciar, na prática, aquilo que seu discurso havia privilegiado até aquele momento em São Paulo. Nem sempre seria fácil unir as duas coisas, a prática e o discurso.

Composta a bancada do PCB na Assembléia Legislativa, teremos 11 deputados comunistas contra 64 não comunistas. Além da espada de Dámocles que pairava sobre a cabeça do partido, já que o cancelamento de seu registro já havia sido pedido, temos, pelos números, uma idéia bem nítida do confronto que os deputados comunistas teriam de enfrentar.

Os trabalhos da Constituinte tiveram a presença marcante do Partido Comunista, que pretendendo manter-se coerente com seus princípios e determinações do Comitê Central, lutou na defesa dos interesses, principalmente, dos trabalhadores e da população paulista mais carente. Os deputados comunistas estiveram, sempre presentes na

---

[418] O Programa mínimo defendia: a soberania popular, a independência dos poderes ,a revisão do sistema tributário e dos contratos com as companhias estrangeiras, o aumento de vencimentos aos funcionários públicos, o equilíbrio orçamentário, além da luta pela melhoria da educação, saúde e assistência social aos mais necessitados do Estado. Tal programa servirá como base ao anteprojeto de constituição oferecido à comissão especial de Constituição da Assembléia Legislativa, pelo PCB.

composição de comissões relevantes ao interesse público.

Desde o início dos trabalhos os comunistas se destacaram. A primeira comissão, que teve como finalidade a elaboração do Regimento Interno da Constituinte, contou com a presença de Caio Prado Junior, que a presidiu. No dia 1° de abril foi criada a Comissão Especial de Constituição, encarregada de elaborar o anteprojeto, analisar as emendas e redigir o texto final da Constituição, e teve a participação de Milton Cayres de Brito, líder da bancada comunista e novamente, Caio Prado Junior.

Com relação ao trabalho da bancada do PCB na Assembléia, como esclarece Dona Adoração:

> *"Eles dividiam as teses e os trabalhos, então, o que interessava para... Eles iam fazer um projeto. Então se era um projeto mais ligado aos operários e tal, ia ele* (refere-se a seu esposo Sr. Sanches Segura*), o Mazzo, ou outro. Se era um problema de energia e tal, ligada a energia , era o engenheiro Catulo Branco, então eles dividiam e davam tarefas. Tinha o secretário dos deputados , tinha bancada , eles faziam reunião permanente e distribuíam o trabalho"*[419].

Tal estrutura organizacional também é lembrada pelo Sr. Sanches Segura, que acrescenta :

> *"Quando eu falo em Partido , tenho que falar na organização do Partido. Havia um controle, por que? Porque a bancada do Partido , dos deputados comunistas, fazia reuniões, antes de ir para a Assembléia. Quando tinha coisa importante....(..) Então quando havia uma coisa importante que o Partido devia tomar posição, nós reuníamos a bancada, discutíamos para saber bem do que se tratava e depois, então, ficava com a tarefa para falar , uma ou outra pessoa que quisesse falar. Podia falar, mas sempre tinha quem falasse.Quem quisesse falar podia falar a vontade.Então não ficava sem resposta qualquer coisa que se discutisse importante, para o povo, na Assembléia. Não ficamos devendo nenhuma palavra, ao povo, de coisas que se discutia na Assembléia, discutíamos tudo."*[420]

Como acrescenta Armando Mazzo, em suas memórias, "nossa bancada primava pela unidade monolítica . Praticávamos o verdadeiro centralismo democrático. Uma vez discutida e aprovada uma questão a minoria se submetia à maioria e a totalidade a defendia e votava."[421]

Além de primar pela organização e respeito pela estrutura interna do Partido, os trabalhos da bancada Comunista, no decorrer de todo o processo constituinte, foram

---

[419] Entrevista Dona Adoração e Sr. João Sanches Segura
[420] idem
[421] MAZZO, Armando. *Memórias de*.....PMSBC.1991. op. cit. pág.113

baseados em seu programa mínimo, que como lembra Dainis Karepovs e Christiani Marques, pautava os trabalhos dos constituintes comunistas e era dividido em sete tópicos[422].

a) A defesa da soberania da Constituinte : defendia a elaboração de uma constituição democrática e progressista, a responsabilidade perante o povo, a ratificação da nomeação dos secretários de Estado, a duração de dois anos de mandato para os deputados e a extinção da Polícia Política.
b) As normas e medidas econômicas : propunha o aumento geral de salários, estímulo à produção agrícola, terras para os camponeses, reforma dos contratos de arrendamento, combate ao "câmbio negro", crédito agrícola a 3%, abastecimento e distribuição de gêneros alimentícios, defesa da indústria nacional, energia abundante e barata, revisão dos contratos da "Light" e "Bond and Share", incorporação ao Estado dos trustes e monopólios, revisão do sistema tributário e equilíbrio orçamentário.
c) Os transportes públicos : defendia o reaparelhamento das vias férreas, a aplicação do "fundo de melhoramentos" de transporte, a exploração de todo o serviço ferroviário e a importação direta de caminhões.
d) Os municípios : propunha que estes recebessem, por parte do Estado, a garantia de empréstimos ou assistência técnica para a solução de seus problemas.
e) Educação e Saúde : defendia o ensino público e gratuito, a melhor remuneração aos professores e a criação e ampliação da rede de saúde.
f) Amparo ao trabalhador : defesa da habitação barata e a obrigatoriedade, por parte dos fazendeiros, de construir casas para os colonos.
g) Funcionalismo público: reajuste de seus vencimentos e a efetivação dos extranumerários.

Este programa que norteava a ação dos constituintes comunistas tornou-se um anteprojeto[423] que foi oferecido à Comissão Especial de Constituição, sem, no entanto, ser discutido por ela.

Como lembrou Dona Adoração, coube a cada membro da bancada, dependendo de sua afinidade, a defesa de cada um desses princípios.

---

[422] KAREPOVS, Dainis. (coord.) *Caio Prado Junior – Parlamentar Paulista*. São Paulo:ALESP/Imprensa Oficial do Estado. 2003. pág.18

[423] Verificar o anteprojeto, na integra, no Anexo IX

Quando a Comissão Especial terminou os seus trabalhos , em 28 de abril de 1947, e o anteprojeto de Constituição foi distribuído pela Mesa ao plenário, para o início das discussões e aprovação de emendas, a bancada comunista esteve preparada para elas .

O deputado Catulo Branco, por exemplo, na ocasião dos debates acerca da situação do funcionalismo público, defendeu a substituição do conceito de "concurso", para o de "prova de habilitação", aplicada por uma "comissão civil"[424]. Fundamentou sua defesa no argumento de que os concursos eram ineficientes já que freqüentemente eram burlados pelo protecionismo.

Nos debates sobre as "comissões mistas" Catulo Branco, apontou o fracasso do DASP, no trato com a questão dos concursos e admissões, assinalando que o Departamento se tornou centralizador e acabou incorporando critérios políticos na contratação de pessoal. Discutindo esta mesma questão, propôs a criação dessas comissões mistas dentro das repartições, justamente para evitar o "filhotismo" e o apadrinhamento no serviço público. Suas propostas, no entanto não foram acatadas.

Nas discussões que envolveram a questão da aposentadoria, a bancada defendeu a aposentadoria aos 65 anos, por não considerar adequado o limite para 70 anos, já que a média de vida do brasileiro, naquela época era de 45 anos. Propõe o estudo do aumento dos valores da aposentadoria, tendo em vista as dificuldades que o brasileiro enfrentava para sobreviver naquelas condições do pós-guerra.

Na questão dos cartórios a Emenda nº 684, dos deputados Motta Bicudo (PSP), Valentim Amaral e Porphirio da Paz , do PTB, propunha que "nenhum servidor público, inclusive serventuário, pago ou não pelos cofres públicos, poderá receber vencimentos, remuneração ou proventos, em quantia superior ao que percebe, a qualquer título, o Secretário de Estado no exercício desse cargo."

A emenda pretendia restringir os ganhos obtidos pelos detentores de cartórios, em virtude da desvinculação dos mesmos com o Estado, mesmo exercendo um serviço público. Votada em 10 de junho a emenda acabou sendo rejeitada, após empate obtido pelo voto do presidente da Mesa.

Mais uma vez , referendado pelo quadro 9, percebe-se que a bancada comunista foi precisa, na coerência e na defesa dos princípios democráticos.

---

[424] " a comissão civil que proponho poderá fazer muito bem. Qualquer resolução que venha de algum Departamento é sempre generalizada, podendo beneficiar uns, mas também prejudicar outros.(..) Com a criação da comissão civil, tem-se uma solução para o caso (de protecionismo político), pois existindo uma no seio de cada repartição, verá sempre quem merece e pode ser promovido". (Atas da Assembléia Legislativa, 1947)

Quadro 9

Distribuição de votos por partido – Emenda nº 684[425]

Partido	A favor	Contra
PSD	**4**	**14**
UDN	**1**	**5**
PSP	**5**	**2**
PCB	**11**	**-**
PTB	**5**	**1**
PPT	**1**	**4**
PR	**-**	**1**
TOTAL	**27**	**27**

No debate sobre desapropriação de terras, que foi acirrado, representou a bancada , seu líder, o deputado Milton Cayres de Brito, que criticou o latifúndio apontando que, quando produtivos, se dedicavam, como no período colonial, à monocultura de produtos para a exportação, razão pela qual se verificava a carência de produtos de primeira necessidade. Apontava, justificando sua posição, que 56% da área cultivada no Brasil era ocupada pelo cultivo do café, algodão e milho. Definiu o regime social brasileiro como "semifeudal" - como queriam os teóricos do Partido – com relações de produção pré-capitalistas e sustentou que, devido a todas estas condições , ainda existiam no campo relações de semi-servidão.

O deputado Caio Prado Junior, por exemplo, quando da discussão parlamentar sobre a arrecadação tributária, defendeu a predominância do Imposto Territorial sobre o Imposto de Vendas e Consignações. Alegando que se Estado fizesse um levantamento do número de imóveis rurais e seus valores venais fossem atualizados, a uma taxa de 7%, este imposto, suplantaria a arrecadação do IVC, mesmo que tal tributo não atingisse o pequeno produtor, uma vez que áreas com menos de nove alqueires não seriam atingidas. Defendeu, igualmente, o aumento das taxas de contribuição de melhoria, principalmente aquelas às margens das rodovias. O deputado pecebista chegou, mesmo, a apresentar um exemplo,

[425] Fonte : LONZAR, Willian e BARTOLI, Valdir Vivente. *A ConstituintePaulista de...*1989. op. cit. .pág.37

com um balanço anual de uma fazenda, cujo valor venal era de Cr$ 800 mil e seu lucro Cr$ 400 mil, provando que , se cobrada uma taxa de 5%, o IT seria de Cr$ 40 mil, ou seja, apenas 10% do lucro líquido.

Caio Prado Junior, defendendo intransigentemente um princípio da legislação tributária[426] , chegou a explicar, detalhadamente que , se aprovado, o IVC acresceria quatro ou cinco vezes o preço das mercadorias, resultando em alíquotas finais de mais de 15% e penalizando o consumidor final. Provou, através de cálculos, que os comerciantes acabariam repassando tal imposto, como custo, no momento de avaliar seu lucro.

Em votação nominal, quando o projeto de Constituição estava sendo julgado , a Emenda nº 405, que propunha o fim da progressividade do imposto territorial, foi aprovada por 38 votos a 25 e a Emenda 409 que mantinha a vigência do Imposto de Vendas e Consignações também foi aprovada por 44 votos a 18. O quadro 10 abaixo demonstra, com clareza, a posição unânime adotada pelos comunistas , frente a defesa desses princípios discutidos acima.

Quadro 10

Resultado por Partido da Votação das emendas nº 405 e 409[427]

Partido	Emenda nº 405		Emenda nº 409	
	Favor	Contra	Favor	Contra
PSD	19	2	21	-
UDN	7	-	4	3
PTB	-	6	4	2
PPT	6	-	5	1
PCB	-	10	-	10
PDC	2	-	2	-
PSP	1	7	6	2
PR	3	-	2	-
PRP	-	-	-	-
TOTAL	38	25	44	18

[426] Segundo Caio Prado Jr. "O imposto sobre a renda é progressivo em função da renda. Isto (a progressividade no IT) estabeleceria uma harmonia dentro do sistema tributário." Atas da Assembléia Legislativa...1947

[427] Fonte : LONZAR, Willian e BARTOLI, Valdir Vivente. *A ConstituintePaulista*...1989. op. cit. pág.33

Como as Atas e os Anais da Assembléia nos mostram, e o trabalho coordenado por Dainis Karepovs[428] referenda, Caio Prado Junior e a bancada comunista apresentaram vinte e quatro emendas e subscreveram solidariamente mais sete , ao Projeto de Constituição. Essas emendas referiam-se: à atualização de vencimentos de inativos, à duração de dois anos de mandato de deputados, à permissão de elegibilidade para cidadãos naturalizados, à extinção do DEOPS, à necessidade da realização de recenseamento de 10 em 10 anos, à constituição de comissão para resolver sobre classificação e promoção de funcionários na esfera do Ministério Público, ao levantamento aerofotogramétrico do Estado de São Paulo, ao ensino público e gratuito em todos os níveis, à fiscalização da ação da polícia pela Promotoria Pública, aos critérios para auxílio e subvenção do Estado à instituições particulares de assistência social, à abolição da polícia política e especial, à autonomia para as estâncias hidrominerais, à extensão das garantias trabalhistas aos operários do Estado e dos Municípios.

Durante os trabalhos constituintes o PCB envolveu-se, não só na defesa das emendas propostas e na construção de uma Constituição legítima, como também em outras questões importantes, como, por exemplo, aquela da proposição do "Ato Constitucional", da UDN, que dava ensejo à luta da oposição pelo impedimento de Adhemar de Barros. Naquela ocasião o Partido ainda acreditava em Adhemar e esperava que ele cumprisse as promessas assumidas no acordo firmado antes das eleições, por isso, não defendia esta idéia.

O Partido Comunista entendia, também, que esta manobra da UDN e do PSD era uma tentativa de, ao propor urgência na imposição da "Emenda nº 5", excluir das discussões, os "dispositivos problemáticos" que se referiam a matérias de interesse popular (funcionalismo público, ordem econômica e social, assistência social). Além disso, a formação do "Bloco Parlamentar" encabeçado pelos proponentes da emenda tinha, não só o intuito de cercear a ação do Governador, como, igualmente, limitar o raio de ação dos partidos de esquerda na Assembléia, naquele momento representados pelo PTB e pelos comunistas, e eles sabiam disto.

Alicerçado pela união com o PSP, PTB e PR, o PCB conseguiu combater a proposição do "Ato Constitucional", que foi retirado pelo "Bloco Parlamentar". Sua tranqüilidade, no entanto, seria perturbada, ainda durante os trabalhos Constituintes, pois

---

[428]KAREPOVS, Dainis. (coord.) ***Caio Prado Junior – Parlamentar*** *Paulista.* São Paulo:ALESP/Imprensa Oficial do Estado. 2003. pág.19

foi no mês de maio, mais precisamente no dia 7, que o Partido Comunista do Brasil , teve seu registro cassado.

A Constituição ficou pronta, sua promulgação se deu em 09 de julho de 1947, com grande festa e participação da população paulista. O povo de São Paulo via na consecução desse feito a construção da democracia no Estado. Entretanto, a liberdade peculiar da democracia não atingiria o PCB na Assembléia. Cassado seu registro, o fantasma da cassação dos mandatos rondava os deputados comunistas. Os seis meses que separavam a promulgação da Constituição da cassação dos mandatos seria um tempo de batalha. Os representantes comunistas lutariam para permanecer presentes, não só na Assembléia como no cenário político-institucional brasileiro.

O populismo adhemarista e o PCB .

Iniciados os trabalhos da Constituinte em março de 1947, os meios de comunicação noticiavam, já, as possíveis conseqüências do parecer Barbedo[429]. Apesar do Jornal *Hoje* apresentar muitas criticas ao julgamento do procurador da República, os outros diários, não ligados ao Partido, cogitavam, para breve, o cancelamento do registro do PCB.

Sob a égide da apreensão o Partido Comunista iniciou sua experiência Parlamentar, em São Paulo. Presente, também, nos sindicatos e envolvido no movimento operário, acreditava que apelando para a proteção da Constituição Federal, promulgada em 18 setembro de 1946, e contando com o apoio do governador, estaria a salvo dos ataques, tanto na Casa Legislativa quanto nas fábricas e sindicatos.

Como nos relata John French, "três dias após a posse, do *governador (grifo meu)* a afiliada estadual da jovem Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), de centro-esquerda, lançou sua campanha nacional de sindicalização com um comício que reuniu dezenas de milhares de operários de São Paulo. Tendo por meta 200.000 novos membros de sindicatos em âmbito nacional e 50.000 no estado, a CGTB procurava explorar as novas condições favoráveis sob o governo de alguém que, esperava-se, iria eliminar os obstáculos à ação do movimento operário"[430].

---

[429] O Sr. Alceu Barbedo era procurador da República e em seu parecer era favorável à cassação do Registro do Partido Comunista do Brasil sob a alegação que o símbolo do Partido, a foice e o martelo, representava a divisa do movimento comunista internacional e que o Partido Comunista não era Brasileiro porque usava a designação *do Brasil*, o que indicava sua ligação com o estrangeiro.

[430] FRENCH, John D. *O ABC*... 1995. op. cit. pág.206

Associados aos esforços de organização de ativistas sindicais e das iniciativas de operários da base – existência das comissões de fábrica - , quatro dias após o início do governo Adhemar, uma onda de greves se inicia no Estado. Em Santo André 1.500 operários têxteis iniciaram greve de uma semana contra a divisão de fiação e tecelagem Rhodiaseta da empresa francesa Rhodia. Baseados, agora, naquilo que nunca tinham podido exigir – o amparo da lei Constitucional – lutavam , também, pelo cumprimento do artigo 157 da Constituição Federal que estabelecia o descanso semanal remunerado.

Adhemar de Barros atendendo às expectativas do Partido adotara uma postura de atenção para com o movimento operário e seus representantes comunistas nos sindicatos. Afinal, nem poderia ser diferente, pois, além do acordo recém firmado com os comunistas teria de lidar com uma situação inusitada - a existência do operariado organizado e suas reivindicações – e para isso era necessário prudência.

As expectativas de amparo da classe operária, por parte de uma autoridade do executivo, não eram apenas preocupações do proletariado paulista. O que tudo indica é que se esperava que Adhemar fosse um arauto na defesa das reivindicações do operariado em todo o Brasil. Como noticia o *Hoje* em sua edição do dia 18 de março de 1947:

> *"Entre as inúmeras mensagens recebidas pelo governador Adhemar de Barros, por ocasião de sua posse, figura a que lhe foi dirigida pela União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, nos seguintes termos:*
> *"A União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, através de seu representante, membro da Comissão Executiva, Dr. Medeiros Jansen, sente-se honrada em transmitir a v.exa.o jubilo da classe trabalhadora carioca pela posse de v.exa. no alto cargo de governador do Estado de São Paulo.*
> *Apoiado e prestigiado pelo proletariado e o povo em geral, confiamos em que v.exa. governará democraticamente o grande estado paulista, contribuindo para a consolidação do regime constitucional no país,criando um clima de respeito e liberdade, de paz e progresso.*
> *Respeitosas saudações(a) Agostinho de Carvalho, secretário geral".*[431]

Entre meados de março e começo de maio de 1947, como nos conta French, o governador eleito de São Paulo inicia "uma arte populista de governar voltada para o operariado, que é uma boa ilustração tanto das inovações quanto das tensões do

---

[431] Jornal *Hoje*, 18/03/1947.

empreendimento populista"[432].

O governador do Estado pondo em prática sua tática, já que precisava dessa força política para fortalecer a si e a seu partido, chegou a receber, em palácio as delegações dos conselhos sindicais do Estado e da cidade de São Paulo, acompanhados pelo presidente nacional do CGTB, o comunista Roberto Morena[433]. "Os encontros de Adhemar com delegações sindicais e operárias desse tipo transcorriam em base muito menos paternalista do que antigamente. Além disso, as delegações operárias que desfilavam na mansão do governador eram muito mais assertivas em suas apresentações, reflexo da força dos sindicatos e da recém-descoberta influência política do operariado. Num gesto simbólico, Adhemar chegou a prometer ajuda aos grevistas envolvidos em grave conflito com a Estrada de Ferro São Paulo-Goiás"[434], o que não ocorreu.

A partir do início de seu governo cabia a Adhemar, o controle do movimento operário paulista[435], já que o Departamento Estadual do Trabalho (DET) era o responsável pela "questão operária" no Estado. Os recentes "acontecimentos paulistas", no entanto, irritavam as autoridades federais e colaboravam para que as vozes de oposição, que pediam a "cabeça" do governador, fossem ouvidas.

Durante a greve de uma semana da Rhodiaseta, por exemplo, o Ministro do Trabalho, *Morvan Dias de Figueiredo,* combateu explicitamente as exigências "exageradas" de aumentos salariais nas negociações em andamento na justiça do trabalho e mostrou seu desagravo pelo que vinha acontecendo em São Paulo. Caracterizava as greves como " "plano de agitação" e "confusão" a fim de facilitar a consecução das metas sinistras de um grupo não-identificado".

O jogo do populismo era manifesto. O governador do Estado não evidenciou uma identificação com os empregadores, como havia feito seu antecessor, Macedo Soares. Segundo John French, "isto não significava que se identificasse inequivocamente com os operários e com seus sindicatos ou partidos políticos".Para French, "na verdade, *ele(grifo meu)* não tinha interesse algum em ser o porta-voz dos operários e tinha pouca vontade de admitir o controvertido PCB como verdadeiro parceiro na administração do Estado". Continuando acrescenta que "uma vez eleito para o cargo, o governador procurou

---

[432] idem

[433] Jornal *Hoje* 25/03/1947

[434]FRENCH, John D. *O ABC... 1995 . op. cit.* pág.209

[435] Foi a partir do dia 1º de Agosto de 1946 que São Paulo tornou-se o único Estado não submetido à supervisão do Ministério do Trabalho. As responsabilidades foram transferidas para o Departamento Estadual do Trabalho (DET).

apaziguar todos os grupos de interesse, sem marginalizar definitivamente nem um só grupo – uma marca registrada do populismo. Publicamente, cortejava os operários com gestos tais como promessa de apoio oficial para um comício de 1° de maio planejado pelos sindicatos e, secretamente, fazia acordos com os industriais."[436]

Este jogo populista de Adhemar vai continuar até a cassação do registro do Partido Comunista. Se sua retórica é de apoio ao movimento operário, sua ação, patrocinada pelo "antioperário" Eduardo Gabriel Saad, ex-delegado de polícia de Santo André e agente do DOPS, responsável pelo DET, é de repressão às reuniões sindicais e de violência policial.

Os comunistas, na Assembléia Legislativa, como ocorria, até aquele momento com Dutra, viam tais manifestações de violência policial e invasões de sindicatos, como obra de fascistas que ainda ocupavam o governo. O deputado Armando Mazzo, em nome da bancada comunista da Assembléia, no dia 30 de abril, chamava a classe operária de "a classe do futuro" e referindo-se aos acontecimentos da greve da Rhodiaseta e seus resultados favoráveis, com a participação do governador, elogiava a ação do proletariado "nas conquistas democráticas dos últimos anos". Denunciava, entretanto, a presença de "forças de retrocesso" que ainda não haviam desistido de "suas aspirações reacionárias"."[437]

Como podemos perceber a tática adotada pelo Partido – luta contra o fascismo e união nacional – ainda orientava os seus líderes, tanto da direção Estadual, quanto dos sindicatos e até mesmo da Assembléia, os deputados de sua bancada.

Nas palavras de Salomão Malina, militante do PCB na época, "em 1947, (...) avaliamos mal a conjuntura – julgávamos que o quadro de ascenso democrático tinha perspectiva de longo prazo, o que contribuiu para não prepararmos o Partido para a mudança política que veio a seguir"[438]

A ação populista de Adhemar retardou, também, esta consciência e este preparo do qual fala Malina. A crença, por parte dos comunistas, dos sindicatos e até dos operários, de que o governador estava de seu lado, evitou a luta mais efetiva contra o recrudescimento do regime e a campanha anticomunista em marcha. Isto determinou o destino do PCB na conjuntura.

---

[436] idem

[437] Cf. Anais da Assembléia Constituinte . 36ª sessão ordinária. V. I, 30/04/1947.

[438] ALMEIDA, Francisco Inácio de,(org.) *O Último Secretário – A luta de Salomão Malina.* Brasília:Fundação Astrojildo Pereira (FAP) 2002. pág. 114

Muito antes da posse de Adhemar o Partido já havia enfrentado ações repressivas da polícia. O populismo adhemarista e a liberdade momentânea em que viviam naquela ocasião em São Paulo, não os livrariam de ter que lidar, também, com as forças da repressão . A legalidade de nada adiantava contra as forças policiais que, representando a vontade das elites e os interesses externos, cumpriam o papel de contenção das manifestações operárias e da ação dos comunistas. As imunidades parlamentares também não eram respeitadas, seus parlamentares foram seguidamente vítimas das ações policiais e o partido continuou a sofrer duros golpes com invasões de sedes e prisões de militantes.

A cassação do registro, os parlamentares comunistas e seus mandatos.

Os Partidos comunistas do mundo passaram a rever suas posições, com relação ao mundo capitalista, desde fins de 1946. A nova linha comunista internacional era uma resposta às manobras adotadas pelos EUA e Grã-Bretanha, principalmente, na Europa. O discurso de Harry Truman em 12 de março de 1947 deu a partida para que o antagonismo, que já era perceptível, se tornasse visível entre a URSS e os EUA. Com o início da Doutrina Truman, então, os PC's passaram a apresentar uma maior incompatibilidade em relação aos governos capitalista, principalmente aqueles, que como o nosso, colaboravam com os interesses externos. Essa nova linha mais agressiva, adotada também pelo Partido, aqui no Brasil, incomodava os "donos do poder".

O PCB que tinha provado ser um "condutor" das massas trabalhadoras, devido às suas vitórias eleitorais, em dezembro de 46 e em janeiro de 1947, assustava as elites brasileiras que viam nele um perigo constante. Como comenta Marco Aurélio Santana, "o fato de ter trazido trabalhadores para a tribuna parlamentar, palco sempre das movimentações das elites, foi criticado, ainda que sutilmente, dentro e fora da Assembléia. A elite não só parecia pouco apta a aceitar um partido comunista, mas também a se ver às voltas, tão próxima e em tal grau de igualdade, com membros das classes subalternas"[439]

---

[439] SANTANA, Marco Aurélio. ***Homens Partidos. Comunistas e sindicatos*** *no Brasil.* Rio de Janeiro:UNIRIO/BOITEMPO, 2001. pág.49

Ilustrando esta animosidade que os partidos, dessa elite, apresentavam com relação ao PCB, temos o depoimento da deputada Zuleika Alambert que narra os acontecimentos do dia de sua posse na Assembléia Legislativa Paulista. :

> *"... o dia que eu fui tomar posse, ela* (Conceição Santamaría a única deputada até aquele momento – grifo meu) *chegou assim, cruzou as pernas, porque eu estava na salinha lá esperando, porque tem que alguém introduzir você , né, com o meu tailleur preto de mono, como dizia, sapato de homem, naquela fase da contestação. Aí, ela chegou e disse assim : você quer me buscar um copo d'água ? Ai falei assim , minha filha não posso ir porque eles vão me buscar para me levar para o plenário, porque eu vou ser empossada hoje , aí ela arregalou os olhos e disse assim : olha tem um banheiro aí das deputados que eu mandei construir , se você quiser usar, você pode usar. Naquela época eu nunca fui lá, eu ia no banheiro das empregadas..."* [440]

Mesmo defendendo a democracia e a pluralidade dos partidos, o que se vê na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, é, desde o início, um certo distanciamento dos deputados dos outras agremiações políticas com relação ao PCB. "Os apartes sofridos pelo parlamentar comunista trazem condensadas, em seu conjunto, as linhas mestras da visão das classes dominantes acerca daquele corpo estranho ao sistema."[441]

Como nos mostra Chilcote "o PCB (...) tentou através das teses combinar seu antiimperialismo com propostas pacíficas para o desenvolvimento econômico do Brasil. Estas teses afirmavam especificamente : o início do período de "desenvolvimento pacífico"; a derrota militar do fascismo; a vitória do socialismo sobre o fascismo; a substituição do fascismo pelo imperialismo norte-americano como principal força reacionária internacional; o caráter militarmente agressivo do imperialismo norte-americano como resultado do capitalismo monopolista; a impossibilidade de uma guerra dos EUA com a União Soviética, uma vez que o pacífico povo norte-americano não toleraria esta guerra; o avanço da democracia e do socialismo, ao passo que o imperialismo norte-americano se defrontava com uma crise; o "crescimento do nosso partido" na medida do avanço da democracia; condições favoráveis para uma ampla união de forças contra a exploração capitalista; a necessidade de se encontrar soluções para os problemas da "revolução democrático-burguesa em nosso país"; a capacidade exclusiva do proletariado

---

[440] Entrevista com Sra. Zuleika Alembert realizada em 20/06/2003 no Rio de Janeiro

[441] SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil.* Rio de Janeiro:UNIRIO/BOITEMPO, 2001. pág. 51

de liderar esta revolução"[442], etc.

A ação dos comunistas era fundada em seu programa mínimo e defendia, também, as idéias, apresentadas acima por Chilcote. Na Assembléia Legislativa Paulista, esta posição era veementemente enfrentada. Mesmo antes da cassação do registro do Partido os deputados faziam críticas duras com relação a certas posições tomadas pela bancada do PCB.

Na 22ª sessão ordinária, em 15/04/1947, ainda sob os trabalhos da Constituinte, por exemplo, quando a bancada do PCB propôs uma moção de "homenagem à República Espanhola", criticando a ditadura de Franco, o Partido foi violentamente rechaçado e desdenhado pelos outros partidos, que o acusam de homenagear uma República que não existia e de apoiar os comunistas que estiveram atrás do movimento republicano, responsabilizando-os pelas mortes da "Guerra Civil Espanhola".

O deputado Alfredo Farhat, do PDC, assim se refere à proposição da Moção :

> *" Sr. Presidente, srs. Constituintes. A bancada do Partido Democrata Cristão vota contra essa moção e o faz, sr. Presidente, porque o Partido Comunista do Brasil, de maneira inconfessável, vem de perturbar a administração do nosso Estado. Sorrateiramente, sr. Presidente o Partido Comunista do Brasil vem lançando a confusão nesta Casa. Por isso, não é possível que o Partido Democrata Cristão deixe passar tais fatos sem um veemente protesto para que se lhes ponha um paradeiro.*
> *Esta moção, sr. Presidente, tem caráter subversivo, caráter internacional, razão pela qual, sr. Presidente, srs. Constituintes, a bancada do Partido Democrata Cristão vota contra, consignando, também, aqui, o seu protesto (muito bem !)"*[443]

As provocações são diárias e refletem um discurso que já era comum fora da Assembléia. O deputado Gabriel Migliori, do PPT é um representante desta postura.

> *" O sr. Gabriel Migliori - Sr. Presidente, srs. Constituintes. A bancada do novo Partido a que pertenço, cuja comunicação oficial será feita oportunamente, vai votar contra o requerimento do Partido Comunista Brasileiro, pelas seguintes razões...*
>
> *O Sr. Estócel de Moraes - V.Excia dá licença, para um aparte ? O nome não é Partido Comunista Brasileiro e, sim, Partido Comunista do Brasil.*

---

[442] CHILCOTE, Ronald. H. *O Partido Comunista Brasileiro*.... 1982. op. cit. pág. 102/103.
[443] Cf. Anais da Assembléia Constituinte 22ª sessão ordinária. V. I. 15/04/1947

O sr. Gabriel Migliori – V.Excia vai me perdoar, mas pensei que todos os Partidos fossem brasileiros (risos) . Eu retificarei : Partido Comunista do Brasil..."[444]

O líder da bancada do PCB o senhor Milton Cayres de Brito protesta denunciando a provocação dos deputados da UDN, PRP, PSP , PSD e PDC.

Sr. Presidente. srs. constituintes. "Que as minhas palavras iniciais sejam a devolução cem por cento das indelicadezas, das calúnias, das invencionices e do pouco cavalheirismo com que ilustres representantes desta Casa tratam o meu Partido nesta sessão"[445]

O Senhor Sanches Segura e Dona Adoração, em entrevista, também lembram da atitude adotada por seus "colegas" na Assembléia, naquele momento :

*"**Adoração Villar Segura**: você sabe que eles esperaram, eles, por exemplo, que pro Caio Prado, para o Milton Cayres, para o Mario Schenberg eles não aparteavam muito, eles esperaram. O primeiro operário que falou, (..) foi ele (Sr. João). O genro do Plínio Salgado, como era o nome dele? José... o integralista lá..?*

***João Sanches Segura** : José Loureiro Junior*

***Adoração Villar Segura** : tentou fazer de tudo...esperou o primeiro operário falar, para começar a apartear . Fez uma provocação danada*

***João Sanches Segura** : fez provocação, mas eu quis bater nele...*

***Adoração Villar Segura** : eu sei que o próprio presidente chamou a atenção do Loureiro Junior."*

Como se pode perceber, o trabalho dos comunistas na Assembléia Legislativa de São Paulo, não foi simples. Esteve crivado de apartes e provocações, principalmente quando estes defendiam sua posição partidária e cumpriam as diretrizes das teses defendidas pelo CC e seu "programa mínimo".

As provocações e apartes violentos dos deputados na Assembléia já prenunciavam a cassação do Registro do Partido. As pressões externas e internas eram cada vez maiores e o Partido deveria ser eliminado. Processo igual era repetido em todo o mundo. Na França e

---

[444] idem
[445] idem.

Itália, os comunistas eram perseguidos, na América, onde os PC's foram legalizados, os processos de cassação de seus registros ocorriam em todos os países.

No Brasil, de acordo com as palavras de João Quartim de Morais, "embora mais preocupados com polícia política do que com filosofia política, os articuladores do processo de cassação tinham de conferir forma jurídica a seus argumentos"[446]. Cogitava-se a cassação do Registro do Partido para depois poder cassar também os mandatos de seus representantes. O Governo Dutra já vinha, desde a construção da Constituição Federal, emitindo Decretos-Leis, que cerceavam e impediam a livre movimentação dos operários e dos partidos de esquerda, principalmente o PCB. O processo de cassação era uma conseqüência dessa construção "legal" da limitação da ação da esquerda no Brasil.

O Partido Comunista, desde sua inscrição como partido político, não estava de todo livre das limitações e ameaças. A concessão do registro, dada pelo Ministro Sampaio Dória, já trazia uma ressalva. "Pode, a qualquer tempo, ter qualquer partido cancelado seu registro, se houver substituído a sinceridade pelo engodo". A esta porta aberta somaram-se outras que permitiram uma série de justificativas legais para o cancelamento, em tempo oportuno, do registro.

O presidente Dutra, no dia 14 de maio de 1946, emitiu um decreto-lei, o de número 9258, cujo artigo 26 permitia o cancelamento de registro do partido "que recebesse do estrangeiro orientação política ou contribuição em dinheiro, ou que, contrariando o seu programa, praticasse atos ou desenvolvesse atividades colidentes com os princípios democráticos e os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição".

Afonso Arinos de Mello Franco no ano de 1948, comentando a cassação do registro e dos mandatos dos deputados comunistas, assim se refere ao decreto de nº 9258 de Dutra:

> *"O cancelamento do registro se efetivou por autoridade judiciária competente (Constituição, art.119 nº I), fundou-se em iniciativa permitida pela lei ordinária (decreto nº 9.258, art. 26) e baseou-se numa tradição jurídica objetiva, consistente em recuar acolhida ao comunismo dentro do conceito nacional de democracia.Esta tradição jurídica, se não pode ser reconhecida nas perseguições policiais movidas contra o comunismo, desde o seu aparecimento entre nós, exprime-se, entretanto, indiscutivelmente, na negativa de registro do partido em 1933, nas reservas com que foi registrado em 1945 e nas sucessivas disposições legais e constitucionais de 1946, que*

---

[446] MORAES. João Quartim de. "Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954). *História doMarxismo no Brasil. Teorias-interpretações.* Vol III. Campinas:UNICAMP, 1998. pág.176.

preparavam claramente o caminho para a colocação do partido fora da lei, caso se fizesse mister"[447]

O jurista, suplente de deputado federal pela UDN, na ocasião, acrescenta ainda, que a legislação vigente no Brasil, o nosso direito positivo, foi sempre uma espécie de guilhotina armada sobre a legalidade do Partido Comunista. E afirma, "à primeira solicitação, a guilhotina funcionou."[448]

A própria justificativa da justiça, que no combate ao Partido Comunista, determinava o cancelamento de seu registro, acusando-o de ser uma agremiação estrangeira e de defender a idéia de um partido único, (artigo 141 § 13)[449] , é denunciada, como improcedente, pela argüição de Sá Filho, Juiz do Supremo Tribunal Eleitoral, voto vencido. Argumentou ele que , "permitir que só vicejem partidos com a mesma orientação política, é exigir, senão a unicidade de partido, pelo menos, a uniformidade da doutrina partidária" e acrescenta "Nada é mais nefasto a uma democracia, ensina Perrault, do que um grupo de doutrinadores, agindo como se fossem donos do Governo, julgando-se depositários da verdade política, social e econômica e menosprezando a sinceridades das opiniões contrárias".[450]

Mesmo sendo claras as evidências que denunciavam a cassação do registro do Partido, como uma questão política e não jurídica, o julgamento ocorreu , em 07 de maio de 1947, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Por três votos contra dois (José Antonio Nogueira, Cândido Lobo e Rocha Lagoa, votos vencedores; Álvaro Ribeiro da Costa e Francisco Sá Filho, votos vencidos) o Partido foi posto fora da lei.

O caráter ideológico ficou impresso, nas justificativas apresentadas pelos votos vencedores. Entre outras argumentações, justificaram seus votos alegando que o "cancelamento do registro do Partido era uma questão de "salvação nacional", entre outros por dois motivos : "Prestes ter declarado que ficaria com a URSS se esta entrasse em guerra com o Brasil" e a "existência no Brasil de uma Juventude Comunista". A idéia de um Estado protetor , da Nação , do cidadão e do trabalhador, que já era discurso corrente nos EUA e na Grã-Bretanha, por exemplo, se repete aqui no Brasil.

---

[447] FRANCO. Afonso Arinos de Melo. *História e teoria do partido político...* 1948. op. cit. pág.105

[448] idem.

[449] Constituição Federal de 18 de setembro de 1946 - Artigo 141, §13 – "É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem".

[450] SILVA, Hélio. *Porque depuseram.....*op. cit. , pág. 387.

Como comenta Vamireh Chacon sobre este ponto, " a ascensão do liberalismo social e da social democracia trabalhista, nas matrizes, ensejava mais uma vez um mimetismo discursivo entre os intelectuais das filiais. Aquela era uma retórica freqüente e inconseqüente em termos práticos na periferia dependente"[451]

A força do Partido preocupava tanto as autoridades internas quanto as externas. Em um relatório confidencial do departamento de Estado dos Estados Unidos – "Division of Research for the American Republicas – Office of Intelligence Research" -, datado de 09 de Maio de 1947, dois dias, portanto, do cancelamento do registro do PCB, o governo norte-americano especulava sobre a provável aliança de Vargas com os comunistas. Já não usava mais palavras cautelosas.

> *"Desde que Getúlio Vargas foi apeado da Presidência do Brasil por um golpe militar em 29 de outubro de 1945, mantem-se as especulações sobre o fim de sua carreira política. Esta especulação aumentou marcadamente em Novembro de 1946 quando Vargas quebrou seu longo silencio político e passou a atacar a administração Dutra e a "interferência" dos Estados Unidos nos assuntos domésticos do Brasil. As atividades e aspirações políticas de Vargas estão em pauta, não somente por sua aparente hostilidade contra os Estados Unidos, mas por causa da possibilidade de sua ação rumo ao restabelecimento do regime ditatorial do Estado Novo, ou da possibilidade do restabelecimento de relações cordiais com os Comunistas. De mais a mais, não é improvável que qualquer ameaça evidente ao presente governo, por Vargas, possa fazer surgir a oposição dos militares , podendo provocar sérios distúrbios civis, se não uma guerra civil aberta.*
>
> *As aspirações e atividades de Vargas assumem particular significação no presente momento devido ao delicado equilíbrio da administração Dutra. A inflação tem chegado a níveis perigosos sem indicação nenhuma de que o governo Dutra conseguirá debelá-la a não ser com ajuda externa. O governo Dutra, principalmente, por causa da crise econômica tem sido acusado de inepto e descumpridor de sua função. Isto tem refletido no caráter da oposição política ao governo. Os Comunistas, apesar dos esforços vigorosos do governo para conter suas atividades, têm aumentado sua influência entre os trabalhadores. Assim como sua influência política em áreas densamente povoadas de São Paulo e do Distrito Federal"*[452]

O relatório é claro e evidente, principalmente porque foi escrito dois dias após a cassação do registro do Partido Comunista. Apesar de tornado ilegal, o governo norte-americano ainda temia o potencial do PCB e conjeturava, inclusive, um provável acordo

---

[451] CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos brasileiros...* 1981. op. cit. pág. 146

[452] Relatório nº 4324, de 09/05/1947 "An Estimate of the Political Potential os Getulio Vargas". Department of the State. Division of Research for the American Republics – Office of Intelligence Research – Confidential.

deste com Vargas.

Ao contrário do que esperavam os norte-americanos, não houve resistência, por parte do operariado, à cassação do registro do Partido Comunista. Segundo Ricardo Maranhão "não houve mobilizações de massa contrarias à cassação do registro : a tática de manter-se como defensor da ordem para desmoralizar as acusações impedia o partido de agir nesse sentido".[453]

O próprio Prestes, em entrevista dada ao Jornal a Tribuna Popular, semanas depois da cassação, afirmava : "Evidentemente, o grupo militar-fascista, instrumento do imperialismo norte-americano, e que tão facilmente maneja com o sr. Dutra e seus Ministros, não contava com a disciplina dos comunistas, que mais uma vez não permitiram que a ordem fosse perturbada, nem que os fascistas alcançassem os pretextos que esperavam, capazes de justificar as medidas extremas do estado de sítio"[454].

A polícia, no entanto, esteve pronta para desencadear uma repressão violenta. No Rio foram fechadas 600 células do Partido e em São Paulo, 361 células, 22 núcleos distritais e 102 comitês, em Porto Alegre, foram fechados 123 comitês.

Pelo decreto 23.406, coincidentemente datado do mesmo dia do julgamento da cassação do registro do PCB, 07 de maio de 1947, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) foi definitivamente fechada.Todos os filiados ao CTB e sindicalistas, ligados de alguma maneira à Confederação, foram destituídos.

Leslie Bethell, baseando-se no relatório de maio de 1947, do adido trabalhista britânico no Brasil, Clifford German , esclarece que "no espaço de três semanas todos os comunistas, simpatizantes dos comunistas e independentes (inclusive alguns líderes pertencentes ao PTB) eram banidos dos 93 sindicatos (27 no estado de São Paulo – 10 em Santos -, 19 no estado do Rio de Janeiro, 14 no distrito Federal, 12 em Recife). No final de julho, 170 sindicatos representando 300 mil trabalhadores tinham sofrido intervenção." Segundo Bethell " intervenção em tamanha escala não acontecera sequer durante o Estado Novo"[455].

Jacob Gorender, em entrevista lembra os acontecimentos daquele período:

---

[453] MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização*.. 1979. op. cit. pág.87.

[454] Prospecto - "Porque exigimos a renúncia de Dutra". Prestes fala pela primeira vez, depois de cassado o registro eleitoral do PCB, o grande líder do povo brasileiro faz declarações sobre a gravidade da situação nacional. 000619. Arquivo Astrojildo Pereira. ASMOB-Milano. 03-65,7. O Comitê Nacional do PCB lançou , no dia 17 de maio de 1947, o "Manifesto do Partido Comunista ao povo brasileiro", fazendo críticas à cassação e pedindo união de todos em torno da defesa da Democracia.

[455] BETHELL, Leslie. Brasil. IN: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian(org.). *América Latina*.... 1996. op. cit. pág.101

"Quando o Partido foi posto na ilegalidade também a CGT foi posta, também se tornou ilegal, e, aliás, houve uma cassação geral de militantes sindicais, que ficaram proibidos de participar de eleições., Foi uma razia terrível.A polícia invadiu as sedes, apropriou-se dos fichários, foi uma imprudência do partido, porque já podia prever que iria acontecer qualquer coisa.
(...) na imprensa da época, se você procura naquela sessão de classificados, você vai encontrar pequenas declarações, às vezes até com retratinhos , de pessoas que dizem que abjuram o credo comunista. Por que o fichário caiu e a polícia passou a divulga., Então muita gente tratou de tirar o corpo fora e publicava, na imprensa , declarações de que tinha sido iludida, que não tinha nada com o credo comunista. Um negócio escandaloso. (...) É... ser comunista, naquela época, era muito duro"[456].

Após a eliminação do Partido Comunista do cenário político-institucional brasileiro, urgia, então, a cassação dos mandatos de seus deputados. Esta era uma questão mais delicada, juridicamente mais embaraçosa, porque fugia da alçada do TSE sendo de competência do Legislativo. O poder Executivo manteve constantes pressões sobre o Legislativo para poder alcançar seu intuito.

Mesmo apontado pelo jornalista do "O Estado de São Paulo", Rafael Correa de Oliveira, que em julho de 1947, denunciou , em artigo, que os magistrados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que haviam aprovado em maio anterior o cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tinham sido promovidos - o que comprovava a interferência do Executivo na batalha judicial que levou o Partido à ilegalidade - , pouca coisa mudou.

Na Câmara, em discurso, o deputado comunista Maurício Grabóis, leu o artigo de Rafael Correa de Oliveira, comprovando a interferência do Executivo, na consecução do processo que roubou a legalidade do Partido, sem, no entanto, conseguir sensibilizar seus pares naquela Casa Legislativa.

Publicado o acórdão do julgamento do TSE o Partido Comunista pôde apresentar um recurso ao STF em finais de maio de 1947. A decisão judicial, no entanto, seria postergada o máximo possível[457] e a cassação dos mandatos ocorreria mesmo sem a resposta do recurso impetrado pelo Partido.

---

[456] Entrevista com prof. Jacob Gorender em 24/02/2003
[457] " O Procurador Geral da República, o sr. Luis Guimarães, emitiu parecer ao Supremo Tribunal Federal sobre extraordinário eleitoral interposto pelo Partido Comunista do Brasil ao Tribunal Superior Eleitoral que lhe cancelou o registro.

Oito meses de luta

Entre a ilegalização do Partido e a cassação dos mandatos de seus representantes, teríamos oito meses transcorridos. Este período seria um tempo de luta. Para Ricardo Maranhão, no entanto, o Partido deveria ter sido mais duro no enfrentamento das forças de oposição. Segundo ele, após o golpe sofrido, o PCB "sem mudar a concepção estratégica do processo político brasileiro, elaborada na conjuntura anterior, passou a tomar atitudes taticamente radicais, mas sua ação se limitava ao universo das instituições parlamentares, sem mobilizar efetivamente seu potencial de apoio de massa." [458]

Em São Paulo, o PCB realizou um comício no Anhangabaú em desagravo à cassação.[459] Na Assembléia Legislativa, a bancada comunista, pondo em prática as decisões da sua direção, simplesmente denunciava a violência policial nos seus comícios e aguardava a decisão judicial do recurso impetrado.

Há que se recordar que o Partido depositava, ainda, sua confiança na democracia brasileira e na justiça.[460] Enquanto aguardava a decisão judicial e fazia uma campanha paralela contra a cassação de seus mandatos, também se preparava para as eleições municipais de novembro de 1947.

A oração do líder da bancada do PCB, na Assembléia, ilustra a posição dos comunistas naquele momento, com relação à cassação do registro e a ação da polícia.

> *"SR MILTON CAYRES DE BRITO : Tem chegado ao meu Partido e a esta Casa, de algum tempo a esta parte, comunicação de uma série de arbitrariedades e atos atentatórios, inclusive e principalmente, às imunidades parlamentares no Estado de São Paulo.*
>
> *Rememorarei rapidamente os antecedentes dos fatos que vou relatar agora, e que não devem estar esquecidos dos Deputados aqui presentes.*

Nesse parecer, depois de citar dispositivos da Constituição e referir-se à jurisprudência do Supremo Tribunal, o procurador refuta a invocação pelo partido recorrente de direito adquirido e coisa julgada, citando muito autores nacionais e estrangeiros, e conclui opinando por que o Supremo Tribunal Federal deixe de acolher o recurso, por ser manifestadamente inadmissível e, no mérito, improcendete". *O Estado de São Paulo, 15/01/1948.*

[458] MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização.*. 1979. op. cit. pág.89

[459] Jornal *Hoje* 19/06/1947

[460] No início do recurso o Partido Comunista apela ao Supremo Tribunal Federal, solicitando que a justiça seja feita . " Que vos pede o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL? Muito pouco, mas quase tudo para nós brasileiros: pede que defendais a Constituição da República. É este é o vosso grande e nobre mister." Recurso apresentado pelo P.C.B. ao Supremo Tribunal Federal. Arquivo João Batista Marçal – História Operária – ASMOB. 03.24.5

Desde que a ditadura se implantou no rótulo de legalidade, várias irregularidades ocorreram. Começaram pela cassação do registro de meu Partido, Partido Comunista do Brasil, que neste momento, aguarda que o Supremo Tribunal Federal desfaça a situação ora existente em conseqüência do erro político resultante da decisão do Supremo Tribunal Eleitoral. Quantas arbitrariedades ocorreram, como a dissolução da CTB, da juventude comunista e a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos do Brasil inteiro?

Estamos lembrados de como, a Polícia de São Paulo proibiu o comício de uma campanha de ajuda ao Jornal "Hoje" e pior do que isso, vedou, com presença de soldados, cavalaria, guardas-civis e "tiras" da Ordem Política a entrada de dois representantes do povo, um Deputado Federal , o Sr. José Maria Crispim e um Deputado Estadual, no caso, o orador, no recinto onde deveriam promover palestras.

Nessa ocasião, sr. Presidente, tive a oportunidade de telegrafar aos Poderes competentes, entre os quais a Mesa desta Casa, e para surpresa minha, tive a ocasião de verificar que o telegrama não chegou a seu destino, devendo o mesmo ter acontecido com os outros telegramas que passamos para o Supremo Tribunal Federal, Câmara Federal e Senado. Sr. Presidente telegrama passado em São Paulo para São Paulo, de um Deputado para o Presidente da Mesa, não chegou ao destino, ao que me consta, tanto que seu recebimento não faz parte do protocolo desta Casa.

Depois da proibição, surgiu uma onda de protestos e aqui mesmo, nesta Casa, algumas vozes se levantaram, dando como conseqüência, declarações de membros do Partido majoritário, entre os quais o líder da maioria da Câmara Federal, dizendo que semelhante ordem não tinha partido do Ministro da Justiça, nem de qualquer Poder competente federal.(...)"[461]

Declara Milton Cayres que na prestação de contas aos seus eleitores, cada deputado de sua bancada foi a seu reduto eleitoral onde foram proibidos de fazer comícios e mesmo palestras. Com respeito ao comício do vale do Anhangabaú, realizado em protesto contra a cassação, o deputado, em plenário, faz a denúncia:

" Confiamos na palavra do Secretário da Segurança e já então em processo de luta contra a cassação dos mandatos, uma comissão de democratas organizou um comício no vale do Anhangabaú, na mais perfeita ordem, comício no qual, falaram além de Deputados Comunistas, representantes de outros Partidos políticos e Deputados de outros Partidos.

Nessa ocasião, Sr. Presidente, teve o orador que enfrentar uma velada tentativa de censura prévia, revelada no pedido de que a realização do comício se condicionasse a determinada linguagem e a determinados assuntos."[462]

---

[461] Cf. Anais da Assembléia Constituinte 77ª sessão ordinária. V. IV, 24/06/1947

[462] idem

Promulgada a Constituição Estadual, em 09 de julho de 1947, apesar das pressões continuamente sofridas, os comunistas mantiveram-se atuantes. Caio Prado Junior, por exemplo, passou a integrar a Comissão Permanente da Constituição e Justiça, onde ocupou o cargo de vice-presidente, além de compor a Comissão do Regimento Interno, de modo a reformulá-lo para os trabalhos legislativos ordinários. Atuou, também, como relator e membro substituto nas Comissões Permanentes de Finanças e Orçamento e de Redação.

Cancelado o registro do Partido Comunista, a aliança com Adhemar começava a se romper. Se no início este acordo garantiu-lhe um certo apoio pessepista, agora, depois de efetivada a cassação, o PSP e Adhemar sentiam-se livres - e ao mesmo tempo pressionados pelas forças federais -, para se livrarem dos comunistas. Toda a repressão que se abateu sobre o Partido teve o apoio do governador[463], que não tomou nenhuma providência para coibir os excessos da polícia. Excessos, como já vimos, constantemente denunciados, a partir daquele momento, na Assembléia Legislativa.

Os vários partidos presentes na Assembléia, apesar de todo o discurso de defesa do Estado de Direito e do respeito à Constituição e à Democracia, se posicionavam em função de seus interesses próprios. A UDN, por exemplo, apesar da manifestar-se contra a cassação, somente o fazia porque temia reflexos sobre si, já que ainda era oposição ao governo estadual e federal. O PSD, naturalmente, seguia os ditames de sua direção e o PTB dividido como estava, dividia igualmente suas posições. A ala pró-Borghista (PPT) que apoiava Adhemar, não votava a favor dos comunistas , e a ligada a Vargas (PTB) que fazia oposição a Adhemar , defendia os comunistas e combatia a cassação. Os partidos menores como PR e PDC, por exemplo, apesar de não esconderem sua posição contrária ao comunismo, criticavam este ato como anti-democrático. O PRP, inimigo figadal do PCB, somente criticava a cassação dos registros partidários, porque temia que seu partido fosse envolvido, como foi o Partido Comunista, em acusação, tendo como base o artigo 141 § 13 da Constituição Federal.

O comentário de João Quartim de Moraes reforça o que se vê nos embates que se seguiram , tanto na Câmara Federal quanto nas Assembléias de todo o Brasil. Segundo ele, "embora juridicamente mais embaraçosa, a cassação dos mandatos de competência do Legislativo, ficou bastante facilitada com o cancelamento do registro partidário decidido

---

[463] Diante do receio de ser decretada a interdição de seu governo, Adhemar cumpre as determinações da justiça e expede mandatos de fechamento das sedes do Partido, confisco de seus bens e proibição de seus comícios e manifestações operárias. Era uma maneira "legal" de se livrar daquele incomodo que tinha caracterizado o início de seu governo.

pelo Judiciário."[464] Os deputados comunistas antevendo a ação federal na cassação de seus mandatos, enviam à Mesa da Assembléia Legislativa Paulista, na figura de seu líder Milton Cayres de Brito, a Moção nº 2 de 1947, pedindo o apoio da casa contra o que estava por vir. Assim vinha redigida a moção, assinada por representantes da bancada comunista:

> *"A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige-se ao Congresso Federal para manifestar a sua plena confiança em que o mesmo defenderá intransigentemente o mandato do povo brasileiro expressa nas urnas, evitando-se dentro da lei que se consuma as ameaças de cassação de mandatos de qualquer representante do povo. Sala das sessões, 17 de julho de 1947. Milton Cayres de Brito, Taibo Cadórniga, Mautílio Muraro, Roque Trevisan, Lourival Villar, Armando Mazzo, Sanchez Segura, Catulo Branco e Estócel de Morais do Partido Comunista. Era o que tinha a dizer Sr. Presidente"*[465]

Manifestam-se, então, os deputados, com relação à Moção nº 2.

O senhor Auro de Moura Andrade, da UDN, contrário à cassação dos mandatos justifica sua posição falando em nome de seu partido:

> *"Entende também a União Democrática Nacional que o fato da cassação do registro de um partido político não pode atingir a sua representação nos parlamento. Não pode de maneira nenhuma, ser modificada a situação de representação no parlamento, por força da cassação de um registro, porque em partido político nada mais é do que um mero veículo para que se expresse a vontade popular. Desaparecido esse veículo, entretanto, essa vontade popular não desaparece, ela continuará se manifestando sempre através de seus representantes".*[466]

Lembra o deputado da UDN que essa moção havia sido assinada por representantes de vários partidos, porém , teria desaparecido misteriosamente, o que fez com que o PCB a enviasse novamente naquela data.

O Líder da bancada do PSD, Padre Carvalho , lê declaração de sua bancada, afirmando que :

> *"acata sempre as diretrizes que através de sua comissão executiva estadual lhe são traçadas e pela alta direção do partido (...), e dentro desta concepção e dessas normas de conduta que os deputados do partido social democrático resolvem não entrar no mérito da moção que foi apresentada nesse plenário sobre a honrosa assinatura dos nobres deputados do Partido Comunista.(..) Não a apoiaremos, pois a Moção , entretanto não vai aí*

---

[464] MORAES, João Quartim de. "Concepções comunistas do Brasil...1998.op. cit. pág.177.
[465] Cf. Anais da Assembléia Legislativa 7ª sessão ordinária .V. I, 17/07/1947
[466] Cf. Anais da Assembléia Legislativa 9ª sessão ordinária. V. I , 21/07/1947

nenhum desprimor para com as demais bancadas, para com os demais deputados que se hajam externando , em ponto de vista favorável sobre sobredita da moção."

O deputado Salomão Jorge , do PSP, em seu voto, declara :

"Votamos a favor do requerimento porque somos, em princípio, por educação liberal , por índole democrática, contra a cassação de mandatos".

Suas palavras, apesar da defesa que faz, em seguida, dos mandatos comunistas, referem-se, também, à cassação do mandato do senador, pelo PSP, Euclides Vieira, a qual ele contesta. A bancada do PSP não esteve completa no dia da votação.

Muitos deputados estiveram ausentes para não terem de votar a moção nº 2. O senhor Loureiro Junior, do PRP, por exemplo, teve que ser convocado pelo PCB, na próxima sessão, pois no dia da votação, não esteve presente. Segundo suas palavras "ausentou-se, elegantemente, para não prejudicar os colegas comunistas". Defendeu, porém, a posição do Poder Federal, não querendo entrar no mérito da questão.

O deputado Lourival Villar, em sua oração, do dia posterior à votação, denunciou a saída da Assembléia, de deputados de várias bancadas , para não votarem a moção nº 2. Eram necessários, pelo menos 38 deputados e somente havia 29 deles. A bancada do PTB, por exemplo, esteve ausente naquela sessão.

Os Anais da Assembléia nos dão conta de que este assunto, ou seja, a cassação dos mandatos, era uma pauta polêmica, principalmente porque a Moção nº 2 havia sido proposta pela bancada comunista. Votar a favor dela era comprometer-se com o PCB, o que nenhum partido queria naquele momento e naquela situação.

Os deputados do PCB, não só movimentavam a Assembléia contra a cassação dos mandatos, mas, igualmente, apresentavam denúncias que mostravam o quanto as forças Estaduais e Federais estavam envolvidas no projeto de eliminação da representação comunista. Enquanto o deputado Roque Trevisan denunciava a ação violenta da polícia na repressão a um comício patrocinado pelos comunistas no Largo da Concórdia[467], seu par , Mautílio Muraro, em sessão subseqüente[468], ligava os fatos ao governador Adhemar de Barros e repetindo o que Prestes já havia feito no senado, pedia a renúncia de Dutra . Caracterizando Adhemar como um traidor , solicitava que este fosse processado de acordo

[467] Cf. Anais da Assembléia Legislativa, 9ª sessão ordinária. V. I , 21/07/1947
[468] Cf. Anais da Assembléia Legislativa, 17ª sessão ordinária. V. I , 30/07/1947.

com o artigo 44 letra B da Constituição Estadual[469].

Os incidentes ocorridos em 01 de agosto de 1947, por razão do aumento de ônibus e bondes, autorizado pelo governador, foram aproveitados muito bem pela imprensa burguesa[470] Como era de costume nestes momentos de crise , a imprensa – ainda mais diante da ilegalização do PCB - , acusava os comunistas responsabilizando-os pelos distúrbios. Como já foi assinalado o governador aproveitou-se desta situação para perseguir militantes comunistas e operários. Muitos foram presos e acusados sem provas cabais. Este episódio seria tema de grandes debates na Assembléia, com a participação, principalmente, dos deputados do PSD, UDN – defensores da intervenção federal no Estado – e do PCB, que exigiam responsabilidade civil do governador, contra o PSP, PDC e PR que o defendiam de tais acusações.

O deputado Caio Prado Jr. denuncia a ação da polícia em plenário :

> *"SR CAIO PRADO JR : Sr. presidente, referido-me a dias sobre acontecimentos de 1º de agosto, e as arbitrariedades e ilegalidades praticadas pela polícia na repressão desses acontecimentos.*
> *(...) Vou ler um abaixo-assinado com as assinaturas de vários cidadãos, entre eles a de um suplente de deputado estadual a senhora Carmem Savieto. Diz o abaixo-assinado. "Os abaixo-assinados dos cidadãos pacíficos e ordeiros residentes em Santo André, vem protestar por intermédio de vossa excelência, junto a esta digna Assembléia Legislativa contra as arbitrariedades de que foram vítimas pela polícia política , sendo presos no dia primeiro do corrente sem motivo justificado,a altas horas da noite, tendo alguns seus lares invadidos o que representa um flagrante desrespeito à Constituição. Protestam também contra os insultos de que foram vítimas pelo delegado de plantão.*
> *Chamo a atenção nesta casa para o fato de se tratar de cidadãos residentes em Santo André longe, portanto, de São Paulo, não podiam, pois, essas pessoas terem participado dos acontecimentos, uma vez que se trata de trabalhadores, que passam o dia nos afazeres normais em Santo André e retiraram-se deles para uma residência também em Santo André. Apesar disso, a polícia prendeu e maltratou esses cidadãos.*

A situação do Partido - agora na ilegalidade - e de seus representantes - que lutavam para continuar a exercer o seu poder de representação - ficava cada vez mais difícil, pois não só a lei proibia comícios sem autorização, o que limitava a organização

---

[469] Secção III – Da responsabilidade do Governador . Art. 44 São crimes de responsabilidade do Governador os atos que atentarem contra: letra B – A Constituição Federal ou a do Estado.

[470] "O Show Vermelho de Piratininga" foi o título da reportagem com que a revista *O Cruzeiro* descreveu os distúrbios, cuja responsabilidade creditou aos comunistas. Trezentos veículos entre bondes e ônibus foram depredados pela população, devido a alta do custo das passagens dos coletivos, autorizadas pelo governador.

das massas contra a cassação dos mandatos, como o ministro da justiça de Dutra, Benedito da Costa Neto[471], lançava um projeto de lei que propunha a reedição da Lei de Segurança Nacional, apelidada pelo povo de "Lei Tarada".

A tribuna da Assembléia era o palco de luta e das denúncias, não só dos deputados, como também de operários organizados, que através de abaixo-assinados, enviavam seus protestos contra a situação vigente no Estado e no País.

A ação da bancada comunista na Assembléia, não se restringiu unicamente às denúncias e às críticas. Enquanto lutavam pelo respeito às "imunidades parlamentares", que as autoridades policiais não reconheciam, e denunciavam a violência policial aos comícios, continuavam a defender seu projeto naquela Casa.

A defesa do Petróleo como fonte de independência econômica para o Brasil, era uma preocupação do PCB, dentro de seu "programa mínimo" que defendia o capitalismo nacional versus o imperialismo norte-americano.

O deputado Armando Mazzo representando esta diretriz, assim se coloca frente ao assunto:

> *"SR ARMANDO MAZZO (em explicação pessoal): "Senhor. presidente, senhores deputados, cresce dia-a-dia, em todo o nosso país, o interesse do povo em torno nos debates sobre o petróleo brasileiro, isso porque, de forma concreta, o nosso povo está percebendo que representam para nossa economia para a própria soberania nacional as imensas reservas de petróleo que o solo brasileiro esconde em suas entranhas.*
>
> *A princípio apenas através dos ainda poucos jornais independentes, as massas participavam do debate sobre tão importante assunto. Hoje, mesmo os que ontem afirmaram categoricamente que não possuíamos petróleo em quantidades comerciáveis e os que ainda alimentavam intenções impatrióticas sobre a exploração dessa riqueza, todos são obrigados a trazer o debate a público. É impossível limitá-lo apenas aos gabinetes ministeriais ou aos escritórios comerciais.*
>
> *Todo o nosso povo está compreendendo o significado da luta pelo petróleo e a importância da sua exploração pelo Estado, e o vulto que está tomando a campanha, indica claramente que os técnicos, os economistas e as mais largas camadas populares se deram perfeitamente conta desse fato.*

---

[471] Benedito Costa Neto, nomeado ministro da Justiça por Dutra em outubro de 1946, formalizou , em janeiro de 1947, a denuncia contra o PCB, enviando documentos ao TSE que justificavam a acusação contra o Partido. Em julho do mesmo ano envia mensagem à Câmara dos Deputados propondo uma nova lei que definisse os crimes contra a segurança interna e externa do país e a ordem política e social, sob a argumentação de que a insuficiência da Constituição de 1946 tornara impraticável a defesa do regime. Bloqueado pela oposição da UDN e do deputado João Café Filho, do PSP, o projeto seria aprovado apenas na legislatura subseqüente (1951-1955). ABREU, Alzira Alves de, e tal (coords.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro : pós-1930.Rio de Janeiro: FGV. 2001. pág. 1692.

Apaixonando a opinião pública ligada à política nacional, debatido justamente num dos momentos mais graves para nossa pátria, quando se trata da defesa da nossa soberania, não é de admirar que em torno deles se levantem vozes as mais diversas e autoridades e se generalize a expectativa por uma solução justa imediata. Devemos , pois regozijarmos por todas as iniciativas populares relacionadas com a defesa do nosso petróleo, ainda limitadas, mas que representam o germe do que poderá ser um grande movimento de âmbito nacional, organizado para a batalha final do petróleo, visando explorá-lo independentemente da Standard.Oil... ou qualquer outro monopólio estrangeiro.

É motivo de satisfação constatar todas essas iniciativas, venham de onde vierem, partam da onde partirem, contanto que contenham em seu bojo o cunho sincero e patriótico de uma ação em prol da independência do progresso nacional.

Muitas têm sido as vozes responsáveis que ultimamente tem manifestado de forma positiva e concreta sobre o assunto. Destaca-se dentre elas as palavras do general Horta Barbosa de cujas conferências esta Casa por unanimidade, apoiou a inserção em ata, diz peremptoriamente, secundado por vários brasileiros ilustres, "o petróleo do Brasil é patrimônio dos brasileiros", o que equivale dizer que queremos que o petróleo jorre, seja utilizado para que nos tornemos uma grande nação e não para nos vermos reduzidos a situação em que vegeta o bravo povo venezuelano ou os povos do oriente médio.

(..)O progresso do Brasil, a elevação do padrão de vida do nosso povo, a transformação do nosso país em uma grande potência, exigem a exploração do petróleo e, com isso a vigilância constante por parte nosso povo, vigilância que, felizmente, atinge hoje, como já dissemos de inicio, desde elementos autorizados esclarecidos até a opinião do homem comum." [172]

Armando Mazzo apresenta, também, na 48ª sessão ordinária em 5 de setembro de 1947, um quadro completo - colaborando com a comissão da Assembléia, encarregada de realizar estudos acerca dos trabalhadores no Estado de São Paulo - , a propósito da situação do trabalhador paulista, apresentando índices de inflação, desemprego, custo de vida e situação da industria nacional com relação às industrias estrangeiras. Suas palavras demonstram que apesar de todas as pressões contra sua bancada, a posição do partido, frente a seus projetos, continuava a mesma.

" *A situação do proletariado paulista tem se agravado seriamente nos últimos meses como conseqüência do processo de crise que estamos atravessando. Isso não tem sido levado a devida conta pelos homens responsáveis pelo estabelecimento de diretrizes econômicas que permitam resolver a crise industrial e agrícola nacional. Pior do que isso, tem-se*

[172] Cf. Anais da Assembléia Legislativa. 45ª sessão ordinária. V. III . 02/09/1947.

procurado taxar de demagógica toda a campanha, todos os apelos dos representantes comunistas, tanto na Câmara Federal como nas Estaduais, no sentido de que esse proceda imediatamente o aumento geral de salário como uma das medidas, entre outras igualmente importantes e fundamentais para a solução da crise. Entretanto, nada mais falso que a afirmativa de que tal reivindicação tem caráter demagógico.

De demagógica também se tachou a luta dos representantes comunistas para que medidas concretas fossem tomadas para a defesa da indústria nacional e a alegação mais comum era de que tal indústria tem uma base falsa e que, portanto defendê-la seria defender os lucros extraordinários dos tubarões do câmbio negro. Mas tal não procede, existe todo um conjunto de medidas as quais estão consubstanciadas nos 11 pontos em que o partido comunista concorreu às eleições e para as quais estamos chamando a atenção desta Casa no decorrer do nosso discurso. Pontos esses que se tivessem sido tomados como base de uma sadia política econômica há dois anos atrás, quando foram apresentados, teriam evitado as desastrosas conseqüências que estamos sofrendo agora, por imprevidência e incúria em face do jogo do imperialismo, aliado aos monopólios da terra em nossa pátria"[473].

Todos os representantes da bancada comunista atendendo aos anseios de seus eleitores foram incansáveis defensores de seus direitos. Enquanto Roque Trevisan defendia, por exemplo, a "liberdade de sindicalização e dos organismos mais representativos dos trabalhadores, fechados por decretos inconstitucionais"[474] , o deputado João Sanches Segura denunciava "injustiças contra operários da fábrica de botões Corozita"[475] e Zuleika Alambert apontava a discriminação da mulher no trabalho, e pedia equiparação de salários entre homens e mulheres, além de garantias ao trabalho feminino."[476]

Os meses de agosto e setembro de 1947 marcaram a Conferência de Petrópolis, realizada no Hotel Quitandinha, que levou à assinatura do "Tratado Interamericano de Assistência Mutua", o "pacto de defesa do Rio". Na Assembléia Legislativa Paulista o deputado Décio de Queiroz Telles, do PR, foi o primeiro a elogiar este "acordo de Paz" para a América, denunciado pelos comunistas como um controle militar da América pelos norte-americanos.

O primeiro pacto da Guerra Fria dava aos norte-americanos condições de controlar o continente e, ao mesmo tempo, combater as influências externas. Diante do cerco que se

---

[473] Cf. Anais da Assembléia Legislativa, 48ª sessão ordinária. V. III , 05/09/1947.
[474] Cf. Anais da Assembléia Legislativa , 7ª sessão ordinária. V. I , 18/07/1947.
[475] Cf. Anais da Assembléia Legislativa, 45ª sessão ordinária. V. III , 02/09/1947.
[476] Cf. Anais da Assembléia Legislativa, 76ª sessão ordinária. V. V , 11/10/1947.

fechava, o Partido passou a adotar uma política de enfrentamento às autoridades, substitui o suave reformismo de frente popular, voltado para temas domésticos, pela retórica revolucionária"[477]. Esta posição seria reforçada por Moscou , desde a criação do Cominform (Bureau Comunista de Informação), em setembro de 1947, que garantiu um relacionamento mais estreito entre o PCB e o PCUS.

Ao mesmo tempo em que o PCB, na Assembléia, defendia seus princípios e apontava o desrespeito às garantias constitucionais, por parte do governo Federal e Estadual, os outros partidos (PR,PDC,PRP,PSP,PSD,PTN) apresentavam uma animosidade cada vez maior para com os comunistas, acusando-os de "lacaios de Stálin" e "agentes de Moscou".

A Guerra Fria, em meados do ano de 1947, já era uma realidade. O governo norte-americano não precisava mais ser prudente com a URSS. Todos os seus aliados sabiam disso. A Conferência de Petrópolis já havia dado o tom para a América Latina e em outubro o Brasil rompia relações diplomáticas com a URSS. Os reflexos foram imediatos, não só na Assembléia Legislativa de São Paulo, como em todas as casas legislativas do Brasil. Enquanto os comunistas defendiam a manutenção das relações diplomáticas, de modo a evitar o controle único por parte dos EUA, e defendiam as democracias populares do Leste, como o caminho do futuro, as outras agremiações políticas, combatendo o PCB, enviavam moções de aplauso ao ato do General Dutra.

O mês de outubro foi particularmente importante como indicador da guerra aberta que o governo declarou ao PCB.

No início deste mês, o Congresso Nacional, sob pressão do executivo, aprovou decreto que permitia a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de filiação ao Partido Comunista. No dia 21, como já foi descrito, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e no dia 22 de outubro , Dutra sancionou a Lei nº 121 que declarava os Municípios - São Paulo, Santos, Guarulhos, Recife , Manaus, Belém, Natal, Recife, Salvador, Niterói e Angra dos Reis, Florianópolis, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí e Canoas e Corumbá – como bases ou portos militares de excepcional importância, para a defesa externa do País. Coincidentemente muitos desses municípios apresentavam altos índices de simpatia a candidatos comunistas à vereança e à

---

[477] SANTANA, Marco Aurélio. ***Homens Partidos. Comunistas e sindicatos*** *no Brasil.* Rio de Janeiro:UNIRIO/BOITEMPO, 2001. pág. 69 (Nota de rodapé nº 5)

prefeitura, para as próximas eleições, que seriam realizadas no início de novembro daquele ano.

O deputado Estócel de Morais, denunciou, em plenário, o intuito do decreto-lei 121, e o oportunismo do PSP e de Adhemar em referendá-lo.

> *"Sr. ESTOCEL DE MORAIS, (em explicação pessoal): senhor Presidente, senhores deputados. Vários deputados já fizeram desta tribuna o seu patriótico protesto contra a cassação da autonomia de nossa capital e da cidade de Santos, dois grandes centros, onde o proletariado e o povo em geral alcançaram maior esclarecimento político. E para exemplificar, cito um fato: é o caso do maior centro industrial do país, Santo André , onde o prefeito, o Sr Alfredo Maluf, membro do Partido Social Progressista, partido do Sr, Adhemar de Barros, em desespero pela simples possibilidade de o povo eleger um prefeito comunista, ou pelo menos um homem de idéias avançadas, procurou por todos os meios possíveis indo, inclusive a capital federal, fazer com que fosse incluída, no monstruoso projeto do conselho de segurança nacional, a cidade de Santo André como base militar."*[478]

Transformados em bases ou portos militares "de excepcional importância, para a defesa externa do País", esses municípios teriam seus prefeitos escolhidos pelo governador de seus estados.

Ao ler o voto do senador Luís Carlos Prestes, o deputado Estócel de Moraes, pretendia apontar a intenção das forças governamentais na promulgação desse decreto, justamente, naquele momento.

Prestes em seu voto, no Senado, assim comentava a lei :

> *"(...) na verdade o que acontece é que somente os objetivos políticos de política interna relacionada com o temor, que causa a certos homens e agrupamentos políticos, a prática da Constituição da República, por estrito respeito à seus preceitos basilares, como a plena autonomia municipal, depois de tantos anos de ditadura com governadores estaduais e prefeitos municipais de livre escolha do governo federal, poderia determinar tão perigoso projeto. E ainda, infelizmente, o medo à democracia, o horror a livre escolha de sufrágio popular e não há necessidade de defesa nacional contra qualquer inimigo externo, que na verdade determinou projeto de lei que ora apreciamos. O que ele visa, na realidade, é que não sejam eleitos pelo povo, mas de livre nomeação dos poderosos do dia. Os prefeitos, em sua maioria, daquelas cidades onde o eleitorado já atingiu um elevado nível político, sabe o que quer, já demonstrou nos dois últimos pleitos, que será capaz de escolher esses administradores, independentemente de qualquer pressão reacionária entre os homens mais progressistas e realmente a altura*

[478] Cf. Anais da Assembléia Legislativa , 84ª sessão ordinária . V. V . 22 /10/1947.

de atender os anseios da maioria da população do município, É o velho e conhecido medo do povo que o fanatismo do anticomunismo transforma em ódio. É a preocupação sistemática de ver fantasmas com já teve ocasião de dizer o deputado José Maria Crispim, de querer impedir eleições de prefeitos onde os comunistas constituir forças importantes, no preponderante como acontece em Natal, Recife, São Paulo, Santos e Rio Grande. Este, e só este, o motivo que leva homens e partidos políticos a tentarem confundir questões relacionadas com a defesa externa do país com interesses políticos partidários de ordem interna, com grande risco como já vimos para a própria democracia, para a população dos mais importantes centros urbanos industriais do país. São estes, em resumo, os motivos que votamos contra o projeto de lei nº 748B de 1947[479] *e insistimos na necessidade de maiores esclarecimentos por parte do poder executivo, já que nos termos do parágrafo segundo do artigo 28 da Constituição Federal, deve a deliberação do Congresso Nacional ser feita mediante o parecer do Conselho de Segurança Nacional. Só atendida essa exigência, poderia, realmente, o projeto ser considerado constitucional. Julgo ainda, pelas razões já expostas, inoportuno, desaconselhável e perigoso, além de excessivo ou mesmo quixotesco, ao declararmos, no nível de hoje, alcançado pela técnica militar, a existência em nosso país de tão grande número de bases e portos militares de excepcional importância, tomada na devida consideração a triste e lamentável realidade da situação nacional. Em razão disso oferecemos emendas suprimindo da discriminação feita no artigo 1º do projeto, os municípios de Natal, Recife, Salvador, Niterói, Angra dos Reis, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Santa Maria e Rio Grande. Municípios todos da maior importância e em que se encontram grandes centros urbanos com população culta e progressista, com numerosos estabelecimentos industriais e centros de cultura que por tudo isso merecem continuar como cidades abertas no gozo do direito constitucional de eleger os seus prefeitos, livre e soberanamente"*[480].

Terminada a leitura de voto do Senador Prestes, o deputado pecebista enviou à mesa o Requerimento nº 266 de 1947, solicitando a transcrição do mesmo nos Anais da Assembléia Legislativa, o que não foi realizado.

Diante das criticas e denúncias dos comunistas, à lei 121, e das grandes perspectivas de vitória dos "candidatos de Prestes", nas eleições de novembro, em muitas cidades, o governo adiantando-se consegue a aprovação no Senado, em 27 de outubro[481], do projeto de lei que determina a cassação dos mandatos dos representantes comunistas.

---

[479] O projeto de Lei 748B de 1947, tornou-se o decreto-lei 121, de outubro do mesmo ano.

[480] Declaração de voto do Senador Luís Carlos Prestes ao projeto 748B, que se tornou o Decreto-Lei 121, lida pelo deputado Estócel de Morais na 84ª sessão ordinária realizada em 22/10/1947, na Assembléia Legislativa de São Paulo.

[481] Aprovado em primeira e segunda votações no Senado em outubro de 1947, por 35 votos a 19, e 34 a 18, respectivamente, o projeto, então, foi enviado à Câmara dos deputados para ser votado, o que somente ocorreu em 7 de janeiro de 1947.

Tencionava o governo Dutra, diante do projeto de Lei 900, do líder da maioria no Senado, senador Ivo D'Aquino Fonseca (PSD) por Santa Catarina, eliminar de vez o incomodo comunista do cenário político brasileiro. O projeto se aplicava aos comunistas quando incluía entre os casos de extinção a cassação do registro do respectivo partido por ser considerado "extremista" (artigo 141 da Constituição de 1946)[482].

A continuação da luta e as eleições de 9 de novembro.

Além da luta "legal" empreendida pelo Governo contra o PCB, forças reacionárias, colaborando com o "bota fora" dos comunistas, punham em prática a destruição dos meios de comunicação do Partido. Estes órgãos poderiam ser importantes no preparo e alerta das massas, diante dessas manobras governamentais, por isso deveriam empastelados.

Foi ainda no mês de outubro, dia 21, que, na capital Federal, o principal órgão do PCB no Rio, "A Tribuna Popular", foi atacado e destruído[483]. Isto, como não poderia ter deixado de ocorrer, provocou indignação, não somente nos representantes do Partido como também, nos muitos deputados da Assembléia Legislativa Paulista.

O deputado Caio Prado, em explicação pessoal, ocupou a tribuna, para protestar e pedir a solidariedade da Casa "contra o inominável atentado a de que foi vítima o jornal "A tribuna popular" no Rio de Janeiro" , denunciando o avanço da reação em todos sentidos tendo-se a acrescentar mais esse fato de vandalismo ao rosário de outros que vêm infelicitando nosso país". Depois de dar detalhes, que comprovavam a conivência das autoridades com o vandalismo, no ataque ao jornal, previa a continuidade desses acontecimentos.

Os deputados foram quase unânimes na condenação a esses atos como um desrespeito à livre expressão, característica básica da democracia. No entanto, não chegaram a estabelecer, como faziam os comunistas, ligações obrigatórias entre estas ocorrências e as ações do governo rumo a cassação dos mandatos.

A partir de outubro, combatendo as ações da reação e do governo, o PCB, revigora sua luta , e adota táticas de "Propaganda Democrática", lançando, através de Boletins de informação da *"A Classe Operária"*, estratégias de "luta" contra a cassação dos mandatos

---

[482] Verificar Parecer do deputado Hermes Lima, anexo X

[483] O jornal surge mais tarde com o nome "Imprensa Popular"

e mobilização das massas rumo às eleições vindouras.

Em seu boletim de número 7, *a classe operária,* demonstra a tática que já vinha adotando desde outubro, e que será continuamente usada, até janeiro de 1948. O boletim conclama a todos que ponham em prática a "Propaganda Democrática" :

> *" O propagandista deve ter sempre presente a importância de suscitar no local de trabalho, bairro, ou organismo de massa a discussão dos assuntos de maior interesse, encaminhando a discussão de acordo com a orientação política do momento. (...) As declarações, discursos, manifestos ou entrevistas dos líderes do movimento operário e democrático, devem ser amplamente divulgadas, no todo ou em parte, impressos, mimeografados, datilografados, etc. As atividades dos parlamentares comunistas e de outros elementos progressistas devem ser difundidas ao máximo, principalmente aquelas que dizem respeito ao setor onde atua o propagandista. Os jornais murais devem ser incentivados procurando interessar todos"*[484]

Com respeito à cassação dos mandatos, os boletins são bem claros:

> *"Luta contra a cassação dos mandatos: É a tarefa central do movimento de resistência democrática aos atentados da ditadura contra a Constituição. Deve ser conduzida, de modo cada vez mais vigoroso, sem perda de um minuto e, para este fim, apresentamos as principais sugestões do plano nacional de defesa dos mandatos.*
>
> * * *
>
> *Propaganda : A propaganda deve ser conduzida de modo a desmascarar diante de todos os setores o projeto, Ivo de Aquino, agressivamente inconstitucional, mostrando à massa as conseqüências da cassação - como golpe contra o regime democrático e meio de agravar a exploração e fome do povo.(...)*
> *Organização : Dar a maior atenção ao aproveitamento do movimento contra a cassação para a organização popular. É necessário: a) – a criação de uma COMISSÃO CENTRAL CONTRA A CASSAÇÃO DOS MANDATOS, na qual sejam incluídos políticos de diversas correntes, médicos, advogados, engenheiros, escritores, jornalistas, professor, líderes sindicais, etc.,que queiram lutar contra a cassação; b) – comissão de bairro, empresa e profissionais – criá-las imediatamente e dar-lhes toda a autonomia possível. Essas comissões deverão organizar comandos para colher assinaturas de protesto contra o projeto Ivo de Aquino e finanças para o movimento contra a cassação; organizar comícios relâmpagos; preparar e colocar faixas, cartazes, distribuir boletins, fazer inscrições de rua, etc.; organizar visitas às assembléias estaduais para protestarem contra a cassação, etc.;"*[485]

O boletim conclama, também , a todos os interessados, independentemente de partidos, que empreendam mobilização de massas :

---

[484] Boletim de Informações d'A Classe Operária. Ano I . Rio de Janeiro. 5/12/1947. nº 7. .
[485] idem

"Devemos empregar todos os tipos possíveis de mobilização de massas, levando em conta que a polícia fascista procura impedir essa mobilização, necessitando aí, portanto, uma exata compreensão de nossa política de resistência ativa à ditadura, isto é, de protesto e repulsa enérgica aos desrespeitos aos direitos assegurados pela Constituição..(...)
Formas de movimento de massas contra a cassação dos mandatos:
a) comícios e passeatas
b) telegramas e cartas de protesto
c) comissões
d) protestos vigorosos
e) comandos e mesinhas

O trecho extraído do boletim de Informações d'A Classe Operária, nos dá uma idéia nítida das novas estratégias adotadas pelo partido, em todo o Brasil, contra a cassação dos mandatos.

Paralelamente ao grande esforço do PCB na luta por continuar a existir, teremos a preparação dos comunistas para as eleições de 9 de novembro, em São Paulo. Como sabemos, o Partido Comunista havia apoiado, para a vice-governança, o nome de Cyrillo Jr., do PSD, que segundo eles era o mais comprometido com a causa popular.

O apoio a um partido, que até então tinha estado na luta contra eles, e do qual partiu a denúncia que os levou à perda do registro, foi alvo de grandes ataques. As críticas vinham desde os meios de comunicação até , na Assembléia, de muitos deputados, que não aceitavam esse acordo, do qual fazia parte, também, Getúlio Vargas.

Os comunistas estavam muito mais interessados em galgar as prefeituras e as câmaras dos vereadores, nas cidades onde sabiam ter grande apoio popular, do que pleitear a vice-governança. O partido apoiou o candidato do PSD, porque não queria a interferência do governo federal, em São Paulo, nem tão pouco aceitava o acordo de Adhemar com Dutra, o que o fortaleceria no Estado.

Com respeito às eleições municipais, "Opondo-se a uma aliança em nível estadual com um único partido, o PCB iria negociar acordos em cada município com partidos que estivessem dispostos a aceitar seu Programa Mínimo, integral ou parcialmente. Nas áreas em que os comunistas eram os mais fortes, como Santo André, disse Cayres de Brito, o Partido Comunista reivindicava o direito de indicar o nome do candidato a prefeito e uma chapa conjunta de vereadores"[486] Tal estratégia levou o Partido a um acordo com o minúsculo Partido Social Trabalhista (PST).

---

[486] FRENCH, John D. *O ABC... 1995*. *op. cit.* pág.227

O PST tinha diretório estadual em São Paulo e foi, precisamente nele, que a 18 de outubro, junto com líderes paulistas deste partido – o senador Vitorino Freire - , que o PCB fechou acordo , apresentando, por esta agremiação a chapa dos "candidatos de Prestes". Dois dias após essa reunião, portanto no dia 20 de outubro, último dia para o registro de candidatos às eleições de 9 de novembro, o PCB registrou no TRE os candidatos comunistas. O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo confirmou tal chapa no dia 7 de novembro, portanto dois dias antes das eleições.

O Partido Comunista ainda apresentou candidatos, em todo o Estado, por vários outros partidos, tais como: PSP, UDN, PTB, PSD, PTN, PSB e coligações partidárias.

As eleições transcorreram com muita dificuldade, pois, principalmente no interior, a máquina pessepista, esteve presente na repressão e limitação de ação dos partidos que não apoiavam Adhemar.

Na Assembléia Legislativa, as denúncias eram diárias, as táticas usadas pelo Partido, de apoiar visitas de operários às Assembléias, estavam sendo colocadas em prática e o expediente das "mesinhas", para arrecadar assinaturas contra a cassação , era corrente.

Nem toda a repressão e censura foi suficiente para sufocar os comunistas, que agora se apresentavam às prefeituras – pelo menos aquelas que estavam fora da lei 121 – com grande receptividade dos eleitores. Na cidade de São Paulo, o PCB foi o grande vitorioso, conseguiu formar a maior bancada, 17 vereadores, e em Santo André, o deputado Armando Mazzo, que tinha se licenciado para disputar o pleito, foi eleito prefeito, com uma bancada significativa.[487] Obteve, também, bancadas majoritárias em Santos e Sorocaba. Segundo o jornal *A Classe Operária*[488] os comunistas fizeram 190 vereadores no Estado de São Paulo.

A grande vitória comunista, no entanto, foi abortada, pois um movimento surgiu, imediatamente à divulgação dos resultados, suspendendo a legalidade do PST, sob a acusação de que, os candidatos de São Paulo não poderiam ter se lançado pela legenda, pois o Diretório Estadual não existia, no Estado.

---

[487] "O total dos votos válidos apurados, inclusive os em branco, na eleição de vereadores chegou a 20.434. Este total, dividido pelo número de lugares a preencher na Câmara Municipal de Santo André, resultou em 659 o quociente eleitoral. O quociente partidário obtido pelo PST alcançou 3.162 votos, propiciando ao partido sete lugares na Câmara e mais seis de sobra." MEDICI, Ademir. ***9 de novembro de 1947: A vitória dos candidatos de Prestes.*** Santo André:Fundo de Cultura do Município,1999. pág.22/23.

[488] A Classe Operária, 25.11.1947

O próprio Vitorino Freire, senador da República pelo PSD, no dia 06 de novembro de 1947, sem que o PCB tivesse ciência, entrou com um recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a impugnação da candidatura dos comunistas , alegando que o Diretório Estadual não existia, na ocasião. O julgamento do TSE somente ocorreria em 31 de dezembro daquele ano. Até esta data, tudo era incerto. Os "candidatos de Prestes" eleitos pelo PST, tinham certeza que assumiriam seus postos.

O jornal *O Correio Paulista* , de 25 de novembro, comentava o assunto:

O Tribunal Superior Eleitoral vai se pronunciar quinta-feira sobre a situação do diretório e dos candidatos do P.S.T.

Quatro recursos interpostos da decisão que declarou inexistente o diretório estadual do Partido Social Trabalhista

O Tribunal Superior Eleitoral deverá se pronunciar na próxima quinta-feira sobre a situação do diretório estadual de São Paulo do Partido Social Trabalhista.

Como se sabe, o senador Vitorino Freire fez uma representação àquele alto Tribunal que decidiu no dia 6 do corrente pela inexistência do diretório estadual do P.S.T., o que foi comunicado por telegrama ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, o qual decidiu que a inexistência daquele diretório somente poderia ser aceita a partir do dia 6. Tendo os candidatos a vereadores pela capital se registrando desde o dia 20 de outubro, o Tribunal Regional manteve validade desse registro.

Do acórdão do Tribunal Regional que manteve o registro dos candidatos do P.S.T. houve quatro recursos sendo dois por parte do P.D.C e do P.S.P., fundando-se este último o seu recurso no fato da existência de candidatos comunistas na chapa do Partido Social Trabalhista, além do fundamento de que inexistindo o diretório, não deveria prevalecer o registro dos candidatos, matéria esposada pelo desembargador Rocha Lagoa, no seu voto vencido no T.S.E. O terceiro recurso foi interposto pelo senador Vitorino Freire, presidente do Diretório Nacional do P.S.T., para que seja declarado nulo tal registro. O quarto e último recurso é o interposto pelo diretório estadual do P.S.T. para que o Tribunal Superior Eleitoral declare a existência legal daquele organismo estadual mediante as provas que apresenta.

INFORMAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL

O Desembargador Mario Guimarães, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo mandou apensar todos os recursos no processo original do registro do P.S.T., remetendo-o ao T.S.E., com parecer favorável ao diretório estadual do Partido Social Trabalhista"[489]

---

[489] *Correio Paulistano ano XCIV – Terça-Feira , 25 de novembro de 1947 nº 28.111*

A Assembléia Legislativa de São Paulo tornou-se um "centro" de defesa dos ideais democráticos. Os próprios deputados, não comunistas, reprovavam o projeto Ivo D'Aquino e as noticias de que os vereadores não assumiriam seus postos. Apelavam todos ao respeito às leis e à Democracia.

O senhor Taibo Cadórniga, na 105ª sessão ordinária, em longo discurso, recorrendo à Assembléia, mostrou o sucesso das eleições municipais e a importância de tal fato para a continuidade do processo democrático. Denunciou as táticas de Adhemar para se fortalecer no interior, quando este, usando de violência ameaçou o jogo democrático das eleições. Defendeu o desenvolvimento da indústria nacional e, lendo pareceres de ilustres juristas, provou que o projeto Ivo D'Aquino era uma afronta à dignidade do Legislativo no Brasil. A participação dos deputados de outros partidos foi de apoio, inclusive do senhor Lino de Matos do PSP, que apesar de não ter gostado das críticas ao governador, se manifestou, também contrário à cassação.

Tal iniciativa da bancada comunista, na sensibilização e no chamamento à solidariedade de todos, gerou a apresentação de uma Moção. A Moção nº 23, que proposta na 108ª sessão ordinária, de 26 de novembro, vinha assim redigida:

> *"A Assembléia Legislativa de São Paulo, na qualidade de órgão representativo máximo das aspirações e opiniões do povo deste Estado, manifesta seu repúdio ao projeto de cassação dos mandatos de parlamentares e faz um apelo à Câmara dos Deputados, para que não lhe dê aprovação*
> *Sala das Sessões, 26 de novembro de 1947.*
> *Gabriel Migliori, Cunha Lima, Conceição Santamaria, Sebastião Carneiro, Sanches Segura, Salomão Jorge (em nome pessoal), Henrique Ricchetti, Oliveira Costa (em nome pessoal), Salles Filho, Décio de Queirós Telles, Castro Neves, Pinheiro Junior (em nome pessoal),Toledo Artigas, Lincoln Feliciano, Mario Beni (pessoal , com declaração de voto), Valentim Amaral (nome pessoal), Manoel de Nóbrega, Silvio Pereira, Waldy Rodrigues, Castro Tibiriçá, Alfredo Farhat,Taibo Cadórniga, Catullo Branco, Ulysses Guimarães, Nelson Fernandes, Mario Schenberg, Zuleika Alambert,Roque Trevisan,Romeiro Pereira, Oliveira Mathias, Caio Prado Junior,Celestino dos Santos, Lourival Villar, Padre Carvalho (com declaração de voto), Porphyrio da Paz, Motta Bicudo, Estócel de Morais, Luis Liarte, Miguel Petrilli, Leônidas Camarinha,Mario Eugênio (pessoal), Paula Leite Neto.*

Em seguida à Moção 23, os deputados comunistas enviaram o Requerimento 317/1947 à Mesa, solicitando urgência para discussão e votação da moção, em referência, para envio à Câmara dos Deputados Federal, contrária à cassação dos mandatos. A solicitação de urgência foi acatada e a moção foi aprovada por unanimidade.

Apesar da coesão de propósitos da Assembléia, os comunistas ainda enfrentariam muitos reveses. No dia 26 de novembro, no Palácio da Justiça, os vereadores escolhidos, da cidade de São Paulo, foram diplomados pelo TRE, aí estavam, também os comunistas eleitos pelo PST. Após a diplomação, na Praça do Patriarca, quando participavam da recolha de assinaturas contra a cassação dos mandatos, foram violentamente reprimidos pela polícia, tiveram a "mesinha" destruída, e foram detidos, junto com os deputados Lourival Villar e Roque Trevisan.

Na Assembléia Legislativa, a 109ª sessão, esteve reservada, exclusivamente à discussão das arbitrariedades policiais , da prisão dos deputados e vereadores comunistas e da questão das "imunidades parlamentares". Os ânimos estiveram alterados. O Requerimento 323, da bancada comunista, pedia urgência na deliberação dos fatos ocorridos e a presença do Secretário da Segurança Pública.

O líder da bancada do P.R., senhor Salles Filho, ocupando a tribuna foi um grande defensor das imunidades parlamentares, enquanto o senhor Alfredo Farhat, do PDC, sem deixar de fazer a defesa das imunidades, cumprimentava a polícia por ter mantido a ordem, "contra aqueles que a perturbavam". A bancada comunista protestando veemente levantou um "histórico dos fatos", provando a arbitrariedade dos atos policiais. Os jornais, em primeira capa, noticiavam os acontecimentos do dia anterior. **"A prisão de deputados e vereadores suscita cinco horas de debates na Assembléia"**

Os acontecimentos envolvendo o PCB, não pararam por ai. No dia 1° de dezembro, lá estavam os comunistas novamente sendo notícia de jornal.

Atendendo a campanha contra a cassação dos mandatos, proposta pelo PCB, uma grande delegação, no dia 1° de dezembro, colocou-se diante da Assembléia, para solicitar aos deputados providências quanto ao repúdio ao projeto Ivo D'Aquino. A polícia esteve presente, para garantir a ordem no local, no entanto, nada fez , no seu início, para coibir a ação de outro pequeno grupo, que liderado por um caminhão com auto-falante, protestava contra os comunistas.

Os integrantes do caminhão, depois de muitas ameaças, passaram a atacar a delegação com fortes bombas de gás e de efeito moral. A polícia à guisa de dispersar a

multidão, atacou-a com cassetetes e jatos d'água. A cavalaria lançou carga sobre os manifestantes, e os tiros dados para o ar, atingiram alguns presentes.

A sessão do dia 1° foi interrompida devido aos graves acontecimentos e somente terminou, depois de votada a Moção n° 25, proposta por Caio Prado Jr. com substitutivo do deputado Sylvio Pereira. O dia 02 de dezembro esteve, quase que inteiramente reservado à discussão da questão.

Os jornais lamentavam o ocorrido e denunciavam o fato como chocante e vergonhoso para o processo democrático brasileiro :

> *"Os acontecimentos desenrolados, na tarde de ontem, na praça que circunda o Palácio 9 de julho, onde funciona a Assembléia Legislativa do Estado foram de tal modo chocantes que, para tentar explicá-los, tornam-se necessárias verdadeiras acrobacias mentais, aliadas a exemplar serenidade e tolerância. Íamos dizer também que se precisaria apelar para razões muito pouco aparentadas com o espírito democrático para não se cair no espanto total pelo volume e a qualidade do que se presenciou"*[490]

A luta contra os comunistas era aberta, os jornais , apontando o fato, tinham identificado três ocupantes do caminhão, sendo dois ex-agentes do DOPS e um ex-capitão do exército polonês, Armando Gotfried, que era gerente da fábrica Lacta, de propriedade do governador Adhemar de Barros.

A bancada comunista redigiu um manifesto ao povo de São Paulo, denunciando os fatos e ligando-os ao governador do Estado.

A Assembléia Legislativa em sua 114ª sessão, em 04/12/1947, vota o Requerimento a fim de nomear uma Comissão para apurar os fatos do dia 01/12/1947. Os comunistas, no entanto, pouco poderiam fazer contra essa situação. Seus dias estavam contados naquela Casa.

Mesmo sabendo que sua presença na Assembléia, não era aceita pelas forças federais e estaduais, a bancada ainda manteve-se na defesa de seus projetos. Numa discussão grande que se arrastou por dois dias, quase ininterruptos, para discutir o aumento do IVC, projeto de lei 333, os comunistas lutaram até limitar o acréscimo pretendido pelo governo do Estado. Segundo o senhor Sanches Segura, dormiram na Assembléia (ele e o Mario Schenberg) para assumir a Tribuna, no outro dia, assim que tivessem início os trabalhos.

---

[490] Jornal "Correio Paulistano" de 02/12/1947, ano XCIV n° 28117.

O projeto de Lei nº 370, que concedia o "Abono de Natal" aos servidores do Estado, foi, também, uma proposição comunista. Proposto, pela Deputada Zuleika Alambert, foi votado e rejeitado no dia 31/12/1947.

Foi, também, no dia 31/12/1947 que o TSE, no Rio, aprovou o recurso número 659, de São Paulo, contra o registro dos candidatos comunistas inscritos pelo PST. Por 4 votos a 2 o Tribunal Superior Eleitoral tornou nulos os registros de todos os candidatos do Partido Social Trabalhista de São Paulo.[491]

Como Adhemar corria o risco de ser enquadrado no projeto de Lei 900-A, "projeto Ivo d'Aquino"[492], e ainda pairava sob sua cabeça, nesses fins de 1947, a interdição Federal, lançou toda a carga contra os comunistas.

Logo no início do ano de 1948, as "forças" estaduais invadiram o órgão de imprensa paulista do PCB, o jornal *"Hoje"*. Suas instalações foram destruídas e houve trocas de tiros e prisões de seus funcionários. Novamente a Assembléia protestou contra esse ato arbitrário do governador do Estado[493], porém, apesar das criticas feitas pelos deputados quanto à liberdade de imprensa, todos já estavam no compasso de espera para a efetivação da cassação dos mandatos.

A votação do projeto Ivo D'Aquino (900-A), ocorreu na Câmara Federal, finalmente, no dia 07 de Janeiro de 1948. À votação na Câmara compareceram 243 deputados, dos quais 169 aprovaram e 74 se opuseram à cassação. Como nos conta Maria do Carmo Campello, "a aprovação dependeu diretamente do PSD e dos pequenos partidos, visto que a UDN se dividiu exatamente ao meio e o PTB inclinou-se pela rejeição da medida."[494]. Aprovado o projeto ganhou número de lei. Era a Lei 211, que cassava o mandato dos deputados comunistas e que foi decretada e sancionada, no mesmo dia, pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra.

---

[491] Segundo a legislação vigente, cancelados os registros dos candidatos do PST, deveria haver nova eleição para o preenchimento de suas vagas, nas câmaras. Acontece, porém, que como eles não haviam assumido suas cadeiras, apesar de já terem sido diplomados, não haveria necessidade, de acordo com o TRE, de se processar novo pleito, já que segundo a lei eleitoral, "para que houvesse nova eleição, nos termos do artigo 95 § 3º, seria preciso que a nulidade atingisse a mais da metade da votação nos municípios. Ora , ao pleito de 9 de novembro, na cidade de São Paulo, por exemplo, compareceram 345.971 eleitores. Os votos anulados, que conseguiu o P.S.T., montavam apenas 79.975. Estava, por conseguinte, bem longe da metade que justificaria outras eleições. Sendo assim o quociente eleitoral foi refeito e os candidatos de outros partidos que não haviam conseguido número suficiente, com a nova contagem, puderam assumir os postos dos vereadores comunistas em seus respectivos municípios.

[492] A partir de 12/1947, o projeto 900, ganhou uma emenda, tornando-se 900-A , quando passou a prever a cassação do mandato de representantes do Executivo, que tivessem suas candidaturas registradas pelo PCB.

[493] Ocorreram, na mesma época , atentados contra "A Hora" e o "O esporte" .

[494] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado*..... 1976, op. cit. pág.118.

A bancada comunista, diante do ato consumado, ainda lutava desesperadamente apelando à inconstitucionalidade do fato. O deputado pecebista Celestino dos Santos, na 136ª sessão ordinária fala da cassação dos mandatos.

SR. CELESTINO DOS SANTOS : Sr. Presidente Sr. Deputados, consumou-se afinal o último ato desse drama que se chama cassação dos mandatos. Uma maioria reacionária serviu aos homens do catete. Vem de alancear a democracia, vem de esbulhar legítimos representantes do povo que foram para a Assembléia Nacional e para as Assembléias estaduais, escolhidos livremente pela vontade soberano do nosso povo. Antes que a nossa voz também seja impedida de se levantar na Assembléia de São Paulo, venho a essa tribuna, não mais para protestar, mas para condenar, como homem do povo que sou, esse atentado à democracia e aos foros de pais civilizado que pretendemos ser.

O que se pretendeu com essa cassação de mandatos foi expulsar das Assembléias trabalhadores como eu, que vieram das oficinas, que vieram das fábricas, que vieram do bojo das locomotivas, intelectuais, amigos do povo, que comungam, como eu, de um mesmo ideal e que foram levados para as assembléias, a fim de, ali, defenderem os legítimos interesses do nosso povo. E hoje, senhor presidente, enquanto me é permitido, faço uso da palavra, dessa mesma palavra, que não tenhamos, duvida alguma, amanhã será amordaçada, como amordaçada já está sendo a imprensa, como amordaçado já está sendo o povo que é corrido das ruas, que é impedido de reunir-se , que é impedido de organizar-se, por essa ditadura, que nesse plano inclinado, vai se instalar em nossa pátria.

Neste momento, senhores deputados, não estamos aqui com lamúrias, apenas falamos em nome do povo que nos elegeu, do povo que nos delegou poderes para representá-lo.Estamos levantando a nossa voz para que esse povo fique sabendo que nós não o traímos e que jamais trairemos o mandato que nos foi confiado. O momento que atravessamos, é um momento difícil porque é o mundo todo que estremece em seus alicerces, porque verificamos que uma quantidade diminuta, colocada nos postos chaves, pretende fazer com que a marcha das horas não continue, como se possível fosse fazermos parar a roda do tempo , como se fosse possível parar o relógio da história.

Hoje enxotam-nos da Assembléia e esbulham-nos do direito que nos foi concedido pelo povo, de representá-lo. Mas nós olhamos para frente, para o dia de amanhã. Não temos medo, de forma nenhuma, de olhar para esse futuro radioso que surge para a humanidade, porque o que vemos hoje, senhor presidente, é uma época morta e putrefata que ai está, e pretendendo sobreviver, como se possível fosse, a um corpo morto, sobreviver. Nós sabemos porque é que nos expulsam. É porque a nossa linguagem é aquela linguagem que o povo conhece, porque é a sua própria linguagem. Não é a linguagem do deputado, é a do homem do povo, que fala na sua morna voz da miséria das filas, enfim, dessas cousas de todos os dias e que constituem o calvário do homem miserável. E por sermos da classe operário é que pretendem nos expulsar da Assembléia, esquecidos, porém de que a classe operária é eterna e de que ela continuará, através dos séculos, numa

afirmação de que é, realmente, dentro da sociedade, aquela que constrói, aquela que trabalha e que, por conseguinte, será o futuro da humanidade."[495]

Caio Prado Junior, na 137ª sessão ordinária, servindo-se do comentário do sr. Osny Silveira, sobre a predominância da Constituição Estadual, sobre a lei 211, declarava que:

"Esta (a Constituição Estadual, grifo meu) *preceitua que o deputado somente perde o mandato em virtude de falecimento, renúncia expressa ou perda de mandato. Há, portanto, um conflito que é mister dirimir, entre o texto de uma lei ordinária federal e um dispositivo da Constituição Estadual. Uma simples lei federal não se sobrepõe às Constituições dos Estados. Acrescentava,ainda, que esta não era uma questão puramente jurídica e sim política."*[496]

O deputado pecebista cobrava a posição de cada um dos deputados na Assembléia e solicitava a análise da situação pela Comissão de Constituição e Justiça. Dizia Caio Prado Jr :

"É um problema político que está em jogo e não é admissível que no caso de um problema político dessa natureza, não se manifeste de forma clara, não apenas por palavras, mas por atos. A posição de cada um, se é a favor ou contra a cassação. É preciso que , nessa conjuntura, toda a gente tenha sua posição bem definida e possa declarar : sou a favor ou sou contra a essa lei e a aplicação dessa lei. Isso é que precisa ficar bem claro. (..) Na realidade, senhores, o momento é de uma definição clara de atitudes , e o problema, se tem aspectos jurídicos constitucionais tão relevantes, que chegaram a exigir um estudo mais aprofundado, por parte do Supremo Tribunal Eleitoral, também tem marcante aspecto político. É mister que no momento em que estamos em vias de ver mutiladas as Assembléias Legislativas dos Estados e o Congresso Federal, os democratas sinceros expressem sua repulsa a esse atentado às liberdades públicas e essa afronta à vontade popular. É preciso que antes de tomarmos uma decisão de tanta importância, que vai ferir tão profundamente o regime democrático, entre nós, verificamos se não vamos invadir a esfera da Constituição do Estado, se não vamos estabelecer um conflito, que temos o dever de evitar e prevenir. A Comissão de Constituição de Justiça desta Câmara, naturalmente, estudará o assunto sobre o seu duplo aspecto, e permitirá que a Mesa decida, não de si mesma, mas como a síntese do próprio pensamento da Casa sobre matéria tão relevante"[497].

O Requerimento assinado por Caio Prado Jr., Osny Silveira, da UDN, e outros tantos deputados, 27 no total , que pedia o pronunciamento da Comissão de Constituição e

---

[495] Cf. Anais da Assembléia Legislativa. 136ª sessão ordinária. V. IX. 08/01/1948.
[496] Cf. Anais da Assembléia Legislativa. 137ª sessão ordinária. V. IX. 09/01/1948.
[497] Cf. Anais da Assembléia Legislativa. 137ª sessão ordinária. V.IX. 09/01/1948.

Justiça sobre a matéria referente à extinção de mandatos, não teve tempo de ser votado, pois quando isto ocorreu, os comunistas já não estavam mais presentes na Assembléia.

O último dia dos comunistas na Assembléia Legislativa.

A luta legal e política travada pelos comunistas se arrastou até a 139ª sessão ordinária, no dia 12 de janeiro, quando, ainda numa cartada final a bancada do PCB requereu - "considerando que a Mesa não pode , sem prévio pronunciamento do Plenário, praticar qualquer ato ou exercitar qualquer função, que não sejam previstos pelo Regimento Interno e que nada existe, nesse mesmo Regimento , que autorize a Mesa a declarar a extinção dos mandatos e que a Mesa não pode fazer declaração prevista na Lei nº 211, sem audiência prévia do Plenário" - , fosse a matéria sujeita a debate e votação em Plenário, depois de ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

O senhor Valentim Gentil, diante da solicitação da bancada pecebista, preferiu, de modo a ganhar tempo – já que segundo ele o requerimento vinha desacompanhado do pedido de urgência – publicá-lo, para depois, ser considerado. Anunciava o Presidente da Mesa que após a publicação o processo figuraria na *Ordem do Dia* do dia seguinte.

O deputado Caio Prado Jr., fez críticas à ação do presidente argumentando que "esse processamento, a que vossa excelência aludiu, aplica-se aos requerimentos que dependem, para sua solução, do pronunciamento do Plenário. Esse requerimento não é dirigido ao Plenário, mas dirigido à Mesa, à Vossa Excelência, como Presidente da Mesa. E é a Vossa Excelência que cabe dar o despacho, e não entrar na Ordem do Dia, para uma discussão, que não se justifica."[498]

O presidente da Mesa, simplesmente respondeu que, "se o requerimento é dirigido à Mesa, esta o indefere de plano, uma vez que a lei nº 211 atribui à Mesa a execução de uma lei federal e a Mesa, ao se reunir para tomar conhecimento dela e ao executá-la, não faz mais que cumprir uma lei federal. Nessas condições, indefiro um requerimento de Vossa Excelência, tanto mais que a Mesa já deliberou sobre o assunto."[499]

---

[498] Cf. Anais da Assembléia Legislativa - 139ª sessão ordinária , V. IX , 12/01/1948.
[499] idem

O destino dos comunistas estava traçado e a discussão que se seguiu, transcrita abaixo, mostra, bem claramente, que à determinação Federal não cabiam argumentos. Estavam cassados os mandatos dos comunistas.

"O SR. CAIO PRADO JR. - (*Pela ordem*), discutindo esse ponto...

O SR. PRESIDENTE - Peço licença a Vossa Excelência, mas as questões de ordem, uma vez resolvidas, não podem mais ser discutidas, de maneira que vossa excelência há de permitir, em homenagem, não a mim, mas a Mesa talvez, mas as Assembléia...

O SR. CAIO PRADO JR. - Não, porque esta Assembléia não é caçadora de mandatos.

O SR. PRESIDENTE - ... ou em homenagem alguma cousa que Vossa Excelência ainda possa respeitar dentro da nossa Constituição, que, tendo tido este requerimento destino que lhe foi dado pela Mesa, sob sua inteira responsabilidade, não seja mais discutido no Plenário.

O SR. CAIO PRADO JR.. - De forma que Vossa Excelência não quer o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, nem deste Plenário, porque Vossa Excelência, por sua deliberação, resolve, também, cassar mandatos!

O SR. PRESIDENTE - A Mesa ia tomar a deliberação que vai determinar, em atenção aos nobres colegas. Entretanto, assumindo inteira responsabilidade dos seus atos, dentro da Constituição, vai mandar proceder à leitura da Ata na qual a Mesa se manifesta sobre a Lei Federal nº 211.

O SR. CAIO PRADO JR.. - Solicitaria de que Vossa Excelência argumentasse no sentido de defender o ponto de vista da Mesa ou de Vossa Excelência.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO procede a leitura da seguinte.

Ata da reunião da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, realizada em 12 de janeiro de 1948

Aos 12 de janeiro de 1948, reunidos na Sala das Reuniões da Mesa, os seus componentes (Artigo 23, do Regimento Interno): Srs. Deputados Valentim Gentil, Presidente; Mario Beni, 1° Secretário e Catullo Branco, 2° Secretário, o Presidente declarou que o objeto da reunião era tomar conhecimento do telegrama seguinte, do Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa - São Paulo - N DE 9-1-48 - Em cumprimento § único, Artigo 2°, Lei n° 211, de 7, publicada a oito corrente e em conformidade decisão de hoje deste Tribunal no sentido constitucionalidade desse preceito vg levo conhecimento Vossência que pela Resolução nº1841, de 7 de maio e publicada Diário da Justiça 7 junho de 1947 vg foi cancelado registro Partido Comunista do Brasil com fundamento no § 13, do Artigo 141 da Constituição pt Vão transcritos necessários dispositivos referida lei pt Artigo 1°: Extingue-se o mandato dos membros dos Corpos Legislativos da União vg dos Estados vg do Distrito Federal vg dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não sob legenda partidária pt Letra E: Pela cassação do registro do respectivo partido vg quando incidir no § 13, do Artigo 141 vg da Constituição Federal pt

Letra F: Pela perda de direitos políticos pt Artigo 2°: Nos casos das letras E e F, do Artigo 1°, as Mesas dos Corpos Legislativos a que pertencerem os representantes, declararão extintos os mandatos pt § único: Para esse fim o órgão Judiciário ou autoridade vg que houver cassado o registro do partido ou declarado a perda dos direitos políticos representantes, levará o fato ao conhecimento das referidas Mesas vg dentro de 48 contadas do trânsito em julgado da decisão ou da publicação do ato vg quanto aos atos de decisões já existentes vg da vigência desta lei pt Atenciosas saudações pt Antônio Carlos Lafayette de Andrada vg Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral pt"

Em face do disposto no Artigo 27, da Lei n° 211, de 7 do corrente, e em vista do telegrama acima referido, do Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em que lhe é comunicado haver sido cassado, pela resolução desse Tribunal, de 7 de maio de 1947, o registro do Partido Comunista do Brasil, a Mesa por maioria de votos, declara extintos os mandados dos Deputados e suplentes sob a legenda desse partido. São os seguintes os Deputados que foram eleitos sob a legenda do Partido Comunista do Brasil, para a Assembléia Legislativa do Estado: Milton Cayres de Brito, Roque Trevisan, Taibo Cadórniga, Lourival Villar, Estócel de Moraes, Clovis Oliveira Neto,Sanches Segura, Armando Mazzo ,Catullo Branco , Caio Prado Jr, Zuleika Alambert."[500]

Após a justificativa de Catullo Branco, 2° secretário, em não aceitar tal decisão e, portanto não tomar parte da deliberação, a Mesa da Assembléia declara:

"A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em face do disposto no Artigo 2°, da Lei n° 211, de 7 do corrente, e tendo em vista o telegrama de 9 de janeiro de 1948, recebido no dia 10 de janeiro corrente, em que o Tribunal Superior Eleitoral, em cumprimento ao parágrafo único, Artigo 2°, da Lei n° 211, de 7 de janeiro, publicada a 8 do corrente, comunica que, em conformidade com a decisão no sentido de constitucionalidade desse preceito, pela Resolução n° 841, de 7 de maio, publicada no "Diário da Justiça" em 7 de junho de 1947, foi cancelado o registro do Partido Comunista do Brasil, com fundamento no parágrafo 13, do Artigo 141, da Constituição Federal, declara extintos os mandatos dos Deputados e suplentes eleitos para esta Assembléia sob a legenda desse partido. São os seguintes os Deputados que foram eleitos sob a referida legenda: Milton Cayres de Brito, Roque Trevisan, Taibo Cadórniga, Lourival Villar, Estócel de Moraes, Clovis Oliveira Netto, Sanches Segura, Armando Mazzo, Catullo Branco, Caio Prado Junior e Zuleika Alambert.

Sala das Reuniões da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, aos 12 de janeiro de 1948. -*Valentim Gentil* Presidente; *Mario Beni*, 1° Secretário; *Alfredo Farhat*, 2° Secretário, em exercício.

Pelas razões constantes da ata da reunião da Mesa, desta data, o Sr. 2° Secretário, Deputado Catullo Branco, recusando-se, como declarou, a tomar parte na deliberação acima, se retirou da mesma reunião, sendo convocado, para substituí-lo, na ausência do Sr. 3° Secretário, Deputado Bravo Caldeira, o Sr. 4° Secretário, Deputado Alfredo Farhat.

---

[500] idem

Sala das Reuniões da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 12 de janeiro de 1948. -*Valentim Gentil*, Presidente; *Mario Beni*, 1° Secretário; *Alfredo Farhat*, 2° Secretário em exercício."

O que se seguiu foi a estupefação da bancada, que daquele momento em diante, não tinha mais assento naquela Casa. Cada deputado[501] deixou lavrada, como eles mesmos disseram, nas páginas dos Anais da Assembléia , para a história, o seu protesto.

O último discurso dos comunistas, na Assembléia Legislativa de São Paulo, foi o do ferroviário Celestino dos Santos, transcrito, abaixo.

> *"SR. CELESTINO DOS SANTOS : Sr. Presidente, senhores deputados, embora amanhã, talvez , não estejamos nesta Casa, não poderíamos de forma alguma, no momento em que se discute a prorrogação dos trabalhos dessa Assembléia, deixar de vir a esta tribuna para cumprir nosso dever. No estado de insegurança que São Paulo atravessa a mercê de atos atentatórios aos direitos dos cidadãos e às liberdades públicas, não poderiam os comunistas, deixar de usar da palavra a fim de justificar a necessidade inadiável de se prorrogarem os trabalhos legislativos desta Assembléia.*
>
> *Não poderíamos, também nesse momento, deixar de nos penitenciaríamos de um erro que praticamos ainda alguns dias quando nos dirigíamos à presidência desta Casa para, na nossa ingenuidade, assegurar que acreditávamos, que nesse momento difícil que atravessa a nossa pátria, nosso estado, ela saberia conduzir-se de acordo com as necessidades e a dignidade desta Assembléias (..)*
>
> *(...) Amanhã onze cadeiras vazias marcarão, neste plenário, a ausência de dez homens e uma mulher. Marcarão a ausência da bancada comunista. Essas onze cadeiras vazias representarão o protesto de todos aqueles que foram às urnas e que viram seu voto anulado pela prepotência de um judiciário a serviço da classe dominante.*
>
> *Aquelas onze cadeiras vazias, em sua mudez, representarão o protesto dos trabalhadores de São Paulo, que foram esbulhados, que viram sua escolha livre das urnas, de um momento para outro escamoteada, como passe de mágica. É bem verdade que pseudos democratas estão fazendo contas de chegar para a distribuição desse espólio, que são essas onze cadeiras vazias. É bem possível que como Judas, quando procuravam contar os trinta dinheiros, haja brigas por causa dessas onze cadeiras, mas elas , senhores deputados, representarão , sempre, dentro desta Casa , a nossa presença, porque elas embora ocupadas por outrem, são nossas são legitimamente nossas porque nos foram confiadas pelo povo. Mas uma coisa ainda resta de toda esta farsa, que se chama cassação de mandatos,*

---

[501] Falaram deixando mensagens de protesto, nesta ordem, os seguintes deputados da bancada pecebista : Catulo Branco, Caio Prado Jr., Mario Schenberg, Lourival Villar, Zulcika Alambert, Taibo Cadórniga e Celestino dos Santos.

resta para o povo a lembrança, a certeza do uso que foi dado ao mandato, confiado os deputados comunistas.

Enganam-se aqueles que pensam que alijando-nos desta Casa, alijando-nos de outras assembléias legislativas estaduais, são capazes de anular a nossa voz. Enganam-se muito, senhores deputados, enquanto não afastarem as causas que tornam a vida do trabalhador um longo martírio, enquanto não eliminarem as causas econômicas do atraso de nossa Pátria, jamais farão calar nossa voz, porque, meus senhores, a nossa voz é a de homens que trabalham, é a voz do povo. Não tenhamos dúvida de que no dia de amanhã, este povo retirará o voto desses homens, para dá-los novamente àqueles que haviam enviado para esta Casa, para defender os seus interesses. O povo se encarregará de responder a muitos desses caçadores, o povo dirá eles: "Caím que fizeste do teu irmão Abel". Esse povo tem memória, senhores deputados, não tenham ilusões a respeito, lembrando-nos dos exemplos que já tivemos nessas eleições 19 de janeiro.

Na minha bancada, homens desconhecidos, de mão encardida e calejada , homens sem fortuna, sem filha afidalgada, homens sempre no trabalho, foram mandados para cá pelo povo, e ele não o fez por um simples acaso, mas porque já está compreendendo que precisa escolher aqueles que realmente o possam representar. É por isso que, um tecelão, Roque Trevisan foi enviado a esta Casa e é por isso que para esta Assembléia, foram enviados outros trabalhadores como Roque Trevisan. É que os trabalhadores já sabem e têm a certeza de que somente outros trabalhadores como eles, falando a sua mesma linguagem, poderão defender os seus interesses.

Assim como os homens de outras classes sociais escolhem seus legítimos representantes para mandá-los a esta Assembléia, também os trabalhadores têm esse direito, e embora esbulhados e roubados, continuarão em sua marcha para frente, que é a sua participação no poder. Queiram ou não queiram os homens encarrapitados no poder, queiram ou não homens "Gordos" queiram ou não os homens da classe dominante, a classe operária marcha para a frente no seu destino histórico, esse mesmo destino que a levará ao poder , que tomará em suas mãos, para fazer a felicidade de todos os homens, de todas as pátrias e de todas as criaturas.

(...) Por isso senhores, os deputados que vão continuar ainda, nesta casa, vão ficar com uma dupla responsabilidade sobre os ombros: a de cumprir o dever que lhe foi dado pelos eleitores que confiaram nos seus nomes, nas promessas feitas antes 19 de janeiro e esta, ainda, de maior responsabilidade, a de arcar com a defesa dos interesses daqueles que tiveram seus votos esbulhados, daqueles trabalhadores descontentes, daqueles trabalhadores que ao passarem por esta casa dirão: "O meu voto foi roubado". Aquele que olhando para esta Casa, embora estas cadeiras estejam ocupadas por outros deputados, dirão: "elas estão vazias, pois eu não vejo ali, Caio Prado Jr., não vejo Mario Schenberg, não vejo o Roque Trevisan , não vejo Sanches Segura, não vejo Zuleika Alambert, nem Taibo Cadórniga, nem Estócel de Morais , não vejo ali Milton Cayres de Brito. Quem são esses homens estranhos que ocupam aqueles lugares esses homens que naquelas cadeiras representam um insulto à minha consciência, representam um roubo vivo, o esbulho vivo e patente". Por

isso senhores deputados, responsabilidade de vos outros, que aqui ficais, caçadores ou não caçadores, é uma responsabilidade muito grande. Um dia nós todos compareceremos na história que estamos escrevendo com nossos atos. Desses dias que estamos vivendo, essa história fará justiça àqueles que honestamente cumpriram o seu dever, mas ela também marcará, com seu dedo aqueles que foram indignos de terem merecido a confiança do povo, porque traíram, porque expulsaram da assembléia outros homens, legitimamente eleitos. Neste dia essa história também marcará aqueles que como os homens da Mesa, tiveram oportunidade de entrar para a história de nossa pátria de cabeça erguida, como símbolo de civismo, como símbolo de resistência à ditadura, mas que preferiram entrar pela porta do fundo, comum um ladravaz como os mascarados que ainda há poucos dias, assaltaram jornal. Era o que tinha a dizer seu presidente (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Como a 139ª sessão não esteve reservada unicamente para a comunicação da cassação dos mandatos, as orações levaram, também, os deputados a fazerem críticas ao governo Adhemar de Barros e a denunciar a formação do "Bloco democrático independente", apontado pelo deputado Caio Prado Jr. como a "Câmara dos 40".[502]

O deputado Juvenal Sayon, da UDN, denunciando a existência da "caixinha do Adhemar", com o jogo do bicho, põe a nu a indiferença com que o "Bloco Parlamentar" tratou o assunto das cassações. Seus representantes jogaram no bicho – prática ilegal segundo a própria Constituição Estadual e Federal – e segundo o que foi apurado ganharam a aposta. Assim faz a denúncia o deputado da UDN

SR. JUVENAL SAYON : ... no coração de São Paulo, nos chalés mais centrais desta cidade , a aposta feita ontem foi exatamente, o número 900, se não me engano, o número dado ao projeto de lei da cassação dos mandatos. O jogo foi o seguinte: foi jogado no número 900 invertido, do primeiro ao quinto, e no terceiro prêmio deu 009. Segundo o que me informaram, dentro da tecnologia do "jogo do bicho", significa burro. (risos). Por conseguinte a importância ganha foi de Cr$532,80, e essa importância, segundo me informou deputado Ferraz Egreja, foi destinada às famílias dos jornalistas presos .
Pois bem o total jogado em vários chalés ontem , foi de 75 cruzeiros e o chalé que fez o pagamento está situado na rua São Bento 368 é A favorita".[503]

---

[502] Comparação desse grupo, na Assembléia, com aquele que articulou a intentona integralista na tentativa de depor Vargas, conhecido, na ocasião como "Câmara dos 40"

[503] Cf. Anais da Assembléia Legislativa - 139ª sessão ordinária , V. IX , 12/01/1948

Terminada a sessão, os deputados comunistas saíram da Assembléia, em comboio, pois havia muita gente fora do recinto e, segundo eles próprios - depoimento da deputada Zuleika Alambert e do senhor João Sanches Segura - , foram seguidos por "capangas do Adhemar", conseguindo despistá-los.

Recorda-se o senhor Sanches Segura desse acontecimento:

" quando fechou? É verdade, todos nós saímos no automóvel assim... É que tinha gente... aquele estrangeiro ou húngaro, o capanga do Adhemar. Saíram de carro atrás nós, para ver se nos pegavam. Nós saímos de carro também e driblamos, começamos a driblar e nos perdemos deles, e não aconteceu nada. Era para nos pegar. E a massa nos ajudou , para que nós fugíssemos"[504].

A senhora Zuleika Alambert assim se refere aos acontecimentos do último dia :

"O último dia, eu sabia que eles iam me cassar. Porque nós agüentamos o quanto pudemos ali, depois da cassação não é? Depois da cassação do partido...(...) ... mas no dia da cassação eu sabia que iria caçar, resolvi espernear, vamos espernear porque senão...
É.. então eu fui para lá e fiz aquele discurso , dali eu saí direto para casa do Mario Schenberg, porque ele era uma sumidade e ainda respeitavam ele. Então eu fui para lá... é eles estavam cercando tudo...aí eu sai para o Mario... era uma coisa rocambolesca"[505].

Sem os comunistas na Assembléia, o "Bloco Parlamentar", auto intitulado "Bloco democrático independente" passou a dominar a cena política, fortalecendo, assim, o governador Adhemar de Barros naquela Casa Legislativa.

Quanto às vagas deixadas pelos comunistas[506], apesar da legislação determinar a organização de novas eleições, estas não foram preenchidas, pois, como comenta John French, "esse procedimento, ainda que democrático, tinha, porém sérias limitações do ponto de vista do governo Dutra: a realização de novas eleições desencadearia entre os demais partidos uma competição pelo apoio do PCB e de seu considerável bloco de eleitores. Por outro lado, a decisão do TSE de dividir os assentos do PCB entre os candidatos perdedores dava aos partidos não-comunistas uma participação na cassação do

---

[504] Entrevista Sr. João Sanches Segura e Dona Adoração - 15/08/2003
[505] Entrevista com Sra. Zuleika Alembert realizada em 20/06/2003 no Rio de Janeiro
[506] Todos os deputados e vereadores – além do senador Prestes – eleito na legenda do PCB perderam seus mandatos, restando apenas dois comunistas no Congresso, Diógenes Arruda e Pedro Pomar, eleitos em São Paulo na legenda do PSP.

PCB e tornaria mais difícil fazer alianças no futuro."[507]

Esbulhados em seu direito, os comunistas passaram a adotar nova tática, determinada pelo CC no Pleno Ampliado de Janeiro de 1948[508]. Tática que segundo todos os analistas do período, caracterizou-se como "uma guinada radical à esquerda". A nova determinação do Pleno condenava a "linha de 45", segundo a qual "a via eleitoral é uma ilusão burguesa, mas todas as demais formas são justas e necessárias".

---

[507] FRENCH. John D. *O ABC ... 1995 . op. cit.* pág.237.

[508] Este Pleno foi, também, influenciado pelo relatório Zdanov de 1947, que considerava o momento político como o resultado do "aguçamento geral da luta de classes em escala internacional", que dividia o mundo em dois campos. "O PCB mudou inteiramente sua tática e sua interpretação dos processos e instituições políticas brasileiras. A linha anterior, classificada de "oportunista", foi rejeitada em favor de outra mais agressiva, orientada para a derrubada do governo." RODRIGUES, Leôncio Martins. ***"O PCB: os dirigentes e a organização."*** IN: FAUSTO, Boris (dir.). ***História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano: Sociedade e política (1930-1964)***. São Paulo:Difel, 1981 T.III, v.3. pág. 413.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "Em outras palavras, a principal lição de um século em que parte da humanidade rompeu com o capitalismo e uma parte retornou ao capitalismo é a de que a história não tem um final nem um norte predeterminados. Em vez de caminhar e conduzir os homens numa direção determinada, a história é construída e reconstruída pela luta concreta dos homens, a partir das condições históricas que encontram, é certo, mas sempre para direções novas - piores ou melhores.
>
> (..) A vingança da história é na realidade a redescoberta que os determinismos históricos condicionam a ação e a consciência dos homens, mas não as determinam."
>
> **A vingança da história - emir sader**[509]

Esta dissertação da forma com que foi organizada pretendeu traçar, pela exposição dos fatos, um panorama da história do PCB, nos treze anos mais significativos de sua trajetória. As ocorrências aqui registradas nos dão conta, não somente da história do Partido mais longevo do Brasil, como das relações que este estabeleceu com as forças político-sociais nacionais, neste período tão rico da história brasileira.

O nosso objetivo não foi transformar o Partido num "bode expiatório" das misérias do movimento operário, nem tão pouco, tomá-lo aprioristicamente, como a vanguarda da classe a qual ele se fez representar. Se adotássemos esta postura, seguiríamos o que a historiografia já tem feito.

Nosso intuito foi simplesmente demonstrar , como um partido político, que viveu mais na clandestinidade do que na legalidade se apresentou, na experiência político-partidária, como agremiação política legal, no período de 1945 a 1948.

Para analisar a postura do PCB neste triênio, forçosamente foi necessário estabelecer um contraponto entre duas experiências, a ilegal, tomada do poder pela força e a legal, sua vida no chamado período da "redemocratização".

---

[509] Revista Caros Amigos página 10, ano 7 , nº 75 de junho e 2003.

Foi o Partido Comunista , na época, Partido Comunista do Brasil, que como eixo, nos permitiu, neste trabalho, analisar questões candentes em nosso país até hoje. O conceito de democracia e a validade e importância das leis, por exemplo.

Foi, também, a documentação secreta norte americana, que nos fez verificar, como e até que ponto, a influência dos EUA esteve presente na consecução dos acontecimentos - do período que vai da Segunda Guerra até o início da Guerra Fria - , que levaram o Brasil a aderir ao "ideal do liberalismo" Anglo-Saxônico.

A descrição dos atos do Partido, determinados pela Secretariado Nacional e pelo Comitê Central, nos levou, também, a perceber o jogo que o envolveu, naquele momento, polarizado que esteve entre a figura de Prestes e a de Stálin.

A reconstrução dos acontecimentos que levaram o partido a participar da vida político-partidária brasileira, como partido legal, nos permitiu, mais um vez, colocar em evidência o papel das elites no jogo "democrático" do Brasil, que até hoje permanece o mesmo.

Quando tentamos reconstruir as experiências de ação do PCB, de 1935 a 1948, percebemos que estas experiências vividas foram muito ricas em termos de "possibilidades", mas não suficientes como transformadoras de nossa realidade.

A descrição das três "experiências revolucionárias", Natal, Recife e Rio de Janeiro, com as quais iniciamos este trabalho, nos deram subsídios para entendermos, apesar de toda a polêmica que ainda cerca este assunto, de que maneira o Partido esteve envolvido nesse ensaio de tomada do poder pela força.

A não consecução de seu intuito provou para os espectadores, que o Partido, centrado na figura de Prestes, além de reproduzir, o ideal stalinista de culto ao líder, se orientou pela figura de um ícone que pouco ou quase nada entendia de aspirações da classe operária brasileira naquele momento. O "putsch de 35" também foi evidenciador de uma dinâmica que é característica das elites – a tutela - , reproduzida pela classe média, já que o movimento não teve a participação do operário, mas foi feito em nome dele, por esta classe. Além do mais apresentou, também, a marca do tenentismo, já que o movimento foi de cunho quase exclusivamente militar.

Este episódio, que não conseguiu transformar nada, serviu, no entanto, de "bode expiatório" para que as elites, já encasteladas no poder, se servissem dele para contar com a servidão voluntária das camadas populares. O anticomunismo foi uma arma eficaz, no controle da sociedade, limitando sua participação e abortando suas reivindicações.

O Partido foi o cumpridor de um desígnio. O que seria a redenção do proletariado tornou-se sua submissão.

Corrigindo sua trajetória, os comunistas, também demonstraram, no período subseqüente , uma qualidade de adaptação estupenda. Em nome da sobrevivência do Partido chegaram, até a negar certos princípios que o norteavam, por exemplo, a "Luta de Classes".

Mesmo sem poder ser legal, perseguido e sufocado, cumpriu, na defesa do ideal de "União Nacional" um papel inegavelmente importante. Lutando contra o fascismo – seguindo orientações de Moscou - foi o grande organizador das massas no Brasil, durante as transformações que se processaram a partir de 1942.

Lutando pela democracia e acreditando dogmaticamente nela, o Partido, fez o jogo dos EUA, que muito habilmente, permitiu a seus tutelados latino-americanos a presença de forças de esquerda no jogo liberal, das "democracias nascentes". A existência "legal" dessas forças é que permitiriam ao liberalismo combatê-las. Eram as "ideologias exóticas", que a partir do momento em que o modelo liberal tornou-se vitorioso, no final da Segunda Guerra Mundial, deveriam ser condenadas, pois eram nocivas ao "mundo da liberdade".

Engajado que estava nesse processo democrático, o PCB, apoiando, inclusive o "Plano de Paz de Roosevelt" e seguindo as determinações de Stálin, que decretara a morte do imperialismo, colaborava para a manutenção do "status quo", quando refreava o movimento operário e pretendia tutelar os sindicatos. Mais uma vez, mesmo tendo mudado seus planos de alcançar o poder, o PCB, porque teoricamente cumpria seu papel histórico - ser a vanguarda do proletariado -, decidia por ele.

Tais constatações, entretanto, não invalidam a importância do Partido de ter tentado ser o porta-voz dos trabalhadores dentro de um sistema que até então havia tolhido a participação das massas do processo político.

O apoio do Partido a Vargas, a partir do ano de 1945, por exemplo, apesar de muito criticado como uma traição comunista ao trabalhador, ganhou no fato de ter referendado uma estratégia política de Getúlio, que diante da impossibilidade de continuar a ter o beneplácito das elites, abria espaço político para o proletariado. Isto foi reconhecido pelo PCB.

O trabalho do historiador torna-se complexo na análise dos fatos. Temos, sempre expectativas diante deles e os compreendemos a partir dos valores do tempo em que vivemos e não do tempo acontecido. Isto nos faz criticá-los, mostrando que poderiam ter

acontecido de uma forma e não de outra. O trabalho do historiador é aquele que, usando o instrumento da crítica, não se deixando levar pelas expectativas, analisa as ocorrências da história como as vê no período e não como gostaríamos de vê-las.

Quando criticamos o Partido Comunista, dizendo que fez o que não deveria ter feito, esquecemos que o contexto do período estudado e as condições de existência dele o levaram a adotar tal postura. Leve-se em conta, todos os ingredientes que caracterizavam os PC's: a teoria marxista-leninista que fundamentava seus atos , a hierarquia que mantinha o Partido fechado a mudanças, o "centralismo democrático", o culto ao líder - comum não só entre os comunistas - , e seu hábito de vida clandestina, que dava a ele uma característica diferente daquela dos outros partidos políticos, que disputaram com ele o jogo eleitoral do pós-guerra.

É de nosso conhecimento que entre todos os partidos existentes no chamado período da redemocratização, era o PCB, o único que já tinha uma história de presença nacional e que, além disso, apresentava uma consistência ideológica forte.

Não devemos defender cegamente a corrente de historiadores, já citados neste trabalho, que diz ter sido o PCB foi independente de Moscou em sua ação política no Brasil do pós-guerra. Houve, sem dúvida, influência, principalmente nas estratégias usadas pelo Partido. Stálin tinha todo o interesse em manter os Partidos Comunistas como suportes da URSS, para a manutenção de sua hegemonia sobre o mundo comunista. Isto limitava demais as possibilidades de caminhar pelas próprias pernas e aplicar a teoria dentro de uma realidade que não fosse transplantada. Havia, também, a questão do internacionalismo, a revolução tinha de ser mundial - apesar da postura contrária do stalinismo-, as ações dos PC's deveriam colaborar para a libertação do operariado.

Também não devemos crer que o Partido foi monitorado constantemente pelas forças soviéticas, isto seria desvalorizar seus participantes. Desde aqueles de sua base, mais ligados ao movimento operário – comissões de fábrica, sindicatos, etc, - que a partir de suas realidades lutavam por poder existir, e que bem ou mal compunham o Partido, até aqueles componentes do CC, que formado por intelectuais e militares, mesmo equivocados na leitura da realidade brasileira – defendiam a luta contra as "estruturas feudais" no Brasil – ainda apresentavam uma postura de defesa dos valores nacionais.

Defendamos, pois, a crença de que o Partido Comunista foi um produto do seu tempo. Nacional porque, composto por brasileiros - tinha como base a solução dos nossos problemas - , internacional, porque lutava pela emancipação do proletariado, como classe.

Foram essas características apresentadas pelo PCB, as responsáveis pela opção feita, no imediato pós-guerra. O Partido por ter construído, com os trabalhadores uma estratégia de lutas – contra o fascismo - e por ter sido reconhecido como um defensor de sua causa, optou por definir seu espaço de ação dentro do sistema institucional-legal.

As experiências enfrentadas pelos comunistas, dentro de um campo desconhecido por eles, a legalidade, foram de aprendizado. Acostumado que estava com a ilegalidade, o Partido, sem fazer a leitura clara da situação da época, submeteu-se às forças que haviam lhe permitido acesso ao sistema político-institucional. Os seus dirigentes passaram a defender a idéia de que se evitassem as greves, se segurassem o movimento operário - que já se organizava e lutava por melhores condições de vida - , passariam a contar com o apoio das instituições burguesas.

É claro, que nesse momento o Partido não estava mais voltado para a idéia da Revolução Proletária, ele tinha abraçado, sem admitir, o ideal menchevista, ou seja, construir o capitalismo nacional, junto com a burguesia-progressista, acreditando que seria possível a formação de um governo duplo, que unisse essas forças para depois garantir ao trabalhador seu lugar no socialismo. O Partido desenhou para si um quadro e tentou colocar a realidade dentro dele. Por isso se explica o apoio dos comunistas a José Linhares, ao governo Dutra e até o acordo com Adhemar de Barros em São Paulo.

A experiência comunista no parlamento mostrou a eles que a luta política nesse campo era acirrada, que era difícil, porque os casuísmos legais impediam a mínima defesa das garantias que estes queriam para o trabalhador. Mesmo, cerceados por todos os lados, no Senado e na Câmara, a leitura da situação continuava equivocada, pois, a defesa cega dos princípios legais, dos quais eles próprios estavam sendo vítimas - já que os decretos-leis cerceavam cada vez mais sua ação - , permitiram que as leis criadas por Dutra mutilassem a formação de sindicatos livres, de organização operária independente e de liberdade política.

Provavelmente, a leitura equivocada da situação, se dava pelo fato, de que reconhecidos como íntegros em seus princípios e defensores da classe operária - mesmo que cerceados em sua manifestação - , encontravam respaldo das massas, que por três vezes , de forma clara e afirmativa, nas urnas, os tinham escolhido como seus representantes legais. Isto lhes dava força política e confiança.

O processo que se iniciou, no pós-guerra, foi dinâmico e saudável, pois abriu espaço para a participação popular, mesmo que, por parte da elite, esta participação

devesse ser limitada. Esse exercício de participação política, das massas, teve no PCB seu representante.

Este Partido era, independentemente de todas as críticas que pudermos fazer, um elemento, que se ao mesmo tempo servia às elites como argumento para ser combatido, também representava seu antagonismo e liderava uma parcela grande da população que pretendia mudanças estruturais no Brasil.

A trajetória da vida do PCB na Assembléia Legislativa de São Paulo, aqui descrita, é um exemplo claro, de que, o Partido passou a incorporar essa liderança e acreditando no modelo democrático pretendeu fazer da Tribuna da Assembléia, também, seu local de lutas. Apelando pela constitucionalidade das leis, o partido viu, vagarosamente, o poder que acreditava possuir, e que vinha dos votos de seus eleitores, se esvair.

A armadilha que matou sua experiência na legalidade vinha sendo construída, desde o início do governo Dutra. Eram os decretos-leis. Auxiliado, pelo poder Judiciário e depois pelo Legislativo, sempre fundando seus atos em lei, este (Dutra) iniciou, ainda na Constituinte Federal o processo de negação da legalidade para o PCB.

Primeiro foi o decreto-lei 9070, de 15/03/1946, que praticamente reeditava a lei anti-greve. O Governo sabia que estaria cerceando, não só o movimento operário como matando, dentro dele, a ação do PCB – o MUT perdeu seu status de legalidade e os lideres grevistas foram presos - . Ainda no mesmo mês e antes da promulgação da Constituição Federal, o governo lançou outro decreto lei, o de número 9085, de 25/03, que suspendia o funcionamento das associações que servissem de suporte a partidos. Nessa ocasião decretou-se o fechamento da "União da Juventude Comunista".

Percebendo a força do PCB, principalmente junto às massas, o governo assinou outro decreto, o de número 9258 em 14/05/1946. Este permitia o cancelamento de registro dos partidos que recebessem do estrangeiro orientação política ou contribuição em dinheiro, ou que contrariando o seu programa, praticassem atos ou desenvolvessem atividades que fossem colidentes com os princípios democráticos e os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição. A Constituição, no entanto, nem havia sido concluída.

Devemos acrescentar, também, que a repressão policial, alicerçada nesses decretos, esteve livre para perpetrar todo o tipo de violências contra o movimento operário e o Partido. Invasões de sedes, prisões de operários e militantes do PCB, confisco de documentos, repressão a comícios, empastelamento de jornais, etc.

O cancelamento do registro do Partido foi uma batalha jurídica violenta, que só por uma margem apertada de votos, 3 a 2 conseguiu se concretizar. As pressões do Poder Executivo sobre o Judiciário – sabendo que no jogo democrático os poderes são independentes - estiveram, todo o tempo presentes e denunciadas, tanto pelos comunistas e partidos de oposição - que da Câmara Federal, Senado e das Assembléias, como nos comícios, acusaram tal manobra – quanto pelos meios de comunicação, que chegaram até a apresentar provas - como a promoção dos juízes que foram favoráveis à cassação - , nas denúncias da influência do governo no processo de anulação.

As evidências de que havia uma estratégia governamental para eliminar a esquerda mais atuante, naquele momento, representada pelo PCB, são claras. No mesmo dia em que foi cassado o registro do PCB, Dutra lançou outro decreto lei - 23.046 de 07/05/1947 - que tornava ilegal e fechava a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, organismo fundado e gerenciado por comunistas.

Após a cassação do registro, apesar de continuar a defender a democracia, e acreditar nela, o Partido acirrou sua luta, com apoio, em algumas ocasiões, da UDN, assim como de parcela significativa do operariado.

O governo Dutra mantendo sua estratégia de negação de liberdade política ao PC, continuava a contar com "adeptos" no combate ao comunismo. Assim foi que, pelas mãos do Congresso Nacional, decretou-se a criação de bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País. Era o decreto 748-B

Este decreto , sancionado pelo presidente da República, tornava, muito coincidentemente, as cidades onde os comunistas estavam mais fortes, bases para a defesa do País. Era uma forma legal de afastar a influência pecebista nessas regiões, controlando as eleições nestas cidades . Nestes municípios, por exemplo, o prefeito seria nomeado e não escolhido por meio do voto. O decreto, transformado em lei, a lei 121 de 22 de outubro de 1947, não foi suficiente para sufocar a força dos "Candidatos de Prestes" nas eleições de 9 de novembro.

O golpe de misericórdia que finalmente eliminou os comunistas do jogo político-institucional, foi dado nos meses de dezembro de 1947 e janeiro de 1948.

Em 31 de Dezembro de 1947 , o TRE, atendendo o recurso número 659, de São Paulo, contra o registro dos candidatos comunistas inscritos pelo PST, impetrado pelos partidos PSP, PDC e PST, invalida a escolha desses candidatos , eleitos em 9 de novembro.

Em 07 de Janeiro de 1948, o projeto 900-A, do senador Ivo D'Aquino , finalmente torna-se a lei 211 e determina a cassação dos mandatos dos representantes comunistas em todos os níveis, Câmara Federal, Senado e Assembléias Legislativas.

A sonho de que era possível a um partido "anti-sistema"[510] participar do jogo político burguês das instituições, estava terminado. Seu papel honesto e coerente, na defesa dos interesses do operariado brasileiro, ficou, no entanto, impresso nos Anais das Câmaras e Assembléias do Brasil.

Terminada a experiência da legalidade, os comunistas, conscientes de que, apesar de toda a luta pelas garantias ao trabalhador, não tinham sabido usar a força do proletariado, lançam o Manifesto de Janeiro de 1948. Salomão Malina testemunhou esse momento, de incompreensão política :

> *"Após a cassação do registro, o Partido caiu no velho esquema pendular e saiu de uma posição, digamos assim, de direita, na qual estavam presentes sérios elementos de ilusão, para uma postura oposta, a qual negava tudo de positivo que, apesar da cassação existia no quadro político. Tudo isso serviu para dispersar, desorganizar nossas forças. Por um lado, não forjamos um número de quadros e organizações suficientemente desenvolvidos, capacitados para enfrentar uma posição nova e, por outro, nossa política deixou os filiados desorientados."*[511]

Novamente tratava-se de um erro de leitura da conjuntura. Perdeu o operariado, perderam os comunistas. Manteve-se o Mito.

---

[510] Segundo o conceito descrito por Cerroni, a respeito dos Partidos Comunistas, como formações "anti-sistema", estes representam não apenas uma alternativa de governo ou mesmo regime, mas de Estado e de civilização; não se dedicam apenas a reformar um sistema político, mas a mudar as relações sociais, a fazer vencer uma concepção de mundo. CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político.* São Paulo: ciências Humanas, 1982.

[511] ALMEIDA, Francisco Inácio de,(org.) *O Último Secretário – A luta de Salomão Malina.* Brasília:Fundação Astrojildo Pereira (FAP) 2002. pág.114

Abreviaturas e Siglas

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ASMOB – Achivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano

CC – Comitê Central

CDPs – Comitês Democráticos Progressistas

CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CR – Comitê Regional

CTAL – Confederação dos Trabalhadores da América Latina

COMINTERN - Internacional Comunista

CMTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DET - Departamento Estadual do Trabalho

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EXIMBANK – Export and Import Bank

FAB - Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

IC - Internacional Comunista

IVC – Imposto de Vendas e Consignações

IT – Imposto Territorial

LDN - Liga de Defesa Nacional

MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores

OSS - Office of Strategic Services

PCB - Partido Comunista do Brasil[512]

POL - Partido Operário Leninista

PRP - Partido da Representação Popular

---

[512] Foi fundado em março de 1922 com o nome Partido Comunista do Brasil. O registro do partido foi cassado em 07/05/1947 sob a alegação de que era um partido estrangeiro e por isso, segundo a Constituição, não poderia ser tolerado no Brasil, já que pela lei os partidos não nacionais estavam proibidos. Em 1961, tentando conquistar a sua legalidade, perdida em 47, muda o nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo sempre a mesma sigla. A mudança , além de não ter conquistado as autoridades brasileiras, ou seja , o Tribunal Superior Eleitoral, na reconquista de sua legalidade , ainda provocou uma cisão, que já vinha ocorrendo, também, por outros motivos, dando origem a um grupo que fundou, no ano seguinte - em fevereiro de 1962 - o PCdoB, Partido Comunista do Brasil.

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SAA - Sociedade Amigos da América

TSN - Tribunal de Segurança Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

UDN - União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USDH – União Social pelos Direitos do Homem

FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DE S. PAULO - 1947

1ª Sessão da 1ª Legislatura de 1947

Volume 1 - Período - 03/1947 a 04/1947
1ª Sessão solene (14/03/1947) até a 36ª sessão ordinária
Volume 2 - Período - 05/05/1947 a 24/05/1947
37ª sessão ord. até 53ª sessão ord.
Volume 3 - Período - 26/05/1947 a 19/06/1947
54ª sessão ord. a 73ª sessão ord.
Volume 4 - Período - 20/06/1947 a 04/07/1947
74ª sessão ord. a 85ª sessão ord.
mais sessão solene de promulgação da Constituição do Estado em 09/07/1947

ANAIS DA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1947 - Janeiro/1948

Volume 1 - Período - 11/07/1947 a 08/08/1947
1ª Sessão ordinária até a 25ª sessão ordinária
Volume 2 - Período - 09/08/1947 a 30/08/1947
26ª Sessão ordinária até a 43ª sessão ordinária
Volume 3 - Período - 01/09/1947 a 17/09/1947
44ª Sessão ordinária até a 57ª Sessão ordinária
Volume 4 - Período - 19/09/1947 a 07/10/1947
58ª Sessão ordinária até a 72ª Sessão ordinária
Volume 5 - Período - 08/10/1947 a 29/10/1947
73ª Sessão ordinária até a 89ª Sessão ordinária
Volume 6 - Período - 30/10/1947 a 19/11/1947
90ª Sessão ordinária até a 102ª Sessão ordinária
Volume 7 - Período - 20/11/1947 a 04/12/1947
103ª Sessão ordinária até a 114ª Sessão ordinária
Volume 8 - Período - 05/12/1947 a 26/12/1947
115ª Sessão ordinária até a 130ª Sessão ordinária
Volume 9 - Período - 27/12/1947 a 16/01/1948
131ª Sessão ordinária até a 143ª Sessão ordinária

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1947

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Tribunal Superior Eleitoral, *Dados estatísticos. Eleições, federal, estadual e municipal realizadas no Brasil a partir de 1945,* Vol. I, Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

RELATÓRIOS SECRETOS DA O.S.S.

O.S.S. – Office of Strategic Services
State Department Intelligence and Research Reports

Latin América - 1941-1961

Brazil - "Reel VI"

0141 - Preliminary report n the elements of insecurity in Brazil
13/10/1941 - 15 páginas

0159 – The relation of Brazil to the defense of the northeast
04/11/1941 – 10 páginas

0169 - Report on the Attitude of Brazil toward the establishment of Naval and air Bases by the United States on Brazilian Territory.
21/11/1941 - 8 páginas

0231 - Short Guide to Brazil
10/07/1942 - 16 páginas

0247 - The new orientation of the Brazilian Government
30/07/1942 - 6 páginas

- An Estimate of the situation in South Brazil
27/08/1942 - Report nº 79

0766 - Summary of the Political situation in Brazil
02/08/1945 - 8 páginas

0774 - Current U.S. Policy toward Brazil
20/02/1946 - 8 páginas

0782 - Inflation in Brazil
24/09/1946 -

0788 - Anti-Trust Legislation in ITO Nuclear Countries : Brazil
26/03/1947 - 6 páginas

0794 - An Estimate of the Political Potential of Getúlio Vargas
09/05/1947 - 12 páginas

REVISTAS

A Platea - Ano 1935

Estudos CEBRAP - 1973 e 1974

Hispanic American Historical Review – 1979,1982,1987,1988.

Momento Feminino - 1945 a 1947.

Problemas - Ano 1947 a 1955.

PERIÓDICOS

Jornais :

"A Classe Operária" – ano 1935 a 1947.

A Época - ano 1947

O Estado de São Paulo – ano 1945 a 1948.

Folha da Manhã – ano – 1945 -1947.

Folha da Noite - ano 1947

Diário de São Paulo – ano 1945 -1947.

Diário da Noite - ano 1947

Correio Paulistano – ano – 1945-1947.

Hoje - órgão do PCB – ano 1945-1947.

Boletim do MUT – ano 1945 a 1947.

O Dia - 1947

Jornal de São Paulo - 1947 e 1948

DEPOIMENTOS

Apolônio de Carvalho

Jacob Gorender

Maria Augusta Capistrano

João Sanches Segura

Zuleika Alambert

DOCUMENTÁRIOS

O VELHO

Documentário, produzido pela GNT, sobre a trajetória de vida de Luis Carlos Prestes. Contém depoimentos de vários militantes, de personalidades e do próprio Prestes. Envolvendo desde a vida de infância de Prestes até sua saída de PCB, após o retorno para o Brasil em 1984.

"1935 – UM ASSALTO AO PODER"

Documentário, produzido pela STV – TV Senac, sobre o movimento insurrecional de 1935, em dois capítulos. Abrange, desde a formação da ANL até a descrição do movimento propriamente dito e suas conseqüências. 2001

MEMÓRIA POLÍTICA

Programa de entrevistas produzido pela TV Câmara – Brasília, com depoimentos de personalidades brasileiras.

Beatriz Ryff

João Amazonas

Anita Leocádia Prestes

Apolônio de Carvalho

BIBLIOGRAFIA

6.1 - Textos dos anos 40/50

ALEXANDER, Robert. *Communism in Latin America.* New Brunswick, Rutgers University Press, 1957.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade* (3 vols). São Paulo, Martins, 1954.

_____. *O Cavaleiro da Esperança.* São Paulo:Círculo do Livro. 1979.

_____. *Homens e coisas do Partido Comunista.* Rios de Janeiro:Horizonte,1946.

_____. *Seara Vermelha.* São Paulo:Martins. 1969.

APOLLONIO, Luiz. *Manual de polícia política e social.* 2ª ed. São Paulo, Escola de Polícia de São Paulo, 1958.

_____. *Métodos e táticas comunistas.* São Paulo. Departamento de Investigações. 1949.

BORKENAU, F. *World communism – A History of the Communist International.* New York: W.W.Norton, 1939.

CÂMARA, Diógenes de Arruda. *Forjemos um poderoso Partido Comunista* Rio de Janeiro. 1945. IN: Revista Problemas.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro.* RJ: [s.n.], 1948.

GRABOIS, Maurício. *Levemos às massas a nossa linha política.* Rio de Janeiro, 1946.

_____. *"O programa da frente democrática de libertação nacional".* Problemas. Rio de Janeiro, Vitória, 1950, nº 29.

O PARTIDO COMUNISTA : Sua condenação pela Justiça Brasileira, RJ : Imprensa Nacional. 1947.

PCB. "Nossa política", "a Significação Histórica da Conferência da Mantiqueira" IN *Problemas.* Rio de Janeiro, Vitória, nº 49, 1953.

_____. "Materiais do IV Congresso do PCB", *Problemas.* Rio de Janeiro: Vitória, Nº 64. 1954-5.

MELLO FRANCO, Virgílio. A Campanha da U.D.N., Rio de Janeiro:Zélio Valverde, 1946.

PRESTES,Luis Carlos. Informe de balanço do Comitê Central do P.C.B. ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. Problemas. Rio de Janeiro, 64:45-103, dez.54/fev.55.

_____. *Os Comunistas na Luta pela Democracia* (informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil em 07/08/1945), Rio de Janeiro: Horizonte, 1945 pág.20.

_____. *Organizar o povo para a democracia.* Rio de Janeiro, 1968.

_____. *Os Comunistas e o monopólio da terra.* Rio de Janeiro, 1945.

_____. *A Luta pela Constituinte.* Rio de Janeiro, 1946.

_____. *Problemas atuais da democracia.* Rio de Janeiro, Vitória, 1947.

_____. "Declaração sobre o projeto de programa do PCB", *Problemas.* Rio de Janeiro, Vitória, nº 54, 1954.

_____. "Discurso na seção solene do Comitê Nacional do PCB", *Problemas.* Rio de Janeiro. Vitória. Nº45, 1953.

_____. "Um Plebiscito impressionante". *Problemas.* Rio de Janeiro: Vitória. Nº29, 1950.

_____. "O nome de Dimitrov está ligado à luta do povo brasileiro pela libertação nacional", *Problemas*, Rio de Janeiro, Vitória, nº23, 1950.

_____. "Nossa política", *Problemas.* Rio de Janeiro: Vitória, nº43.1952.

SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 46. Dados Biográficos.* Rio de Janeiro: Spinoza. 1947.

SIMÃO, Aziz. "O voto operário em São Paulo" IN: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte. 1956

6.2 - Memórias, depoimentos pessoais, narrativas de cunho biográfico e autobiográfico.

ALMEIDA, Francisco Inácio de, (org.) *O Último Secretário – A luta de Salomão Malina.* Brasília:Fundação Astrojildo Pereira (FAP) 2002.

ALMEIDA, José Américo de. *A Palavra e o tempo* (1937-1945-1950). R.J. José Olympio. 1965.

AZEVEDO, Ricardo de. & MAUÉS, Flamarion.(org.) *Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (Memórias).* São Paulo. Alfa-Omega. 1978.

BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.

BASBAUM, Leôncio.*Uma vida em seis tempos (memórias)*, SP: Alfa–Omega, 1978.

BENI, Mario. *Adhemar.* São Paulo: Grafikor, s/d.

BEZERRA, Gregório. *Memórias.* Primeira parte: 1900-1945. Rio de Janeiro:Civilização brasileira. 1979

_____. *Memórias.* Segunda parte: 1946-1969. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira.1979.

BRANDI, Paulo. *Vargas da Vida para a História.* Rio de Janeiro:Zahar,1983.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHAVES NETO, Elias. *Minha Vida e as Lutas de meu Tempo.* São Paulo:Alfa-Omega. 1978.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra,* São Paulo:Scritta,1995.

DIAS, Eduardo. ***Um imigrante e a revolução – Memórias de um militante operário: 1934-1951.*** **São Paulo: Brasiliense, 1983.**

DULLES, John Foster. ***Getúlio Vargas : biografia política.*** **Rio de Janeiro: Renes, 1974,**

FALCÃO, João. ***O Partido Comunista que eu Conheci.*** **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1988.**

GORENDER, Jacob. ***Combate nas Trevas.*** **A Esquerda Brasileira: Das Ilusões perdidas à luta armada. 3ª ed. São Paulo:Ática. 1987.**

IGLÉSIAS, Francisco (org.) ***Caio Prado Jr.,*** **Coleção: Grandes Cientistas sociais Nº 26. SP: Ática. 1982.**

IUMATI, Paulo Teixeira. ***Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945.*** **São Paulo: Brasiliense, 1998.**

KAREPOVS, Dainis. (coord.) ***Caio Prado Junior – Parlamentar Paulista.*** **São Paulo: ALESP/Imprensa Oficial do Estado. 2003.**

LACERDA, Carlos. ***Depoimento.*** **Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1978.**

LEITE, Mauro Renault e NOVELLI JR (orgs.). ***Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade.*** **Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.**

MAZZO, Armando. Memórias de um militante político e sindical no ABC. PMSBC, 1991.

MELO, Marcelo Mário de . ***David Capistrano: entre teias e tocaias. Perfil Parlamentar século XX.*** **Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. 2001.**

MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas* Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAIS, Fernando. *Olga.* São Paulo: Cia das Letras. 1994

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai.* Porto Alegre:Globo, 1960.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato.* Belo Horizonte: Itatiaia. 1960.

PRESTES, Maria. *Meu Companheiro. 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes* Rio de Janeiro:Rocco,1992

SACCHETTA, Vladimir at alii. *PCB– Memória fotográfica*: 1922-1982. São Paulo, Brasiliense, 1982.

SANTOS, Davino Francisco dos. *A Marcha Vermelha.*São Paulo: Saraiva, 1948.

VARGAS,Getúlio. *Diário.* V.1 (1930-1936). Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995.

_____. *Diário.* V.2 (1937-1942). Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995.

VINHAS, Moisés. *O Partidão – A luta por um partido de massas*: 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

6.3 - Bibliografia básica da historiografia sobre o PCB , o movimento operário , marxismo , leninismo, o período Vargas, pós-guerra.

100 Anos de República : Um retrato da História do Brasil. Volume IV (1931-1940); Volume V (1941-1950). São Paulo:Nova Cultural, 1989.

ABREU, Alzira Alves de, et al. (coords.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930.Rio de Janeiro: FGV. 2001.

ALMEIDA JR. Antonio Mendes. "*Do declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas*". IN FAUSTO, Boris (direção geral) Historia Geral da Civilização Brasileira V. III - Sociedade e política –1930-1964. São Paulo: Difel . 1981. pp.228-255.

AQUINO, Maria Aparecida de e outros (org.) *O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP - o Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40.* Dossiês DEOPS/SP. Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro – volume 3 São Paulo:Arquivo do Estado,Imprensa Oficial do Estado,2002.

BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera da República.* 4 volumes São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

BEIGUELMAN, Paula. "*O Processo Político-Partidário Brasileiro de 1945 ao Plebiscito*". *IN:* MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL. 1969. pp.319-338.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965).* Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1981.

_____. *O PTB e a Trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo : 1945-1964.* São Paulo:Brasiliense. 1989.

BETHELL, Leslie. Brasil. IN: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian(org.). *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BICALHO, Luiz de Carvalho(org.). *PCB - Processo de Cassação do Registro(1947).* Belo Horizonte: Aldeia Global,1980.

BILLINGTON, Ray A. & RIDGE, Martin. American History after 1865.New Jersey:Littlefield, Adams,1981.

BRANDÃO, Gildo Marçal Bezerra. *A ilegalidade mata: o partido comunista e o sistema partidário (1945/64).* São Paulo: Imprenta, IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 33, p. 23-34, fev. 1997.

_____. *Partido Comunista, capitalismo e democracia* (um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira: 1920-1964). São Paulo, 1992. mimeogr. (tese dout. Dep. Ciência Política, FFLCH. USP).

CANALE, Dario. *Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro.* Novos Rumos, ano 1, nº1, São Paulo:Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira. Janeiro/Fevereiro/Março,1986.

CARONE, Edgard. *Brasil: Anos de Crise – 1930-1945.* São Paulo:Ática.1991.

_____. *A República Nova.* 1930-1937. São Paulo: Difel, 1974.

_____. *A República Liberal (1945-1964).* Vol I. Instituições e classes sociais. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. *A República Liberal (1945-1964).* Vol. II – Evolução Política. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. A Terceira República (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976.

_____. A Quarta República. (1945-1964).São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Classes Sociais e Movimento Operário.* São Paulo: Ática.

_____. Movimento Operário no Brasil (3 vols.) São Paulo: Difel. 1981.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)* São Paulo/Rio de Janeiro: Difel. 1977.

_____. *O P.C.B. (1922-1943).* São Paulo: Difel, 1982. V.1

_____. *O P.C.B (1943-1964).* São Paulo: Difel, 1982. V.2

_____. *Da Esquerda à Direita.* Série nossa terra. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1991.

_____. *O Marxismo no Brasil.* (das origens a 1964). Rio de Janeiro: Dois Pontos. 1986.

CARVALHO, José Murilo de *"Armed Forces and Politics in Brazil 1930-1945"*, Hispanic American Historical Review Vol.62, nº 2 (May,1982) : 193-223

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões*: *Os comunistas e a redemocratização da sociedade Brasileira.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/ PROED. 1986.

CHILCOTE, Ronald H., *O Partido Comunista Brasileiro* – Conflito e integração: 1922-1972. Rio de janeiro, Graal, 1982.

CLAUDIN, Fernando. *A Crise do movimento comunista.* Vol 1 – A crise da Internacional Comunista, São Paulo: Global, 1985.

_____. *A crise do movimento comunista.* Vol.2 – O apogeu do stalinismo. São Paulo: Global, 1986.

COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935. Natal – O primeiro Ato da Tragédia.* São Paulo:ensaio/cooperativa cultural Universitária UFRN,1995

DIAS, Giocondo. *Os objetivos dos comunistas.* São Paulo: Novos Rumos, 1983.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Editado por Tom Bottomore, na Inglaterra. Jorge Zahar editor: Rio de Janeiro. 2001.

DINES, Alberto , FERNANDES JR, Florestan e SALOMÃO, Nelma. (orgs.) *Histórias do Poder : 100 anos de política no Brasil.* Vol.1 : Militares, Igreja e Sociedade Civil. 2ª ed., São Paulo:34, 2001.

DROZ, Jacques (org.) *História geral do socialismo.* Lisboa: Horizonte, 1984.

DROZ, Jules Humbert – *"Sobre los países de América Latina"* IN: VI Congreso de La Internacional Comunista. México, Siglo XXI, 1978.

DULLES, John W.Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900/1935.* Rio de Janeiro:Nova Fronteira,1977.

_____. *O Comunismo no Brasil, 1935-1945: Repressão em meio ao cataclismo mundial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

FACÓ, Rui. *A Classe operária: 20 anos de luta.* Rio de Janeiro, s.d

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50.* São Paulo:AnnaBlume.1997.

FRENCH, John David. *"Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, Brazil 1945-1947"* Hispanic American Historical Review Vol. 68, nº 1 (February 1988) : 1-43

_____. *O ABC dos Operários (1900 -1950).* São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul/Hucitec. 1995.

GARAUDY, Roger. *Marxisme du XXe siècle.* Paris:Union Générale D'Éditions,1966.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946* São Paulo, Novos Rumos, 1986.

GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos. Cultura política e hegemonia progressista em Santos,* 1945-1962. São Paulo: UNESP/ Prefeitura de Santos, 1995.

HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético: relato de uma polêmica.*São Paulo: Página Aberta. 1992.

HERNANDEZ, Leila M.G. *Aliança Nacional Libertadora. Ideologia ação.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

HILTON, Stanley E., *"Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro "Axis" during the World War II era"* Hispanic American Historical Review Vol.59, nº 2 (May, 1979) : 201-31.

HILTON, Stanley E., *"The Overthrow of Getúlio Vargas in 1945: Diplomatic Intervention, Defense of Democracy or Political Retribution?* Hispanic American Historical Review Vol.67, nº 1 (February, 1987) : 1- 37.

HOBSBAWM, Eric J.(org.) *História do Marxismo.* O Marxismo na época da Terceira Internacional : Da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares. V.6 .São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed. 1987.

_____.(org.) *História do Marxismo.* O Marxismo na época da Terceira Internacional : A URSS da Construção do socialismo ao Stalinismo. V.7 .São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____.(org.) *História do Marxismo.* O Marxismo na época da Terceira Internacional : O Novo Capitalismo o Imperialismo , O Terceiro Mundo. V.8 .São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____.(org.) *História do Marxismo.* O Marxismo na época da Terceira Internacional : De Gramsci à crise do stalinismo. V.10 .São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. "História operária e ideologia" IN : *Mundos do Trabalho.* Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

_____. *A Era dos Impérios.* Coleção Oficinas da História, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

_____. *A Era dos Extremos.* São Paulo: Cia das Letras. 1995.

_____. *Sobre História.* São Paulo: Cia das letras, 1998.

KAREPOVS, Dainis. *Nos Subterrâneos da Luta (Um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938).* Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor István Jancsó. 1996. Tombo: 102174

KONDER, Leandro. *A Democracia e os comunistas no Brasil.* Rio de Janeiro:Graal, 1980.

_____. *Intelectuais Brasileiros e Marxismo.* Série nossa Terra. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1991

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967.* São Paulo: Alfa--Omega, 1982.

LEITE, Márcia de Paulo. *O Movimento Grevista no Brasil.* Série: tudo é história, 120, São Paulo:Brasiliense, 1987.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Trabalho do Partido entre as Massas.*São Paulo:Editora Ciências Humanas.1979.

_____. *Que Fazer?.*São Paulo:Hucitec.1978.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: Os anos críticos 1934-1938.* Rio de Janeiro:Nova Fronteira.1980.

LIMONGI, Fernando. *Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Junior e a revista brasiliense IN :* Revista Brasileira de Ciências Sociais, SP. V.5 nº2 p-27-46 out.1987.

MACCANN Jr. *The Brazilian-American Alliance (1937-1945).* Princeton:Princeton University Press,1973

MANDEL, Ernest. *Formation de la pensée economique de Karl Marx: de 1843 jusq'a la redaction du "capital".*Imprenta Paris:Maspero, 1967.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização* (Brasil 1945/1950) São Paulo: Brasiliense. 1979.

_____ & Mendes Jr, Antonio. *A Era Vargas.* Brasil História. São Paulo:Brasiliense, 1981.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil.* Marília: Unesp-Marilia-Publicações. São Paulo: Boitempo, 1999.

MEDICI, Ademir. *9 de novembro de 1947: A vitória dos candidatos de Prestes.* Santo André: Fundo de Cultura do Município, 1999.

MOISES, José Álvaro. *Greve de Massa e Crise Política.* (Estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953/54). São Paulo:Polis,1978.

MORAES, João Quartim. "Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954). *História do Marxismo no Brasil. Teorias-interpretações.* Vol III. Ed. UNICAMP, Campinas, 1998.

MORAES, Denis (org.) *Prestes com a palavra. Uma seleção das principais entrevistas do líder comunista.* Mato Grosso do Sul:Letra Livre. 1997

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos.*São Paulo:Cia das Letras,2000

MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões:Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas,1991.

MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil.* Série: Tudo é História,32, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense,1982.

_____. *Algumas Cenas Brasileiras.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, sob orientação da Professora Maria Stella M. Bresciani , 1982 Tombo : 147D.

"NOSSO SÉCULO" - Volume 3 – 1930-1945. São Paulo:Abril,1980.

OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valladares de. *O discurso democrático no pós-guerra: a voz do PCB.* Dissertação de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, sob a orientação da profa. Zilda Márcia Grícoli Iokoi, 2003. Tombo 6437N

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964).* São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de M.S. . *" Getúlio Vargas (1883-1954) : Reexame de Alguns Mitos".* Estudos CEBRAP 10 abril-junho 1974 pág. 131-140.

_____. *Política e trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)* Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2ª ed. ,1977.

_____. *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil 1922-1935.* São Paulo: Cia das Letras. 1991

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A Democracia Intolerante. Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista(1946-1950).* Coleção Teses e monografias V.4, São Paulo:Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado. 2002.

PRADO JR, Caio. *O Mundo do Socialismo.* São Paulo:Brasiliense, 1967.

_____. A Revolução Brasileira. 3ª ed. São Paulo:Brasiliense, 1968.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *"Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra"* IN Dossiê 50 anos de Final de Segunda Guerra. Revista USP , Junho/julho/agosto, 1995, nº 26. Pág.54-61

PRESTES, Anita Leocádia. *Da Insurreição Armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945). A Virada Tática na Política do PCB.* São Paulo:Paz e Terra,2001.

_____. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora.* 2ª edição. Petrópolis:Vozes, 1998.

REIS, Dinarco. *A luta de classes no Brasil e o PCB*– 1. São Paulo: Novos Rumos, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão et Alii. *História do Marxismo no Brasil.* O Impacto das revoluções. Volume I. RJ: Paz e Terra. 1992.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil.* São Paulo: 34,2000.

RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão.(orgs.) *História do Marxismo no Brasil.* Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas:Unicamp.2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *"O PCB: os dirigentes e a organização."* IN: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964).* São Paulo: Difel, 1981 T. III, v.3. p.361-443.

_____. "Sindicalismo e classe operária (1930-1964)" IN: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964).* São Paulo: Difel, 1981 T. III, v.3. p.509 a 555.

ROIO, Marcos Del. *A classe Operária na Revolução Burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935.* Série nossa terra. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1990.

ROSENBERG, Arthur. *História do Bolchevismo.* Série nosso Tempo. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1989

SAES, Décio A.M. "Classe Média e Política no Brasil – 1930-1964" IN: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano: Sociedade e política (1930-1964).* São Paulo: Difel, 1981 T. III, v.3. p.449-506.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil.* Rio de Janeiro:UNIRIO/BOITEMPO, 2001.

SANTOS, Raimundo. *A Primeira Renovação Pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957).* Série nossa terra. Belo Horizonte: Oficina de Livro. 1988.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB.* São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Hélio. 1935: A Revolta Vermelha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. 1939 : *Véspera da Guerra.* Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1972.

_____. *1945: Porque depuseram Vargas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976.

_____. *A Ameaça Vermelha* : O Plano Cohen. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, Marcos A. da (coord.) *A República em Migalhas.* São Paulo: ANPUH-Marco Zero, 1990.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo.* Série Ensaios, 78. São Paulo: Ática, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil, de Getúlio a Castelo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.1969.

SOBOLEV, A. et alii. *A Internacional Comunista* (3 vols.) Lisboa: Avante! 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB.* São Paulo:Global, 1984.

SOLA, Lourdes. "*O Golpe de 37 e o Estado Novo*" IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL. 1969. pp.257-284.

SOUZA, Ismara Izepe de. *República Espanhola: Um modelo a ser evitado* Módulo IV – Espanhóis. Coleção Inventário DEOPS. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

SPRIANO, Paolo. "*O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947*", IN HOBSBAWN , Eric J. (org.) *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol.10, 1987. pág. 129 a 212.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *O Porto Vermelho: A Maré Revolucionária (1930-1951).* Módulo VI – Comunistas. Coleção Inventário DEOPS. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial. 2001.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa.* Rio de Janeiro:Paz e Terra.1987.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil:* VII, no limiar de uma nova era (29 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

VENERUSO, Danilo. *L'Italia fascista (1922-1945).* Bologna:il Mulino.1981

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade.* São Paulo: Cia das Letras. 1992.

WAACK, Willian. *Camaradas.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

WEFFORT, Francisco – *"Origens do sindicalismo populista no Brasil - (A conjuntura do após-Guerra)* – Estudos CEBRAP 4 abril-junho 1973 pág. 65-105.

ZAIDAN Fº, Michel. *O Partido Comunista do Brasil e a Internacional Comunista (1922-1929).* Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em História Econômica, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a Orientação do professor Edgard Carone, 1986. Tombo: 163028.

_____. *Comunistas em Céu Aberto. 1922-1930.* Série Nossa Terra. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

6.4 - Bibliografia da teoria da ciência política.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos brasileiros. Discurso e práxis dos seus programas.* Coleção Temas Brasileiros.Volume 5. Brasília: UNB.1981

CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político.* São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato político brasileiro.V.2* Porto Alegre:Globo,1979

_____. *Assembléia Constituinte. A Legitimidade Recuperada.* São Paulo:Brasiliense,1981.

FLEICHER, David V. (org.) *Os Partidos Políticos no Brasil* Volume I. Cadernos da UNB. Brasília: UNB. 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.* 4ª ed., Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1980.

LAFER, Celso. O Sistema Político Brasileiro. SP: Perspectiva. 1978

LAMOUNIER, Bolívar. "*Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente*" *IN:* MARTINS, Carlos Estevam. *Os Partidos e as eleições no Brasil.* RJ: Paz e Terra, 1978.

LIMA JR, Olavo Brasil de. *Os Partidos Políticos Brasileiros.* A experiência federal e regional. 1945-1964. RJ: Graal. 1983.

LONZAR, Willian e BARTOLI, Valdir Vivente. *A Constituinte Paulista de 1947,* IN: BARTOLI, Valdir Vicente (org.) *Processo Constituinte Paulista.* São Paulo: FUNDAP, 1989.

MARTINS, Carlos Estevam. Os Partidos e as eleições no Brasil. RJ: Paz e Terra, 1978.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP.* Teses 5 política. São Paulo:Global. 1982.

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000).* Rio de Janeiro:Zahar, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil* (Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República) São Paulo: Difel. 1973.

THOMPSON, Edward Palmer. "The Politics of Theory". *In* SAMUEL, Raphael (Ed.).*People's History and Socialist Theory.* Routledge & Kegan Paul, London.

_____. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro:Zahar, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia.* Coleção ensaios 9, São Paulo:Ática, 1980.

6.5 - Bibliografia Teórico-metodológica

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia – O discurso Competente e outras falas.* São Paulo:Moderna. 2ª ed., 1982.

DECCA, Edgar Salvadori de. *O Silêncio dos Vencidos.* São Paulo:Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Maria de Morais (coord.) *Entre-vistas: Abordagens e Usos da história Oral.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaína(org.) *Usos e Abusos da História Oral,* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

GRAMSCI, Antonio. Gli Intellettuali e L'Organizzazione della Cultura, Torino, 1966.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. volume 1.

_____.*O 18 Brumário de Luís Bonaparte.* Os Pensadores. São Paulo:Abril, 1978.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos* São Paulo:Edições Sociais, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo y Dictadura.* México: Siglo veintiuno, 1971.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. ***Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*** **São Paulo: Alfa-Omega, 1976.**

VESENTINI, Carlos Alberto. ***A Teia do Fato.*** **São Paulo: Hucitec-História Social USP, 1997.**

Cronologia - 1935 - 1948

1935

. **30 de março** – lançada oficialmente no Rio a Aliança Nacional Libertadora (ANL), entidade que reúne as correntes antifascistas e que conta com nomes como Luís Carlos Prestes, o estudante Carlos Lacerda e o general Miguel Costa.

. **4 de abril** -Aprovada , pelo Legislativo, a **Lei de Segurança Nacional**, que dá ao governo carta branca para " reprimir as atividades que ele considerar "subversivas".

. **11 de junho** - Os operários da indústria têxtil do Estado do Rio entram em greve pela morte, num choque com integralistas, de um trabalhador em Petrópolis.

. **5 de julho** - Comemorando o aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 24, Carlos Lacerda lê no Rio um manifesto de Prestes: " Todo o poder à ANL!"

. **11 de julho** - A ANL é colocada na ilegalidade pelo decreto nº 219.

. **13 de julho** - Fechadas as sedes da ANL e da União Feminina do Brasil, no Rio. Vários líderes são presos.

. **23 de novembro** -Explode a revolução comunista em Natal (RN) (21° Batalhão de Caçadores). Os revoltosos tomam o governo estadual, mas o movimento é esmagado três dias depois.

. **24 de novembro** – estoura em Recife , no 29° Batalhão de Caçadores, a insurreição comunista – cidade em estado de guerra por três dias.

. **25 de novembro** -Decretado o estado de sitio no país.

. **27 de novembro** - irrompe no Rio de Janeiro a terceira revolução comunista – Praia Vermelha 3° Regimento de Infantaria Comando de Agildo Barata e a Escola de Aviação Militar (Agliberto Vieira de Azevedo) campo dos Afonsos

Obs.: Insurreição termina em fracasso não houve mobilização para a tomada do poder. Era apenas o "militarismo conspiratório", que centrou sua ação nos quartéis e não na organização das massas para a insurreição.

1936

Janeiro -No Rio é preso Luís Carlos Prestes.

Março -Em Maceió é preso o escritor Graciliano Ramos. Prestes é preso e sua esposa, Olga, deportada para a Alemanha

. 3 de abril - No Rio é preso o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, também acusado de pertencer â ANL e de estar implicado na Intentona de 1935.

Julho – Vargas consegue do Congresso Nacional a criação do Tribunal de Segurança Nacional.

. 12 de setembro - No Rio é inaugurada a Rádio Nacional.

. 27 de outubro - O Tribunal de Segurança Nacional condena 75 pessoas acusadas de envolvimento na tentativa de golpe de 1935.

- Henrique Smith Bayma, presidente da Assembléia Legislativa, assume o governo do Estado de São Paulo.

Obs.: 1936/37 - reorganizados os comitês estaduais
. O Partido denuncia o golpe de Estado que se avizinhava e tenta uma frente comum com outras forças sociais.
. Apóiam políticos que apresentassem reivindicações de caráter popular e antifascistas.
. Cisão Sacchetta X Bangú

1937

. **8 de março** - Alimentando seus sonhos de perpetuar-se no poder, Getúlio Vargas começa a pressionar governadores dissidentes; Mário Correa, do Mato Grosso, é deposto.

Abril - O Partido Constitucionalista de São Paulo lança o nome de Armando de Sales Oliveira como candidato à presidência. Os integralistas lançam Plínio Salgado. Vargas apóia José Américo de Almeida, enquanto articula um golpe.

. **12 de junho** - 30 mil integralistas desfilam pela avenida Rio Branco, no Rio.

. **30 de setembro** - Dutra e Vargas divulgam o **Plano Cohen**, documento forjado pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho, referindo-se a um pretenso golpe comunista para a tomada do poder. Sob o pretexto da ameaça do Plano Cohen, o governo faz aprovar no Congresso o **estado de guerra**, com a suspensão dos direitos constitucionais.

. **19 de outubro** - O governador Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, foge para o Uruguai.

. **10 de novembro** - No Rio, tropas cercam o Congresso, que é dissolvido. Vargas anuncia o Estado Novo e outorga uma nova Constituição, que lhe dava plenos poderes e estipulava a realização de um plebiscito dentro de seis anos para a escolha de presidente.

. **2 de dezembro** - pelo decreto nº 37 são extintos todos os partidos políticos, inclusive o dos integralistas.

1938

. **10 de março** - Integralistas tentam golpe no Rio e são reprimidos pela polícia, com a prisão de vários líderes.

Abril - Criado o Conselho Nacional de Petróleo (CNP).

. **10 de maio** - Fracassa a segunda intentona dos integralistas no Rio.

. **13 de agosto** - Realiza-se o Primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, no qual nasce a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Obs: De 1938 a 1942 a atuação política do PCB (diante do apoio dado a políticos não comprometidos com a causa proletária), torna-se limitada chegando quase a desaparecer.

1939

. **3 de janeiro** - Comemorado, pela primeira vez, o Dia da Música Popular Brasileira, criado pelo Estado Novo.

Fevereiro - O general Góis Monteiro, ministro da Guerra, é oficialmente convidado a participar de manobras do Exército alemão.

Julho - É criada a Justiça do Trabalho, e o Decreto-lei 1402 de julho define a aplicação do corporativismo.

. **23 de Agosto** - assinatura do pacto germano-soviético
O PCB refaz seus planos e adota uma política de não enfrentamento ao governo Vargas. Faz criticas às "grandes potencias coloniais" - Inglaterra e França, por defenderem, não a luta pela democracia, mas sim , seus interesses.

. **1º de setembro** - Adolf Hitler invade a Polônia. Começa a Segunda Guerra Mundial.

. **2 de setembro** - Getúlio Vargas anuncia a neutralidade do Brasil na guerra , mantendo confusa a sua política externa.

. **27 de dezembro** - É criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado da censura aos meios de comunicação e chefiado por Lourival Fontes.

Obs.: No final de 1939 e começo de 1940 a polícia prende ou dispersa os vários Comitês Regionais (CRs) e o Comitê Central (CC) e a ação se torna quase acéfala. Praticamente, o PCB deixa de existir, não há mais nenhum foco de agitação; o que subsiste internamente são indivíduos comunistas, presos e soltos, mas não o PCB como organização. O declínio parece significar a extinção total do partido..." [513]

[513] CARONE, Edgar. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo:Difel, 1976 p.217

1940

. **25 de março** -A polícia invade o jornal O Estado de S. Paulo, sob alegação de que seus .diretores conspiravam contra o Estado Novo.

. **1º de maio** - Entrou em vigor o salário mínimo, proposto na Assembléia Constituinte de 1934 e instituído pelo ministério de Agamenon Magalhães em 1936.

. **11 de junho** - Vargas faz um discurso favorável ao fascismo. Gustavo Barroso, um dos líderes do integralismo, elogia as palavras do presidente. Três dias depois, os alemães tomam Paris.

Julho -A escritora Patrícia Galvão, a Pagú, é posta em liberdade, após mais de dois anos de detenção.

. **20 de Julho** - IV Congresso Nacional dos Estudantes : " significou naquela oportunidade talvez a maior manifestação do povo brasileiro na sua luta para encontrar uma abertura democrática e antifascista"[514]

- Implantada oficialmente pelos Estados Unidos, na Conferência de Havana, a "política de boa vizinhança".

[514] CARONE, Edgar. O PCB vol 2. 1982 págs.229

1941

Janeiro - O governo Vargas funda a Cia Siderúrgica Nacional e inicia a construção da Usina de Volta Redonda

. **20 de Janeiro** – Criado o Ministério da Aeronáutica e organizada a Força Aérea Brasileira (FAB)

. **21 Junho** - agressão hitlerista à URSS. Mudança de tática da IC. Formação de uma unidade de forças contra o fascismo

Julho - PCB distribui boletim conclamando a "frente mundial contra o nazismo" e lançando apelo à "União Nacional"

- Estudantes do Largo de São Francisco (São Paulo) ganham apoio dos comunistas na campanha antifascista.

. **13 de outubro** – Vargas recebe carta de três representantes do Secretariado Nacional do PCB, defendendo a união nacional democrática e um governo constitucional democrático.

Dezembro - Ataque japonês a Pearl Harbour e entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. O governo brasileiro declara sua solidariedade aos EUA e ganha apoio dos comunistas.

. **14 de dezembro** - realiza-se em Salvador a Conferência do Nordeste do PCB definindo a política de "União Nacional com todos os segmentos da vida brasileira para a defesa da pátria e combate ao inimigo comum da humanidade, o nazi-fascismo" .

1942

. **15 de janeiro** - instala-se no Rio de Janeiro a III Conferência dos Ministros das Relações Exteriores Americanos.

. **28 de janeiro** - o governo de Vargas anuncia o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo.

. **14 de fevereiro** - os navios brasileiros, *"Buarque", "Olinda" e Cabedelo (morrem 54 tripulantes)* são torpedeados por submarinos alemães. Outros ataques, como estes de fevereiro , ainda ocorrerão perpetrados pelos alemães à Marinha Mercante Nacional.

. **23 de fevereiro** - o escritor austríaco Stefan Zweig e sua mulher se suicidam em sua residência de Petrópolis RJ

. **11 de março** - Vargas encampa as companhias de aviação LATI (italiana) e Condor (alemã), em represália aos ataques alemães a nossa frota mercante. No mesmo dia, assina decreto lei confiscando bens de imigrantes alemães e italianos.

Abril – Fundada na Bahia a Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados. Em São Paulo é fundada a Liga Acadêmica de Defesa Nacional.

. **4 de julho** - a UNE lidera grande passeata antifascista no Rio . Em meio a uma crise, demite-se o chefe de polícia e vários ministros.

. **18 de agosto** - grandes manifestações populares nas principais cidades do país exigem que o Brasil declare guerra ao Eixo.

. **31 de agosto** - o governo baixa decreto nº 10.358, em que declara estado de guerra em todo território nacional.

. **02 de setembro** - no Rio manifestação que conta com 100.000 pessoas apóia a declaração de guerra.

Obs.: É a partir de 1942 que o PCB começa a reaparecer no cenário político Nacional, ao lado de outras forças liberais e democráticas.

Rearticulam-se grupos comunistas. Os principais eram: São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

1943

. **1 de janeiro** - criada no Rio de Janeiro a sociedade dos Amigos da América . Ressurge a Liga de Defesa Nacional (fundada durante a Primeira Guerra Mundial).

. **28 de janeiro** - Vargas encontra-se com Roosevelt, presidente dos EUA, em Natal - RN

Fevereiro – O embaixador dos EUA, no Brasil, "prevê que após o conflito [2ª Guerra] Vargas se sentiria impelido a restaurar algum tipo de processo democrático"

Março - Vargas autoriza a criação da FEB - força expedicionária brasileira.

. **1 de maio** - o governo institui a CLT - consolidação das leis do trabalho.
- Neste mês ocorre a "Semana Antifascista", reunindo representantes da UNE, LDN e SAA e do conselho Anti-Eixista do Banco do Brasil.

Junho – Dissolução do Comintern - Internacional Comunista.

Agosto - o general Dutra embarca para os EUA a fim de estabelecer os preparativos de guerra. No Rio de Janeiro 150 juristas se manifestam pela democracia.

27 a 29 de Agosto - A CNOP convoca a Segunda Conferência Nacional do PCB. Quatorze delegados reuniram-se em Barra do Piraí, perto da Serra da Mantiqueira (RJ). Estabeleceu-se uma estrutura provisória e Luís Carlos Prestes (preso) é indicado como secretário Geral do PCB. Era a **Conferência da Mantiqueira.**
O grupo de São Paulo não aceita a liderança de Prestes, mas concorda com a idéia de União Nacional, defende, porém, o combate ao governo Vargas.

. **24 de outubro** - lançado **Manifesto dos Mineiros** por reformas democráticas.

. **10 de novembro** - sindicatos cariocas comemoram sexto aniversário do Estado Novo e Vargas responde ao Manifesto "o nosso maior inimigo ainda será a divergência interna"

. **28 de novembro** – Conferência de Teeran e a presença dos "três grandes" (Roosevelt,Stálin e Churchill)

. **1 de dezembro** - preso em São Paulo Hélio Mota, presidente do diretório estudantil e XI de agosto. Passeata dos estudantes contra a prisão é reprimida pela polícia.

. **6 de dezembro** comissão militar brasileira chefiada pelo general João Baptista Mascarenhas de Morais, segue para a Itália, a fim de acertar a participação do Brasil na guerra.

. **10 de dezembro** passeata estudantil em São Paulo pede a libertação de Motta: a polícia atira na multidão matando dois e ferindo 25.

1944

Abril - Vargas declara à Associação de Imprensa que as eleições teriam de esperar até o final da guerra.

- começa a circular em São Paulo o jornal clandestino *Resistência* que reclama: "queremos um Brasil democrático.."

. 1 de maio - Getúlio Vargas participou da festa do dia do trabalho no estádio municipal do Pacaembu , na capital paulista.

. 2 de julho - sob o comando do general Euclides Zenóbio da Costa, parte para a Itália o primeiro escalão de expedicionários brasileiros.

. 19 de julho - o navio *Vital de Oliveira* é torpedeado por um submarino alemão.

Agosto – A Sociedade Amigos da América é extinta pelo governo.

- O governo cria o programa diário , de rádio, a "Hora do Brasil".

. 23 de agosto - Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, entrega o cargo a Getúlio Vargas e precipita crise no governo.

. 7 de setembro – em discurso no Dia da Independência, Vargas promete, pela primeira vez, eleições livres .

. 16 de setembro o batismo de fogo dos expedicionários brasileiros. O 1° e o 2° batalhões do 6° regimento de infantaria e tomaram Massarosa e foram recebidos como heróis pela população local.

. 22 de setembro - partem do Rio de Janeiro 2° e 3° escalões da FEB para a Itália.

Outubro - o general Dutra volta da Europa e passa a defender o estabelecimento de "instituições representativas democráticas" no Brasil, com apoio dos EUA.

- a oposição liberal começa a articular, em segredo, a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República.

Novembro – o general Góis Monteiro volta de Montevidéu e pede o fim da ditadura.

. 31 de dezembro – Vargas instrui Alexandre Marcondes Filho, Ministro da Justiça e do Trabalho, a esboçar , junto com os "mais graduados generais brasileiros" , um programa de liberalização política que incluísse eleições e as promete, em discurso, aos militares, para breve.

1945

. **22 de Janeiro** – Organiza-se o Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros em São Paulo. Evento importante na mobilização liberal contra Vargas, onde é debatido o problema da redemocratização

. **24 de Janeiro** - Enviado ao Brasil o novo Embaixador dos EUA , Adolfo Berle Jr.

. **01 de fevereiro** - O general Góis Monteiro declara publicamente que é favorável às eleições e a anistia aos presos políticos.

. **4 de fevereiro** - Conferência de Yalta . O "segundo Tratado de Tordesilhas".
- O secretário de Estado norte-americano, Edward R.Stettinius Jr., visita o Brasil, e deixa o "recado" a Vargas, "que o Brasil prepare eleições livres para breve" .

. **22 de fevereiro** - na Itália, soldados da FEB tomam o Monte Castelo aos alemães.
- entrevista concedida a Carlos Lacerda, repórter do Correio da Manhã, pelo ex-candidato presidencial, José Américo de Almeida, "o mais abrangente ataque ao regime de Vargas em muitos anos". Rompe a censura à imprensa

- entrevista de Virgilio de Mello Franco e de Prado Kelly ao jornal "O Globo" sobre o momento político.

. **28 de fevereiro** - pelo Ato Adicional , Lei Constitucional nº 9 Vargas modifica vários artigos da Constituição e determina, para o prazo de 90 dias eleições gerais.

Março - Manifestação coletiva dos Professores da Faculdade Nacional de Direito

. **2 de Março** - Entrevista coletiva à imprensa dada por Getúlio Vargas.

. **3 de Março** - Declaração de Francisco Campos "rompendo" com o regime, do qual fora um dos artífices (Entrevista feita ao "O Jornal")

. **10 de Março** - Manifesto dos jornalistas.

. **11 de Março** - Manifesto dos Artistas Plásticos e discurso de Vargas no Automóvel Clube do Brasil

. **13 de março** - Benedito Valadares, interventor em Minas, lança a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da república.

. **20 de março** - Grande greve em São Paulo – Campinas - Ferroviários e trabalhadores da eletricidade. Dez dias após chega-se a um acordo sobre aumento de salários.

. **1 de Abril** - O governo brasileiro estabelece relações diplomáticas com a União Soviética.

. **5 de Abril** - É reaberta a Sociedade Amigos da América.

- Semana pró-anistia, promovida pela UNE, realizada no Rio de Janeiro

. **7 de abril** - criada no Rio a União Democrática Nacional UDN, cujo candidato a presidência é o brigadeiro Eduardo Gomes.

. **8 de abril** é fundado em Belo Horizonte o Partido Social Democrático (PSD) cujo candidato é o general Dutra.

. **19 de abril** - Getúlio assina a anistia (Decreto-Lei nº 7474) libertando os presos políticos e permitindo plena liberdade de organização partidária inclusive o PCB. Luiz Carlos Prestes é posto em liberdade após dez anos de prisão.

. **26 de abril** - Primeira entrevista de Luis Carlos Prestes à imprensa , sobre o momento político.

. **30 de abril** - Criação do **MUT** (Movimento Unificador dos Trabalhadores). Era uma forma de ação, a partir dos sindicatos, que tentava tirar o movimento operário da tutela do Estado.

. **1º de Maio** - Vargas discursa criticando a oposição e mostrando-se favorável à candidatura Dutra.

. **8 de maio** assinada a rendição dos alemães: termina a guerra na Europa

. **15 de maio** - é criado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por iniciativa de varguistas do Ministério do Trabalho.

. **22 de Maio** - é fundado o jornal "A Tribuna Popular", no Rio de Janeiro, órgão do PCB.

. **23 de Maio** - discurso de Luis Carlos Prestes no Estádio do Vasco , São Januário, no Rio de Janeiro. DF. (público de 100 mil pessoas)

. **25 de Maio** - Decreto-Lei nº 7582 extingue o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e cria o Departamento Nacional de Informações.

. **28 de maio** Decreto 7586 - " Lei Agamenon" – Determinava para 02/12/1945 eleições para Presidente e Congresso Constituinte e para 06/05/1946 – pleitos estaduais.

. **21 de junho** - Decreto-Lei nº 7666 ("Lei Malaia" – Anti-Truste)
- Entrevista coletiva de Otávio Mangabeira sobre a Lei Malaia (anti-Truste).

. **15 de Julho** - Comício de Prestes em São Paulo, no Estádio do Pacaembu. (público 70 mil pessoas). Prestes lança a campanha "Constituinte com Getúlio".

. **9 de agosto** - Eurico Gaspar Dutra deixa o Ministério da Guerra.

. **13 de agosto** primeira manifestação queremistas.

. **3 de setembro** – Partido Comunista requer ao Tribunal Superior seu registro.

. **29 de setembro** - Discurso do embaixador norte-americano Adolfo Berle Junior, em Petrópolis, dado à imprensa, depreciativo ao regime de Vargas.

Outubro - Manifesto das oposições coligadas e da Esquerda Democrática.

- Nota do comandante da 1ª Região Militar garantindo as eleições

- Proclamação do General José Pessoa – presidente do Clube Militar – contra a nomeação de Benjamin Vargas e contra o Queremismo.

. **3 de outubro** - Discurso de Vargas a simpatizantes do Queremismo.

. **10 de outubro** - Decreto-Lei nº 8063 antecipa eleições estaduais para 2 de dezembro.

. **18 de outubro** - Ultimato dos generais a Vargas.

. **27 de outubro** - O PCB consegue seu registro provisório

. **29 de outubro** Getúlio Vargas é deposto. Assume José Linhares , ex-presidente do supremo tribunal federal

. **31 de outubro** - Vargas se retira para o exílio em São Borja , RS.

. **10 de novembro** – o PCB consegue seu registro definitivo como partido legal.

. **17 de novembro** - o PCB lança seu candidato à Presidência da República, Yedo Fiúza.

. **25 de novembro** - Getúlio Vargas recomenda apoio ao candidato de PSD, General Dutra.

. **2 de dezembro** - realizam-se as eleições para presidência da República e para o Congresso Nacional . Dutra é o novo presidente do Brasil

1946

. **4 de janeiro :** Sessão plenária do Comitê Nacional do PCB. Prestes defende a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB).

. **31 de janeiro** - toma posse, da Presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra.

. **2 de fevereiro** - instalação dos trabalhos da quarta Assembléia Nacional Constituinte para a qual foram eleitos 327 parlamentares

. **20 de fevereiro** - cerca de 100.000 trabalhadores entram em greve em São Paulo.

Março – Prestes responde ao Jornal do Comércio e Tribuna Popular, sobre de que lado ficaria no caso de uma guerra entre o Brasil e a URSS. Declarou que, no caso de uma guerra imperialista, apoiaria a URSS.

. **15 de Março** - o governo Dutra promulga a Lei anti-greve – **decreto-Lei 9070**

. **23 de março** - apresentadas denúncias contra PCB e pedida cassação do seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

. **25 de março - Decreto-Lei 9.085** - Suspende por até seis meses, o funcionamento das associações, que, na frase do eminente Ministro Castro Nunes, servem de suporte aos partidos. o MUT é interditado.

. **26 de março** - Discurso de Luís Carlos Prestes na Constituinte repele as ofensas à bancada comunista.

. **25 de abril** - A Esquerda Democrática torna-se partido oficialmente.

. **14 de maio** - Decreto-Lei nº 9258 que permite o cancelamento de registro de partidos políticos, acusados de receber orientação estrangeira, contribuição em dinheiro ou quando praticarem atos que ponham em risco os princípios democráticos.

. **23 de maio** - Expurgo de funcionários públicos comunistas e repressão brutal a comício do PCB, no largo da Carioca, Rio de Janeiro

. **27 de maio** - a comissão constitucional veta o projeto de nova constituição do Brasil.

. **17 de junho** - Pronunciamento de Luís Carlos na Constituinte.

. **Julho** - III Conferência Nacional do PCB

. **Agosto** - o general Eisenhower visita o Brasil. Otávio Mangabeira beija-lhe as mãos.

. **Setembro** - os comunistas substituíram o MUT pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

. 18 de setembro - promulgada a Nova Constituição. Determina a independência dos três poderes e eleições diretas em todos os níveis

Outubro - a reestruturação do gabinete de Dutra amplia influência da UDN.

1947

. **3 de Janeiro** - conversa entre o embaixador norte-americano Willian D.Pawley com o Gal. Alcino Souto (do Gabinete Militar de Dutra) e o chefe de polícia , às vésperas do cancelamento do registro do PCB. Informa Pawley :

> "General Souto informed me that Brazilian Government contemplated early outlawing of Communism Party in Brazil and that government had now compiled evidence which was considered sufficient for Congress to enact legislation declaring the party illegal. Both General Souto and Chief of police felt that public opinion had now crystallized in support of such legislation"
> (documento 832.00 B/1-347, National Archives , Washington...)

. **19 de janeiro** - disputadas eleições para governadores e deputados estaduais. O PCB fica em quarto lugar entre os partidos, acrescentando 2 deputados (pelo PSP) aos 14 que já tinha no Congresso; elege 46 membros a legislativos estaduais e ganha maioria na câmara de vereadores do Distrito Federal .

. **14 de março** - Instalada a Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo, no Antigo Palácio das Indústrias, Parque D.Pedro II, sede do Legislativo Paulista. Trabalhos abertos pelo desembargador Mario Guimarães, presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
Os constituintes, após o juramento de fidelidade na elaboração da Constituição, procedem ao ato de posse do governador eleito, Adhemar de Barros.

. **26 de março** – aprova-se, em sessão extraordinária, o Regimento Interno da Constituinte.

. **15 de abril** – suspensão do funcionamento da "União da Juventude Comunistas" pelo decreto 22.938.

. **28 de abril** - apresentação de anteprojeto da Constituição Estadual e distribuição , ao plenário, para apreciação e proposição de emendas.

. **30 de abril** – O deputado Auro de Moura Andrade apresenta a Emenda nº 5, subscrita por membros de outros partidos, propondo a promulgação imediata de um Ato Constitucional. Forma-se, na Assembléia Legislativa, um "bloco parlamentar" de apoio.

. **7 de maio** - cassação do registro do partido comunista do Brasil pelo TSE.
- Decreto-Lei 23.046 torna ilegal e fecha a Confederação dos Trabalhadores do Brasil

. **10 de Maio** - O Ministro da Justiça, Carlos Coimbra da Luz, determina o encerramento das atividades do PCB em todo o território Nacional.

. **24 de maio** - última publicação de emendas oferecidas à Comissão Constituinte.

. **28 de maio** - O "bloco parlamentar" retira a Emenda nº 5

. **4 de julho** – última discussão com relação às omissões, contradições e possíveis erros que poderiam ser encontrados no texto final da Constituição Estadual.

. **9 de julho** - Sessão solene de assinatura e promulgação da nova Constituição do Estado de São Paulo.

. **1° de agosto** - em São Paulo, populares depredam 300 ônibus e bondes, como protesto pelo aumento do preço das passagens.

. **15 de agosto** - aberta em Petrópolis, RJ, a Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança do Continente.

. **1 de setembro** - desembarcam RJ, o presidente norte-americano Harry Truman.

. **Outubro** - O Congresso Nacional aprova a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de filiação ao PCB.

. **21 de outubro** - o Brasil rompe relações diplomáticas com a União Soviética.

. **22 de outubro** - Dutra sanciona a Lei n° 121 – Declara para fins do § 2° do art.28, da Constituição Federal, os Municípios que constituem bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País.

. **27 de outubro** - O Senado aprova projeto de cassação dos mandatos dos representantes comunistas.

. **29 de novembro** - Osvaldo Aranha preside em Nova York a Assembléia Geral da ONU, que aprova divisão da Palestina.

. **2 de dezembro** - greve geral dos ferroviários da Sorocabana, em São Paulo, paralisa 20.000 trabalhadores.

1948

Janeiro UDN integra bloco que da sustentação política ao governo de Dutra.

. 7 de Janeiro - votaram nominalmente a favor da cassação dos parlamentares comunistas 169 deputados e 74 votaram contra no Congresso Nacional.

. 10 de Janeiro - a Mesa da Câmara dos Deputados declara extintos os mandatos dos deputados federais e suplentes do PCB

. 12 de janeiro - a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo declara extintos os mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB

- o Deputado Federal Gregório Bezerra pronuncia o último discurso Comunista na Câmara do Deputados.

- Celestino dos Santos - ferroviário - faz o último discurso comunista na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Fevereiro - novamente a dupla Virgulino-Barreto Pinto volta à cena com uma petição pedindo a ação criminal e prisão preventiva aos militantes e parlamentares comunistas, com base na LSN. Tudo estava pronto para a reabertura da temporada de caça aos comunistas.

Março – Abril - IX Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Bogotá. Delegados brasileiros participam da conferência e apóiam todas as resoluções contra o comunismo internacional.

BIOGRAFIA DOS DEPUTADOS COMUNISTAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Armando Mazzo (6.140) - Marceneiro

Nasceu em São Paulo no bairro de Santana em 25 de abril de 1923. Muito jovem mudou-se, com a família, para São Bernardo, região do ABC paulista, onde já na adolescência começou a trabalhar em fábricas de móveis. Aprendeu o ofício de marceneiro. Foi um dos fundadores do primeiro sindicato da região do ABC no período de Vargas, o Sindicato dos Marceneiro de São Bernardo.

Em 1936 ingressou no PCB, foi eleito deputado estadual 1947 com 6.140 votos, desempenhando papel importantíssimo na Assembléia Legislativa de São Paulo, e prefeito no mesmo ano, junto com os "candidatos de Prestes", pelo PST.

No início da década de 50, em São Bernardo, foi espancado quando divulgava o famoso *Apelo de Estocolmo*, pela paz mundial. Teve sua ação , como militante, espionada constantemente por agentes do DEOPS.

Nos anos 60, por discordar da orientação do comitê central do PCB, desligou-se da agremiação. Viveu com simplicidade numa pequena casa na periferia de Poá, perto de Suzano e Mogi das Cruzes.

A 1° de janeiro de 1989, quando da posse de Celso Daniel, candidato do PT, à frente da prefeitura de Santo André, foi convidado a participar da solenidade e assumiu simbolicamente o cargo, a que não foi possível a 1° de janeiro de 1948. Faleceu a 15 de maio de 1990 e está sepultado no cemitério de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo.

Caio da Silva Prado Jr. - (5.257) - historiador e advogado

Nasceu na cidade São Paulo, em 11 de fevereiro de 1907, filho de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado.

Pertencente a uma das famílias mais ricas e influentes em São Paulo, os chamados "barões do café", teve formação escolar primordial. Estudou no colégio São Luís, na capital paulista, onde permaneceu até a conclusão do clássico. Freqüentou, no exterior, durante um ano, o colégio Chelmsford Hall, em Eastbourn, Inglaterra. Entre 1924 1928 ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde obteve título de doutor em ciências jurídicas e sociais aos 21 anos.

Iniciou-se na política ainda jovem, integrando o partido democrático (PD). Fundado em 1926, reunia parte da elite paulista, descontente com a hegemonia do PRP, um dos principais sustentáculos da "Política do Café com Leite". Nesse partido, participou como ativo militante, sobretudo nos acontecimentos que antecederam a revolução de 1930.

Durante a campanha para as eleições presidenciais de 1930, o PD empenhou-se no apoio a Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, contra o representante do PRP, Júlio Prestes. Caio Prado, teve destaque na organização de comícios e outras atividades do candidato oposicionista em São Paulo.

Apoiou a revolução de 30, mas não por muito tempo, logo percebeu que o que havia ocorrido no Brasil, não tinha sido uma revolução, pois os revolucionários, segundo ele, não apresentavam programas de transformação estrutural do Brasil. Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil, em 1931. No início de sua militância comunista, além das ações mais comuns como militante, dedicou-se às atividades de apoio e solidariedade aos presos e perseguidos pela repressão, exercidas através do Socorro Vermelho Internacional. Encontrou o partido em um momento difícil para os intelectuais. Era o início da fase do "obreirismo", em que o PCB procurou excluir de sua formação tudo o que considerava resquícios pequeno burgueses e, de acordo com a linha defendida pelo VI Congresso do Komintern.

Em 1933, escreveu a *Evolução Política do Brasil*. Fazendo críticas aos teóricos marxistas da época que viam a Ásia, África e América Latina como regiões consideradas em fase de transição do feudalismo para o capitalismo. Para Caio Prado Jr., a palavra feudalismo só poderia ser utilizada como uma "figura de retórica", uma vez que esse sistema econômico e social não correspondia ao caráter geral da colonização brasileira, assentada na primazia do comércio e do lucro capitalista.

Em 1934, fez uma viagem à União Soviética, com o intuito de vivenciar a primeira experiência de uma sociedade organizada pelos princípios comunistas de Karl Marx e Friedrich Engels. Após a viagem, como resultado de seus estudos e conclusões tiradas na URSS, escreveu o seu segundo livro, *União Soviética: um novo mundo.*

De volta ao Brasil, cursou a recém-criada Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Participou de turmas dos cursos de história e geografia, e teve contato com os professores da missão francesa que viriam a influenciar os seus trabalhos posteriores.

Criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora - no início de 1935 - representava a formação de um movimento amplo das esquerdas, cujo intuito principal era a luta contra o fascismo e contra o atraso brasileiro. Lá estará Caio Prado Jr. (vice-presidente regional) junto com Miguel Costa ex-comandante da coluna prestes, que viria ser o presidente regional da frente. Essa seria a função de maior destaque nos anos iniciais sua militância no PCB. Nesse tempo atuava como jornalista no periódico a platéia, no qual publicou uma série de oito artigos explicando programa dá ANL.

Com o fechamento da ANL pela lei de segurança nacional em 5 de julho de 1935, Caio Prado continua cumprindo seu papel até que após a insurreição comunista de 35, em novembro, foi preso em São Paulo e condenado a dois anos de reclusão na prisão Maria Zélia. Após cumprir a pena exilou-se na França, onde participou de atividades políticas. Em contato com a direção do partido comunista francês, deslocou-se com militantes para a fronteira com a Espanha, onde prestou solidariedade aos refugiados da guerra civil espanhola.

Na volta para o Brasil em 1939, encontrou dificuldades para exercer militância política, pois o núcleo dirigente do PCB havia sido desmantelado. Participou dos movimentos contra o fascismo e pela entrada do Brasil na guerra.

Apenas com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países aliados é que foi possível ao partido voltar a se organizar o que ocorreu, em agosto de 1943, na Segunda Conferência Nacional do PCB, realizada na Serra da Mantiqueira. Na "Conferência da Mantiqueira " ficou determinada a linha de atuação a ser seguida pelo PCB naquele momento. Optou-se por uma " política de união nacional com Vargas".

Essa decisão não foi aceita pela totalidade dos militantes comunistas. Em São Paulo, um grupo formado por Caio Prado Jr., Ferreira Lima, Tito Batini, Mário Schenberg e Astrojildo Pereira, reuniu-se nos " Comitês de Ação ". Esses militantes de perfil mais intelectual ou, menos identificados com o stalinismo do núcleo dirigente do PCB, iriam propor a aproximação com os opositores liberais do Estado Novo, afastando-se da linha oficial do partido, voltada para uma estratégia que incluía o apoio às " inclinações democráticas" de Vargas.

Enquanto militava politicamente, manteve, também, a produção intelectual. Nos anos de 1940, publicou a *Formação do Brasil Contemporâneo,* uma compreensão histórica da incapacidade brasileira de superar o passado colonial.

Nos últimos anos do Estado Novo, em 1943, com Monteiro Lobato e Artur Neves, criou a revista *Hoje - o Mundo em Letra de Forma* e fundou a editora Brasiliense.

Em janeiro de 1945, participou do 1° Congresso Brasileiro de Escritores, na cidade de São Paulo. Ali se discutiram questões relativas à profissão e à oposição ao Estado Novo. Participante da Comissão de Assuntos Políticos, Caio Prado Jr. foi o redator da "declaração de princípios" do encontro. Essa declaração caracterizou-se como manifesto contra o fascismo - naquele momento identificado com o governo de Getúlio Vargas - e compromisso dos escritores com os ideais democráticos.

Apesar da influência de Caio Prado Jr., nas movimentações que pediam o fim do Estado Novo, ser grande, - o que levava o DOPS, em relatório secreto, de 3 de abril de 1945 a afirmar que ele era o único " elemento" capaz de "aglutinar todas as esquerdas do Brasil " - a libertação de Luiz Carlos Prestes , em maio daquele ano, e seu apoio à tese defendida pela CNOP da "União Nacional com Vargas ", fez com que seu grupo , organizado nos Comitês de Ação, encontrasse dificuldades. Em conseqüência disso, muitos

participantes desses comitês, descontentes com a linha adotada por Prestes deixaram o Partido, o que não ocorreu com Caio Prado Jr., que, resignado, aceitou a disciplina partidária e continuou a fazer parte do PCB.

Nas eleições de dezembro de 1945, tentou uma vaga de deputado federal pelo PCB, sem sucesso. Candidatou-se a deputado estadual e foi eleito para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo com 5.257 votos. Apresentou destacadíssima ação, no curto período em que esteve na Assembléia, nos anos de 1947 até 12/01/1948, quando o mandato dos deputados comunistas foi cassado.

Logo após a cassação esteve preso por três meses. Ao sair da prisão, e até meados dos anos 50, dedicou-se à sua editora e ao estudo da filosofia e economia.

Em 1955, criou a *Revista Brasiliense*. Era uma publicação que reunia escritores e estudiosos interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos

Desde a sua criação até 1964, quando foi proibida pelo regime militar, a Revista Brasiliense foi em seus 52 números "um bom retrato da época, do que pensou e viveu o Brasil."

No ano de 1966, publicou aquele que foi considerado o seu livro mais polêmico: *A Revolução Brasileira.* Essa obra representava grande crítica contra a linha de atuação do Partido Comunista, na década anterior. Criticava a concepção do partido quanto a idéia de se realizar no Brasil uma revolução democrático-burguesa, de caráter agrário e antiimperialista, para que o país pudesse avançar no sentido do capitalismo, etapa anterior ao socialismo. Rompia assim com a teoria das duas etapas, defendida por Lênin. Este trabalho representa a primeira reflexão substancial produzida por um militante de esquerda em relação ao fracasso político de 1964.

Em 1968, escreveu a *História e Desenvolvimento*, no formato de uma tese de livre-docência em História do Brasil, com a qual pretendia concorrer à cátedra do professor Sérgio Buarque de Holanda na Universidade São Paulo, USP, aposentado pelo regime militar. O concurso nem chegou a ser feito devido à decretação do AI-5.

No ano de 1970 foi indiciado num inquérito policial militar (IPM), acusado de haver incitado um grupo de estudantes à luta armada. Perseguido pela repressão, refugiou-se no Chile. Retornou ao Brasil, se apresentando ao julgamento no tribunal militar. Condenado, foi recolhido à casa de detenção Tiradentes, onde ficou preso até 1971. Transferido nesse mesmo ano para o quartel de Quitaúna, foi levado novamente a julgamento, sendo dessa vez absolvido.

Afastado de uma militância política mais intensa somente em 1988 recebeu o prêmio almirante Alvarez Alberto, concedido pelo CNPq, na área de ciências humanas. Sem condições de recebê-lo pessoalmente, pois já estava bastante doente, foi representado por sua filha Iolanda Prado.

Faleceu na cidade de São Paulo, em 23 de novembro de 1990, aos 83 anos, vítima de insuficiência respiratória.

Catulo Branco (5.448) - engenheiro elétrico

Nasceu em São Paulo em 1900, transferindo-se com a família para a Bélgica em 1910. Voltou para o Brasil em 1914, ingressando na Escola Politécnica de São Paulo em 1918 e formando-se em 1924. Entrou para os quadros técnicos da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo em 1928, aí permanecendo por 30 anos, até a aposentadoria. Como funcionário da Secretaria, tornou-se um dos especialistas brasileiros mais conceituados na área de energia hidrelétrica, participando da elaboração de importantes projetos. Defensor da nacionalização do Petróleo e Energia Elétrica.

Participou da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e entrou para o Partido Comunista em seguida. Desde 1945 vinha militando no PCB, principalmente na defesa desses valores (petróleo e energia elétrica). Foi candidato às eleições de 1945, para a Câmara Federal.

Candidatou-se, também as eleições estaduais paulistas sendo eleito com 5.448 votos. Durante o período da legalidade, enquanto deputado estadual, continuava a ser "vigiado" pelo DOPS, relatório do delegado Luiz Apollonio, de 31/12/1947 denuncia a propriedade de uma chácara, em nome de Catulo Branco, onde "Prestes homizia-se".

Cassados os mandatos dos comunistas em 12/01/1948, foi preso e logo libertado.

Em 1949, na ilegalidade, foi preso por distribuir panfletos pela Paz, na Lapa.

Em 1953 participa da movimentação contra a guerra da Coréia e no final do mesmo ano viaja para a URSS. Fala, pela Rádio Moscou, para o Brasil em 17/11/1953, das 20 às 21 horas.

Em 1954 participa da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Candidatou-se nas eleições de 1954.

Participou da LEN – Liga de Emancipação Nacional em 1954/1955.

Em 1958 participou de comício com Luís Carlos Prestes no apoio "aos nacionalistas" (Adhemar de Barros).

Em 1959 colaborava com a revista bimestral de estudos comunistas – "Estudos Sociais".

Em 1961 tornou-se "orientador" (assessor) , em Santo André, no sentido de alcançar melhoria do Serviço de Águas e Esgotos.

Em 1961 foi um dos organizadores da "Comissão Paulista patrocinadora da Coleta de Assinaturas para o registro do PCB", nos anos seguinte participou de ato público de apoio a Cuba e contra a Conferência da OEA.

Esteve trabalhando em hidrelétricas em Cuba, no ano de 1963.

No Ano de 1964 participou de reunião do "Pacto de Ação" – apoiava a campanha "O Petróleo é nosso", no mesmo ano participa da União Cultural Brasil-URSS, instituição de cunho cultural que propunha a aproximação entre o Brasil e a União Soviética.

Continuou a defender intransigentemente seus princípios. Publicava, de tempos em tempos, artigos de denúncias em jornais ou em revistas especializadas, como a do Instituto

de Engenharia do Estado de São Paulo. Sistematizou suas experiências e opiniões no livro Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil, editado em 1975, e no importante folheto "Enchentes em São Paulo, escrito em colaboração com a socióloga *Paula Beiguelman*, publicado em 1985. Deu entrevista à Eletropaulo para o *Boletim Histórico* nº 6 publicação de junho de 1986.

Celestino dos Santos (4.637) - ferroviário

Celestino dos Santos nascido em Lençóis, em 02/05/1909. Filho de Antonio Manuel dos Santos e Maria Julia Bernardes dos Santos, instrução Primária e Ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana.

Ingressou para o PCB em 1934 por intermédio de uma célula ferroviária da própria estrada de Ferro Sorocabana. Participou da ANL e após o fechamento dessa organização permaneceu no PCB. Após 1935 perdeu contato com os companheiros comunistas.

Celestino dos Santos junto com Cármino Caramante, foi um dos fundadores da Célula Olavo Lopez que se compunha de 2000 ferroviários da Sorocabana. Tornou-se dirigente da associação profissional dos ferroviários da Sorocabana e ocupou o cargo de encarregado sindical na célula. Fez parte do Comitê Municipal do PCB e organizou a grande greve da Sorocabana em 1946.

Foi ativista do MUT, e muito batalhou pela organização de congresso sindicais, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Candidato à deputado estadual pelo PCB, foi eleito como suplente , nas eleições de janeiro de 1947, com 4.637 votos, assumindo o posto em novembro do mesmo ano, com o afastamento de Mautílio Muraro, de sua bancada. Cassados os mandatos dos deputados comunistas, foi o último representante da bancada a falar na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Clóvis de Oliveira Neto (6.502) ex-militar e comerciário

Clóvis de Oliveira Neto nascido em Jardim, estado do Ceará em 15 de dezembro de 1909, filho de Manuel Oliveira e Maria Luciana da Conceição, comerciário e de instrução primária.

Preso em São Paulo em 6 de dezembro de 1935 e recolhido ao presídio político pela delegacia de ordem política, foi processado , tendo sido absolvido pelo tribunal de Segurança nacional em 15/9/37.

Esteve ligado ao exército – era Cabo – onde desenvolvia trabalho de cooptação para o Partido Comunista.

Quando preso em 26/5/39 já exercia o cargo de secretário, encarregado das finanças no partido comunista. Militava no PCB desde 1937. Durante a ditadura do Estado Novo, foi processado e condenado, a cinco anos de prisão celular.

Em dezembro de 41 foi transferido da casa de detenção para a colônia agrícola de Fernando de Noronha para cumprir o resto da pena que lhe fora imposta. Seu nome já figurava na relação dos signatários do manifesto intitulado "Liberdade e a democracia", editado pelo D. E da Aliança Nacional Libertadora em dezembro de 35.

Em 1941 foi um dos indiciados a inquérito instaurado contra o José Maria Crispim, Domingos Brás e outros por atividades comunistas.

Foi anistiado em 1945, participou do MUT e candidatou-se , pelo PCB a deputado Estadual, sendo eleito com 6.502 votos.

Fazia parte da diretoria do comitê estadual do partido comunista do Brasil como encarregado do trabalho de divulgação.

Durante seu trabalho na Assembléia e como representante do PCB, esteve, sempre sendo vigiado pelo DOPS, que o tinha como "elemento pernicioso".

Apesar de ter-se afastado da Assembléia Legislativa, segundo relatórios do DOPS, continuava militando no Partido e participando de atividades nos comitês de greves.

Cassados os mandatos dos deputados, Clóvis de Oliveira Neto, continua ligado à ala esquerdista do exército.

Segundo publicação do jornal o Estado de São Paulo de 21 de janeiro de 1954 foi um dos condenados pela 1ª auditoria da primeira região militar como implicado em atividades comunistas nas fileiras do exército nacional.

Estócel de Moraes (7.356) – portuário

Estócel de Moraes, nascido em 21/06/1916, filho de Joaquim de Moraes e Ramona R. de Moraes, natural de Santos. Era ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana e , como militante do PCB, esteve envolvido com os portuários do Porto de Santos. Foi Dirigente do Comitê Nacional e Secretário de Organização dos Comitês de Santos.

Durante o período da legalidade foi responsável pela organização do PCB no interior do Estado de São Paulo.

Teve sua experiência, como militante, abreviada pela morte prematura em 11 de julho de 1954, no Rio de Janeiro, vitima de acidente vascular cerebral.

Pela lei nº 1.835, de 14 de junho de 1956, do prefeito de Santos , Antônio Feliciano, Estócel de Moraes passou a denominar uma rua , localizada no Bairro do Macuco, naquela cidade.

João Sanches Segura (6.267) – tecelão

Nasceu a 20 de dezembro de 1916, na cidade paulista de Sorocaba. Filho de espanhóis imigrantes. Cedo começou a trabalhar. Já com oito anos acompanhava sua mãe, viúva, na roça. Como operário, começou a trabalhar nas fábricas da região de Sorocaba, ainda menino. Seu primeiro emprego foi numa fábrica de caixotes e depois nas inúmeras tecelagens da região.

Esteve preso por 18 meses no presídio Tiradentes, condenado pela Lei de Segurança Nacional, por chefiar uma greve em Votorantim. Na prisão estabeleceu os primeiros contatos com líderes comunistas, como José Maria Crispim e outros.

Ao sair da cadeia passou a fazer parte das "Comissões Democráticas contra o Fascismo" e ao ingressas no partido passou a fazer parte da organização do PCB, primeiro como secretário municipal e depois estadual do Partido.

Foi um dos membros efetivos do Comitê Central do PCB depois da terceira conferência realizada em 17 de junho de 1946.

Teve participação importante na Assembléia Legislativa, apesar do seu pouco tempo de mandato. Dentre os deputados comunistas incumbidos de fazer a negociação do PCB pelo interior do estado, João Sanches Segura destacou-se uma figura principal. Extintos os mandatos em 12/01/1948, continuou a militar no partido com evidência, tendo sido preso sob as ordens de Adhemar de Barros, que o enviou para o Rio de Janeiro.

Em setembro de 50 em comissão realizada em Sorocaba foi um dos oradores e representante do povo dos candidatos comunistas a deputado. Participou, no mesmo ano, em Sorocaba, da fundação do comitê contra a bomba atômica,

Em 1951, participa, junto com seus companheiros do protesto contra a Conferência dos Chanceleres.

Participou nas campanhas contra a guerra da Coréia e pela Paz em 1953.

Apoiou a campanha de Prestes Maia em São Paulo, no ano de 1957. Esteve envolvido com o trabalho partidário, na clandestinidade, porém nunca saiu do Brasil. Foi sempre vigiado pelo DEOPS.

Anistiado em 1979, conseguiu , finalmente ter tranqüilidade – segundo suas próprias palavras.

Vive hoje em São Paulo, com sua esposa Adoração Villar Segura, na periferia da cidade e continua a acreditar na possibilidade de um mundo mais justo, mais humano e socialista.

João Taibo Cadórniga (8.323) - professor

João Taibo Cadórniga, nascido em 13/02/1913, natural de Santos, professor.

Desde 1943, segundo boletins do DOPS, esteve ligado ao movimento operário em Santos. Participou da sociedade "Liga de Defesa dos Interesses dos Trabalhadores de Santos"

Em 1944 encabeçou pedido ao presidente da República reclamando a carestia de vida.

A partir do ano de 1945 destacou-se, na cidade de Santos , participando ativamente da Semana pró-Anistia sendo propagandista de rádio em prol desta causa. A partir de setembro do mesmo ano, participou do "Comitê Democrático Popular de Vila Matias" instituição ligada ao PCB, em Santos.

Foi representante do Sindicato dos Estivadores do porto e da União Geral dos Trabalhadores de Santos e um dos líderes do Comício pró-constituinte em outubro de 45. Participou, como um dos dirigentes , do MUT em Santos.

Em 1946, ocupou-se da junta governativa da "Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol e candidatou-se a deputado estadual sendo eleito com 8.323 votos.

Eleito deputado continuou a ser vigiado pelo DOPS que em um dos seus relatórios de 29/11/1947 assim faz referência a ele : " agitador junto com Armando Mazzo, procuraram levar a eleito um comício em Santos que fora proibido pela Polícia."

Em dezembro de 1947, ainda como deputado, foi processado pela 2ª Vara Criminal, sendo detido em março de 1948 , cumprindo pena na Casa de Detenção, onde esteve até agosto do mesmo ano .

Em 1948 , segundo relatórios do DOPS, esteve ligado ao grupo de "articuladores comunistas" do PTB e "agitadores" no ABC.

Em 1949 foi novamente detido por ter sido pego em flagrante "por promover rearticulação do PCB". No mesmo ano, após sua soltura, participa da campanha pela Paz e pelo petróleo. Em abril de 49 foi novamente detido por "distribuir as tarefas de agitação do PCB" para o 1º de Maio.

No ano de 1950 é professor do Instituto Educacional Pan-Americano de Santos e continua a participar de Comissões de Trabalhadores e militar no PCB.

Em 1951 passa a fazer parte do 1º Congresso da Federação das Mulheres e no mesmo ano participa da Cruzada Humanitária pela proibição das Armas Atômicas.

Em 1953 participa, como dirigente do PCB, do manifesto contra a Guerra da Coréia e o "Acordo militar-Brasil-EUA".

Em 1955 faz campanha por Reforma Agrária no Brasil

Em 1958, segundo dados do DOPS, foi internado em hospital para tratamento de saúde mental, ou , de acordo com as palavras do relatório "esgotamento nervoso por ter

ficado obcecado pela causa comunista". No mesmo ano, provavelmente esteve com o grupo expulso do Partido.

Em 1961 participou da organização do "Movimento Unitário do Povo Brasileiro – MUPB", composto por dissidentes do PCB

Em 1964, logo após a revolução, é detido sob a acusação de ser comunista. No ano seguinte, segundo dados da polícia, foi encontrado Holerite , em seu nome, como funcionário do PCB.

No ano de 1968 faz parte de passeata estudantil na cidade de Santos.

Lourival Costa Villar (8.288) - ex-militar e técnico em borracha

Lourival da Costa Villar, filho de José Costa Vilar sobrinho e Marciana Alves Villar, nascido em 9 de agosto de 1917 natural de Ponta Grossa, Paraná.

Foi condenado em 1940 pelo Tribunal de Segurança Nacional a dois anos de prisão sob acusação de atividades extremistas no distrito federal e detido em 44 quando trabalhava na companhia Goodyear do Brasil, onde era técnico em borracha.

Em 45 esteve à frente do movimento grevista para pedir reivindicações de salários na companhia Goodyear. Participou da Comissão Central do MUT

Em 1946 tornou-se membro efetivo do comitê nacional do PCB.

Candidato a deputado Estadual pelo PCB foi eleito com 8.288 votos.

Mesmo na legalidade , em novembro de 1947, em Belo Horizonte, em companhia da deputada de seu partido, Zuleika Alambert , foi reprimido pela polícia em comício.

Cassados os mandatos dos comunistas em 12/01/1948, manteve-se, na clandestinidade, na organização de greves e reivindicações na região do ABC , junto, aos seus companheiros da Goodyear. Militou, também, em Santos no porto e com os ferroviários.

Em 1950 , segundo relatórios do DOPS, torna-se secretário sindical e do comitê municipal de São Paulo do partido comunista do Brasil.

Fez parte dos protestos contra o envio de tropas a Coréia. E engajou-se nas campanhas "contra a carestia e pela paz".

Foi membro da CTAL – Confederação dos Trabalhadores da América Latina, participando, no México, de suas reuniões , tornando-se secretário geral da Confederação entre os anos de 1953 e 1956.

Em 1957, como parte integrante da cúpula do PCB, participou das campanhas pela candidatura de Prestes Maia, em São Paulo.

Em 1960 esteve envolvido na preparação de greves. E participou da deflagração da greve nacional contra o alto custo de vida, conhecido como dia da omissão. Participou também, em janeiro de 60, da organização da primeira conferência sul-americana pró-anistia para os presos exilados políticos da Espanha e Portugal, conferência que foi proibida de se realizada em 22/1/60.

Em 18/4/62 Lourival Costa Villar passou a dirigir a sessão sindical do comitê estadual de São Paulo do partido comunista brasileiro.

Em 1965 foi citado para comparecer à segunda auditoria da segunda região militar, envolvido no processo das cadernetas de Prestes. A polícia, no entanto, não conseguiu detê-lo na ocasião.

Lourival Costa Villar 20/5/66 de acordo com artigo 15 do AI-2 teve suspensos seus direitos políticos por dez anos.

Em julgamento de 3 a 6/6/1966 processo 271/64,foi condenado a cinco anos de reclusão em cursos para ativos 97 da lei 1802/53, sem, no entanto ter cumprido a pena.

De acordo com relatório reservado , do DOPS, em 29/10/68 os militantes Lourival Costa Villar, Nestor Velas, Lindolfo Silva e Gentil Neves Correa que haviam ingressado na ala Marighella retornaram as fileiras do PCB após fazer autocrítica. Lourival Costa Vilar passou a estar ligado ao comitê estadual e os demais ao comitê municipal de São Paulo.

Preso , foi enviado ao Presídio Tiradentes no ano de 1969. Em relação geral de presos à disposição do DEOPS consta de Lourival Costa Vilar preso ao 6/9/69 por se encontrar condenado aos 13/11/69 mediante ordem 1399 foi transferido da casa de detenção para o presídio Tiradentes. Em 8/3/71 foi colocado em liberdade mediante alvará de soltura.

Mario Schenberg (3.092) - físico e professor

Nasceu a 2 de Julho de 1914, em Recife. Em 1931 iniciou o curso na Escola de Engenharia de Pernambuco. Em 1933 transferiu-se para a Escola Politécnica de São Paulo, formando-se engenheiro eletricista em 1935 e em 1936 concluiu o curso de bacharel em matemática pela USP.

Em 1939 partiu para a Europa, onde trabalhou com o professor Enrico Fermi, professor Pauli e com o professor Frederic Joliot Curie.

Em 1940, já de volta ao Brasil, depois de ter sido contemplado com uma bolsa da Fundação Guggenheim , trabalhou com o Prof. G. Gamow em Washington e tornou-se membro do Institute for Advanced Studies de Princeton.

Voltou em 1944 para o Brasil, para prestar concurso na USP e engajou-se na política. Em 1946, foi eleito deputado estadual em São Paulo pelo Partido Comunista. Na Assembléia Legislativa Schenberg elaborou a lei que instituiu o curso noturno na universidade e entre outros projetos participou ativamente da discussão dos problemas político-econômicos do Brasil, iniciando em São Paulo a campanha *O Petróleo é Nosso*; lutou pela defesa dos recursos de minérios nucleares, no Brasil.

Com a cassação dos mandatos em 12/01/1948 foi preso e permaneceu na cadeia durante dois meses. Solto partiu para a Europa, ficando cinco anos em Bruxelas, trabalhando em raios cósmicos e mecânica estatística.

Em 1953, de volta ao Brasil, tornou-se diretor do Departamento de Física da USP. Permaneceu neste cargo até 1961.

Em 1964 candidatou-se a deputado pelo PTB. Novamente, Schenberg foi eleito deputado estadual, e se destacou por alcançar a maior votação do partido no estado de São Paulo. Dessa vez, ele não chegou sequer a exercer a função. Acusado de pertencer ao Partido Comunista teve o registro do diploma impedido pelo Tribunal Eleitoral.

Com o início da ditadura, em 1964, foi preso, logo após o golpe, e assim permaneceu por 50 dias. No final do ano, porém, teve sua prisão preventiva decretada, e ficou foragido por cinco meses. A comunidade científica internacional, que conhecia o trabalho de Schenberg, se manifestou e pressionou o governo para que sua prisão fosse revogada.

Com a declaração do Ato Institucional número 5, em 1969, ele foi aposentado compulsoriamente e proibido de entrar no campus universitário. Foi também afastado do CBPF, fato do qual guardava muita mágoa.

Com a anistia, em 1979, reintegrou-se à USP e voltou a lecionar. Em 1984, recebeu o título de professor emérito do CBPF. Aos poucos, Schenberg começou a apresentar sintomas do mal de Alzheimer, que o levou à morte em 10 de novembro de 1990.

Ao longo de sua vida publicou mais de uma centena de trabalhos em Física Teórica, Física Experimental, Astrofísica, Mecânica Estatística, Mecânica Estatística, Mecânica

Quântica, Relatividade, Teoria Quântica do Campo, fundamentos de Física, além de escrever muitos trabalhos em Matemática.

Participou da realização da Bienal de São Paulo e escreveu muitos ensaios sobre arte.

Mautílio Muraro (10.041) - metalúrgico

Mautílio Muraro, nascido no Rio Grande do Sul no ano de 1923, filho de Honório Muraro e Elvira Muraro. Torneiro mecânico de profissão.

Ingressou no Partido Comunista no ano de 1945 fazendo parte, logo em seguida, do comitê municipal do Partido. Foi orador no comício pró-constituinte, no vale do Anhangabaú, em 1945.

Tornou-se membro efetivo do comitê nacional do PCB em julho de 46, foi candidato e posteriormente eleito, com 10.041 votos, deputado estadual pelo Partido nas eleições de 19/1/47.

Como todos os deputados comunistas, continuou a ser vigiado pela polícia, mesmo no período de legalidade do Partido.

Em outubro de 1947 depois de afastar-se da Assembléia para "tratamento de saúde", desapareceu, junto com a funcionária do Partido, Ruth Rapaport, abandonando a Esposa e os dois filhos. Este seu desaparecimento, foi muito explorado pelos meios de comunicação, principalmente pelos Diários Associados. O Diário da Noite , por exemplo, acusou-o de desfalque de 120.000 cruzeiros, dos cofres do Partido, além de falta de responsabilidade em abandonar esposa e dois filhos menores.

Sua vaga na Assembléia foi ocupada pelo suplente do PCB, Celestino dos Santos, ferroviário da Sorocabana.

Apesar de seu desaparecimento e da provável expulsão do Partido, ainda, segundo os relatórios do DOPS, Mautílio Muraro esteve a serviço do PCB em várias ocasiões (1957, 1962).

Milton Cayres de Brito - (17.692) - médico

Nasceu em 1915, na Bahia. Em 1932, enquanto estudante do ensino médio, liderou uma greve geral dos estudantes em seu estado. Ingressou na Faculdade de Medicina em 1935, ano em que passou a militar, também, na Juventude Comunista, órgão do PCB, integrando-se na frente juvenil contra o fascismo. Foi membro do diretório acadêmico de sua faculdade, mobilizando os estudantes na luta contra integralismo. Concluiu o curso de medicina em 1940.

Em 1942 transferiu-se para São Paulo a fim de trabalhar pela reestruturação do PCB. Engajou-se, como muitos brasileiros, nas frentes democráticas que combatiam o fascismo e exigiam a entrada do Brasil na guerra. Tornou-se um dos líderes dirigentes da Liga de Defesa Nacional, entidade criada na Primeira Guerra, que durante o Estado Novo transformou-se em um núcleo de aglutinação de correntes políticas. Tinha como intuito o combate ao fascismo.

Em 1943 foi eleito membro da Comissão Nacional, do Bureau Político e da Comissão Executiva do PCB, tendo exercido, nessa ocasião, o cargo de diretor do jornal "Hoje" órgão de imprensa vinculado ao partido e editado em São Paulo.

Em dezembro de 1945 foi eleito deputado por São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte assumindo mandato em fevereiro 1946.

Como representante de seu partido na comissão encarregada de formular e redigir o anteprojeto de Constituição, integrou a subcomissão incumbida do item "Da declaração de direitos políticos e garantias ", concentrando-se nos debates sobre legislação trabalhista, direito de greve, a violência policial, parlamentarismo e mandato presidencial. Assinou também o Programa Mínimo de União Nacional proposto à Assembléia pelo PCB, que, entre outros pontos, defendia a abolição dos impostos cobrados aos pequenos fazendeiros e industriais; a autonomia dos municípios e a participação dos operários na administração das empresas; convocação de ministros para prestação de contas a Câmara; a formação de uma Comissão Permanente no Congresso Nacional para evitar abusos do Poder Executivo nos períodos de recesso dos congressistas, além de permitir que a tribuna parlamentar continuasse à disposição dos partidos; a ampliação do direito de voto, entendendo-o aos analfabetos, soldados e marinheiros. O programa opunha-se de forma irrestrita ao trabalho de menores em idade escolar e à decretação do estado de sítio preventivo. Era favorável ao mandato de quatro anos para o presidente da República, dois anos para deputados e seis para os senadores; à autonomia do Distrito Federal consubstanciada nas eleições diretas para prefeito e vereadores, e à efetivação dos professores de escolas normais, ginásios e estabelecimentos de ensino secundário após mais de cinco anos no exercício da profissão. Em agosto de 1946, Caires integrou o grupo de parlamentares que levou ao conhecimento de Eurico Gaspar Dutra a violação da sede do PCB e das imunidades parlamentares dos deputados daquela agremiação.

Com a promulgação da nova Constituição a 18 de setembro de 1946 e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, Milton Cáries de Brito teve seu

mandato estendido até janeiro de 1950. No entanto, eleito deputado estadual em São Paulo no pleito de janeiro de 1947, sempre na legenda do PCB, preferiu deixar a Câmara Federal e, em março seguinte, assumiu sua cadeira na Assembléia Legislativa Paulista. Em 12 de janeiro de 1948, todos parlamentares comunistas tiveram seus mandatos cassados.

Durante o governo de Adhemar de Barros 1947 - 1951, cuja eleição os comunistas haviam apoiado, tornou-se um dos líderes do movimento que lançou manifesto contra intervenção federal em São Paulo.

Após a cassação dos mandatos ingressou na clandestinidade, reaparecendo na vida pública em 1958, quando foi convidado a participar da fundação do *Jornal da Bahia*. Atuou na imprensa até 1964, ano em que ocorreu o golpe militar, por isso viu-se novamente obrigado afastar-se dos jornais. Em 1968, entretanto, foi convidado a organizar o lançamento da *Tribuna da Bahia*. Em junho de 1979, filiou-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição ao regime militar, pronunciando-se a favor da convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte. Nessa ocasião, era professor de publicidade na Escola de Comunicação da Universidade da Bahia.

Faleceu em Salvador no dia 24 de abril de 1985.

Roque Trevisan (8.530) - tecelão

Roque Trevisan nascido no ano de 1905, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo. Filho de João Trevisan e Maria Trevisan.

Participou da ANL em 1935 e dedicou-se à vida sindical desde cedo. Foi um dos mais ativos militantes comunistas de São Paulo, homem de confiança do PCB. Tomou parte em inúmeros comícios principalmente em 1945, nessa data discursando, invariavelmente ,em todos eles sobre os mais diversos temas.

Foi dirigente do MUT e fez viagens representando as organizações operárias no exterior.

Candidatando-se a deputado estadual sendo eleito com 8.530 votos.

Em 22/11/46 presidiu a sessão solene de abertura das atividades do MUT, no grêmio recreativo hispano-americano e fez parte da comissão central executiva do *Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.*

Foi eleito vice-presidente da confederação dos trabalhadores do Brasil. Em maio de 1947, como deputado - segundo relatório secreto do DOPS, o que evidencia que mesmo durante a legalidade os deputados comunistas eram "espionados" - , continuava trabalhando na comissão intersindical formando um "staff" para dar um grito de greve geral no caso da cassação dos parlamentares comunistas. Em agosto de 47, inscreveu se na Agremiação Paulista dos Trabalhadores.

Em outubro de 47, na qualidade de membro da comissão parlamentar de investigações, juntamente com os demais membros, assistiu os trabalhos da reunião levada a efeito ao Teatro municipal de Campinas pelos ferroviários da companhia paulista, que reivindicavam um aumento salarial.

Em 26/10/47, em comício do PSP, realizado em Altinópolis, condenou o governo da União por ter cortado relações com a Rússia. .

Ainda em 47 fez parte como vice-presidente da convenção executiva da Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

Em 7/1/48, em relatório do DOPS, foi relacionado como orientador dos agitadores comunistas no setor de fiação e tecelagem.

Em 29/12/48 , já na ilegalidade , foi o signatário e membro da comissão que lançou o manifesto de defesa de Prestes, foi um dos subscritores na mensagem enviada a Stalin por ocasião dos seu 70º aniversário.

Em 1949, publicou um manifesto sobre os interesses dos têxteis , classe da qual era um dos líderes.

Em 1950, constituía a comissão para angariar fundos para delegados na Conferência Sindical dos Trabalhadores da América latina. Em fevereiro desse ano foi um dos delegados de São Paulo na conferência de Montevidéu. Foi muito ativo no ano de 1950 tanto na organização de comícios e comissões para organizar união de trabalhadores como também nas greves

Participou da campanha contra o imposto sindical e organizou os funcionários da Light. Concitou a greve contra o Frigorífico Anglo em 1951

Fez parte da comissão que liderou o Ato publico pela libertação da comunista Elisa Branco.

Em 1952 parece ter apoiado a ala José Maria Crispim porque aparece como signatário do Manifesto lançado na fundação do Movimento Popular Nacionalista (MPN).

Em 1956 falando a um grupo de operários, na sede do sindicato dos carris do Estado de São Paulo, explicou as razões de sua expulsão do PCB - Por ter criticado o PCB quando deu ordens aos operários de abandonarem seus sindicatos e formarem associações de trabalhadores - alegando que o ocorrido se deu por críticas que fez ao CC e ao Manifesto de 1950 do PCB.

Zuleika Alambert (4.654) - contadora.

Nasceu em 23 de dezembro de 1922, na cidade de Santos, município de São Paulo.

Foi a Segunda Guerra que despertou sua força política. Com o afundamento dos navios brasileiros, inicia, em 1942 um movimento de luta contra o fascismo, em Santos, fazendo parte da Liga de Defesa Nacional. A LDN também lutava contra a ditadura do Estado Novo, pela libertação dos presos políticos e pelo rompimento com o Eixo.

Engajou-se na primeira greve portuária, que impediu o desembarque de mercadorias vindas da Espanha fascista de Franco. Tomoù parte nas manifestações pelo envio da Força expedicionária Brasileira (FEB) à Europa.

Seus primeiros contatos com os comunistas acontecem quando da volta dos pracinhas, da Itália. Naquela ocasião Zuleika já fazia parte dos comitês populares pela democracia e contra a carestia. Envolveu-se na campanha dos comunistas para a escolha dos representantes na Constituinte Federal. Ingressou no Partido em outubro de 1945, primeiro como tesoureira e depois secretária do Comitê Municipal de São Vicente. Em 1946 foi nomeada para a direção do comitê Estadual de São Paulo. Em 1947 foi eleita, por Santos deputada estadual pelo PCB. Em 26 de setembro de 1947, com o afastamento de Clóvis de Oliveira Neto, de sua bancada, Zuleika assume seu lugar, na Assembléia Legislativa Paulista e permanece até a cassação dos mandatos dos deputados comunistas .

Na Assembléia Legislativa destacou-se na apresentação de projeto de lei que defendia o abono de Natal, (futuro 13° salário) e entre outras participações defendeu a igualdade de salários entre homens e mulheres.

A partir de 12 de janeiro de 1948, com o partido na ilegalidade e seu mandato cassado, mudou-se para o Rio de Janeiro continuando a atuar clandestinamente. Trabalhou na área de cultura com jovens e mulheres. Levou delegações para os Festivais da Juventude de 1952 (Alemanha) e em 1961 (Romênia). Participou dos congressos da UNE e contribuiu para a construção do Centro Popular (CPC) da UNE, atividade importante nos anos 60.

Com o golpe de 1964 passou a ser perseguida, tendo que sair do país. Em 1969 foi para a Hungria como secretária da Federação Democrática Mundial da Juventude e em 1971, no Chile, organizou uma Associação de Mulheres Exiladas. Depois do golpe que depôs Allende, deixou o Chile indo para a Venezuela e depois para a URSS. Mais tarde, já em Paris, participou da organização do Comitê Europeu de Mulheres Brasileiras.

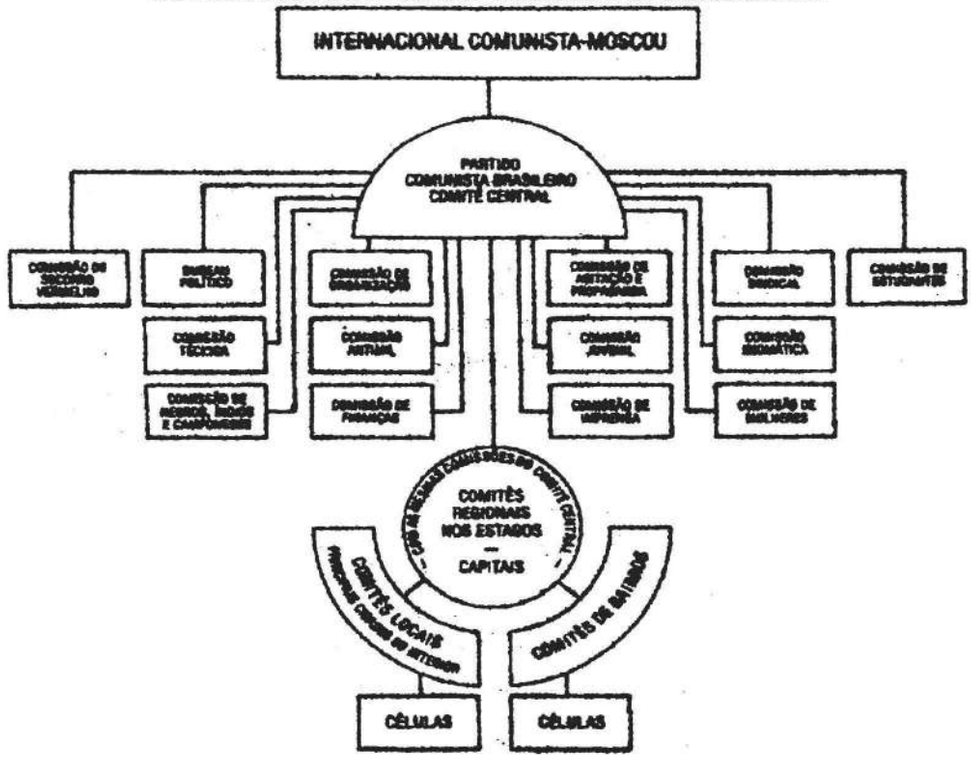
Voltou ao Brasil, com a anistia, em 1979, fez parte do Comitê Central do PCB e propôs a elaboração de uma política específica para as mulheres, aprovada em 1980. Foi uma das fundadoras do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo e presidente do órgão entre 1985 e 1986. Recebeu o título de Cidadã Paulista em 1986.

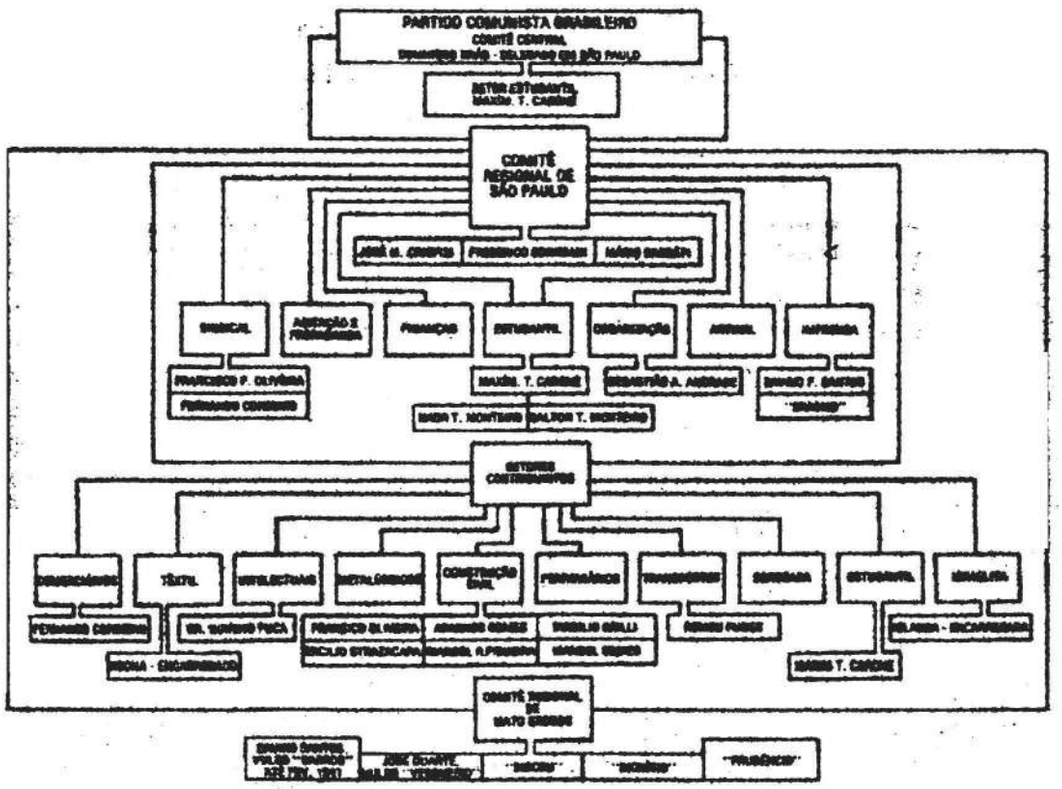
A partir de 1989, quando participou de reunião internacional, em Porto Alegre, onde foi discutido o problema do meio ambiente e da mulher e inspirada pelo ECO-92, Zuleika passou a atuar na vertente ecofeminista.

Vive, atualmente, no Rio de Janeiro e continua sua luta em favor das mulheres brasileiras.

ANEXOS

ESTRUTURA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO





Fonte: DULLES, John W.F. *O Comunismo no Brasil.* 1935-1945: Repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro:Nova Fronteira.

ANEXO I

MANIFESTO DE LUIS CARLOS PRESTES (5 DE JULHO DE 1935)

A todo povo do Brasil! Aos aliancistas de todo o Brasil! 5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924. Troam os canhões de Copacabana. Tombam os heróis companheiros de Siqueira Campos! Levantam-se, com Joaquim Távora, os soldados de São Paulo e, durante 20 dias é a cidade operária barbaramente bombardeada pelos generais a serviço de Bernardes! Depois. ..a retirada. A luta heróica nos sertões do Paraná! Os levantes do Rio Grande do Sul! A marcha da coluna pelo interior de todo o país, despertando a população dos mais ínvios sertões, para a luta contra os tiranos, que vão vendendo o Brasil ao capital estrangeiro. Quanta energia! Quanta bravura!

As lutas continuam - São 13 anos de lutas cruentas, de combates sucessivos e vitórias seguidas das mais negras traições, ilusões que se desfazem, como bolhas de sabão, ao sopro da realidade!

Mas as lutas continuam, porque a vitória ainda não foi alcançada e o lutador heróico é incapaz de ficar a meio do caminho, porque o objetivo a atingir é a libertação nacional do Brasil, a sua unificação nacional e o seu progresso e o bem-estar e a liberdade de seu povo e o lutador persistente e heróico é esse mesmo povo, que do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que do litoral às fronteiras da Bolívia, está unificado mais pelo sofrimento, pela miséria e pela humilhação em que vegeta do que urna unidade nacional impossível nas condições semicoloniais e semifeudal de hoje!

Aliança Nacional Libertadora -Nós, os aliancistas de todo o Brasil, mais uma vez, levantamos hoje bem alto a bandeira dos 18 do Forte, a bandeira de Catanduvas, a bandeira que tremulou em 1925 nas portas de Teresina, depois de percorrer de Sul a Norte todo o Brasil! A Aliança Nacional Libertadora é hoje constituída pela massa de milhões que continua as lutas de ontem! A Aliança Nacional Libertadora é hoje a continuadora dos combates que, pela libertação do Brasil, do jugo imperialista, iniciaram Siqueira Campos, Joaquim Távora, Portela, Benévolo, Cleto Campello, Janson de Mello, Djalma Dutra, e milhares de soldados operários e camponeses em todo o Brasil.

Somos herdeiros das melhores tradições revolucionárias de nosso povo e é, recordando a memória de nossos heróis, que marchamos para a luta e para a vitória!

Dias decisivos

Brasileiros!

Aproximam-se dias decisivos.

Os trabalhadores de todo o Brasil demonstram, através de lutas sucessivas, que já não podem mais suportar e nem querem mais se submeter ao governo em decomposição de Vargas e seus asseclas nos Estados. Além disso, os cinco últimos anos deram uma grande experiência a todos em que no Brasil tiveram de suportar e sofrer a malabarista e nojenta dominação getuliana. E esses cinco anos de manobras e traições, de contra danças de homens do poder, de situacionistas que passam a oposicionistas e vice-versa, de inimigos "irreconciliáveis" que se abraçam, cinicamente, sobre os cadáveres ainda quentes dos lutadores de 1922, abriram os olhos de muita gente. Onde estão as promessas de 1930? Que diferença entre o que se dizia e se prometia em 1930 e a tremenda realidade já vivida nestes cinco anos getulianos!

O Programa da Aliança Liberal - "A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal", dizia eu em maio de 1930, chamando a atenção dos companheiros da coluna para a luta contra o imperialismo e o feudalismo, sem a destruição

dos quais tudo mais seria superficial, irrisório e mentiroso. "Se chegarmos ao poder, vamos controlar as empresas imperialistas, vamos evitar os abusos... vamos dar terra aos camponeses, sem ser necessário desapropriar grandes latifundistas, vendidos ao imperialismo", respondiam-me muitos deles. São passados cinco anos e todos os que honestamente assim pensaram já devem estar convencidos das utopias reacionárias que defendiam.

Dominação dos Imperialistas - Por outro lado a crise mundial do capitalismo, na sua agravação crescente leva os imperialistas a tornarem cada vez mais clara a dominação e a exploração dos países subjugados por eles nas colônias e semicolônias como o Brasil. Quem tem a coragem, nos dias de hoje, de negar que somos explorados bárbara e brutalmente pelo capital financeiro imperialista? Somente lacaios desprezíveis e nauseabundos, como Assis Chateaubriand ou Herbert Moses, ou então os chefes e teóricos do integralismo que, compreendendo e sentindo a vontade de luta das massas contra os bancos e empresas imperialistas, tratam de desviá-la, transformando a luta contra o imperialismo, a luta do povo contra os exploradores ingleses ou japoneses em questão de raça, em luta contra o semitismo.

Novas Concessões - E dia a dia novas concessões são feitas ao capital financeiro imperialista. Já não bastam os serviços públicos, os portos, as estradas de ferro, as minas. Extensões enormes do território pátrio são entregues a empresas estrangeiras. Toda a produção nacional, fruto do trabalho hercúleo das grandes massas trabalhadoras é entregue ao fascismo hitlerista, em troca de papéis sujos, isto é, de graça para ajudar o massacre do proletariado alemão e para organizar nova guerra imperialista. As fronteiras do país são abertas em troca de sombrinhas e biombos à invasão militarmente organizada do imperialismo japonês. A pequena indústria nacional, aquela que não está nas mãos dos tubarões estrangeiros ou de seus lacaios, é ameaça da de liquidação pelos tratados comerciais com a Inglaterra, com os Estados Unidos e o Japão. Enfim, a divisão do país, em zonas de influências sobre a denominação de um outro imperialismo torna-se cada vez mais clara.

Interesses contraditórios das classes dominantes - A dominação imperialista utiliza o regionalismo, os interesses contraditórios das classes dominantes, que os servem, para, aprofundando esses interesses, despedaçar o país e melhor dominá-lo. Isto se reflete, claramente, no cenário político atual. São evidentes as divergências entre os diversos clãs que apóiam o governo de Vargas, entre Salles de Oliveira e Flores da Cunha, entre São Paulo e o Nordeste. Entre os "oposicionistas", a mesma coisa é facilmente observada, que todos os esforços pela formação de um partido nacional fracassam, lamentavelmente. Continuamos na política asquerosa dos blocos sem princípios: sem programa: do bloco que está no poder e do bloco que quer o poder.

O Integralismo - Mesmo entre os fascistas tal estado de coisas se verifica. Apesar de toda a demagogia sobre a unificação nacional, o integralismo é bem uma fotografia da podridão, da decomposição, da divisão dos interesses contradicionários entre as cliques das classes dominantes de um ou de outro Estado. E por isso a tragédia do Sr. Plínio Salgado, obrigado a dizer hoje aqui uma coisa, amanhã ali ao contrário. Daí o engraçado do disse que não disse dos chefes integralistas. É que todos os partidos das classes dominantes do Brasil refletem, queiram ou não queiram, a divisão regional que tem suas origens no feudalismo e se agrava com a penetração imperialista. Essa desagregação, por sua vez, acelera a venda do país ao imperialismo que penetra por todas as brechas e por todos os lados, porque o bando que está no poder, para não perdê-lo, precisa satisfazer às menores exigências de qualquer de suas facções. O governo de Vargas tem por isso satisfeito os

interesses, os mais contraditórios, de todos os magnatas estrangeiros e de seus lacaios nacionais. Despedaçando o Brasil, sufocando na miséria o povo.

Unificação Nacional - A unificação nacional é, por isso, impossível sob a dominação imperialista. Só as grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário, acabar com esse regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país.

Esta é a tarefa gigantesca da Aliança Nacional Libertadora, que apresenta aos olhos de todo o Brasil, como a única organização realmente nacional, única organização onde os verdadeiros interesses do povo de cada Estado coincidem com os idênticos objetivos que congregam, em todo o Brasil, de norte ao sul, de este a oeste, os lutadores contra o imperialismo e os trabalhadores de todo o país, juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário antiimperialista *

Em Marcha para a Ditadura Fascista - Mas as classes dominantes, que sentem já não poder dominar a vontade de luta das massas, com as armas da brutal reação, que tenham sido até hoje empregadas, dessa tão falada "liberal democracia", marcham, ostensivamente e cada dia mais abertamente, para uma ditadura ainda mais bárbara - para a ditadura fascista - forma mais brutal, mais feroz da ditadura dos exploradores. Ameaçam o povo de todo o Brasil com a ditadura de elementos terroristas, mais reacionários com a ditadura dos mais cínicos lacaios do imperialismo. Nessa direção, para chegarem a um tal governo para sufocarem os últimos direitos democráticos do povo, os elementos não reacionários das classes dominantes tratam de por um momento vencer suas próprias contradições e unir-se numa "união sagrada". Vargas encontra por baixo da "oposição" todo apoio necessário à fascistização do seu governo, ao mesmo tempo que estimula e auxilia a organização dos bandos integralistas. A "oposição", por seu lado, prepara golpes de Estado e faz esforço para substituir, por ordem de seus patrões estrangeiros, por figuras novas e menos impopulares, as que ocupam o vacilante poder atual. O governo é abertamente fascista - essa grande ameaça que se prepara entre as classes dominantes contra o povo brasileiro!

* Falta uma linha no original

Os dois campos se definem - O duelo está travado. Os dois campos se definem, cada vez com maior clareza para as massas. De um lado, os que querem consolidar no Brasil as mais brutais ditaduras fascistas, liquidar os últimos direitos democráticos do povo e acabar a venda e a escravização do país ao capital estrangeiro. Desse modo - o integralismo, como brigada de choque terrorista da reação. De outro, todos os que nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora querem defender de todas as maneiras a liberdade nacional do Brasil, pão, terra e liberdade para seu povo. A luta não é, pois, entre dois "extremismos" como querem fazer constar os hipócritas defensores de uma "liberal democracia" que nunca existiu e que o povo só conhece através das ditaduras sanguinárias de Epitácio, Bernardes, Washington Luís e Getúlio Vargas. A luta está travada entre os libertadores do Brasil, de um lado, e os traidores, a serviço do imperialismo, do outro.

Posição clara e definida - O momento exige, de todo homem honesto, uma posição clara e definida. Pró ou contra o fascismo; pró ou contra o imperialismo! Não há meio termo possível, nem justificável. A Aliança Nacional Libertadora é, por isso, uma vasta e ampla organização de frente única nacional. O perigo que nos ameaça, o perigo que aumenta dia a dia, nos obriga a colocar em primeiro plano nos dias de hoje, a criação do bloco, o mais amplo de todas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo, e, portanto, da ameaça fascista. Tal a tarefa decisiva na atual etapa da revolução brasileira. A frente única não obriga a quem quer que nela venha formar, renunciar a defesa de seus conceitos e opiniões. Não! Isso seria semear confusões entre as massas populares e enfraquecer sua força revolucionária. Reconhecendo todas as divergências políticas, que entre nós possam existir, saberemos, como revolucionários, que o momento atual exige de tudo a concentração de todas as nossas forças para luta contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo.

Condições para ingressar na ANL - Para a Aliança Nacional Libertadora precisam vir todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam os seus programas, sob a única condição de que queiram lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos. E a todas as pessoas e correntes, que queiram, por quaisquer motivos, restringir essa frente única nacional revolucionária, devemos opor a vontade férrea de sua realização. Todas as pessoas, grupos, associações e partidos políticos, que participam da Aliança devem impedir, com todas as forças, aquelas tentativas, denunciando os culpados, implacavelmente, como traidores do Brasil e do seu povo.

Unificação do proletariado -As forças da Aliança Nacional Libertadora são já grandes, mas podem e devem ser ainda maiores abarcando milhões porque, com o seu programa, estão todos os que trabalham no país, todos os que sofrem com a dominação imperialista e feudal, em primeira linha o proletariado e as grandes massas do campo. A unificação do proletariado, tendência já invencível, que se sobrepõe a todas as dificuldades opostas pela reação, é uma das maiores forças da revolução. E as greves dos últimos tempos aumentam, cada vez mais, a capacidade de luta do heróico proletariado do Brasil e a confiança que a todos os revolucionários brasileiros inspiram como classe dirigente da revolução. As lutas dos camponeses, conquanto ainda espontâneas e desorientadas, são bem o indício do ódio e da energia concentrada em séculos de sofrimento e de miséria pela massa de milhões que quer melhores dias. Mas com a revolução, portanto, com a Aliança ficarão os soldados e marinheiros de todo o Brasil.

As classes armadas - Com a Aliança ficarão os melhores oficiais das forças armadas do país, todos aqueles que serão incapazes de conduzir seus soldados contra os libertadores do Brasil e muitos dos quais já demonstraram, em lutas anteriores, que ficarão com o povo contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo. Como antes de 1838, os

militares do Brasil jamais se prestarão ao papel de capitães-do-mato, a serviço do imperialismo e seus lacaios no país. Com a Aliança estarão todos os heróicos combatentes dos movimentos
armados que se sucedem no país, desde 1922.

Os que ficarão com a Aliança - Com a Aliança estarão todos os intelectuais honestos, o que há de mais vigoroso e capaz na intelectualidade brasileira, todos os que não podem concordar com o obscurantismo fascista e a liquidação dos últimos direitos democráticos do povo, todos os que querem defender a cultura do nosso povo. Com a Aliança estará a juventude trabalhadora estudantil do país, lutando por melhores dias e por um futuro mais claro, disposta a dar todo o seu entusiasmo e energia, para a luta, para a libertação nacional do Brasil, na qual vai ocupar os postos mais avançados. Com a Aliança estarão as mulheres do Brasil, trabalhadoras manuais, intelectuais, donas-de-casa, mães de família, irmãs, noivas e filhas de trabalhadores, elas formarão na Aliança porque, apesar das mentiras e calúnias da imprensa venal, elas compreendem e entendem que só a Aliança poderá defender o pão para seus filhos e acabar com a brutal exploração em que vivem.

Liberdade de crença - As mulheres religiosas como todas as pessoas religiosas católicas, protestantes, espíritas ou positivistas, desejam acima de tudo a liberdade para seus cultos e essa liberdade é defendida pela Aliança; estão mesmo os padres brasileiros, os mais pobres e que, entrando para a igreja não se venderam ao imperialismo, nem esqueceram seus deveres frente ao povo. É natural que os chefes da igreja, os ricos e bem nutridos cardeais e arcebispos, como membros das classes dominantes, e lacaios do imperialismo, estejam contra a Aliança. Já noutras épocas, Frei Caneca, Padre Miguelinho e muitos outros lutaram ao lado do povo, pela independência do Brasil, contra a vontade dos bispos e arcebispos que os mandaram assassinar.

Privilégios da raça, cor e nacionalidade - Com a Aliança estarão os pequenos comerciantes, os pequenos industriais, que, comprimidos entre os impostos e monopólios imperialistas de um lado e a miséria cada vez maior da massa popular do outro, ganham cada dia menos e, à medida que se pauperizam vão passando a simples intermediários mal remunerados da exploração do povo pelo imperialismo e pelos impostos indiretos. Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas das Palmares, porque só a ampla democracia, de um governo realmente popular, será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, e de dar aos pretos no Brasil a imensa perspectiva da liberdade e igualdade, livre de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos.

Programa Antiimperialista -Não há pretextos que justifiquem, aos olhos do povo, a luta contra a Frente Única Libertadora. É por isso que as fileiras da Aliança Nacional Libertadora estão abertas a todos os que querem lutar pelo seu programa antiimperialista, antifeudal e antifascista, programa que somente o governo popular revolucionário realizará:

I - Não pagamento das dívidas externas, nem seu reconhecimento.

II - Denúncia dos tratados anticomerciais com o imperialismo.

III - Nacionalização dos serviços públicos mais importantes e das empresas imperialistas que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário.

IV -Jornada máxima de trabalho de oito horas, seguro social, aposentadorias, aumento de salários, salário igual para igual trabalho, garantia de salário mínimo, satisfação dos demais pedidos do proletariado.

V -Luta contra as condições escravistas e feudais do trabalho.

VI -Distribuição entre a população pobre camponesa e operária das terras e utilização das aguadas, tomadas sem indenização aos imperialistas, aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos da igreja, que lutam contra a liberdade do Brasil e a emancipação do povo.

VII -Pelas mais amplas liberdades populares, pela completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, pela mais completa liberdade religiosa e a separação da Igreja do Estado.

IX -Contra toda e qualquer guerra imperialista e pela estreita união, com as Alianças Nacionais Libertadoras dos demais países da América Latina e com todas as classes e povos oprimidos.

Divulgação dos princípios - O realismo brasileiro de um tal programa é inegável e o entusiasmo com que todo o Brasil, as mais vastas massas trabalhadoras procuram as fileiras da Aliança Libertadora Nacional é a melhor das demonstrações. Nem o governo reacionário de Vargas, nem nenhuma outra ditadura militar fascista ou semifascista poderá oferecer uma resistência séria à Frente Única Nacional Libertadora se essa souber, realmente, mobilizar as mais amplas massas populares. Para isso precisamos, ao mesmo tempo que unificamos e congregamos na Aliança Nacional Libertadora todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e partidos políticos, que quiserem lutar pelo seu programa, precisamos criar a Frente Única Libertadora em cada fábrica, empresa, casa comercial, universidades, quartéis, navio mercantil ou de guerra, nos bairros, nas fazendas, organizando a luta diária de tais massas.

Libertação nacional do Brasil - A Aliança Nacional Libertadora precisa englobar todas as organizações de massas, precisa e deve verdadeiramente representar o povo e saber lutar efetiva e conseqüentemente, pelos seus interesses. A Aliança Nacional Libertadora já representa a enorme força revolucionária do nosso povo e a sua incomensurável vontade de sacrifícios para a luta pela libertação nacional do Brasil. Os últimos acontecimentos de Petrópolis e o vigor com que o povo de São Paulo levou os chefes integralistas a uma retirada medrosa, dizem do que será capaz a Frente Única Nacional.

Implantação de um governo popular - Marchamos, assim, rapidamente, à implantação de um governo popular revolucionário, em todo Brasil, um governo do povo contra o imperialismo e o feudalismo e que demonstrará na prática, às grandes massas trabalhadoras do país, o que é a democracia e a liberdade. O governo popular, executando o programa da Aliança unificará o Brasil e salvará a vida dos milhões de trabalhadores, ameaçado pela fome, perseguido pelas doenças e brutalmente explorado pelo imperialismo e pelos grandes proprietários. A distribuição das terras dos grandes latifúndios aumentará a atividade do comércio interno e abrirá o caminho a uma mais rápida industrialização do país, independentemente de qualquer controle imperialista. O governo popular vai abrir para a juventude brasileira as perspectivas de uma nova vida garantindo-lhe trabalho, saúde e instrução. A força das massas, em que se apoiará um tal governo, será a melhor garantia para a defesa do país contra o imperialismo e a contra-revolução. O exército do povo, o exército nacional revolucionário será capaz de defender a integridade nacional contra a invasão imperialista, liquidando, ao mesmo tempo, todas as forças da contra-revolução.

Como o poder chegará às mãos do povo - Mas o poder só chegará nas mãos do povo através dos mais duros combates. O principal adversário da Aliança não é somente o governo podre de Vargas, são, fundamentalmente, os imperialistas aos quais ele serve e que tratarão de impedir por todos os meios, a implantação de um governo popular revolucionário no Brasil. Os mais evidentes sinais da resistência que se prepara no campo da reação já nos são dados pelos latidos da imprensa venal vendida ao imperialismo. A

situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto.

"A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas." Cabe aos seus chefes organizá-las e dirigi-las.

Um apelo - População trabalhadora de todo o país! Em guarda, na defesa de seus interesses! Venha ocupar o seu posto com os libertadores do Brasil!

Soldado do Brasil! Atenção! Os tiranos querem jogar-te contra os teus irmãos. Em luta pela liberdade do Brasil!

Soldado do Rio Grande do Sul, heróico herdeiro das melhores tradições revolucionárias da terra gaúcha! Prepara-te! Organiza-te! Porque só assim poderás voltar contra os tiranos que te oprimem às armas com que eles querem eternizar a vergonha dos dias de hoje!

Democratas honestos de todo o Brasil! Heróico povo de Minas Gerais, terra tradicional das grandes lutas pela democracia! Só com a Aliança Nacional Libertadora poderás continuar as lutas iniciadas pelos seus antepassados!

Nortistas e nordestinos! Reserva formidável das grandes energias nacionais! Organiza-te para a defesa de um Brasil que te pertence!

Camponês de todo o Brasil, lutador do sertão do Nordeste! O governo popular revolucionário te garantirá a posse das terras e dos açudes que tomares! Prepara-te para defendê-la!

Brasileiros! Todos vós que estais unidos pela idéia, pelo sofrimento e pela humilhação de todo Brasil! Organizai o vosso ódio contra os dominadores transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução brasileira! Vós que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil da guerra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário. Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora.

(Luís Carlos Prestes. A Platéa, 06.07.1935).

Citado em CARONE, Edgard. *O P.C.B. 1922 a 1943.* V.1 São Paulo: Difel, 1982. pág.172 a 181.

ANEXO II

A INSURREIÇAO NACIONAL-LIBERTADORA NO BRASIL (1935)

As guarnições das capitais dos Estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, em Natal e no Recife, sublevaram-se, apoiadas por grandes massas populares, sobretudo pela maioria do proletariado. Enquanto os revolucionários de Natal conseguiam, após uma luta de vinte horas contra a polícia militar, apoderar-se da capital e de numerosas cidades do Estado, e instaurar o primeiro governo popular revolucionário (que pôde, de resto, manter-se apenas quatro dias), não houve sucesso total no da Bahia. Mas, após a ocupação da vila militar e dos principais bairros operários, os revolucionários dispunham de uma situação estratégica favorável junto à estrada de ferro que conduz ao interior do Estado. Esta situação, aliás, permite, mais tarde, o acesso ao interior do Estado e o transporte de todas as armas e munições.

O mesmo ocorreu em relação às forças no Rio Grande do Norte, depois que o governo nacional revolucionário foi derrubado pelas forças mais poderosas do governo federal e do governo da Bahia. As primeiras comunas nacionais-revolucionárias organizadas e armadas, compostas de soldados e operários, desfraldaram a bandeira da sublevação nacional-revolucionária no grande e longínquo sertão. Elas reúnem os camponeses e trabalhadores agrícolas à volta da bandeira de Luís Carlos Prestes e da Aliança Nacional Libertadora. O primeiro governo popular nacional revolucionário do Brasil caiu, mas a revolução nacional empenhou-se na luta e saiu das primeiras batalhas com grandes resultados positivos.

Toda a reação do Brasil, da América do Sul e dos países capitalistas fala de "um grande complô" de comunistas e de Luís Carlos Prestes, que, com base nas resoluções do VII Congresso Mundial da Internacional Comunista queriam realizar a revolução nacional em todo o Brasil.

Quais são os fatos? No norte, no nordeste do Brasil, iniciava-se em outubro, uma grande onda de greves que revestia, nos diversos Estados, o caráter de greves gerais. Os ferroviários da Great Western obtinham um aumento de salário de 30% no momento em que sua luta adquiria, cada vez mais, um caráter insurrecional. Foi igualmente esta luta que forneceu o impulso decisivo para a insurreição. Os soldados receberam ordens de atirar numa demonstração de trabalhadores. Recusaram-se unanimemente a executar essa ordem e fraternizaram-se com os trabalhadores. Na luta contra os oficiais reacionários, os soldados entraram, com os grevistas e suas famílias nas casernas onde se deu a confraternização e onde foi selada uma estreita aliança. Os governos reacionários de Natal e do Recife, pretendiam então, proceder ao desarmamento, o licenciamento e à remoção das tropas revolucionárias. É então que os soldados e as massas populares usaram do recurso à insurreição, que era dirigida pela Aliança de Libertação Nacional e em cujas fileiras os comunistas combatiam lado a lado com os não comunistas.

Durante os últimos meses houve ainda três greves gerais de protesto no Espírito Santo, Bahia e Recife, dirigidas contra a realização de Congressos Integralistas nessas localidades.

Em quatro cidades do norte e do nordeste manifestava-se o início de um grande movimento de camponeses. As contradições das classes dominantes revestiam formas cada vez mais agudas. Nessas circunstâncias as condições de uma revolução nacional e de uma insurreição amadureciam mais depressa no norte e no nordeste do que no centro e no sul do Brasil.

A base decisiva, influenciando o desenvolvimento revolucionário em todo o país, não podia vir rapidamente, nesse momento, senão do Rio de Janeiro. Após um exame aprofundado da situação, a direção nacional revolucionária chegou à conclusão de desencadear a sublevação popular geral, começando pela insurreição nas casernas do Rio de Janeiro. As forças revolucionárias estavam ali, armadas e fortes e, com uma luta prolongada, era certa a intervenção ativa e organizada do proletariado do Rio de Janeiro (tanto da Capital como do Estado). Juntamente com os chefes trabalhadores, os oficiais e soldados revolucionários examinaram a situação e a resolução insurrecional foi tomada por absoluta unanimidade. Por uma operação arriscada, esperavam tomar a iniciativa na luta e poder, em seguida, desdobrar suas forças gigantescas. Em caso de vitória ou de luta com perspectiva de vitória no Rio de Janeiro, os outros centros de forças do movimento libertador-nacional interviriam ativamente.

É verdade que havia então uma superestimação das forças nacionais revolucionárias e uma subestimação das forças ainda existentes do adversário, na capital do país.

As tropas revolucionárias insurretas do 3° Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação foram vencidas pelas forças superiores em número, após um combate de 7 a 9 horas. A despeito dos esforços heróicos dos oficiais e soldados revolucionários, não foi possível chamar, à luta armada, outros contingentes decisivos (artilharia motorizada etc.). Desde as primeiras horas da manhã de 27 de novembro, estava claro à direção revolucionária que a sublevação não teria nenhum sucesso, mesmo que houvesse intervenção das brigadas de choque dos trabalhadores. Não restava senão a rendição ao inimigo, pois, nas condições particulares do Rio de Janeiro não havia possibilidade de fuga para o interior do país. O governo prendeu 2.500 soldados e 50 oficiais (de tenentes até coronéis). Mas não ousou proceder a execuções. Diante das aclamações dos detentos e das massas populares favoráveis ao governo popular de Prestes, os soldados prisioneiros foram transportados para ilhas próximas do Rio de Janeiro. Milhares de trabalhadores, pequeno-burgueses, homens e mulheres estavam nas ruas acompanhando os heróicos combatentes, distribuindo-lhes alimentos, roupas e cigarros.

Desenvolve-se um grande movimento popular a favor da libertação dos prisioneiros. No Nordeste, a vingança dos governadores feudais, após a retirada das forças revolucionárias armadas, dirigiu-se, sobretudo, contra os operários. Nos dois únicos Estados insurretos, 1.500 trabalhadores e intelectuais foram presos.

Os generais vencedores tiveram uma conferência, cogitaram da imposição da pena capital aos revolucionários. Mas a simpatia das grandes massas é tão grande, que já alguns dias após a conferência, o Ministro da Guerra foi obrigado a declarar que a conferência dos generais havia exigido, não a pena capital, mas uma condenação rápida dos dirigentes, nos quadros da lei de segurança existente, que prevê as penas de 6 a 10 anos. A corja fascista do Estado-Maior não chega a impor suas concepções.

Mediante pressão sobre o Parlamento o governo tenta impor agravantes da lei de segurança, mas se vê a braços com grandes dificuldades.

Ninguém acredita na manutenção desse governo. Há poucas semanas ainda, o Parlamento federal (sob iniciativa dos chefes do movimento nacional libertador) adotava, por 80 votos contra 73, uma moção exigindo do governo, a dissolução da organização dos integralistas. Convém lembrar que o governo Vargas, que se aproxima cada vez mais dos fascistas, não pensa, absolutamente, na dissolução.

O governo não conseguirá apresentar como "obra de Moscou", como revolução comunista, a luta de libertação nacional revolucionária do povo brasileiro. E a grande massa do povo sabe também que os comunistas são os combatentes mais ativos no movimento de libertação nacional-revolucionária; no amado chefe do movimento, Luís

Carlos Prestes, ela vê uma garantia de que a revolução nacional no Brasil seguirá um caminho diferente das "insurreições" e "revoluções" passadas.

Conduzido pelo amor ao povo brasileiro, rodeado de uma falange sólida, forjada no fogo da luta, de milhares de soldados, sargentos e oficiais, reconhecido como um chefe que, graças à ação revolucionária das massas populares e dos soldados, realizará a palavra de ordem lançada por ele próprio: "Todo o poder para a Aliança de Libertação Nacional", Prestes é hoje, mais do que nunca, o grande chefe popular revolucionário do Brasil.

O governo projetava já há alguns meses o licenciamento de milhares de sargentos, de centenas de oficiais revolucionários, ao mesmo tempo que o reforço da polícia e da polícia militar e a penetração de elementos fascistas nessas tropas. Mas não conseguirá impedir as ligações dos oficiais e sargentos revolucionários com as forças armadas e com a marinha brasileira, que possuem grande tradição revolucionária. A base da armada continua a mesma: camponeses pobres e operários entre os quais a efervescência revolucionária aumenta incessantemente e os métodos de luta revolucionária encontram uma extensão cada vez maior.

Grandes organizações nacionais revolucionárias e um sólido Estado-Maior nacional da revolução, constituíram-se sob a direção de Luís Carlos Prestes. Nos combates do Norte e do Nordeste, e também do Rio de Janeiro, os operários, camponeses, pequeno-burgueses, soldados e oficiais lutaram lado a lado. É preciso constatar que os oficiais nacionais revolucionários, mesmo não comunistas, lutaram com a maior energia, sem hesitações, colocando tudo na balança; que após a derrota no Rio de Janeiro, eles se mantiveram ativos diante do inimigo, reivindicando sua plena responsabilidade. Manifestou-se claramente em suas fileiras a vontade de defender, mesmo como prisioneiros, a idéia da libertação nacional do Brasil e de um governo nacional-revolucionário de Prestes. O povo logo libertará esses heróis.

Uma onda de novas luta operárias se anuncia. Os camponeses se organizam. O descontentamento e o desejo de luta aumentam até nas fileiras dos fazendeiros médios. Formam-se grupos de partidários armados. Três colunas de forças revolucionárias armadas - que já se compõem de alguns milhares de homens - levam a revolução ao interior do Norte e do Nordeste. Em grandes partes do país as forças revolucionárias estão intactas no seio da armada; nas regiões insurretas elas serão reconstituídas. A organização ilegal do Partido Comunista não foi afetada profundamente, embora as perdas sejam grandes em Natal e no Recife. É agora, na realidade, que será formado um grande *front* popular, mesmo que não haja participação de alguns elementos. Utilizando todas as experiências das grandes lutas revolucionárias, a revolução nacional do Brasil continuará seu caminho: melhor preparada, mais segura, vitoriosa.

(La Correspondance Internationale, 1935).

Citado em CARONE, Edgard. *O P.C.B. 1922 a 1943.* V.1 São Paulo:Difel, 1982. Pág.186 a 189.

ANEXO III

OFFICE OF STRATEGIC SERVICES

Research and Analysis Branch

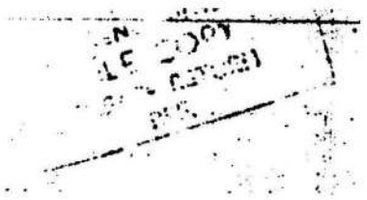
Latin American Section and Psychology Division

In collaboration with the Geography Division

092
648

SHORT GUIDE TO BRAZIL

Report No. 60



July 10, 1942

Copy No. 46

RESTRICTED

TABLE OF CONTENTS

	Page
INTRODUCTION	1
THE COUNTRY	2
Geography	
Climate	
How the Brazilians Make a Living	
Government and Recent History	
THE PEOPLE	5
Language	
Some Attitudes	
SOME CUSTOMS AND MANNERS	8
Religion and Morality	
Some Miscellaneous Manners	
Eating and Drinking	
SANITARY CONDITIONS	10
MISCELLANEOUS INFORMATION	11
Brazilian money	
Measurement of Distances	
Brazilian Measurement of Area	
Time	
List of States of Brazil	
SPECIAL DO'S AND DON'T'S	14

Note: A map to be incorporated in the printed edition of this Guide is being prepared by the Geography Division.

RESTRICTED

A SHORT GUIDE TO BRAZIL

INTRODUCTION

Brazil and the United States have enjoyed a long and unbroken record of friendly relations. Although the Brazilians speak Portuguese, the Brazilian way of living is so much like our own that a basis of mutual understanding is never difficult to find. You can protect and strengthen this common feeling of good will. Each Brazilian you know well and who likes you is an additional bond of union to assist in the defense of America.

You will find it easy to like the Brazilians. Behind superficial differences, you will discover they are good company, have a keen sense of humor and a strong feeling of national pride and loyalty, and look optimistically toward a better world in the future. In other words, they are not very different from ourselves. The suggestions contained in this guide will tell you some of the things you should know about Brazil and its people. The rest, you will learn by experience.

RESTRICTED

SOME CUSTOMS AND MANNERS

Religion and Morality

The great majority of the people in Brazil are devout Roman Catholics. The Church does not play such an important part in the political life of Brazil as it does in some of the Spanish-American countries, but it does play an important part in the lives of the people. You will notice the common custom, as in most Catholic countries, of lifting the hat as one passes in front of a church, or as the hearse of a funeral procession passes by.

The Brazilian looks on questions of morality somewhat differently than we do. In almost every country of world one is likely to find the people believing that the people of some other country are morally lax. It is a common opinion among many people in the United States, for instance, that immorality is widespread in France. Yet, those Americans who really know France, appreciate that such an opinion is entirely unjustified. It may be surprising, therefore, to discover that many Brazilians think that we in the United States are among the world's most immoral people. However, if you only know the United States from going to the movies, you might get the same idea yourself.

The Brazilian's attitude toward his family and toward women outside the family is a very important thing to understand, so that you can avoid offending him and not be offended yourself. If he is very conservative, as many of the older people are, a Brazilian will not invite you to visit with his family. He may entertain you at a restaurant or bar; or, if you are asked to come to his house, he will talk with you in a special room for visitors. Even after you have become good friends, you will probably not be invited to meet the women of the household. Brazil is changing, of course; and many of the younger Brazilians, especially in the larger cities, have less of the traditional attitude toward the family. Even among them, however, you will probably think there is not so much freedom as in the United States.

If you should be invited to meet the women of a Brazilian family, you will find them delightful and entertaining. Remember, however, that even in the more liberal families, the young women are not accustomed to the free comradeship with boy friends, which is common in the United States. If you pay special attention to a young Brazilian woman, both she and her parents are likely to take it for granted that you seriously intend asking for her hand in marriage.

There are prostitutes in Brazil, as there are in all countries. They are not at all difficult to recognize. There are all kinds - high-class ones, and some who are only patronized by the poorest people. It is a most serious insult to mistake a girl who

is not a prostitute for one who is. When in doubt, assume she is not.

Some Miscellaneous Manners

When you become well acquainted with a Brazilian, you will discover that he has a strong sense of humor and likes to laugh about things. He is also very thoughtful and kind, and he will try hard to avoid saying unpleasant things. If you ask him a question he may try to give you the kind of answer he thinks you want to hear. If you ask for something that you cannot have, instead of saying "no" bluntly, the Brazilian may put you off with an answer which avoids saying yes or no clearly. This may seem like insincerity; but when you learn to know the Brazilian, you will find him just as sincere and honest as the people you know in the United States. He is more careful not to hurt your feelings.

The Brazilian has a strong sense of personal dignity. He does not like horseplay or practical joking. Never slap a Brazilian on the back - any such personal contact is considered very rude. Above all, he does not like people who lose their tempers. The Brazilian will do almost anything he can for you, but he will not do it in a hurry, and will not do it at all if you get angry. Violent words spoken in a loud voice, no matter how much you may think they are justified, will get you nowhere.

When a Brazilian meets an old friend, he may not shake hands, yet you will often see two men embrace each other when meeting on the street. This is not sissy in Brazil - it is just as common and natural as shaking hands would be in the United States.

Eating and Drinking

The common meal in Brazil consists of rice and beans, with some farinha (manioc flour). It is wholesome, but as a steady diet lacks certain essential food values. Outside the larger towns, meat, and especially fish, are likely to be spoiled. In Brazil, meat is usually consumed at once after the animal is killed; so it will be tough. If it isn't tough, be careful of it.

In eating, you will find the Brazilian is accustomed to put aside his knife and fork after one course for use in the next one. Take the knife and fork off your plate when you have finished a course. Place the fork upside down, with the knife supported on the back of the fork. If you do not do this, the waiter will probably do it for you. After eating meat, everyone will immediately make vigorous use of a toothpick. Do not hesitate to do the same.

SPECIAL DO'S AND DON'TS

The Brazilians are worth knowing. They are proud of their country and its traditions, and will appreciate it if you show that you know something about these things.

Do not judge Brazil by what you know of one city or one region.

Do not talk Brazilian politics with Brazilians. Listen to them and try to understand their problems, but avoid passing judgment or giving advice.

Do not assume that, because the President of Brazil has dictatorial powers, the Brazilian government is a European style dictatorship.

Remember that Brazil has no color line. Learn to pay no attention to differences of color. Do not discuss race problems.

Try to talk Portuguese. The people will be pleased, even though they smile at your pronunciation.

Be sure to tell the Brazilians what you like about their country. Avoid dwelling on the things you do not like.

Describe yourself as a Norte Americano (North American).

Remember that in Brazil the people are apt to be more formal in their relations between men and women than in the United States.

If you ask for something and a Brazilian gives you an evasive answer, this is his way of saying no. He will try not to hurt your feelings, and you should try not to hurt his.

Never slap a Brazilian on the back or offend his sense of personal dignity.

Do not be in a hurry, and don't try to hurry people.

Never eat uncooked food or fruit which has not been peeled.

Do not drink water which has not been boiled, except in some of the larger towns where the supply is certified.

Outside of the larger cities, use a mosquito netting at night.

ANEXO IV

68 SECRET

c. 1

OFFICE OF STRATEGIC SERVICES
RESEARCH AND ANALYSIS BRANCH
LATIN AMERICAN SECTION

097.3
Z1092
No. 667

93

R+A #667

AN ESTIMATE OF THE SITUATION IN SOUTH BRAZIL

AUGUST 1942

Report No. 79

DEPARTMENT OF STATE
REFERENCE DIVISION
FILE COPY
PLEASE RETURN
REF

August 27, 1942

Copy No.

(3430)

SECRET

SUMMARY

In South Brazil and in the neighboring parts of Argentina and Paraguay there are important concentrations of people of German descent whose role in the current strategic situation is not entirely certain. Do these colonists menace the security of a Brazil at war? Would it be possible for them to seize and hold any larger extent of territory in this part of South America? If so, to what extent and in what way would such a revolt affect the major war objectives of the United Nations?

This report arrives at the following conclusions:

(1) The people of German descent in this region do constitute a menace to the security of Brazil, but it is a menace which becomes greater in proportion to the possibility of outside assistance from the Nazis and which would be of little significance without such assistance.

(2) A revolt of the German colonists might be locally successful in certain places, but they probably could not seize and hold any large extent of territory running across the international borders. This conclusion is based on the distribution of the German settlements, the nature of the terrain separating them, the poorly developed means of communication, and the presence of a majority of non-Germans in the same region.

(3) The type of revolt which might be anticipated would not seriously threaten either the sources of raw materials o the routes of communication necessary for the war effort of the United Nations. The most serious result of a revolt would be the diversion of material or men from the main war objectives.

ANEXO V

November 9, 1945

Dear Mr. Berle:

Mr. Byrnes has brought to my attention your very interesting telegram no. 3279 of October 30, outlining the background of the recent change of administration in Brazil. The situation which you described in your letter of October 1 appears to be cleared up by this new development.

The Brazilian people have shown themselves, particularly during the recent critical years, to be true friends of the United States. I am convinced that there is no reason to fear that the new administration in Brazil will work any change. Fortunately, this tradition of cordial and friendly relations is deeply rooted in the histories of our two countries.

We in the United States have an abiding faith in a government which rests upon the consent of the governed, periodically and freely expressed. Brazil also has subscribed to these same democratic principles as the goal for its political, economic and social development. I am confident that Brazil, under wise leadership, will work out its own sincere application of these principles, just as the United States is trying to do. The important thing is that both countries continue to work together toward the attainment of the ideals which have been accepted as the basis for our national lives in the Western Hemisphere.

I appreciate your keeping me informed

Very sincerely yours,

(Sgd) Harry S. Truman

The Honorable
Adolf A.Berle Jr.,
American Ambassador,
Rio de Janeiro.

ANEXO VI

Tarefas de um parlamento democrático

Num Parlamento democrático será possível legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país. Isso não quer dizer que sejamos contrários ao capital estrangeiro que nas condições do mundo atual ainda pode ser, dentro das limitações da Carta do Atlântico e após as decisões históricas de Teherã e Criméia, um dos colaboradores mais eficientes do progresso e da prosperidade dos povos mais atrasados. No mundo inteiro os povos ficarão agora livres da intervenção estrangeira nos seus negócios internos, e assim sendo, o imperialismo está moribundo e o capital estrangeiro perde a sua característica mais reacionária para se transformar em um fator de progresso e prosperidade para todos povos.

Protegeremos no Parlamento democrático a indústria nacional ameaçada pela concorrência estrangeira, entregando ao Estado o controle planificado de nossas importações. É cada vez mais claro que o ouro proveniente das exportações nacionais não pode mais ser malbaratado na aquisição de artigos de luxo, as geladeiras, os discos de vitrola, as camisas e outras bugigangas, semelhantes àquelas contas de vidro com que os portugueses enganavam os nossos índios para deles obter em troca os víveres de que necessitavam nos primeiros tempos da colonização e escravização dos mesmos aborígines.

Enfim, só um Parlamento democrático poderá rever de maneira inteligente nossa legislação trabalhista e assegurar a liberdade sindical que, a par das liberdades civis, constitui sem dúvida o elemento básico e indispensável para a realização prática de muita coisa que não passou até hoje da letra da lei. Imediatamente, o que convém a patrões e operários é resolver diretamente, de maneira harmônica, franca e leal, por intermédio de comissões mistas nos locais de trabalho ou pelo acordo mútuo entre sindicatos de classe as divergências inevitáveis criadas pela própria vida. Os operários querem e precisam de melhores salários e melhores condições de trabalho, e, atendidos, saberão ajudar os patrões, por uma eficiência maior no trabalho, a reduzir os custos de produção, tudo em benefício, afinal, da grande massa consumidora e do progresso nacional.

Mas a União Nacional é necessária ainda para enfrentar de maneira prática e decisiva o grave problema da inflação que ameaça neste instante toda nossa economia, além de gerar e alimentar o mal-estar popular no habilmente explorado pelos agentes da desordem e provocadores fascistas. Aos partidos políticos, as organizações sindicais, operárias e patronais, ao Governo, cabe enfrentar de maneira unitária e solidária o grave problema.

(Luiz Carlos Prestes, *Os problemas atuais da Democracia*, páginas 82 a 88)

Citado em CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

ANEXO VII

DEVE O PCB SER FECHADO OU NÃO ?

Para decidir esta questão tão importante é preciso aquilatar os motivos pró ou contra o fechamento.
Segue a exposição de estes motivos.

I - Motivos é a favor do fechamento do P.C.B.

1 - o PCB perderá a facilidade de ação que lhe traz a existência legal: ver-se-á entravado quasi completamente: sem jornais, folhetos, livros, comícios, sem meios de manifestação com que seduz o povo e desprestigia as autoridades-
2 - Desarticulada sua estrutura de, ficará sem células e comunicações-
3 - Acabará a arrecadação de dinheiro para sustentar as atividades do PCB-
4 - Os que combatem o comunismo ficaram encorajados e os vacilantes e apenas simpatizantes tomaram posição contra o comunismo, ainda que de momento somente formando "Maiorias ocasionais"-
5 - O próprio PCB e confessa as dificuldades que criaria tal situação-
Eis, por exemplo, o que declarou um técnico do Komintern, chamado Vassiliev, , no INTERNATIONALE COMMUNISTE , órgão oficial da Internacional Comunista, (nº 14, pág. 926, 1931,ct. em "La legislation anticommuniste dans lê monde" , publicação da " L'Ecole sociale Populaire" nº 307 Montreal)-

> "Il serait simplement sot de nier que la répression rend difficile et parfois même paralyse temporairement lê travail des Partis Communistes et des outres organisations revolutionnaires du proletariat."

6 - não temos meios suficientes, para nos defender contra o PCB; as câmaras legislativas provaram sua ineficiência. Em, a ignorância ingenuidade do povo, inclusive das considerados cultos, não sabe discernir as farmácias do PCB; a falta de saúde, alimentos, vestuário, casas, males que não se pode remediar em pouco tempo, oferece matéria farta a propaganda demagógica do PCB; não podemos combater o PCB com armas iguais pois a técnica comunista e a moral, pode empregar todos os meios: mentir, enganar, mistificar, conspirar, receber dinheiro da Rússia; ao contrário nossa ação está sujeita a ética e, além disso temos contra nós a imprensa, as câmaras e etc. Criando mil embaraços sob pretexto de democracia.
7 – Por isto há o perigo de o PCB se apossar do governo ou pelo voto ou por golpe, e neste caso não haveria mais salvação-
8 – Deve-se considerar o imenso mal que o PCB está fazendo agindo livremente. Já são enormes os estragos que ele causou nestes 18 meses, desorganizando o Paiz, baixando a produção, desprestigiando a autoridade, pervertendo as massas populares e a mocidade. Se não lhe formos à mão, levará o Brasil à derrocada completa tanto econômica como moral cumprindo, aliás nisto as ordens de Moscou.
9 – Finalmente, sob ponto de vista jurídico, o PCB atenta contra a Constituição (art.141, parágrafo 13) e o código eleitoral, pois é a 5ª coluna de Moscou, cujas ordens executa, suas armas são a foice e o martelo e seu hino a Internacional.

II – Motivos a favor de não fechamento do P.C.B.

1 - Possibilidade de vencer o PCB neutralizando-lhe a ação: pela contra-propaganda, por meio de leis, regulamentando as greves, comícios, dificultando-lhe a ação.
2 - Este dispositivo não importa penalidade, mas é um impedimento: Os atingidos pela medida podem reabilitar-se declarando por escrito que abandonaram o PCB e a propaganda do comunismo, apresentando como garantia um fiador que pode ser qualquer pessoa de conhecida idoneidade moral e que queira assumir o encargo de fiador.
3 – A lei deve estabelecer que pode ser fechado por espaço de 6 meses qualquer local (casa, sala, salão, loja, dependência, recinto,etc.) onde se tenham realizado sessões, reuniões, encontros relativos à propaganda comunista. O proprietário pode conseguir a reabertura do local provando que há um ano não tem havido tais reuniões (Canadá).
4 – A lei que o Canadá estabelece penalidades severas contra os contraventores da mesma ou seja a organização e atividades camufladas do PCB, evitando a organização de partidos camuflados, a infiltração em outros,associações camufladas etc. a publicação de jornais, livros, reuniões camufladas.
Punidos os Partidos etc, que se devirtuarem em conseqüência da infiltração comunista.
A lei deve estigmatizar e desmoralizar o comunismo como traição, o roubo o banditismo.
5 - é urgente às autoridades porém cobro à exploradores do povo, punindo os falsificadores de remédios, os funjicadores de falcatruas (empresas fictícias), os açambarcadores de gêneros, os funcionários prevaricadores (SAPS).
6 - Urgentes também medidas eficientes para minorar o mal-estar do povo pela falta de alimentos, casas, transporte, etc. colaborando autoridades, autarquia e particulares: SESI, SESC, e IAP, , cooperativas- auxiliando em larga escala as obras e serviços sociais particulares.
Numa palavra: uma ação social intensiva.
7 - Será indisponível uma intensa, generalizado prolongada campanha de desmarxização e destotalitarização do povo mediante um trabalho de esclarecimento, educação respectivamente reeducação, com colaboração de todas as forças construtivas acima e enumeradas.
Será proveitoso verificar os meios e método empregados, para desfascistizar a Itália e desnazificarficar Alemanha.
Sobretudo será necessário ministrar em todos os educandários o que se chama a formação social ou seja o método pedagógico de fazer alunos (os) conhecer, praticar e viver a ordem social cristã.

V -Desfazendo algumas objeções

1 - É contraproducente fechar o PCB, porque neste caso fará o seu trabalho ilegalmente e camuflado, o que é pior para nós.
R - O PC, além das atividades públicas, sempre exerce as ocultas, ilegais e camufladas como também atualmente. Fechando PC, acabem-se as atividades públicas e pelos meios assim indicados desarticulam-se as clandestinas. Esta objeção é aliás propaganda do PC, o qual sabe muito bem as dificuldades que causa fechamento.

2 - Fechar PC é antidemocrático.

R - Esta afirmação é genuína propaganda comunista. Antes fechar o PC é legítima defesa da democracia contra a 5ª coluna que pretende implantar a ditadura e destruir a democracia.

3 - Fechar o PC é violência, devem empregar-se contra ele meios democráticos.

R - Não é antidemocrático aplicar ao PC os dispositivos da Constituição e do código Eleitoral - Não é também o antidemocrático punir os traidores da Pátria, os conspiradores, mistificadores, os bandidos, embora tecnicamente organizados.

4 - Não dá resultado combater idéias com violências.

R - O PC não é apenas uma simples idéia ou teoria, mas sim uma organização política-social-militar, baseada no fanatismo, visando a conquista do poder por quaisquer meios, inclusive a violência pelas armas. Todas as tentativas do PC pela conquista do poder acabaram em um golpe armado. Ora, as idéias que pretendem impor-se pelas armas só pelas armas podem ser combatidas. O mahometanismo só poude ser vencido pelas armas, da mesma maneira os fanáticos de Canudos, os do Contestado em Sta. Catarina, os Muckers do Rio G. do Sul, e recentemente nazismo alemão. Quando uma quadrilha está assaltando a casa, não basta fazer-lhe uma pregação de moral, mas é indispensável frustrar-lles o intento seja mesmo à mão armada. Quanto ao marxismo-leninismo que a base doutrinária do PCB, já alvitramos uma campanha de educação e reeducação visando combate-lo-

5 - O comunismo não vingará no Brasil, porque é contra a índole e as tradições cristãs e democráticas do povo.

R - Os fatos estão provando justamente o contrário, pois em tão pouco tempo grande número não só de homens mas também de mulheres e até crianças aderiram ao comunismo e por eles estão completamente fã batizados. A razão é que a astuciosa propaganda do PCB consegue convencê-los de que o comunismo não é contra a religião, que é a verdadeira democracia e que resolverá todos problemas do povo. Não esqueçamos que na índole do nosso povo a fatores que favorecem a ideologia comunista como são: a tendência de esperar do governo a solução de todos os problemas, sem fazer esforço próprio, a mania de ser funcionário público (no comunismo serão todos), a ignorância, a ingenuidade,a falta de formação religiosa sólida, o materialismo prático, o afrouxamento dos costumes dos laços de família, a prática do princípio do menos esforço (malandragem, emprego-sinecura, predileção pelos jogos de azar, solução fácil dos problemas pelas revelações espíritas): toda essa tendência largamente favorecida pela propaganda do PCB o qual promete, uma vez no governo, como por encanto: comida, roupa, casa, terras, emprego, diversões, propondo como modelo o paraíso da Rússia.

6 - Na Inglaterra e USA o PC é reconhecido e não consegue vencer.

R - Não conseguiu até agora, porque podem não deixa de fazer seus progressos e estragos.

É que naqueles paizes toda a organização social, situação económica, tradição índole do povo opõem maior resistência ao comunismo:

Contra exemplo da Inglaterra e USA podemos alegar o da Suissa, essencialmente democrática, pois os cantões que compõem a Confederação Helvética quasi sem exceção interditaram o PC devido ao seu caráter de dependência do extrangeiro e seu objetivo de subversão violenta da ordem estabelecida, apezar de seu seus protestos de adesão à democracia e as instituições vigentes.

Ao contrário à França, nação latina e mais semelhante a nossa e que deixou o campo livre ao PC., foi por ter levado a situação trágica em que se encontra.

7 - Chegará a hora de pedir anistia para os comunistas
R - Por isto não se deve ter por muito tempo comunistas na prisão.

Observação : Foram mantidos os erros de português assim como a grafia da época.

GV c 1946.01.00/15 (Textual) Série: c- correspondência Data de produção : 01/1946
Anexo, contendo prós e contras do fechamento do Partido Comunista do Brasil, de relatório sobre as atividades do Partido Comunista do Brasil esclarecendo suas técnicas de atuação, em especial a tática de "Frente Popular".

ANEXO VIII

Deputados eleitos para a Assembléia Legislativa Paulista em 19/01/1947
Primeira Legislatura pós 1945 - 1947 - 1951

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO – PSD	votos
1. Amadeu Narciso Pieroni	7143
2. Anísio José Moreira	4902
3. Antonio de Oliveira Costa	5266
4. Antonio Sylvio Cunha Bueno	7591
5. Antonio Vieira Sobrinho	5776
6. Bento de Abreu Sampaio Vidal	6037
7. Brasílio Augusto Machado de Oliveira Neto	6382
8. Diógenes Ribeiro de Lima	6197
9. Epaminondas Ferreira Lobo	5780
10. Francisco Álvares Florence	4390
11. Francisco Carlos de Castro Neves	6278
12. Pe. João Baptista de Carvalho (líder da bancada)	7264
13. Joaquim de Castro Tibiriçá	4838
14. José Romeiro Pereira	7173
15. Joviano Alvim	4411
16. Leônidas Camarinha	4262
17. Luis Augusto de Mattos	8622
18. Luis Liarte	4185
19. Lincoln Feliciano da Silva	8942
20. Martinho Di Ciero	6434
21. Procópio Ribeiro dos Santos	4529
22. Sebastião Carneiro da Silva	4807
23. Silvio Luciano de Campos	5231
24. Sólon da Silva Varginha	8070
25. Ulysses Silveira Guimarães	5114
26. Valentim Gentil	5230

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB	
1. José Alves Cunha Lima	4649
2. José Milliet Filho	5128
3. José Porphyrio da Paz	5860
4. Maria Conceição Santamaría	12119
5. Nelson Fernandes	6876
6. Valentim Amaral	4432
7. Waldy Rodrigues	5060

PARTIDO POPULAR TRABALHISTA[515]

1. Antonio Paula Leite Neto	5042
2. Arimondi Falconi	5853
3. Arnaldo Boghi	20137
4. Gabriel Migliori	6628
5. José de Oliveira Mathias	8748
6. Salvador de Toledo Artigas	4966
7. Sylvio de Lima Gonçalves Pereira	5233

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

1. Armando Mazzo	6140
2. Caio Prado Junior	5257
3. Catullo Branco	5448
4. Clovis de Oliveira Neto	6502
5. Estócel de Morais	7356
6. João Sanches Segura	6267
7. João Taibo Cadórniga	8329
8. Lourival da Costa Villar	8288
9. Mautílio Muraro	10041
10. Milton Cayres de Brito (líder da bancada)	17692
11. Roque Trevisan	8530

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL - UDN

1. Auro Soares de Moura Andrade (líder da bancada)	5379
2. Ernesto Pereira Lopes	3988
3. José Diogo Bastos	4634
4. Juvenal Sayon	3574
5. Luís Victorio Cruz Martins	4222
6. Osny Silveira	4826
7. Rubens do Amaral	3717
8. Sylvestre Ferraz Egreja	3595
9. Vicente de Paula Lima	3728

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA - PSP

1. Antonio Pinheiro Camargo Junior	4854
2. Euclydes de Castro Carvalho	3017
3. Henrique Ricchetti	4100
4. José Arthur da Motta Bicudo	3285
5. Juvenal Lino de Mattos	3251
6. Manoel de Nóbrega	37778
7. Mario Beni	4799
8. Mário Eugênio	2976
9. Salomão Jorge (líder da bancada)	3085

[515] Partido criado em 15/04/1947 com a dissidência do PTB, quando da expulsão de Hugo Borghi.

PARTIDO REPUBLICANO

1. Antonio Carlos Salles Filho	**3200**
2. Décio de Queiroz Telles	**3099**
3. João Bravo Caldeira	**3701**

PARTIDO DEMOCRÁTICO CRISTÃO

1. Alfredo Farhat	**3691**
2. Miguel Petrilli	**2837**

PARTIDO DA REPRESENTAÇÃO POPULAR

1. José Loureiro Júnior	**3623**

SUPLENTES	PARTIDO	VOTOS
Alcides Cyrillo	**PSD**	**3798**
Caio Luis Pereira de Sousa	**PR**	**3018**
Celestino dos Santos	PCB	4637
Elói Lopes Ferraz	**PSD**	**3816**
Ernesto Monte	**PSD**	**4023**
Fernando de Camargo Prestes	**PR**	**2709**
Francisca Pereira Rodrigues	**PDS**	**3701**
Joaquim Fernando Paes de Barros Neto	**UDN**	**3370**
José Soares Hungria	**PR**	**2660**
Lybio José Mártire	**PSP**	**2822**
Mário Schenberg	PCB	3092
Osvaldo de Sousa Martins	**UDN**	**3533**
Otávio Lopes Castelo Branco	**PSD**	**4119**
Paulo Ornelas Carvalho de Barros	**PTB**	**4377**
Renato Egídio de Sousa Aranha	**PRP**	**2243**
Roberto Victor Cordeiro	**UDN**	**3237**
Sidney Delcides de Ávila	**PSP**	**2868**
Zuleika Alambert	PCB	4654

ANEXO IX

ANTEPROJETO OFERECIDO À COMISSÃO ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO PELO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

"A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE REUNIDA PARA ORGANIZAR DEMOCRATICAMENTE O ESTADO, ASSEGURAR O SEU PROGRESSO E O BEM-ESTAR DE SUA POPULAÇÃO, DECRETA E PROMULGA A SEGUINTE

CONSTITUIÇÃO:

TÍTULO I
Da Organização dos Poderes
Capítulo I
Disposições preliminares

Artigo 1° - O Estado de São Paulo, parte integrante da Federação Brasileira, exerce em seu território todos os poderes que não tiverem sido, pela Constituição Federal, explicita ou implicitamente atribuídos à União.

Artigo 2° - Os poderes constitucionais do Estado são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

§ 1° - É vedado a qualquer desses poderes delegar a outro o exercício de suas funções.

§ 2° - O cidadão investido nas funções de um dos poderes não poderá exercer as de outro.

Capítulo II
Do Poder Legislativo
Seção I
Da sua organização

Artigo 3° - O poder Legislativo é exercido pela Assembléia Legislativa, constituída por deputados eleitos por sufrágio universal e direto, pelo prazo de dois anos.

Artigo 4° - Qualquer eleitor poderá ser eleito deputado.

Artigo 5° - O número de deputados será variável e proporcional ao número de votantes nas eleições para a Assembléia.

Parágrafo único - Cada partido terá um deputado para cada 15.000 votos ou fração igual ou superior a 7.500, que tiver alcançado sua legenda.

Artigo 6° - Nas eleições para a Assembléia todo o Estado formará um único distrito eleitoral.

Artigo 7° - A Assembléia Estadual reunir-se-á na Capital do Estado, independentemente de convocação, a 14 de março de cada ano e funcionará 9 meses,

podendo a sessão legislativa ser prorrogada ou convocada extraordinariamente, por iniciativa de um terço de seus membros.

Parágrafo único - A Assembléia poderá ser convocada extraordinariamente, declarado o motivo, pela Comissão Permanente (art. 18) ou pelo Governador do Estado.

Artigo 8° - A Assembléia funcionará com a presença de um quarto, pelo menos, de seus membros, em sessões públicas, salvo resolução em contrário.

Parágrafo único - Suas deliberações, excetuados os casos expressos nesta Constituição, serão tomadas por maioria de votos, presente, no mínimo, metade e mais um de seus membros.

Artigo 9° - A Assembléia incumbe eleger sua Mesa, regular a própria polícia, votar o Regimento Interno e organizar sua Secretaria, nomeando os respectivos funcionários e fixando-lhes as atribuições e vencimentos.

Artigo 10 - Nenhuma alteração regimental será aprovada sem proposta escrita, impressa, distribuída em avulso e discutida, pelo menos, em dois dias de sessão.

Artigo 11 - Será assegurada nas comissões, quanto possível, a representação proporcional dos partidos.

Artigo 12 - A Assembléia procederá, logo após a sua instalação, ao julgamento das contas dor Governador, relativas ao exercício findo. Parágrafo único -Se o Governador não as tiver prestado, a Assembléia elegerá uma comissão especial para levantá-las, e conforme o apurado, providenciará sobre a punição dos responsáveis.

Artigo 13 - Os Deputados perceberão um subsídio mensal mais uma quota determinada por sessão a que comparecerem, fixados em cada legislatura, para o seguinte.

Artigo 14 - Os Deputados não responderão, nem civil nem criminalmente, pelas opiniões, palavras e votos proferidos e manifestados no exercício do mandato.

§ 1° - Depois de diplomado e até o início da legislatura seguinte, nenhum Deputado poderá ser preso, salvo caso de flagrante em crime inafiançável, nem processado criminalmente sem licença da Assembléia.

§ 2° - A prisão em flagrante será logo comunicada ao Presidente da Assembléia, com remessa do auto e dos depoimentos, para que esta autorize ou não a formação de culpa.

§ 3° - Durante as férias parlamentares caberá à Comissão Permanente a atribuição definida no § anterior, devendo a Assembléia logo que se reunir ratificar ou não a decisão tomada.

Artigo 15 -Nenhum Deputado poderá

I -Desde a expedição do diploma:

a) celebrar contrato com a administração federal, estadual ou municipal.

b) aceitar cargo, comissão, ou emprego público remunerado, salvo missão diplomática ou comissão de estudo no exterior, precedendo licença da Assembléia.

c) patrocinar causas contra a União, o Estado ou o Município.

d) pleitear interesses privados perante a administração pública, como advogado ou procurador.

II -Desde a posse:

a) ser diretor, proprietário, sócio, advogado, procurador ou exercer outra função remunerada em empresa beneficiada com privilégio, concessão, isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração pública.

b) acumular mandato com outro de caráter eletivo.

§ 1° - Durante as sessões, o Deputado que for funcionário civil, ou militar, contará por duas legislaturas, no máximo, tempo para promoção, aposentadoria ou reforma, e só receberá dos cofres públicos o subsídio de Deputado, sem outro qualquer provento de cargo de quê seja titular.

§ 2° - A infração deste artigo implica perda de mandato, cabendo à Justiça Eleitoral decretá-la, mediante provocação do Presidente da Assembléia, de qualquer Deputado ou eleitor, assegurada plena defesa.

§ 3° - Os membros da Assembléia, nomeados secretários de Estado, não perdem o mandato, sendo substituídos enquanto exercerem o cargo, pelos suplentes respectivos.

Artigo 16 - Os Deputados são obrigados a:

I -Residir no território do Estado;

II -Fazer declaração de bens e de rendas, perante a Assembléia, ao assumir o exercício do mandato.

Artigo 17 - Importa renúncia do mandato a ausência de Deputado às sessões durante três meses consecutivos, sem causa justificada.

Artigo 18 – Serão por escrutínio secreto as eleições da Assembléia e decisões sobre vetos e contas do Governador.

Seção II
Da Comissão Permanente

Artigo 19 - Durante as férias parlamentares funcionará uma Comissão Permanente da Assembléia constituída de um quinto de seus membros.

Parágrafo único - A Comissão Permanente será eleita pela Assembléia, antes de encerrar seus trabalhos, garantida a representação proporcional dos partidos.

Artigo 20 - Compete à Comissão Permanente:

I - Velar pela observância da Constituição.

II - Deliberar, ad-referendum da Assembléia Legislativa, sobre processo e prisão dos Deputados.

III - Tomar conhecimento das recusas de registro do Conselho Superior de Contas, e deliberar sobre elas ad-referendum da Assembléia.

IV - Convocar extraordinariamente a Assembléia (art. 7°, § 2°).

V - Convocar e ouvir os Secretários de Estado.

VI - Aprovar a nomeação de Secretários de Estado realizada durante as férias, *ad-referendum* da Assembléia.

Seção III
Das atribuições do Poder Legislativo

Artigo 21 - Compete à Assembléia, com a sanção do Governador:

a) fazer leis, alterá-las e revogá-las nos limites das atribuições conferidas ao Estado pela Constituição Federal.
b) fixar anualmente a despesa e orçar a receita do Estado.
c) autorizar e aprovar acordos e convenções com a União e outros Estados, nos termos da Constituição Federal.
d) criar e suprimir cargos públicos estaduais, fixando-lhes as atribuições e vencimentos.

e) fixar anualmente o efetivo da Força Policial.
f) autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis, bem como a desapropriação por necessidade, utilidade ou interesse público.
g) decretar impostos e taxas.

Artigo 22 - É da competência exclusiva da Assembléia:
a) fixar o subsídio do Governador e membros da Assembléia.
b) dar posse ao Governador eleito, conhecer da sua renúncia, conceder-lhe ou recusar-lhe licença para interromper o exercício das funções ou para ausentar-se do Estado por mais de 15 dias.
c) julgar as contas anuais do Governador.
d) decretar a acusação do Governador e julgá-lo nos crimes de responsabilidade, bem como os Secretários de Estado nos crimes conexos, de conformidade com artigo 41.
e) convocar e interpelar os Secretários de Estado, e emitir voto de desconfiança.
f) autorizar o Governador a fazer operações de crédito.
g) conceder licença para processar criminalmente seus membros, nos termos do artigo 14, § 1°.
h) decretar impostos e taxas.
i) solicitar a intervenção Federal nos termos do artigo 9°, § 1°, n° II da Constituição Federal.
j) anular as leis, resoluções e atos municipais, nos casos do artigo 57, parágrafo único.
k) cassar o mandato dos Prefeitos, nos casos do artigo 57, parágrafo único.
I) aprovar a nomeação do Comandante da Força Policial e do Procurador Geral do Estado, por escrutínio secreto.
m) aprovar a nomeação dos Secretários de Estado, por escrutínio secreto.
n) eleger os membros do Conselho Superior de Contas.

Seção IV
Da elaboração de leis

Artigo 23 - A iniciativa dos projetos de lei compete a qualquer membro ou comissão da Assembléia, ao Governador do Estado e às Câmaras Municipais.

Parágrafo único - Cabe exclusivamente ao Governador a iniciativa das leis que fixarem o efetivo da Força Policial, aumentem vencimentos de funcionários ou criarem empregos em serviços já organizados, salvo o disposto no artigo 9°.

Artigo 24 - Aprovado o projeto de lei será ele enviado ao Governador que o sancionará e promulgará.

§ 1° - Quando entender que o projeto é inconstitucional ou contrário aos interesses públicos, o Governador, dentro de dez dias a contar daquele em que o receber, veta-lo-á no todo ou em parte, devolvendo-o à Assembléia com as razões do veto.

§ 2° - O silêncio do Governador, durante o decêndio, importará na sanção, promulgando-o nesse caso o Presidente da Assembléia.

Artigo 25 - Devolvido o projeto com o veto, será ele ou a parte vetada, dentro de trinta dias, a contar do seu recebimento, ou da reunião da Assembléia, submetido com ou sem parecer, a uma só discussão, considerando-se o projeto aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta da Assembléia, sendo promulgada pelo Presidente.

Artigo 26 - Os projetos rejeitados não poderão ser renovados na mesma sessão, salvo se apresentados por um terço da Assembléia.

Seção V
Da Elaboração do Orçamento

Artigo 27 - O orçamento será uno, incorporando-se à receita, obrigatoriamente, todas as rendas e suprimentos de fundos e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos.

Artigo 28 - A proposta do orçamento, acompanhada das tabelas discriminadamente da receita e despesa, será enviada à Assembléia pelo Governador até 31 de julho de cada ano.

§ 1° - A lei de orçamento não poderá contar dispositivos estranhos à receita e à despesa fixada, salvo:

a) autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita, até o limite da verba orçamentária respectiva.

b) aplicação de saldo ou providências necessárias ao equilíbrio orçamentário.

§ 2° - São vedados o estorno de verbas e a concessão de créditos ilimitados e indiscriminados.

§ 3° - A abertura de crédito extraordinário só será admitida por necessidade urgente ou imprevista, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

§ 4° - Considerar-se-á prorrogado para o exercício seguinte, o orçamento vigente se até 30 de outubro não tiver a Assembléia remetido ao Governo para sanção e do ano seguinte.

Artigo 29 - Os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual ou Municipal em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação das precatórias e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

Parágrafo único - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias à repartição competente. Cabe ao Juiz competente expedir as ordens de pagamento.

Capítulo III
Do Poder Executivo
Seção 1ª
Da sua Organização

Artigo 30 - O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, com mandato de quatro anos, e pelos secretários de Estado.

Artigo 31 - É condição para ser Governador, ser eleitor.

Artigo 32 - O Governador será eleito pela Assembléia, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos; e será substituído, em seus impedimentos, pelo Presidente da Assembléia.

Parágrafo único - Se no primeiro escrutínio nenhum candidato alcançar maioria absoluta, preceder-se-á a novo escrutínio no qual concorrerão apenas os dois candidatos

mais votados no primeiro, considerando-se eleito o que alcançar maioria de votos presentes. Artigo 33 - Não poderá ser eleito Governador quem tiver exercido o mandato por qualquer tempo nos quatro anos anteriores à eleição.

Artigo 34 - Vagando o cargo de Governador, o Presidente da Assembléia assumirá o governo, procedendo-se imediatamente a nova eleição.

Parágrafo único -Se a vaga ocorrer durante as férias parlamentares, convocar-se-á a Assembléia no prazo máximo de 10 dias. A convocação será feita pela Comissão Permanente.

Artigo 35 - A posse do Governador eleito se fará perante a Assembléia. Decorridos trinta dias da data fixada para a posse se o Governador, salvo força maior, não houver assumido o poder, o cargo será considerado vago, e assim declarado pelo Presidente da Assembléia em exercício.

Artigo 36 - O Governador residirá na capital, e sem permissão da Assembléia não poderá retirar-se do território do Estado, por mais de 15 dias, sob pena de perda do mandato, salvo motivo de força maior que lhe impossibilite o regresso dentro do referido prazo.

Artigo 37 - O subsídio do Governador será fixado pela Assembléia antes da eleição. Não tendo sido fixado em data oportuna, o Governador eleito terá o mesmo subsídio do seu antecessor.

Artigo 38 - O Governador eleito fará, antes da posse, à Assembléia, declaração de bens e de rendas.

Seção II
Das atribuições do Governador

Artigo 39 - Compete ao Governador do Estado:

a) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir decretos, regulamentos ou instruções para sua fiel execução.
b) vetar, o todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Assembléia (art.22, § I);
c) nomear os Secretários do Estado, com aprovação da Assembléia e demiti-los.
d) prover os cargos civis e militares, salvo as restrições expressas nesta Constituição;
e) executar nos Municípios a intervenção decretada pelo Poder Legislativo;
f) apresentar projetos de lei e propostas orçamentárias;
g) representar o Estado perante os poderes federais e os dos outros Estados da República;
h) convocar extraordinariamente a Assembléia;
i) celebrar com a União e com os Estados convenções e ajustes sem caráter político, sujeitando-os à aprovação da Assembléia;
j) solicitar e conceder extradição de criminosos, de conformidade com a legislação federal;
k) solicitar a intervenção federal (art. 9° n° 2 da Constituição Federal). .
I) dar conta, anualmente, da situação do Estado à Assembléia na sessão inaugural, sugerindo as providências necessárias ao interesse público;
m) prestar à Assembléia as contas do exercício financeiro findo;
n) enviar à Assembléia, até 31 de julho de cada ano a proposta de orçamento;
o) O comando da Força Policial;
p) conceder indulto nos casos de penas disciplinares impostas a oficiais e praças na Força Policial.

Seção III
Da responsabilidade do Governador

Artigo 40 - São crimes de responsabilidade os atos do Governador, definidos em lei federal, que atentarem contra:

a) a existência da União, do Estado e do Município;

b) a Constituição Federal ou do Estado;

c) o livre exercício dos poderes constitucionais;

d) o gozo ou exercício dos direitos políticos, sociais ou individuais;

e) a segurança e tranqüilidade do Estado;

f) a probidade da administração;

g) a guarda ou o emprego legal dos dinheiros públicos;

h) as leis orçamentárias;

i) o cumprimento das decisões judiciárias.

Artigo 41 - O Governador será processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Tribunal de Justiça, e nos de responsabilidade, pela Assembléia, na forma estabelecida em seu Regimento.

§ 1° - A denúncia poderá ser dada por qualquer pessoa e uma vez aceita pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, o Governador ficará afastado do exercício do cargo até decisão final.

§ 2° - Se o crime for comum, o Presidente da Assembléia encaminhará o processo ao Tribunal de Justiça, que lhe dará seguimento.

§ 3° - Se for de responsabilidade, constituir-se-á uma comissão especial que promoverá o processo, cabendo ao plenário o julgamento final, que será proferido por maioria absoluta de votos.

§ 4° - A Assembléia só poderá aplicar a pena de perda de cargo, com inabilitação, até o máximo de dez anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo dos procedimentos civis e criminais.

§ 5° A condenação pelo Tribunal de Justiça em crime comum importará a perda do cargo.

Seção IV
Dos Secretários de Estado

Artigo 42 - O Governador será auxiliado por Secretários de estado de sua nomeação e aprovação da Assembléia Legislativa (art,20, letra r).

Parágrafo único - É condição para ser Secretário, ser eleitor.

Artigo 43 - Os Secretários de Estado são responsáveis pelos atos que praticarem ou subscreverem, ainda que o façam com o Governador ou em cumprimento de ordens deste,

Artigo 44 - Além das atribuições prescritas em legislação ordinária, compete aos Secretários do Estado:

a) subscrever os atos do Governador, sem o que estes não terão força obrigatória;

b) expedir instruções para a exata aplicação das leis e dos regulamentos;

c) preparar as propostas de orçamento das Secretarias respectivas;

d) apresentar relatório anual dos serviços realizados;

e) prestar à Assembléia as informações solicitadas e comparecer a ela quando convocado, respondendo às interpelações feitas por qualquer deputado.

Artigo 45 - Os Secretários de Estado não podem exercer outra função pública, eletiva ou não, e terão os mesmos impedimentos dos Deputados, definidos no art.15.

Artigo 46 - Nos crimes comuns e de responsabilidade, os Secretários de Estado serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça e nos que forem conexos com os do Governador, pela Assembléia.

Capítulo IV
Do Poder Judiciário

Artigo 47 - São Órgãos do Poder Judiciário:

a) O Tribunal de Justiça;

b) Os Tribunais Regionais;

c) Os Tribunais do Júri;

d) Os Juízes Distritais;

e) Outros Juízes e Tribunais criados por lei.

Artigo 48 - O Tribunal de Justiça, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo território deste, compor-se-á de Desembargadores cujo número e funções serão determinados em lei ordinária.

Artigo 49 - Os Tribunais Regionais terão jurisdição nas regiões respectivas em que forem criados, e julgarão em última instância os processos de sua competência fixada em lei ordinária.

Artigo 50 - Os Juízes Distritais serão eleitos pelos residentes no território sobre o qual se exerce sua jurisdição, e terão competência para julgamento das causas de pequeno valor definidos em lei ordinária (art, 124, n° II da C. Federal).

§ 1° - O mandato dos Juízes Distritais será de dois anos, podendo ser reeleitos,

Artigo 51 - A investidura, promoção, garantias, proventos e vantagens da magistratura serão regulados em lei ordinária de acordo com o art, 124 da Constituição Federal.

Artigo 52 - Compete ao Tribunal de Justiça:

a) processar e julgar o Governador, nos crimes comuns;
b) processar e julgar os Secretários de Estado, o Procurador Geral e os Juízes de Direito, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, salvo o disposto no artigo 41;
c) solicitar a intervenção federal no Estado, por intermédio do supre- mo Tribunal Federal, nos termos de art. 9° § 1° n° I e II da Constituição Federal;
d) elaborar seu Regimento Interno;
e) organizar a sua Secretaria e eleger seu Presidente;
f) propor à Assembléia o aumento ou redução do número de Desembargadores;
g) conceder transferência aos Desembargadores de uma para outra Câmara;
h) conceder licença a seus membros;
i) propor à Assembléia a criação ou supressão de cargos, nos serviços subordinados ao tribunal, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;
j) exercer as demais funções fixadas em lei.

Artigo 53 - Compete ainda ao Tribunal de Justiça, por seu Presidente:

a) conceder férias ou licenças aos Juízes de Direito, e justificar as faltas dos mesmos;
b) nomear e demitir funcionários de sua Secretaria e serviços auxiliares, conceder-lhes férias e licenças, justificar-lhes as faltas, assim como lhes aplicar penas disciplinares.

Artigo 54 - A Justiça é gratuita para os trabalhadores, na forma estabelecida em lei ordinária.

Artigo 55 - A ação da polícia ficará sob jurisdição da justiça togada, na forma estabelecida em lei, e respeitados os seguintes princípios:

1 - As pessoas detidas por qualquer motivo serão incontinente apresentadas, antes de qualquer outro procedimento, ao Juiz, que tomará conhecimento da detenção e velará pelo cumprimento da lei nos procedimentos posteriores.

2 - Os inquéritos policiais serão acompanhados e fiscalizados pelo Juiz.

3 - As dependências da polícia destinadas à detenção e custódia de presos serão fiscalizadas por Juiz competente que terá livre acesso a elas a qualquer momento.

4 - As autoridades policiais poderão, de pleno, ser suspensas por decisão de Juiz competente quando praticarem, no exercício de suas funções, quaisquer atos contrários a lei, seguindo-se processo de responsabilidade.

Artigo 56 - Aos ofícios e serventias de justiça será dada organização semelhante às repartições ordinárias da administração pública equiparando-se os serventuários aos funcionários e cobrando-se custas sob forma de taxas.

Parágrafo único - Aos funcionários principais e responsáveis dos ofícios de justiça serão dadas garantias, proventos e vantagens de mesma natureza dos concedidos aos Juízes de Direito na forma que a lei determinar.

Artigo 57 - O Ministério Público será organizado por lei ordinária, respeitados os princípios estabelecidos nos artigos 127 e 128 da Constituição Federal.

Artigo 58 - O Ministério Público será chefiado pelo Procurador geral, nomeado pelo Governador, com aprovação da Assembléia.

TÍTULO II
Da Organização Municipal

Artigo 59 - O Estado compõe-se de Municípios autônomos no que diz respeito ao seu peculiar interesse, de acordo com a lei ordinária, respeitados os princípios estabelecidos nos artigos seguintes.

Artigo 60 - O órgão executivo do Município é o Prefeito, eleito por sufrágio direto e com mandato de dois anos, vedada a reeleição, salvo o disposto na Constituição Federal (artigo 28 § 2).

Parágrafo único - O mandato do Prefeito poderá ser cassado pela Câmara Municipal, nos casos determinados em lei, mediante o voto de 2/3 de seus membros, cabendo recurso para a Assembléia Legislativa com efeito suspensivo.

Artigo 61 - O órgão legislativo do município é a Câmara Municipal, composta de vereadores eleitos por 2 anos mediante sufrágio direto.

§1° - A lei ordinária fixará o número de vereadores de cada município, limitado o mínimo de 15 e o máximo a 31.

§ 2° - As funções dos vereadores são gratuitas, salvo na Capital e grandes cidades definidas em lei. Haverá, contudo, um pró-labore em compensação a dias de trabalho perdidos no exercício do mandato.

Artigo 62 - É condição de elegibilidade para Prefeito e para a Câmara Municipal o ser eleitor e não ter exercido funções policiais ou cargo de secretário da Prefeitura nos seis meses anteriores às eleições.

Parágrafo único - Aplicam-se ao Prefeito e aos Vereadores os impedimentos determinados para ps Deputados no artigo 15.

Artigo 63 -Compete à Câmara Municipal decretar os impostos e taxas de sua competência, nos termos da Constituição Federal.

Artigo 64 - São de iniciativa dos Prefeitos as leis orçamentárias e as que aumentam vencimentos de funcionários e empregados ou criam empregos em serviços já organizados.

Artigo 65 - Se trinta dias antes de iniciar-se o exercício financeiro, não estiver votada a lei orçamentária, considerar-se-á prorrogada, para o exercício seguinte, o orçamento vigente.

Artigo 66 - O prefeito terá direito de veto total ou parcial com efeito suspensivo até que a Câmara, por dois terços de votos, confirme o projeto vetado.

Artigo 67 - O Estado intervirá nos municípios ao se verificar impontualidade no serviço de empréstimo garantido por aquele; e se deixarem de satisfazer, por dois anos consecutivos, o serviço de sua dívida fundada.

Artigo 68 - O Estado, pelas suas Secretarias e órgãos técnicos prestará aos Municípios, todo auxílio solicitado e conveniente aos interesses públicos.

Artigo 69 - Os municípios enviarão a Secretaria de Estado que a lei ordinária determinar, logo depois de aprovadas, todas as leis ou resoluções de caráter financeiro, os balancetes mensais e balanços anuais, e bem assim cópia integral de todos os processos de tomada de contas pelas Câmaras.

§ 1° - Verificado que a Câmara e o Prefeito hajam atentado contra a probidade da administração, guarda ou emprego legal dos dinheiros públicos, ou leis orçamentárias, ou deixado de atender às disposições deste artigo, será o fato comunicado, com todos os papéis respectivos, à Assembléia Legislativa.

§ 2° - Nenhuma taxa será cobrada dos Municípios para a manutenção dos serviços mencionados neste artigo e no anterior.

Artigo 70 - As leis, resoluções e atos municipais poderão ser anulados pela Assembléia, por sua iniciativa ou mediante recurso de qualquer cidadão.

a) quando contrários à Constituição, leis federais ou de Estado;

b) quando ofenderem direitos de outros Municípios.

Artigo 71 - As leis, resoluções e atos municipais também poderão ser anulados por plebiscito em que terá direito de voto a população residente no Município, maior de 18 anos, sem distinção de sexo, grau de instrução, ocupação ou nacionalidade.

§ 1° - O plebiscito se realizará por solicitação, em petição assinada de pelo menos 10% da população com direito a voto, nos termos deste artigo.

§ 2° - A lei ordinária regulará a forma de realização do plebiscito, assegurando o segredo de voto e a participação do maior número de votantes.

Artigo 72 -A criação de novo Município dependerá de aprovação, por maioria de votos da população residente na área abrangida pelo dito Município.

§ 1° - Qualquer parcela de população com mínimo de 5.000 pessoas com residência contígua poderá, por maioria de votos, solicitar à Assembléia Legislativa a formação de novo Município que abrangerá a área ocupada por esses residentes; e essa solicitação somente será negada se tiver contra si o voto de dois terços dos Deputados;

§ 2° - Qualquer parcela de população com um mínimo de 1.000 pessoas de residência contígua poderá, por maioria de votos, solicitar sua incorporação a outro Município vizinho. Nesse caso, a incorporação se dará se for aprovada por lei ordinária do Município incorporador.

§ 3° - As votações nas hipóteses referidas neste artigo, se realizarão por plebiscito de acordo com o estabelecido no artigo anterior.

Artigo 73 - O Prefeito e os Vereadores, depois de diplomados, não poderão nos limites do Município, serem presos, salvo flagrante em crime inafiançável, ou mandado expedido por Tribunal Regional.

Parágrafo único -O processo e julgamento competirão ao tribunal Regional.

Artigo 74 - Nos municípios de grande extensão territorial com importância serão criadas subprefeituras administradas por subprefeitos eleitos pelo povo.

TÍTULO III
Da Organização Financeira

Artigo 75 - A lei ordinária determinará os impostos e taxas a serem arrecadados, respeitada a competência estabelecida na Constituição Federal, e os princípios dos artigos seguintes.

Artigo 76 - O imposto territorial rural será cobrado na base do valor verbal dos imóveis exclusive benfeitorias, e progressivo em função da área levada em consideração a situação do imóvel. .

Artigo 77 -O imposto de vendas e consignações incidirá somente sobre artigos de luxo, bebidas alcoólicas e fumo.

Artigo 78 -A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada pela Assembléia com o auxílio do Conselho Superior de Contas.

Artigo 79 - O Conselho Superior de Contas será composto de 7 membros eleitos pela Assembléia no início de cada legislatura.

§ 1° - A eleição se fará por escrutínio secreto, votando cada deputado num único nome, e considerando-se eleitos os 7 nomes mais votados.

§ 2° - Os membros do Conselho terão imunidades e proventos iguais aos Deputados.

Artigo 80 - Compete ao Conselho Superior de Contas:

I - Acompanhar e fiscalizar diretamente, ou por delegações criadas em lei, a execução do orçamento.

II - Julgar as contas dos responsáveis por dinheiro e outros bens públicos, e as dos administradores de bens patrimoniais do Estado e das entidades autárquicas.

III - Julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões.

§ 1° - Os contratos que por qualquer modo interessarem à receita ou à despesa só se reputarão perfeitos depois de registrados pelo Conselho Superior de Contas. A recusa do registro suspenderá a execução do contrato até que se pronuncie a Assembléia Legislativa.

§ 2° - Será sujeito a registro do Conselho, prévio ou posterior, conforme a lei o estabelecer, qualquer ato de administração pública de que resulte obrigação de pagamento pelo Tesouro do Estado ou por conta deste.

§ 3° - Em qualquer caso, a recusa do registro por falta de saldo no crédito ou por imputação a crédito impróprio terá caráter proibitivo. Quando a recusa tiver outro fundamento, a despesa poderá ser efetuada após despacho do Governador do Estado, registro sob reserva do Conselho de Contas e recurso *ex-officio* para a Assembléia Legislativa.

§ 4° - O Conselho Superior de Contas dará parecer, no prazo de 60 dias, sobre contas que o Governador do Estado deverá prestar anualmente à Assembléia Legislativa; se elas não forem enviadas no prazo da lei, comunicará o fato a Assembléia para os fins de direito, apresentando-lhe, num e noutro caso, minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

TÍTULO IV
Dos direitos e garantias individuais

Artigo 81 - Esta Constituição assegura a brasileiros e estrangeiros residentes no Estado a inviolabilidade dos direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal.

Artigo 82 - Para pleno exercício dos direitos dos cidadãos, o Estado facilitará:

I - aos partidos políticos, associações de classe culturais, científicas, esportivas, recreativas e educacionais, o uso gratuito das casas de espetáculo, parques, estádios e outros logradouros da propriedade estadual ou municipal;

II - a todo cidadão o uso dos serviços de rádio-difusão e telefone, das artes gráficas, do teatro e do cinematógrafo, meios de condução e outros, que garantem o exercício desses direitos.

TÍTULO V
Da Educação e da Cultura

Artigo 83 - Cabe ao Estado promover a educação e a cultura, respeitados os princípios estabelecidos no título VI, Capítulo II da Constituição Federal.

Artigo 84 - Com esse fim organizará o seu sistema educativo, mantendo estabelecimento oficiais de ensino primário, secundário, profissional, rural, artístico e superior que atendam, na medida do possível, a todas as necessidades.

Artigo 85 - Dentro do sistema de ensino estabelecido pelo Estado, os Municípios atenderão supletivamente às necessidades locais.

Artigo 86 - O Estado e os Municípios auxiliarão com subvenções as associações culturais, de qualquer natureza que sejam, uma vez reconhecida por lei sua utilidade pública.

TÍTULO VI
Da Ordem Econômica

Artigo 87 - O Estado intervirá na ordem econômica de modo a assegurar a todos existência digna e condições favoráveis à elevação progressiva do padrão de vida, observados os princípios do Título V, Capítulo II da Constituição Federal.

Artigo 88 - O Estado manterá institutos de crédito, ou participará deles com voto decisivo, para o fim de intervir, como regulador, nas atividades econômicas, particularmente no sentido de financiar e fomentar as iniciativas de maior interesse geral.

Artigo 89 - O Estado promoverá a difusão da propriedade fundiária rural, facilitando sua aquisição aos que quiserem estabelecer-se por conta própria como pequenos proprietários.

§ 1° - Para a efetivação do disposto neste artigo, a lei ordinária prescreverá, entre outras, as seguintes providências:

I - A incidência do imposto territorial-rural visará precipuamente o loteamento das áreas incultas ou mal aproveitadas, bem como das grandes propriedades, sobretudo nas regiões de maior densidade demográfica e dotadas de vias de comunicação.

II - O Estado promoverá por sua conta a organização de núcleos coloniais em suas terras devolutas e em outras desapropriadas para esse fim, de preferência nas regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação.

§ 2° - Na caracterização da pequena propriedade, a lei considerará a área, o valor venal, a localização de imóvel e a situação social e financeira do proprietário.

Artigo 90 - O Estado estimulará a formação de cooperativas de produção, venda, consumo, crédito, e lhes concederá amparo.

Artigo 91 - No interesse do bem estar social, o Estado promoverá a extinção progressiva dos latifúndios.

Artigo 92 - O Estado e os Municípios explorarão por sua conta o fornecimento, entre outros, dos seguintes serviços públicos: Água, luz, força, gás, telefone, esgotos, transporte ferroviários e coletivos urbanos.

TÍTULO VII
Dos funcionários públicos

Artigo 93 - Os cargos públicos são acessíveis a todo cidadão no gozo de seus direitos políticos, observadas as condições que a lei estatuir.

Artigo 94 - Os funcionários públicos depois de dois anos, quando nomeados em conseqüência de concurso de provas e, em geral após cinco anos, não poderão ser demitidos, salvo em virtude de sentença judiciária ou de ficar apurado em processo administrativo falta funcional punível com demissão.

§ 1° - No processo administrativo para apuração de falta do funcionário, deverá ser ampla a defesa.

§ 2° - Aplica-se aos operários de serviços industriais do Estado e do Município o disposto neste artigo, devendo ser elaborados para os mesmos estatutos próprios que lhes assegurem os mesmos direitos que as leis trabalhistas reconhecem aos operários em geral.

§ 3° - Não se aplica o princípio deste artigo aos que exercem funções de confiança ou ocupam cargos que por sua natureza, somente possam ser promovidos interinamente.

Artigo 95 - É vedada a acumulação de cargos públicos remunerados, dos Estados e Municípios.

§ 1° - Excetuam-se os cargos do magistério e técnico-científicos, que poderão ser exercidos cumulativamente, desde que haja compatibilidade de horários e serviços.

Artigo 96 - Os funcionários públicos são responsáveis solidariamente com a Fazenda Estadual ou Municipal, por quaisquer prejuízos decorrentes da negligência, omissão ou abuso no exercício de seu cargo.

Artigo 97 - Os Estatutos dos funcionários públicos estaduais e municipais, obedecerão às seguintes normas:

I - O quadro dos funcionários públicos compreenderá todos os que exercem cargos públicos nos termos do artigo 94, e seja qual for a forma de pagamento;

II - A primeira investidura e as promoções a postos de carreira, das repartições administrativas, e nos demais que a lei determinar, efetuar-se-ão mediante concurso de provas ou títulos, prestado perante uma comissão mista, regulada em lei, e que será constituída, em partes iguais, de funcionários eleitos da mesma repartição, e de membros nomeados pelo governo. Das classificações caberá sempre recurso. Será ainda requisito, para a primeira investidura, exame de sanidade.

III - Serão aposentados, compulsoriamente, os funcionários públicos que atingirem sessenta e cinco (65) anos de idade;

IV - A invalidez para o exercício do cargo ou posto, determinará a aposentadoria, ou reforma que, nesse caso, se contar o funcionário mais de trinta anos de serviço público efetivo, será concedida com vencimentos integrais.

V - O funcionário civil ou militar que se invalidar em conseqüência de acidente ocorrido no trabalho, será aposentado com vencimentos integrais, qualquer que seja o seu tempo de serviço;

VI - O funcionário civil ou militar, que se incapacite para o trabalho, em virtude de doença contagiosa crônica ou afecção duradoura, será afastado do cargo, com todas as vantagens até o máximo de quatro anos. Se, no fim desse prazo o impedimento não tiver cessado, será aposentado com todas as vantagens, qualquer que seja o tempo de serviço;

VII - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade - (Constituição Federal art. 193).

VIII -Todo funcionário público terá direito a recurso contra a decisão disciplinar e, nos casos determinados, a revisão do processo, em que se imponha penalidade, salvo as exceções da lei militar.

IX - o funcionário civil ou militar terá direito a férias remuneradas, e a funcionária gestante, a 3 meses de licença com vencimentos integrais.

X - É facultada ao funcionário público, com 35 anos de serviço, e ao militar com anos, independente de invalidez, aposentadoria com vencimentos integrais.

XI - Os funcionários que completarem 30 anos de serviço perceberão mais a quarta parte do ordenado, a este incorporada para todos os efeitos.

XII - O tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal, computar-se-á integralmente para os efeitos de disponibilidade e aposentadoria. (Const. Federal, art.192).

Artigo 98 - A lei ordinária estabelecerá as garantias e vantagens de que gozarão os que hajam prestado ou prestam serviços ao Estado, sem pertencerem ao quadro de funcionários.

Artigo 99 - Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, e será obrigatoriamente aproveitado no primeiro cargo disponível de natureza e vencimentos semelhantes ao que ocupava.

TÍTULO VIII
Da Reforma da Constituição

Artigo 100 - A Constituição poderá ser modificada, total ou parcialmente, nos termos seguintes:

a) A proposta de reforma será apresentada, no mínimo, por uma quarta parte dos membros da Assembléia;

b) Dar-se-á por aceita quando aprovada em três discussões, por maioria absoluta da Assembléia.

c) No primeiro Domingo, 120 dias após a aceitação, será o projeto de reforma submetido a plebiscito que será por votação secreta e obrigatória, para toda a população maior de 18 anos.

d) Não se reformará a Constituição na vigência do Estado de sítio.

Disposições Transitórias

Artigo 1°- No dia 16 de janeiro de 1951, reunir-se-á à Assembléia Legislativa novamente eleita e com qualquer número, escolherá por maioria de votos, o Governador do Estado para o período a iniciar-se naquele dia. O Governador eleito tomará posse em seguida.

Artigo 2° - São abolidas a Polícia Política e a Especial, bem como quaisquer órgãos ou funções, que, direta ou indiretamente, se destinem a cercear de qualquer forma:

a) a livre manifestação do pensamento pela palavra escrita ou oral;

b) as atividades de partidos ou outras associações políticas;

c) a liberdade sindical;

d) o direito de greve.

Artigo 3° - O imposto de vendas e consignações será substituído no mais curto prazo possível pelo imposto territorial. A substituição se fará progressivamente na ordem da maior necessidade dos artigos tributados.

Artigo 4° - Para execução do artigo 130 da Constituição, o Estado e os Municípios providenciarão desde logo a desapropriação, nos termos da legislação federal, das instalações e demais pertences das empresas que explorem atualmente os serviços enumerados.

São Paulo, 9-4-1947.
Milton Caíres de Brito."

Extraído de KAREPOVS, Dainis. (coord.) *Caio Prado Junior – Parlamentar Paulista.* São Paulo:ALESP/Imprensa Oficial do Estado. 2003. (Fonte : Arquivo Caio Prado Junior – Maria Cecília Naclério Homem)

ANEXO X

Parecer do deputado Hermes Lima da ED-DF sobre o Projeto - 900/47 – Ivo D'Aquino

A passagem do projeto nº 900/47 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados foi assinalada pelo parecer do Deputado Hermes Lima. (ED-DF) Nesse documento o parlamentar e professor de Direito examina a proposição, oriunda do Senado, dividindo-a em duas partes. A primeira que abrange os casos das letras *a, b, c, d* e *f* em que o projeto é redundante, ou ocioso, ou abrange matéria puramente regimentar. Porque dizer que o mandato extingue, pelo decurso do seu prazo, é arrombar porta aberta. Também as outras hipóteses tratam de casos resolvidos. O projeto, na verdade, se resume no item *e,* segundo o qual o mandato dos membros do Legislativo se extingue "pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidir no parágrafo 13 do art. 141 da Constituição Federal". O projeto se reduz a isto e, apenas, a isto. Enfatiza o relator: "mas isto é agressivamente inconstitucional". O parecer insiste neste ponto fundamental:

"Primeiro - O projeto introduz na Constituição um caso de perda de mandato, em que em seu texto não se acha enumerado. Os casos de perda de mandato são os taxativamente declarados na Constituição, e unicamente estes. Não há caso de perda de mandato por interpretação, ou inferência legal, pois isto significaria total insegurança para a representação política. Os únicos casos de perda de mandato pela Constituição são os dos artigos 48 e 136. A lei ordinária não pode criar outros. Se o fizer, estará reformando a Constituição.

Segundo - O projeto é ainda, mais uma vez, inconstitucional, porque regula a perda de mandato de membros dos Legislativos estaduais.

Os Estados reger-se-ão, pela Constituição e pelas leis que adotarem, observados os princípios nela estabelecidos; e aos Estados se reservam todos os poderes que implícita ou explicitamente não lhes forem vedados (Artigo 18, § 1º).

Nestes termos, só aos Estados, unicamente a eles, cabe legislar sobre a matéria no que lhes diz respeito. Regulando a perda de mandatos de membros dos Legislativos estaduais, o projeto pratica uma forma espúria de intervenção federal. A composição do Poder Legislativo local fica à mercê das leis federais.

Alegar-se que a competência da União decorre do poder, que lhe foi atribuído, de "legislar sobre direito eleitoral", é confundir coisas diferentes. É axioma do direito eleitoral que, diplomados os eleitos, organizado o Legislativo, cessa a ação desse direito. Não é o direito eleitoral que regula o funcionamento do Poder Legislativo. Direito eleitoral trata da matéria referente aos pleitos, e nunca da função legislativa.

Terceiro - A cassação do registro de um partido, que incidir no § 13 do art. 141 da Constituição, não pode ter por conseqüência a cassação dos mandatos daqueles que, em sua legenda, foram eleitos.

Antes de tudo, não se perdem mandatos por conseqüência, ou por "lógica constitucional". Perdem-se mandatos nos casos taxativamente previstos na Constituição, quando neles incorrer o representante.

O mandato não tem caráter de representação de partido. É a própria Constituição quem o afirma. Quanto à Câmara, diz o artigo 56:

" A Câmara dos Deputados compõe-se de *representantes do povo,* eleitos, segundo o sistema de representação proporcional, pelos Estados, Distrito Federal, e pelos Territórios."

E quanto ao Senado, dispõe o artigo 60 :

"O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário."

Assim, o deputado é representante do povo e não de partido.

O mandato emana do povo, e em seu nome, é exercido, pois na República, "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". (Art. 1° da Constituição).

Não fora assim, e as leis não se votariam em nome do povo, em nome da soberania nacional, cuja fonte está no povo, mas em nome dos partidos.

Pergunto aos nobres colegas: em que caráter deliberativo, nesta Comissão, ou no plenário: como representantes do povo ou como representantes de partidos?

Se este projeto for finalmente transformado em lei, que devem pensar dele: que é a expressão da vontade do povo manifestada pelo voto do Congresso, ou apenas expressão da vontade dos partidos que se pronunciaram a seu favor?"

(...) "O principal argumento dos defensores do projeto é que deputados eleitos por uma legenda partidária são representantes do respectivo partido. Portanto, devem per- der os mandatos quando cassado o registro desse partido. E aqueles que não foram eleitos sob legendas partidárias? Estes, reconhece o próprio projeto, não representam o próprio partido. Nenhum laço jurídico, relativo ao mandato que exercem, pode ser alegado entre eles e o par- tido. Por conseguinte, o projeto, aberrando da própria sistemática em que se enquadrou, visa cassar mandatos de parlamentares representantes de partidos, porque eleitos sob as respectivas legendas, também de parlamentares não representantes de partidos, porque são escolhidos sob legenda alguma. Nesta última hipótese, o mandato do parlamentar será cassado por motivo das idéias e das convicções que o filiam ao partido de registro cassado, e não pelo fato de achar-se ligado, pelos laços do mandato, a esse partido. Incide, desse modo, o projeto em mais uma grave inconstitucionalidade, ferindo de cheio neste ponto o parágrafo 8° do art. 141 da Constituição que dispõe: "Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação em cargo ou ser- viço impostos pela lei aos brasileiros em geral, ou recusar os que elas estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender excusa de consciência."

(...)"Se o Governo e a maioria parlamentar julgam indispensável à defesa do regime a execução desse pensamento, que o efetue por meio de emenda à Constituição. É o único caminho legal. Trata-se embora de combate ao comunismo. Nada desculpa a violação frontal e grosseira da Constituição, que no projeto se requinta. Se, no combate ao comunismo, a última coisa a se respeitar for a lei, então nossos métodos não podem

ufanar-se de nenhuma superioridade moral sobre o comunismo."

(...) "Desgraçadamente, a vocação da ilegalidade que acompanha o poder neste País tem raízes demasiado profundas, nos maus costumes, na mediocridade dos homens públicos, na ausência de mentalidade constitucional e, agora acentuadamente, na atrasada organização social, matriz do reacionarismo. O poder, entre nós, considera-se fraco "quando organizado para se alimentar da seiva legal. Só se sente forte bebendo a seiva do arbítrio."

Conclui pela rejeição do projeto por inconstitucionalidade. Não obstante, o projeto foi aprovado em plenário.

Citado em SILVA, Hélio. *1945: Porque depuseram Vargas.* Rio de Janeiro:Civilização Brasileira.1976. págs. 435-439.

ANEXO XI

Os números do PCB no Estado de São Paulo
Eleições 9 de novembro de 1947

Vereadores da Cidade de São Paulo pelo PST

Mario de Souza Sanches	5.804
Orlando Luiz Piotto	4.933
Benedito Jofre de Oliveira	4.203
Antonio Danoso Vidal	4.198
Adroaldo Barbosa Lima	4.010
Iturbides B. Almeida Serra	3.505
Armando Pastrelli	3.105
Calil Chade	3.085
Meir Benain	2.970
Elisa Kaufmann	2.940
Raimundo Diamantino de Souza	2.249
Benone Simões	2.197
Luiz João	1.813
Mauro Gattai	1.779
Carlos Niebel	1.747

Santos

O PST elegeu 14 comunistas conquistando maioria na Câmara. Nenhum assumiu.

Leonardo Roitman	2.198
Vitório Martotelli	1.729
Manoel Ferreira	641
José Félix da Silva	627
João da Conceição	486
Paulo dos Santos Cruz	383
Nelson de Toledo Pisa	358
Manoel Teixeira Chaves	323
José Reinaldo Simei	310
José Alonso Nunes	285
Aquilino Camino	230
Francisco Rodrigues Dias	173
Benedito de Almeida	150
Manoel Dias Veloso	144
Suplentes - Alvaro Bandarra	141
Joaquim Francisco do Rego	141

Santo André

Armando Mazzo -	prefeito eleito e não empossado	6.483	PST
Antonio Fláquer	empossado no lugar de Mazzo	4.924	PDC

Vereadores - PST

João Sanches	467
Ângelo Corsato	407
Carmem Edwiges Savietto	349
Miguel Guillen	300
Manoel dos Santos	287
Marcos Andreotti	255
John Gualberto Meira	240
Ennio Brancalion	223
José Benedicto de Oliveira	189
Antonio Fabiano Nogueira Júnior	182
Oswaldo Monteiro	167
Vicente Bistratini	165
Paulo Cervelini	156

Suplentes:
Iguatemy Lopes de Oliveira (145); José Luiz Barbosa (131); Ângelo Pinheiro(130); João Pellozo(128); Fernando José Figuerôa(123); Maximiano Chiavelli(120); Francisco Siedler(116); Frederico Fedato(116); Genabile Malavazzi(113); Marcílio de Oliveira(108); José Cruz Ortega(106); Henrique Rocha(74); Luiz Bonci(73) ; José Luiz Baptista(63) ; Francisco Claro Dias Lopes(60) ; Armelinda Bedin(56); Waldomiro Ament(54); Alberto Salvadori(37)

Votos para a legenda		**22**

Obs.: "O total dos votos válidos apurados, inclusive os em branco, na eleição de vereadores chegou a 20.434. Este total, dividido pelo número de lugares a preencher na Câmara Municipal de Santo André, resultou em 659 o quociente eleitoral. O quociente partidário obtido pelo PST alcançou 3.162 votos, propiciando ao partido sete lugares na Câmara e mais seis de sobra."[516]

[516] MEDICI, Ademir. ***9 de novembro de 1947: A vitória dos candidatos de Prestes.*** Santo André:Fundo de Cultura do Município,1999. pág.22/23.

Sorocaba

Prefeito :

Gualberto Moreira	prefeito eleito	6.975	PTB
Alonso Gómez, o ferroviário		6.336	PST

Na Câmara o PST elegeu 14 vereadores comunistas conquistando maioria :

Nelson da C. Marques	2.143
Carmino Caramante	1.245
Newton Guimarães	380
Salvadora Lopes Pere	261
Athayde Julio	241
Natale Pegnolato	206
Mário de Oliveira Camargo	204
José Pinto	171
Cantidio Castelo Alves	171
Albino Batista	145
Luiz Segamarchi	139
Antônio Girão	117
Flávio de Oliveira Morais	114
João Puertas Aro	105
primeiro suplente -	Manoel F. Da Silva

Outros municípios

Eleitos pelo PST

São Vicente:	Olga Marques Joppert Jorge Monteiro
Guarujá :	Gentil Nunes Neto Benedito Pereira do Nascimento
Garça:	Aroldo Sardenberg
Botucatu :	José Coruli
Birigui :	José Branco Filho
Bauru	1
Barretos	2
Americana	1

O jornal **Voz Operária** de 25/11/1947 indicava que os comunistas, por meio de outras siglas, elegeram vereadores em vários municípios do estado, conforme as relações abaixo:

Eleitos pelo PSP

Tanabi	4
Presidente Wenceslau	uma vereadora
Araçatuba	2
Monte Aprazível	uma vereadora
Município de Oriente	1
Presidente Prudente	1
Mogi das Cruzes	3
Andradina	1

Eleitos pelo PSD

São Roque	2
Pontal	1
Dois Córregos	1
Ribeirão Preto	2
Ribeirão Bonito	2
Avanhandava	1

Eleitos pela UDN

Fernandópolis	2
Marilia	2
Votuporanga	1
Rio Claro	3

Eleitos pelo PTB

Mirassol	1
Boituva	1
Chavantes	1
Itipapina	1
Assis	1
Getulina	2
Campinas	4
Lins	1

Eleitos pelo PTN

Bragança Paulista	1
Lucélia	1
Santo Anastácio	2

Eleitos pelo PSB

Franca	1
Jundiaí	3
Amparo	1

Coligações

Presidente Wenceslau	1
Vera Cruz	1
Pirajuí	1
Guará	2
Pompéia	1
Ourinhos	1
General Salgado	2
Morro Agudo	2
Jaboticabal	1
Guarulhos	1
Presidente Bernardes	1
Ibirá	1

Frente Única

Igarapava	1

Fontes: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
MEDICI, Ademir. ***9 de novembro de 1947*****.....** 1999. op. cit. pág.22/23.
Jornais : A Tribuna de Santos, Correio Paulistano, Jornal de São Paulo e O Estado de São Paulo

ANEXO XII

LEI Nº 211 - DE 07 DE JANEIRO DE 1948

Regula os casos de extinção de mandatos dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Extingue-se o mandato dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não sob legendas partidárias:

a) pelo decurso de seu prazo;
b) pela morte;
c) pela renúncia expressa;
d) pela sua perda nos casos dos parágrafos 1° e 2° do artigo 48, da Constituição Federal;
e) pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidir no parágrafo 13 do artigo 141, da Constituição Federal;
f) pela perda dos direitos políticos.

Art. 2° Nos casos das letras *e* e *f* do artigo 1°, as Mesas dos Corpos Legislativos, a que pertencerem os representantes, declararão extintos os mandatos.

Parágrafo único. Para esse fim, o órgão judiciário ou autoridade que houver cassado o registro do partido ou declarado a perda dos direitos políticos dos representantes, levará o fato ao conhecimento das referidas Mesas, dentro em 48 horas contadas do trânsito em julgado da decisão ou da publicação do ato, e, quanto aos atos e decisões já existentes, da vigência desta lei.

Art. 3° Nos outros casos do mesmo artigo 1° a declaração será feita nos termos do Regimento de cada Corpo Legislativo.

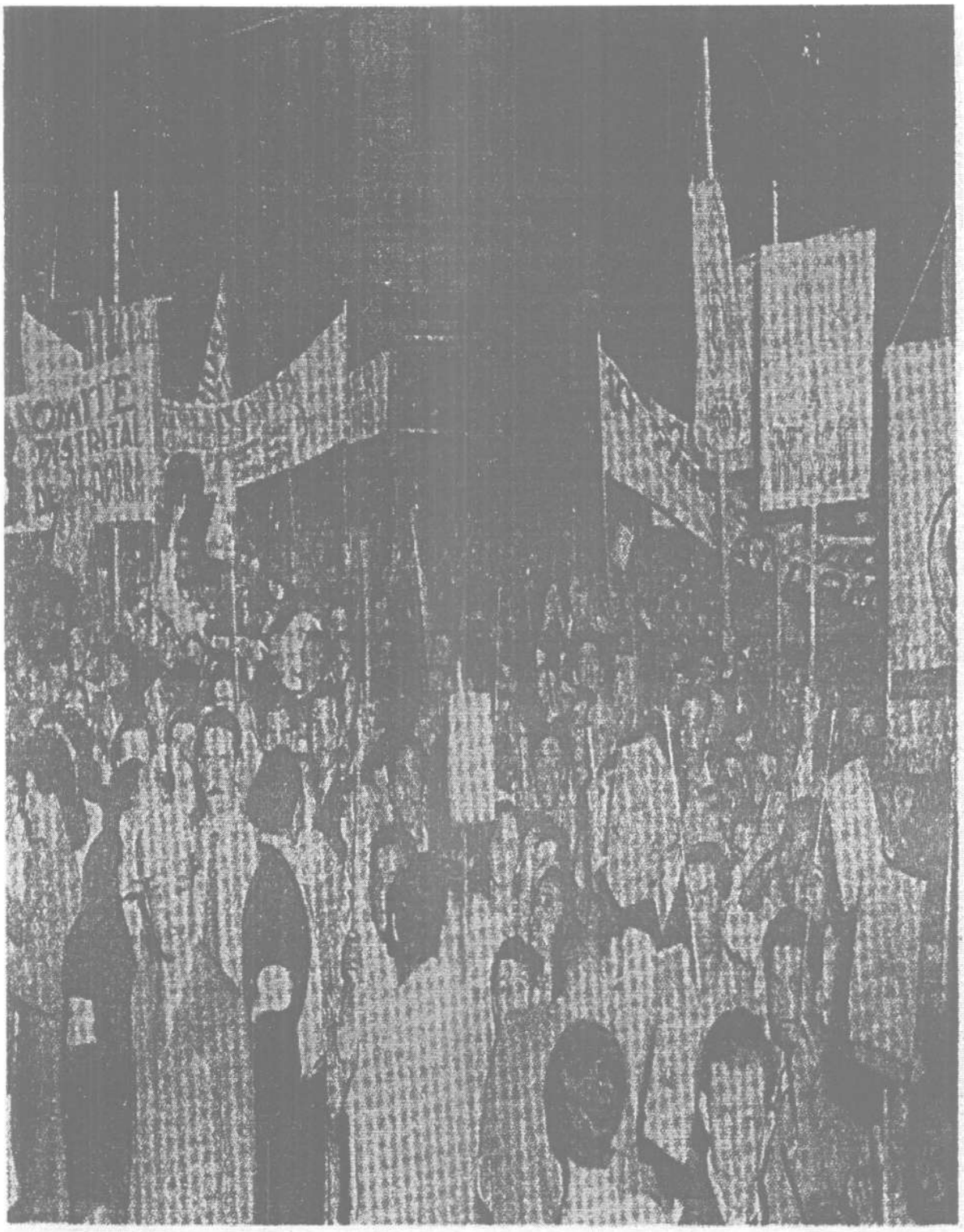
Art. 4° Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1948, 127° da independência e 60° da República.

EURICO G. DUTRA.
Adroaldo Mesquita da Costa.

CADERNO DE FOTOS

Foto 1

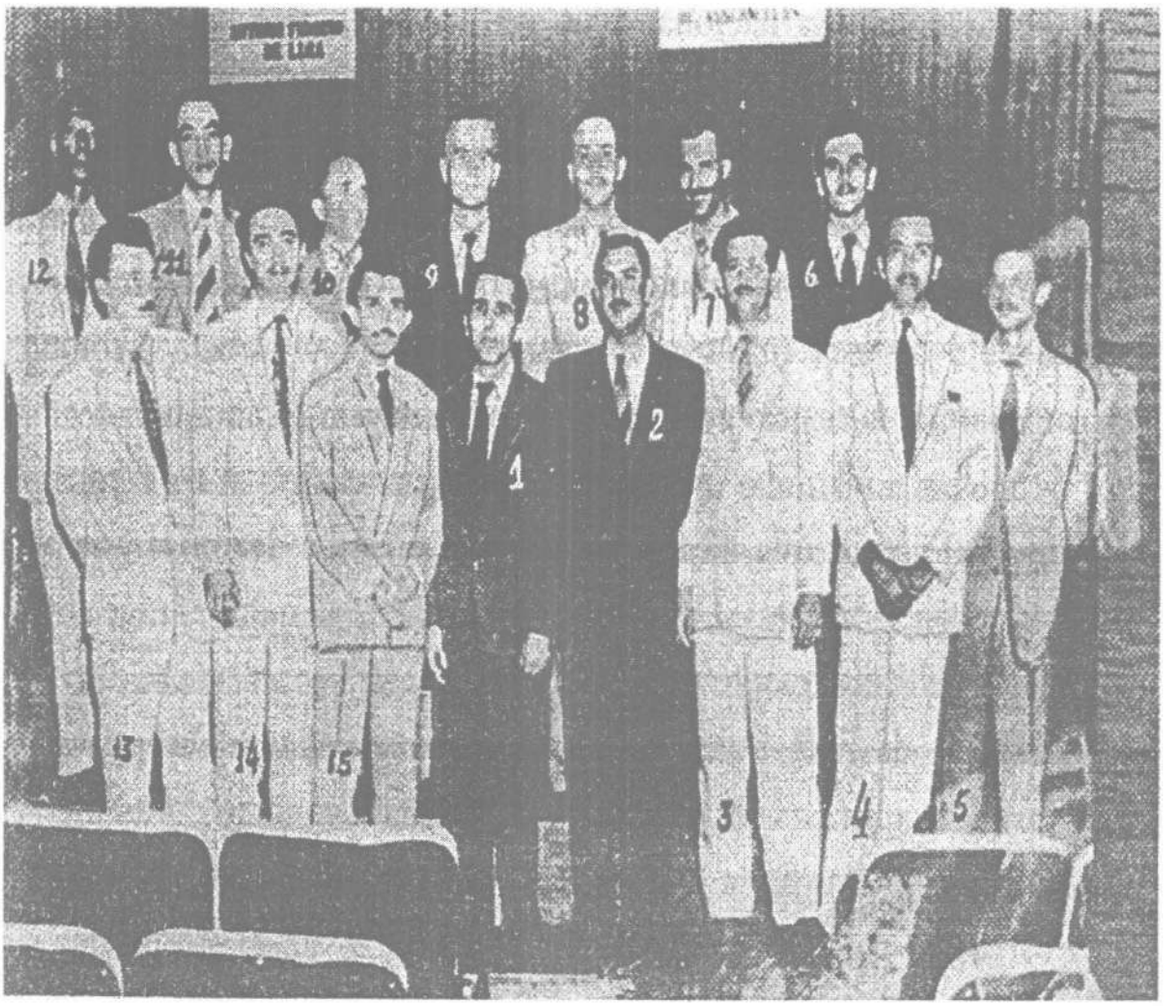


Comício do PCB na Legalidade 1945

Foto 2

Prestes em Campanha 1945 em São Paulo

Foto 3



A Bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946 :
1) Luiz Carlos Prestes. 2) Maurício Grabóis. 3) Milton Cayres de Brito. 4) Agostinho Dias de Oliveira. 5) José Maria Crispim. 6) Alcides Sabença. 7) Carlos Marighella. 8) Alcedo Coutinho. 9) Gregório Bezerra. 10) Joaquim Batista Neto. 11) Osvaldo Pacheco. 12) José Claudino da Rocha. 13) Jorge Amado. 14) Abílio Fernandes. 15) João Amazonas.

foto 4

Prestes no Plenário da Constituinte de 46, entre Godofredo Teles e Gregório Bezerra

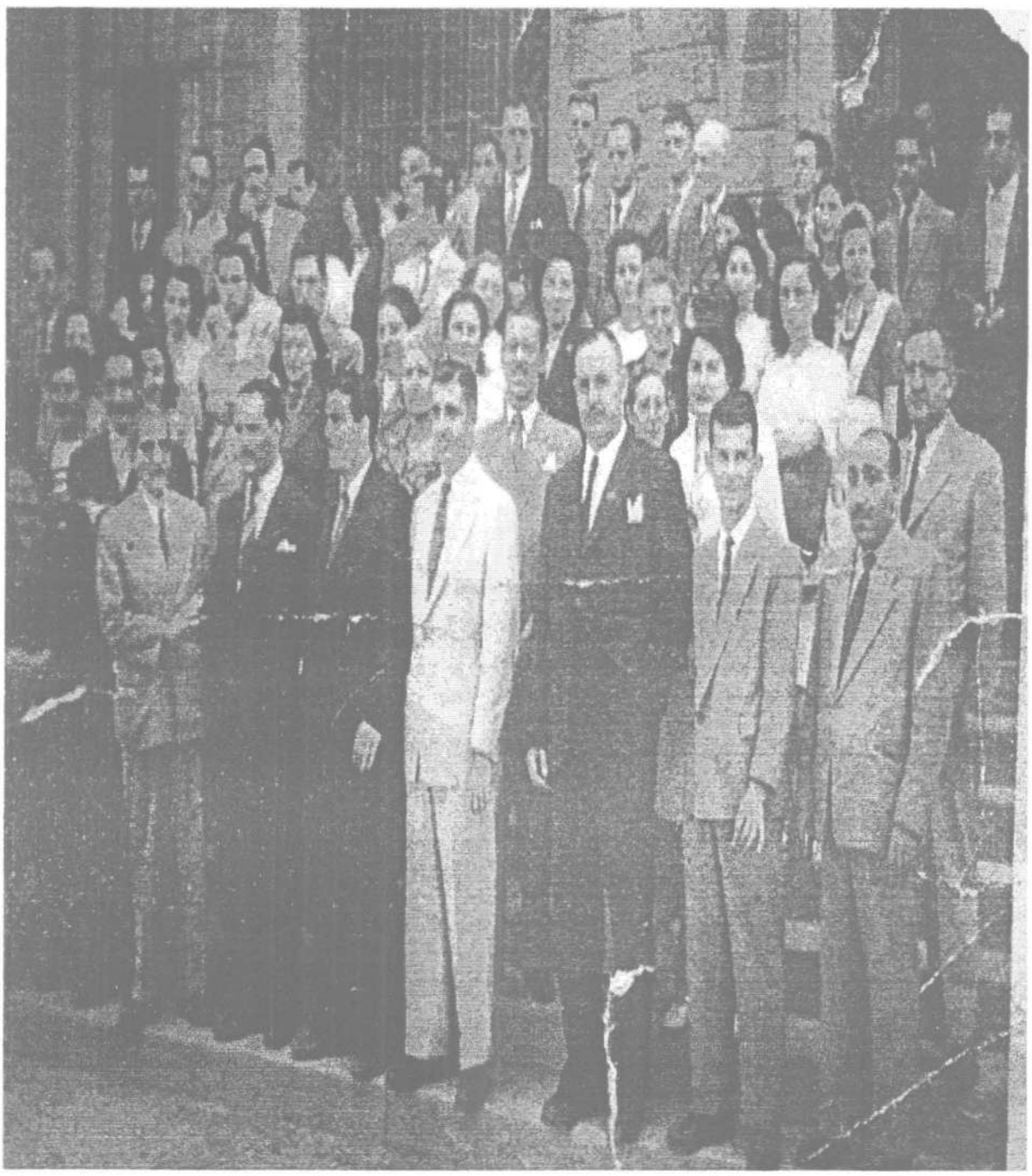
Foto 5

A posse do novo governador e a visita dos líderes comunistas que foram cumprimentá-lo. Em primeiro plano à esquerda, Milton Caíres de Brito, logo ao fundo a seu lado, Pedro Pomar e o quarto a partir da direta é Luis Carlos Prestes. Adhemar de Barros o último à direita.

Foto 6

"Comício da vitória" de Adhemar de Barros - Vale do Anhangabaú – 10 de março de 1947

Foto 7



Deputados e funcionários em frente ao Palácio das Indústrias
Assembléia Legislativa Paulista 1947

Foto 8

A Bancada Comunista

Armando Mazzo.

Caio Prado Junior.

Catulio Branco.

Celestino dos Santos.

Clóvis de Oliveira Neto.

Estocel de Moraes.

João Sanches Segura.

João Tatbo Cadorniga.

Lourival Costa Villar.

Mario Schenberg.

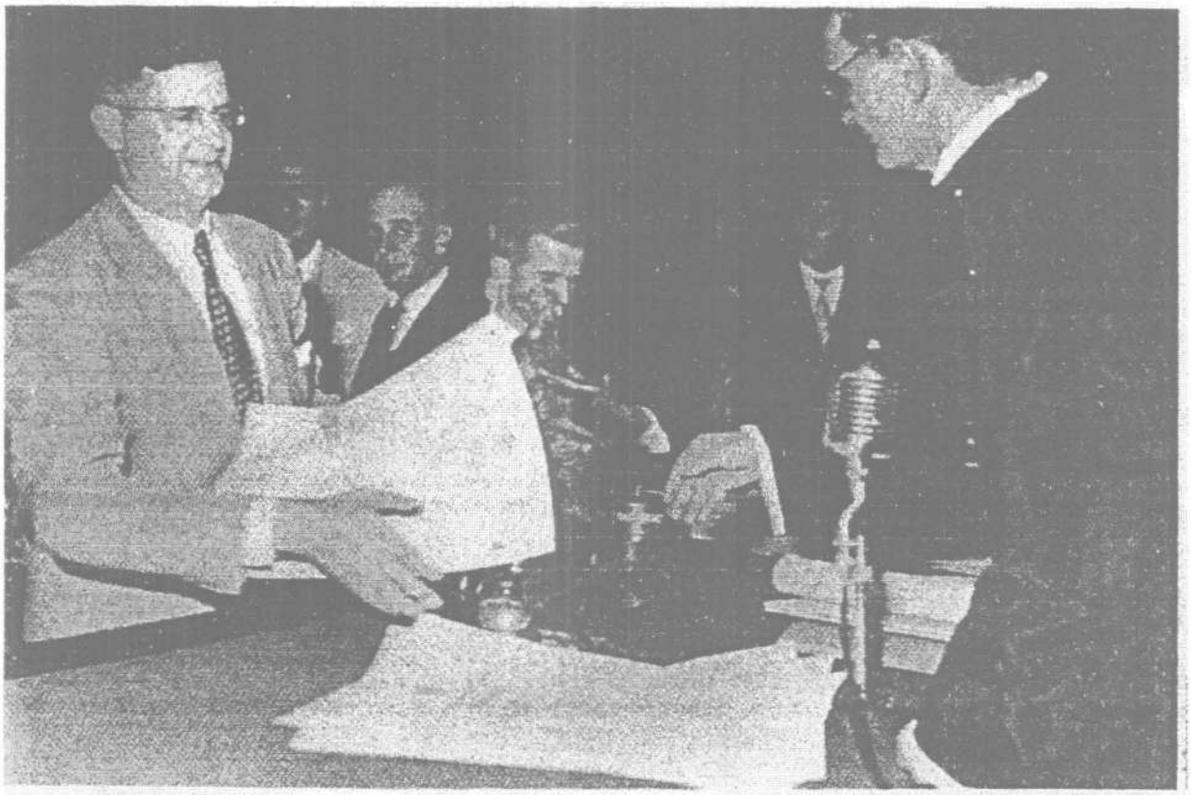
Mautilio Muraro.

Milton Cayres de Brito.

Roque Trevisan.

Zuleika Alambert.

Foto 9



Caio Prado Junior recebendo seu diploma de deputado estadual das mãos do desembargador Mário Guimarães.

Foto 10

Carteira de deputado de Caio Prado Jr. – 1ª Legislatura 1947

Foto 11

Reunião, em 18 de abril de 1947, da Comissão Especial de Constituição (sentados, da esq. p/ dir.): Pedro Carvalho, Sebastião Carneiro, Epaminondas Lobo, Motta Bicudo, Pinheiro Júnior, Milton Cayres de Brito, Lincoln Feliciano, Brasílio Machado, Caio Prado Junior, Bravo Caldeira, Loureiro Junior e Osny Silveira.

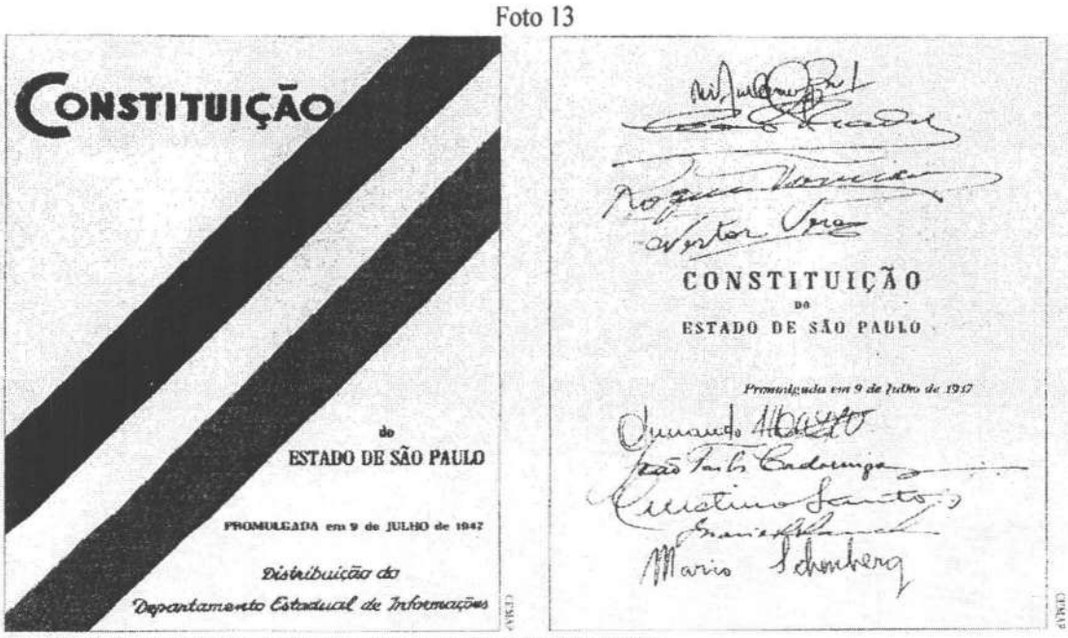
Comissão Especial de Constituição - 18/04/1947

Foto 12

Cerimônia de promulgação da Constituição Paulista, em 9 de Julho de 1947.

Promulgação da Constituição Paulista em 09/07/1947

Foto 13



Exemplar da Constituição Paulista de 1947 autografada por membros da Bancada comunista.

Constituição Paulista autografada pela bancada comunista

Foto 14

Recolhimento de assinaturas, na Praça do Patriarca, contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas.Deputados comunistas, da esquerda para a direita: Mario Schenberg (segundo), Caio Prado Jr. (terceiro), João Taibo Cadórniga, (quinto) e Catulo Branco, (sétimo no canto da foto).

Foto 15

Armando Mazzo em Comício, em Utinga, pelas eleições municipais de novembro de 1947

Foto 16

Não é verdadeira a notícia da cassação do registro dos candidatos de Prestes

Como resposta a essa chantagem política, o povo dará O 1.º LUGAR AOS CANDIDATOS DE PRESTES.

ESTA É A LEGENDA DO POVO SANTISTA: P. S. T. — PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA

UNIDADE — DEMOCRACIA — PROGRESSO

AO POVO DA CIDADE DE SANTOS

Para Vice-Governador: CARLOS CYRILLO JUNIOR

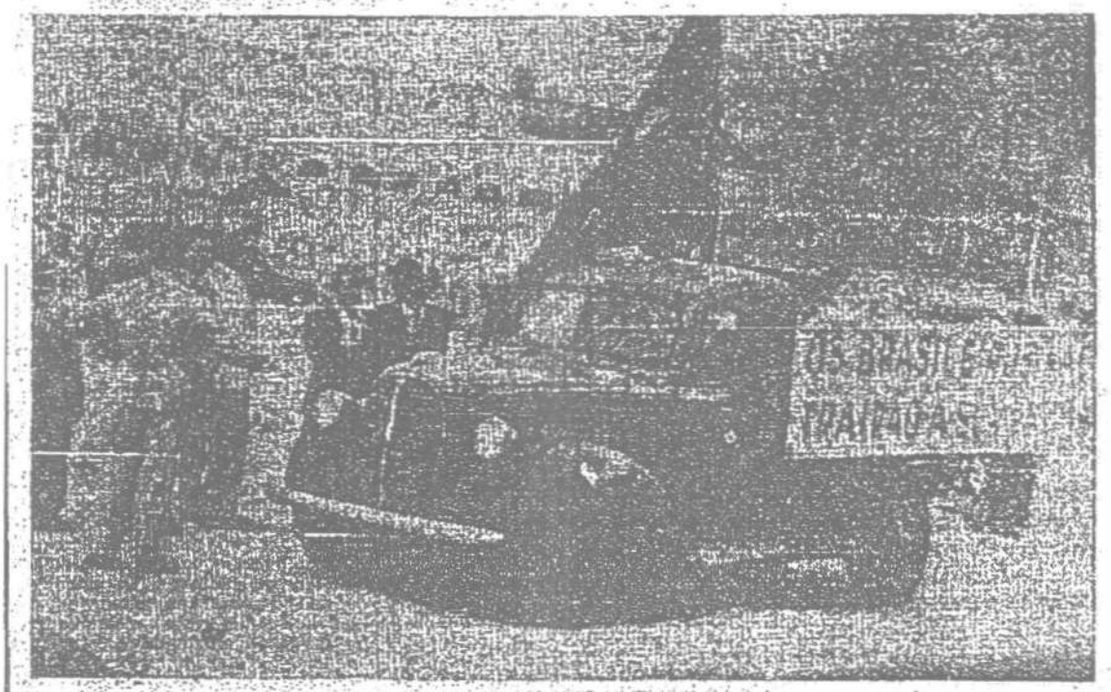
Página de propaganda dos "Candidatos de Prestes" e o comentário sobre a cassação de seus registros .
Tribuna de Santos – 08-11-1947 -

Foto 17

Charge sobre o resultado das eleições municipais de 9 de novembro de 1947
Jornal de São Paulo 25.11.1947

Foto 18

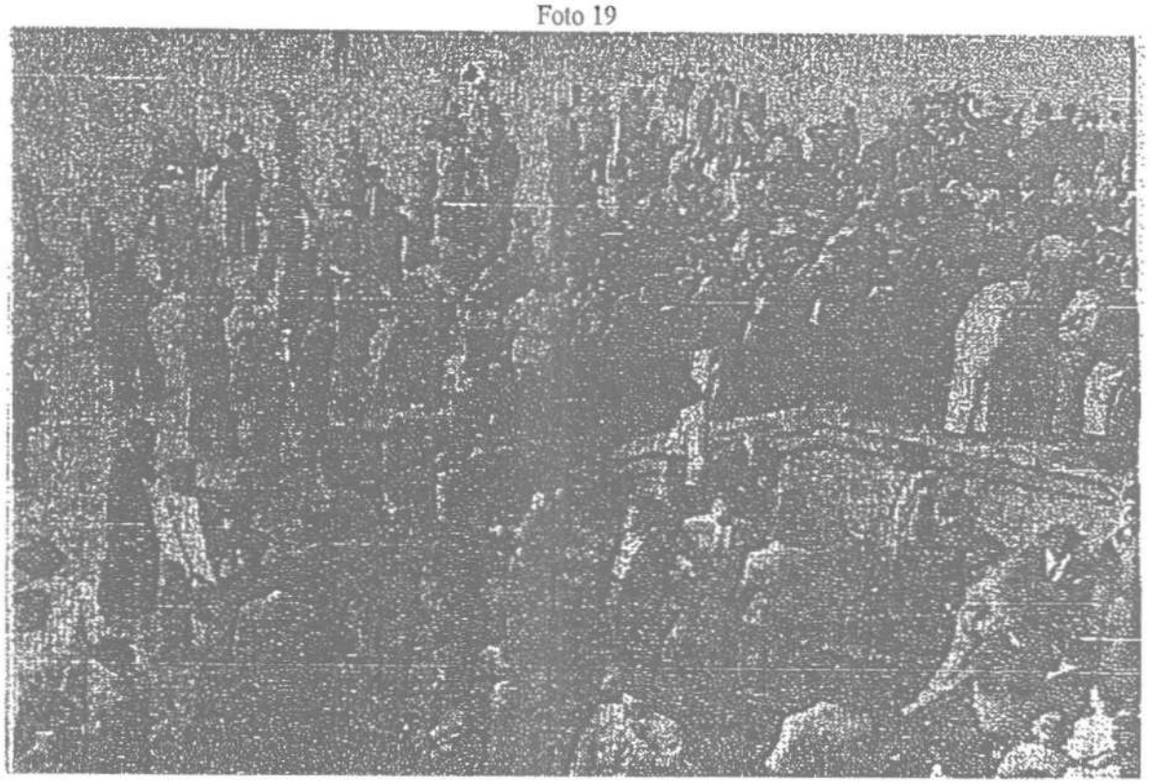
OS ACONTECIMENTOS DE ONTEM EM FRENTE...



"O FOTOGRAFO QUE SE APROXIMAR LEVARA PANCADAS", DIZIAM DO INTERIOR DO CARRO

"Elementos iniciadores do conflito chegaram neste veículo"
Jornal de São Paulo -2/12/1947

Foto 19



"Flagrantes dos acontecimentos de ontem à tarde em frente a Assembléia"
Jornal de São Paulo – 02/12/1947.

Créditos das fotografias

Fotografias 1 - VINHAS, Moisés. *O Partidão – A luta por um partido de massas* : 1922-1974. São Paulo, Hucitec. 1982.

Fotografias 2, 3, 4 - MORAES, Denis (org.) *Prestes com a palavra. Uma seleção das principais entrevistas do lides comunista.* Mato Grosso do Sul:Letra Livre. 1997

Fotografia 5 , 6 - Jornal *Hoje*, SP

Fotografia 7 - Acervo Particular do Sr. João Sanches Segura

Fotografias 8,9,10,11,12,13,14 - Material Iconográfico da Divisão do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Fotografia 15 - Acervo do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI

Fotografia 16 - Acervo – Arquivo do Estado – A Tribuna de Santos 08/11/1947

Fotografia 17 - Acervo – Arquivo do Estado - Jornal de São Paulo 25/11/1947

Fotografia 18 e 19 - Acervo – Arquivo do Estado – Jornal de São Paulo 02/12/1947.